TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

50 ANOS

2ª EDIÇÃO
2014
PDF

Organizadoras
Angela Maria de Oliveira Almeida
Maria de Fátima de Souza Santos
Zeidi Araujo Trindade

TECHNOPOLITIK

9 788562 313097

Conselho Editorial

Ana Lúcia Galinkin - Universidade de Brasília
Ana Raquel Rosa Torres - Universidade da Paraíba
Claudiene Santos - Universidade Federal de Sergipe
Marco Antônio Sperb Leite - Universidade Federal de Goiás
Maria Alves Toledo Bruns - Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto
Maria Lúcia Montes - Universidade de São Paulo -Capital
Maria das Graças Torres da Paz - Universidade de Brasília
Vani Rezende - Universidade Católica de Uberlândia

Conselho Científico

Jorge Vala - Universidade de Lisboa
José Francisco Valencia Gárate - Universidad del Pais Vasco
Lídio de Souza - Universidade Federal do Espírito Santo (*in memoriam*)
Marcus Eugênio Oliveira Lima - Universidade Federal de Sergipe
Maria Stella Grossi - Universidade de Brasília
Paulo Rogério Meira Menadro - Universidade Federal do Espírito Santo

Edição, revisão e Referências APA: Maurício Galinkin/Technopolitik Editora
Capa e projeto gráfico: Paulo Roberto Pinto/Ars Ventura Imagem & Comunicação
Produção do iBook: Maurício Galinkin/Technopolitik Editora, utilizando o programa ***Authors***, da Apple e convertido para pdf para ser lido com Acrobat Reader ®

Ficha catalográfica

Teoria das Representações Sociais: 50 anos. Angela Maria de Oliveira Almeida / Maria de Fátima de Souza Santos / Zeidi Araujo Trindade, organizadoras. - Brasília: Technopolitik, 2014
898 p.: il.
Inclui Bibliografia.
Coedição com o Centro Moscovici-UFPe

ISBN 978-85-62313- 09-7 (PDF)
ISBN 978-85-62313- 09-7 (eBook)

1. Representações sociais- teoria. 2. Pensamento social. 3. Psicanálise. 4. Cibercultura. I. Almeida, Angela Maria de Oliveira (org.). II. Santos, Maria de Fátima Souza (org.). III. Trindade, Zeidi Araujo (org.).

CDU 316

© Technopolitik Editora, 2014.

Setor de Rádio e Televisão Sul, 38, Quadra 701, Cj. L, BL.01, sala 709, parte A181.Asa Sul.

CEP 70340-906. Brasília. DF. Tel.: (61) 8407-8262. Contato: editor@technopolitik.com

Créditos dos Tradutores

Os textos em língua estrangeira foram transpostos para o português pelos seguintes tradutores:

Capítulo 2- José Geraldo de Oliveira Almeida, original em francês;

Capítulo 4 - José Geraldo de Oliveira Almeida, original em francês;

Capítulo 6 - José Geraldo de Oliveira Almeida, original em francês;

Capítulo 7 - José Geraldo de Oliveira Almeida, original em francês;

Capítulo 8 - Juliana Harumi Chinatti, original em espanhol;

Capítulo 9 - José Geraldo de Oliveira Almeida, original em francês;

Capítulo 11- Juliana Harumi Chinatti, original em espanhol;

Capítulo 13 - Marina Rego, original em inglês;

Capítulo 14 - Juliana Harumi Chinatti, original em espanhol;

Capítulo 17- Mariana Bonomo, original em italiano;

Capítulo 18 - Marina Rego, original em inglês;

Fotografias: Jossonhir Britto e Acervo Centro Moscovici

Observação do editor

Conforme acordado entre as organizadoras e o editor, o presente eBook será disponibilizado para todos interessados. Esta versão é para ser lida com o programa Acrobat Reader®.

É proibida a reprodução para fins comerciais.

In Memoriam

Serge Moscovici

(1925-2014)

BIBLIOTHÈQUE DE PSYCHANALYSE
ET DE
PSYCHOLOGIE CLINIQUE

SERGE MOSCOVICI

LA PSYCHANALYSE
SON IMAGE
ET SON PUBLIC

PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE

Apresentação da 2ª edição

Angela Maria de Oliveira Almeida,
Maria de Fátima de Souza Santos e
Zeidi Araujo Trindade
(organizadoras)

Brasília, dezembro de 2014

Este livro, publicado inicialmente em 2011, foi concebido para comemorar os 50 anos da Teoria das Representações Sociais, cujo marco de sua aparição foi a obra *La psychanalyse, son image e son public*, de autoria de Serge Moscovici.

Em 15 de novembro de 2014 o pensador errante (como se autorreferiu em algum momento) que produziu esta grande obra nos deixou. Com ele se apagou a chama da inovação e da originalidade que por mais de meio século iluminou os meios acadêmicos.

Com esta segunda edição prestamos homenagem ao nosso grande mestre, que atravessou o Atlântico para discutir com os psicólogos do além-mar suas impertinentes ideias sobre a psicologia social.

Prefácio

Ricardo Vieiralves de Castro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O texto que inaugura a Teoria das Representações Sociais, *La psychanalyse, son image et son public,* de Serge Moscovici, alcança neste ano de 2011 o seu jubileu de ouro. Isto, lamentavelmente, ainda sem uma edição completa em língua portuguesa, pois apenas a primeira parte da segunda edição francesa de 1976 foi publicada no Brasil, em 1978, pela Zahar Editores, com o título de Representações Sociais da Psicanálise.

O livro de Moscovici representa para a psicologia social um marco significativo, que manteve durante as últimas cinco décadas uma atualidade inconteste, própria dos clássicos nas ciências humanas e sociais.

Karl Marx, com uma honestidade intelectual ímpar, afirmava que não poderia ter desenvolvido nenhuma parte de sua teoria sem que antes Hegel houvesse pensado a dialética. Da mesma maneira, Moscovici promoveu uma criativa releitura da instigante obra de Émile

Durkheim sobre o conceito de representações coletivas. O século XIX "descobriu" que, não somente o indivíduo, mas as sociedades pensam e constroem coletivamente as realidades que os seus membros conhecem. Moscovici, que participou da resistência ao nazi-fascismo na Europa, da profunda crítica ao antissemitismo e aos autoritarismos, da explosão francesa e mundial de 1968, não se fundamenta nos ícones da literatura crítica de esquerda e vai, por profunda inquietação intelectual, dialogar com Durkheim, desprezado por tal literatura, que o considerava funcionalista e reacionário. Isto qualifica Moscovici como um pensador aberto, não submetido às determinações proibitivas das ideologias, que muitas vezes contaminam as ciências humanas e sociais.

A releitura de Durkheim permitiu que a consideração da vida cotidiana e suas múltiplas complexidades estabelecesse um novo paradigma para a psicologia social e as ciências humanas e sociais como um todo. O cotidiano apreendido por Moscovici é dinâmico e se move intensamente entre as duas categorias fundamentais de tempo e espaço.

A topografia do cotidiano de Moscovici vai do microcosmo ao macrocosmo, e seus limites são estabelecidos nas fronteiras da interação social. Esta espécie de topografia dinâmica supera o dualismo tradicional, introduzindo, pela natureza do objeto, um lugar de reunião e encontro entre distintas situações. O novo objeto da psico-

logia social é um encontro, muitas vezes indiferenciado, entre indivíduo e sociedade.

A dimensão do tempo de Moscovici é dialógica, onde o passado permanece e se reinventa (através do processo de ancoragem) e o presente não se encerra em si mesmo. A afirmação teórica do cotidiano e o estabelecimento de sua centralidade na análise psicossocial provocaram mudanças substantivas na metodologia, na concepção do objeto e na própria definição da psicologia social que prevalecia até então.

Dada a distinção, por R. Farr (1999), entre duas espécies de psicologia social – uma "psicologia social psicológica", na qual o indivíduo é o centro da análise e o social é tomado apenas como contexto; e uma "psicologia social sociológica", na qual o foco de estudo são as redes e relações sociais nelas próprias –, o texto de Moscovici se situa nesta segunda perspectiva. A análise psicossocial do cotidiano implica necessariamente um desdobramento complexo das relações sociais e a compreensão dos fenômenos que ali ocorrem e que só ali podem ocorrer. Ou seja, a psicologia social tem como objeto o acontecimento social e está impossibilitada de identificá-lo e conhecê-lo fora daquele lugar. Isto significa que a psicologia social estava obrigada ao diálogo com outras ciências sociais e humanas e, justamente por conta desta relação intrínseca, também obrigada a definir com mais precisão o seu objeto específico e distinto de estudo.

O texto de 1961 toma a representação social como o objeto por excelência da psicologia social. O pensamento social e a forma como este é formado e organizado passam a ser a nova referência para a psicologia social. Novamente, Moscovici escapa do dualismo tradicional que, mesmo sob diferentes enfoques, estabelecia uma escala valorativa entre o pensamento social ou do senso comum e o pensamento douto ou erudito. Uma espécie de marxismo traduzia o pensamento social a partir do conceito de ideologia, do que decorria considerá-lo como expressão alienada e conservadora; outro pensamento social derivado do positivismo o considerava como um pensamento vulgar, falso e menor em contraste com aquele da ciência. Ambos hierarquizavam o pensamento, atribuindo um valor menor àquele que ocorria nas conversações da vida cotidiana. Moscovici confere um novo valor ao pensamento social, tomando-o como um saber prático pelo qual os grupos humanos constituem a realidade e com ela convivem. Essa atribuição de uma outra finalidade retirou o pensamento social de tal espécie de dualismo hierárquico, conferindo legitimidade intelectual ao estabelecimento de consensos e gerando uma nova aproximação com o pensamento em geral. As representações sociais são tanto conservadoras como inovadoras, estruturadas com uma lógica singular que permite a um determinado grupo social compreender o mundo que o rodeia e lidar com os problemas que nele identifica. É, pois, um saber que organiza um modo de vida e que,

por isso mesmo, adquire dimensão de realidade. O diálogo com Lévy-Bhrul, dada sua concepção monista na abordagem antropológica, permitiu ao texto de Moscovici tratar de maneira simultânea as expressões psicológica e sociológica do acontecimento social. O diálogo com Piaget permitiu que o texto de Moscovici assumisse uma perspectiva construtivista na proposição do conceito de representação social, pela determinação que conferiu ao compartilhamento como processo.

As ciências humanas e sociais contemporâneas não estão distantes dos dilemas básicos do pensamento ocidental, que têm atravessado milênios. Como afirmou Merlau-Ponty, sem a metafísica não seria possível pensar o que pensamos. O conceito de representação é paradigmático para toda a história do pensamento ocidental. Invenção da metafísica, ele foi estruturante de toda a produção intelectual desde então e permitiu que sujeito e objeto do conhecimento fossem definidos e que o conhecimento surgido a partir desta relação pudesse ser tomado como expressão da verdade universal. O conceito de representação é o que constitui a possibilidade do conhecimento para os metafísicos e para o pensamento douto por milênios. A crítica ao pensamento metafísico feita por Kant, e o surgimento das ciências sociais no século XIX, fizeram com que o conceito de representação ganhasse outros contornos. Não mais associado aos universais, nem estabelecido na constituição do sujeito e do objeto do conheci-

mento, passou a ser compreendido como um efeito/causa do pensamento social. O texto de Moscovici, na releitura do conceito de representação do século XIX, o subtrai ao dualismo tradicional estabelecido pela metafísica. Assim, o objeto do conhecimento não antagoniza com o objeto real, porque a representação tem acontecimento e eficácia, e estrutura modos de vida e de realidade. Em Moscovici, não cabe mais a discussão clássica da representação, já antes rompida pelo surgimento das ciências sociais, mas outra espécie de formulação, porque a realidade é dinâmica, mas circunstanciada.

O texto de Moscovici, traduzido tardiamente, e apenas parcialmente, para o português, não provocou na psicologia social brasileira uma adesão imediata. Nas décadas de 70 e 80, no Brasil, a psicologia social estruturou-se em dois eixos distintos: o primeiro, sob a liderança do Prof. Aroldo Rodrigues, de influência da psicologia social americana de base empirista e experimental; a segunda, sob a liderança da Profa. Silvia Lane, de base crítica ancorada no diálogo com as ciências sociais e que se organizava na Abrapso. A disputa teórica entre estes dois campos associava-se à disputa política durante a ditadura militar, o que trazia uma dualidade adicional às avaliações da psicologia social pelos próprios psicólogos naqueles tempos.

A história da inteligência brasileira na trajetória republicana do país é constituída com base na alteridade entre ditadura e democracia, que têm definido períodos nacionais de maneira muito clara. Na

experiência republicana experimentamos longos períodos autoritários, durante os quais a inteligência brasileira abdicava de discutir um projeto de nação para, por imposição da conjuntura, promover críticas às estruturas autoritárias vigentes. Foi nos períodos de democracia, ou de governos mais tolerantes, que os intelectuais brasileiros desenvolveram teorias sobre o Brasil e sobre os Brasileiros, descortinando desta forma um novo caminho teórico e metodológico que lhes permitisse decifrar uma nação complexa sob todos os aspectos.

O primeiro grande eixo de discussão na formulação de uma teoria sobre o Brasil ocorre nos primeiros momentos da fundação da República, um pouco antes, um pouco depois. Neste debate, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Joaquim Nabuco, entre outros, debatem principalmente que espécie de nação deveria emergir em função do então recente término da escravidão. A discussão ocorre em torno da mestiçagem que, já naquela época, configurava a maioria do povo brasileiro. Nina Rodrigues defende a separação de cores e argumenta que o mestiço ou mulato era nocivo ao Brasil porque nele estava contido o pior dos dois mundos, do negro e do branco; Silvio Romero trata o mestiço como um mal necessário para a constituição de uma nação mais homogênea; Joaquim Nabuco, a partir de uma viagem aos Estados Unidos, volta afirmando que o modelo do Brasil não deveria ser igual ao daquele país segregacionista, mas sim integracionista e mestiço.

Este tema retorna em 1922, com o modernismo, nos textos de Oswald de Andrade e Mario de Andrade, nas pinturas de Segall, Di Cavalcanti, Djanira e Portinari (os rostos e corpos mulatos) e, mais tarde, em 1960, com Darci Ribeiro e os novos antropólogos brasileiros. É um tema que desaparece nos anos de ditadura, submetido a um modelo autoritário. Esse modelo encontra sua melhor definição na ditadura do Estado Novo, quando o tema é reduzido ao encontro das raças que constituíram o Brasil, o que vem a se repetir durante a Ditadura Militar. Nestes períodos, as cores dos brasileiros eram descritas de maneira desenraizada, sem história e sem consequência. O Brasil das ditaduras não precisava discutir a questão, pois a resolvia com uma equação de somatórios descontextualizados

O segundo eixo de discussão sobre o Brasil e os Brasileiros é estabelecido por Mario de Andrade, no bojo da sua preocupação cultural. Mario de Andrade viaja pelo Brasil para conhecer o povo brasileiro e a diversidade significativa que encontra o leva a denominar o Brasil pelo plural, e a cultura brasileira como uma expressão de tal pluralidade. Assim, Mario de Andrade estabeleceu que o que identifica o Brasil, o que lhe confere unidade, é, paradoxalmente, o fato de ser múltiplo e plural. Tal concepção viria a ser relida no movimento da Tropicália nos anos 60, para o qual o Brasil é um devorador que tudo absorve, recicla e multiplica. Este país pensado por Mario de Andrade e Oswald de Andrade e relido por Gil, Caetano e Wally Salo-

mão, só pode existir como concepção teórica no campo democrático. Na atualidade, vêm ao encontro deste desenho os grupos regionais que se universalizam: os mangues *beats*, o *funk* carioca, o mundo ultraurbano de São Paulo, o boi de Parintis da Amazônia que dialoga com o carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro. É aí, mais uma vez, o Brasil intangível e inidentificável.

O terceiro eixo de pensadores e intelectuais brasileiros trata da soberania econômica e política do Brasil. Estão nele inscritos Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e outros mais. Estes produziram uma teoria geral sobre o Brasil que possibilitava a reflexão sobre a identidade do país, sua independência e capacidade de resolução dos graves problemas sociais. Foi entre estes intelectuais que se engendrou uma nova teoria de Estado e uma ciência política ancorada na perspectiva de um país soberano.

O último grande eixo de pensadores aborda as estruturas sociais brasileiras e tenta decifrá-las para o entendimento do próprio povo brasileiro. Sergio Buarque de Holanda, Mario Pedrosa, Gilberto Freyre, Roberto da Matta, Marilena Chauí e tantos outros, que atravessaram distintos períodos da República. A preocupação destes intelectuais é com a identificação dos modos de vida dos brasileiros e com o estabelecimento das suas causas a partir das estruturas sociais e culturais do Brasil. As ditaduras abominavam esta relação de

causalidade, porque nela sempre estava implícita e explicita a discussão sobre o autoritarismo no cotidiano e nas relações entre os brasileiros.

É no período democrático que se verifica o crescimento e a consolidação da Teoria das Representações Sociais no Brasil. E isto não, certamente, por acaso, como o evidencia a sua associação aos grandes eixos estabelecidos para pensar o Brasil e os Brasileiros.

De fato, a teoria tem servido no Brasil à identificação, descrição e comparação de: representações regionais sobre objetos, que demonstram, como fez Mario de Andrade, a pluralidade e a multiplicidade da experiência cultural brasileira; representações que organizam modos de vida por classe social, faixa etária, gênero e cor, que ensejam a análise das estruturas sociais brasileiras e das interfaces com as ideologias, dialogando assim com Sergio Buarque de Holanda, Marilena Chauí, Gilberto Freyre e tantos outros; representações sociais do brasileiro sobre si mesmo, ligando-nos ao debate do conceito de nação que permeou todos os períodos democráticos brasileiros e foi inaugurados por Silvio Romero, Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco, dentre outros; representações que se relacionam com a organização do Estado, as desigualdades sociais e as perspectivas de construção do Brasil, como pensadas por intelectuais da estirpe de Celso Furtado. A Teoria das Representações Sociais no Brasil assumiu como seu objeto geral de estudo o Brasil e os Brasileiros e, assim,

os pesquisadores desta vertente da psicologia social têm feito par aos movimentos intelectuais do Brasil em períodos democráticos, visando principalmente decifrar o enigma da nação plural e complexa que somos.

Não considero que o ingresso e o desenvolvimento da Teoria das Representações no Brasil tenham ocorrido no final da transição democrática por acaso. As pesquisas sobre representações sociais não poderiam proliferar no período ditatorial. Não poderíamos estudar e analisar o senso comum e o pensamento social que deriva do cotidiano em um regime autoritário. As ditaduras promovem o pensamento único e toda a diferença é vista como ameaça. No caso da Ditadura Militar brasileira, a ideologia de segurança nacional estabelecia um pensamento bipolar entre os amigos e inimigos do regime, e qualquer diferença em relação à ideologia dominante era passível de repressões de toda espécie. O estudo das representações sociais, ao dar conta do pensamento social que nasce do cotidiano, torna evidente a pluralidade e multiplicidade dos diferentes grupos de cidadãos brasileiros e, com isso, ele próprio se torna uma ameaça a qualquer regime totalitário.

De qualquer forma, os brasileiros não perderam o "o bonde da história" da teoria das representações sociais. Embora só tenham nele subido trinta anos depois da sua partida da *École des Hautes Études en Sciences Sociales,* os psicólogos sociais brasileiros têm

se esforçado, ao longo dos últimos vinte anos, por se inserir ativamente no processo de construção gradativa do campo de estudo das representações sociais, como exortado desde o início por Moscovici. A publicação deste livro comemorativo da inauguração da teoria constitui, parece-me, uma demonstração cabal de tal inserção.

Não se trata apenas de um livro brasileiro, o que por si só já seria motivo de orgulho para aqueles que participamos da sua produção. Editado em português, trata-se de fato um livro internacional, como o é a própria teoria das representações sociais que ele festeja. Nada menos do que a metade dos seus capítulos não é de lavra brasileira e sim proporcionada por autores da Europa, principalmente, mas também de outros países da América Latina, da África e da Ásia. Além disso, ele é fruto de estreita colaboração entre uma editora brasileira, um centro internacional de pesquisa sediado no país e três laboratórios universitários brasileiros que mantêm intensos e produtivos intercâmbios internacionais. Além de um deles pertencer à minha universidade, orgulha-me o fato de que esta tenha se incumbido dos serviços gráficos finais para a publicação do livro.

Finalmente, o livro é lançado ao público em um evento científico duplo, em que se combinam: uma "jornada internacional", desde a sua primeira edição, idealizada e organizada pela querida colega Margot Madeira, em Natal, em 1998, até esta sétima edição, tem contado com uma grande e grata presença de pesquisadores estrangei-

ros; e uma “conferência brasileira”, que, instituída pelo meu antigo professor Celso Sá, no Rio de Janeiro, em 2003, está agora em sua quinta edição, cumprindo um importante papel de introduzir as novas gerações de pesquisadores e estudantes brasileiros ao campo de estudo das representações sociais.

Apresentação da 1ª edição

Angela Maria de Oliveira Almeida,
Maria de Fátima de Souza Santos e
Zeidi Araujo Trindade
(organizadoras)
Brasília, julho de 2011

Em 2011 comemoramos o 50º aniversário do lançamento do livro *La Psychanalyse, son image et son public*, no qual Moscovici (1961) declarava seu interesse em compreender "não a validade interna das escolas psicanalíticas ou da psicanálise em geral, mas estudar os processos aferentes de seu enraizamento na consciência dos indivíduos e dos grupos" (p.1) ou "a passagem de uma forma de conhecimento a outro" (p. 2). Com esta publicação, Serge Moscovici inaugura um novo campo de pesquisa em Psicologia Social focalizando o pensamento de senso comum.

Nesta obra, ele destacava a importância de se estudar "o processo de compreensão do real, das condutas e da linguagem conexa, por uma concepção elaborada no quadro de uma ciência particular" (p. 1), ou ainda a construção seletiva do conhecimento do senso comum tendo como referência um conhecimento científico.

Na apresentação da obra, Daniel Lagache remarca que o pensamento de Moscovici "estimula e incita ao diálogo" e, acrescenta, "tratava-se de uma tarefa nova e audaciosa, a de atacar problemas da

sociologia do conhecimento em um campo de uma atualidade próxima e viva, às vezes, 'efervescente', como se diz" (p. xi).

Após 50 anos de seu lançamento, o trabalho de Moscovici continua estimulante e incitando o diálogo entre os diferentes campos da Psicologia, entre os diferentes campos do saber. Foram os desafios colocados por ele, há 50 anos, que nos permitiram lançar hoje esse livro, cujo conteúdo reflete o impacto que ele causou no meio científico, mais particularmente na área das Ciências Sociais e Humanas.

A teoria das representações sociais veio atender a uma necessidade dos pesquisadores de romper com a ahistoricidade que predominava nas pesquisas em psicologia social da época, na medida em que o trabalho de Serge Moscovici desnaturalizava os objetos sociais, enfatizando sua dimensão de construção humana histórica e culturalmente marcados. A ousadia do pensamento de Moscovici possibilitou a abertura desse novo campo de pesquisa, com a adesão de diferentes pesquisadores. Hoje, aquela "tarefa nova e audaciosa" desdobrou-se em diferentes grupos de pesquisa espalhados por todos os continentes. Foi criado na Argentina o Ciereps – Centro Internacional de Estudo em Representações e Práticas Sociais –, na Universidade de Quilmes. No Brasil, foram criados o Ciers-ed – Centro Internacional de Estudo em Representações Sociais, Subjetividade e Educação –, e o Centro Moscovici - Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social Serge Moscovici–, sediado na Universidade de Brasília[1]. No Canadá, temos o Geirso – Grupo de Estudo sobre Interdisciplinaridade e Representações Sociais. Na Indonésia (Jakarta), a Fundação de Estudos sobre Representações

(1) Nota do editor: em 2014 o Centro Moscovici foi transferido para a Universidade Federal de Pernambuco, Recife, onde encontra-se sob a direção da Profa. Dra. Fátima Santos.

Sociais. Na Itália (Nápoles), o CeMeRS – Centro Mediterrâneo para o Estudo das Representações Sociais. No México, foram criados a Renirs – Rede Nacional de Investigadores em Representações Sociais e o Cemers –Centro Mexicano para o Estudo das Representações Sociais. Todos eles criados com o apoio de Serge Moscovici.

Podemos verificar nos capítulos deste livro a riqueza do pensamento de Serge Moscovici e os desdobramentos possíveis. Foram reunidos nessa obra comemorativa dos 50 anos de lançamento da obra *La Psychanalyse* pesquisadores de diferentes países da América do Sul, América Central, América do Norte, Europa, África e Ásia. A eles foi solicitado que destacassem um aspecto da obra seminal de Moscovici. O convite era uma "incitação ao diálogo", uma atualização da tarefa audaciosa iniciada em 1961.

O resultado deste convite é apresentado agora nos diferentes capítulos deste livro. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter faz a abertura desta publicação, oferecendo-nos um *aperçu* da vida e da obra de Serge Moscovici. Os demais autores seguiram caminhos diversos, os quais foram ordenados neste livro acompanhando a lógica da própria história da construção da Teoria das Representações Sociais, ao longo destes 50 anos. Assim, na primeira parte – Da noção ao conceito de representações sociais – são apresentados dois capítulos, de autoria de Jorge Jesuino Correia e Saadi Lalhou, que tratam mais especificamente da noção, inicialmente ampla e pouco delimitada, até se chegar ao conceito de representações sociais, tal como o conhecemos hoje.

Na segunda parte, reunimos os capítulos dos autores que se dedicaram a um ou outro conceito apresentado na obra primeira de Moscovici, referentes aos processos de construção de uma representação social. Nesta parte - Construindo representações sociais - apresentamos os capítulos escritos por Zeidi Trindade, Fátima Santos & Angela Almeida; Willem Doise; Sandra Jovchelovitch; Alain Clémence, Eva G.T. Green & Nelly Courvoisier. Na terceira parte - A Teoria das Representações Sociais - colocamos os leitores diante da fecundidade da teoria, convidando-os a compartilhar conosco o sentimento de uma escolha acertada que temos, por termos abraçado uma teoria tão potente e vigorosa e ao mesmo tempo tão aberta a constantes inovações e contribuições. Nesta parte, estão reunidos autores como Denise Jodelet, Maria Auxiliadora Banchs, Dorra Ben Alaya, Celso Pereira de Sá, Augusto Palmonari & Javier Cerrato Allende e Gina Philogene.

Para finalizar, na quarta parte – A Teoria das Representações Sociais e seus campos de articulação e aplicação – não poderíamos deixar de apresentar, ainda que em pequeníssima dose, as possíveis articulações da TRS com outros campos de conhecimento e sua aplicação em áreas que se tornaram, particularmente no Brasil, tão beneficiárias de sua contribuição. Martha de Alba Gonzáles, Brigido Vizeu Camargo & Andréa Barbará S. Bousfield, Alda Judith Alves Mazzotti Pedro & Humberto Faria Campos, Annamaria Silvana de Rosa, Risa Permanadeli, Denize Cristina de Oliveira. Clarilza Prado de Sousa, Lúcia Pintor Santiso Villas Bôas & Adelina de Oliveira Novaes abrem di-

ante de nós uma diversidade de trajetórias, de interfaces e de possibilidades de pesquisas e campos a serem visitados com a TRS.

Esperamos que nossos leitores possam encontrar neste livro o frescor e vigor inspirados por Serge Moscovici quando da publicação de seu livro *La psychanalyse, son image et son public*, e saudar conosco estes 50 anos da construção da TRS.

Serge Moscovici: um pensador do social

Rafael Moura Coelho Pecly Wolter
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Como falar de Serge Moscovici e de sua obra? Esta última é vasta, ele abordou e transcendeu a Psicologia Social em particular e a Psicologia em geral. Serge Moscovici nasceu em 1925, em Braila, um porto do leste da Romênia. Durante sua juventude sofreu com os males de seu tempo: multidões furiosas e assassinas, trabalho forçado, utilização do saber científico para fins raciais. Este período errante também foi fértil em experiências sociais singulares, a começar pela observação de como ideias novas se prendem à tradição e de como minorias podem crescer vertiginosamente. Como ele próprio afirma, "naquele tempo, sem o saber, eu incorporava duas experiências coletivas, tão fortes quanto opostas. E descobria em mim duas tendências, uma, fascinada pelo grande número, a outra, atraída pelo pequeno número" (Moscovici, 2005, p. 282). Estas duas tendências encontram-se, como veremos adiante, interligadas na obra de Moscovici.

Das multidões assassinas ao pensamento social

Nos anos 40 ocorreram diversos *pogroms* na Romênia. O mais violento e infelizmente famoso aconteceu em Iasi, de 27 a 29 de junho de 1941. Nesta data em torno de quinze mil judeus foram massacrados. Alguns meses antes, em janeiro, ocorreu o massacre em Bucareste, descrito por Moscovici – que foi uma testemunha ocular do evento –. Contrariamente ao que ocorreu em outros países, como na Alemanha, Holanda ou França, o Holocausto na Romênia foi executado por multidões apaixonadas e ávidas de sangue. Guiados pela Guarda de Ferro de Horia Sima, uma vasta massa de pessoas perseguiu e matou mais de 100 pessoas na capital Romena. Inúmeras lojas foram saqueadas, sinagogas queimadas e o banho de sangue culminou nas torturas e execuções no quartel-geral da guarda de ferro. Moscovici, em sua autobiografia, descreve da seguinte maneira o evento:

> Por superstição, evitava-se dar um nome a esse acontecimento, até que alguém pronunciou a frase fatídica: 'chegou para nós a hora do *pogrom*'. (...) Na manhã seguinte, esgotado, mas, aliviado, pensei poder encontrar a vida de todos os dias. Como se, com as imagens, tivesse desaparecido o que as havia suscitado, na véspera. Uma espécie de trégua no esfacelamento do tempo.

> Mas não houve trégua, naquele dia. Eu jamais poderia acreditar que incêndios seriam provocados na calea Vacaresti, que homens entrariam nas casas, para bater nos moradores ou atirar neles. Um *pogrom* era isso, então! Havia o medo, o medo impotente diante da violência que víamos se tornar cada vez maior. (2005, p.142)

Por certo este evento marcou intelectualmente o autor e teve uma relação direta com o resgate das "multidões apaixonadas" no livro *L'Âge des Foules* (Moscovici, 1981), inicialmente descritas por Le Bon (1895). Mas contrariamente ao autor do início do século XX, Moscovici não vê a racionalidade unicamente no indivíduo. Tampouco ele idealiza o universo reificado e "intelectual", comparativamente ao senso comum, universo consensual, outrora visto como um simples conjunto de processos e crenças repleto de vieses e erros. Como afirma, aprendemos

> a olhar as representações da física popular, biologia popular ou economia popular com certo ceticismo. Mas quem não tem uma representação que lhe permita compreender por que os líquidos sobem em um recipiente, por que o açúcar se dissolve, por que as plantas necessitam de água ou por que o governo aumenta os impostos? Graças a essa física

> popular nós evitamos colisões nas estradas, graças a essa biologia popular nós cultivamos nossos jardim e essa economia popular nos ajuda a procurar um modo de pagar menos imposto" (2003, p. 201).

Universo Consensual, Universo reificado e suas pontes

Diversas disciplinas, dentre elas uma parte da Psicologia Social, tinham, ou têm, uma visão de que a ciência deve erradicar o pensamento espontâneo, que é compreendido como uma forma de conhecimento arcaica, enviesada, impura e degradada. Segundo Moscovici (2003, p. 309), tal visão encontra-se no Marxismo que não busca, a partir da ciência, aperfeiçoar o pensamento quotidiano. Pelo contrário, o objetivo é de erradicar esta forma de pensamento em prol de um raciocínio científico "canônico". Outra posição, que o autor chama de "posição iluminista", busca, através da comunicação e da educação, dispersar os erros do pensamento ingênuo, a partir do pensamento científico. De certa forma busca transformar o pensamento comum em pensamento científico. Cedo, já nos anos 40, Moscovici se sentiu incomodado por estas ideias. O racismo não foi fundamentado nas universidades e por intelectuais? Como ele afirma, "a primeira violência anti-semita aconteceu nos colégios e universidades, não nas ruas, e foi legitimada não pelos padres ou pelos políticos ignoran-

tes, mas por pessoas estudadas (...)" (2003, p. 310). Não é de se espantar que Moscovici tenha deixado no centro de suas atenções as relações entre ciência e pensamento comum. Como ele afirma (2003)

> (...) eu reagi de certo modo a esse ponto de vista e tentei reabilitar o conhecimento comum, que está fundamentado na nossa experiência do dia a dia, na linguagem e nas práticas quotidianas. Mas bem lá no fundo, reagi contra a idéia subjacente que me preocupou certo momento, isto é, a idéia de que 'o povo não pensa', que as pessoas são incapazes de pensar racionalmente, apenas os intelectuais são capazes disso". (p. 310)

É possível fazer um paralelo entre esta visão de Moscovici sobre Marxismo, Iluminismo e ciência, e sua tese. Nesta última, ambos os grupos estudados, comunistas e católicos dos anos 50, desconsideravam a psicanálise, porém não pelas mesmas razões. Em consequência as formas de intervenção e de comunicação, destes grupos, comunistas e católicos, a respeito do objeto não podiam ser idênticas, pois as concepções da psicanálise se distinguiam.

O pequeno número: inovação e minorias

Podemos encontrar sinais do interesse de Moscovici acerca da inovação e do surgimento de novas ideias nos primórdios de sua "idade da inocência", no pós-guerra, quando ele participou de um movimento sionista na Romênia. Nesta época, notou que, mesmo sendo ateia, boa parte dos judeus sionistas guardava uma fé no Antigo Testamento e no retorno à Terra Prometida, a Palestina. Moscovici acrescentou que "da mesma forma que o ramo não pode dar frutos se é cortado da árvore, uma nova idéia não pode convencer se ela não se prende a uma tradição" (2005, p. 281).

O trabalho "*La Psychanalyse, son image et son public*" (1961/1976) não foge desta temática, pois demonstra o processo de apropriação de um saber novo, neste caso elaborado no universo reificado, pela esfera pública. Esta apropriação acontece pelo conflito, tanto de ideias quanto de grupos. Para Moscovici, estas polêmicas implicam um drama: o nascimento de uma nova representação. Neste ponto, o estudo de Moscovici mantém-se inovador até hoje ao tratar de um tema esquecido por muitos pesquisadores da teoria das representações sociais: a gênese representacional. Ao ver a obra seminal de Moscovici sob esta ótica, cai uma incompatibilidade muitas vezes notada: a aparente impermeabilidade entre os trabalhos sobre minorias ativas, de um lado, e a teoria das representações sociais, do outro.

Como sublinhou Orfali (2002), estas duas teorias viveram e se criaram independentemente uma da outra. Ao ser entrevistado por Juan Antonio Pérez (2004), Moscovici afirma que um dos problemas encontrado foi que se falou muito de influência das minorias em vez de abordar o tema sob a ótica da inovação. Nesta mesma entrevista, ele afirma que a questão da denominação acarretou uma mistura com os estudos sobre conformismo. Podemos pensar que tenha tido como outro efeito afastar esta corrente de estudos da teoria das representações sociais. O termo inovação deixa implícito que se trata também de mudança nas ideias, o que, de certo modo, o aproxima do termo representação. Contrariamente à influência da maioria que utiliza o prestígio, o poder, a credibilidade e leva, em muitos casos, ao “suivisme” e complacência, a influência das minorias, por sua vez, age nas ideias, é uma conversão. Não por acaso Moscovici, em sua conversa com Markova, diz o seguinte:

> (...) meu primeiro estudo em psicologia foi, ele mesmo, um estudo de inovação e mudança social (Moscovici, 1961). Estudando a penetração da psicanálise na sociedade francesa, também estudei, em certo sentido, a penetração das idéias de uma minoria que era desconsiderada nos meios científicos, políticos e religiosos." (2003, p. 350).

Psicologia Social: o pensamento em tríade

Moscovici defendeu a visão de que a Psicologia Social é uma abordagem. A disciplina não pode ser definida por uma teoria, uma corrente, um objeto ou um método. A Psicologia Social se interessa pelos fenômenos de ideologia e comunicação. Como ele afirma, sobre

> "os primeiros, sabemos que consistem em sistemas de representações e atitudes. Onde se encontram os fenômenos familiares de prejulgamentos sociais e raciais, de estereótipos, de crenças, e assim vai. Seu traço comum reside no fato de que expressam uma representação social que indivíduos ou grupos elaboram para agir e comunicar. É claro, são tais representações que moldam esta realidade meio física, meio imaginária, que é a realidade social. Sobre os fenômenos de comunicação social, eles nomeiam as trocas de mensagens lingüísticas e não lingüísticas (imagens, gestos, etc.) entre indivíduos e grupos. Consistem nos meios utilizados para transmitir determinadas informações e influenciar o outro." (1984, p.7)

No parágrafo precedente mostramos o conteúdo que o autor apresentou como sendo da Psicologia Social. Mas este conteúdo não lhe é particular, outras disciplinas tratam de fenômenos ideológi-

cos e comunicacionais. A particularidade da Psicologia Social, ainda segundo Moscovici, residiria em um olhar. O uso do condicional, na frase anterior, não foi aleatório, ele traduz a dificuldade, declarada pelo próprio Moscovici, em encontrar especificidades a uma disciplina. Ele salienta o caráter "ligeiramente artificial" e tênue destas delimitações interdisciplinares. Após estas ressalvas, Moscovici acrescenta que "nossa disciplina se distingue menos pelo seu território que pelo seu singular olhar" (1984, p. 8). Contrariamente às disciplinas mães, Sociologia e Psicologia, que possuem um olhar binário sobre os fenômenos, com o objeto de um lado e o sujeito (coletivo ou individual) do outro, a Psicologia Social consiste em um olhar ternário dos fatos. Esta abordagem substitui o olhar binário, entre o sujeito e o objeto, por uma visão em três termos: Sujeito individual – Sujeito Social – Objeto. Neste olhar, o Alter (Sujeito social), é o mediador das relações entre o Ego (sujeito individual) e o objeto. Tal abordagem abre as portas para uma visão multifacetada da relação entre os três termos. Os exemplos dados por Marková (2007, p. 227), acerca dos diferentes Sujeitos individuais e Sujeitos sociais, ilustram perfeitamente este ponto; "o Ego-Alter pode ser feito de 'Eu-grupo específico', ou 'Eu-outra pessoa', ou 'Eu-nação', ou 'Grupo restrito-Comunidade larga".

De Braila à Paris, o percurso intelectual de Serge Moscovici foi longo. Se, como ele afirma em sua conversa com Ivana Marková

(Moscovici, 2003), a teoria das representações sociais surgiu em sua idade da inocência, os frutos desta inocência são numerosos e duradouros. Tanto em sua autobiografia, “Crônica dos anos errantes”, quanto em sua tese “La Psychanalyse, son image et son public”, foi possível notar um grande interesse pelo social. Na primeira como na segunda, Moscovici demonstrou interesse por temas tão variados quanto: as massas, a inovação, a mudança social, a ciência e o senso comum, em suma, temas abordados aqui. Seria injusto dar a impressão ao leitor que os trabalhos de Moscovici, ao pensar o social, se restringiram a isto, o que em si já seria enorme. No entanto, ele trabalhou sobre muitos outros temas, que vão da decisão coletiva (cf. Moscovici & Doise, 1992) às práticas interdisciplinares (cf. Moscovici, 1998), passando pela Psicossociologia da linguagem (cf. Moscovici, 1972). No entanto, retomando o título do “Mélanges en l’honneur de Serge Moscovici” (Buschini e Kalampalikis, 2001), ele não pensou somente o social, mas realizou uma obra que abarca também a vida e a natureza...

Referências:

Buschini, F. & Kalampalikis, N. (2001). *Penser la vie le social, la nature. Mélanges en l'honneur de Serge Moscovic*i. Paris: Éditions de la MSH.

Pérez, J. A. (2004). *Le regard psychossocial : entretien avec Serge Moscovici.* Retirado em 1º/07/2011 de http://www.leps.msh-paris.fr/regard.htm.

Le Bon, G. (1895/1963). *Psychologie des foules*. Paris : PUF.

Marková, I. (2007). *Dialogicité et représentations sociales*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1972). *The Psychosociology of Language*. Chicago: Markham Publishing Co.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1981). *L'Âge des Foules*. Paris : Fayard

Moscovici, S. (1984). Introduction: le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Org.). *Psychologie Sociale*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1998). Fécondités, limites et échecs de la pratique interdisciplinaire. *Le genre humain*, 33, 15-31.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (2005). *Crônica dos anos errantes*. Rio de Janeiro: Mauad.

Moscovici, S. & Doise, W. (1992). *Dissensions et consensus. Une théorie générale des décisions collectives*. Paris: PUF.

Orfali, B. (2002). Active minorities and social representations: Two theories one epistemology. Journal for theTheory of Social Behaviour, 32 (4), 395-416.

I- Da noção

ao conceito de RS

1 Um Conceito Reencontrado

Jorge Correia Jesuino
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

O presente texto visa analisar o conceito de representação social introduzido por Serge Moscovici na sua obra *Psychanalyse, son image et son public*, publicada em 1961. É mais um comentário a acrescentar a muitos outros que o antecederam e a que possivelmente muitos outros virão suceder-lhe. Na sua aparente simplicidade imediata, o conceito de representação social remete para problemas que os filósofos debatem há vários séculos e que, mais recentemente, entrou na agenda dos cientistas sociais. A ideia não será entrar em um tal debate de onde seria difícil de sair, mas apenas enquadrar a temática em um quadro conceitual mais alargado que nos ajude a situar os conceitos, os modelos e as teorias.

Serge Moscovici é um autor difícil, por um lado devido à complexidade dos conceitos que examina mas, sobretudo, pela criatividade patente na sua imensa produção, onde a variação é regra e a repetição exceção.

Note-se que variação não implica incoerência, sobretudo quando os temas abordados se caracterizam pela multiplicidade semânti-

ca e pela ambiguidade interpretativa. Tal parece ser o caso da própria noção de representação e, ainda mais, quando declinada em termos individuais, sociais e/ou coletivos.

Serge Moscovici publica o seu texto sobre a *Psychanalyse* em 1961, com ele inaugurando o que virá rapidamente a constituir um novo objeto da psicologia social, a saber, o estudo sistemático das representações sociais que, segundo esse autor, constitui um traço típico das modernas sociedades beneficiárias, mas também vitimas, do processo exponencial da ciência e da tecnologia.

O texto de 1961 é profundamente reformulado dando lugar, quinze anos depois, à 2ª edição de 1976, tornada a edição de referência para a comunidade dos pesquisadores que se movimentam no contexto da teoria das representações sociais, como igualmente para os que dela se diferenciam, seja para derivarem alternativas no interior do mesmo quadro metateórico, seja para lhe apontarem eventuais incongruências e dela radicalmente divergirem.

Entre 1961 e 1976 encontramos uma arquitetura conceitual que se mantém nas suas linhas fundamentais, mas também existem diferenças que, embora de pormenor, poderão suscitar interrogações quanto a uma possível evolução das ideias do Autor e eventuais repercussões na teoria. Julgo que tal não constitui surpresa, sendo de resto desejável e de saudar que as teorias se enriqueçam e se conso-

lidem a partir dos debates que suscitam, e dos enigmas com que se veem confrontadas.

Acresce que aqui o objetivo é, desde logo, limitado: não se trata de comparar as duas edições na sua totalidade, mas apenas alguns conceitos tidos como centrais, assumindo-se desde já o risco de estarmos a olhar para algumas árvores, isolando-as das florestas a que pertencem. É, todavia, minha convicção que a floresta é virtualmente a mesma, apenas remetendo para perspectivas ligeiramente diferenciadas, em todo o caso relevantes, para a caracterização da teoria.

O conceito de representação, em si mesmo ou adjetivado, é analisado na 2ª edição de 1976 em um capitulo inicial da 1ª parte, com o titulo – Representação Social – Um conceito perdido –, a que o presente texto faz eco acentuando que se deve a Moscovici a sua recuperação. Na 1ª edição, de 1961, a análise do conceito de representação social alarga-se por três capítulos, situados no final da mesma 1ª parte. Moscovici refere-se ao conceito de "representação coletiva" introduzido por Durkheim em finais do século XIX, que vai permanecer esquecido durante cerca de meio século e que o Autor procura retomar e reformular.

Esta primeira parte da obra estuda a representação da psicanálise, a partir de entrevistas com amostras representativas de diversos

grupos sociais da sociedade francesa, enquanto a segunda parte recorre à análise da imprensa de diferentes orientações ideológicas.

O enquadramento teórico do conceito de representação social, ainda que mais extenso e pormenorizado na 1ª edição, cerca de uma centena de páginas condensadas em quarenta páginas na 2ª edição, nem por isso perde em profundidade, adquirindo inclusive contornos porventura mais claros que na expressão de 1961.

Análise dimensional das representações sociais

A arquitetura básica do conceito de representação social é claramente definida em 1961, mantendo-se na 2ª edição. De acordo com Moscovici, as três dimensões seriam: (1) informação; (2) campo de representação; e (3) atitude. Esta caracterização permite, desde logo, distinguir atitude de representação social, uma distinção nem sempre entendida pelos comentadores e pelos críticos (Jahoda, 1988). De resto, e talvez aí resida a dificuldade, a distinção não é radical, dado que a atitude é uma das componentes da representação social e, por vezes mesmo, a ela se reduz (Doise, 1989; Doise, Clémence & Cioldi, 1994).

Recorde-se que já para Allport (1935) a atitude constituía o tema central, senão mesmo exclusivo, da psicologia social. Lembre-se, igualmente, o modelo básico das três componentes de qualquer atitu-

de - a cognitiva, a afetiva e a comportamental, e a tendência mais recente introduzida por Fishbein e Ajzen (1975) de reduzir a atitude à componente afetiva, a qual, combinada com a informação, seria preditora da orientação comportamental relativamente a um objeto.

O modelo estrutural proposto por Moscovici introduz uma terceira dimensão – o campo de representação–, a qual leva a modificar radicalmente a centralidade da atitude enquanto objeto da psicologia social, substituindo-a pelo conceito mais amplo de representação social.

Por campo de representação entende Moscovici "algo que nos remete para a ideia de imagem, de modelo social…para uma unidade hierarquizada de elementos" (1961, p. 285; 1976, pp. 67-68).

Atente-se ao conceito de imagem introduzindo uma dimensão dinâmica, enquanto unificadora de tensões internas e designadamente, às que emergem entre percepções e conceitos.

Ainda que não explicitamente referido pelo Autor, poderá presumir-se que a escolha do termo – campo – remeta para a metáfora que inspirou as correntes gestaltistas e autores como Koehler, que Moscovici cita, ou mesmo Kurt Lewin. Também toda uma literatura no domínio da estética confere ao conceito de imagem, seja a imagem estática da pintura, ou a imagem dinâmica da musica, da dança

ou do cinema, essa virtude já pressentida por Goethe, de que a imagem na criação artística visa unificar tensões internas.

Este papel atribuído à imagem permite, por outro lado, esclarecer que o estudo que Moscovici leva a efeito possa eleger a imagem para título, em lugar de representação social. Ela funciona aqui como metonímia de um modelo que comporta outras dimensões, no caso vertente a informação, por um lado, e por outro a atitude, através das quais podemos diferenciar os sujeitos, sejam indivíduos ou grupos, que as produzem.

Na verdade, nem todos têm a mesma informação, ou seja, os mesmos conhecimentos básicos sobre um tema, neste caso a psicanálise, como nem todos poderão ter a mesma atitude, seja ela de neutralidade, de aceitação ou rejeição – e serão esses diferentes níveis de crenças e atitudes que poderão contribuir para uma imagem redutora, estereotipada do objeto intencionado. O que está em causa, todavia, é esta permanente oscilação, variável de sujeito para sujeito, de grupo para grupo, entre percepções e conceitos, expressos através dos mecanismos complexos desse terceiro elemento que Kant designava como “esquema transcendental”.

No caso da pesquisa empírica conduzida solitariamente por Moscovici, esse campo de representação, essa imagem da psicanálise – o que só se verifica quando as três dimensões se acham sufi-

cientemente salientes–, traduz-se no esquema figural que articula as forças contrárias do consciente e do inconsciente, mediadas pelos mecanismos do recalcamento que, por seu turno, consoante a sua intensidade relativa dá lugar aos complexos:

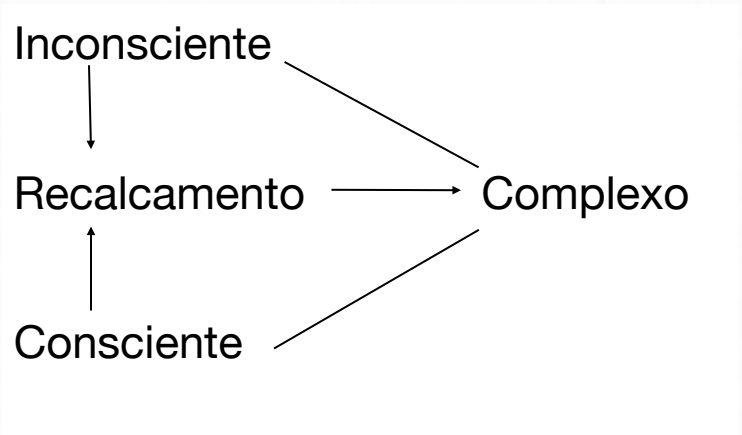


Figura 1. Esquema figurado da representação da psicanálise

Esta configuração conceitual ilustra com clareza o que poderíamos considerar como sendo o objetivo, em última instância, da aplicação da teoria da representação social.

O esquema permite, por outro lado, evidenciar que, nesta imagem, quando confrontada com a teoria de partida, há uma ausência – o conceito de libido – que, por isso mesmo, não deixa de ser menos significativa.

A teoria do núcleo central (Abric, 1994), que certamente constitui uma tentativa de operacionalização da estrutura do campo da representação, conduz com frequência a ficar aquém do seu objetivo em virtude da dificuldade em detectar as tensões internas, tanto implícitas como explícitas, que a constituem.

Na edição de 1961, o esquema (p. 34, p. 296, p. 313) é apresentado em diversos momentos, o que parece atestar da importância, sem dúvida justificada, que o Autor lhe atribui. Na edição de 1976 surge uma única vez, no capítulo relativo ao processo de objetivação (p.116), através do qual o esquema figural adquire os seus contornos.

Em 1961 a ideia de que o processo de representação é um processo criativo, traduzido na dialética entre percepção e conceito, está já bem presente e bem acentuado. Adquire mais vigor, todavia, em 1976, onde Moscovici mais assertivamente sugere as limitações do pensamento representativo na acepção de cópia ou duplicação da realidade.

Representar uma coisa, um estado, não é com efeito duplicá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstitui-lo, recolocá-lo, mudar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre conceito e percepção, um penetrando o outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de “realismo”, de materialidade das abstra-

ções, visto que podemos agir com elas, e de abstração das materialidades, visto que exprimem uma ordem prévia. (1976, p. 56).

Não será demais insistir na importância desta passagem atestando a originalidade do pensamento de Moscovici e da relação que propõe para o que Kant designava como o grande mistério, a saber, como conciliar, ou antes, como apreender o particular, os entes individuais, sempre diferentes, a partir de categorias universais.

Sob este aspecto, Durkheim parece manter-se mais perto de Kant, o que de resto poderá explicar a prioridade que estabelece para as representações coletivas, relativamente às representações individuais. Já em 1961, Moscovici sublinha a "importância de identificar (*dégager*) os aspectos psicológicos da representação antes de lhe conferir a sua classificação de social" (p. 301). Se a solução Kantiana, a que Durkheim adere, é sobretudo gnoseológica, na medida em que postula uma síntese estável do geral e o particular, o mesmo não poderá dizer-se quando passamos ao plano psicológico onde, como sugere Moscovici, o que se observa é uma tensão dinâmica cuja estabilização é forçosamente precária.

Mas se o texto de 1961 é certamente crucial para esclarecer o sentido a dar à noção de representação em psicologia, libertando-a tanto dum psicologismo ingénuo que a reduz a cópia do objeto, como da lógica transcendental que conduz às aporias do referente,

isso não impede, como irá sublinhar Moscovici quinze anos mais tarde, que “a noção de representação ainda nos escape” (p.61) ou seja, que nem tudo terá sido ainda devidamente esclarecido, permitindo identificar o que há de especifico tanto no conceito de representação como no conceito de representação social.

Conhecimento do ausente e do estranho

Se adotamos na secção anterior um título de edição de 1961, passamos agora a um subtítulo da edição de 1976, justamente para marcar a evolução de uma teoria e dos conceitos que a estruturam.

Quinze anos depois, Moscovici dá relevo a um aspecto que nos parece passar desapercebido na 1ª edição, que consiste no problema que se coloca perante o conhecimento do ausente e do estranho.

É certo que a própria ideia de estudar a recepção da psicanálise pela sociedade francesa dos anos cinquenta já implica uma preocupação e uma curiosidade em questionar como uma nova disciplina científica sai da sua fronteira e se difunde pelo público em geral.

Note-se desde já, todavia, que em 1961, e mesmo em 1976, Moscovici não parece ainda estar a pensar em termos do senso comum, ou pelo menos não se lhe refere de uma forma explícita. Só

mais tarde a teoria coloca explicitamente em primeiro plano aquilo que permanece implícito no estudo de partida.

A psicanálise será sem dúvida, mesmo para públicos mais diferenciados como será o caso dos estudantes e das profissões liberais, um objeto estranho. E é relativamente a tais objetos estranhos, como serão mais tarde uma doença como a AIDS/SIDA, ou como continuam a ser os comportamentos desviantes e a loucura, ou ainda, mesmo no domínio da natureza, como por exemplo o caso do ornitorrinco que confundiu os cientistas e que serviu de pretexto a uma fascinante análise desenvolvida por Umberto Eco (Eco, 1997), com contornos porventura convergentes com as premissas básicas da teoria das representações sociais.

Em ambos os casos trata-se de conferir inteligibilidade a um objeto estranho dificilmente enquadrável nas categorias disponíveis, sejam da ciência ou do senso comum.

Em 1976, Moscovici coloca em primeiro plano uma observação que irá servir de imagem de marca da teoria das representações sociais – tornar o não familiar, familiar. Será esse o problema central da representação. Mas tornar familiar não é mais do que atribuir um sentido, uma significação, quando justamente tal significação não é óbvia, e sobretudo quando dificilmente se encaixa no conhecimento corrente.

Num plano paralelo, mas não menos central, é também toda a problemática da estética que igualmente contribuiu para a terceira crítica de Kant. Pensar não se reduz à *mathesis*, ao cálculo, significa também emitir juízos e, sobretudo, juízos de valor dificilmente alicerçados na objetividade científica.

Benjamin (2006/1936) introduziu o feliz conceito de "aura" para caracterizar aquilo que na obra de arte a torna distanciada mesmo que esteja perto.

Poderíamos citar muitos outros autores que aludem a este aspecto quase misterioso da obra de arte, cuja decifração constitui um desafio a que os filósofos dificilmente resistem, mesmo quando desprezam a psicologia. Tal como bem acentua Jean-Luc Nancy o prefixo re na palavra representação não constitui uma repetição, não se trata de apresentar de novo, mas de enfatizar uma presença e o que permanece ausente nessa presença.

A representação não apresenta apenas qualquer coisa que, de direito ou de fato, se acha ausente: ela apresenta na verdade o que se acha ausente da presença pura e simples, o seu ser enquanto tal, ou ainda o seu sentido e a sua verdade" (Nancy, 2003, p. 74).

É esta ideia que adquire maior centralidade na reflexão posterior de Moscovici, conferindo especificidade à natureza do processo psicológico da representação. Nas palavras de Moscovici é essa

> impressão (*empreinte*) – ou figura – misturada a cada operação mental, como um ponto de que se parte e a que se retorna, que dá especificidade à forma de conhecimento que aí se exerce (*qui y est à l'oeuvre*) e a distingue de qualquer outra forma de conhecimento intelectual ou sensorial (Moscovici 1976, p. 61).

A própria terminologia utilizada remete-nos quase irresistivelmente para a noção de "*punctum*" introduzida por Roland Barthes (2010/1980), distinta de "*studium*", para caracterizar esse pormenor, esse detalhe, essa diferença que faz a diferença e que dá inicio à semiose.

Na sequência da mesma reflexão, Moscovici aponta as três condições subjacentes ao conceito de representação: (1) toda a representação é uma representação de qualquer coisa; (2) qualquer coisa (*toute chose*) é representação de qualquer coisa; (3) toda a representação é uma representação de alguém (*quelqu'un*), culminando com a ideia de representação enquanto *Gestalt*, de certo modo antepredicativa, articulando percepção e conceito, mas agora traduzida em figura e significação.

É este acentuar da significação, e sobretudo a ideia de que qualquer coisa possa representar qualquer coisa, que sugere alguma proximidade com a semiótica de Peirce, para quem a significação não é mais do que o conteúdo de um signo, e sobretudo pela ideia da inter-

mediação da cadeia dos interpretantes na construção do "objeto dinâmico" pelo sujeito.

Nesta sequência interativa a caminho da significação – um alvo que vai mudando com o próprio movimento – adquire particular relevância, todavia, a ideia proposta por Moscovici de que as representações sociais possam ser psicologicamente anteriores, sendo as duas fases da percepção e conceito diferenciações posteriores. Tal como escreve,

> ... essas formas de conhecimento que são as representações … são, pelo menos, no que se refere ao homem, primárias. Os conceitos e as percepções são elaborações e utilizações secundárias, umas a partir do sujeito e outras a partir do objeto" (Moscovici, 1976, p. 64).

Sob este aspecto, aliás explicitamente reconhecido em seguida por Moscovici, o processo representacional enquanto atividade criativa seria igualmente atuante na "psicologia da descoberta" científica, a qual, como é bem conhecido, difere da "lógica da verificação".

Anos mais tarde (Moscovici & Vignaux, 1994) virá a reelaborar o conceito de thêmata, inicialmente introduzido por Holton (1978), justamente para sublinhar o papel incontornável dos mecanismos psico-

lógicos da representação subjacentes a todo o conhecimento, seja ele natural ou científico. E também a esse nível é de novo a imagem da unidade potencial de tensões e de forças internas que constitui o ponto de partida da semiose.

Em que medida uma representação é social

Até agora a análise centrou-se no conceito de representação enquanto atividade psicológica, enquanto processo, sem especificar o estatuto do sujeito da representação, se individual ou coletivo. Recorde-se que Moscovici recupera um conceito introduzido por Durkheim, e igualmente que a adoção do adjetivo social sugere, desde logo, enfatizar a comunicação intersubjetiva enquanto processo gerador das representações.

Constitui, aliás, um lugar comum caracterizar as representações sociais como representações socialmente compartilhadas, o que por si só pouco acrescenta, e pode inclusivamente introduzir alguma ambiguidade. Na verdade, a adoção deste critério simplista não permite distinguir as representações sociais de outras produções coletivas tais como a própria ciência, a religião, os mitos e as ideologias.

A questão já é claramente colocada na edição de 1961: “Se acrescentarmos o adjectivo social ao substantivo representação, será que a nossa tentativa de clarificação fica concluída? Vamos su-

por que, para já, a resposta seja afirmativa. Qual o seu alcance 'exato' ? " (Moscovici, 1961, pp. 304-305).

Há vários critérios, observa o autor. O mais superficial será de natureza quantitativa, ou seja, a representação é social por virtude da sua extensão numa coletividade. Embora superficial e insuficiente, Moscovici não o rejeita, admitindo, como aliás no estudo empírico que efetuou sobre psicanálise o ilustra, que "o estudo de tais variações estatísticas oferece sempre informações interessantes e a psicossociologia das opiniões tem daí tirado o melhor partido " (Moscovici, 1961, p. 305).

Poderíamos hoje acrescentar, após cinquenta anos de pesquisa de uma comunidade científica em expansão, que muito da produção que circula sob a égide da teoria das representações sociais não vai mais além deste nível superficial. Todavia, como observa Moscovici

> o que constitui a marca das teorias maiores (majeures), é o modo de reprodução das representações, o papel que elas fazem desempenhar aos fatores sociais e aos fatores individuais; pelo que qualificar uma representação de social equivale a optar pela hipótese de ser coletivamente produzida, engendrada (1961, p. 305).

É, no entanto, este critério alternativo que torna difícil conferir especificidade às representações sociais, e isso por duas razões. A pri-

meira resulta da própria dificuldade de aceitar um sujeito coletivo. É certo que Moscovici, em 1961 e na sequência desta reflexão, cita, um sociólogo alemão, Glumplowicz, que em 1905, escrevia

> aquilo que pensa no homem, não é de todo ele, mas a sua comunidade social. A fonte do seu pensamento não se encontra de forma alguma nele, mas no meio social em que vive, na atmosfera social que respira, e ele não saberia pensar de outra forma para além do que deriva necessariamente das influências, concentradas no seu círculo, do meio social que o rodeia. (citado por Moscovici, 1961, p. 305)

Tais considerações fazem-nos recuar ao postulado da hipersocialização de Durkheim, que subestima o papel da inovação resultante dos processos psicológicos locais, senão mesmo individuais.

A segunda razão que leva a tornar difícil caracterizar a especificidade através do "modo de produção" é, uma vez mais, o fato de tal modo de produção ter igualmente lugar em outras modalidades do pensamento social tais como a ciência, mas também a religião ou as visões do mundo.

A solução encontrada por Moscovici, já em 1961 e mantida na 2ª edição de 1976, é conhecida. O que confere especificidade às representações sociais não será tanto o maior ou menor número de su-

jeitos ou grupos a compartilharem, nem tampouco o caráter coletivo do seu modo de produção, mas sobretudo a função que desempenham, a saber, que as representações sociais "contribuem exclusivamente para os processos de formação das condutas e de orientação das comunicações sociais" (1961, p.307; 1976, p. 75).

Em 1961 Moscovici faz a ressalva, em nota de rodapé, que a fórmula pode remeter para o funcionalismo, que ele considera inadequado para caracterizar a orientação enunciada. Em 1976 a ressalva desaparece, mas nem por isso a suspeita deixa de se justificar. Na verdade, trata-se de uma questão fulcral, que tanto em 1961 como em 1976 não encontra, ainda, uma solução satisfatória, e que só virá a consolidar-se a partir da articulação com um novo modelo de psicologia, alicerçado no dialogismo.

Convém todavia observar que, embora o argumento da função se mantenha nas duas edições da Psychanalyse, registam-se progressos nas razões (funcionais) que conferem especificidade às representações sociais, desde logo no que toca tanto o que as distingue da ciência, como dos mitos ou das ideologias.

Se em 1961 Moscovici admitia que tanto os mitos como as ideologias igualmente contribuíam para a orientação societal dos indivíduos e, sob esse aspecto, não diferiam da função das representações sociais, em 1976 Moscovici vai mais longe, denunciando que uma tal

identificação visa, em última análise, subestimar o senso comum, tido como superficial e mesmo incorreto. Essa valorização do senso comum, aqui apenas aflorada, irá posteriormente adquirir um relevo bem mais acentuado, conferindo um novo fôlego à teoria das representações sociais.

Esta mesma recusa do papel desconstrutor dos mitos e das ideologias, que se torna quase militante em Moscovici, terá igualmente a ver com a recusa da hipersocialização durkheimiana conduzindo à secundarização da variância introduzida pelos processos psicológicos. Se há uma constante em Moscovici, ela será que uma psicologia social mais social não significa que ela seja menos sociológica. Pronunciadora dessa postura epistemológica alternativa é a recusa que, desde 1961, Moscovici introduz, do dilema, a seu ver falso, entre o individual e o coletivo. Tal como escreve

> ... a oposição entre individual e coletivo não é essencial. Ela é mesmo perigosa na medida em que é uma propriedade a de ser coletiva, pode implicar a reunião, sob um mesmo conceito, de atividades tão diferentes como a ciência, a filosofia, o direito (Moscovici, 1961, p. 301).

Em 1976 Moscovici dá maior relevo à fronteira entre ciência e pensamento natural, designadamente através do papel desempenhado pelos "*savants-amateurs*" – personagens ainda ausentes na 1ª edição. A ciência e a tecnologia, através da divulgação científica, passam a ocupar um lugar cada vez mais importante e intrusivo nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas, o que leva Moscovici a considerar que o fenômeno das representações sociais constitua algo de especifico, não apenas enquanto processo psicossociológico, mas também enquanto fenômeno histórico. Em 1961 não se fala ainda da "era das representações sociais", mas em 1976 os contornos da tese já se acham claramente pressentidos. Hoje, trinta e cinco anos depois, é difícil não reconhecer que, não obstante a aceleração da dinâmica social ou por via dela, as representações sociais constituem, ainda que cada vez mais voláteis, a única forma de resistência ao pensamento único.

Excursus

Os conceitos de representação e, depois, de representação social remetem necessariamente para a linguagem e para os jogos a que ela dá lugar através da multiplicidade das suas combinações. A passagem pela retórica, até pela reciclagem de que tem sido objeto, torna-se assim quase que um ponto de passagem obrigatório. Não

sendo essa a via de análise que Moscovici privilegia, não deixa todavia de reconhecer o seu papel nos processos comunicacionais subjacentes à formação das representações. Tal como observa em 1976, uma representação social condensa uma reflexão coletiva suficientemente direta, diversificada e difusa, e cada participante sendo, até certo ponto, um autodidata, tendo por ideal ao mesmo tempo o dicionário e a enciclopédia. Daí esse estilo recitativo, descritivo arborescente, com repetições, avanços e recuo dos "textos" produzidos no decurso dos pensamentos, servindo para a comunicação imediata (Moscovici, 1976, p. 77).

Este vaivém entre dicionário e enciclopédia a que os semiólogos darão tanto relevo recorre, em grande medida, ao jogo de figuras de retórica, como seja o caso dos tropos, permitindo uma flexibilização interpretativa dos discursos.

O conceito de tropo introduzido na retórica clássica significa, literalmente, desvio. O exemplo mais imediato será a metáfora, que o carteiro de Pablo Neruda rapidamente entendeu e passou a utilizar no seu vocabulário. Mas há muitos outros tropos, que seria fastidioso aqui enumerar. De acordo com a literatura, dever-se-ia a Vico (1744/1992) a proposta de reduzir a quatro o número de tropos básicos: a metáfora, a metonímia, a sinédoque, a ironia.

Mais próximo do nosso tempo, Kenneth Burke (1879-1933), um critico literário, igualmente teorizou em torno destes quatro tropos básicos, desenvolvendo todavia a ideia, de certo modo já latente em Vico, das fronteiras difusas que os distinguem, o que de algum modo implica que "os quatro tropos projetem a sua sombra uns nos outros" (*The four tropes shade into one another*) (Burke 1969/1989, p. 247).

Mas Burke vai mais longe, propondo inclusive que é através destas ligações intertextuais que se processa a procura da verdade. Mais recentemente ainda, Jameson (1987) projeta esta proposta de Burke no quadrado semiótico de Greimas (1987) que, como é conhecido, constitui uma alternativa à semiótica triádica de Peirce (ver Fig. 2).

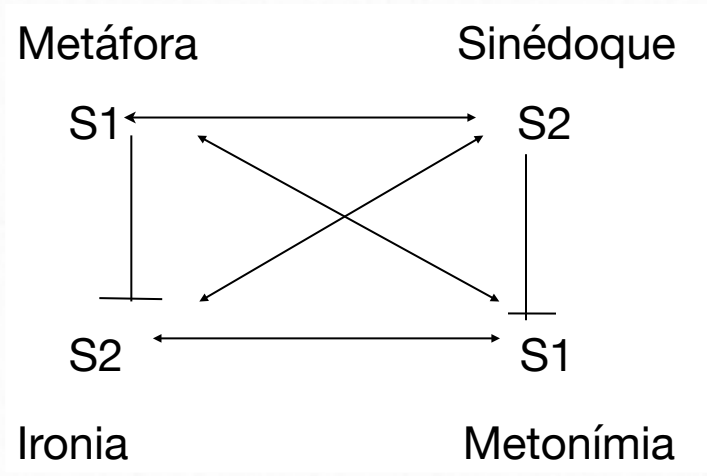


Fig. 2 – Os quatro "tropos básicos" como quadrado semiótico (Jameson 1987)

No quadrado semiótico, as diagonais correspondem a relações contraditórias (S1 versus não-S1, S2 versus não-S2), as horizontais a relações contrárias (S1 versus S2 e não – S2 versus não S1), e as linhas verticais a relações de complementaridade (S1 versus não-S2 e S2 versus não-S1).

A distinção entre uma relação contrária e uma relação contraditória é importante. Equivale a introduzir a negação para contrários possíveis. Se partirmos do conceito de gato, por exemplo, o seu contraditório é o universo ilimitado de tudo quanto não é gato. Desse universo podemos extrair, por exemplo, “rato” e opô-lo a gato. Se em termos científicos isso possa parecer absurdo, deixa de o ser se considerarmos um mundo possível como, por exemplo, a série de desenhos animados Tom and Jerry, ou para a metáfora corrente de que A e B são como o gato e o rato. Podemos inclusive ir mais longe, e considerar que o quadrado semiótico traduz a própria dinâmica da procura das significações através do percurso S1- não S1 – não S2- S1.

O circuito tanto pode ser reversível – caso que o ponto de chegada é o mesmo que o de partida (S1) – mas também pode conduzir à sua reformulação S1a.

Na leitura de Burke, os quatro tropos básicos correspondem em termos “literais” ou “realistas”, respectivamente, à perspectiva (metáfora), redução (metonímia), representação (sinédoque) e ironia (dialéti-

ca). E, mais uma vez, e será igualmente a virtude heurística do quadrado semiótico, não se trata de construir uma tipologia, ou seja, uma simples enumeração de classes ou figuras, mas de as articular numa lógica configuracional visando a produção de um possível hipertexto.

Para o debate centrado na teoria das representações sociais, esta passagem pela retórica dos tropos pode dar uma contribuição com alguma relevância. O recurso ao quadrado semiótico de Greimas já de algum modo ilustra a tese de Moscovici da "*Gestalt switch*" entre figura e significação e, neste caso, em termos de autorreferencialidade hermenêutica, o que, já de si, poderia ser interpretado como uma ironia. Há, sem dúvida, o risco de entrarmos no labirinto da linguagem, vindo a concluir que não há realidade para além do texto. Mas, sob esse aspecto, e como lembra Eco (1990), por muito aberta que seja a obra, há limites para a interpretação, impostos pelo referente.

Na leitura de Burke a representação corresponde literalmente à sinédoque, e a metonímia à redução. A distinção entre estes dois tipos de *tropos* tem dado lugar a equívocos, em grande medida por serem parcialmente sobreponíveis.

Ambos os *tropos* remetem, com efeito, para a relação entre o todo e as partes, mas enquanto que a metonímia relaciona algo de

intangível, incorpóreo, com algo de tangível e corpóreo – o coração no lugar de emoções, a sinédoque abrangeria entidades mais genéricas, por exemplo, o mapa e o território. Burke (1969/1989) sugere ser a relação entre microcosmo e macrocosmo o perfeito paradigma ou protótipo para todos os usos menos abrangentes. Percebe-se que a distinção seja difícil de estabelecer, dado que a metonímia não parece ser mais do que uma aplicação, um caso particular da sinédoque.

A distinção vai, porém, mais longe, dada a assimetria relacional que se verifica na metonímia em contraste com a simetria veiculada pela sinédoque. Trata-se, com efeito, de uma distinção crucial, porventura mais evidente quando traduzida na distinção entre redução (metonímia) e representação (sinédoque).

A redução corresponde ao "*modus operandi*" da ciência, entendida sobretudo enquanto lógica da verificação. A ciência visa unificar através da *mathesis*, reduz a complexidade através da hierarquização dos conceitos, e daí a assimetria, os sucessivos níveis de inclusão do particular no geral.

Em contrapartida, a gramática da sinédoque centra-se nas relações simétricas ou seja, na tensão entre representante e representado. Burke sublinha a diversidade de lugares onde encontramos o con-

ceito de representação, seja no teatro, na política, na filosofia, na arte.

A mônada de Leibniz, a vontade geral de Rousseau, seriam ilustrações típicas da sinédoque. Em qualquer destes casos há uma simetria e uma tensão dela decorrente. As relações entre representante e representado, entre significante e significado, entre percepção e conceito, são relações dinâmicas, em equilíbrio sempre precário, que encontramos igualmente nas práticas cientificas, entendidas estas, todavia, enquanto psicologia da descoberta e não como sistemática da verificação. Também em rigor ou em teoria haveria, ou deveria haver, uma simetria entre os representantes eleitos para um Parlamento e os seus representados, e não qualquer relação de dependência hierárquica.

Metonímia e sinédoque, ou nas suas formas literais de redução e representação, enquanto polos do quadrado semiótico, são figuras complementares que adquirem uma inteligibilidade acrescida senão mesmo indispensável, quando articuladas com as perspectivas abertas pela metáfora.

Por outras palavras, se a ironia/dialética constitui a figura contraditória da sinédoque/representação, isso significa que é através da ironia que as tensões internas inerentes ao processo representacional vêm a ser desbloqueadas, abrindo o caminho à reformulação das

metáforas de partida e, eventualmente, à construção de novas perspectivas.

Em que medida podemos, de algum modo, aplicar este modelo semiótico aos resultados do estudo sobre a imagem da Psicanálise, é o que de imediato ocorre perguntar. Estando fora de causa uma análise sistemática, podemos notar que Moscovici, em ambas as edições (1961 e 1976), em termos praticamente idênticos, coloca o problema da articulação entre linguagem e representação.

A nova disciplina da psicanálise é, desde logo, um caso particularmente sintomático dada a renovação que dela resultou para o léxico da linguagem comum, contribuindo para a formação de novos jogos de linguagem. Entre linguagem científica e "linguagem temática", entendendo-se por esta "o conjunto das unidades léxicas ligadas a uma representação ou que dela se impregnam" (1961, p. 149; 1976, p. 234), algo se perde, algo se transforma, mas é a partir de tais descontextualizações que as representações sociais se constroem.

No léxico apurado no estudo de Moscovici termos como consciente, inconsciente, recalcamento, complexo, ou seja, os termos do núcleo figurativo são os que se revestem de maior centralidade. Entretanto, o conceito de libido, central na teoria, não surge na linguagem temática, pelo menos ao nível da evocação espontânea, embora surja igualmente central ao nível do reconhecimento.

Esta incongruência "irônica" poderia estar na base da abertura para novas "perspectivas", segundo as quais a "representação" em termos de uma resultante causal que opõe "consciente" a "inconsciente", poderia justamente transferir-se para o campo das normas sociais onde a "libido", enquanto sinédoque da condição humana, daria um novo conteúdo ao conflito que opõe o princípio do prazer ao principio da realidade, sem todavia a ela se reduzir enquanto conceito cientifico.

Este é apenas um exercício, outras aplicações poderiam ensaiar-se com outras figuras da representação, tais como a metáfora da psicanálise como confissão, ou da sua difusão preferencial na sociedade norte-americana, ou ainda na laicização dos diagnósticos e práticas psicoterapêuticas.

Notas finais

A noção de representação social é introduzida por Moscovici na sua obra sobre a imagem da Psicanálise editada em 1961, e reformulada em 1976.

A reformulação é, todavia, mais estilística do que substantiva, como o autor aliás refere no prefácio da nova edição. Aligeira-se o texto, suprimem-se pormenores de natureza mais técnica, reorganiza-se a estrutura evitando eventuais redundâncias. Como nota o au-

tor, se a primeira edição era uma tese, a segunda procura ser um livro.

Em todo o caso, uma leitura que todavia não se pretende sistemática e exaustiva é possível detectar, a par de uma evidente continuidade, algumas inflexões apontando para um aprofundamento da teoria.

Cinquenta anos depois a teoria, ou talvez a metateoria, das representações sociais continua aberta a novos desenvolvimentos como a novas articulações interdisciplinares. Para nos cingirmos aos quinze anos que decorrem entre a 1ª e a 2ª edição da obra, haverá que dar relevo à continuidade tanto no que se refere à análise dimensional das representações, que culmina no modelo das três dimensões – informação, campo, atitude – com as potencialidades heurísticas que o próprio estudo empírico sobre a imagem da psicanálise ilustra e que irá constituir o método, por excelência, para a comunidade de pesquisa que nele se inspira.

Da mesma forma, toda a análise epistemológica centrada no conceito de representação, a reciclagem proposta para o conceito de representação coletiva de Durkheim e a passagem ao conceito de representação social, a especificidade deste novo conceito em confronto com outros afins tais como a ideologia e o mito, não parece terem sofrido qualquer alteração da primeira para a segunda edição.

Com o benefício da visão retrospectiva podemos, hoje, reler estas obras em uma perspectiva mais alargada detectando eventuais lacunas que posteriormente vieram a ser colmatadas. Tal nos parece ser o caso da revalorização do senso comum, ainda pouco saliente embora implícita no enquadramento teórico proposto por Moscovici. Na verdade, em 1976 encontramos uma rejeição de forma mais explícita da ideia que as representações sociais possam ser aproximadas das ideologias ou das mitologias, precisamente com base no argumento de que tal aproximação se baseia numa concepção pejorativa do senso comum.

Outra nuance relevante que nos pareceu introduzida na 2ª edição consiste no triplo postulado, entre os quais se inclui a tese que "qualquer coisa é signo de qualquer coisa" o que, a nosso ver, abre caminho à análise semiótica.

Sabemos que, posteriormente, Moscovici (1984) reconhece alguma proximidade entre o triângulo epistêmico, segundo ele constitutivo do objeto da psicologia social, e a cadeia triádica dos interpretantes proposta por Peirce, enquanto dispositivo multiplicador das significações do objeto dinâmico. É certo que Moscovici não veio a aprofundar esta via, mas nada obsta que ela não venha a constituir um campo a explorar.

Um aspecto final que gostaria ainda de referir diz respeito ao terceiro postulado – toda a representação é representação para um sujeito. Em ambas as edições Moscovici sustenta a tese de que as representações seriam sociais não porque o sujeito seja social – o que aliás é sempre, aqui em um sentido de evidência quase tautológica –, mas pela função que desempenham como organizadoras das condutas e da comunicação social.

Possivelmente esta especificação das representações sociais em termos funcionais, senão mesmo funcionalistas, não será inteiramente satisfatória. Percebe-se que Moscovici procura contornar a dificuldade de uma perspectiva baseada apenas nas interacções interindividuais, em que irão de resto redundar as análises do discurso e respectivas variantes da microssociologia.

Parece-nos, todavia, de algum modo sintomático que, em 1976, e não ainda em 1961, Moscovici insira uma referência a George Mead (1934) e à noção do "outro generalizado", ou seja, como escreve

> à quintessência de todos os interlocutores próximos ou afastados. Para fazer o equilíbrio o indivíduo define-se como um "si generalizado", ou seja como porta-voz do seu grupo, da sua classe, dos cristãos ou do

> “bom senso”, e não como uma pessoa particular” (1976, pp. 77-78).

A assunção do dialogismo emergente no interior do próprio sujeito, uma ideia que remonta a Vygotsky, virá assim conferir um papel central à comunicação, agora com um outro estatuto epistemológico, que em 1961 ainda não lhe era reconhecido.

Referências

Abric, J. C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In C. Guimelli (ed.), *Structures et transformations des representations socials* (pp.73-84). Neuchatel: Delachaux et Niestlé.

Allport, G. (1935). Attitudes. In C. M. Murchison (ed.), *Handbook of social psychology* (pp. 798-884). Worcester: Clark University Press.

Barthes, R. (2010/1980). *A câmara clara. Nota sobre a fotografia*. Lisboa: Edições 70.

Benjamin, W. (2006/1936). A obra de arte na época da sua possibilidade de reprodução técnica, 3ª versão. In W. Benjamin, *Obras Escolhidas – A Modernidade* (tradução e edição de João Barrento). Lisboa: Assírio e Alvim.

Burke, K. (1969/1989). *Irony and Dialectics – From a grammar of Motives*. Los Angeles: University Chicago Press.

Burke, K. (1989). *On Symbols and Society*. Chicago: The University of Chicago Press.

Doise, W. (1989). Attitudes et représentations socials. In D. Jodelet (ed), *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Doise, W., Clémence, A. & Cioldi, F. (1994). *Le charme discret des attitudes*. Textes sur les Représentations Sociales, 3(1), 1-138.

Eco, U. (1990). *I limiti dell'interpretazione*. Milano: Bompiani

Eco, U. (1997). *Kant et l'ornithorynque*. Paris: Grasset.

Fishbein, M. & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitudes intention and behavior*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.

Greimas, A. (1987). *On meaning: selected writings in semiotic theory*. London: Frances Pinter.

Holton, G. (1978). *The scientific imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jahoda, G. (1988). *Critical notes and reflections on "social representations"*. European Journal of Social Psychology, 18 (3), 95 -109.

Jameson F (1987) Introduction. In A Greimas *On Meaning* (p. XXI). London: Frances Pinter.

Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Chicago: The University of Chicago Press.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2ªed., revista). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1984). Introduction. Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (ed), *Psychologie Sociale*. Paris: PUF.

Moscovici S & Vignaux G (1994). Le concept de thêmata. In C. Guimelli (ed), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 25-72). Neuchatel: Delachaux et Niestlé.

Nancy, J.-L. (2003). *Au fond des images*. Paris: Galilée.

Vico, G. (1992/1744). *Principi di scienza nuova* (pp.160-164).Milano: Mondadori.

2 Difusão das Representações e Inteligência Coletiva Distribuída

Saadi Lahlou

London School of Economics and Social Science

Traduzido por José Geraldo de Oliveira Almeida, do original em francês

> Jonathan Grudin, em uma intervenção em um *blog*, escreveu: “Ernest Hilgard used to grumble about psychology that if you develop a theory it’s like your toothbrush, fine for you to use but no one else is very interested in using it”. (Grudin, 2002)

A teoria das representações sociais é um contraexemplo raro a esta dificuldade de difundir um conceito: 50 anos depois, centenas de pesquisadores continuam a se interessar, cada vez mais, em todos os continentes. Tudo começou com um livro de Serge Moscovici, *La Psychanalyse, son image et son public* (Moscovici, 1961/1976). Este capítulo, depois de algumas digressões preliminares, examina a originalidade do conceito de representação social: o duplo cruzamento entre o individual e o social, por um lado, e material e ideal, por outro.

Em seguida, destaca o princípio ativo da construção social que ocorre na representação social: uma inteligência coletiva distribuída e descentralizada, que explora a controvérsia e a seleção para criar formas partilhadas. Compara este funcionamento ao da ciência acadêmica. Explica, indicando o motivo pelo qual os escritos científicos devem seguir um determinado formato, ponto que poderá ser útil aos estudantes de doutorado, mas para isto é preciso ler a última seção.

Três leituras sucessivas

Li *La Psychanalyse*... pelo menos três vezes. A primeira vez na *Bibliothèque Sainte Genevieve* (Paris), em 1983, e foi para mim uma iluminação: este livro me fez decidir ir conversar com Moscovici, que mais tarde se tornou meu orientador de tese. A segunda vez, escrevendo a minha tese de doutorado. Desta vez eu não estava distraído com as meninas que passavam pelos corredores da biblioteca, e pude fazer várias anotações em meu exemplar, deixando-me a acreditar, desta forma, que eu o tinha lido seriamente.

Ao ler o texto pela terceira vez, por ocasião das comemorações do seu cinquentenário, percebo, antes de tudo obviamente, que é diferente da minha lembrança. Se eu não encontrasse em quase

todas as páginas minhas próprias anotações ou sublinhados, eu poderia acreditar que eu nunca o li de verdade.

Como observou Pierre Bayard em “Como falar dos livros que não lemos?” (Bayard, 2007), finalmente nenhuma leitura é completa e redescobrimos um novo livro cada vez que o lemos. Como não nos banhamos duas vezes no mesmo rio, não lemos o mesmo livro duas vezes, primeiro porque nós mudamos e toda leitura é uma interpretação, em seguida porque os leitores são frequentemente guiados pelas metas do momento (por exemplo, encontrar apoio para as nossas próprias teses etc.). E, também, porque a leitura é muitas vezes apenas uma olhada. Conforme o exprime graciosamente Xavier de Maistre ao descrever a automação do corpo (esta montaria que cavalga a alma e que ele chama de “o outro”):

> Quando estais lendo um livro, senhor, e uma idéia mais agradável entra de repente em vossa imaginação, a vossa alma imediatamente se deixa agarrar e esquece o livro, enquanto os olhos vão seguindo mecanicamente as palavras e as linhas; acabais a página sem compreendê-la e sem vos lembrardes do que lestes. — Isto vem do fato de que a vossa alma, tendo ordenado à companheira que continuasse a leitura, não a advertiu da ligeira falta que ia

> fazer; de modo que a outra continuava a leitura que a vossa alma não mais ouvia. (de Maistre, 1794)

Quantos livros já traí aos citá-los? Provavelmente todos, infelizmente. Mas sinto a mesma sensação de "nunca ter lido" relendo os artigos que eu escrevi (sim, confesso que isto me acontece ao tentar me atualizar sobre temas antigos) e, desta forma, me sinto um pouco menos culpado.

O livro de Moscovici, no entanto, não se trai com facilidade, precisamente porque é um livro de abertura que convida a várias interpretações, o que é, inclusive, uma de suas grandes qualidades; volto a este assunto mais tarde.

Este capítulo tem mais três partes: a que vem a seguir é uma nota de releitura, quase 30 anos depois da minha primeira. A posterior tenta realocar o trabalho seminal de Moscovici na linhagem daqueles que o precederam, e enfatizar o que me parece ser o nó central do problema e da importante contribuição de Moscovici com este conceito, o duplo cruzamento entre o individual e o social, por um lado, e material e ideal, por outro. Neste cruzamento se produzem transmutações complexas (no sentido de que elas usam curvas de retroação entre vários subsistemas). Na quarta seção descrevo um aspecto particularmente interessante do fenômeno que ocorre neste cruzamento: a criação gradual de uma forma, usando

uma distribuição coletiva de inteligência, que produz a representação de maneira descentralizada e emergente por meio de provas de realidade e controvérsias. Comparo este processo com o mais moderno, rigorosamente institucionalizado e coerente, processo de acumulação gradual do conhecimento pela ciência acadêmica.

Minhas impressões na releitura de *La Psychanalyse*

O que me impressiona hoje, durante a leitura do livro *La Psychanalyse, son image et son public* (que a partir de agora designaremos pelo simpático acrônimo “PIP”) e que não percebi quando o li pela primeira vez é, em princípio, sua incrível modernidade e a importância de sua demonstração empírica. E também sua forma que, francamente, em comparação com outros livros de Moscovici, não me parece tão boa, com um estilo por vezes pesado e com uma estrutura geral que falta clareza, principalmente porque os títulos dos capítulos são pouco explícitos. Em seguida, uma postura notável, muito aberta, mais empírica do que teórica, que me parece explicar, em retrospecto, o sucesso do campo de pesquisa sobre as representações. Desenvolvamos.

O trabalho de Moscovici é extremamente inovador. A tal ponto que a obra passou um pouco despercebida por 15 anos entre a primeira (1961) e a segunda edição (1976). Foi necessário esperar o

resto das ciências sociais progredir para que a PIP encontrasse, finalmente, o que poderíamos chamar, por analogia com a descrição de Vygotsky sobre o desenvolvimento da criança, de sua zona proximal de desenvolvimento (Vygotsky, 1978), isto é, o que a criança não é capaz de realizar sozinha, mas consegue fazer com o apoio de um adulto.

De fato, Moscovici mostra concretamente na PIP o que é a construção social do objeto, como, na prática, os indivíduos constroem sua realidade. É, aliás, uma questão central de seu livro, constantemente tratada em filigranas: “A questão que nos perguntamos a cada momento: como o homem constitui sua realidade?” (Moscovici, 1976, p. 504).

> Insisto na especificidade destas [as representações sociais] porque não gostaria de vê-las reduzidas como no passado, a simples simulacros ou resíduos intelectuais, sem relação alguma com o comportamento humano criador. Pelo contrário, elas possuem uma função constitutiva da realidade, da única realidade que conhecemos por experiência e na qual a maioria das pessoas se movimenta. (Moscovici, 1976, pp. 26-27, grifos meus).

Lembremo-nos que a obra de Berger e Luckmann (1966), “A construção social da realidade”, que podemos considerar como o

manifesto do construtivismo nas ciências sociais, sairia apenas cinco anos após a publicação da primeira edição da PIP!

Como em qualquer inovação bem sucedida, a originalidade da PIP nos aparece menor agora, mais precisamente porque os novos elementos que ela trouxe atualmente passaram para o domínio comum. Isto é verdade ao nível das ideias. Também é verdade ao nível empírico. O que era um trabalho empírico enorme (entrevistas e questionários em uma amostra de 2.265 sujeitos, análise de conteúdo sobre 1.640 artigos da imprensa, publicados em 230 jornais e revistas entre janeiro de 1952 e julho de 1956), hoje parece um pouco menos impressionante. Os avanços tecnológicos nos últimos cinquenta anos, com ajuda informatizada na análise de conteúdo, nos acostumaram com análises de corpus importantes, e também com análises de imprensa. Mas não devemos esquecer que, se estas abordagens são generalizadas e desenvolvidas, é justamente graças ao trabalho de pioneiros –tais como o de Moscovici –, que mostraram sua importância.

O aspecto empírico é importante. Se fazer uma teoria é relativamente fácil (me dê uma boa garrafa de vinho e faço uma teoria sobre o que você quiser), fornecer um trabalho empírico sólido e convincente é outra questão. E, de fato, o livro de Moscovici traz precisamente o que está faltando no de Berger e Luckmann: o que acontece na prática? Esta abordagem empírica de Moscovici, em um

terreno real, é uma pré-noção determinante que marcará todos os seus sucessores no campo das representações sociais e fará destas um instrumento concreto a serviço daqueles que querem entender o mundo real e agir sobre ele, particularmente nas áreas de educação e saúde. É precisamente essa massa de evidências empíricas que é determinante na PIP; a demonstração é imposta pelos fatos: não tem uma psicanálise, mas várias representações dela, e são bastante distintas da maneira como a própria psicanálise se vê e se define.

Deste ponto de vista, a PIP se assemelha à obra de Edwin Hutchins (1995), *Cognition in the wild*, também uma revolução científica, que usa igualmente a demonstração empírica para passar sua mensagem: a cognição não está no espírito, ela é distribuída sobre os atores e o ambiente. Para tais demonstrações revolucionárias, é fundamental divulgar completamente um material empírico sólido e convincente. Naturalmente, é longo e nem sempre fácil de ler. E na segunda - ou na terceira - leitura, uma vez que estamos convencidos de seus fundamentos, a descrição do detalhe empírico parece quase supérflua, em todo caso, frequentemente fastidiosa - e isto provavelmente explica a minha decepção com o estilo da minha leitura recente e meu julgamento retrospectivamente pouco generoso no que diz respeito a este grande livro de meu bom mestre.

Notável também é a postura adotada por Moscovici na apresentação do seu trabalho. Frequentemente, o autor que descobre um fenômeno tende a fazer um modelo e propor uma teoria geral. Ponto de teoria geral das representações sociais na PIP. À medida em que Moscovici revela a magnitude da construção social, e mesmo estando perfeitamente consciente da pretensão colossal daquilo que ele adianta, limita-se modestamente a propor modelos para apenas alguns aspectos, relativos aos processos de apropriação do saber (ancoragem e objetivação) e o papel da imprensa na transmissão e na disseminação (difusão, propaganda e propagação). Preserva-se cuidadosamente de propor uma única definição das representações sociais, e se refere ao fenômeno como um todo, sempre mantendo certa imprecisão sobre o contorno exato do fenômeno que ele descreve. Em retrospectiva, agora que meio século de pesquisas têm demonstrado a extrema complexidade do problema, para não dizer a impossibilidade de fazer uma descrição unívoca do fenômeno, podemos somente admirar a lucidez do autor, que na época era apenas um jovem pesquisador.

O leitor da PIP se vê, portanto, abrindo um novo campo de fenômenos, mas sem que um quadro teórico rígido lhe seja imposto: as propostas teóricas de Moscovici cobrem apenas parte do campo que foi marcado. Particularmente, tudo que concerne os

comportamentos é deixado em aberto, mesmo que esteja explicitamente escrito que são regidos pelas representações sociais.

Poderíamos interpretar essa atitude modesta como uma precaução científica: Moscovici, no final das contas, apenas analisa na PIP o discurso e a comunicação, e não se aventura a interpretar mais além. Por um lado, isso seria imputar-lhe uma pusilanimidade excessiva que não se enquadra em sua ousadia habitual; aliás, muitos outros autores não se incomodaram em teorizar mesmo com uma base empírica restrita: por exemplo, Berger e Luckmann já citados, ou Herbert Simon (1945), em sua tese. Na verdade, Moscovici um dia me disse o porquê, mas a razão é tão provocativa que prefiro deixá-lo falar por si mesmo.

De qualquer forma, é certo que nesta área Moscovici sempre provou uma incrível abertura teórica, procurando nunca impor a sua própria perspectiva e incentivar todas as iniciativas teóricas e metodológicas, até hoje; uma atitude que eu raramente encontro em outros pesquisadores deste nível. De qualquer forma, o resultado é que os sucessores se encontraram diante de um campo aberto e a ser construído, ao invés de uma teoria a aprender e a criticar. Isto ajuda a explicar a vitalidade do campo, e o fato de que após 50 anos continua a crescer, o que é excepcional no campo das humanidades.

Em suma, as Representações Sociais são um campo de estudo e não uma teoria, o que explica a longevidade do campo. Esse

campo tem uma particularidade: ele cruza um dos problemas fundamentais das ciências sociais (a relação entre indivíduo e sociedade) com um problema ao mesmo tempo epistemológico e psicológico (a relação entre o material e o ideal). É por isso que a representação social é o cadinho(1) de construção social. A próxima seção mostra como Moscovici descobriu o fenômeno, pegando o problema onde

---

(1) NT: o lugar onde as coisas se misturam, se fundem.

Durkheim parou (cito aqui, descaradamente, uma análise feita em minha tese).

Representação coletiva e representação social

Representação social é o meio pelo qual os seres humanos representam objetos de seu mundo. Ferramenta de pensamento, é também uma placa giratória: entre o indivíduo e o grupo, entre o material e o ideal. É por isso que o conceito está na encruzilhada de várias disciplinas: A psicologia social, onde foi definido (Moscovici, 1961), mas também, a psicologia e a sociologia, de onde vieram suas pré-noções: representação coletiva em Durkheim (1912), complexo em Freud (1899/1900), e agora as ciências cognitivas. A riqueza do conceito de representação social faz com que seja também um pouco vago. Estas duas características são amplamente

reconhecidas por seus usuários, e a segunda evidenciada por seus detratores (Jahoda, 1988; Potter & Litton, 1985).

Por seu aspecto “representação do objeto”, – o conceito de representação social participa do conceito de cognição e apela à filosofia do conhecimento, à epistemologia, às ciências cognitivas. Como a representação é um processo psíquico, o conceito refere-se à análise dos processos mentais que tratam da percepção e da representação mental de objetos materiais e sociais (em suma, o conjunto da psicologia cognitiva, da teoria freudiana e da psicologia do desenvolvimento). Finalmente, o conceito remete ao papel societal do conhecimento (assunto abordado pela antropologia e pela sociologia sob o termo de cultura). Seria necessário abraçar todas estas disciplinas para dar conta completamente dos diferentes aspectos da representação social. Imaginemos a dificuldade de realizar esta tarefa.

Esta é, naturalmente, a abordagem psicossocial da representação social, com o estudo de seu papel socializante, que foi a mais desenvolvida. O conceito é central na psicossociologia. Doise e Palmonari (1986) estimavam que seu estudo “deveria levar a uma organização geral das áreas estudadas pelos psicólogos sociais”.

Nesta seção, vamos identificar as características essenciais dessa noção complexa, revisitando sua história. Há uma descrição da gênese da noção por seu próprio fundador, no excelente manual publicado por Denise Jodelet (1989a), sobre o qual nos apoiaremos largamente.

A gênese da noção da representação social

Vamos primeiro ver o conceito de representação coletiva, tal como construído por Durkheim e seus contemporâneos, antes de examinar como a noção foi reformulada por Moscovici e depois por sua escola. Podemos falar em um primeiro momento, da abordagem sociopsicológica, na medida em que a representação coletiva foi primeiramente tida como um objeto social. Em um segundo momento, como era esperado depois de um período marcado pelo desenvolvimento da teoria da forma, seguido depois pelo progresso da psicologia cognitiva, o caráter representativo ganhou importância na noção.

A sociologia de Durkheim tem um aspecto militante: constrói seu objeto de estudo, delimita o campo dos fenômenos que pretende explicar. Esta tarefa não é simples, porque as fronteiras disciplinares são evidentemente imprecisas. Podemos nos convencer, por exemplo, lendo "*Sociologie et épistémologie*"

(Simmel, 1981), na qual percebemos as tentações hegemônicas da sociologia da época, em uma área que abrange o que os anglo-saxões chamam de *social anthropology* e que incluiria, também, a psicologia social, a etnologia, e provavelmente até mesmo uma parte da história.

Uma das preocupações desta ciência emergente que procura marcar seu campo acadêmico é, então, de construir objetos sociais. É natural que, ao lado dos objetos sociais concretos, como os povos, as nações, as instituições, procuramos descrever os objetos sociais imateriais os quais, claramente, participam do funcionamento destes objetos sociais concretos. A primeira regra, e a mais fundamental, é considerar os fatos sociais como coisas" (Durkheim, 1895/1992, p. 15).

A própria natureza do objeto de estudo (as coletividades) requer que os objetos explicativos sejam da mesma natureza que os objetos explicados, ou seja, compartilhados por todos os membros de uma coletividade. Isso ocorre com territórios, climas e, possivelmente, líderes carismáticos que são explicações coletivas e materiais observáveis, "fatos sociais". Assim são os instintos ou as disposições naturais, que são explicações materiais não diretamente observáveis. Assim são as línguas, leis e costumes, na categoria dos imateriais observáveis. Assim deverão ser os objetos imateriais e não-observáveis. As representações coletivas, que são de tais

objetos (como os mitos, as religiões, as crenças, e de uma maneira geral todos os sistemas explicativos e descritivos do mundo) são uma classe logicamente necessária na Sociologia.

O trabalho de Durkheim pretende demonstrar a importância da sociedade em toda explicação do mundo. Com uma grande habilidade acadêmica, irá fazê-lo ao abordar o estudo de casos ao mesmo tempo difíceis e impressionantes. Em “O suicídio”, Durkheim (1897/1930) demonstra que o ato aparentemente mais individual está, na verdade, sob a influência de um forte determinismo social. Em “As formas elementares da vida religiosa” (Durkheim, 1912/1991), ele demonstra que o pensamento lógico é uma criação da sociedade, não uma virtude natural do homem. Ele faz isso mostrando que o conceito é uma representação coletiva, que é justamente pelo seu aspecto coletivo que adquire a independência das imagens dos sentidos individuais (impessoalidade) e a estabilidade, que são as características da verdade. “Em suma, existe impessoalidade em nós, porque existe o social em nós e, como a vida social inclui ao mesmo tempo representações e práticas, esta impessoalidade se estende naturalmente tanto às idéias como aos atos”. (Durkheim, 1912/1991, p. 738).

É então, somente pela própria sociedade, que as “noções essenciais que dominam toda a nossa vida intelectual” (Durkheim, 1912/1991, p. 51), como os conceitos de tempo, espaço, força,

totalidade e classificação (que originalmente eram conceitos que existiam apenas aplicados à sociedade: o tempo social, o espaço social...) puderam ser construídos: “todo mistério desaparece no momento em que se reconheceu que a razão impessoal não é senão um outro nome dado ao pensamento coletivo" (p. 738). O mundo pensado é, então, um mundo social. Ao fornecer uma nova categoria de explicações das “faculdades superiores e específicas do homem”, a sociologia resulta em uma alternativa dolorosa entre biologicismo e postulado divino, e, assim, “a sociologia parece abrir uma nova rota para a ciência do homem” (p. 739).

No mesmo movimento, atribui-se à representação coletiva, recentemente inventada, a prestigiosa paternidade das noções “essenciais” que faz com que o homem seja dotado de sapiência! Além desta argumentação pro domo, interessante em si mesmo, o trabalho de Durkheim abre uma nova via às pesquisas. Pois as representações não apenas são sociais pela suas não-individualidades, mas

> Elas são sociais, em outro sentido, e como no segundo grau. Não só vêm da sociedade, mas as próprias coisas que exprimem são sociais. Não é apenas a sociedade que as instituiu, mas são aspectos diferentes do ser social que lhes servem de conteúdo. (Durkheim, 1912/1991, p. 729).

Aparece a ideia de que uma sociedade só pode funcionar se, precisamente, seus membros partilham uma visão de mundo determinada. Deve produzir estruturas comuns para que a agregação das percepções e dos comportamentos individuais não seja um caos, mas uma forma organizada(2).

> Se, portanto, a cada momento do tempo, os homens não se entendessem sobre essas idéias essenciais, se não tivessem uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa, do número, etc, toda concordância se tornaria impossível entre as inteligências e, por conseguinte, toda vida em comum. Assim, a sociedade não pode abandonar as categorias ao livre arbítrio dos particulares sem se abandonar ela própria. Para poder viver, ela não necessita apenas de um suficiente conformismo moral; há um mínimo de confor-

(2) Uma ideia que Alfred Schütz (1962) desenvolverá finamente com a noção de tipificação.

> mismo lógico sem o qual ela também não pode passar. Por essa razão, ela pesa com toda a sua autoridade sobre seus membros a fim de prevenir as dissidências. (Durkheim, 1912/1991, p. 64).

A representação coletiva é uma estrutura que liga, que permite "a interpenetração das consciências", como o totem materializa a consciência do grupo. Esta ideia é o germe de uma noção chave que a psicologia social saberá retomar e desenvolver: o papel dinâmico da representação social, objeto comum, comunicativo e socializante. Esta é uma forma abstrata que, para usar um vocabulário moderno, emerge do corpo social. O conceito de representação coletiva será, então, para Durkheim, equivalente dos objetos de pensamento individuais no nível coletivo. Entendemos desde a filiação natural entre os trabalhos de Durkheim e a psicologia social, ciência que, como escreveu Serge Moscovici, foi de certa forma, fundada para formular as leis do espírito social (Moscovici, 1986). É esta faceta do pensamento durkheimiano que é retomada com maior insistência por psicossociólogos contemporâneos:

> "O que as representações coletivas traduzem é a forma como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que os afetam" (Durkheim, 1895/1993, p. XVII, citado por Jodelet, 1989b).
>
> A maneira como este ser especial, que é a sociedade, pensa as coisas a partir de sua própria experiência. (Durkheim, 1912, p. 621, citado por Moscovici, 1989, p. 64).

Durkheim focava a análise mais no caráter coletivo do que em suas características cognitivas, o que, aliás, é compreensível, devido aos desafios acadêmicos da sociologia da época. Já encontramos, no entanto, o caráter fecundo da noção de representação, na medida em que é uma espécie de interface cognitiva entre o nível individual, onde cada um apreende a realidade por meio de representações mentais individuais, e o grupo, que só pode existir e funcionar como tal com os objetos mentais na sua medida, isto é, coletivos. Portanto, há uma ambivalência de nível ontológico (ao mesmo tempo individual e coletivo) na representação social, uma espécie de caráter tradutor ou, mais precisamente, interpretativo, das percepções do indivíduo (imagens) na consciência de grupo (ideias). Este caráter é abordado em filigrana em outros textos da época.

> Não há idéia sem imagens: mais precisamente, idéia e imagem não designam dois elementos, um social, outro individual, de nossos estados de consciência, mas dois pontos de vista de onde a sociedade pode considerar ao mesmo tempo os mesmos objetos, que marca seu lugar no conjunto de suas noções, ou em sua vida ou história (Halbwachs, 1925, citado por Jodelet, 1989b, p. 57).

Poderíamos multiplicar as citações, que revelam o seguinte resultado da problemática sociológica: os conjuntos complexos que estudamos sob o nome de sociedades funcionam graças a uma forma de compartilhamento de concepções do que é o mundo, e antes a própria sociedade, e como devemos vivê-la. As representações coletivas, conhecimentos sociais do mundo, são tais objetos.

Para melhor explicar a evolução do conceito, consideremos que a representação social pode ser vista como um *carrefour*: passagem entre material e ideal, passagem entre individual e social.

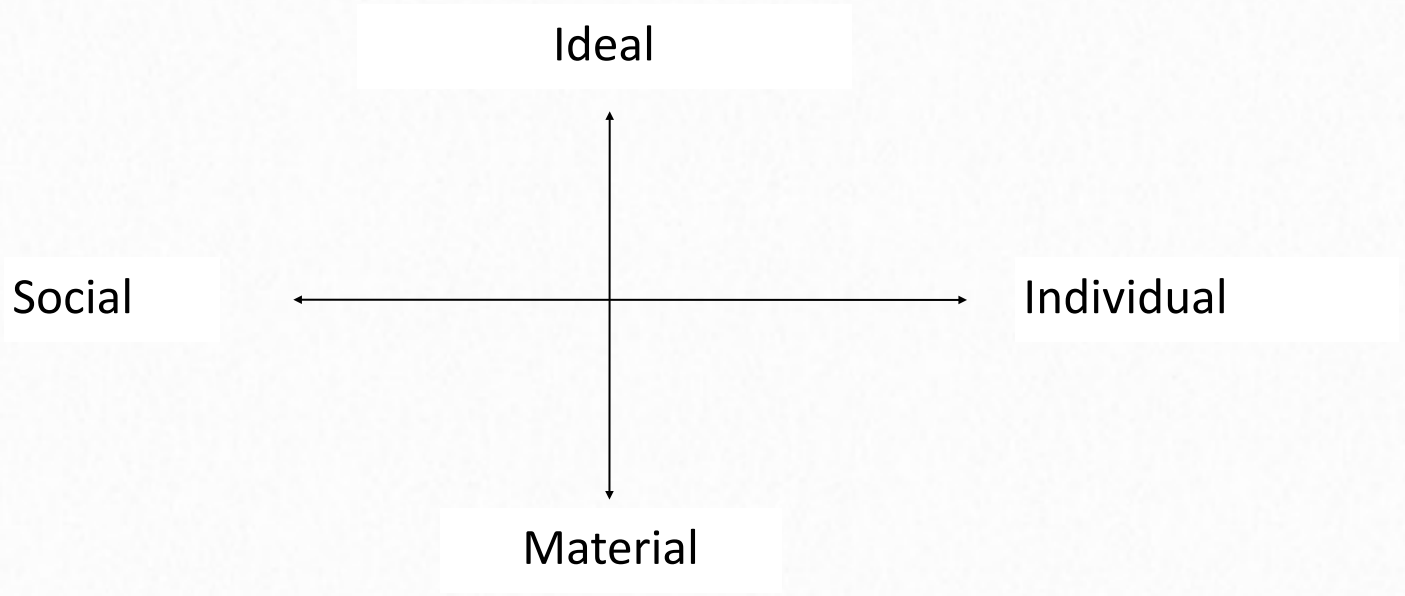


Figura 1. A representação no *carrefour*

Nesta fase histórica, o foco das atenções sobre o caráter social dos fenômenos impede a dissociação do caráter abstrato/reificado da representação. Isto leva a considerar o caráter abstrativo ("conceito") como uma condição necessária para a passagem do individual para o social. Mas os dois ramos do cruzamento são, todavia, percebidos.

A abordagem psicossocial: o trabalho fundador de Moscovici

O conceito de representação coletiva, “depois de ter sido o fenômeno mais marcante da ciência social na França /.../ sofreu um eclipse que durou quase meio século” (Moscovici, 1989, p. 62). Também, após esta fase de latência da pesquisa na década de 1950, Moscovici parte de uma situação na qual as ciências humanas descrevem as representações coletivas, mas sem explicar sua gênese, ou seu funcionamento: insistimos em suas funções sociais e as descrevemos, sem um método unificado. Esta descrição refere-se geralmente a sociedades afastadas da nossa no tempo e no espaço. Já havia aparecido em alguns trabalhos indícios de descrição dos mecanismos do “pensamento selvagem” que não o consideravam apenas como uma curiosidade exótica, como um arcaísmo, estas descrições entrevêm, atrás dos pensamentos selvagens, mecanismos mais gerais que partilhamos, talvez mais do que gostaríamos, da perspectiva condescendente do homem branco sábio. Estas abordagens

> /.../ não permanecem mais nas idéias recebidas sobre a distinção geral entre o conceito e a sensação ou imagem, nem nas considerações duvidosas sobre a inteligência única e as inteligências particulares. Começam a identificar as estruturas intelectuais e afetivas das representações em geral. Estamos de acordo que não se tratava de um medíocre avanço. Na medida em que os estudos das observações e dos documentos permitem identificar

> regularidades significativas, uma teoria se esboça e preenche o conceito, até então um pouco vazio, de um conteúdo tendo suas propriedades e suas leis /.../ por meio do tapete psíquico e da forma mental que os cimenta [as sociedades], Lévy-Bruhl atualiza a coerência dos sentimentos e dos raciocínios, os movimentos da vida mental coletiva." (Moscovici, 1989, p. 69).

Entre os trabalhos dos sociólogos que influenciaram Moscovici, devemos mencionar, com os de Durkheim, Weber, Simmel e Lévy-Bruhl. Ainda que este último tenha sempre se recusado a ser considerado como durkheimiano(3), ele aplica a noção de representação coletiva de uma maneira bem moderna e radical para a época (sempre se interessando pelos primitivos), chegando a considerar que ela pode determinar as percepções (o que hoje é uma das aquisições da epistemologia e da psicologia cognitiva)(4). Ainda que se tratasse, naquele momento, de um trabalho de conceitualização "a quatro paredes", desconectado de seu campo de pesquisa, assim como muitos sábios da época que trabalhavam sobre dados etnográficos, Lévy-Bruhl demonstrou uma sensibilidade que hoje qualificaríamos como relativista. Mostrou que a percepção do mundo dos primitivos, "pré-lógica", isto é, não científica, constitui um sistema coerente ainda que estranha à nossa maneira "moderna", "científica", de ver. Os objetos estão todos interligados em um sistema global, em que "partici-

---

(3) Uma análise crítica dos trabalhos de Lévy-Bruhl pode ser encontrada em Evans-Pritchard (1965).

(4) Esse ponto já havia sido descoberto por Freud no Esboço "O pensamento crítico precede o pensamento reprodutivo assegurando-lhe, por outros trajetos de associação, em caminhos já preparados. Quando, logo após o ato cogitativo o índice da realidade consegue atingir a percepção e, assim, uma apreciação da realidade, a crença, pôde se realizar e o objetivo de toda esta atividade é atingido" (Freud, 1895/1956, pp. 349-350).

pam" como ligações cosmogônicas, de acordo com uma racionalidade distinta da nossa, apesar de ter a sua própria coerência cultural.

> Sob uma forma e em graus diversos, tudo implica uma "participação" entre os seres e os objetos numa representação coletiva. É por isso, na falta de um termo melhor, que chamarei de lei de participação ao princípio específico da mentalidade "primitiva" que rege as ligações e as pré-ligações dessas representações /.../. Eu diria que, nas representações coletivas da mentalidade primitiva, os objetos, seres, fenômenos, podem ser, de modo incompreensível para nós, ao mesmo tempo eles mesmos e outra coisa que eles mesmos. De modo não menos incompreensível, emitem e recebem forças, virtudes, qualidades, ações místicas, que se fazem sentir fora deles, sem que deixem de estar onde estão. Em outros termos, para esta mentalidade, a oposição entre o um e os vários, o mesmo e o outro, etc, não impõe a necessidade de afirmar um dos termos quando se nega o outro, ou

> reciprocamente. Essa exigência tem um interesse secundário. Às vezes é percebida; muitas vezes, também, não o é. Desaparece freqüentemente diante de uma comunidade mística de essência entre seres que, no entanto, para o nosso pensamento, não saberiam ser confundidos sem absurdidade. (Lévy-Bruhl, 1951, p. 77, citado por Moscovici, 1989, p. 69).

Esse texto é interessante, pois mostra a tomada de consciência de uma alteridade dos pensamentos indígenas, que não são mais necessariamente considerados como pensamentos primitivos, infantis, como se houvesse uma escala linear de desenvolvimento do pensamento em que, evidentemente, o homem branco ocidental ocuparia o cume.

Sem nem mesmo falar sobre a evolução da economia política da época, em disciplinas próximas a nossa, essa tomada de consciência aparece em outros autores. Por exemplo, Karl Abel, desde 1884 (*Du sens opposé des mots primitifs*) tinha identificado, na língua egípcia primitiva, formas de pensamento que, embora muito diferentes das nossas, não são necessariamente consideradas sinal de uma sociedade atrasada.

> Em vista destes casos de significação antitética e de muitos outros análogos /.../ está fora de dúvida que em uma língua, pelo menos, houve um grande número de palavras que designavam, ao mesmo tempo, uma coisa e seu oposto. Por mais surpreendente que isto seja, estamos diante do fato e temos de reconhecê-lo (p. 7). /.../. Porém o Egito não tinha nada de terra do absurdo. Pelo contrário, foi um dos berços do desenvolvimento da razão humana. /.../ Um povo que acendeu, numa era tão sombria, a tocha da justiça e da cultura não pode, por certo, ter sido completamente estúpido em sua maneira cotidiana de falar e de pensar (Abel, 1884, p. 9, citado por Freud, 1910).

Também podemos encontrar em Mauss, desde 1903, em seu brilhante estudo das classificações primitivas, a tomada de consciência da existência de visões de mundo radicalmente diferentes, um relativismo cultural genuíno. Essa tomada de consciência da possibilidade de sistemas de pensamento, de visões de mundo coerentes e eficazes, ainda que não científicas, era uma condição epistemológica essencial para iniciar um amplo estudo das representações sociais[5]. Ela abria a possibilidade conceitual de descobrir em nossa própria cultura visões de mundo (a o do homem da rua) que sejam não-científicas, mas ainda “legítimas” para dar-lhes valor, ao invés de considerá-las como “ingenuidades”,

“aberrações”. Dada credibilidade como sistema coerente de pensamento do mundo, as representações podiam, deste momento em diante, ser levadas a sério como objeto de pesquisa sobre as verdadeiras fontes do funcionamento social.

_____

(5) O relativismo, no entanto, teve dificuldade e levou certo tempo para trilhar seu caminho acadêmico nas ciências sociais francesas. Testemunha o fato que precisamente a respeito do conceito de participação, Mauss (1923/1974) adverte Levy-Bruhl (1951) de não ir muito longe, de guardar um preconceito antropocêntrico e de superestimar as diferenças entre “o espírito primitivo” e o nosso.

Isto porque, no estudo de objetos mentais que constituem o senso comum dos povos estrangeiros, a distância é natural, podemos facilmente separar o objeto de estudo do observador e saber do que estamos falando. Mas para estudar os objetos “daqui” deve haver um sólido domínio relativista para poder recuar com respeito ao nosso próprio senso comum, e nossos processos mentais. Este distanciamento relativista é essencial para uma boa compreensão do conceito de representação social(6). Era, portanto, difícil ter uma abordagem científica de nosso próprio material, sem dispor de uma teoria dos processos mentais que levam a sério as representações do mundo diferentes daquelas que dão as ciências exatas, que pretendem deter o único conhecimento válido do “real”.

> Vemos, então, como o pesquisador é naturalmente levado, por meio desse canal a se interessar por representações sociais nas quais materiais indígenas em primeira mão estão disponíveis (aqui e agora) e, no que diz respeito a aspectos teóricos, a se direcionar para trabalhos sobre os

mecanismos psicológicos e seus desenvolvimentos, para iluminar aspectos mais sombrios do conceito de representação social, que se referem ao aspecto cognitivo. É, naturalmente, em Freud e Piaget que Moscovici vai encontrar os elementos mais pertinentes para completar a sua teoria e abordagens [as de Freud (1908, 1924) e Piaget (1926, 1932)] no

(6) A ausência deste distanciamento analítico limita a eficiência da pesquisa por causa dos mecanismos de contra-transferência do pesquisador sobre seu material . “É mais fácil objetivar o que não nos concerne diretamente” (Devereux, 1967, p. 376).

adulto e em nossa sociedade tem a princípio o efeito de eliminar a imprecisão do conceito de Durkheim. As representações indeterminadas coletadas em documentos ou em outros contextos podem e devem ser consideradas concretas. Da minha parte posso testemunhar o fato de que os estudos de Piaget e Freud, que acabei de referir, realmente obtiveram esta conseqüência. Foram eles que me levaram a me perguntar por que o mesmo cuidado colocado no estudo do universo da criança aqui, e no dos adultos em outros lugares, não deveria ser usado no universo dos adultos aqui. O que é mais natural que partir de seus conceitos e abordagens para explorar as representações tornadas vivas na imaginação dos contemporâneos que as geram e as compartilham? A partir daqui e voltando para Durkheim, me foi possível

> compreender melhor o conteúdo sociológico destes conceitos e destas abordagens. E ver que, apesar de tudo, aquilo que permanecia um conceito abstrato, podia ser abordado como um fenômeno concreto. (Moscovici, 1989, pp. 78-79).

Pela análise de uma representação particular, a da psicanálise, realizada de maneira científica, a partir de fontes diversas e amplas, Moscovici dá corpo ao conceito de representação social ainda abstrato e o legitima no campo científico. Ele faz isso ao descrever seus mecanismos psicológicos e mostrando concretamente como estes mecanismos se produzem e modelam a partir de material representacional. Ele apresenta a representação social na prática, na penetração da psicanálise na sociedade francesa - e as representações sociais não podem existir além da prática, porque é um mecanismo funcional. Assim como não podemos compreender uma função orgânica sem olhar o órgão funcionar, do mesmo modo, a análise da representação social deve ser feita em uma pessoa viva. E, quanto mais uma representação em questão é um belo exemplo, um belo "caso clínico", o mais é provável que seu objeto seja carregado com um significado especial. Como é, por exemplo, a Aids nos tempos atuais. É por isso que em seu posfácio, Moscovici (1976, p. 502) constatava que "o estudo das representações sociais nos leva, em

alguns aspectos, ao coração dos conflitos culturais e a práticas importantes."

Nesta implicação total da representação social no real do senso comum, Moscovici é o primeiro a pôr em evidência, não no mundo distante do primitivo, da criança ou do histérico, mas do homem da rua aqui-e-agora. Neste sentido, a representação social passa do *status* de modelo teórico ou de fenômeno limitado àquele de mecanismo geral, onipresente e fundador de toda vida social. Retomemos esta importante citação: as representações sociais "têm uma função constitutiva da única realidade que experimentamos e na qual a maioria dentre nós se move." (Moscovici, 1976, p. 26-27)

Tendo designado este conceito central da psicologia social, por meios muito mais convincentes que de seus predecessores, pois ele fundamenta seus dizeres na análise de um material "quente", Moscovici relança os pesquisadores no campo complexo que, como vimos, é o cruzamento da cognição e da teoria dos sistemas sociais. Perdoem-me por uma citação meio longa, mas que explica bem as diferentes funções do conceito:

> Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que se tornam comuns.

Encarada de um modo passivo, ela é apreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um objeto, de um feixe de idéias que lhe são exteriores. /.../. É neste sentido que nos referimos freqüentemente, à representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista e daí por diante. A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel é modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam, de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no decurso de) uma infinidade de interações sociais. Ela reproduz, é certo. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado, no contexto dos valores, das noções e das regras, de que se torna doravante solidário. Aliás, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco; ele deixa muita liberdade à atividade mental que se empenha em apreendê-lo. A linguagem se aproveita disso para circunscrevê-lo, para arrastá-lo no fluxo de suas associações, para impregná-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico. Por isso, uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela

> produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e os significados das respostas a dar-lhes. Em uma palavra como em mil, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. (Moscovici, 1976, p. 26).

Após o trabalho de Moscovici, a representação social aparece, portanto, claramente mais complexa que um cruzamento entre dois ramos. É uma encruzilhada, onde se encontram toda uma série de conceitos psicológicos e sociológicos (Moscovici, 1986). Além disso, a análise de Moscovici remete a uma nova concepção da psicologia "em três termos: "Ego, Alter, Objeto" (Faucheux & Moscovici, 1971, p. 9). Este "olhar psicossocial", que deriva do esquema "A-B-X" introduzido por Newcomb (1953) para os atos de comunicação, será formalizado em 1984 pelo seguinte diagrama triangular:

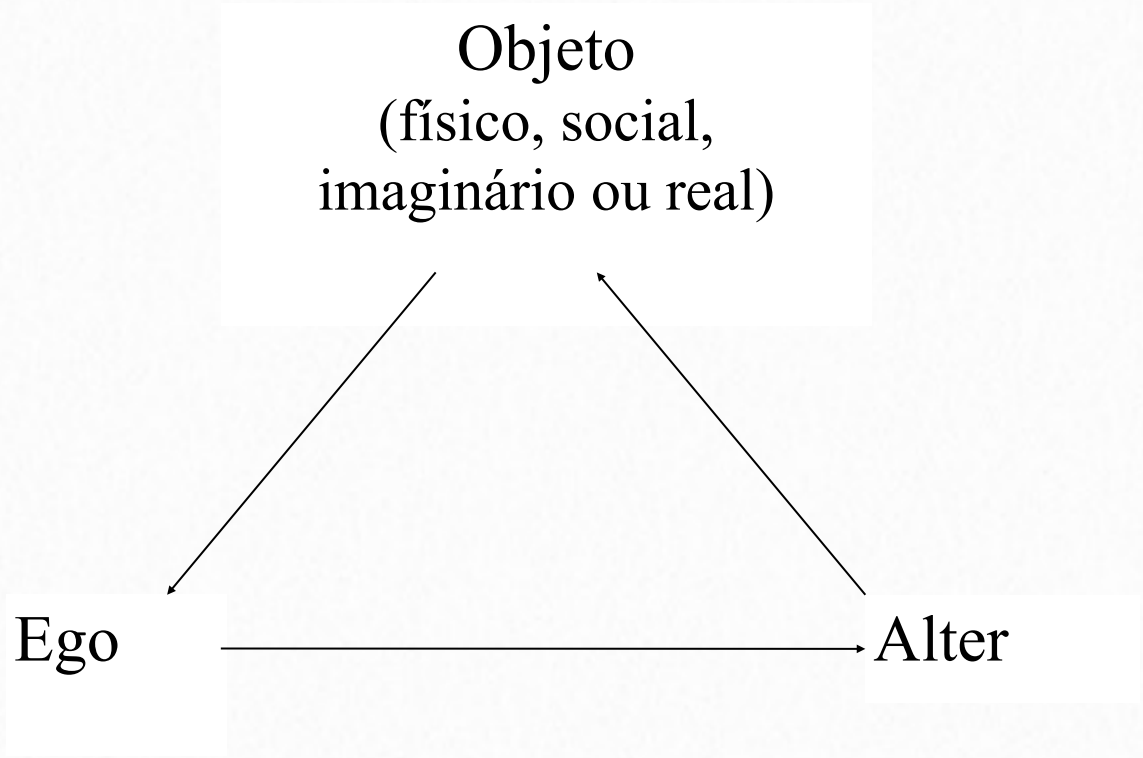


Figura 2. Triângulo Psicossocial
Fonte: Triângulo psicossocial, Moscovici (1984)

Esta “tríade” corresponde a uma ontologia relativista, que ainda não passou na caixa de ferramentas conceitual do senso comum. Mostra que o aspecto social deve ser levado em conta desde a fase de descrição do objeto; que é impossível retirá-lo do dispositivo da observação, pois é por meio dele que o conceito é definido e usado para descrever. É essencial para entender corretamente o conceito de representação social. Infelizmente, trata-se de uma ferramenta conceitual cujo manuseio é delicado, especialmente porque não há praticamente nenhum formalismo adaptado.

Parece-me claro que neste triângulo, a representação social é quase o objeto social que está no topo do triângulo. Mas, se sinto

que é pertinente pôr setas entre cada um dos objetos, é difícil descrever o seu funcionamento. Encontra-se no "Toblerone" de Bauer e Gaskell (1999) uma modelação da evolução, ao longo do tempo, deste triângulo. A tentativa deles é interessante –porque introduz a noção de projeto –, mas, no entanto, mostra que a questão não é simples e que ainda resta mais trabalho a ser feito.

Como qualquer trabalho fundador e, especialmente quando ele chega com um enriquecimento crítico e uma ligação de várias noções, o trabalho de Moscovici abre muitos caminhos, levanta muitas questões e, mais do que isso, não propõe um modelo unívoco indicando apenas um caminho a ser seguido.

Ao longo dos últimos cinquenta anos, os desenvolvimentos têm sido significativos. Progressos no campo metodológico são inegáveis: diversas formas de análise de conteúdo, técnicas de descrição da estrutura e do conteúdo das representações, abordagens estatísticas, fazem, notadamente, deste campo de investigação um dos mais avançados tecnicamente entre aqueles que se ocupam do estudo dos fenômenos *in vivo*, no mundo real.

Numerosos prolongamentos teóricos também têm ocorrido, e a título emblemático cita-se aqui apenas os mais desenvolvidos, o da escola estrutural liderada por Jean-Claude Abric, da qual pode-se dizer que está na fonte de uma indústria de medida das

representações e de pesquisas sobre a relação entre representações e práticas (Abric, 1994).

Não é aqui o lugar, neste capítulo, para recensear os múltiplos desenvolvimentos que foram, a meu ver, permitidos pela marcante abertura teórica do campo, a qual Moscovici sempre procurou manter. Desejo, em vez disso, insistir em um mecanismo fundamental na formação das representações sociais ao longo de sua difusão, e que é indissociável desta última: a seleção gradual de uma forma aceitável pelas diferentes partes envolvidas na questão, ao longo de controvérsias e provas da realidade, nas quais as relações de força entre as comunidades estão em constante ação.

Representações e inteligência coletiva

Como os textos seminais são escritos com a visão geral, que apenas tem um descobridor, que é o primeiro a colocar o pé em um território desconhecido, sua capacidade de causar uma epifania no leitor é insubstituível: os trabalhos dos exegetas poucas vezes os igualam, mesmo que sejam com frequência mais sólidos tecnicamente. Pessoalmente, eu teria a tendência em recomendar a leitura deles, ou pelo menos uma olhada. O risco seria de sacralizá-los: uma obra é apenas um momento do pensamento de um pesquisador.

Esta seção começa com algumas reflexões sobre o futuro de um texto seminal como a PIP. Ela descreve, em seguida, o processo da inteligência coletiva no curso do processo científico, e o compara, brevemente, ao das representações sociais. Ela termina sugerindo que é exatamente um processo deste tipo que Moscovici lançou no nível acadêmico, com a comunidade de pesquisa, sobre a noção de representação social.

O destino de um texto seminal

Com a PIP, Moscovici abriu um campo, o das representações sociais, - o cadinho da construção social dos objetos, ao mesmo tempo o processo e o produto da evolução ecológica das ideias na sociedade. A PIP é uma obra seminal: desestabilizou as visões anteriores, fez brotar muitas ideias, permitiu o desenvolvimento de uma comunidade florescente. É uma obra genial, sem dúvida. Ela completa agora meio século, e durante este período o pensamento do autor evoluiu; ele fundou uma escola, e seus próprios alunos fundaram escolas. Neste contexto, o que fazer da PIP, hoje? É difícil saber o que devemos fazer dos grandes textos seminais, uma vez que sua causa é ouvida: devemos esquecê-los ou prescrever sistematicamente sua leitura aos alunos? Na arquitetura, as fundações desaparecerem sob o edifício. Na ciência, é costume citar

o trabalho fundador, mas muitas vezes os alunos tendem a considerar o que tem mais de dez anos como ultrapassado. Na arte, as obras que fundaram uma escola têm, certamente, um interesse museográfico, mas mantêm seu valor estético e sua capacidade de causar um choque. Parece-me ser o caso da PIP.

Certamente, a apresentação das representações sociais na PIP é agora datada. Na PIP, certos aspectos tratando da prática e dos praticantes faltavam, o que Moscovici lamenta, aliás, como também seu prefaciador e orientador, Lagache. A ênfase está essencialmente sobre a comunicação, em detrimento das práticas. Muitos trabalhos, de Moscovici e seus seguidores, têm ajudado a preencher estas lacunas.

Em seguida, nunca podemos perder de vista que um trabalho seminal é necessariamente influenciado pelo próprio terreno sobre o qual ele foi feito: se Moscovici tivesse trabalhado em outro assunto (por exemplo, “os direitos do homem” ou “informática”), o livro teria sido diferente, e a ênfase teria sido dada a outros aspectos (políticos, tecnológicos,...) nos mecanismos de difusão.

Mas aqui estamos em uma situação um pouco peculiar: a PIP abriu um campo e seu autor teve uma atitude muito aberta, deixando a teoria sob a forma de *work-in-progress* ao invés de tentar congelá-la em uma formulação definitiva. Deste ponto de vista, a PIP

aparece mais como um primeiro esboço de uma família teórica do que a primeira versão de uma teoria que teria sido posteriormente corrigida. Devemos, portanto, dar aos alunos algumas *caveat*, e evitar dois extremismos: um fundamentalismo, em que cada palavra do mestre é sagrada; e uma abordagem laxista, na qual cada um poderia arbitrariamente formular sua própria interpretação das representações sociais.

O problema é difícil devido ao emaranhado das duas dimensões que identificamos: individual-social e material-ideal e, por consequência, cinquenta anos depois, ainda não dispomos de uma teoria simples e definitiva. É bem possível que as formas de vida de diferentes representações sociais, suas leis, variem de acordo com os objetos: assim, as representações sociais dos novos objetos e sujeitos controversos são, sem dúvida, bem diferentes das representações sociais dos objetos mais antigos e relativamente consensuais. Como resultado, alguns elementos teóricos são mais robustos do que os outros (no sentido de que estes elementos podem dar conta de numerosas variações de representações sociais).

Por exemplo, na mesma proporção que a noção de ancoragem me parece clara e sólida, sempre tive dificuldade para compreender o que Moscovici entendia por “objetivação” e, especialmente, em que medida esta noção era transferível para outros terrenos. Se a

noção de polifasia cognitiva é um magnífico achado e corresponde bem ao que pode ser observado na pesquisa de campo, ainda apresenta graves problemas teóricos na medida que questiona, finalmente, a própria existência da representação social. Estas noções merecem, quando as usamos, que precisemos exatamente em qual sentido são operacionalizadas. Frequentemente são retomadas sem qualquer perspectiva crítica.

Sempre vi Moscovici imperturbável quando assistia, em conferências, algumas apresentações em que claramente seus trabalhos eram mal compreendidos ou distorcidos por pesquisadores iniciantes - geralmente entusiasmados e cheios de boas intenções. Mais do que simples cortesia, acho que é a marca de um pesquisador que, tendo noção da complexidade do problema, deixa que se desenvolvam vários ensaios para ver se ideias construtivas surgirão. É desta atitude aberta que nasceu o dinamismo do campo. Há um erro terrível em alguns pesquisadores na ciência, que é o desejo daqueles que desenvolvem uma teoria de se apropriarem dela e, portanto, de impedir, por sua atitude defensiva, que outros autores a utilizem para desenvolvê-la, o que muitas vezes explica a constatação de Hilgard Grudin citado na epígrafe deste texto. Claramente, a atitude aberta de Moscovici permitiu evitar este erro, e criar um empreendedorismo de trabalho coletivo.

A ciência vista como edificação e como caça ao javali

Encerremos sobre a natureza da ciência, e desta natureza implicada na forma do trabalho científico. Veremos que a ciência é uma forma sistemática e organizada de representação social, que procura traçar os mecanismos de sua construção e organiza a divisão do trabalho social e a construção coletiva.

Fritz Heider (1958, p. 4-6) assinala que a ciência é, ao fim, um desenvolvimento do senso comum e, por consequência, a psicologia faz bem em procurar neste último as noções a aprofundar. Levo esta ideia a sério, aqui, desenvolvendo-a de uma forma radical, que Heider talvez não aprovasse, considerando que a própria ciência é uma abstração racional e sistemática de uma série de mecanismos epistêmicos do senso comum pelo qual construímos uma visão compartilhada do mundo.

A visão ingênua da ciência representa o cientista genial iluminado por um *insight*, depois de um trabalho longo e solitário. Como nos mostram os estudos da sociologia das ciências, a realidade é bem diferente (Latour et al, 1986; Latour, 1987). A ciência é, em princípio, um trabalho coletivo realizado por comunidades, baseada em objetos técnicos, dispositivos e instituições. Não entraremos em detalhes sobre estes trabalhos. Vamos reter apenas o

caráter crucial dos objetos, das instituições e das comunidades, no que é basicamente um mecanismo de construção social por meio das controvérsias e dos debates nas diversas arenas públicas, de visões do mundo e de objetos comuns. Afirmo aqui que a ciência é uma simplificação idealizada e deliberada, em um universo regulado e relativamente transparente, de mecanismos de construção social do saber do mesmo tipo daqueles que estão operando na representação social "ingênua". Modelar a ciência dá uma ideia simplificada do mecanismo de representação social, e põe em evidência sua audácia que é a seleção dialética de soluções aceitáveis pelas partes interessadas, incluindo os próprios objetos que, como mostra Latour, são inteiramente atuantes. Este mecanismo implementa a potência da inteligência coletiva (o que está sendo redescoberto pelo termo *crowdsourcing* na Web 2.0).

Esse mecanismo é usado sistematicamente pela ciência, que aumenta os esforços individuais por meio da especialização. Neste processo, todos estão habilitados para dar sua contribuição em somente uma área específica, e com modalidades precisas. A representação social, por sua vez é um processo bem mais complexo e sofisticado, pois trabalha diversos ecossistemas, e particularmente as coleções de objetos que servem de representantes das produções de pensamento, jogados na arena do mundo real para passar por provas de seleção (Lahlou, 2008). A

construção do pensamento ingênuo não é um processo ingênuo; ela se faz por uma divisão social do trabalho em que as relações de interesse e relações de força são levadas em consideração. É exatamente o que mostra a segunda parte da PIP, que detalha como diferentes comunidades lutam, por mídias interpostas, para imporem suas próprias visões da psicanálise.

O princípio da construção científica é uma divisão do trabalho de pesquisa, na qual o trabalho de cada um é balizado e as contribuições são, ao mesmo tempo, sistematicamente justificadas e alinhadas. Este processo, como vou demonstrar agora, encontra-se na estrutura de qualquer produção acadêmica. Esta é uma oportunidade para explicar aos doutorandos e aos pesquisadores debutantes, a racionalidade da construção clássica de um relatório de pesquisa, seja um artigo ou uma tese. Esta construção é a consequência direta do processo de divisão do trabalho científico.

Um clássico trabalho de pesquisa vem em forma de nove componentes, alguns dos quais podem, eventualmente, ser agregados em uma mesma seção.

1. Uma introdução, que descreve a questão da pesquisa e sua importância para a sociedade, geralmente sob a forma de um vasto problema para resolver;
2. A “lacuna a ser preenchida” (*the gap to fill*), descreve o estado do problema em um determinado campo disciplinar e os

aspectos dos problemas pendentes que irão ajudar neste trabalho;

3. Uma revisão da literatura neste campo disciplinar, que precisa quais são os outros trabalhos que já abordaram a questão;
4. Material e Métodos: em que circunstâncias foram levantados os dados para a presente pesquisa, com quais técnicas estes dados foram coletados e tratados, em que tais circunstâncias e métodos são pertinentes para resolver o item (1), levando em conta o item (2). e o que esperamos como valor agregado para a comunidade em questão, levado em conta no item (3);
5. Análise: Aplicação dos métodos descritos ao material escolhido;
6. Discussão: comparação dos resultados obtidos no item (5) com o que sabíamos ou esperávamos, do que foi levado em conta no item (3)
7. Conclusão: O que a presente pesquisa traz para a questão e para o estado da arte que agora é “3”. Futuras direções de pesquisas (o que resta a ser feito para preencher a lacuna);
8. Bibliografia: referências utilizadas que permitem ao saber ser cumulativo e, portanto, capaz de escrever (3), sem ter que detalhar tudo.
9. Anexos: elementos permitindo controlar a validade do trabalho realizado e podendo servir aos sucessores que virão trabalhar sobre o mesmo assunto.

Antes de explicar mais adiante, peguemos uma metáfora, a do canteiro de construção. Durante a construção de um edifício, recorremos a diferentes profissionais complementares e, em cada especialidade, frequentemente várias pessoas. Do ponto de vista do pedreiro, o problema é a construção de um muro de tijolos no porão para a caldeira do edifício 4, do qual a metade já havia sido feita por colegas de outra empresa. Ao chegar ao local, ele deve indicar ao porteiro do canteiro o que veio fazer, a qual tipo de comunidade profissional pertence, e em que parte do prédio deve trabalhar. É indispensável para ele e para os profissionais de outros ramos, que seu trabalho contribua para a obra final. É inútil construir um muro onde já existe um (por exemplo, no edifício 3). Uma vez no local, seu trabalho deve levar em conta o que já foi feito, e qual material utilizado para cada necessidade. E os métodos utilizados, também conforme as regras da arte. E quando o trabalho estiver concluído, repassar aos outros o que foi feito para que os próximos possam continuar a obra corretamente, inclusive especificando o que falta ser regulado. Mesmo um pedreiro muito competente, que não respeita essas regras, teria dificuldade em produzir um bom trabalho, causaria problemas a seus colegas e seria rapidamente expulso da comunidade por sua falta de profissionalismo, ou seria marginalizado. O que o pedreiro deve fazer é contribuir para um

trabalho distribuído coletivamente a uma variedade de especialistas. Isto aplica-se igualmente ao pesquisador.

A ciência é um trabalho essencialmente distribuído, e é isso que faz a sua força. O que quero dizer por distribuído é que se trata apenas de uma divisão do trabalho que permite um tratamento em paralelo por uma multiplicidade de agentes individuais, como se faz na informática no “cálculo massivamente paralelo”, em que um cálculo é decomposto em uma série de cálculos básicos que são executados simultaneamente por processos distintos coordenados em uma única arquitetura, mas também distribuídos sobre o conjunto dos atuantes do sistema: sua memória organizacional, incluindo os objetos, procedimentos e estruturas de mediação. Nesta perspectiva, e esta é a ideia fundamental, a única a ser retida sem dúvida deste capítulo, é a importância de respeitar o processo coletivo, pois o trabalho individual de cada ator, afogado em uma massa estatística, tem pouca importância. Na medida em que o progresso vem de um processo de acumulação sistemática e progressiva, é indispensável que cada ator respeite o processo. Em particular, deve anunciar onde vai colocar sua pedra, levar em conta o trabalho anterior, operar de acordo com regras comuns e verificáveis, repassar sua contribuição de uma maneira que permitirá posteriormente sua capitalização. Se somos anões sobre os ombros daqueles que nos precederam, é necessário que a maneira como

subimos nos ombros dos antecedentes seja bem organizada para que as camadas sucessivas sejam estáveis.

Consideremos outra metáfora, a da caça ao javali. Neste último, que ocorre com uma “caça” (em que numerosos caçadores, dispostos em linha, avançam batendo os arbustos para espantar o animal), o importante é a coordenação dos esforços individuais, o que significa que o terreno é batido de uma maneira sistemática e exaustiva. Neste processo, cada participante contribui de forma bastante simples, com pouca necessidade de inteligência, mas o resultado é um inevitável sucesso, desde que cada um faça sua parte do trabalho corretamente. Como a ação é distribuída, é eficaz e potente: mil batedores tolos, mas disciplinados realizarão o que o mais genial dos caçadores não poderia, nem mesmo em um século, fazer sozinho. Entendemos que a ciência não precisa tanto de gênios ou de heróis quanto do trabalho sistemático e coordenado de numerosos agentes disciplinados. E se um pesquisador genial ou de capacidade excepcional quiser contribuir, deverá fazê-lo dentro das regras de trabalho distribuído, caso contrário, seu trabalho permanecerá inutilizado.

A estrutura padrão do documento acadêmico apenas reflete com precisão as limitações do processo que acabei de descrever. Devemos primeiramente explicitar em que lugar, com a colaboração de qual comunidade, o trabalho será feito (qual edifício, qual

comunidade? Qual problema, qual disciplina?). Em seguida, especificar a exata natureza do trabalho realizado, que deve corresponder a uma necessidade na divisão global do trabalho (*gap to be filled*). Depois, precisar como e com quais métodos foi efetuado o trabalho, de modo que sua qualidade possa ser conhecida e controlada (materiais e métodos). Posteriormente, descrever o resultado do trabalho adequadamente (análise) e, por consequência, qual parte do *gap* foi preenchida e o que falta ser feito (discussão, conclusão). A bibliografia atesta o cuidado com que o trabalho foi inserido na tela prévia do trabalho da comunidade; é, portanto, uma marca essencial do profissionalismo do autor, e por isso, é frequentemente a primeira coisa que será lida por um colega, para situar o trabalho em questão; operação que compreendemos agora o quão essencial é, pois o que conta é o panorama geral e não a tarefa local, expressa neste texto particularmente.

As regras do método acadêmico (que visa a construção gradual de um saber organizado) podem se resumir da seguinte forma[7]:

- Explicitar sua questão de pesquisa;
- Ler seus antecessores;
- Precisar qual lacuna na literatura ela preenche;
- Explicitar o que fez (idealmente, este deve ser replicável);
- Comparar com o que encontrou na literatura;
- Descrever a natureza da sua contribuição específica;

---

(7) Distinguiremos o método acadêmico, que visa à capitalização organizada, do método cientifico propriamente dito que busca resolver as questões para uma investigação empírica irracional. O método acadêmico pode ser aplicado em atividades não cientificas (a religião, por exemplo). O método acadêmico completa utilmente o método cientifico, pois permite a utilização de trabalhos precedentes. Às vezes pode estar atravessado na inovação.

- Destacar as limitações de sua abordagem e as questões que permanecem;
- Citar suas fontes.

Como vemos, os diferentes componentes de um trabalho acadêmico correspondem precisamente a estas prescrições.

O parágrafo seguinte é especialmente destinado aos estudantes de doutorado: dando conta da natureza distribuída do trabalho científico, entendemos melhor a natureza de uma tese, que visa verificar o profissionalismo do jovem pesquisador e sua capacidade de se inserir na comunidade para contribuir para a Grande obra coletiva. É por isso que é importante respeitar a forma. Basicamente, o que é importante neste exame de passagem é demonstrar que sabemos como colocar adequadamente o tijolo na parede, e não construir um muro particular (isto será o objeto da carreira ulterior). A tese é uma espécie de licença para fazer pesquisa na comunidade científica, tal como a carteira de motorista é uma licença para viajar de carro na estrada. Ao fazer a prova para tirar a carteira de motorista, o importante é mostrar que podemos dirigir, e não conduzir o examinador a um lugar qualquer. Na verdade, não esperamos uma contribuição científica fundamental de uma tese - de qualquer forma, no contexto acadêmico atual em que as teses são, em geral, de três anos - mas simplesmente uma demonstração de

competência. Como descreve a *British Psychological Society*, em seu documento sobre como deve ser avaliada uma tese de doutorado: "*The primary purpose of PhD assessment is to determine whether the candidate is competent as an independent researcher in the discipline." (British Psychological Society* 2008, p. 5)

Naturalmente, alguns alunos conseguem ao mesmo tempo fazer a demonstração de suas competências e produzir um trabalho científico inovador - e este é o caso de Moscovici, cuja PIP era é, de fato, originalmente sua tese de doutorado.

Conclusão: *crowdsourcing* e representação social

Ao partir da análise da PIP, aparentemente desviei um pouco para falar sobre como a ciência acadêmica está construindo um pensamento sistematizado, em contraste com o pensamento selvagem, natural, que Moscovici estudou com a PIP.

A ciência, que é uma simplificação idealizada dos mecanismos de construção social do saber em um universo regulado, dá uma ideia simplificada do mecanismo do pensamento ingênuo. Vimos, desenvolvendo a intuição de Heider, que a ciência e o pensamento ingênuo têm o mesmo objetivo funcional de uma construção social, de uma explicação do mundo, e ambas usam a potência da inteligência coletiva (o que redescobrimos atualmente pelo termo

crowdsourcing). Esta é usada de maneira sistemática e institucionalizada pela ciência, que aumenta os esforços individuais através da especialização. A representação social é um processo mais complexo e sofisticado, mais emergente e descentralizado; trabalha diversos ecossistemas, e particularmente aqueles das coleções de objetos concretos que servem de representantes das produções do pensamento, jogados na arena do mundo real para passar por provas de seleção (Lahlou, 2008).

Mas, como Moscovici mostra na PIP, a construção do pensamento ingênuo não é um processo ingênuo; se faz por um processo dialético, no qual as relações de interesse e as relações de força são levadas em consideração durante controvérsias e provas de realidade. Isto é o que emerge da segunda parte da PIP, em que vemos os meios de comunicação refletirem as posições assumidas pelas comunidades que procuram combater ou instrumentalizar a psicanálise, em função de seus próprios valores e objetivos.

Para concluir, notemos que o que é essencial para o progresso do conhecimento é, portanto, a constituição de comunidades do saber (Lave &Wenger, 1991) interessadas em resolver um problema particular. Estas comunidades aplicam, em seguida, métodos de construção distribuídos, graduais, com uma visão compartilhada, usando a controvérsia e diversos métodos de tentativa e erro. Nesta perspectiva, a difusão das representações sociais pode ser considerada como um modo evolutivo de construção social, uma vez

que a transmissão, longe de ser uma replicação, é na verdade uma reprodução seletiva que modifica a imagem do objeto em seus confrontos com as diferentes comunidades por onde passa. O processo de comunicação e difusão das representações é, portanto, simultaneamente um processo de mutação seletiva, um tipo de "telefone sem fio"(8) generalizado que que modela progressivamente a representação até atingir uma forma estável aceitável pelas partes interessadas.

O próprio processo de difusão das representações e as controvérsias e provas que se produzem ao longo de sua reprodução é a maneira concreta onde age a inteligência coletiva, quando ela passa para a construção social dos objetos.

Moscovici, com a PIP, não apenas descobriu o fenômeno, ele conseguiu criar uma comunidade de conhecimento que o estuda, contribuindo para insuflar, pelo seu estilo, o espírito positivo e construtivo de *work in progress*, que lhe confere sua vitalidade excepcional.

---

(8) NT: "**telefone sem fio**" é uma tradicional brincadeira popular que funciona assim: em uma roda com muitas pessoas, quanto mais pessoas mais engraçada ela fica, o primeiro inventa secretamente uma palavra e fala – sem que ninguém mais ouça – nos ouvidos do próximo (à direita ou à esquerda). Assim, o próximo fala para a seguinte, e assim por diante, até chegar ao último. quando a corrente chegar ao último, esse deve falar o que ouviu em voz alta. Geralmente o resultado é desastroso e engraçado, a palavra se deforma ao passar de pessoa a pessoa e geralmente chega totalmente diferente no destino (fonte : Wikipédia, acesso em 01/07/11, em http://pt.wikipedia.org/wiki/Telefone_sem_fio_%28brincadeira%29).

Referências

Abel, K. (1884). *Des sens opposés des mots primitifs*, Brochura.

Abric. J.-C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF.

Bauer, M.W. & Gaskell, G. (1999). Towards a Paradigm for Research on Social Representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 29 (2), 163-186.

Bayard, P. (2007). *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?* Paris: Minuit.

Berger, P.L. & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality; a treatise in the sociology of knowledge*. Garden City, N.Y.: Doubleday.

British Psychological Society (2008). *Guidelines for Assessment of the PhD in Psychology and Related Disciplines*. London: BPS

de Maistre, X. (1794). *Voyage autour de ma chambre*. Paris: Librairie Grund.

Devereux, G. (1967). *From anxiety to method in the behavioral sciences.* The Hague & Paris: Mouton et Cie.

Doise, W. & Palmonari, A. (1986). Caractéristiques des représentations sociales. In W. Doise & A. Palmonari (Ed.), *L'étude des représentations sociales. Textes de base en Psychologie* (pp. 12-33). Neuchâtel & Paris: Delachaux et Niestlé.

Durkheim, E. (1895/1992). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF. Quadrige, 1992

Durkheim, E. (1897/1930). *Le suicide. Etude de sociologie*. Paris: Félix Alcan.

Durkheim, E. (1912/1991). *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: Editions Générales Françaises, Le livre de poche.

Evans-Pritchard, E.E. (1965). *La religion des primitifs à travers les théories des anthropologues*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.

Faucheux, C. & Moscovici, S. (Eds.) (1971). *Introduction. Psychologie sociale théorique et expérimentale*. Paris: Mouton & EPHE.

Flament C (1994) Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J.-C. Abric, (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 37-57). Paris: PUF.

Freud, S. (1895/1956). Esquisse d'une psychologie scientifique. In S. Freud (Ed.), *La naissance de la psychanalyse* (pp. 349-350). Paris: PUF.

Freud, S. (1899/1900). Die Traumdeutung. (trad.: L'interprétation du rêve). In *Œuvres complètes*, Tome IV (Ed.). Paris: PUF.

Freud, S. (1910/1985). Sur le sens opposé des mots originaires. In S. Freud (Ed.), *L'inquiétante étrangeté et autres essais* (pp. 313-396). Paris: Gallimard.

Grudin, J. (2002). *HCI theory is like the public library*. Posting to CHIplace online discussion forum, October 15th, 2002. Acessado em www.chiplace.org.

Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: PUF.

Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: John Wiley & Sons.

Hutchins, E.L. (1995). *Cognition in the Wild*. Cambridge, MA: MIT Press

Jahoda, G. (1988). Critical Notes and Reflections on Social Representations. *European Jounal of Social Psychology* 18, 195-209.

Jodelet, D. (1989a). *Les représentations sociales*. Paris, P.U.F

Jodelet, D. (1989b). Les représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Lahlou, S. (2008). L'Installation du Monde. De la représentation à l'activité en situation. Habilitation à Diriger des Recherches en Psychologie, Université de Provence, Aix-en-Provence, França.

Latour, B. (1987). *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Latour, B., Woolgar, S. & Salk, J. (1986). *Laboratory life : the construction of scientific facts*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Lave, J. & Wenger, E. (1991). *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Levy-Bruhl, L. (1951). *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures*. Paris: PUF.

Mauss, M. (1923/1974). Mentalité primitive et participation. (Bulletin de la Société Française de Philosophie, 23, 1923). In M. Mauss (Ed.), *Oeuvres de Marcel Mauss*, tome II (pp.125-131). Paris: Les Éditions de Minuit.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse son image et son public* (2ª ed., revista). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1984). Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale* (pp. 5-24).Paris: P.U.F.:

Moscovici, S. (1986). L'ère des représentations sociales. In W. Doise & A. Palmonari (Ed.), *L'étude des représentations sociales. Textes de base en Psychologie* (pp. 35-80). Neuchâtel & Paris, Delachaux et Niestlé.

Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 62-86). Paris: PUF.

Newcomb, T. (1953). An approach to the study of communication acts. *Psychological Review*, 60, 393–40;

Piaget, J. (1926). *La représentation du monde chez l'enfant*. Paris: Alcan.

Piaget, J. (1932). *Le jugement moral chez l'enfant chez l'enfant*. Paris: Alcan.

Potter, J. & Litton, I. (1985). Some Problems Underlying the Study of Social Representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.

Schütz, A. (1962). *Collected Papers, I. The problem of social reality*. The Hague: Martinus Nijhoff.

Simmel, G. (1981). *Sociologie et épistémologie*. Paris: PUF.

Simon, H.A. (1945). *Administrative Behavior*. New-York: Free Press.

Vygotsky, L.S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

3

Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos

Zeidi AraujoTrindade
Universidade Federal do Espírito Santo

Maria de Fátima de Souza Santos
Universidade Federal de Pernambuco

Angela Maria de Oliveira Almeida
Universidade de Brasília

A obra seminal de Serge Moscovici, *La psychanalyse, son image e son public*, publicada em 1961, é hoje nossa grande homenageada. Comemoramos seus 50 anos de publicação nesta VII Jornada Internacional e V Conferência Brasileira sobre Representações Sociais em Vitória/Espírito Santo. Não é demasiado repetir aqui o que muitos colegas já afirmaram em seus capítulos: o caráter inventivo, inovador e fecundo da obra em que Moscovici nos apresenta a Teoria das Representações Sociais. Chamou-nos atenção, particularmente, a poética menção de Denise Jodelet à fecundidade múltipla da obra *La psychanalyse*. Ao tratá-la como uma "bela invenção", Jodelet toma emprestado o termo "belo" usado por Tarde (1893/1999, citado por Jodelet, 2011), para se referir a uma ideia que favorece o aparecimento de outra, ou a uma invenção fecunda por fazer emergir novas invenções. Nesta mesma direção, parece sempre atual a referência de Willem Doise à Teoria das Representações Sociais como uma "grande teoria".

Exatamente por esta razão, a tarefa de falar desta obra, independentemente do ângulo escolhido, torna-se sempre difícil. Como falar de uma obra tão fecunda e criativa sem correr o risco de empobrecê-la, de esvaziá-la de seu vigor e amplitude? De antemão não reivindicamos tamanha inventividade, e por isso mesmo nos propomos aqui apenas a seguir a trajetória desta teoria, de sua obra inaugural aos seus últimos delineamentos, elegendo um único processo: a ancoragem.

Ainda que não seja nosso objetivo, o caminho que percorremos nesta exposição não ficará insensível à perspectiva epistemológica adotada por Moscovici (1961/1976) para responder à questão "como o homem constitui sua realidade" (p. 504) e para justificar que esta é, de fato, uma questão para a psicologia social responder. Por escolher trilhar na contramão da corrente hegemônica da psicologia social daquele momento, sua obra é marcada por um constante diálogo com o status quo da ciência.

Observamos em Moscovici um enorme esforço de redimensionamento de conceitos já clássicos na psicologia social, bem como a justificação da pertinência de seus argumentos. Este esforço pode ser aferido tanto na formulação inicial da noção e posteriormente do conceito de representações sociais (RS), como da própria concepção de objeto de representações. Em ambos, observa-se nitidamente a adoção de uma lógica que nega conceitos

e constructos isolados e parciais, que não eram satisfatórios para explicar a significação do real pelo sujeito, ao mesmo tempo em que os incorpora em uma conceituação mais ampla. As RS, entendidas como uma forma de conhecimento de senso comum e socialmente partilhado, tem em seu bojo a ideia de um conhecimento construído por um sujeito ativo em íntima interação com um objeto culturalmente construído, que revela as marcas tanto do sujeito como do objeto, ambos inscritos social e historicamente.

Evidentemente, este esforço requereu o abandono das microteorizações, que abundavam (e ainda abundam) nos círculos acadêmicos, adotadas como modelo privilegiado da psicologia social. Em contrapartida, Moscovici (1961/1976) elaborou um conjunto de conceitos para explicar os processos requeridos para a construção do conhecimento, quando a representação de um objeto por um sujeito se produz em uma relação dialética, tão estreita entre ambos, que sujeito e objeto se fundem e se transformam.

De fato, assistimos a um movimento de compreensão e conceituação cada vez mais depurado não só do que se convencionou denominar como conceito de RS, mas também dos processos que explicavam como as RS são formadas e o que elas produzem. Estávamos de posse de uma **grande teoria**, a Teoria das Representações Sociais (TRS). Certamente, ancoragem e

objetivação foram e ainda são conceitos que explicitam processos basilares para explicar como as RS são construídas e o que elas constroem. Já na publicação da obra inspiradora – *La psychanalyse* – estes dois conceitos foram destacados por Moscovici e, desde então, têm sido detalhados, esmiuçados e aprofundados. Conheceram formas diferentes de serem tratados, revelando sempre a marca daqueles que se filiaram às proposições de seu criador, ao mesmo tempo em que reafirmavam seus postulados. Daí a riqueza que estes conceitos foram assumindo, ao longo destes 50 anos, nas formulações teóricas e nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da TRS. Muito já se avançou, mas ainda há muito que fazer, confirmando, mais uma vez, as intenções e premonições de Moscovici: uma boa teoria precisa revelar a dinâmica do real e por isso ela mesma deve estar sempre em construção, daí o caráter inacabado que ele deu a sua obra.

O conceito e o objeto de representações sociais

O conceito de representações sociais constitui-se, sem dúvida, no 'grande conceito' de base que desembocou na formulação de uma 'grande teoria' no âmbito da psicologia social, ao incluir e articular conceitos estudados, até então e em sua grande maioria, de forma esparsa. Pelo contrário, o que se via naquele momento,

particularmente nas contribuições dos psicólogos sociais estadunidenses, era um nítido predomínio das microteorizações apoiadas em conceitos isolados como imagem, opinião, atitude, crenças, valores e normas sociais.

Ao longo de *La Psychanalyse*, Moscovici (1961/1976) vai esboçando diversas e complementares definições da noção de RS, nas quais se pode constatar claramente o esforço, ainda que por ele considerado provisório e inacabado, de articulação desses conceitos usados pela psicologia social em um conceito mais amplo, complexo, um conceito guarda-chuva capaz de englobar aqueles estudados por meio de modelos pautados nas microteorias. Vejamos alguns dos componentes de definição da noção de RS:

> Vê-se então do que ele se trata: da formação de outro tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios. /.../ Ele não reproduz um saber /.../, mas retrabalha a sua conveniência, seguindo os meios, os materiais encontrados (pp. 24-25).
>
> Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é organização de imagens e linguagem, porque ele decompõe e simboliza atos e situações que nos são ou que se tornam comuns para nós (pp. 25-26).

A representação social é uma modalidade de conhecimento particular, tendo por função a elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos (p. 26),

Elas têm uma função constitutiva da realidade, a única realidade que nós experimentamos e na qual a maior parte de nós se move (pp. 26-27).

Uma representação é sempre uma representação de alguém tanto quanto é uma representação de alguma coisa (p. 27)

/.../ a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, inserem-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de trocas, liberam os poderes de sua imaginação (pp.27-28)

Para não correr o risco de querer reproduzir aqui o livro todo, paremos nas suas “Observações Preliminares”, lembrando que os pesquisadores que o seguiram realizaram novos esforços para melhor explicitar e delimitar o conceito de RS. Mas, indubitavelmente, foi Denise Jodelet quem, nestes 50 anos, tomou

para si a tarefa de organizar em um corpo conceitual orgânico as definições de RS e difundi-lo já no bojo de uma teoria. Ao se referir à rica evolução do campo de pesquisa em torno das RS, quando nos aproximávamos dos vinte e cinco anos da publicação de *La psychanalyse*, Jodelet (1984/1988) assim se expressava:

> Estas aquisições podem ser ordenadas em um modelo teórico unitário, desenvolvendo o conceito de representação social ao qual propomos a seguinte definição geral: o conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específico, o saber de senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais largamente, ele designa uma forma de pensamento social.
>
> As RS são modalidades de pensamento prático, orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. (p. 361)

Como assinalamos anteriormente, o esforço de delineamento da noção de RS por Moscovici (1961/1976) não se deu ao largo do que vinha até então sendo feito pela psicologia social. Ao contrário, ao esclarecer, por exemplo, o porque de ter adotado em sua obra a

noção de imagem, ele rapidamente a refuta enquanto “um reflexo interno de uma realidade externa, cópia conforme no espírito do que se encontra fora do espírito” (p. 45), para aproximá-la da noção de RS sob outra perspectiva epistemológica. Ele afirma que

> Na verdade, devemos concebê-la [as representações sociais/ imagens] de um modo ativo. /.../. Ela reproduz, certamente. Mas esta reprodução implica uma reacomodação de elementos, uma verdadeira reconstrução do dado [o objeto de representação] em um contexto de valores, de noções e de regras dos quais ele se torna doravante solidário (p. 26).

Na mesma direção, Moscovici (1961/1976) refutou os conceitos de opinião e de atitudes tal como vinham sendo formulados, ou seja, apenas como reações que expressam avaliações ou julgamentos dos sujeitos sobre um objeto, anunciando uma ação que está por vir. E, como sabemos, as pesquisas apoiadas sobre tais conceitos e pressupostos tiveram dificuldade em demonstrar empiricamente o caráter preditivo das atitudes e das opiniões sobre o comportamento. A divergência epistemológica de Moscovici o leva a recusar a adoção do pressuposto de uma relação direta entre estímulo e resposta e entre o mundo interno e externo ao sujeito. Como ele mesmo afirma, “consideramos que não há uma ruptura

dada entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são fundamentalmente heterogêneos em seu campo comum" (p. 46, grifos do autor).

Moscovici vai sustentar –nessa mesma publicação – que as imagens, para além das impressões que os objetos deixam sobre nosso cérebro,

> mantêm vivos os traços do passado, ocupam os espaços de nossa memória para protegê-las das perturbações da mudança e reforçam o sentimento de continuidade do ambiente e das experiências individuais e coletivas. /.../. Elas operam sempre uma filtragem e resultam de uma filtragem das informações possuídas ou recebidas pelo sujeito tendo em vista o prazer que ele busca ou a coerência que ele necessita. (p. 45)

Enquanto elemento que compõe o conceito de RS, as imagens não se separam da potencialidade criativa dos objetos e dos sujeitos, que reorganizam, constituem e são constituídos de forma infinitamente nova. Nesta mesma direção, Moscovici (1961/1976) sustenta que quando o sujeito exprime suas opiniões e atitudes sobre um objeto ele já formulou uma representação deste objeto, o

que equivale dizer que estímulo e resposta se formam juntos, ao contrário da dicotomia até então sustentada.

De fato, imagens, as opiniões são ordinariamente examinadas, estudadas, pensadas, unicamente pelo o que elas traduzem da posição, da escala de valor de um indivíduo ou de uma coletividade. Na realidade, trata-se apenas de um lado da substância simbólica elaborada pelos indivíduos ou pelas coletividades que, intercambiando suas formas de ver, tendem a se influenciarem ou a se modelarem reciprocamente (Moscovici, 1961/1976, p. 47).

Neste esforço de integração e articulação, estes conceitos são negados e, ao mesmo tempo, afirmados como componentes das RS, uma vez que estas últimas, compreendidas como uma “teoria” de senso comum, colocam em ação sistemas com “uma lógica e uma linguagem próprias”, com “uma estrutura de implicações” que engloba tantos os conceitos como os valores a eles agregados (Moscovici, 1961/1976, p. 48). Assim, as imagens, as opiniões e as atitudes, quando inseridas nestes sistemas que sustentam as RS, deixam de ser compreendidas como objetos isolados e parciais, como a Psicologia apoiada nos modelos behavioristas preconizava, “reduzindo o conhecimento a simples disposições de respostas” (Fodor, 1981, citado por Jodelet, 1984/1988, p. 361).

A compreensão de Moscovici (1961/1976) desses diversos conceitos atribui a eles nova envergadura, situando-os em outro contexto epistemológico. Conceitos já consolidados na época - imagem, opinião, atitude, valores, crenças e normas sociais - são redimensionados no bojo de sua teoria, com a adoção de uma perspectiva epistemológica que rompe com dicotomias clássicas. Nesse sentido, é pertinente parafrasear Doise (1993) para nos referirmos à TRS como uma “grande teoria”.

Do conceito à grande Teoria das Representações Sociais: o processo de ancoragem

Ainda que reconheçamos que Moscovici (1961/1976) não apresenta uma teoria, de pronto, no seu livro *La Psychanalyse*, não podemos negar que os conceitos fundamentais para sua construção já estavam dados nesta sua obra. Concordamos com Jodelet (1984/1988), quando ela afirmava:

> Depois de vinte anos, de fato, um domínio de pesquisa se constituiu em torno do conceito [de representação social], com objetos e com um quadro teórico específico. As coisas se passam assim na ciência. Inicialmente aparece um conceito, diz-se o que ele é /.../. Depois se observa como

> ele é feito, e o que ele faz /.../. Mas para ver como ele faz e o que ele faz, deve-se fornecer um quadro teórico, por mais rudimentar que ele seja. Portanto, passar do conceito à teoria. Prolongando os primeiros esboços de elaboração do conceito, a reflexão desemboca numa teoria. (p. 357, grifos da autora)

Ao se afastar das já referidas microteorizações, Moscovici (1961/1976) nos ofereceu uma "teoria das representações sociais a qual não é somente heuristicamente útil para analisar complexos fenômenos sociais, mas também capaz de reorganizar teoricamente campos tradicionais de estudo na psicologia social" (Doise, 1993, p. 161). Em sua teoria encontramos conceitos importantes, que funcionam como princípios gerais que oferecem uma estrutura de análise capaz de detalhar o processo de construção ou gênese de uma representação social, mas que não têm, no entanto, a pretensão de esgotar todas as possibilidades que este campo de estudo suscita.

> Com efeito, a teoria das representações sociais pode ser considerada como uma grande teoria, grande no sentido de que sua finalidade é a de propor conceitos de base /.../ que devem atrair a atenção dos pesquisadores sobre um

> conjunto de dinâmicas particulares e suscitar, assim, estudos mais detalhados sobre os múltiplos processos específicos (Doise, 1990, p. 172).

Dentre as inúmeras proposições de sua "bela invenção", a fidelidade de Moscovici à sua perspectiva epistemológica o conduz a formular os conceitos de objetivação e ancoragem, referindo-se a dois processos fundamentais na formação de uma representação social. Ao mostrar que a gênese de uma representação implica em uma atividade de transformação do não-familiar em familiar, de um saber (no caso, um saber científico – a psicanálise), em outro saber (no caso, um saber de senso comum útil ao grande público), Moscovici (1961/1976) elaborou estes dois conceitos para explicar como se processa esta atividade. Ou, como afirma Jodelet (1984/1988, p. 367), "dois processos maiores que dão conta da forma pela qual o social transforma um conhecimento em representação e a forma pela qual esta representação transforma o social".

A **objetivação** torna concreto aquilo que é abstrato. Ela transforma um conceito em imagem de uma coisa, retirando-o de seu quadro conceitual científico. Trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as,

dissociando-as de seu contexto original de produção e associando-as ao contexto do conhecimento imagético do sujeito ou do grupo. A retenção das informações “salientes é acompanhada de um ajustamento”, onde certas informações assumem um papel mais importante que outras, ou diferente daquele que tinha em sua estrutura original. Trata-se, enfim, de transformar o que é abstrato, complexo ou novo em imagem concreta e significativa, apoiando-se em concepções que nos são familiares. Neste processo se perde “em riqueza informativa (já que há simplificação) o que se ganha em compreensão” (Bonardi & Roussiau, 1999, p. 24). Em suas palavras,

> A objetivação conduz, como se sabe, a tornar real um esquema conceitual, a duplicar uma imagem em uma contrapartida material, resultado que tem, inicialmente, um caráter cognitivo: o estoque de indícios e de significantes que uma pessoa recebe, emite e ativa no ciclo das infra-comunicações pode se tornar super abundante (Moscovici, 1961/1976, pp. 107-108).

A **ancoragem** corresponde exatamente à incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais aos indivíduos, e que lhes estão facilmente disponíveis na memória. A ancoragem permite ao

indivíduo integrar o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social. Assim, um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes.

> Pelo processo de ancoragem, a sociedade transforma o objeto social em um instrumento que ela pode dispor, e este objeto é colocado sobre uma escala de preferências nas relações sociais existentes. Podemos dizer que a ancoragem transforma a ciência em um quadro de referência e em rede de significações... (Moscovici, 1961/1976, pp. 170-171).

É interessante situar aqui os fenômenos, eventos ou ideias que se constituem em objetos de representação, bem como os processos pelos quais as representações são fabricadas pelos sujeitos e os conteúdos ou conhecimentos por eles elaborados. Objetos de representação e representações do objeto reivindicam, para serem estudados pela TRS, entendida como uma teoria da **Psicologia**, as contribuições da **História**, da **Antropologia** e da **Sociologia**, por se tratarem, antes de tudo, de objetos culturais datados historicamente e produzidos por sujeitos marcados por suas

inserções pessoais e sociais. Em suma, sujeito e objeto de representações, tanto quanto os processos de objetivação e ancoragem que se encontram na base da construção das RS, pressupõem e demandam ser situados no carrefour do psicológico e sociológico, cujas raízes são fixadas em suas histórias culturais.

Na pesquisas que sucederam a obra seminal de Moscovici, a ancoragem tem sido estudada de diferentes formas. Muitas vezes sem lhe dar a devida importância ou até mesmo sem considerá-la como elemento fundante das RS. Jodelet (1989a, 2004a) e Doise (Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi, 1992) deram, sem dúvida alguma, um status à ancoragem pouco observado na maioria das pesquisas em RS.

Um exemplo que se tornou clássico é a obra de Jodelet *Folies et représentations sociales* (1989a, trata-se da publicação de sua pesquisa de doutorado de Estado defendida em 1985) e traduzida no Brasil em 2004, sob o título de “Loucura e representações sociais”. Essa pesquisa tinha como objetivo reconstruir a história da vida e das representações de um grupo confrontado, em seu cotidiano, com a loucura. De acordo com a própria autora, três preocupações principais formavam a trama de seu trabalho: “Como funcionam as representações em uma confrontação desse tipo? Como o doente mental é acolhido na sociedade? Como se constroem as relações com a alteridade?” (1989a, p. 32). Com base em tais questões,

Jodelet parece buscar nas RS a compreensão da dinâmica do jogo das relações sociais, sobretudo na sua relação com a alteridade. Jodelet buscava compreender como as relações que estabelecemos com os outros, os contornos da identidade grupal e a relação com a alteridade são mediados pelas RS. Essa posição parece coerente com o que Moscovici afirmaria mais tarde:

> /.../ as relações com os outros, as relações sociais, precedem de modo prático e lógico, as relações com os objetos. Em outras palavras, o que está em primeiro lugar, o que é até mesmo determinante, nos fenômenos que nos ocupam, não é agir sobre os objetos ou reagir a eles, mas interagir com um ou diversos sujeitos. (Moscovici, 2003, p. 14).

A objetivação e a ancoragem seriam, pois "os dois processos que tratariam da elaboração e do funcionamento de uma representação social" (Jodelet, 1984/1988, p. 367). Entretanto, Jodelet ressalta o processo de objetivação como um processo que traz à tona a "intervenção do social na representação" (p. 367) enquanto a ancoragem diz respeito à "representação no social".

Ao discutir as RS da loucura, Jodelet (1989a, p. 375) afirma que "sua ancoragem em um fundo comum prático e cultural dá às

representações sociais os conteúdos e as colorações específicas que traduzem algo da identidade cultural de da mentalidade grupal". É a partir do processo de ancoragem que se pode compreender o jogo da cultura assim como as características históricas, regionais e institucionais da produção do sentido.

Em outros dois textos que se tornaram clássicos por seu esforço em sintetizar e sistematizar os conceitos inaugurados por Moscovici, Jodelet (1984/1988, 1989b) vincula a ancoragem ao enraizamento social da representação e de seu objeto, sendo que o desvelamento deste processo permite acessar como é conferido ao objeto de representação um **significado**, como a representação é **utilizada** como um sistema de interpretação do mundo e como a representação **integra** a novidade em um sistema de pensamento pré-existente e as transformações nesse sistema que dela resultam.

Por sua vez, Doise (2010) propõe três tipos de ancoragem que condicionam as tomadas de posição individuais no campo das RS: a ancoragem psicológica (apoiada nos valores, atitudes e opiniões individuais), a ancoragem sociológica (que reflete a pertença social dos indivíduos) e a ancoragem psicossocial (apoiada na percepção das relações sociais e nas inserções assimétricas na sociedade). Trata-se, como propõem Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992, p. 15), de estudar as RS não apenas buscando identificar os elementos

comuns ou consensuais, mas também de “estudar as modulações em função de sua imbricação especifica em um sistema de regulações simbólicas”, ou seja, a partir das ancoragens das variações individuais, evidenciar, como eles intitulam na introdução desta obra, as “representações sociais sem consenso”. Trata-se de uma articulação entre as diferenciações sociais evidenciadas pela sociologia e os processos cognitivos estudados pela psicologia.

A origem do conjunto de princípios que fundamentam esta proposição deve ser buscada nas articulações com os quatro níveis de análise propostos por Doise (1982), como resumem Papastamou e Chryssochoou (2004, p. 9),

> a articulação do nível individual e ideológico se encontra na ancoragem psicológica, a articulação do posicional com o ideológico na ancoragem sociológica, enquanto que a articulação dos três níveis (individual, posicional e ideológico) concerne a ancoragem psicossocial. Finalmente, estes três níveis se articulariam com o nível interpessoal, já que as diferentes ancoragens se elaboram nas interações e nas práticas.

No trabalho de sistematização e difusão da TRS, bem como nas pesquisas conduzidas e induzidas por Jodelet (1984/1988, 1989a, 1989b), vemos um esforço de restituir ao estudo das RS sua dimensão histórica, social e cultural, na medida em que as considera como um componente que une a psicologia social às outras ciências sociais, pelos laços que se estabelecem entre a os mecanismos

sociocognitivos do pensamento social, a linguagem, a ideologia, o simbólico e o imaginário. Em Doise (1982, 2010; Doise, Clémence & Lorenzi-Ciodi, 1992,), fica evidente o objetivo de conectar o individual ao cole

(1) O primeiro, os processos intra-individuais, analisa o modo como os indivíduos organizam suas experiências; o segundo, inter-individuais, busca nos sistemas de interação os princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais. O terceiro, intergrupais, leva em conta as diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais e como essas posições modulam os processos do primeiro e segundo níveis. O quarto, o societal, enfoca os sistemas de crenças, valores e normas sociais, adotando o pressuposto de que as produções culturais e ideológicas dão significação aos comportamentos dos indivíduos e criam as diferenciações sociais, a partir de princípios gerais (Almeida, 2009).

tivo, de buscar a articulação de explicações de ordem individual com explicações de ordem societal, enfatizando que os processos que os indivíduos dispõem para funcionar em sociedade são orientados por dinâmicas sociais. Ao evidenciar as variações individuais de uma RS socialmente partilhada a partir das ancoragens em sistemas de valores e crenças que revelam filiações societais, Doise articula o psicológico com o sociológico, o individual com o societal, evidenciando a confluência destas duas dimensões.

Todavia, se a ênfase nos processos de ancoragem une estes dois estudiosos da TRS, ela também aquece o dialogo entre eles. É o que pudemos constatar em duas publicações em homenagem a um e a outra (Jodelet, 2004b; Buschini & Doise, 2008). Para além do reconhecimento da importância dada por Doise aos processos de ancoragem, que supera em muito os trabalhos da maioria dos

pesquisadores em RS, Jodelet considera que Doise “não deu conta de mostrar toda a potência que [o processo de ancoragem] adquire na teoria de S. Moscovici” (p. 148). Sua crítica avança ao se referir à leitura que Doise (1990, p. 172) faz da TRS, quando afirma que são sobre seus “conceitos de base”, dentre eles a “ancoragem”, que os pesquisadores devem se voltar, focando o “conjunto de dinâmicas particulares” e desenvolvendo “estudos mais detalhados sobre os múltiplos processos específicos”. De acordo com Jodelet, haveria o risco de que tal leitura de Doise acabe levando a um “descolamento ou ocultação” dos processos como objetivação e ancoragem “que faz perder de vista as propriedades que estes processos teriam na constituição das representações sociais” (p.148). Clarificando um pouco mais a crítica de Jodelet, o que de fato a parece inquietar seria o “perigo” das representações sociais serem confundidas ou mesmo reduzidas aos conceitos de crença, valor e ideologia ou aos princípios organizadores, tão privilegiados nos estudos de Doise. Particularmente, insiste Jodelet, o conceito de princípios organizadores, ao sustentar a ideia de uma hierarquia na organização da representação social, estruturada pelas relações sociais, poderia implicar na adoção de um determinismo que se expressaria na explicação das variações individuais a partir das inscrições sociais dos sujeitos. Estas últimas, como já referido, ocupam um lugar privilegiado nas explanações de Doise, o que para Jodelet, acabou

redundando em certa desatenção aos sistemas de pensamento propriamente dito, à ação de certas representações sobre outras e à eficácia social das representações. Mais especificamente, a ideia de que a ancoragem atribui sentido ou se integra a outros sentidos pré-existentes, supõe, para Jodelet, uma interação entre o pensamento socialmente partilhado e as estruturas de significações existentes que exercem influência sobre a novidade acolhida, o que não foi suficientemente investigado nos estudos de Doise.

A resposta de Doise (Buschini & Doise, 2008) às criticas de Jodelet (2004b) não tardou. No mesmo tom, que revela um respeito mútuo, Buschini e Doise sustentam a existência de duas "versões" da ancoragem no processo de transformação de uma imagem ou um símbolo em significação. Uma semântica, que se dá pela "associação do núcleo figurativo da nova representação com os elementos da realidade social" (p. 17) e, outra, de regulação social, "que se manifesta nas escolhas específicas operadas para realizar esta associação e que faz das representações sociais instrumentos de comunicação e de gestão de conflitos e relações sociais" (p.17). Admitem, ainda, que suas pesquisas privilegiaram a última versão e explicitam com quais intenções elas foram realizadas. A primeira delas foi superar a fragmentação que marcava, então, a psicologia social, adotando, com a TRS, um modelo teórico unificador das diversas explicações do funcionamento simbólico da sociedade

contemporânea. Como salientamos anteriormente, este é sem dúvida um dos grandes méritos da TRS. Mas, eles admitem que o caminho trilhado, de identificação de elementos que organizam um campo representacional, os posicionamentos individuais neste campo e a ancoragem destes posicionamentos nas dinâmicas sociais, não abordou diretamente os aspectos semânticos da ancoragem o que, na nossa avaliação, resultou em prejuízo para a compreensão dos múltiplos significados atribuídos ao objeto da representação. Para superar esta lacuna, os autores sugerem algumas possibilidades.

Uma primeira via seria, no caso de RS de objetos sociais diferentes, adotar o princípio de oposição dos elementos consensuais, como, por exemplo, eles se manifestaram no esquema figurativo (consciente-inconsciente, exterior-interior, aparente-escondido) do estudo de Moscovici (1961/1976); no estudo dos doentes mentais (cérebro-nervo), de Jodelet (1989a/2004a), no estudo de saúde e doença (saúde-patologia, indivíduo- sociedade) de Herzlich (1969), dentre outros. De fato, Buschini e Doise (2008) recorrem aqui ao uso do conceito de themata como proposto por Moscovici (Moscovici & Vignaux, 1994, Moscovici, 2009b): “uma abordagem em termos de themata se revelaria fecunda para identificar não apenas as características estruturais, mas também para pontuar as estabilidades semânticas entre representações” (p. 25).

Uma segunda via seria investigar o que varia em uma mesma representação. Trata-se das representações que se distinguem não por seu objeto, mas pelos grupos que as partilham. Ao transitarem por diferentes espaços sociais, as RS passariam por transformações estruturais que redundariam em diferentes representações de um mesmo objeto, sustentadas por grupos distintos. Esta via já estaria sendo trabalhada pelo Grupo do Midi(2), na medida em que as transformações ocorridas se refletiriam sobre a estrutura da representação, dis

(2) "Grupo do Midi": trabalhos desenvolvidos sob a liderança de Jean-Claude Abric e Claude Flament, por pesquisadores de universidades situadas na Região do Midi, na França

tribuída entre os elementos do núcleo central e sistema periférico, com uma mudança efetiva nos elementos do núcleo central. "Nesta construção do sentido e da realidade onde intervém plenamente a elaboração das representações sociais, os elementos salientes ou centrais há muito vêm sendo considerados como organizadores e geradores de sentido" (p. 23) da representação de um mesmo objeto, como Abric (1994, 2003) tem demonstrado. Mas, esta busca de sentido pode também ser ampliada, procurando evidenciar não só os laços que os elementos centrais de uma representação podem manter com os elementos mais periféricos, mas também com os elementos de outras representações, como é o caso da pesquisa desenvolvida por Moliner e Martos (2005, citado por Buschini & Doise, 2008). Buschini e Doise finalizam suas repostas às críticas

feitas por Jodelet (2004b), apontando para a possibilidade de se usar metodologias outras que aquelas por eles privilegiadas (metodologias quantitativas) como, por exemplo, as técnicas de análise informatizada de dados textuais para evidenciar a riqueza dos laços semânticos que possibilitam a ancoragem das RS em um caldo de expressões socioculturais e históricas.

Um aspecto importante que sobressai das obras de Doise e de Denise Jodelet é o esforço de ambos em buscarem articulações possíveis, tanto no interior da própria psicologia social como da psicologia social com outras ciências. Este é o caso que figura claramente na obra de Doise, *L´explication en psychologie sociale*, de 1982. Nesta obra, Doise não só relata o esforço de vários pesquisadores renomados para a articulação de conceitos anteriormente trabalhados de forma isolada pela psicologia social, como sua proposição dos quatro níveis de análise revelam seu próprio esforço pessoal nesta direção. O mesmo pode ser observado em publicações de Denise Jodelet (1990, 2000, 2009), mostrando como o conceito de RS pressupõe uma transversalidade pelas diversas ciências sociais. Isto para não recorrer aqui a movimento semelhante que ocorre na própria obra seminal de Moscovici.

Tudo isto para dizer que, para além do dissenso, o que se pode extrair desta reflexão é o consenso em torno da importância do

processo de ancoragem. A possibilidade de articulação das contribuições de Willem Doise e de Denise Jodelet, devendo aqui serem incluídos, também, os trabalhos do Grupo do Midi sob a liderança de Jean-Claude Abric e Claude Flament, desenvolvidos partir da obra instigadora de Serge Moscovici, se mostra como mais uma via profícua a ser investigada. O aprofundamento dos laços semânticos que ancoram o novo ao pré-existente, quando da construção de uma representação, é uma via a ser mais bem trabalhada nas pesquisas em RS. Certamente, o caldo da história que acolhe o pensamento social, as produções culturais e jogos societais que entram em ação na fabricação das RS nos parecem ser o cimento desta possível articulação, a ser explicitada a partir dos processos de ancoragem.

Finalizando, a revisão dos 50 anos do conceito de ancoragem, situando a proposição de Moscovici e os debates atuais, mostra a existência de consenso entre os estudiosos sobre a relevância deste processo para a compreensão das RS, destacando a pluralidade de variáveis históricas, sociais e culturais nele envolvidas. Por outro lado, o dissenso se explicita quando está em jogo a apreensão que o pesquisador faz da teoria, orientado por preferências analíticas e metodológicas, priorizando esse ou aquele processo, esse ou aquele conceito. Mas é importante ressaltar que esse dissenso não deve ser interpretado como indício de fragilidade da teoria, mas sim como

mais uma proposição fecunda da TRS que ainda não terminamos de explorar.

Referências

Abric, J-C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF

Abric, J-C (2003). L´analyse structurale des représentations sociales. In S. Moscovici & F. Buschini (Orgs.). *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 375-392). Paris : PUF.

Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 713-737

Bonardi, C. & Roussiau, N. (1999). *Les représentations sociales*. Paris: Dunod.

Buschini, F. & Doise, W. (2008). Ancrages et rencontres dans la propagation d´une théorie. In B. Madiot, E. Lage & A. Arruda (Orgs.). *Une approche engagée en psychologie sociale: l´oeuvre de Denise Jodelet* (pp.13-25). Ramonville Saint Agne: Érès.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale. Sociologies*. Paris: PUF.

Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonet & J. F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive* (pp. 111-174). Paris: Dunod.

Doise, W. (1993). Debating social representation. In G. M Breakwell & D. V. Canter, *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). Oxford: Oxford University Press.

Doise, W. (2010). Psicologia social e sociedade. In *Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social*. Universidade de Brasília. Retirado em 01/07/2011 de http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais_do_Simposio_Genero_e_Psicologia_Social2010.pdf.

Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses des données*. Grenoble: PUG.

Herzlich, C. (1969). *Santé et Maladie. Analyse d'une représentation sociale.* Paris: Houton.

Jodelet, D. (1984/1988). Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Ed.) *Psychologie Sociale* (pp. 357-378, 2ª ed.). Paris: PUF.

Jodelet, D. (1989a). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.

Jodelet, D. (1989b). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Org.). *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.

Jodelet, D. (1990). Historicité et pensée sociale. *Technologies, idéologies, pratiques. Numéro en l'honneur d'Ignace Meyerson*, 1(4), 395-405.

Jodelet, D. (2000). Les représentations sociales dans le champ de la culture. *Information sur les sciences sociales*, 41(1), 111-133.

Jodelet, D. (2004a). *Loucura e representações sociais*. Petrópolis: Vozes

Jodelet, D. (2004b). Éclectisme et représentations socials. *Nouvelle Revue de Psychologie Sociale. Issue Speciale à l'Honneur de Willem Doise*, 3(1-2), 145-150.

Jodelet, D. (2009). Recentes desenvolvimentos da noção de representações nas ciências sociais. Em A. M. O. Almeida & D. Jodelet (orgs). *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas - Representações Sociais* (pp. 105-122). Brasília: Thesaurus.

Jodelet, D. (2011). A fecundidade múltipla da obra "A Psicanálise, sua imagem e seu público". Em A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (2011) (orgs). *A Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik/Centro Serge Moscovici.

Moscovici, S. & Vignaux, G. (1994). Le concept de Thêmata. In Ch. Guimelli (Org.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 25-72). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image e son public*. Paris: PUF

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais. Investigações em Psicologia social*. Petrópolis: Vozes

Moscovici, S. (2009). Preconceito e representações sociais. In A. M.

4 Sistema e Metassistema

Willem Doise
Universidade de Genebra

Traduzido por José Geraldo de Oliveira Almeida, do original em francês

Não podemos deixar de parabenizar a enorme variedade de conteúdos estudados e também, principalmente, os métodos de investigação utilizados e os quadros explicativos elaborados, que enriquecem as atuais pesquisas sobre as representações sociais. Esta variedade, este pluralismo de abordagens e de explicações já estavam germinando no trabalho de Moscovici (1961) sobre as representações sociais da psicanálise. Ao mesmo tempo, podemos por vezes lamentar que os discursos dos diferentes pesquisadores permaneçam frequentemente justapostos. Voltemos então, às fontes, para mostrar não só como a variedade e o pluralismo têm, desde o início, caracterizado as pesquisas sobre as representações sociais, mas também para lembrar como no livro fundador já havia uma abordagem teórica que permitiu organizar, de certa forma, essa pluralidade. Trata-se do modelo, ou talvez devamos dizer, do princípio teórico, da distinção entre sistema e metassistema, pois na minha opinião o valor heurístico é sempre importante, não apenas

para as pesquisas sobre as representações sociais, mas também para melhor "sistematizar", se assim posso dizer, pesquisas em outros campos da psicologia social.

Retorno às fontes

Por meio de entrevistas, de análise de artigos da imprensa e de resultados de pesquisas, Moscovici (1961, 1976) estuda as opiniões, as atitudes, os estereótipos que se espalhavam sobre a psicanálise na sociedade francesa há mais de cinquenta anos. Ele chega a uma conclusão importante sobre a natureza da atividade do pensamento:

> No trabalho reflexivo que é próprio da ciência ou da filosofia, para todo o pensamento que tem como objetivo 'a apreensão das categorias', vemos na obra dois sistemas cognitivos, um que faz associações, inclusões, discriminações, deduções, isto é, o sistema operacional, e outro que controla, verifica, seleciona através de regras, lógicas ou não; trata-se de uma espécie de metassistema que retrabalha a matéria produzida pelo primeiro. É o mesmo para o pensamento natural, com uma pequena diferença. Isto é, no metassistema, as relações que o constituem são geralmente e primordialmente relações normativas. Em outras palavras, nós temos de um lado

> relações operacionais, e de outro, relações normativas que controlam, verificam, e dirigem as primeiras. (Moscovici, 1976, p. 254).

O metassistema é composto por normas sociais e em diferentes áreas do pensamento do adulto os princípios de organização do metassistema podem variar. Fixemos, então, que em uma mesma pessoa, diferentes metassistemas podem intervir. Podem, por exemplo, exigir uma aplicação rigorosa dos princípios lógicos quando esta pessoa se dedica a um trabalho científico, ou principalmente focar em uma coerência de natureza social, como quando a mesma pessoa participa de uma controvérsia política. “O pensamento natural se foca na comunicação, direcional e ‘controversial’” (Moscovici, 1976, p. 255). Uma posição particular é defendida aqui, pela utilização de formas de argumentação que seriam consideradas inaceitáveis no âmbito de um debate científico. Em diferentes ocasiões, os mesmos indivíduos participam em diferentes metassistemas.

Moscovici observa, também, várias semelhanças entre certas características do pensamento adulto, que são encontradas em representações sociais, e do pensamento infantil. Os dois pensamentos utilizam informações fragmentadas, tiram conclusões generalizadas demais a partir de observações particulares, fazem prevalecer conclusões nas premissas, baseiam argumentos de

causalidade em associações de natureza avaliativas e recorrem a numerosas redundâncias tanto lexicais como sintáticas.

Intrigado por essa semelhança, Moscovici (1976) analisa as relações entre as características do pensamento infantil e as características cognitivas das representações sociais:

> O sistema cognitivo da representação social é tal como o vemos, porque a nossa razão encobre organizações intelectuais próprias de uma idade mais precoce? Ou porque corresponde a uma situação e uma interação coletiva nas quais ele está adaptado? No fundo, poderíamos mostrar que não há nenhuma contradição. Não obstante, para a psicologia social, apenas a segunda resposta é fecunda. (p. 284).

Retenhamos, para a sequência de nossos propósitos, que o desenvolvimento das competências cognitivas no indivíduo não deve absolutamente induzir-nos a acreditar "... que essas operações se aplicariam a qualquer conteúdo. Uma vez dominado o universo físico e ideológico, a criança e o adolescente estão longe de conseguir um emprego geral de suas ferramentas intelectuais. A sociedade não exige isso deles" (Moscovici, 1976, p. 284).

Uma tarefa importante para os psicólogos sociais é, precisamente, estudar as relações entre as normas sociais e os funcionamentos cognitivos, respondendo à pergunta: quais normas sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos, em quais contextos específicos?

A atualização das regulações feita pelo metassistema social no sistema cognitivo constitui, em minha opinião, o estudo propriamente dito das representações sociais, desde que suas ligações com posições específicas em um conjunto de relações sociais sejam explicitadas. O melhor lugar para estudar a dupla dinâmica do sistema e metassistema que opera nas representações sociais se encontra precisamente em suas imbricações nas relações de comunicação.

Representações e sistemas de comunicação

Na segunda parte de seu livro, Moscovici analisa, mais especificamente, como diferentes organismos de imprensa franceses trataram a psicanálise no final dos anos cinquenta. Trata-se de um estudo sobre a inserção das representações sociais em diferentes sistemas de organização de relações simbólicas entre atores sociais, sobre o papel que desempenham na manutenção e reprodução dessas relações.

Para recordar, sem entrar em detalhes, três tipos de publicações são analisados: os jornais de grande circulação, a imprensa da Igreja Católica e a imprensa militante próxima ao Partido Comunista. Esses três setores da imprensa francesa não mantêm as mesmas relações de comunicação com seus leitores e com seu meio social e cultural. Três modalidades diferentes de comunicação praticadas por esses organismos de imprensa são descritas como sendo: a difusão, a propagação, a propaganda.

A *difusão* é caracterizada por uma indiferenciação entre a fonte e o recebedor da comunicação. Os autores de artigos da imprensa de grande difusão transmitem a informação que eles frequentemente receberam da parte de especialistas. Como resultado, de alguma forma eles são, como seus leitores, antes de tudo recebedores de informação. Seu objetivo principal é, ao mesmo tempo, criar um conhecimento comum e se adaptar aos interesses de seu público.

A *propagação* é uma relação de comunicação estabelecida por membros de um grupo dotado de uma visão de mundo bem organizada, que dispõe de uma crença a propagar, enquanto se esforça para acomodar outros saberes ao seu quadro de pensamento. No exemplo escolhido por Moscovici, trata-se de estudar como os suportes de comunicação da Igreja Católica acomodam o saber psicanalítico aos princípios religiosos.

A *propaganda* é uma forma de comunicação que se insere nas relações sociais conflituosas. O desafio desta comunicação é o contraste entre o verdadeiro e o falso saber, a transmissão de uma visão antagonista, de uma incompatibilidade entre, por um lado, a visão de mundo da própria da fonte de comunicação e compartilhada por militantes da esquerda comunista, e por outro lado, a visão mistificadora atribuída aos defensores da psicanálise.

Naturalmente, estas três relações de comunicação são de alguma forma protótipos e se modificaram no curso da história. Moscovici (1976), na segunda edição de seu livro, o mostra comparando seus artigos sobre a psicanálise do final dos anos 1950 ao início dos anos 1970. Na imprensa militante de esquerda, as relações de comunicação concernentes à psicanálise aparecem, a partir de então, mais frequentemente na *propagação* do que na *propaganda*. O metassistema das relações de comunicação desta imprensa concernente a psicanálise mudou. Apesar da Guerra do Vietnã ou a invasão da Checoslováquia, a guerra fria se transformou em coexistência pacífica. Em Paris, figuras da intelectualidade, como Althusser e Lacan, transformaram radicalmente as ideias sobre as relações entre o marxismo e a psicanálise.

Finalmente, lembremos também que a teoria sobre os vínculos entre metassistema de normas societais e sistema de operações cognitivas conduziu Moscovici a uma ampliação do campo de

aplicação de seu modelo, quando ele mostra sua pertinência para dar conta de suas diferenças entre opiniões, atitudes e estereótipos, que manteriam vínculos específicos com diferentes sistemas de relações sociais:

> Considerado então, sob o ângulo da estrutura das mensagens, da elaboração de modelos sociais, dos vínculos entre emissor e receptor, do comportamento em questão, os três sistemas de comunicação mantêm uma grande individualidade. Porém é justamente essa particularidade que nos permite aproximar os termos 'difusão', 'propagação' e 'propaganda' da opinião, da 'atitude' e do 'estereótipo'. (Moscovici, 1976, p. 497).

Esta conclusão é importante: implica que seria possível estender a aplicação do modelo de análise, em termos de sistemas e metassistemas, para grandes conjuntos de pesquisas em psicologia social. Outras relações além das de *difusão*, de *propagação* e de *propaganda* podem sem dúvida ser consideradas, podem produzir outras estruturas de representações, fazer intervir outros sistemas de tomada de posição nas relações simbólicas.

A distinção preconizada por Moscovici entre opiniões, atitudes e estereótipos não foi, infelizmente, mantida na psicologia social. Isto

sem dúvida não é coincidência, já que encontra seu sentido somente a partir de um estudo dos vínculos entre relações de comunicação e organizações individuais de sistemas de pensamento e de atitudes individuais. Poucos são os psicólogos sociais que estudaram tais articulações. Mas também na literatura sobre as representações sociais, o modelo do sistema e metassistema praticamente desapareceu.

Alguns exemplos desta ausência na literatura. Em 1979, um grande colóquio sobre as representações sociais foi realizado na *Maison des Sciences de l'Homme*, cujos anais foram publicados por Farr e Moscovici (1984). Na primeira página do livro podemos ler que o objetivo principal do volume é apresentar, pela primeira vez em inglês, os trabalhos de uma escola de pesquisa da França para lhes dar um lugar no contexto internacional. E outro objetivo dos organizadores seria de integrar melhor as tradições sociológicas e psicológicas de pesquisa em psicologia social (Farr & Moscovici, 1984). Mas por que, então, nas 400 páginas deste importante livro, que visa tais objetivos, não há qualquer referência ao modelo de sistema e metassistema, pelo menos até onde pude verificar, o que também constatei em seu Sumário?

Na minha própria contribuição a este colóquio (Doise, 1984) tratei, principalmente, dos níveis de análise e de suas articulações nas representações intergrupais. Ainda não tratava das relações

entre sistema e metassistema. Foi apenas mais tarde, por ocasião de um colóquio realizado em Bad Homburg, em meados da década de 1980 e cujos anais foram publicados por Hilda Himmelweit e George Gaskell (1990), que reli o livro de Moscovici e descobri, no modelo de sistema e metassistema, uma chave que me abriu um tipo de porta para uma melhor compreensão de alguns de meus próprios trabalhos, particularmente daqueles feitos com Gabriel Mugny e Anne-Nelly Perret-Clermont sobre a intervenção da marcação social no desenvolvimento cognitivo (ver, também, Doise, 1993).

Mais importante, Claude Flament (1984) também não o evocava em seu capítulo para o volume de Farr e Moscovici. No entanto, ele relata um bom exemplo de uma pesquisa que poderia ilustrar a intervenção de um metassistema em um sistema, mostrando como a evocação de um grupo igualitário de lazer, ou de um grupo hierarquizado de trabalho, intervinha no uso de um sistema cognitivo bem conhecido, o do modelo de equilíbrio que caracteriza as percepções das relações sociais dentro de um grupo de lazer, mas não as percepções das relações dentro de um grupo de trabalho. Assim, a referência ao modelo do sistema e metassistema também está ausente.

Mas ainda mais importante, no capítulo que escreveu para o acima referido livro, que é intitulado *The phenomenon of social representations*, Moscovici também não faz referência ao modelo.

Mais tarde, para responder às críticas feitas por Gustav Jahoda, em um artigo importante intitulado *Notes Towards a Description of Social Representations* (Moscovici, 1988), o modelo está igualmente ausente. Ele usa os termos de representações *hegemônicas*, *emancipadoras* e *polêmicas*, sem fazer o vínculo com as análises em termos de sistema e metassistema, que antes já o haviam permitido distinguir entre representações de *difusão*, *propagação* e *propaganda*. O abandono de referências ao modelo de sistemas e metassistemas se dá porque o modelo não seria relevante para distinguir representações *hegemônicas*, *emancipadas* e *polêmicas*? Sem dúvida, uma adaptação do modelo poderia ser útil para explicar estes três tipos de representações. Mas, então, por que os conceitos de sistemas e metassistemas não são atualizados enquanto no mesmo artigo outros conceitos-chaves, como de ancoragem ou de familiarização com o estrangeiro, o são?

Uma das principais razões para esta ausência do modelo, e não apenas nos escritos de Moscovici, poderia ser o enraizamento do modelo em uma situação histórica complexa de difícil compreensão para pessoas não familiarizadas com o contexto francês. Em particular, a importância, que o revestia na época, dos conflitos políticos em nível nacional e internacional, assim como das filiações religiosas interferindo nas atitudes a respeito de uma prática terapêutica.

Outra possível razão para essa ausência é que uma importante característica dos escritos de Moscovici sempre foi a originalidade, que não o tornava repetitivo. Saadi Lahlou (1998) descreve esta qualidade do pensamento de Moscovici de forma muito mais elegante do que eu poderia, quando ele trata em seu livro *Penser Manger* da pluralidade das definições que foram propostas sobre o assunto das representações sociais, por diferentes autores, mas também pelo próprio fundador da teoria. Ele compara os escritos de Serge aos do pintor Cézanne:

> Há (talvez) tantas definições da representação social por Moscovici, fundador do conceito, quanto existe de telas de Cézanne representando maçãs. Estas últimas são sempre diferentes, cada vez que representam as maçãs em um contexto e em uma iluminação particular, mas ainda assim, elas expressam 'a maçã'. Outros pintores, incluindo os discípulos de Cézanne, reconhecidos pela semelhança de suas maçãs, pintaram maçãs, sempre diferentes: seriam elas imagens menores de maçãs? Isso depende do talento dos pintores. Enfim, não podemos, de um único ponto de vista, descrever exaustivamente um objeto que tem vários aspectos. (p. 19).

Da complexidade e da riqueza do conceito de representação social resultaria a incapacidade de dar uma única definição.

Ao invés de fazer história, fiquemos neste espaço de diversidade e de liberdade, propondo uma ampliação do âmbito de aplicação dos vínculos entre sistema e metassistema. Para realizar esta expansão iremos, primeiramente, nos dirigir a algumas pesquisas que, sem necessariamente se basear no modelo, ativam distinções que podem ser relatadas, que mantêm ao menos uma certa homologia com a distinção introduzida por Moscovici. Na verdade, no vasto campo de estudo sobre as *atitudes*, *opiniões* e *estereótipos* que ele preconizava, podemos observar que as variações particulares estão sendo comparadas com outras variações de alcance mais geral, nas mesmas áreas. Em outras palavras, os pesquisadores investem algumas variações em sistemas simbólicos de um poder de regulação importante, pois se supõe que eles devam regular variações em outros domínios simbólicos mais específicos.

Ampliações

As duas faces da solidariedade

Alain Clémence, Michel Egloff, Nathalie Gardiol e Pierre Gobet (1994), no livro sobre as *Solidariedades sociais na Suíça,* tratam de um problema recorrente nos debates políticos que dividem a opinião pública desse país. Os assuntos dos debates concernem a questões

de seguridade social, de ajudas financeiras aos desempregados, idosos, refugiados políticos ou econômicos. Segundo os autores, duas concepções diferentes orientam estes debates, e podemos pensar que estes conceitos podem funcionar como formas de metassistemas. Uma concepção geral considera a sociedade como um conjunto mais ou menos harmonioso de relações sociais baseado nas qualidades pessoais, tais como o altruísmo e a consideração das necessidades do outro. Outra concepção é de natureza mais conflituosa e se caracteriza por uma visão da sociedade opondo os interesses individuais e coletivos, que devem ser coordenados.

Em um nível mais concreto, cada concepção pode se manifestar em ilustrações mais específicas como, por exemplo, a generosidade dos ricos ou a caridade dos cristãos para a primeira concepção antes descrita, e chamar instituições públicas para remediar as desigualdades estruturais de natureza econômica, para a segunda. Enquanto embate político, espera-se que estes dois princípios organizadores da representação social de solidariedade gerenciem tomadas de posições face às ajudas que devem ser dadas a certas categorias sociais. A tais posicionamentos mais concretos seriam ligadas as concepções mais gerais quanto à natureza das diferenças, das desigualdades ou dos conflitos entre grupos sociais.

Quando uma sociedade é percebida como um conjunto único, coerente ou consensual de indivíduos, resultará em uma visão mais homogênea de seus membros e, provavelmente também, em uma estimativa mais baixa do nível de insegurança e do nível de assistência para certas categorias sociais. Porém, quando a sociedade é vista como um conjunto atravessado por divisões, conflitos, desigualdades, as estimativas concernentes às ajudas sociais aumentariam. Por outro lado, no primeiro caso, a análise das relações sociais será formulada principalmente em termos de relações interpessoais ou disposições psicológicas, enquanto no segundo ela irá centrar-se mais sobre a natureza das relações mais ou menos conflituosas entre grupos e nas medidas sociais que devem ser tomadas para resolver esses conflitos.

No nível das relações pessoais, os indivíduos tendem a acreditar facilmente que eles pertencem ao mesmo mundo, que existem direitos fundamentais de uns e de outros a serem respeitados, mas, sobretudo, em termos de recompensas ou sanções segundo seus méritos. Decorria desta concepção que não haveria grande necessidade de promover relações de ajuda mútua para apoiar aqueles que estão em dificuldade, em que esta situação seria apenas passageira ou criada por uma falta individual. A ajuda ao próximo se torna obra de pessoas generosas ou caridosas. O que permite

compensar naturalmente os efeitos das ações cometidas por pessoas ambiciosas, egoístas ou incapazes.

Uma análise similar pode ser feita em um nível mais geral e se concentrar mais nos grupos do que nos indivíduos. As relações desiguais entre os grupos sociais são, então, julgadas em função de necessidades universais e imutáveis. Solidariedade e discriminação são, de alguma forma, inscritas geneticamente na sociedade. Para lidar com as ameaças que constituem os grupos considerados “de risco”, a sociedade deve executar intervenções institucionais visando abandonar os desvios à margem da sociedade, e a integração sendo considerada caso a caso. Sob essa ótica das coisas, a solidariedade pode ser qualificada como *natural*, que se traduz por uma apreciação positiva dos vínculos sociais no interior do grupo articulada com uma avaliação mínima das ajudas ao outro. Ainda em outro registro de ideias, a ajuda mútua beneficiaria tanto aquele que dá como aquele que recebe.

Uma visão muito diferente se situa, de maneira mais específica, no nível das relações intergrupais e procura resolver ou atenuar os conflitos entre grupos desiguais. Neste contexto, a análise das origens da insegurança social pode levar a defender a ideia de intervenções ativas da coletividade em prol das minorias, quando o destino destas é atribuído às consequências de relações sociais injustas. Além disso, mesmo quando os grupos desfavorecidos são

tidos como culpados por sua situação, podemos considerar ajudá-los quando a desigualdade é julgada inaceitável. Tal teoria implícita de ajuda mútua supõe uma solidariedade mais *ativa*, mais intervencionista, do que aquela decorrente da crença em um mundo harmonioso e justo.

A tese central é, então, que a solidariedade pode ser interpretada como uma relação *natural* ou *ativa*. Ambas as interpretações podem ser abordadas como a articulação de dois polos inversamente proporcionais, um centrado na avaliação das relações sociais e outro nos auxílios a conceder a diferentes categorias sociais. A avaliação dos auxílios, demonstrando um princípio de solidariedade ativo, deveria crescer à medida que há um aumento da insegurança e das tensões sociais percebidas.

Um questionário foi elaborado com base no quadro teórico esboçado, favorecendo a hipótese de duas visões de mundo que poderiam ser consideradas como metassistemas. A premissa adotada era que quando uma sociedade é percebida como um conjunto único, coerente ou consensual de indivíduos, a estimativa de insegurança social e o nível de ajuda preconizada ao outro deveriam ser baixos. Ao contrário, o sentimento de insegurança seria maior e a necessidade de auxílio considerada como mais importante quando a sociedade é vista como um conjunto atravessado por divisões, desigualdades e conflitos.

Ao utilizar diferentes indicadores durante a análise dos resultados, foi confirmado que existia uma relação negativa entre a qualidade das relações percebidas e o tamanho da ajuda aos outros que são preconizados: quanto mais os entrevistados percebiam uma sociedade harmoniosa, menos eles preconizavam investir na ajuda a diferentes categorias sociais, tais como os requerentes de asilo, jovens ou idosos, os deficientes ou os dependentes químicos.

Essas análises foram conduzidas a partir de dados obtidos em uma população de jovens e adultos. Para cada população, os resultados permitem verificar a hipótese geral emitida, mas ainda era necessário testar com mais rigor a natureza dessa ligação. Diferentes modelos de análise causal foram aplicadas. Aquele que se revelou o mais eficiente articula apenas as duas faces da solidariedade: a avaliação das relações intergrupais e da insegurança por um lado, e a consideração das necessidades de atribuição das ajudas, por outro.

Para demonstrar o interesse dessas teses de outra forma, de natureza mais experimental, foi adotada, a partir de uma amostra de pais, aos quais foram apresentados ‘defensores em favor da aceitação de medidas para o financiamento da seguridade social’. Para a metade deles foi apresentada uma argumentação atribuída a especialistas que preconizavam a manutenção, em seu nível atual, das contribuições obrigatórias para a seguridade social, enquanto

que para a outra metade foi apresentado um defensor em favor do aumento das contribuições. Além disso, cada proposta foi apresentada na metade dos casos seja por uma argumentação, evocando a desigualdade entre as categorias, ou por um relatório que destaca a harmonia das relações sociais.

Além das duas principais variáveis manipuladas (tipo de argumentação e tipo de proposta), uma terceira variável independente foi construída classificando os sujeitos de acordo com suas notas efetivas da avaliação global das relações sociais em duas categorias de tamanho igual - representação ‘fraca’ versus representação ‘boa’ das relações sociais - com base nas respostas no questionário geral.

Esse método confirmou a pertinência de um discurso baseado em uma visão harmoniosa ou conflituosa das relações sociais, em função das representações sociais veiculadas pelos pais confrontados aos discursos dos especialistas. Os resultados experimentais confirmam a existência de um vínculo causal entre a percepção das relações sociais e as estimativas de ajuda a dar aos outros.

Existe uma pluralidade de visões de mundo em matéria de solidariedade. Foi também a pluralidade na construção de abordagens metodológicas que levou a uma melhor compreensão

das questões de tais debates, ainda em curso, sobre a reorganização da seguridade social na Suíça. Mas isto poderia se tratar de dinâmicas de representações que existiriam apenas na Suíça?

Inspirados em parte na pesquisa sobre solidariedade, na Suíça, Margarita Sanchez-Mazas, Frederick van Humskerken e Annalisa Casini (2003), da *Université Libre de Bruxelles,* realizaram uma pesquisa sobre as representações sociais da cidadania belga e europeia entre estudantes belgas francófonos. Em uma parte do questionário lhes foi pedido para descrever livremente o que a evocação dos termos 'cidadania belga' e 'cidadania europeia' lhes suscitavam. A análise destas evocações revela a manifestação constante de uma oposição entre uma concepção em termos de identidade e uma concepção política formal.

Essas concepções estão relacionadas com as posições expressas no mesmo questionário sobre a importância das alocações sociais que devem ser asseguradas. Os indivíduos que produzem mais evocações da identidade belga em termos de "ethnos", tais como Bruxelas, Flandres e Wallonia(1), aderem a uma concepção mais restritiva das alocações do que aqueles que evocam mais a cidadania belga em termos de "demos" tais como direitos, obrigações, voto, reconhecimento e decisão. O mesmo se dá em relação às evocações sobre a cidadania europeia. Quando os entrevistados recorrem mais aos termos de tipo cultural, como

tolerância, abertura de espírito, espírito, livre circulação, cultura e partilha, seus conceitos de alocação são mais restritivos do que aqueles que usam termos mais políticos: obrigações, direitos, deveres, conhecimento e pertencimento. Relatórios também foram produzidos com o grau de importância atribuído a uma concepção mais repressiva e policial do poder estatal. Os autores concluem que

> A associação evidente entre uma identidade substancial e as preocupações de segurança na configuração do Ethnos é consistente com a ideia de que a primazia de uma concepção etnocultural, como um grupo naturalmente unido por uma relação a uma concepção política da comunidade nacional, mantém uma forte ligação com uma concepção de cidadania mais exclusiva. (Sanchez-Mazas, Van Humskerken & Casini, 2003, p. 74).

(1) NT. : Valónia, em português, ou Wallonie, em francês, refere-se a uma região do sul da Bélgica, ocupada por uma população francofônica

Novamente, tratam-se de dois embasamentos próprios às concepções de solidariedade que são homólogos àqueles atualizados por Clémence e seus colegas, na Suíça.

Declinações políticas na Suíça

Os trabalhos de Christian Staerklé, Christophe Delay, Lavinia Gianettoni e Patricia Roux (2007) sobre *Quem tem direito a quê? Representações e legitimação da ordem social* se situam igualmente no prolongamento dos trabalhos de Clémence sobre a solidariedade. Eles cobrem um amplo espectro de atitudes e posicionamentos políticos, e relatarei novos resultados que tratam mais diretamente da estrutura profunda desta diversidade. Propositalmente, não demorarei sobre as variações em função de pertencimentos sociodemográficos, sexo, *status* social e região linguística, que têm um impacto mas cuja força parece nunca superar aquela dos princípios organizadores de natureza societal. Estes princípios organizam a maneira como os indivíduos percebem os antagonismos sociais no seio da sociedade nacional, e se modulam também de acordo com suas relações com os valores comuns que servem de referência.

Para tirar a estrutura das percepções societais, um conjunto de doze itens foi submetido a uma análise fatorial de componentes principais. Foram identificados quatro fatores: o primeiro fator reagrupa itens relativos à ordem social. Este fator será o indicador da percepção de *desordem*, pois se baseia na defesa dos valores comuns e sobre uma percepção ameaçadora dos maus membros da sociedade (delinquentes e vândalos); baseia-se na sensação de que certos valores “morais”, como uma “boa” educação, cedem diante

do medo, e que a delinquência de rua e a violência caótica nas manifestações aumentam.

No segundo fator saturam itens relacionados com a lógica da diversidade. Os três itens referem-se tanto à relação entre a população suíça e estrangeiros, quanto à relação entre a Suíça, como nação, com outras nações. “O estrangeiro” ameaça uma identidade suíça (intragrupo), que pode “se perder”. É por isso que os estrangeiros não deveriam poder participar nas decisões através do direito de voto. Este fator mede, portanto, um sentimento de *diversidade ameaçadora*.

O terceiro fator reagrupa itens relacionados com a lógica da *justiça social*. Três itens descrevem as desigualdades sociais (entre homens e mulheres, e entre ricos e pobres), criadas por dinâmicas sociais que vão além dos comportamentos individuais. Trata-se, portanto, de uma medida de *reconhecimento das desigualdades*, consideradas ilegítimas, produzidas pela sociedade.

Finalmente, o último fator mede um conjunto de percepções relacionadas com a lógica do *mercado*. Três itens fazem referência à *ética de trabalho*. Eles descrevem situações de aflição em que as pessoas poderiam evitar decair e melhores condições de vida a que poderiam ter acesso ao trabalhar mais. A valorização do trabalho na sociedade seria problemática, seja porque o apoio estatal

desestimularia os beneficiários a querer trabalhar, seja porque faltaria motivação a estes últimos.

Estes quatro escores fatoriais são, portanto, usados como indicadores da importância relativa de quatro lógicas cotidianas, em representações de natureza societal. Estes escores explicam, em grande medida, os pontos de vista sobre as medidas que o Estado deveria tomar em matéria disciplinar e penal, por exemplo, para assegurar a ordem pública contra manifestações não autorizadas ou a presença perturbadora de dependentes químicos, suscetíveis de alterar a ordem e a segurança pública.

De forma ainda mais importante que as diferentes variáveis de natureza sociodemográfica, estes escores explicam, também, as concepções de medidas fiscais a serem tomadas para corrigir as desigualdades sociais ou de apoio a diferentes associações da sociedade civil. Também contribuem fortemente na determinação de atitudes em favor da intervenção do setor privado, quer seja para a família, o indivíduo, ou o voluntariado.

As quatro percepções societais incorporadas nestes escores fatoriais podem ser consideradas como princípios organizadores, ou "geradores de tomadas de posição", em relação às expectativas de diferentes tipos de intervenções na realidade social. As percepções societais são, portanto, fortes princípios organizadores de

estruturação das tomadas de posição no sentido da regulamentação dos antagonismos sociais, e tornam-se a lente através da qual as representações destes antagonismos são construídas e entendidas, intervindo nas opiniões sobre o modo como estes antagonismos podem ser atenuados em seus efeitos.

Um metassistema político na França

Pascal Marchand (2004a, pp. 114-121), psicólogo social especializado em estudos das mídias na França, recorre diretamente à teoria das representações sociais quando se dá conta da maneira como as mídias difundem a novidade. Também examina a forma como os jornalistas franceses, da imprensa escrita ou do rádio, organizam suas entrevistas com políticos, durante as eleições europeias (Marchand 2004b, pp. 167-202). Conclui que a principal preocupação destes jornalistas é de levar seus interlocutores a se posicionar muito mais com relação ao sistema político francês, em comparação com o sistema político europeu. No entanto, este último constitui a arena na qual os eleitores e os políticos europeus deveriam se confrontar. De certa forma podemos considerar que o sistema político nacional é, para os jornalistas franceses, um metassistema ativado para dar sentido ao sistema político europeu.

O posicionamento direita/esquerda é um importante regulador das formas que revestem as representações sociais na política francesa. Marchand (2004) menciona uma pesquisa que compara os termos que os entrevistados utilizam em duas condições, para responder a uma pergunta como: “Quais são as cinco palavras que você associa espontaneamente à cultura?”. Nenhuma menção de suas preferências políticas é feita na primeira condição, mas na segunda, é solicitado que respondam “como uma pessoa de esquerda ou de direita”, suas preferências políticas tendo sido previamente atestadas. Neste último caso, as diferenças entre as respostas de pessoas de esquerda ou de direita podem ser vistas claramente. Como esperado, durante esta evocação do universo político, os direitistas tendem a favorecer um léxico mais “pessoal” – desenvolvimento, abertura de espírito, enriquecimento pessoal –, enquanto os esquerdistas são mais propensos a fazer referências a termos relativos ao campo “socioeducativo” –lazer, tradição, educação, conhecimento, artes –. Estas diferenças são menos evidentes quando as afiliações políticas não são mencionadas, quando o metassistema direita/esquerda não é de alguma forma ativado.

Estes resultados podem ser relacionados com aqueles que já tinham sido observados por Monteil, Bavant e Lacassagne (1991) entre os professores que foram convidados a explicar o fracasso

escolar de alguns de seus alunos, mencionando que suas explicações não seriam entregues ao público ou que seriam publicadas em um jornal de sindicato. No primeiro caso, os professores se baseiam principalmente em atribuições individuais, do tipo ‘se o aluno está falhando é porque não é intrinsecamente bom ou não se esforça o suficiente’, enquanto que no segundo caso, eles fornecem mais atribuições situacionais, do tipo ‘ele provém de um meio social desfavorecido’ ou ‘seu histórico social passado foi a fonte de seus problemas’.

Vários registros de explicações estariam, portanto, à disposição dos indivíduos que as utilizam, dependendo do sistema de referência, em nossos termos, do metassistema que lhes é fornecido. Outra indicação da força do metassistema político é revelada em uma pesquisa sobre o efeito do engajamento político ao Partido Socialista (Marchand, 1993). Quatro níveis deste engajamento são distinguidos: simpatizantes, afiliados, militantes e eleitos. Nesta pesquisa realizada em *Haute Garonne*, diferentes atitudes, comportamentos, mas também os conteúdos de enunciados “livres” em relação a seu partido, são estudados e relacionados ao grau de engajamento dos entrevistados. Aqui, destacamos apenas um resultado de análise do tipo lexical. Este resultado mostra que as referências que seguem um aumento proporcional ao engajamento são “partido”, “poder” e “sociedade”.

Este é apenas um indício, entre outros relatados pelo autor, que a referência ao sistema político no "discurso livre" aumenta com o engajamento dentro do sistema político. Relacionemos aqui, também, este resultado com um crescente engajamento do uso de pronomes pessoais, especialmente o "eu" e o "você". As afirmações de natureza pessoal diminuiriam em função do engajamento político. Observamos, de alguma forma, a implementação de um metassistema: o indivíduo cede lugar a um sistema mais coletivo.

Em um pequeno manual sobre *As representações sociais*, recente, Aline Valence (2010) reitera a importância do conceito de metassistema no livro fundador de Moscovici, lembrando as características da propagação, propaganda e difusão. Ela menciona, também, a pesquisa de Staerklé e colaboradores (2007), sobre concepções da ordem social e dos direitos sociais.

Detalhando sua própria pesquisa sobre as representações dos direitos do homem e da migração (ver também Valênce & Roussiau, 2009) é, de fato, o metassistema Direita/Esquerda que é estudado pelo seu efeito na imbricação de suas representações. Uma amostra de artigos de jornais franceses é estudada, em que o jornal *Le Fígaro* é escolhido por apresentar um posicionamento de direita, e o jornal *Libération* por apresentar um posicionamento de esquerda.

Interações múltiplas e pluralidade de opiniões

Para o sociólogo Alexis Ferrand (2011), as opiniões individuais se constroem nas relações sociais e como diferentes indivíduos podem participar de diferentes relações sociais que estão na origem de suas opiniões individuais, as opiniões de diferentes indivíduos participantes de sistemas de relações diferentes vão variar. Trata-se de uma tese clássica de sociólogos que pertencem à corrente do "Interacionismo simbólico", como Georges H. Mead ou Herbert Blumer. É necessário precisar que tal interação em um indivíduo inclui interações consigo mesmo, e como insiste Ferrand, recorrendo a varias citações, como por exemplo aquela usada por Robert K. Merton (1957, p. 11, citada em Ferrand, 2011, p. 20): "O individuo define - confere um significado - para ele mesmo, assim como para outros objetos, ações, e características. A definição dele mesmo enquanto titular de um papel particular em uma relação dada, que Mead nomeia de 'eu'. Alguns papéis são associados a valores mais positivos que outros/... /um indivíduo pode perceber simultaneamente seus diferentes 'eus' em uma hierarquia de acordo com as atitudes mais ou menos positivas à seu respeito".

O indivíduo que participa de várias interações concernentes a um objeto de opinião dado hierarquiza, de alguma maneira, suas relações e opiniões resultantes. Nessa direção Arnold M. Rose (1962

p. 17) fala de relações de referência para designar as relações que, mais que outras, determinam uma opinião. No entanto, relações menos importantes não são esquecidas (ou menosprezadas): “Enquanto que as ‘antigas’ afiliações, expectativas sociais, significações e valores podem ser distanciados, na medida em que são fortemente desvalorizados na escala das relações de referência, não são nem perdidos nem esquecidos. Existe uma integração dos valores e significações novamente adquiridos com os antigos, uma modificação continua”.

Se os indivíduos podem ser considerados como átomos sociais, eles se interconectam de várias maneiras em redes – que Jacob L. Moreno (1970, p. 316) descreveu suas diferentes formas –, insistindo igualmente na contribuição dessas redes na formação de opinião: “Essas redes são a ‘cozinha’ onde se tem o cozimento da opinião pública. É por seus canais que os homens se influenciam, se educam, ou se destroem mutuamente. As ideias, as sugestões se propagam pelas mesmas vias”.

Dessa multiplicidade de redes e de relações de pertencimentos gerando opiniões em um mesmo individuo, resulta que suas opiniões podem de alguma maneira ser plurais. Sobre este assunto Ferrand (2011) fala de um pluralismo cognitivo, que se explica pela variedade das interações nas quais um mesmo indivíduo participa. Por exemplo, em um mesmo indivíduo, opiniões sobre política ou sobre

saúde podem variar no tempo, mas também de acordo com o contexto que ele se encontra. Estudos empíricos, realizados por Ferrand e seus colaboradores, o atestam, particularmente para o que é a expressão e o compartilhamento de opiniões sobre questões de saúde.

Limitamo-nos aqui a esboçar o quadro teórico de suas pesquisas. De acordo com Ferrand (2011), cada julgamento é um conteúdo cognitivo que, embora separado do processo relacional original, mantém uma marca. As relações de origem nas quais um julgamento é formado permanecem associadas a este julgamento, e o investem com um valor correspondente a essas relações. De certa forma os julgamentos comportam uma assinatura:

> Uma assinatura existe quando o julgamento é identificável (às vezes de maneira explícita, às vezes inconsciente, mas eficaz) e compartilhado com parceiros específicos no seio da rede relacional do ator. A assinatura relacional se prende de maneira particular ao conteúdo do julgamento: presume-se que exista um nível cognitivo dos julgamentos, e um nível cognitivo específico de representação da rede pessoal. Cada um desses níveis tem suas próprias regras de funcionamento. E concebemos a assinatura relacional como uma ligação cognitiva entre os dois níveis, entre os dois sistemas de representação (mas não como uma

> espécie de atributo que pertenceria propriamente ao nível dos julgamentos) (Ferrand, 2011, p. 118).

Trata-se, portanto, de uma relação entre um sistema cognitivo e um metassistema relacional. Existiria uma hierarquização entre metassistemas em caso de heterogeneidade das opiniões em um mesmo indivíduo:

> ... outra maneira de tornar viável a coexistência de opiniões baseia-se na hierarquização das relações a que o ator teria dado 'pesos' maiores ou menores, que assinaram diferencialmente cada opinião. O resultado é que o ator tem uma opinião dominante e uma ou mais opiniões dominadas. A opinião dominante é a que expressa de forma consistente em contextos sociais variados; é 'sua' opinião, que ele apresenta para os outros como elemento da identidade que reivindica. Mas também sabe que está de acordo com outro de seus parentes e/ou amigos próximos, tendo outra opinião, mas não a relatando. Mas em sua consciência 'não pensa menos nisso', e, em raras ocasiões, em outro ambiente social, poderia voltar a expressar essa opinião dominada (Ferrand, 2011, pp. 122-123).

Podemos pensar que estas “raras ocasiões” poderiam cobrir uma ligação especial com as pessoas que geraram uma opinião particular dominada. Desta hierarquização sobressai uma importante consequência, quando um “ator” é levado a expressar, sob certas condições, uma opinião menos dominante para si próprio, “a proposta do ator acaba de mudar de opinião é totalmente falsa: um ator não muda de opinião, ele muda a hierarquização de suas opiniões, que é muito diferente” (Ferrand, 2011, p. 129). Como “A dinâmica das redes pessoais é sempre uma combinação de relações perenes e de relações transitórias”, pode ter, dependendo das relações entre os relacionamentos atuais e os que foram na origem da formação de certas opiniões, “uma mudança no equilíbrio das assinaturas relacionais de duas visões concorrentes” (Ferrand, 2011, p. 131).

Pode também haver algum desgaste na força de uma assinatura: “Neste processo, a força de uma assinatura diminui, não porque a relação em questão se torna menos importante, mas porque a ligação entre o conteúdo cognitivo e a relação se debilita, por não ser reativada em interações particulares” (Ferrand, 2011, p. 133). Mas, por outro lado, a ligação entre algumas afiliações sociais e algumas opiniões pode estar sujeita a regulamentações sociais para fortalecer um consenso grupal: “Em muitas organizações, podemos identificar algumas reuniões, mobilizando grupos

particulares, cuja função - explícita ou latente - é de reativar o acordo entre os membros. As formas mais desenvolvidas são, obviamente, aquelas que têm a vocação explícita de reafirmar crenças comuns que concernem os objetivos da organização, a excelência de sua gestão, ou os caminhos que levam a vida eterna, a felicidade do povo, ao conhecimento da Verdade, e a todos os tipos de “bens de salvação” (Ferrand, 2011, p. 135). Isso nos traz de volta às pesquisas de Deconchy (1980) sobre a ortodoxia, cuja tese essencial é que, em sistemas ortodoxos, a regulação social torna ainda mais forte do que é a fragilidade racional dos dogmas considerados importantes na decisão de afiliação ao sistema.

Encontro entre sistemas de significação

Como outra ilustração do que chamamos anteriormente de ampliações do conceito de metassistema, apresentamos de forma breve uma abordagem praticada por Jovchelovitch (2007), em um livro recente, que se encaixa em uma tradição de reflexão sobre a intersubjetividade no âmbito das pesquisas sobre as representações sociais.

Esta tradição é, por exemplo, representada por Ivana Marková (2003) em sua importante obra sobre *Dialogicality and Social Representations.* Ela que considera, com Moscovici, que a

capacidade de comunicar sobre a realidade social, em concordância ou em oposição ao outro, é uma característica essencial do pensamento humano e, neste contexto, é agora comum propor o modelo de um triângulo ligando o *Eu, Outrem* e o *Objeto*.

Em tal perspectiva, e Jovchelovitch (2007) insiste fortemente nisso, seria errado considerar que as Representações Sociais deveriam ser estudadas como uma espécie de cópias mentais do mundo exterior. Trata-se, ainda, de uma construção ou reconstrução deste mundo em múltiplas relações entre agentes sociais.

Marková e Jovchelovitch, portanto, recorrem ao modelo teórico do triângulo *Eu, Outrem* e o *Objeto* de conhecimento, que considera que as imagens de uma realidade de qualquer tipo podem apenas ser concebidas dentro de uma relação de inter-relação de natureza social e que elas continuam sendo, neste sentido, representações sociais. Jovchelovitch (2007) insiste na necessidade de incorporar um eixo temporal e institucional neste modelo:

> O processo ocorre no tempo e se institucionaliza, para que as futuras gerações encontrem uma dinâmica representacional como um ambiente simbólico já organizado em tradições culturais e quadros institucionais que, apesar de serem de uma origem anterior, tornam-se, também, suscetíveis de produzir novas dinâmicas

> representacionais. Neste sentido, podemos aderir à tese marxista, que afinal todos os seres humanos agem em condições que não se enquadram totalmente na sua própria atividade (p. 36).

Como em Moscovici, uma diferença é feita entre representações coletivas, que circulam em uma comunidade considerada homogênea, e representações sociais que se desenvolvem nas estruturas da intersubjetividade mais variáveis. Para a caracterização destas estruturas deve-se levar em conta identidades atualizadas, modalidades de interação entre atores sociais, motivações que orientam a elaboração do conhecimento e da natureza dos significados produzidos.

Dois protótipos de relação entre essas variáveis são descritos em uma tabela que resume os contrastes entre, por um lado, as representações coletivas mais características de sociedades que cultivam mais identidades coletivas e, por outro lado, as representações sociais que seriam mais características de sociedades que destacam identidades mais individuais (ver Jovchelovitch, 2007, figura 4.1, p. 121). Claro que isto é uma distinção conceitual em termos prototípicos, que visa melhor compreender as variações de uma realidade sempre híbrida.

De certa forma, um ciclo de meio século de pesquisas é, assim, concluído. Moscovici opunha sua teoria das representações sociais à teoria durkheimiana das representações coletivas, e Jovchelovitch, para entender nosso mundo de hoje, insiste novamente na necessidade de também levar em conta a existência de representações coletivas.

Ela também levanta o problema do encontro entre diferentes sistemas de cognição quando, em um capítulo sobre *Encountering the knowledge of others* (Jovchelovitch, 2007, pp. 127-156), trata do problema de se levar em consideração objetivos diferentes que orientam os sistemas de conhecimento em diferentes culturas. Nos encontros interculturais, as ideologias, isto é, sistemas de representação visando justificar uma ordem social estabelecida, intervêm com frequência e constituem um obstáculo difícil de superar, se visamos considerar pela perspectiva dos outros. Neste sentido, apoiada na máxima que G. H. Mead formulou para a compreensão interpessoal, Jovchelovitch aplica ao nível intercultural: “Sem a capacidade de estar em uma perspectiva descentrada, que é a perspectiva de outrem, o eu não pode conhecer a sua própria posição” (p. 133). A pedagogia de Paulo Freire, de promover o diálogo nas comunidades, é erigida pela autora como exemplo. É feita uma distinção entre as condições que favorecem o diálogo ou o não-diálogo (Tabela 5.3, p. 155).

Sistemas Jurídicos

O livro de Jovchelovitch termina com uma defesa em favor de um diálogo entre comunidades aderentes a diferentes sistemas de conhecimento. A evocação dos trabalhos de Deconchy sobre a ortodoxia recorda a dificuldade de realizar esses diálogos. Será que eles não necessitam da construção de novos metassistemas que permitem pôr em perspectiva recíproca diferentes sistemas?

É o que, de certa forma, aconteceu em nível mundial quando diferentes sistemas de comércio tiveram que se coordenar com a ajuda de um conjunto de regras comuns para ordenar práticas e padrões ancorados em culturas muito diferentes. É verdade que as regulamentações deste conjunto de regras permanecem sempre alteráveis, também em função das relações de força que se modificam, mas mesmo imperfeitas essas regras respondem a uma necessidade.

O objetivo dos direitos do homem resultou na proposta de um sistema normativo geral. Ao apresentar o nosso trabalho sobre as representações sociais dos direitos do homem (Doise, 2001), já havíamos mostrado que as percepções e as experiências de diferentes tipos de conflito intervêm fortemente nos posicionamentos com respeito a esses direitos. As pessoas que passam por mais

relações conflituosas e, especialmente, aquelas que sofreram devido a estas relações, são geralmente posicionadas de forma favorável no que diz respeito a esses direitos fundamentais e dos órgãos públicos que devem garantir o cumprimento. Nesta área, a realidade das experiências societais e das percepções formam uma espécie de metassistema, que se reflete em um sistema de representações normativas gerais e que, idealmente, inclui todos os seres humanos.

Dando sequência às pesquisas sobre os direitos do homem, uma equipe, agora com sede em Lausanne, efetuou várias pesquisas sobre as representações sociais dos direitos humanitários, direitos que devem ser respeitados pelos combatentes em situações de conflito armado. Ao analisar dados em uma extensa pesquisa comandada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha nos países afetados por tais conflitos, Guy Elcheroth (2006) primeiramente atualizou um fenômeno paradoxal: as vítimas, *menos* que as não-vítimas, aderem a uma abordagem jurídica das transgressões das violações destes direitos, sendo que quanto mais vítimas houver em um país, *mais* o conjunto da população é a favor de uma abordagem jurídica visando proteger estes direitos, que porventura implicaria na intervenção de um tribunal internacional. Uma análise mais recente atualizou outra fonte de variação nestas atitudes: elas se reforçam especialmente quando a vitimização é de igual

importância nos campos que estão combatendo (Spini, Fasel & Elcheroth, 2008).

Condições sociais objetivas constituem, portanto, neste domínio, uma espécie de metassistema societal ou intersocietal favorecendo ou não a gênese e a consolidação de regulamentações internacionais do tipo jurídico. Em dadas relações sociais, sistemas nacionais ou internacionais constroem, em seus respectivos níveis, sistemas jurídicos. Uma vez instalados, estes sistemas jurídicos operam, por sua vez, como metassistemas em condições apropriadas. É, por exemplo, o caso nas experiências de Meeus e Raaijmakers (1995), que utilizaram uma adaptação das famosas experiências de Milgram (1974) sobre a obediência à autoridade. Como Milgram, os dois colegas holandeses mostram que muitos participantes em suas experiências não hesitaram, sob simples injunção de uma autoridade acadêmica, em violar os direitos básicos dos outros, e neste caso trata-se dos direitos de um desempregado em conseguir um emprego.

No entanto, esses pesquisadores estão também interessados nas condições particulares que podem impedir uma injustiça de ocorrer. Em um de seus experimentos, o procedimento de base é usado, mas os sujeitos são informados logo no início que já aconteceu de um candidato a um trabalho ter iniciado uma ação judicial contra a universidade, denunciando os critérios de aprovação

do teste. Para evitar qualquer tipo de problema no futuro, as instâncias responsáveis da universidade se recusam em aceitar qualquer responsabilidade jurídica e pediram explicitamente ao sujeito para assinar um documento, no qual se afirma que ele é o único juridicamente responsável do que poderia acontecer no momento do teste. Neste caso, a taxa de obediência cai consideravelmente.

É a evocação de um metassistema jurídico que impede o paradigma da submissão à autoridade de funcionar.

Como os experimentos de Milgram, o experimento chamado *The Stanford Prison Experiment,* de Philip Zimbardo (1989), é frequentemente citado para ilustrar uma concepção fatalista na psicologia social. Trata-se de um evento criado para verificar o que acontece quando um grupo de pessoas é investido de poder absoluto sobre o outro grupo. Para este fim, os alunos são arbitrariamente divididos em um grupo de prisioneiros e um grupo de guardas de prisão. Rapidamente, na situação criada por Zimbardo, os alunos tornados guardas da prisão abusam dos prisioneiros, de forma que a experiência que deveria durar duas semanas foi interrompida no sexto dia.

Aqui me limito na relação que Zimbardo (2007, capítulo 15) estabeleceu entre sua experiência e o escândalo de Abu Ghraib, no

Iraque. Na verdade, as semelhanças de algumas fotos que foram amplamente divulgadas, sobre os tratamentos degradantes nesta prisão militar do Exército dos Estados Unidos, com as fotos tiradas durante a experiência de Stanford são impressionantes. Segundo a análise que Zimbardo sugere dos eventos que ocorreram na prisão militar, não se tratava de alguns sargentos indisciplinados que teriam treinado os outros a participar de comportamentos degradantes com os prisioneiros. Ele descreve em detalhes como na prisão militar se tratava, antes de tudo, de estruturas de autoridade enfraquecidas devido as interferências entre duas cadeias de comando. De um lado, havia a polícia militar que tinha regras bem estabelecidas, estipulando a forma como os guardas deveriam se comportar com relação aos prisioneiros de guerra. Do outro lado, havia representantes da *Central Intelligence Agency* (CIA) e da *Military Intelligence*, que comandavam os mesmos guardas de prisão. No quadro das estruturas da CIA formas de tortura e atentados à dignidade dos prisioneiros eram admitidas, pois se tratavam, segundo as autoridades políticas do mais alto nível dos Estados Unidos, de "*unlawful combatants*", cujos direitos não foram garantidos nem pelas Convenções Internacionais de Genebra, nem pelas leis dos Estados Unidos. Mais especificamente, os membros da polícia militar, que deveriam tomar conta dos prisioneiros, eram encarregados pelos responsáveis dos serviços de informação de

“preparar os prisioneiros”, antes dos interrogatórios, utilizando técnicas equivalentes a tortura e comportamentos degradantes.

Trata-se de um aspecto totalmente diferente da situação de “responsabilidade jurídica” da experiência de Meeus e Raaijmakers: em Abu Ghraib, as instâncias “outras” que interferiram nas ações dos guardas da prisão “desresponsabilizaram” estes últimos. Pelo menos temporariamente, uma sensação de impunidade foi criada para eles. No entanto, foram os guardas militares que, posteriormente, foram apanhados pela justiça. O metassistema jurídico reativou, a suas próprias custas, o que Zimbardo denunciou perante as instâncias competentes.

De certa forma, podemos dizer que na experiência original de Zimbardo uma representação social da vida na prisão regeu o comportamento dos alunos envolvidos, e Zimbardo interrompeu a experiência. O contrário não aconteceu em Abu Ghraib, onde os detentores do poder permitiram a criação de uma prisão sem direitos e onde o metassistema jurídico competente não podia ser acionado a tempo.

Conclusão

Há aproximadamente trinta anos, constatei que o modelo de sistema e metassistema proposto por Serge Moscovici me permitiu

compreender melhor alguns aspectos dos meus próprios trabalhos com Gabriel Mugny e Anne-Nelly Perret-Clermont, sobre a intervenção da marcação social no desenvolvimento cognitivo. Hoje tentei expandir ainda mais este entendimento, a conjuntos maiores de trabalhos. Ouso esperar que esta expansão de perspectivas possa levar a discussões que envolvam não apenas os pesquisadores das representações sociais, mas também outros psicólogos sociais interessados em estudar as dinâmicas societais.

Referências

Clémence, A., Egloff, M., Gardiol, N. & Gobet, P. (1994). *Solidarités sociales en Suisse*. Lausanne: Réalités Sociales.

Deconchy, J. P. (1980). *Orthodoxie religieuse et sciences humaines,* suivi de *Religious orthodoxy, rationality and scientific knowledge*. Paris/La Haye, Mouton.

Doise, W. (1984). Social representations, inter-group experiments and levels of analysis. In R. Farr, & S. Moscovici, (Eds). *Social Representations* (pp. 255-268). Cambridge: Cambridge University Press.

Doise, W. (1993). La double dynamique sociale dans le développement cognitif. *Journal International de Psychologie*, *28*, 611-626.

Doise, W. (2001). *Droits de l'homme et force des idées*. Paris: Presses Universitaires de France.

Elcheroth, G. (2006). Individual-level and community-level effects of war trauma on social representations related to humanitarian law. *European Journal of Social Psychology, 36*, 907-930.

Farr, R. & Moscovici, S. (1984). *Social Representations*. Cambridge, Cambridge University Press.

Ferrand, A. (2011). *Appartenances multiples. Opinion plurielle.* Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.

Flament, C. (1984). From the bias of structural balance to the representation of the group. In R. Farr & S. Moscovici, (Eds). *Social Representations* (pp. 269-285). Cambridge: Cambridge University Press.

Himmelweit, H. & Gaskell, G. (1990). *Societal Psychology*. London: Sage.

Jovchelovitch, S. (2007). *Knowledge in Context. Representations, Community and Culture*. London: Routledge.

Lahlou, S. (1998). *Parler Manger*. Paris: Presses Universitaires de France.

Marchand, P. (1993). L'engagement dans le champ politique : analyse du discours militant. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, *VI* (1), pp 21-46.

Marchand, P. (2004). Insertion socio-politique et construction de l'objet discursif. In M. Bromberg & A. Trognon (Eds). *Psychologie sociale et communication* (pp 63-73). Paris: Dunod.

Marchand, P. (2004a). Quelques répères historiques. In P. Marchand (Ed). *Psychologie sociale des médias* (pp 27-121). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Marchand, P. (2004b). Journalistes en campagne: "Je n'accuse pas … je pose des questions!". In P. Marchand (Ed). *Psychologie sociale des médias* (pp 167-121). Rennes: Presses Universitaires de

Rennes.

Marková, I. (2003). *Dialogicity and Social Representations. The Dynamics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

Meeus, W.H.J., Raaijmakers, Q.A.W. (1995). Obedience in modern society: the Utrecht studies. *Journal of Social Issues*, *51*(3): 155-175.

Milgram, S. (1974). *Soumission à l'autorité*. Paris: Calmann-Lévy.

Monteil, J. M., Bavent, L., Lacassagne, M. (1986). Attribution et mobilisation d'une appartenance idéologique : un effet polydoxe. *Psychologie Française*, *31*, pp 115-127.

Moreno, J. L. (1970). *Fondements de la sociométrie*. Paris, Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. 2ème édition. Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology, 18* (3), 211-250.

Rose, A. M. (1962). A Systematic Summary of Symbolic Interaction Theory. In Rose A. M. (Ed) *Human Behaviour and Social Processes: an Interactionist Approach*. London, Houghton Mifflin.

Sanchez-Mazas, M., Van Humskerken, F. & Casini, A. (2003). Towards a social representational approach to citizenship : political positioning in lay conceptions of the Belgian and of the European citizen. *Psychologica Belgica*, *43*, 55-84.

Spini, D., Fasel, R. & Elcheroth, G. (2008). The impact of group norms and generalization of risks across groups on judgments of war behavior. *Political Psychology, 29*, 919-941.

Staerklé, C., Delay, C., Gianettoni, L. & Roux, P. (2007). *Qui a droit à quoi ? Représentations et légitimation de l'ordre social*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Valence, A. & Roussiau, N. (2009). L'immigration et les droits de l'homme dans les médias: une analyse représentationnelle en réseau. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, *81*, 41-64.

Valence, A. (2010). *Les représentations sociales*. Bruxelles: De Boeck.

Zimbardo, P. (1989). *Quiet rage: The Stanford prison study video*. Stanford, CA, Stanford University.

Zimbardo, P. (2007). *The Lucifer effect. Understanding how good people turn evil*. New York: Random House.

5

Representações Sociais e Polifasia Cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão

Sandra Jovchelovitch
London School of Economics and Political Science

Introdução

O trabalho de Serge Moscovici abrange um campo vasto de pesquisa e produção teórica, ao mesmo tempo em que propõe uma visão pioneira e transformadora da psicologia social, daquilo que a disciplina é, quer ser e pode ser, ou o que Gerard Duveen denominou a 'imaginação psicossocial' (Duveen, 2000).

Atravessando um campo de problemáticas que vai desde a questão da natureza (1977, 1994), passando pelos processos que instituem o social (1993, 2000), até o poder transformador das minorias ativas (1976), a obra de Moscovici oferece uma imaginação radical, que introduz um arcabouço teórico capaz de enfrentar os eventos e dilemas que abalaram o século XX e marcam o começo do XXI, ao mesmo tempo em que força o encontro da psicologia social com as grandes questões de seu tempo.

No centro desta vasta produção está seu estudo sobre a recepção da psicanálise na França (Moscovici, 2008), o livro que caracteriza com precisão a imaginação psicossocial a que se refere Duveen e sintetiza o que é essencial no trabalho de Moscovici. Lá encontramos a afirmação de uma psicologia social substantiva, aberta ao diálogo com o corpus das ciências humanas e sociais, corajosa e decidida a transformar seus recursos internos para absorver o social e concebê-lo como elemento constituinte no jogo psíquico.

Com Psicanálise, sua Imagem e seu Público (daqui em diante PIP), Moscovici funda a teoria das representações sociais e produz um clássico da psicologia social dos saberes, demonstrando a continuidade entre saber e contexto, e aquilo que liga a psicologia da racionalidade e da cognição à psicologia da emoção, da experiência e da sociedade. Rejeitando abertamente as âncoras do behaviorismo, do individualismo e do empiricismo, ele retorna a Durkheim e propõe o conceito e fenômeno das representações sociais como pilar de uma nova psicologia social atenta à linguagem e a ação comunicativa, voltada para os processos de produção de sentido e as batalhas simbólicas das esferas públicas. “Psicanálise, sua imagem e seu público” é um estudo sobre os processos de comunicação e interação social que tornam a psicanálise um objeto da esfera pública, e a forma como diferentes grupos sociais a

apropriam e a transformam à medida que lhe dão sentido. Seu problema central continua tão contemporâneo quanto o foi cinquenta anos atrás: como o saber evolve à medida que se move e é apropriado por diferentes atores sociais? Quais as relações entre a ciência e o senso comum, ou entre diferentes tipos de saber? Como os afetos e lugares sociais dão forma a sistemas de saber? E qual a racionalidade dos saberes do cotidiano vis-à-vis outras formas de saber? Estas são apenas algumas das questões que atravessam o livro enquanto a trajetória da psicanálise na esfera pública francesa vai se delineando.

O cinquentenário da obra nos oferece mais uma oportunidade para refletir sobre sua contribuição e avaliar historicamente questões que Moscovici apresentou na ocasião de sua publicação. Aqui, tratarei do que considero uma das contribuições centrais do trabalho e a forma como o fenômeno a que se refere é aguçado no mundo contemporâneo: a pluralidade da razão e a hipótese da polifasia cognitiva. É iluminador que ambos apareçam em um trabalho dedicado a penetração da psicanálise na esfera pública porque os paralelos entre Moscovici e Freud são muitos quando se trata de questionar a unicidade da razão. Os dois viram linhas de continuidade entre elementos diametralmente opostos, entenderam a coexistência dos contrários e a natureza relacional do existente. Suas teorias também buscam dar conta do pensamento cotidiano,

das crenças e do senso comum, que não são vistos como formas inferiores de pensar, mas como necessários e eficazes nas funções que cumprem e no contexto em que são produzidos. Entender que estas formas de pensar são múltiplas e facetadas, e fazem parte de um panorama simbólico marcado pela heterogeneidade é essencial para apreciar a radicalidade do estudo de Moscovici sobre a psicanálise.

Pensamento social e vida cotidiana

A conexão entre a teoria das representações sociais e a vida cotidiana ocupa um lugar fundante na arquitetura conceitual desenvolvida por Moscovici, e se apresenta como um problema central das ciências sociais e, em particular, da psicologia social. Como entender os fenômenos que se produzem em condições informais, quando atores sociais se engajam nas tarefas ordinárias do dia-a-dia, aparentemente realizando operações banais que, no entanto, vão construindo o tecido daquilo que um dia chamaremos história? Quais são as verdades que podemos extrair das interações locais, das ordens simbólicas que se fundam nas pequenas solidariedades, nas vozes quase invisíveis do trauma, do conflito, das situações de trabalho, das relações básicas que formam a microesfera do cotidiano? Como estas verdades articulam as

grandes questões sociais, e definem o campo dos discursos e representações que cada sociedade reconhece como seu? Estas indagações nos remetem às relações entre os processos macro e os processos micro, e a constituição do social como campo simultaneamente sócio-histórico e psicossocial. Pois se é correto afirmar que a história e a sociedade não se reduzem ao campo das operações psicossociais, também é necessário resgatar o simples fato de que elas não se fazem sem a ação cotidiana do sujeito psicossocial, de homens e mulheres comuns, que em dando sentido à experiência vivida, estabelecem sua conexão com a dimensão dos grandes processos sociais.

O resgate do cotidiano e do 'homem comum', aliado à reabilitação do senso comum (Jovchelovitch, 2008a) são temas marcantes não só no estudo sobre a psicanálise, mas também no tratado sobre o comportamento das multidões (Moscovici, 1985) e na psicologia das minorias ativas (Moscovici, 1976). Em todas essas áreas, Moscovici demonstrou que é o sujeito do cotidiano, com seus modos de pensar, seus rituais e suas representações sociais que estabelecem a conexão fundante entre a subjetividade e a objetividade dos campos históricos e sociais e definem, redefinem e desafiam o que entendemos por, e chamamos de real. Ao assim fazer, ele mostra que a oposição exagerada entre o pensamento culto e o pensamento popular, entre a ciência e o senso comum,

entre as vanguardas e as massas esquece as trocas fundamentais entre essas esferas e como estas são mutuamente constituídas.

É precisamente a ligação intrínseca do cotidiano com a feitura da história e do campo social que permite o entendimento de sua importância enquanto campo produtor de racionalidade. O cotidiano, ou o mundo vivido, como o definiram os fenomenologistas (Schutz & Luckman, 1974), constitui a realidade suprema da vida humana e uma conquista evolutiva da nossa espécie. Fonte fundamental de conhecimento, os saberes que nele se originam são elaborados pelo 'pensamento natural' descrito em PIP como o pensar que elabora as representações sociais.

Definido por um estilo centrado na comunicação voltada para o entendimento e para a relação intersubjetiva, pelo diálogo, pelo jogo de perguntas e respostas imediatas e pela controvérsia e argumentação da esfera pública, o pensamento natural mantem suas relações internas e sua coerência através de um metassistema de valores e avaliações centradas em relações e identidades sociais (Moscovici, 2008). Sua lógica interna abrange campos diversos que incluem, além do objeto a que se refere, um sistema de relações interpessoais e grupais, um modo dialógico de proceder e a utilização de um sistema de valores e julgamentos socioculturais.

É a riqueza e abrangência desta lógica que nos permite entender porque os saberes do cotidiano têm papel fundamental na reprodução de indivíduos, sociedades e culturas. Ainda que diferentes do saber científico e tecnológico, esses saberes não são menos 'sábios' nos '*know-hows* e '*know-whys*' que contêm. Pela sua plasticidade e capacidade de adaptação eles se constituem através de processos de absorção e transformação de outras formas de saber, incluindo o conhecimento cientifico. Há uma racionalidade na vida cotidiana, expressa nos saberes e '*know-hows*' que ela produz, na inteligência dos sistemas de pensar que os humanos desenvolvem enquanto espécie, e na eficácia de seus modos individuais, coletivos e culturais de viver. Essa racionalidade é fruto da dinâmica sociocultural que compõe a arquitetura do pensamento social: a racionalidade do cotidiano é, portanto tão importante e eficaz quanto a racionalidade da ciência e da lógica formal. Privilegiar uma e diminuir a outra faz parte das ilusões da modernidade e dos processos de hierarquização dos saberes, algo que discuto detalhadamente em outro lugar (Jovchelovitch, 2008b). Daí que, se o senso comum tem razões, não há uma única razão como quis a racionalidade dura da modernidade. Nisso Moscovici encontrou-se com Freud.

Desde sua fundação, a teoria das representações sociais milita contra a ideia de que os saberes cotidianos são distorção e erro,

buscando recuperar o status epistemológico do senso comum, entender as funções que cumpre e as necessidades a que responde. Aquilo que parece irracional ou errado para o observador externo, tem sentido para o sujeito do saber e é em relação ao que expressa e significa para um indivíduo e comunidade que precisamos buscar critérios para pensar a validade e racionalidade dos saberes (Jovchelovitch, 2002). Aqui está a fonte da polifasia cognitiva, que discuto mais adiante. O senso comum não desaparece e não é jamais substituído pela ciência, como quis o espirito da modernidade e o projeto do Iluminismo. Como Habermas recentemente observou, o senso comum defende seu espaço e se transforma na modernidade tardia, tornando-se um 'senso comum iluminado' que se abre tanto para a ciência como para as crenças, demonstrando o estado de espírito de uma esfera pública de-tradicionalizada que comporta múltiplas vozes (Habermas, 2003).

É interessante observar que esse fenômeno já havia sido predito por Moscovici no começo dos anos sessenta. Nas páginas introdutórias de PIP, ele afirma

> Podemos ver o que está ocorrendo: um tipo diferente de saber está tomando forma em um contexto social especifico. Ele é adaptado para necessidades diferentes e obedece a critérios diferentes. Ele não esta reproduzindo o saber depositado na ciência e que deve permanecer lá; ele

> está retrabalhando o que encontra lá, como deseja e com os recursos que tem. (...) O que estamos testemunhando é o nascimento de um novo senso comum que não pode ser entendido em termos de vulgarização, difusão ou distorção da ciência." (Moscovici, 2008, p. xxix, tradução e ênfase da autora).

A pesquisa mais recente em representações sociais deu continuidade a esse programa, tentando capturar as energias psicossociais que dão forma ao senso comum contemporâneo. A pesquisa de Bauer e Gaskell (Bauer & Gaskell, 2002; Gaskell & Bauer, 2001) sobre a biotecnologia na esfera pública demonstra amplamente como o senso comum resiste, redefine e, em última instância, reconstitui a ciência criando prioridades para a atividade científica, influenciando políticas de desenvolvimento científico e criando linguagens comuns tanto em disciplinas científicas como em campos de aplicação. Aquilo que Wagner (2007) chamou "ciência vernácula" demonstra precisamente esse fenômeno em que o senso comum se apropria da ciência, lhe transforma e transforma a si mesmo. A pesquisa de Castro e Batel (2009) sobre a inovação legislativa no contexto português vai ainda além, demonstrando como os encontros e batalhas entres os saberes de diferentes esferas reconstitui e redefine tanto o senso comum como o saber tecnocrático. Estudos como estes dão continuidade à proposta

original de Moscovici, ao mesmo tempo em que desenvolvem e consolidam uma base empírica para avaliar a multiplicidade da razão e a forma como a modernidade tardia confirma e agudiza a hipótese da polifasia cognitiva.

Pluralidade na esfera pública:

transformação de saberes e polifasia cognitiva

A consequência lógica do reconhecimento e reabilitação dos saberes do cotidiano é a aceitação da diversidade dos padrões cognitivos que caracterizam o panorama simbólico humano. De fato, este é um eixo central para a teorização em representações sociais. Em PIP, Moscovici deu consequência a esse reconhecimento demonstrando que a psicanálise não se desvaloriza ou se destrói quando é transformada em representação social pela esfera pública. A representação social é um saber ela também, que não pode ser considerado idêntico ao da ciência, mas que nem por isso deixa de ser um saber. Quando a ciência se torna representação social ela não perde a racionalidade. Antes, ela assume uma outra racionalidade. Essa racionalidade possui lógica própria, a ser entendida e considerada em termos próprios, e não com referência a um padrão lógico ideal, que nega a variação dos fenômenos cognitivos concretos e sua realização nos vários contextos humanos. De certa forma, toda a obra de Moscovici tenta corroborar esse postulado, como quando demonstra a inteligência e capacidade simbólica do senso comum, o poder criador das multidões e a força transformadora das minorias ativas. Ainda que não haja aqui espaço para uma discussão mais detalhada, cabe lembrar o quanto a multidão e o social, por estarem associados ao emocional e a perda

do controle individual, foram vistos como o lugar do irracional e da falta de lógica (Mosocovici, 1985). Foi este o avatar mais profundo que Moscovici rejeitou. Comunidades, e não apenas indivíduos, são capazes de pensar e entender como elas o fazem é um projeto necessário para a psicologia social (Jovchelovitch, no prelo).

A socialização dos saberes e a diversidade cognitiva que lhe caracteriza é um fenômeno básico das comunidades humanas e uma marca central das sociedades contemporâneas. O mundo em que vivemos não apenas é marcado por novas combinações de tempos e lugares (Giddens, 1992), como também apresenta altos níveis de saturação simbólica decorrente das novas tecnologias sociais e de uma esfera pública cada vez mais digitalizada. O pensamento e o saber do Outro estão distantes um 'click' apenas: determinar como esse potencial de encontros se realiza e forma o processo representacional é um grande desafio para a psicologia social.

Em PIP esse problema também já se anunciava. O estudo não apenas reabilita os saberes do cotidiano e resgata o que é especifico à lógica do pensamento social como também elabora o processo de transformação dos saberes, através da apropriação da psicanálise por três diferentes grupos sociais na Paris dos anos cinquenta. Ao ser apropriado pelo publico francês, o conhecimento psicanalítico não é distorcido ou vulgarizado e sim transformado em outra forma

de saber, que expressa sentidos simbolicamente relevantes para as comunidades e públicos que lhe apreendem. Ao utilizar a psicanálise como um caso para a análise dos processos de transformação do saber, Moscovici estava de uma só vez questionando a superioridade da ciência em relação ao senso comum e demonstrando que a pluralidade de vozes, que caracteriza esferas públicas contemporâneas – já bastante visível na metade do século XX –, interfere e constitui a tessitura do saber.

As representações da psicanálise que emergem no estudo demonstram a forma como a comunicação e interação entre diferentes atores sociais produzem campos sociocognitivos plurais, marcados tanto por contradições e divergências internas como por coexistência e combinação de visões. Não se trata, como mostrou Moscovici, de deslocar o senso comum e torná-lo saber superior, 'correto', idêntico ao saber produzido nos centros de formação, e descrito nos livros de psicanálise. Isso não é possível por várias razões. Primeiro, porque dada a relação entre saber, comunicação e contexto, todo saber muda quando se move no espaço social. Segundo, porque sua apropriação pela esfera pública o enriquece e o faz funcional. Como Lagache (1961) observou em seu prefácio à obra, são precisamente as representações sociais sobre a psicanalise que corrigem 'certos excessos' do saber psicanalítico,

porque elas carregam o bom senso que encontramos no senso comum.

É a partir desse contexto teórico e empírico que Moscovici propõe a hipótese da polifasia cognitiva. A análise das representações sociais da psicanálise havia explicitado a variabilidade e plasticidade do senso comum, e a forma como ele se ajusta e muda através da dialogicidade e interação social. A diversidade de situações e experiências culturais que encontramos requer esforços adaptativos e uma plasticidade crescente de nossos saberes e motivações. Por isso, o modo como representamos o mundo é múltiplo. A natureza polifásica de nossos sistemas cognitivos é, em si, altamente adaptativa e funcional para a vida humana (Renedo & Jovchelovitch, 2007). Nossas formas de saber são sábias em relação às questões pragmáticas da vida cotidiana, possibilitando a indivíduos e comunidades humanas responder à experiência vivida a cada dia.

Moscovici definiu a polifasia cognitiva como a coexistência de formas diferentes de saber no mesmo campo representacional: "... a coexistência dinâmica –interferência ou especialização – de modalidades distintas de saber, correspondendo a relações definidas entre o homem e seu meio-ambiente, determina um estado de polifasia cognitiva" (Moscovici, 2008, p.190, ênfase no original, tradução da autora). Ainda que Moscovici tenha se preocupado em

enfatizar que a polifasia cognitiva se colocava como hipótese, ele estava convencido que ela poderia alargar nossos horizontes investigativos porque nos permitiria conceber sistemas cognitivos como sistemas em desenvolvimento, e não como sistemas que tendem unicamente ao equilíbrio. Ela abre avenidas de investigação tanto sobre as correspondências entre modalidades de saber e situações sociais como para a análise das transformações dessas modalidades de saber, das relações que estabelecem e sua adaptação.

Nestas relações entre saberes e contexto, e entre os múltiplos saberes que compõe campos representacionais, encontramos o ponto focal de uma psicologia social genética (Duveen, 2008) que dê conta de entender as gêneses e evolução da cognição social e dos processos psíquicos, de forma geral. Para Moscovici (2000), a polifasia cognitiva é intrínseca à vida psíquica assim como a polissemia é intrínseca à linguagem. A noção captura a flexibilidade e plasticidade das estruturas psicológicas humanas e a expressividade social de campos representacionais, que em suas tensões e diversidade interna, constituem a sociogenia de novas representações.

Como estudar representações sociais?

A partir de uma psicologia social genética delineada nas paginas de PIP, buscamos a inspiração para formular uma visão sobre o estudo das representações sociais que pode ser descrita como uma abordagem sociocultural (Jodelet, 2002; Duveen, 2007; Jovchelovitch, 2008b). Nesta abordagem, definimos as representações sociais como ponto móvel dentro de um sistema de transformações que compreende um jogo representacional derivado de relações intergrupais e interinstitucionais na esfera pública, bem como dos processos de reprodução e renovação da cultura. A tentativa de isolar representações sociais sobre um objeto dá-se dentro de um contexto teórico e investigativo que as vê sempre como objetividade instável, uma abstração que fixa o momento de sua captura para efeitos de análise, mas que a seguir busca devolvê-las teoricamente para o campo de processos que as produzem. Compreendendo esse jogo representacional estão os diversos saberes que constituem a polifasia dos campos simbólicos, as identidades e interesses dos atores (o que Moscovici chamou de foco, em PIP), os processos de comunicação entre atores coletivos e/ou individuais e as representações historicamente consolidadas, que pré-estabelecem o panorama com o qual nos deparamos como pesquisadores.

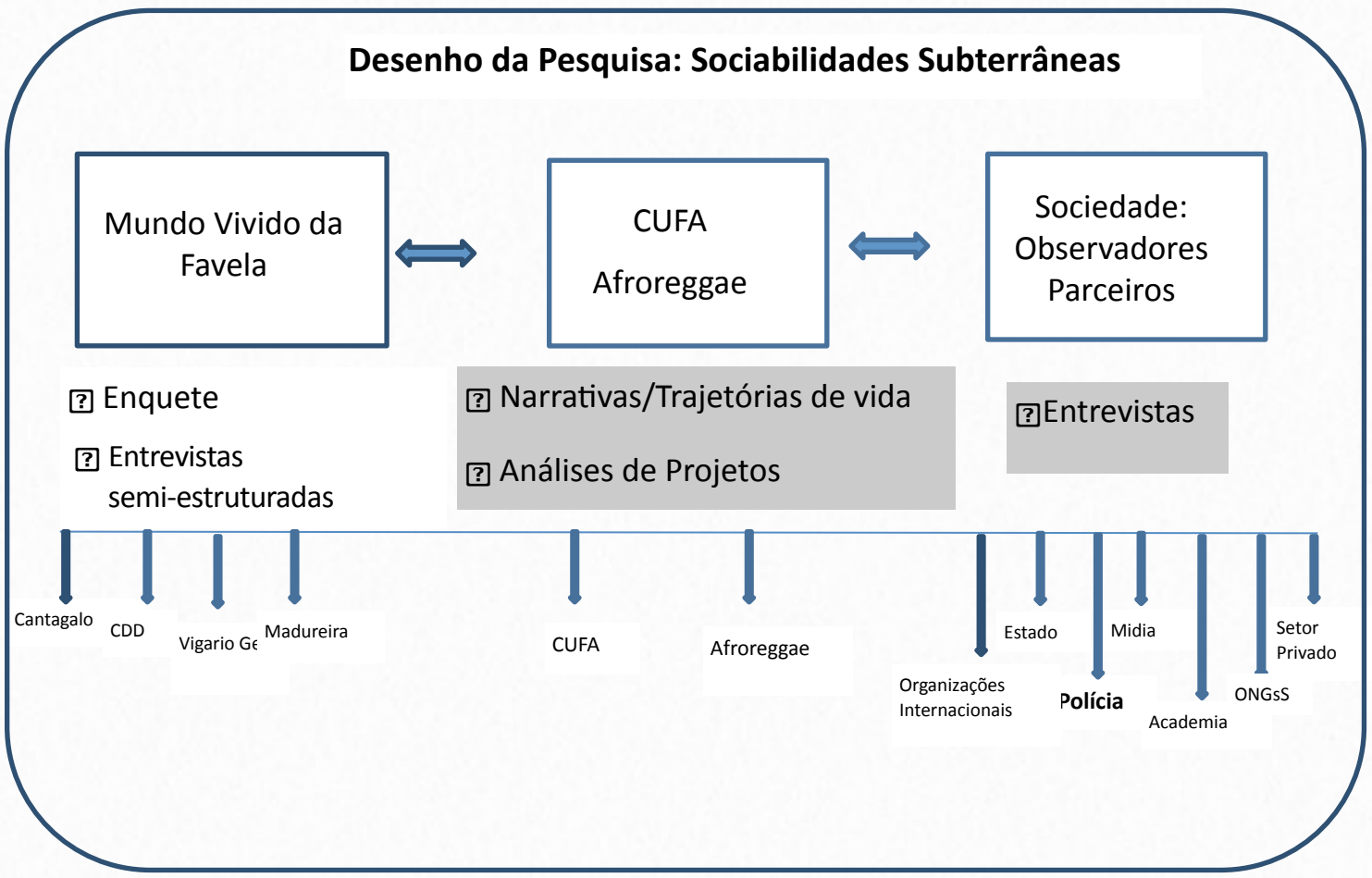
Ainda que os estudos descritivos das noções gerais e temáticas associadas a um objeto social tenham um papel importante a cumprir no mapeamento do conteúdo das mentalidades contemporâneas, tal enfoque está longe do que o estudo original de Moscovici envolveu e do que a proposta teórico-metodológica da teoria das representações sociais propõe. O estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o marco do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas.

O estudo que ora desenvolvemos sobre sociabilidades subterrâneas em favelas cariocas captura o modelo que propomos. É um modelo que se funda amplamente no programa de pesquisa proposto por Bauer e Gaskell (1999), e que foi recentemente atualizado pelos autores (Bauer & Gaskell, 2008) para levar conta as relações e conflitos intergrupais típicos de esferas públicas detradicionalizadas. Nosso estudo lida diretamente com relações intercomunitárias e como elas definem o campo de representações e práticas que definem sociabilidades subterrâneas. O projeto busca compreender as sociabilidades que se mantêm invisíveis em relação à sociedade dominante, e os processos de organização comunitária e social que permitem a essas sociabilidades gerar mudanças positivas e resistir à exclusão e marginalização – no caso com o mapeamento do trabalho das organizações CUFA e Afroreggae.

Não temos uma única dimensão que permita identificar as representações sociais sobre “X”. Utilizamos a teoria das representações sociais para nortear a pesquisa e seu desenho, e capturar o marco do jogo representacional que configura nosso objeto. Aproximamo-nos do objeto através do mapeamento das relações intercomunitárias que circunscrevem as sociabilidades subterrâneas e os atores que as representam. Trabalhamos com um enfoque multimetodológico envolvendo a combinação de dados quantitativos e qualitativos, tais como a enquete de opinião, entrevistas semiestruturadas, entrevistas narrativas e análise de documentos e dados quantitativos secundários. Nosso objetivo é entender o jogo representacional que define o mundo vivido da favela e a relação entre a favela e a cidade, e como este jogo configura as batalhas representacionais sobre a visibilidade e invisibilidade do que é positivo e negativo nas rotas de sociabilidade abertas para o sujeito favelado. Como falam de si e como são falados por outros? Como entender os processos de autodefinição, empoderamento e travessia que dão visibilidade ao invisível? Porque essas experiências dão certo e como elas podem informar outros contextos? Não é possível responder a estas questões sem um entendimento de como emergem as representações sociais da favela, do sujeito favelado e da cidade, de quais vozes as determinam e de como experiências inovadoras e transformadoras

balançam a geografia espacial e simbólica que organiza a realidade que elas evocam. Neste estudo, as representações sociais se definem na encruzilhada dos pontos de contato entre as representações e práticas de diferentes agentes, grupos sociais e políticas institucionais. São essas travessias, que concebemos como plataforma de encontros na esfera pública, que delimitam o campo empírico de formação das representações sociais.

A figura a seguir procura demonstrar como o desenho da pesquisa apreende esse modelo.



A CUFA e Afroreggae constituem os atores institucionais que fazem a mediação entre o mundo vivido da favela, representado por quatro comunidades do Rio de Janeiro (Cantagalo, Cidade de Deus, Vigário Geral e Madureira) e a sociedade mais ampla, representada pelo Estado, a mídia, a academia, organizações não-governamentais, o setor privado e a instituição polícia. Esta confluência de atores representa não apenas diversidade de vozes, mas também diversidade de relações que marcam o processo de construção das sociabilidades subterrâneas. As relações entre favela e polícia, ou entre a academia e a favela, ou entre a mídia, a polícia e a favela, já nos fornecem uma ideia inicial dessa diversidade e apontam para a polifasia dos campos representacionais que se formam na encruzilhada onde o objeto de estudo se forma.

Essa dinâmica oferece a oportunidade de estudarmos a gênese dos processos representacionais, bem como sua correspondência com os contextos nos quais emergem. Ao mesmo tempo permite-nos observar a dinâmica da comunicação entre os diversos atores, e como a comunicação entre esferas diferentes de saber forma o campo representacional. A análise inicial desse campo demonstra claramente sua natureza polifásica, e a forma como a confluência de múltiplos saberes expressa-se nas representações sociais que constituem sociabilidades subterrâneas.

Concluindo

Da problematização do cotidiano enquanto campo de produção histórico-social de saber, ao reconhecimento da diversidade dos saberes e processos cognitivos até a hipótese da polifasia cognitiva, o estudo de Moscovici sobre a psicanálise oferece uma plataforma conceitual e empírica que não apenas lida produtivamente com as ilusões que definiram a razão dura e una da modernidade, mas também a redefine como razão situada, marcada por heterogeneidades internas que, longe de a comprometerem como base da cognição, a enriquecem e a ligam a vida real.

Nesta plataforma encontramos a inspiração para estudar as representações sociais como processo genético, momentos instáveis de sistemas em constante movimento, resultado móvel de um jogo representacional que envolve multiplicidade de atores, instituições e significados culturais. Como campos instituídos e instituintes (Jodelet, 1989), as representações sociais são sistemas de transformações, e ainda que seja um desafio assim concebê-las, é necessário fazê-lo para que possamos dar continuidade e consequência ao trabalho iniciado por Moscovici.

Sua problematização do cotidiano nos conduz a um patamar que vai além da observação das mentalidades contemporâneas, tentando desvendar seus processos de produção, e mais importante

ainda, oferecendo caminhos para intervir em seus possíveis processos de transformação. Nós sabemos que a forma como as comunidades humanas constroem representações e práticas sobre uma variedade de questões dá forma à maneira como estas questões são vividas e experienciadas por sujeitos sociais. Toda representação social possui uma dimensão que dá concretude ao social, ao mesmo tempo em que institui a matriz social, cultural e histórica do sujeito psicológico. Isso significa reconhecer que as representações sociais não são inocentes; elas também atravessam espaços de poder que necessitam questionamento e ação social. Creio que uma das mais importantes contribuições da psicologia social das representações vinculada ao cotidiano é, precisamente, o de ressaltar a necessidade da intervenção e da transformação, tanto dos cotidianos como dos saberes que lhes sustentam.

Também a hipótese da polifasia cognitiva nos ensina que não é necessário separar radicalmente os saberes nem, tampouco, eliminar suas diferenças. A polifasia cognitiva não é simples porque o diálogo com a diferença jamais é simples. Mas é nessa diferença, e nas continuidades e descontinuidades que ela sustenta, que reside o potencial de todo saber humano. É ela que revela a plasticidade e flexibilidade que os seres humanos demonstram nos processos de construção do saber, um processo que somente sob a égide da violência substitui um saber pelo outro, ou erradica saberes. Como

processo fundante, a diferença faz os saberes polifásicos, capazes de combinar a cognição e a emoção, o pensamento abstrato e a ação, a ciência e o senso comum.

Nos escritos de Serge Moscovici está o entendimento de que o campo da atividade simbólica humana é vasto e diversificado, capaz de funcionar como mito, folclore, crença, sonho, ideologia, religião, ciência, senso comum; um campo que tanto nos enquadra no mundo como nos abre para ele, que nos ajuda a ler o real com precisão e ao mesmo tempo nos liberta para desconsiderá-lo, de modo que a imaginação humana possa voar e nesse voo buscar sonhos e redefinir projetos. Neste vasto campo estão as estórias humanas, as muitas narrativas e práticas desenvolvidas por homens e mulheres sobre o que percebem, veem e sentem, sobre suas dores e suas esperanças, sobre os valores e ideias que querem sustentar e transmitir. Esta é a lição maior que tenho comigo da psicologia social de Moscovici: contextualizar o pensamento e o saber, ligar a cognição à vida e pôr a razão no seu lugar.

Referências

Bauer, M.W. & Gaskell, G. (1999). Towards a paradigm for research on social representations, *Journal for the Theory of Social Behaviour,* 29 (2), 163-186.

Bauer, M.W. & Gaskell, G. (eds) (2002) *Biotechnology: The making of a global controversy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bauer, M.W. & Gaskell, G. (2008) Social Representations: A progressive research programme for social psychology. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38 (4), 335-353.

Castro, P. & Batel, S. (2009). A Social Representations Approach to the Communication between Different Spheres: An Analysis of the Impacts of Two Discursive Formats. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 39 (4), 415-433.

Duveen, G. (2000). Introduction: The power of ideas. In S. Moscovici, *Social Representations: Introductions and Explorations* (pp. 1-17). Cambridge: Polity Press.

Duveen, G. (2007). Culture and Social Representations. In J. Valsiner & A. Rosa (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 543-559). Cambridge: Cambridge University Press.

Duveen, G.. (2008). Introduction. In S. Moscovici, *Psychoanalysis, its image and its public* (pp. xi-xvii). Cambridge: Polity Press.

Gaskell, G. & Bauer, M. W. (eds) (2001). *Biotechnology,* 1996-2000. London: The Science Museum.

Giddens, A. (1992). *The Self and Modernity*. Cambridge: Polity Press.

Habermas, J. (2003). *The Future of Human Nature*. Cambridge: Polity Press.

Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (ed.), *Représentations Sociales.* Paris: Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (2002). 'Les représentations sociales dans le champ de la culture', *Social Sciences Information*, 41 (1), 111-133.

Jovchelovitch, S. (2002). 'Re-thinking the diversity of knowledge: cognitive polyphasia, belief and representation', *Psychologie & Societé*, 5 (1), 121-138.

Jovchelovitch, S. (2008a). The Rehabilitation of Common Sense: Social representations, knowledge and cognitive polyphasia. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38, 4, 431-448.

Jovchelovitch, S. (2008b). *Os Contextos do Saber: Representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (no prelo). *How Communities Think*. London: Routledge.

Lagache, D. (1961). Preface. In S. Moscovici, *La psychanalyse, son image e son public* (pp. VII-XI). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1976). *Social Influence and Social Change*. London: Academic Press.

Moscovici, S. (1977). *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion.

Moscovici, S. (1985) *The Age of the Crowd: A historical treatise in mass psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (1993). *The Invention of Society: Psychological explanations for social phenomena*. Cambridge: Polity Press.

Moscovici, S. (1994). *La société contre nature*. Paris: Seuil.

Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in social psychology*. Cambridge: Polity Press.

Moscovici, S. (2008). *Psychoanalysis, Its Image and Its Public*. Cambridge: Polity Press.

Renedo, A. & Jovchelovitch, S. (2007). Expert knowledge, cognitive polyphasia and health: a study on social representations of homelessness among professionals working in the voluntary sector in London. *Journal of Health Psychology*, 12 (5), 779-790.

Schutz, A. & Luckmann, T. (1974). *The Structures of the Life-World*. London: Heineman Educational Books Ltd.

Wagner, W. (2007). Vernacular science knowledge: its role in everyday life communication. *Public Understanding of Science*, 16, pp. 7-22.

6 Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações

Alain Clémence, Eva G.T. Green e Nelly Courvoisier
Universidade de Lausanne

Traduzido por José Geraldo de Oliveira Almeida, do original em francês

> O principal problema deste capítulo, se não o conjunto de nosso trabalho, pode ser expresso de duas maneiras: como uma teoria científica se transforma em representação social? Quais são os processos formadores de uma representação? Apenas o primeiro enunciado nos convida a considerar a diferença que separa a teoria de sua imagem coletiva e explicitar o desenvolvimento de um para o outro" (Moscovici, 1961, p. 294).

A primeira questão demonstra claramente que, para Moscovici, a perspectiva das representações sociais busca analisar a tradução de teorias científicas no senso comum. Ele voltará também a esta questão em diferentes momentos, em especial para definir duas formas diferentes de pensamento, uma associada ao raciocínio científico e a outra ao raciocínio na vida quotidiana (por exemplo, Moscovici, 1982; Moscovici, 1984; Moscovici, 1998; Moscovici &

Hewstone, 1984). Esta posição inicial baseia-se na ideia de que o desenvolvimento da ciência, sua crescente importância na educação e difusão na sociedade contribuem para alimentar continuamente o senso comum com os novos objetos de representação, enquanto as fontes tradicionais do pensamento profano, como as religiões ou as mitologias, sufocam-se. É bastante surpreendente que a maioria dos estudos sobre as representações sociais não se situa nesta perspectiva. Seus autores além de abordarem objetos que não são necessariamente teorias científicas, também não se questionam sobre as definições destes objetos no pensamento científico. Uma extensão como esta pode ser compreendida de diferentes maneiras. Uma delas, raramente evocada exceto pelo próprio Moscovici, é o *status* científico da psicanálise que até hoje é contestado. Outra maneira de entender este tipo de transbordamento é considerar que as teorias científicas são também representações coletivas, e, como tal, são marcadas por um quadro normativo próprio a uma determinada sociedade (Bangerter, 1995; Purkhardt 1993; Foster, 2003). Sem prolongar este debate, é importante precisar que a distinção estabelecida por Moscovici é fundamental para analisar o senso comum e, principalmente, para propor uma definição específica das representações sociais como teoria ou forma de pensar das pessoas quando elas falam do mundo em suas vidas cotidianas. O desenvolvimento que ele apresenta sobre a dinâmica

das representações sociais e, em seguida, sobre seus aspectos cognitivos, responde melhor a questão sobre a formação de uma representação e expõe as noções teóricas fundamentais, como a objetivação, a ancoragem, ou a polifasia cognitiva.

Difusão e comunicação do saber

O mais surpreendente no livro de 1961 é o fato de que a parte consagrada à psicanálise na imprensa francesa apareça após a psicanálise no senso comum. Como Moscovici (1961, p. 409) assinala, “nos teria sido útil conhecer a influência dos jornais e das revistas sobre as opiniões das pessoas entrevistadas”. Mas essa opção foi abandonada tanto por razões práticas – “os dois estudos foram realizados de forma independente” – quanto empíricas – “e como podemos observar, a imprensa, os espetáculos, ocupam um lugar pequeno entre os meios de conhecimento da psicanálise e desempenham um papel menor enquanto origem dos julgamentos que afetam sua representação”. Moscovici precisa, todavia, que as “publicações examinadas” são “instrumentos de comunicação”, mas que “contribuíram menos para a divulgação da psicanálise do que para generalizar um ponto de vista”. É verdade que os participantes mais informados que aparecem no estudo declaram ter adquirido seus conhecimentos, principalmente, por meio dos estudos e da

leitura de livros. Mas nós aprendemos que “se levarmos em conta tudo o que chamamos comumente de ‘os canais de comunicação de massa’ (imprensa, rádio, espetáculos), observamos que eles contribuem significativamente para difusão da psicanálise em populações cuja atividade principal não é intelectual e têm um nível de instrução menor” (p. 137). De fato, a análise que Moscovici propõe de três sistemas de comunicação (a difusão, a propagação e a propaganda) demonstra claramente seu interesse em analisar as relações de influência entre produtores e receptores de informação. Mais que isso, seus trabalhos ulteriores o conduzirão a propor uma magistral análise teórica da influência, fazendo corresponder os processos de normalização de conformismo e de inovação em três modalidades de influência (recíproca, majoritária e minoritária) que traduzem exatamente os três sistemas de comunicação formalizados na obra de 1961 (Moscovici, 1976).

Em resumo, para se propagar largamente em uma sociedade, as teorias dos especialistas devem utilizar canais de mídia de grande difusão, que agora inclui a rede de informática. Desta forma, eles podem alimentar as conversas e os rumores cotidianos. A objetivação passa principalmente pelo depósito de traços terminológicos que fundam a figura de uma representação, como o recalcamento, o inconsciente, o consciente e o complexo para a psicanálise, enquanto a libido, embora mencionada por muitas

pessoas entrevistadas por Moscovici, é abandonada. A teoria do senso comum da psicanálise transforma a teoria científica por meio de uma lacuna que provoca a eliminação de um termo, no coração da teoria freudiana e pela focalização em uma noção vaga e genérica, a de complexo, em que as pessoas interrogadas penam para encontrar uma definição. Notemos que uma rápida pesquisa na Internet ilustra a persistência desta lacuna, a noção de complexo é associada sete vezes mais frequentemente com a psicanálise do que com a libido nas páginas publicadas no ano anterior a nossa consulta (14 de abril de 2011). Se a libido é reprimida de alguma forma, não é por causa da dificuldade que dá origem a sua compreensão, mas porque ela evoca imediatamente o papel principal da sexualidade e ela se choca profundamente com uma concepção natural do homem como um ser em que a razão domina os impulsos (Elias, 1982).

A difusão da informação não a conduz para sua recepção passiva. Moscovici dedica um capítulo (A comunicação: alguns problemas, pp. 438-452), para discutir trabalhos iniciados particularmente por Lazarsfeld e Katz, que já mostravam os limites dos efeitos da imprensa nas opiniões (Katz & Lazarsfeld, 1955). Não apenas a informação é selecionada por diferentes filtros, da exposição à memorização passando pela recepção, mas também vem se inserir em um contexto social marcado por divisões. Em

particular, os grupos de referência exercem um papel importante na interpretação das mensagens, durante a sua transmissão e recepção. Moscovici continua esta análise, quando ele faz uma distinção entre diferentes sistemas de comunicação baseados na relação entre o emissor e o receptor. Este é particularmente o caso dos jornais católicos e comunistas, em que, em ambos os casos, o senso de comunidade que conecta autores e leitores implica que estes últimos esperam dos primeiros que eles os guiem na interpretação de informações novas ou estranhas, em particular no meio cientifico. No entanto, Moscovici (1961) dá especial atenção às mídias de grande difusão em que a fonte da comunicação está em uma situação de independência ideológica com o alvo. Neste contexto, trata-se menos de orientar a atitude em relação a um objeto do que fazê-los consumir e comprar um jornal. Logo, as mensagens aparecem descontínuas, variadas, e, portanto, refletem ideias e posições mais ou menos diversas, e até contrárias (pp. 465-466). Como resultado, a imprensa de grande difusão exerce um papel importante em atrair a atenção do público para um evento, principalmente político (McCombs & Shaw, 1972), mas também sobre descobertas científicas.

O rumor como um modelo de difusão e transformação de uma teoria

Muitas informações, incluindo teorias científicas, recebem pouca atenção de jornalistas e outras aparecem na mídia de grande difusão sem captar a audiência do público, e, portanto, desaparecem (Glasser & Salmon, 1995). Também é óbvio que esses mesmos meios de comunicação tratam a informação de maneira diferente, especialmente na política, de acordo com sua dependência comercial e ideológica de quem está no poder, quer esta dependência seja explícita ou não (Herman & Chomsky, 1988). Moscovici demonstra isso analisando especificamente alguns jornais; ele nota, por exemplo, que "a psicanálise é vista favoravelmente em 72% dos artigos do *France-Soir*" (p. 472), o que pode ser explicado pela orientação do jornal situada entre a vontade "moderna de fazer", particularmente de seguir a moda e as novidades dos Estados Unidos, sem se chocar com as tradições francesas. No entanto, a questão que nos interessa é o fato de colocar em circulação de uma teoria no espaço público.

Como aponta Moscovici, o que marca a análise da imprensa de grande difusão é, finalmente, a homologia entre a imagem que ela produz e aquela que manifestam as pessoas entrevistadas. Esta constatação sugere que a formação de uma representação social passa por trocas e por influências recíprocas entre os jornais e seus leitores. Sem a reação destes últimos, é provável que o lançamento de uma nova informação científica atualizada, ou uma reatualização

permanece sem repercussão. Mas quando esta informação entra progressivamente nas conversas, ela tem grande chance de ser fortemente sustentada e desenvolvida. Basta pensar em teorias que surgiram recentemente, como o aquecimento global, ou aquelas que são atualizadas regularmente, como a evolução. Um excelente exemplo é fornecido pelo estudo de Bangerter sobre o “efeito Mozart” (Bangerter & Heath, 2004; Bangerter, 2008). O autor analisa a evolução da difusão popular nos Estados Unidos da descoberta científica na década de 1990, sugerindo que escutar música clássica facilita temporariamente o raciocínio espacial. Após ter brevemente chamado a atenção dos jornais, o efeito Mozart vai conhecer uma fase de crescimento, ligada a publicação de uma obra de vulgarização. Mas, após a publicação de uma meta-análise, a descoberta é relegada a uma lenda científica e entra em uma fase de declínio. No entanto, ela terá deixado vestígios em várias escolas e até mesmo textos legislativos. Como um conto contado às crianças, no qual as descobertas, especialmente as científicas, são apresentadas sob a forma de histórias e deixam vestígios nas pessoas que as ouvem. Se pudermos dizer desta forma, é quando um conteúdo específico vem vestir um processo geral, que a perspectiva das representações sociais se torna incontornável.

O rumor parece oferecer um modelo adequado para capturar o momento em que as representações sociais são criadas. No senso comum, o rumor é espontaneamente assimilado a uma história falsa. A facilidade e a rapidez da disseminação de informações através de

canais eletrônicos aumentaram fortemente a presença dos *hoax*(1), e sítios inteiros na *internet* são dedicados ao seu desvendamento ou de outras lendas urbanas. O problema é que muitas vezes é difícil distinguir a história verdadeira de uma história falsa. Sendo a maioria das vezes cientistas amadores, nós não dispomos nem de tempo nem de meios para decodificar todas as informações que chamam a nossa atenção. Portanto, na maioria dos casos, distinguimos as informações de acordo com seu grau de verossimilhança que dependem, em grande medida, da credibilidade da fonte. Além disso, o nascimento de um rumor muitas vezes se enraíza em informações iniciais comunicadas por meio de um curso, de um artigo, de uma emissão televisiva, de um correio eletrônico ou ainda de uma conversa. Tais histórias são geralmente muito abundantes e complexas ou muito simples e elípticas, para serem compreendidas e memorizadas (Kapferer, 1987). Antes mesmo de nos questionarmos sobre a veracidade de uma história, efetuamos operações de redução ou de inferência de informações, operações orientadas para focarmos nos elementos estranhos da história. Este processo corresponde praticamente às etapas de objetivação da teoria das representações sociais (Moscovici, 1961; Jodelet, 1989;

(1) NT: “Dá-se o nome de hoax ("embuste", em uma tradução literal, ou farsa) a histórias falsas recebidas por e-mail, sites de relacionamentos e na internet em geral, cujo conteúdo, além das conhecidas correntes, consiste em apelos dramáticos de cunho sentimental ou religioso, supostas campanhas filantrópicas, humanitárias ou de socorro pessoal ou, ainda, falsos vírus que ameaçam destruir, contaminar ou formatar o disco rígido do computador” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Hoax retirado da internet em 20 de junho de 2011).

Clémence, 2002) e aplica-se particularmente às informações científicas como a psicanálise. Assim que entram no pensamento cotidiano, as informações científicas, abstratas e especializadas, adquirem um significado concreto, metafórico ou simbólico. A nova forma que toma a informação científica permite cristalizar algumas referências simples e compartilhadas para assegurar sua comunicação no senso comum. Por exemplo, a memória é objetivada na forma de apoio técnico (um livro, um gravador ou um computador), suscetível a uma melhor conservação das lembranças de uma determinada época (Draaisma, 2000) ou a fecundação de um óvulo por um espermatozóide é pensada metaforicamente com os estereótipos associados aos papéis sexuais (Wagner, Elejabarrieta & Lahnsteiner, 1995).

A regulação social das teorias de senso comum

A atenção do público para uma teoria, e mais amplamente, para uma informação depende do contexto social em que ela se encaixa. Assim, as divisões sociais e políticas não interferem apenas no acesso à teoria psicanalítica, e nem só na sua percepção, mas também no clima simbólico suscetível de facilitar a sua propagação. O contexto do pós-guerra é marcado por um clima de incerteza e tensão, que as pessoas entrevistadas por Moscovici evocam em

torno dos grandes acontecimentos da sociedade francesa sob a influência da cultura estadunidense ou o desenvolvimento de novas necessidades sociais. A interpretação da psicanálise se encontra associada a este debate, como uma resposta discutida para certos problemas, as pessoas revezam os discursos de grupos sociais ou políticas que nutrem as controvérsias e cultivam propostas para a resolução de conflitos. Como proposto por Doise (1986, 1990), as pessoas tomam uma posição frente a esta teoria e a estruturam segundo princípios construídos no seio de seus grupos, e frente a outros grupos. Eles podem, desta forma, ancorar as informações que circulam em seus conhecimentos e suas crenças, aliás, sem que os primeiros se distingam das segundas. Por exemplo, os membros do Partido Comunista destacam o desvio dos verdadeiros problemas dos trabalhadores provocados pela psicanálise, definida como uma espécie de avatar da cultura individualista estadunidense. Mas este princípio organizador se estende para além do movimento comunista, no momento em que permite rejeitar uma teoria perigosa para as tradições familiares ou a quietude social. Assim, a divulgação de uma teoria é facilitada pelo contexto incerto e conflituoso, e no mesmo movimento, traz as pessoas mais implicadas no debate em curso para intervir mais no tratamento e na interpretação da teoria (Wagner & Hayes, 2005). Ativando os princípios organizadores, o

processo de ancoragem destaca ao mesmo tempo a circulação da teoria e as variações no significado dado à informação.

A ancoragem implica que os traços da teoria inicial, que constituem a base figurativa de sua representação, vão variar de acordo com os conhecimentos e as afiliações de pessoas (Doise, 1993; Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1992). Quando estão de acordo com o significado dado à teoria, vão utilizar mais termos da informação inicial, o que lhes permite manter uma formulação cientifica na defesa dos seus princípios e de suas identidades. Aqueles cuja teoria científica põe em questão os conhecimentos e as crenças, vão se apoiar mais em suas próprias terminologias, de modo a poder acolher os traços da teoria inicial em outro quadro de referência. Por consequência, a informação científica é mais transformada quando ela se choca com as identidades e diverge dos saberes nos quais ela deve ser incorporada, do que apenas quando ela os confirma e os preserva. Moscovici ilustra isso com tratamento analógico ao qual a interpretação da psicanálise é submetida pelas pessoas que aderem aos princípios de organização da Igreja Católica ou do Partido Comunista.

A associação entre os traços de uma teoria científica e as extraídas do conhecimento antigo permite articular os processos de objetivação e de ancoragem, mas também acompanhar a transformação da teoria, da representação científica a seu decalque

de senso comum. Realizamos um programa de pesquisa para analisar esta dinâmica nos inspirando em trabalhos sobre rumores (Green & Clémence, 2002, 2008; Clémence & Green, 2006; Courvoisier, Clémence & Green, 2011). A ideia se baseia na simulação da circulação de uma informação científica por meio de um canal de difusão. A fonte inicial é constituída pela apresentação de uma descoberta científica em um jornal de grande circulação a partir de um artigo científico. Na primeira série de estudos, um texto do jornal *Le Monde*, intitulado "polígamo por natureza, o rato se tornou fiel, graças a um gene introduzido por pesquisadores estadunidenses" (21/08/1999), relatava os experimentos publicados na revista *Nature* com o título *Increased affiliative response to vasopressin in mice expressing the V1a receptor from a monogamous vole*, por Young, Nilsen, Waymire, MacGregor e Insel (1999). A descoberta científica tratava da origem genética das tendências de afiliação mais desenvolvidas nas ratazanas das montanhas do que nas ratazanas das planícies.

O texto do jornal *Le Monde* era então apresentado a um leitor que foi tomando conhecimento do mesmo, dispondo do tempo que ele desejasse. Assim que terminava, ele expunha o texto para um ouvinte com quem ele podia discutir livremente. No final da interação, as duas pessoas relacionadas relatavam por escrito o conteúdo do texto original. Também preenchiam um questionário

antes e após a sua participação no canal de difusão. Desta forma era possível avaliar seus conhecimentos e suas crenças no campo da genética. Os resultados mostram que a transformação da informação inicial é realizada pelo desaparecimento gradual dos traços mais específicos da linguagem científica, enquanto que aquelas associadas ao senso comum persistem nas narrativas dos leitores e ouvintes. As reconstituições finais são organizadas em torno de um esquema figurativo simples e concreto que uma tarefa de lembrança padronizada, no questionário final, confirma claramente.

De fato, observamos que os participantes se focam rapidamente no aparecimento de um gene da fidelidade que vem da agregação de dois termos utilizados separadamente no artigo do jornal *Le Monde*. Em torno destes dois traços, inserem-se termos provenientes dos especialistas em animais (ratazanas silvestres) e do senso comum (ratos do mato). Os ouvintes usam mais palavras do senso comum que os leitores, em que os traços de registro científico (como a vasopressina) são mais vivos, mesmo que não sejam muito frequentes nas reconstituições. Assim, os participantes abandonam termos técnicos usados por especialistas, mesmo que eles possam recuperá-los na memória, para melhor compreender a experiência científica e melhor transmiti-la a outra pessoa. As discussões entre os leitores e os ouvintes mostram que a comunicação os pressiona a procurar uma terminologia comum e a construir uma teoria sobre a

origem da fidelidade masculina, totalmente ausente no texto da revista *Nature*. Por outro lado, notamos um forte impacto de um princípio de organização centrado na explicação dos comportamentos através da genética, a qual é associada à hereditariedade: os participantes que mais se opõem à explicação genética abandonam mais a terminologia especializada, do que aqueles que são favoráveis. Esta maior discrepância não é devido a uma diferença de conhecimentos no campo da genética, nem, aliás, de um peso maior dado a outras explicações, social ou psicológica, do comportamento. É a necessidade de ancorar esta nova informação, contrária ao conhecimento deles, que leva os refratários da explicação genética a substituir o vocabulário especializado por uma terminologia que eles têm maior domínio para colocar em dúvida a descoberta científica. Para aqueles que aderem à explicação genética, o vocabulário especializado reforça seu conhecimento inicial e, portanto, são mais propensos a utilizá-lo.

Em nossa perspectiva, diretamente vinculada ao trabalho de Moscovici, as pessoas tratam a informação, o sentido cognitivo do termo, sob a pressão de duas lógicas normativas (ver Doise neste volume). A primeira é um limite comunicacional que enquadra a objetivação: para compreender e falar de uma teoria científica, as pessoas se prendem aos aspectos intrigantes da informação, os esquematizam e os conectam a partir de seu conhecimento prévio. A

segunda é uma lógica identitária, o retorno do social, como diria Jodelet, na qual os princípios que organizam o seu pensamento e suas posições intervêm para absorver, defender ou combater o conteúdo esquematizado da informação.

Operando simultaneamente, as duas lógicas levam a uma transformação narrativa durante a qual a mesma mensagem inicial leva a histórias finais diferentes. Estas caracterizam as posições das controvérsias que suscitam cada vez mais frequentemente as teorias científicas. Nosso paradigma experimental permite introduzir este aspecto polêmico na circulação da informação, o que fizemos retomando o debate ocasionado pelo lançamento das experiências de colisão de partículas pelo novo acelerador do CERN[2] (Conselho Europeu para Pesquisa Nuclear), em Genebra. Uma controvérsia surgiu sobre a possibilidade de criar buracos negros, cujas consequências poderiam ser problemáticas. Nós introduzimos este aspecto polêmico distribuindo um texto para uma primeira geração de leitores, que eram convidados a expô-lo, em seguida, por escrito. A produção deles era então submetida a uma segunda geração de participantes que, por sua vez, relataram o que tinham lido. Observamos uma maior focalização no aspecto polêmico, ilustrado por uma utilização mais intensiva do termo buraco negro, nas contribuições dos participantes expostos à controvérsia. A informação científica era, desta forma, organizada pelos traços iniciais que evocam a polêmica, independente dos conhecimentos e dos princípios que organizam a ligação com a ciência das pessoas. No entanto, observamos ainda que uma posição mais favorável às

experiências científicas e ao CERN favorecem uma utilização mais extensa dos traços especializados que completam, por compensação, o esquema polêmico durante sua ancoragem no senso comum.

Os estudos que acabamos de apresentar sucintamente atualizam e estendem o trabalho de Moscovici sobre a mutação de uma teoria científica, quando esta circula no senso comum. Pareceu-nos importante expô-los na perspectiva por ele destacada nas “Observa

(2) NT : Embora conserve o acrônimo inicial, CERN corresponde hoje a Organização Européia para Pesquisa Nuclear.

ções Preliminares”, a respeito dos limites metodológicos de suas pesquisas, das quais deve-se destacar o enorme material analisado. A nossa ambição, mais modesta, situa-se em uma contribuição, a verificar e por vezes a desenvolver, dos resultados que são apresentados como sendo “ ao mesmo tempo provisórios e abertos: provisórios devido ao modo que são estabelecidos, abertos na medida em que são suscetíveis de fornecer uma base para trabalhos análogos e para experiências capazes de clarear as diversas hipóteses apresentadas” (1961, p. 22).

Referências

Bangerter, A. (1995). Rethinking the relation between science and common sense: A comment on the current state of SR theory. *Textes sur les Représentations Sociales/Papers on Social Representations*, 4, 61-78 (online: http://www.psych.lse.ac.uk/psr/).

Bangerter, A. (2000). Transformation between scientific and social representations of conception: The method of serial reproduction. *British Journal of Social Psychology*, 39, 521-535.

Bangerter, A. & Heath, C. (2004). The Mozart effect: Tracking the evolution of a scientific legend. *British Journal of Social Psychology*, 43, 605 - 623.

Clémence, A. (2002). Prises de position et dynamique de la pensée représentative : les apports de la mémoire collective. In S. Laurens & N. Roussiau (Eds), *La mémoire sociale. Identités et représentations socials* (p. 51-61). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Clémence, A. & Green, E.G.T. (2006). Circulation et transformation de l'information scientifique: du récepteur de la vasopressine au gène de la fidélité. In V. Hass (Ed.), *Les Savoirs au quotidien: Transmissions, appropriations, représentations*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Courvoisier, N., Clémence, A. & Green, E.G.T. (2011). *Man-made Black Holes and Big Bangs: Diffusion and Integration of Scientific Information into Everyday Thinking. Public Understanding of Science* (no prelo).

Doise, W. (1986). Les representations sociales: definition d'un concept. In W. Doise & A. Palmonari (Eds), *L'étude des representations sociales* (pp. 81-94). Neuchâtel: Delachaux & Niestlé.

Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonnet & J. F. Richard (Eds), *Traité de psychologie cognitive, 3: Cognition, représentation, communication*. Paris: Dunod.

Doise, W. (1993). *Logiques sociales dans le raisonnement*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé.

Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses de données.* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Draaisma, D. (2000). *Metaphors of memory. A history of ideas about the mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

Elias, N. (1982). *La civilisation des mœurs*. Paris: Calmann-Lévy.

Foster, J.L.H. (2003). Representational projects and interacting forms of knowledge. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 33, 231-244.

Glasser, T. L. & Salmon, C. T. (1995). *Public opinion and the communication of consent*. New York: Guilford.

Green, E. G. T. & Clémence, A. (2002). De l'affiliation des souris de laboratoire au gène de la fidélité dans la vie : un exemple de transformation du savoir scientifique dans le sens commun. In C. Garnier & W. Doise (Eds.), *Représentations sociales. Balisage du domaine d'études* (pp. 147 - 155). Montréal: Éditions nouvelles.

Green E. G. T. & Clémence, A. (2008). Discovery of the faithfulness gene: a model of transmission and transformation of scientific information. *British Journal of Social Psychology*, 47, 497-517.

Herman, E.S. & Chomsky, N. (1988). *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon.

Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations socials*. Paris: Presses Universitaires de France.

Kapferer, J.-N. (1987). Rumeurs. *Le plus vieux média du monde*. Paris: Seuil.

Katz, E. & Lazarsfeld, P. (1955). *Personal influence: The part played by people in the flow of mass communication*. Glencoe, Ill: The Free Press.

McCombs, M.E. & Shaw, D.L. (1972). The agenda setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-187.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1976). *Social influence and social change*. London: Academic Press.

Moscovici, S. (1982). The coming era of representations. In J.-P. Codol & J.-P. Leyens (Eds), *Cognitive Analysis of Social Behavior* (pp. 115–150). The Hague: Martinus Nijhoff.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In B. Farr & S. Moscovici (Eds), *Social representations* (pp. 3-70). Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Flick (Ed.), *The psychology of the social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. & Hewstone, M. (1984). De la science au sens commun. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale* (pp. 539-566). Paris: Presses Universitaires de France.

Purkhardt, S.C. (1993). *Transforming social representations. A social psychology of common sense and science*. London: Routledge.

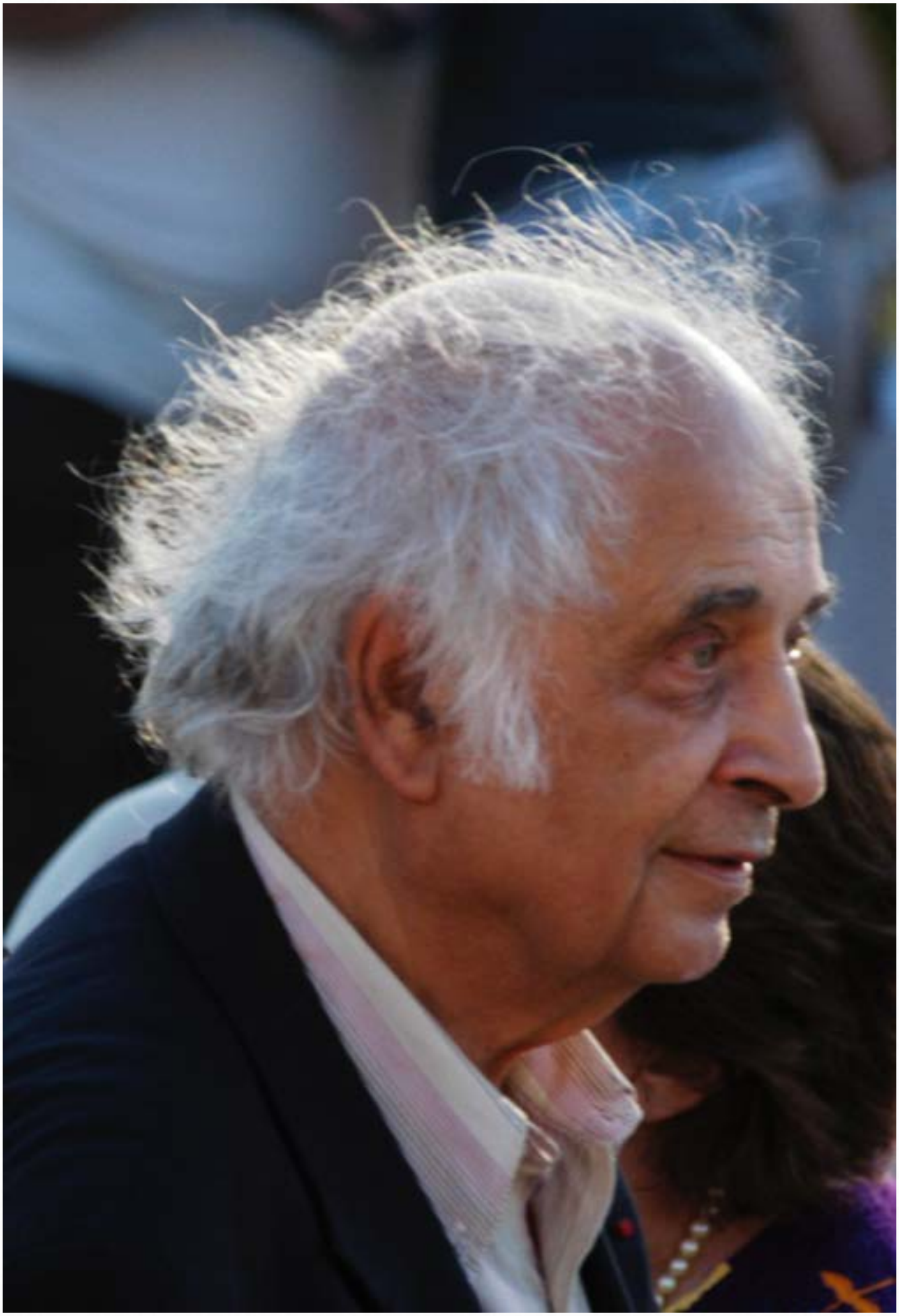
Wagner, W. & Hayes, N. (2005). *Everyday discourse and common sense: The theory of social representations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Wagner, W., Elejabarrieta, F. & Lahnsteiner, I. (1995). How the sperm dominates the ovum: objectification by metaphor in the social representation of conception. *European Journal of Social Psychology*, 25, 671-688.

Young, L. J., Nilsen, R., Waymire, K. G., MacGregor, G. R. & Insel, T. R. (1999). Increased affiliative response to vasopressin in mice expressing the V1a receptor from a monogamous vole. *Nature*, 400, 766-768.

III

A Teoria das Representações Sociais



7 A fecundidade múltipla da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”

Denise Jodelet
École des Hautes Études en Sciences Sociales

Traduzido por José Geraldo de Oliveira Almeida, do original em francês

Introdução

Ao participar, nesta abertura da VII Jornada Internacional (JIRS) e V Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (CBRS), da celebração do cinquentenário da publicação da obra “A psicanálise, sua imagem e seu público”, dirijo-me a um público que tem entre os seus membros alguns dos primeiros conhecedores e seguidores da teoria de Serge Moscovici. De fato, poderíamos, quase simultaneamente, comemorar a introdução desta teoria no Brasil, que, no próximo ano, completará 30 anos. Como já discuti, em outras ocasiões, a história e o destino desta teoria no Brasil, não vou retomar esse tema agora. Em contrapartida, vou tentar mostrar mais adiante como se pode identificar, aqui no Brasil, um dos aspectos originais que ilustram a fecundidade múltipla das proposições de Moscovici.

Por que fecundidade múltipla? Porque se pode extrair, a partir da leitura do livro sobre a Psicanálise, um grande potencial de intuições, de descobertas, de orientações teóricas e empíricas, algumas das quais tiveram um desenvolvimento considerável nos trabalhos posteriores de Moscovici ou em autores que nele se inspiraram e, outros que ainda estão em estado de germinação, que exigem novos desdobramentos. As múltiplas facetas desta fecundidade devem ser examinadas levando em conta as contribuições de Moscovici: 1) no campo da psicologia social, 2) no âmbito das teorias do conhecimento e 3) na aplicação da teoria no estudo de problemas sociais concretos. Tive ocasião de ressaltar, em outros contextos (Jodelet, 2008, 2011), como o livro sobre a psicanálise trazia um potencial de promessas e realizações. Vou repassar os argumentos, antes de me referir aos temas que tiveram eco particular nas contribuições brasileiras.

Uma bela invenção

Em um artigo do número especial do *Journal for Theory on Social Behaviour* (2008), publicado em homenagem à tradução inglesa de "A Psicanálise", mostrei como esta obra poderia ser qualificada como uma "bela invenção", para retomar uma expressão de Tarde (1893/1999, p. 537), para quem o epíteto belo é reservado "a uma

idéia que julgamos adequada para fazer descobrir outras, e para uma invenção que julgamos fecunda para invenções posteriores".

Esta apreciação de Tarde se torna ainda mais relevante quando se projeta em direção a uma reflexão sobre a arte, um termo entendido em sentido amplo, que "inclui todos os exercícios da imaginação e da engenhosidade humana, a invenção em mil formas". É assim que, para Tarde, "tudo é um efeito da arte", incluindo "as teorias e métodos científicos". Moscovici (2002) sempre foi "fascinado pela ligação estreita" entre tecnologia, arte e ciência, tendo dedicado ao tema, de forma sistemática, uma reflexão e uma pesquisa que sustentam todos os aspectos de sua obra, quer seja a história da ciência, a sociologia das mudanças técnicas, a psicologia social ou a teoria do conhecimento.

Tarde (1893/1999, p. 537) assim explicitou o qualificativo de "belo":

> O mais alto grau de utilidade de uma coisa é de ser útil para provocar novas utilidades; o mais alto grau de verdade de uma idéia é de ser a fonte de novas verdades. Muitas vezes, denominamos simplesmente útil uma idéia que acreditamos ser suscetível de se espalhar por imitação de uma forma duradoura, e denominamos de verdadeira uma idéia quando nos limitamos julgá-la suscetível de se

> propagar durante muito tempo em nossos espíritos. Em contrapartida, reservamos o epíteto belo para uma idéia que julgamos adequada para fazer descobrir outras, e para uma invenção que acreditamos fecunda em invenções posteriores.

Mais adiante, ele dirá: “Chamamos de bela uma formula simples e fecunda, a lei da gravitação newtoniana ou da equivalência de forças, uma descoberta plena de conseqüências, verdades pressentidas indefinidamente acumuláveis, ou uma invenção suscetível de aplicações, de utilidade prolongada e sem limite previsto”.

La psychanalyse, son image et son public me parece uma perfeita ilustração desta última afirmação. A teoria de Moscovici é, ao mesmo tempo, “útil” se a julgarmos pelas aplicações que ela suscitou nos diversos campos, “verdadeira” se considerarmos, como na filosofia do conhecimento, que uma verdade é uma asserção justificada e, como Tarde, que ela é reconhecida e compartilhada no espaço e no tempo, como evidenciado pela ampla adesão manifestada no meio científico, e “bela” pelos vários modelos que foram inventados a partir de sua formulação fundadora. Vou tentar mostrar a fecundidade de sua obra, destacando as direções e os objetos de pesquisa que foram inspirados pelas proposições anunciadas em ambas as versões do livro: a de 1961 e a de 1976.

Para isto, destacarei uma série de temas em que discutirei a fecundidade, levando em conta os locais, períodos e contextos científicos em que se deram sua difusão e adoção.

Será que se justifica falar de invenção? A forma como Moscovici conta a descoberta do conceito de representação social mostra claramente que foi uma invenção. Certamente, ele se situava dentro de uma disciplina, a psicologia social, que tinha sua tradição e suas escolas. Mas ele também se referia a outras ciências sociais, indo para além da psicologia social. Essa sua abertura é ainda mais impressionante em se considerando que estava inserida no período de pós Segunda Guerra Mundial, quando a psicologia social se encontrava em pleno crescimento nos Estados Unidos e ainda não se previa a crise que marcou os anos 1970 e a emergência das críticas da pós-modernidade. É no seio deste posicionamento inicial que surge a Teoria das Representações Sociais, como alternativa às correntes *mainstream* da psicologia social.

Em seu texto “O primeiro artigo”, Moscovici (2003) narra a descoberta do termo representação. Neste texto Moscovici expressa o alcance das insatisfações com os conceitos e perspectivas então propostos pela psicologia social, e mostra o grau de amadurecimento exigido para dar conta de respondê-los. Dou-lhe a palavra:

> É muito provável que eu pertença à família de pesquisadores cuja curiosidade, ideias, observações são frutos mais da experiência pessoal do que de uma orientação ou de um programa científico. Esta é a razão dos 'fenômenos ideológicos', que não eram tranquilizadores durante e após a guerra, terem algo a dizer quando eu refletia sobre o objeto de minha tese. E o tema do pensamento social, ou melhor, do conhecimento social, impôs-se imediatamente... Pouco a pouco, foi ficando claro que se eu definisse um problema, faltaria um conceito para esboçar uma teoria (p. 12).

Ele não gostava dos conceitos de opinião ou de atitude "nem do ponto de vista intelectual nem do ponto vista estético", e o estado da literatura disponível nas ciências humanas tornava "difícil de saber ou descobrir o conceito que eu precisava" (Moscovici, 2003). Foi a leitura de um livro de filosofia da ciência, "Ensaio sobre a noção de experiência" (Lenoble, 1943), que o conduziu a uma reflexão sobre o senso comum, "o conceito que eu pensava, sem saber... As representações coletivas eram apenas um nome. Foi o suficiente para orientar as leituras, a interpretação dos dados da pesquisa e até mesmo a idéia que eu tinha da psicologia social" (Moscovici, 2003, pp. 12-13).

No entanto, como pode ser testemunhado, a invenção de Moscovici, no entanto, e como pode ser testemunhado, tem uma envergadura maior, que ultrapassa a mera descoberta e elaboração de um novo conceito. Ela fornece uma nova teoria para a psicologia social. Ela introduz o que poderíamos chamar de uma nova disciplina, a “Psicologia Social do Conhecimento”, cujo potencial nem sempre foi compreendido na justa medida.

O imperativo de uma inovação

Como recorda Pepitone (2008), a noção de conhecimento (knowledge) foi e permaneceu, por um longo tempo, pouco familiar à psicologia social anglo-saxônica. Ao substituir, com o conceito de representação social, aquelas noções habitualmente usadas na psicologia social (atitude, crença, opinião), a perspectiva de Moscovici responde a um imperativo epistemológico: superar a dicotomia entre as abordagens sociológicas e psicológicas do comportamento humano. Para isso, ele propõe focar objetos que permitam elaborar uma psicologia social relevante nos níveis psicológico e social, por meio da articulação entre os processos psicológicos e sociais. Isto conduz Moscovici, desde a publicação de 1961, a formular o que ele chama de “esboço de uma análise teórica das representações sociais”. Este esboço será completado

por reflexões posteriores, com as contribuições inspiradas em seus temas centrais, resultando em modelos originais que vão ilustrar, desenvolver e ancorar, de uma maneira própria e particular, as intuições ou proposições de Moscovici. Modelos que, por sua coerência e sistematicidade, devem também ser considerados inovações que contribuem para o surgimento de uma psicologia social do tipo societal.

Para retornar à obra de 1961, a originalidade da perspectiva adquire sentido se considerarmos o contexto epistemológico em que foi concebida. O interesse por uma psicossociologia do conhecimento se diferenciava, como já mencionei em outra ocasião (Jodelet, 2008), de uma forte corrente da sociologia do conhecimento, em relação à qual Moscovici (1961a, p. 6) assinalou falhas, dadas a excessiva generalidade dos sistemas propostos e as controvérsias estéreis no bojo de declarações de intenções pouco preocupadas com a verificação, impedindo "a constituição de um corpus científico integrado". A nova perspectiva psicossociológica também se destacava, sem dúvida (ainda que de forma latente, já que a edição de 1961 traz poucas referências), de outro contexto marcado pela emergência da ciência cognitiva e da filosofia do espírito a partir dos anos de 1950. Será em seus escritos posteriores que Moscovici exprimirá todas as críticas e reservas que os modelos

da cognição social lhe inspiravam, por serem muito individualistas, racionais e descrentes da validade do senso comum.

Este aspecto da obra seminal de 1961 foi uma inovação decisiva, dada sua contribuição para uma teoria do conhecimento. Ele merece que lhe dediquemos uma atenção especial, na medida em que estabelece uma ponte com as outras ciências humanas e traz um potencial para o desenvolvimento futuro da teoria e de suas publicações. De fato, nas “Observações Preliminares” de sua obra, Moscovici (1961a, pp. 8-11) assinala a proximidade existente, para além das diferenças evidentes, entre a sociologia do conhecimento, a antropologia e a psicologia social. Ele fala da “unidade de preocupações”, dos “pontos de encontro”, da “correspondência” e da “semelhança de objetivos”. Filtrando contribuições específicas, relacionadas às “conquistas teóricas” da psicologia social no campo da “percepção social” e aos “processos cognitivos em situações de interação social”, Moscovici vê se desenharem os recursos do que irá nomear então como uma “psicossociologia” e seu encontro com a antropologia, em razão das “semelhanças funcionais” identificadas nas “formas de conhecimento”, que são os mitos e as representações sociais.

O contexto intelectual de uma invenção e de seus desdobramento

Os desenvolvimentos posteriores que a teoria das representações sociais teve, tanto da parte de seu criador como em seus diversos desdobramentos, faz dela, hoje, uma das teorias da disciplina “psicologia social”, e a interpretar suas contribuições neste único quadro de referência. Fica evidente, a partir da leitura da tese sobre a psicanálise, que a intenção original era claramente de contribuir para uma teoria do conhecimento, associando as contribuições da psicologia social, da sociologia e da antropologia para tratar de um conceito e de fenômenos de natureza cognitiva e social. Para medir a amplitude de seus propósitos e sua perspectiva holística, convém lembrar em qual ambiente intelectual e prático se inscreveu o trabalho sobre a psicanálise.

De fato, Moscovici dedicava também grande parte de sua atividade à história e à filosofia da ciência. Além disso, ele mencionou como suas leituras nessa área não só lhe permitiram descobrir o conceito de representação, como acabo de mencionar, mas também perceber a importância da comunicação graças à cibernética de Wiener (Moscovici, 2003). Aluno de Alexandre Koyré, ele assistia os seminários na École Pratique des Hautes Études, onde defende um trabalho para obtenção de um diploma sob sua orientação, no mesmo ano da publicação de sua obra seminal. Foi este trabalho que lhe garantiu ser encaminhado por Koyré como bolsista no *Institute for Advanced Studies of Princeton*. O trabalho

realizado sob a orientação de Koyré, e publicado em 1967, focava em Giovanni Baptista Baliani e sua correspondência com Galileu (Moscovici, 1967).

Baliani – médico genovês, engenheiro, navegador, artilheiro –, encarnava a íntima relação entre a engenharia e a reflexão teórica, e permitia examinar a relação entre experiência e teoria. Apesar de não ser um cientista e estar submetido à influência da Igreja, foi o primeiro a ser capaz de afirmar o princípio da inércia e de mostrar que Galileu estava enganado. Pode-se encontrar neste personagem, de espírito muito prático, mas capaz de ter ideias muito abstratas, a figura guardiã do que Moscovici foi então elaborando sob os traços do "sábio amador". Da mesma forma que podemos ver em sua reflexão sobre a produção popular dos *extra-savoirs*, dos *extras-ressources* que precediam os modelos científicos e "enriqueciam a vida dos homens" (por exemplo, os jogos das feiras que utilizavam a eletricidade antes que ela se tornasse objeto de um saber científico), um eco e um apoio da reflexão sobre o senso comum e sua relação com o saber científico. O trabalho sobre Baliani abria, de toda forma, o caminho às contribuições sobre *L´histoire humaine de la nature* (1968) e a outras obras sobre as relações do homem com a natureza (1972, 1974, 2002). Este estudo sobre Baliani lança luzes sobre as relações existentes entre os trabalhos de história e filosofia da ciência ou as contribuições

ecológicas de Moscovici e sua abordagem, ou melhor, suas abordagens dos fenômenos representativos.

Esta coerência profunda nos questionamentos de Moscovici é igualmente ilustrada por outra realização no âmbito de seu propósito socioantropológico. Por ocasião da defesa da sua Tese de Doutorado de Estado, que é a base de seu livro La psychanalyse, son image et son public, era habitual que uma Tese de Doutorado de Estado fosse acompanhada por uma tese complementar. Esta última, versando sobre a *Chapellerie dans l'Aude* (1961b), tratava das transformações ocorridas em uma comunidade rural e profissional pela introdução do modo de produção industrial que envolvia todos os atores da organização social, os trabalhadores e patrões "próximos geográfica e afetivamente". O tema da reconversão industrial emergia como uma das principais preocupações da sociedade francesa. Estudar a transição da fabricação artesanal de chapéus para aquelas mecanizadas, com armações onduladas em plástico, permitia ver como a mudança social é articulada tanto com as formas de vida tradicionais, como com as evoluções técnicas e, de renovar, por comparação aos modos de produção, o exame do mundo do trabalho e suas transformações.

Este trabalho foi baseado em uma metodologia original do tipo etnológico, "verdadeiro estudo da comunidade, associado a uma exploração da vida pessoal das pessoas". Este procedimento foi

inovador naquela época, e agora ele se associa a uma nova disciplina, a “psicologia comunitária”. Superando as técnicas usuais de investigação, uma equipe de pesquisadores, dirigida por Moscovici, integrou-se à comunidade, partilhando o cotidiano da população para desvendar a forma como a evolução histórica afetava a vida pessoal dos trabalhadores e da organização social. Esta experiência de campo mostrou como Moscovici estava preocupado com a compreensão *in vivo* dos fenômenos e das mudanças inscritas nas realidades sociais concretas, e com o uso diferenciado de metodologias para a abordagem destes fenômenos. Ele usou uma grande variedade de técnicas, que foram adaptadas aos problemas e contextos que abordava. Estas perspectivas, fazendo da teoria uma ferramenta “útil” para a compreensão da sociedade e de suas mudanças, traziam – em germe – todas as aplicações que posteriormente surgiram em vários campos, particularmente os da educação, da saúde e do meio ambiente.

Os leitores de Moscovici deram pouca importância a este estudo com a comunidade que, entretanto, teve um impacto significativo em termos de formação e condução de mudanças políticas. Não se pode esquecer que Moscovici foi diretor do serviço de Psicologia Social do *Centre d´Études et de Recherches Psychotechniques*, e responsável pelo programa de reconversão industrial do Ministério do Trabalho. Este estudo abriu, sobretudo,

alguns canais que seriam desenvolvidos mais tarde. Suas preocupações ecológicas já estavam germinando nesta época, assim como sua atenção com a vida das coletividades, o que o colocava em sintonia com o interesse da antropologia pelos estudos de caso. Ele trilhava um caminho que seria, mais tarde, reencontrado: a nova orientação dada à psicologia social como "antropologia do mundo contemporâneo".

Enfim, foi durante este estudo que Moscovici diz ter "descoberto, pela primeira vez, a importância das minorias e dos grupos". E sabemos qual foi a fecundidade deste caminho até a abordagem do conhecimento social. Em muitos comentários é questionada a correspondência entre a teoria das representações sociais e aquela das minorias ativas, que podem parecer incompatíveis por razões metodológicas. Mas essa correspondência entre os aspectos cognitivos e os fenômenos de influência foi enfatizada pelo próprio Moscovici (1993), quando ele mostrou que, em se tratando do conhecimento científico, a influência das minorias potencializa o processo de formação de aprendizagem. Esta correspondência conferirá, mais tarde (2009), um papel específico às representações sociais na dinâmica das relações entre a minoria e a maioria.

A importância da edição de 1961

Estas retomadas colocam em evidência a estreita coesão e profunda continuidade existente entre as diferentes abordagens teóricas e empíricas que marcam o trabalho de Moscovici. Coesão e continuidade que o incentivariam abrir um campo para evidenciar as articulações unindo suas diferentes contribuições e constituindo a rede de uma obra exuberante e multitemática. Se permanecermos unicamente no campo dos fenômenos de representação social, a coerência e a continuidade das preocupações que atravessaram as reflexões e o trabalho de Moscovici são um convite para retomar o fio condutor das orientações que têm suas raízes na tese de 1961, cujos 50 anos de publicação celebramos hoje. Estas orientações são tributárias das filiações intelectuais de Moscovici, como seu interesse pela história das ciências e pelas formas de *savoir* e *savoir-faire*, bem como de seu estudo sobre a relação do homem com o mundo social e natural. A seguir, gostaria de, particularmente, retomar algumas contribuições da obra sobre a Psicanálise para a teoria do conhecimento. Vou me apoiar na primeira edição da obra, a de 1961, procurando nos comentários feitos posteriormente pelo autor o que esclarece o sentido profundo das formulações originais.

Várias razões apoiam mais a referência à edição de 1961 do que a de 1976. Embora mais longa e pesada em seus detalhes

empíricos, e de uma forma acadêmica tradicional, provavelmente um pouco desatualizada, parece-me importante considerar a primeira edição por diversas razões. A primeira, deve-se ao fato de que esta é a edição que está sendo comemorada. Depois, ela cumpre o objetivo de construir uma arquitetura teórica que abrange todas as facetas dos fenômenos examinados e se propõe a tratá-las nos espaços epistemológicos correspondentes ao estado das questões emergentes no campo de pesquisa. É desta forma que vemos aparecer, de maneira mais clara, tudo que diz respeito à discussão sobre o estado das representações como formas de conhecimento e que podemos destacar a originalidade do ponto de vista adotado por Serge Moscovici. Este estado leva em consideração não apenas as modalidades do social que convêm considerar, mas as características que lhes correspondem no nível dos processos estudados.

A originalidade da perspectiva faz sentido se considerarmos o contexto epistemológico em que foi concebida. O interesse por uma psicologia do conhecimento se destacava, como já mencionei em outra ocasião (Jodelet, 2008), em relação a uma forte corrente de sociologia do conhecimento. No que concerne a esta corrente, Moscovici (1961a, p. 6) apontou falhas devidas à excessiva generalidade dos sistemas propostos, às controvérsias estéreis entre declarações de intenção, com pouca preocupação de verificação,

impedindo “a constituição de um corpo científico integrado”. A nova perspectiva psicossociológica, provavelmente, também se diferenciava - embora de forma latente, pois a obra não fazia muitas referências - de outro contexto marcado pela emergência, a partir dos anos de 1950, das ciências cognitivas e da filosofia do espírito.

Outro motivo, este maior, para se referir à publicação de 1961 é a forma como a construção do livro foi concebida. Duas partes substanciais são consagradas, no início e no final do trabalho, aos resultados de abordagens baseadas em diferentes metodologias, como enquetes e análises de imprensa. A primeira parte (230 páginas) aborda a imagem da psicanálise e seus processos de constituição; as fontes de informação e as interferências ideológicas que orientavam o conhecimento e a avaliação da psicanálise; a imagem do personagem social que representa o psicanalista. A segunda parte (225 páginas), centrada na comunicação, elabora um modelo de sistema de comunicação na imprensa, que permite ligar a formação de pensamentos e comportamentos aos processos de transmissão de informação e de expressão ideológica. O que é original na obra é a presença, em seu centro, de uma parte (148 páginas) que reúne a análise conceitual e as inferências teóricas que constituem o que Moscovici chama de “o esboço de uma análise teórica” das representações sociais. Com muita clareza emergiram três grupos de fenômenos e de problemas que estão na base da

formulação geral de um modelo de estudo da representação social: a organização de seu conteúdo e sua análise dimensional; sua formação e sua determinação; seus aspectos cognitivos e suas funções. Esta parte central se encontra parcialmente re-exposta e modificada na publicação de 1976, quando Moscovici quis fazer um livro do que era uma tese.

De fato, na segunda edição, mantendo a orientação para uma teoria do conhecimento, Moscovici (1976, p. 16) afirma fortemente a intenção, em relação aos estudos do "fenômeno das representações sociais", de "redefinir os problemas e os conceitos da psicologia social a partir deste fenômeno, insistindo na sua formação simbólica e em seu poder de construção do real". Esta ambição tem, desde então, ocupado o papel central nos debates e em manifestações acaloradas que ocorreram dentro e sobre esta corrente teórica, fazendo às vezes esquecer a primeira intenção que levou à sua formulação. No entanto, nas "Observações Preliminares" da edição de 1976, a representação social é definida como "uma modalidade de conhecimento particular, cuja função é a elaboração dos comportamentos e a comunicação entre indivíduos". Ou, ainda, como "um corpus organizado de conhecimentos e como uma das atividades psíquicas, graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, integram-se em um grupo ou em uma

relação cotidiana de trocas, liberando os poderes de sua imaginação" (pp. 26-28).

Leituras dos prolongamentos da invenção

A leitura que proponho, começando com a edição de 1961, será feita insistindo particularmente na teoria do conhecimento, para a qual Moscovici contribuiu. De fato, a partir do momento em que a representação se apresenta como um objeto de estudo, deparamo-nos com o problema do conhecimento, como bem lembra um especialista desta área:

> O teórico do conhecimento se pergunta, então, como se efetua esta elaboração que conduz ao saber, por quais prismas a realidade passou antes de se tornar um objeto para um sujeito que conhece. Deve, finalmente, convencer-se do fato de que este tem, essencialmente, a ver com suas representações, que ele não é conhecimento sem a intermediação de sinais para interpretar o real e, portanto, o mecanismo de produção destas representações e destes sinais pode somente dar as chaves da compreensão do poder do homem de assimilar o que não é ele (Besnier, 2005, p. 12).

É por isso que Moscovici usa uma teoria "*relevant to a social psychology of knowledge in general which is badly necessary, though at great pains to get crystallized*" (Moscovici, 1993, p. 344).

Essa leitura será feita levando também em conta o eco e os efeitos que as diferentes propostas de Moscovici encontraram nas pesquisas realizadas no plano nacional e internacional, e que testemunham o alcance de sua invenção. Para estudar estes eco e efeitos, adotarei a perspectiva de Bakhtin (1981) sobre os "cronótopos", que permite colocar a matriz espaço-temporal em suas emergências. Esta matriz põe em jogo os contextos científicos locais e os momentos históricos que caracterizam as correntes de pensamentos e as ideologias. Na sequência de minha apresentação, examinarei, reagrupando-as em longos períodos, as cinco décadas que nos separam da publicação do trabalho de Moscovici: 1961-1970, 1971-1980, 1981-1990, 1991-2000, 2001-2010. Estes períodos são marcados não apenas por diferentes modos de difusão e de recepção da teoria, mas também por mudanças nas posturas intelectuais de Moscovici, assim como por variações nas relações estabelecidas com diferentes áreas do saber, especialmente a psicologia social, a psicologia cognitiva, as ciências da linguagem e da comunicação e as ciências sociais.

Do ponto de vista da recepção das propostas de Moscovici, estas relações tomaram aspectos diferentes em função dos

períodos, dos contextos e dos locais, que vão desde a adesão à crítica, passando pela ignorância. Deixaram também aparecer nos trabalhos inspirados na obra seminal ou em seus desenvolvimentos, formas de apropriação diversas, desde a reprodução ou a aplicação pura e simples dos quadros de análise até o aprofundamento ou o enriquecimento de perspectivas teóricas particulares até a invenção de modelos específicos desenvolvidos de acordo com as linhas originais dos aspectos centrais da teoria.

Como já insisti muitas vezes, não vou me deter muito sobre o período de latência experimentado pelo reconhecimento da teoria, durante a primeira década após a publicação da *Psychanalyse* nos anos 1960, não me prolongarei neste assunto. Este período reflete a influência do contexto intelectual francês, que se traduziu por um bloqueio do interesse devido aos paradigmas dominantes nas ciências sociais, na época. Por um lado, o que é chamado de "teorias da suspeita" (marxismo, psicanálise) questionava a validade e a legitimidade do estudo do senso comum. Por outro, as diversas correntes do estruturalismo na antropologia (Lévi-Strauss), na linguística (Jacobson), na semiologia (Greimas), na filosofia (Foucault) apontavam o desaparecimento do "sujeito" e desviavam a atenção dos processos psicossociais. Do lado da psicologia, a prevalência do behaviorismo não era propícia ao estudo de processos

simbólicos e imaginários que estavam engajados no conhecimento social.

Este período, no entanto, correspondeu também à maturação de um conjunto de pesquisas psicossociológicas, na França, diretamente inspiradas pelo paradigma das representações sociais, e que foram publicadas desde o fim dos anos 1960 ao início dos anos 1970. Durante esta segunda década, três grandes orientações de pesquisa surgiram na sequência da pesquisa sobre “a psicanálise”. Por um lado, a problemática relativa às transformações do saber quando se move da esfera científica para a esfera do pensamento atual engendrou uma nova corrente de pesquisa, que se concentra na vulgarização científica, na difusão dos conhecimentos e na didática das ciências (Roqueplo, 1974; Ackermann & Zygouris, 1974; Astolfi & Giordan, 1985).

Por outro lado, toda uma série de trabalhos foi consagrada às imagens, atitudes e crenças sobre vários temas que foram, na época, objetos de debates como suas variações em função dos grupos sociais e dos tipos de relação entre os indivíduos e o mundo social. Aplicando, às vezes, algumas hipóteses emprestadas da psicanálise ou do marxismo, estes trabalhos utilizaram uma bateria de métodos quantitativos e qualitativos para elucidar as determinações psicológicas, sociais e históricas que afetam o conteúdo e a estrutura das representações sociais, em muitas áreas:

a infância, a saúde, a justiça, a educação, o gênero, certos grupos ou categorias sociais (Chombart de Lauwe, 1962; Herzlich, 1969; Käes, 1968; Robert e Faugeron, 1978; Gilly, 1980; Giami, 1993). Estes trabalhos inovaram ao relacionar a dinâmica da produção das representações a um conflito entre as restrições impostas pela condição dos sujeitos e suas aspirações e desejos que se tornam realidade de forma imaginária nas projeções representativas. É lamentável que esta tendência de pesquisa não tenha tido, de fato, uma continuação.

Por fim, é durante esse período que surge uma corrente de pesquisas experimentais explorando as propriedades sistêmicas e estruturais das representações sociais, ou visando mostrar os efeitos das relações intergrupais na formação das representações sociais e o papel destas últimas nas relações sociais e na orientação das práticas. É neste momento que começam a se constituir duas escolas que vão elaborar modelos teóricos originais, acompanhados de metodologias correspondentes: as Escolas de Aix-en-Provence e de Genebra, cujos trabalhos vão crescer significativamente nas décadas seguintes.

Movimentos no campo e na reflexão

No início dos mesmos anos, Moscovici havia retomado o texto de sua tese para a segunda edição, servindo hoje de obra de

referência, recentemente traduzida para o inglês (2008), para o italiano (2011), e agora para o português. Algumas nuances de sua reflexão modificam a economia da obra. Podemos ver nestas diferenças (particularmente o abandono da pesquisa de fatores determinando o conteúdo de suas representações, insistência sobre a lógica e a linguagem do pensamento natural, nos processos de comunicação), bem como naquelas que aparecerão em escritos posteriores, o resultado de um movimento duplo.

Por um lado, uma crítica aprofundada dos modelos inspirados no behaviorismo ou naqueles que prevaleciam até então nas ciências humanas. Isto leva a questionar uma visão dos atores sociais e da "sociedade pensante" como autômatos submetidos passivamente à reprodução de prescrições ideológicas ou à dominação de estruturas fossilizadas. Nisso Moscovici inovava, bem antes de outros usuários das ciências sociais que aderiram a esta crítica no final dos anos 1980 (Jodelet, 2009).

Por outro lado, uma transformação em relação ao contexto científico e intelectual, no qual evolui o pensamento de Moscovici, que sempre insistiu no fato que sua teoria é *in the making*, ou seja, que está se fazendo, em construção. Na sua obra fundadora, inovava com relação a um contexto já constituído tanto nas ciências sociais quanto na psicologia social ou genética. Ele se referia a este contexto, seja sob a forma de um exame crítico visando uma

superação, seja sob a forma de paralelos suscetíveis de guiar ou enriquecer a reflexão. Na publicação de 1976, as propostas de Moscovici já tinham seguidores e aberto grandes campos de pesquisa, particularmente na área da popularização científica. Ele não poderia deixar de levar em conta este fato. Além disso, multiplicavam-se os debates que animavam correntes científicas, partilhando com ele uma crítica ao behaviorismo metodológico, tanto na filosofia do espírito, na psicologia filosófica, quanto na linguística, na pragmática, na análise do discurso, nas teorias da ação. Ele não podia ignorá-los. Mais que isso, encontrava em suas propostas ecos corroborando suas intuições iniciais. Ele só poderia aproveitar.

Desta situação resultou uma mudança no pensamento de Moscovici, que se fortaleceu ao longo dos anos, subordinando os aspectos cognitivos da representação social aos processos de comunicação e aos processos de linguagem. A representação não foi indexada em um contexto social, no sentido das condições sociais e materiais de produção do saber, para se tornar um agente mediador e produtor de relações sociais. Nesta evolução, a originalidade foi de conferir às representações uma força dinâmica, um papel na comunicação. Este último estava na origem da formação das representações sociais, sob uma relação dupla: as representações se forjavam na comunicação e tinham como

finalidade orientar as comunicações. Daí em diante, a comunicação é tratada como produto das representações que têm um poder pragmático. Tornando-se uma condição da comunicação, esta irá fornecer recursos que remetem tanto a diferentes níveis de saber como aos sistemas de valor que formam a cultura dos grupos. Esta nova visão terá uma influência decisiva em muitos estudos europeus, recorrendo à noção de representação social como saber comunitário, circulando no discurso interpessoal e coletivo tendo em vista a gestão da vida cotidiana.

A evolução do pensamento de Moscovici se estendeu por um período que abrange as décadas de 1980-1990. Este período se abriu com a organização, em 1979, de uma conferência internacional pelo Laboratório Europeu de Psicologia Social da *Maison des Sciences de l'Homme*, com o objetivo de aumentar o âmbito de aplicação da teoria. As contribuições apresentadas foram objeto de uma publicação dirigida por Farr e Moscovici (1984). Correspondeu à aceleração do desenvolvimento das pesquisas sobre as representações sociais e suas extensões em diversos países europeus, especialmente na Alemanha, Inglaterra, Áustria, Espanha e Itália. Este movimento se espalhou, em seguida, para a América Latina e Canadá.

Esse desenvolvimento ocorreu no contexto de uma grave crise no seio da psicologia social. Confrontada com esta crise, a Teoria

das Representações Sociais emergiu como uma das maiores correntes alternativas, permitindo repensar a disciplina, ao lado de outros modelos que surgiram na década de 1980: a etogenia (Rom Harré), o construcionismo social (Gergen) e depois a psicologia social discursiva ou crítica (Collier & al. 1991). Moscovici vai em direção de uma modulação de sua teoria. Remonta a 1984 uma guinada que focaliza a atenção na articulação das representações com a linguagem e a comunicação, por meio da conversação e das mídias. Notemos, todavia, que esta entrada no campo da linguagem estava presente na obra fundadora, bem como a atenção dada aos sistemas de comunicação estudados a respeito das mídias. Deste ponto de vista, os escritos posteriores de Moscovici aparecem como a extensão do campo de análise dos sistemas de comunicação, completando o apoio midiático pelo apoio conversacional.

Enquanto isso, na Europa, as pesquisas e estudos de campo sobre as representações sociais se reforçam. Mas é no quadro das pesquisas experimentais que se cristalizam novos modelos, que oferecem perspectivas originais para definir as propriedades sociais das representações. As duas correntes que tinham surgido na década de 1970 se afirmam e reúnem um corpus importante de trabalhos, de acordo com dois eixos de problematização, abordando as propriedades estruturais e sociogenéticas das representações sociais. Devido à coerência dos seus projetos, da estreita articulação

entre os modelos teóricos e as metodologias utilizadas, do grande número de pesquisadores mobilizados, estas correntes recebem a classificação de “escola” e são identificadas pela cidade das universidades onde se desenvolvem. A Escola de Aix-en-Provence e a Escola de Genebra. Estas duas escolas terão, a partir dos anos de 1990, uma importante repercussão no Brasil.

Na América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, aparecem os primeiros trabalhos inspirados pela teoria das representações sociais, que atendia a algumas das preocupações dos meios psicológicos. Estes segmentos, preocupados em abordar as realidades humanas e sociais dentro de uma perspectiva histórico-cultural, distanciavam-se dos modelos fornecidos pelas correntes da psicologia social mainstream. Foram atraídos pelas orientações sociais do modelo moscoviciano, que poderiam ser parecidas com algumas posições da psicologia comunitária e dos pensadores da psicologia da libertação, particularmente no Brasil. Mais tarde, enquanto estas psicologias se organizavam em movimentos contestatórios, juntando-se à psicologia crítica, que condenava o conjunto dos modelos existentes, uma distância foi estabelecida com a teoria das representações sociais. Mas outras tendências foram inspiradas por ela e produziriam, no período considerado, um corpus significativo de pesquisas centradas na produção e na organização sociais dos conteúdos representacionais

identificados em diferentes campos: difusão dos conhecimentos, saúde, identidades sociais, relações intergrupais, movimentos políticos, meio ambiente. Este desenvolvimento é uma contribuição original dos trabalhos latino-americanos, que implementarão os modelos propostos tanto por Moscovici, como pelas Escolas de Aix-en-Provence e Genebra para participar, no ano seguinte, de vastos programas de pesquisa e intercâmbio entre pesquisadores, contribuindo de maneira inovadora para a consolidação dos estudos aplicados que Moscovici havia reconhecido como de interesse teórico e social, como já vimos.

No entanto, simultaneamente à difusão da teoria das representações sociais (ou devido a ela) vemos surgir, a partir de meados dos anos de 1980, em conexão com o surgimento das críticas epistemológicas do pós-modernismo, discussões sobre a legitimidade da noção de representação, no quadro mais geral de uma crise da representação. Estes debates acentuarão a orientação de pesquisas voltadas para os aspectos discursivos e comunicacionais dos fenômenos representativos, tendência que se tornará um das principais vertentes dos trabalhos, particularmente na esfera de influência anglo-saxônica.

Essas diferentes tendências serão consolidadas para estruturar um espaço internacional. Por ocasião de um levantamento do estado da arte, expressei a dinâmica do estudo das representações sociais,

propondo a metáfora de um mundo em expansão (1989). Esta figura permite delimitar ao mesmo tempo a amplitude da influência do paradigma de Moscovici, que veremos ser utilizado em mais países europeus (Bélgica, Finlândia, Hungria, Portugal, Romênia, Rússia), na América Latina (Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba) e entrar na Ásia, bem como descrever um tipo de fissura no seio desta comunidade, que vai se abrir em espaços teóricos e empíricos distintos, que se juntam sem dialogar. Três características da difusão podem ser identificadas: a multiplicação dos temas tratados, a inflexão das escolhas metodológicas, a ampliação teórica envolvida com os desenvolvimentos e os debates ocorridos nas ciências humanas, dando lugar a propostas inovadoras.

Moscovici, que defende uma visão de sua teoria como estando sempre em construção, vai incorporar novas perspectivas em sua reflexão. Destaca, em vários artigos publicados na década de 1990, sua crítica à cognição social, que se tornou dominante na psicologia social, e à qual ele se opõe inspirado por três preocupações: o desenvolvimento dos processos de comunicação linguística, a sensibilidade às influências dos fatores culturais, o aprofundamento dos processos de pensamento. As referências a Vygotsky, Lévy-Bruhl e Holton servem para enriquecer a sua análise do pensamento natural. Completa sua análise do pensamento do senso comum pelo estudo da lógica inerente a novas formas de

pensamento: ideológica, mágica, simbólica e estigmatizada. O processo de objetivação é complementado por um novo princípio de natureza trans-histórica, as “thematas”, para dar conta da estruturação das representações sociais, ao mesmo tempo em que sua atenção se volta para o papel da memória e da tradição em relação com a emoção e a subjetividade.

Essas aberturas serão amplamente desenvolvidas e adotadas por vários pesquisadores até os anos 2000, enquanto se desenha um triplo movimento tendo consequências nos trabalhos na América Latina. Por um lado, as orientações e os modelos propostos pelas Escolas de Aix-en-Provence e de Genebra, autonomizam-se e exercem certa influência sobre os trabalhos da América Latina, especialmente no Brasil e no México. Por outro lado, o desenvolvimento das problemáticas levantadas pelas áreas específicas da vida social e de novas metodologias resulta na aplicação da Teoria das Representações Sociais em muitos campos que, ou são consolidados como o da saúde, ou abertos como o da educação, e da memória. Esta tendência é particularmente sensível na América Latina, onde sob o impulso de Moscovici, se criam centros de pesquisa dedicados exclusivamente às representações sociais, no Brasil, na Argentina e no México. Finalmente, os defensores de uma abordagem discursiva e dialógica das representações sociais em suas relações com a vida cotidiana

estruturam um novo espaço, particularmente na Europa. Começa assim, uma espécie de duplicação da regionalização no estudo das representações sociais: as regionalizações nacionais vão intensificar a criação de subconjuntos de fenômenos estudados e dos modelos teóricos em que os autores demonstram uma genuína criatividade, às vezes competitiva.

Deve-se mencionar que o período que se abriu a partir dos anos de 1990, foi marcado pela adoção do conceito de representação nas ciências sociais, particularmente na França, na sequência da turbulência causada pelo desaparecimento das “grandes narrativas”, o abandono daquilo que era chamado de “pensamento russo” ou de “pensamento chinês” após o colapso do império soviético. Enquanto na psicologia social, a virada linguística e pós-moderna colocava novamente em questão o conceito de representação, nas ciências sociais, sua reabilitação se transformou em reivindicação e último recurso, quando, correlativamente, afirmou-se a necessidade de um retorno à ideia de sujeito ativo e pensante e uma nova interrogação sobre o vínculo social (Dosse, 1995).

A expansão do domínio que eu tinha registrado em 1989 é definitivamente estabelecida no final dos anos 1990. Vemos, então, se multiplicar as referências a Moscovici e às representações sociais e coletivas, ao mesmo tempo em que há um rompimento do domínio no qual são relegados para o esquecimento aspectos fundamentais

da teoria. Alguns deles, como a parte voltada às imagens, ao imaginário, aos valores e aos mitos começaram a ser retomados nos anos 2000, graças ao dinamismo dos pesquisadores latino-americanos. Não há dúvida de que o mesmo destino está reservado para esta "nova" disciplina, "a psicossociologia do conhecimento" que ambicionava Moscovici. Aliás, a partir da década de 2000, ela foi gradualmente voltando para este domínio, ligando-se a temas como o do pensamento e de suas várias implementações (mágica, ideológica, científica, estigmatizada, simbólica, etc.), o do valor que está na fonte da significação dada aos objetos de conhecimento e o da imagem suporte da memória e das diversas formas de ideação (Jodelet, 2011).

Espera-se que o reconhecimento da magnitude das contribuições da obra fundadora de Moscovici, favorecida por sua tradução para o inglês e português, permita reunir as contribuições que as reclamam. Um encontro como os das JIRS deverá favorecer o coro das vozes que seguem a figura do Mestre e as suas intuições, às quais não cansamos de recorrer.

Referências:

Ackerman, W. & Roqueplo, P. (1974). *Transmission et assimilation de notions scientifiques*, Paris: Seuil.

Astolfi, J.P. &. Giordan, A (1985). *Formation scientifique et travail autonome*. Paris: INRP.

Bakhtin, M.M. (1981). *The Dialogic Imagination: Four Essays* (C. Emerson & J.M. Holquist, tradutores), Holquist, J.M. (ed.). Austin: University of Texas Press Slavic series, nº 1 (texto original publicado em 1975).

Besnier, J. M. (2005). *Les théories de la connaissance*. Paris: PUF.

Chombart de Lauwe, M. J. (1962). La représentation de l'enfant dans la société française contemporaine. *Enfance*, 1, 53-67.

Collier, G., Minton, H.L. & Reynolds, G. (1991). *Currents of Thought in American Social Psychology.* New York: Oxford University Press.

Dosse, F. (1995). *L'empire du Sens. L'humanisation des Sciences Humaines*. Paris: La Découverte.

Farr, R. & Moscovici, S. (1984). *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Giami, A. (1993) Le questionnaire ACSF : l'influence d'une représentation épidémiologique de la sexualité. *Population*, 5, 1229-1256.

Gilly. M. (1980). *Maîtres-élèves: rôles institutionnels et représentations*. Paris: PUF.

Herzlich, C. (1969). *Santé et Maladie. Analyse d'une représentation sociale*. Paris: Houton.

Jodelet, D. (2008). Social representations: the beautiful invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38 (4), 411- 430.

Jodelet, D. (2009). Repprentazioni e scienze sociali: incontri e rapporti reciproqui. In A. Palmonari & F. Emiliani (eds), *Paradigmi delle rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.

Jodelet, D. (2011). Contribution de Serge Moscovici à la théorie de la connaissance. In I. Galli (ed), *Celebrazioni in onore du Serge Moscovici per il cinquantenario della theoria delle representazioni sociali*. Naples. (no prelo).

Jodelet, D. (ed) (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Käes, R. (1968). *Images de la culture chez les ouvriers français*. Paris: Cujas.

Lenoble, R. (1943). *Essai sur la notion d'expérience*. Paris: Librairie Philosophique J. Verin.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1961b). *Reconversion industrielle et changemant sociaux. Un exemple: la chapellerie dans l'Aude*. Paris: Armand Colin.

Moscovici, S. (1967). *L'Expérience du mouvement. Jean-Baptiste Baliani, disciple et critique de Galilée*. Paris: Hermann.

Moscovici, S. (1968). *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion.

Moscovici, S. (1972). *La société contre nature*. Paris: Union Générale d'Edition.

Moscovici, S. (1974). *Hommes domestiques et hommes sauvages*. Paris: Union Générale d'Edition.

Moscovici, S. (1976 [1961]). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1993). Toward a social psychology of science. *Journal for the theory of social behaviour*, 23 (2), 343-374.

Moscovici, S. (2002). *Ré-enchanter la nature. Entretiens avec Pascal Dibie.* Paris: Aube.

Moscovici, S. (2003). Le Premier Article. *Le Journal des Psychologues*. Numéro hors série, 10–13.

Moscovici, S. (2009). Os ciganos entre perseguição e emancipação. In M.S. Grossi Porto (ed), Dossiê: Representações sociais:

8

Leitura Epistemológica da Teoria das Representações Sociais

Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido

María A. Banchs
Universidade Central da Venezuela
Traduzido por Juliana Harumi Chinatti, do original em espanhol

O convite que recebi das colegas de Brasília, Recife e Vitória, para participar com um capítulo de livro comemorativo do cinquentenário da publicação da *Psicanálise, sua imagem e seu público*, imediatamente me remeteu a uma de minhas inquietações sobre a teoria: sua fundamentação epistemológica. Essa inquietação se deve à minha imersão em uma atmosfera acadêmica que, durante o período de emergência do discurso pós-moderno no cenário psicossocial, manifestou-se abertamente desfavorável, se não hostil, à Teoria das Representações Sociais.

Dentro desse contexto, tive a oportunidade de realizar conferências e publicar alguns textos em defesa da teoria. Nessas oportunidades, esclareci alguns erros cometidos por aqueles críticos que não tinham lido a obra original e a analisavam a partir dos textos que narram as investigações realizadas sob a perspectiva pós-moderna. No entanto, a reflexão na qual investi mais tempo e a

que mais desfrutei foi aquela que apresentei no Simpósio Internacional sobre Representações Sociais: Questões Epistemológicas, organizado, em 1998, por Margot Campos Madeira, na Universidade do Rio Grande do Norte.

Este capítulo aborda, com pequenas atualizações, o texto apresentado por mim naquela ocasião. Acredito que naquele momento de minha reflexão epistemológica, no qual lutava para enfrentar sozinha o desafio das duras críticas à teoria, essas questões estavam muito mais claras para mim e eu estava mais empenhada em respondê-las que hoje em dia. Para dar uma ideia ao leitor, basta dizer que tive de responder não apenas às críticas da minha colega Maritza Montero, mas às de seus convidados do doutorado em Psicologia da Universidade Central da Venezuela, entre os quais figuravam Tomás Ibáñez Gracia, Lupicin Iñiguez, Ian Parker e Erica Burman. Se não fosse pelos desafios que Maritza me colocou, provavelmente não teria mergulhado em águas tão profundas. Este capítulo é também uma oportunidade de, passados os tempos tumultuosos, agradecer-lhe pelas portas que seu inteligente debate me abriu.

O sugestivo subtítulo deste texto não é meu, peguei-o emprestado de Boaventura de Sousa Santos, o qual, de algum modo, sintetiza o objetivo de minha reflexão: entre tantos caminhos possíveis para abordar a análise epistemológica das representações

sociais, optei por fazer uma leitura da teoria à luz da discussão modernidade/pós-modernidade.

Na primeira parte deste texto, sintetizo alguns dos critérios sobre a crise paradigmática e a emergência da pós-modernidade. Em seguida, com base nesses critérios, analiso a teoria e encerro minha reflexão com algumas propostas para uma futura agenda teórico-epistemológica das representações sociais, que apontem para a produção do conhecimento a favor de um sentido comum, menos comum e com mais sentido.

Epistemologia e crise paradigmática

A crise da ciência, afirma de Souza Santos (1998), é também uma crise da epistemologia. Ora, que crise se viveu nas últimas duas décadas do milênio e o que devemos entender por epistemologia? A crise paradigmática, que fecha o século XX e marca a mudança de milênio, não foi, para esse autor, uma crise de crescimento da ciência, mas uma crise de decadência, ou seja, crise de paradigma que todas as disciplinas atravessam, uma crise que nos levou a questionar, de acordo com o referido autor, "a própria forma de inteligibilidade da realidade que proporciona um paradigma e não apenas os aspectos metodológicos e conceituais" (p. 18). O questionamento sobre a inteligibilidade do real, que implica uma crise paradigmática, pode ser feito a partir de uma epistemologia

centrada nas normas ou nos critérios formais de cientificidade ou, ao contrário, a partir de uma epistemologia centrada nas condições sociais em que a prática científica tem lugar.

A partir do ponto de vista disciplinar, esta epistemologia pode ser considerada uma ciência da ciência, uma filosofia da ciência, uma história da ciência ou também uma sociologia da ciência. Diante desse panorama, de Souza Santos (1989, p. 27) nos convida a uma reflexão epistemológica,"submeter a epistemologia a uma reflexão hermenêutica (o que) significa atribuir o valor de um sinal que se analisa de acordo com sua pragmática e não segundo sua sintaxe ou semântica (como seria o caso da reflexão epistemológica sobre a epistemologia)".

Qual paradigma está em crise desde aquele momento? O paradigma da modernidade, caracterizado pelo cientificismo, pela progressiva redução da prática à técnica, por uma epistemologia que investiga "as causas da certeza e da objetividade do conhecimento científico para deduzir daí a fundamentação do privilégio teórico e social" (de Souza Santos, 1989, p. 28). Este paradigma, por seu próprio desenvolvimento tecnológico, passou a ser justificado não por suas causas, mas pelas suas consequências. De maneira desapercebida, a reflexão epistemológica sobre as

causas tornou-se, de fato, um pensamento de consequências, deduzindo as causas das consequências.

Quais são os conteúdos do paradigma em crise e do paradigma emergente?

Ciência moderna e "ciência" pós-moderna

A crise do paradigma científico e a emergência do paradigma pós-moderno não podem ser desvinculadas de um contexto global e globalizante de mudanças, sem dúvida, relacionadas com o período histórico no qual surgem que, além do fim do século, é também do fim do milênio. Parece se tratar de uma crise abrangente, de uma mudança de *Zeitgeist*. Nela se destacam, de acordo com Fernando Mires (1996), a revolução microeletrônica, a revolução feminista, a revolução ecológica, a revolução política e revolução paradigmática. A extraordinária mudança que produziram as novas tecnologias de comunicação; o anúncio da morte iminente do patriarcado, corroído por um tipo de câncer que começou a crescer desde que a política nazista exaltou até as últimas consequências os valores viris do autoritarismo, da agressividade, da violência, da força, do sadismo (Badinter, 1986); a destruição do meio ambiente e a revolução ecológica; a queda do Muro de Berlim e a desdogmatização da ciência moderna, constituem expressões diferentes do mesmo

fenômeno. Para Mires (1996, p. 151), elas são "a cristalização, em diferentes áreas, de uma revolução, aquela que ‘ninguém sonhou’".

Falar sobre mudança de paradigma significa falar de uma mudança na maneira de ver, conhecer e pensar, consagrada oficialmente dentro de uma comunidade científica. Como um novo paradigma é sempre construído em contraposição ao que o precede, não podemos nos referir à pós-modernidade (termo, aliás, polissêmico), sem falar da modernidade. De acordo com Mires (1996, pp. 152-153), se é verdade que a modernidade acaba, é porque se desarticularam os conceitos sobre os quais ela se assentava.

A dissipação do quarteto utopia-política-ciência-história, que na Europa Oriental assumiu uma forma apoteótica, significa uma ruptura com as ideias da modernidade. Essa ruptura se realiza (paradoxalmente) de forma extremamente moderna, pois, para ser levada a cabo, recorre-se a algumas das tradições que deram origem à própria modernidade.

Assim como o paradigma da modernidade destronou o paradigma religioso, e assim como o desenvolvimento da ciência moderna se tornou uma segunda religião –o culto a Deusa Razão–, o paradigma da chamada pós-modernidade "assume o caráter de uma segunda secularização ou o que é parecido, radicaliza a lógica secularizante do século XVII, levando-a a um ponto que deixa de ser

assimilável por ela" (Mires, 1996, p. 159). Essa segunda secularização dessacraliza a Deusa Razão, desdogmatiza a ciência.

Entre os pilares epistemológicos que sustentam o paradigma moderno que foram se desintegrando, Mires (1996) inclui o princípio da *determinação causal*; o *naturalismo* que assimila as ciências sociais e as naturais; o *essencialismo* ou a busca da verdade por trás das aparências, a busca da verdadeira essência dos fenômenos; o *racionalismo,* que é também a "versão moderna entre o bem e o mal", tudo o que a ciência moderna não inclui dentro do racional torna-se, por exclusão, irracional; o *pensamento dicotômico*, de um ou de outro, o totalmente verdadeiro ou totalmente falso; o *transcendentalismo*, que aponta para um futuro preestabelecido implicando a noção de evolução progressiva; a crença na existência de uma *ordem universal*, objetiva e imutável e o consequente *objetivismo* oposto ao subjetivismo. A quebra da modernidade implica no surgimento da pós-modernidade.

O que importa aqui é esclarecer qual é a pós-modernidade que se deseja. Porque, e isto é algo que tem a ver com paradigmas, ninguém tem o direito de se apropriar do futuro em nome de algum ideal, por mais belo que possa parecer. O futuro é um cheque em branco /.../. Quanto podemos ou queremos determinar, é uma opção. /.../ Na ausência de um futuro pré-fixado, não há alternativa senão a de ser responsável pelo que acontece. E, talvez, a era da

pós-modernidade possa ser, no final, a de prestação de contas. Essa seria “a outra pós-modernidade’ (Mires, 1996, p. 164).

Nesta quebra da modernidade e, especificamente, no que diz respeito à ciência moderna, poderíamos identificar cerca de duas fases. A primeira é a desdogmatização da ciência, profundamente enraizada no positivismo. É a crise dos anos 70 e 80 do século XX, durante os quais se desenvolveu o que poderíamos chamar de antipositivismo. A segunda seria a década dos anos 80-90 do mesmo século, que poderíamos identificar como a do pós-positivismo, do pós-dogmatismo ou da pós-modernidade.

A pós-modernidade, diz Mires (1996), é modernidade, já que nela se opera uma ruptura que é também continuidade. A pós-modernidade é a era pós-cartesiana. Para romper com Descartes, Descartes é preciso. Essa ruptura, segundo esse autor, poderia ser assim enunciada:

> o recurso de explicar as coisas de uma forma ou de outra, não tem nem deve levar sempre a um mesmo resultado ou, o que é parecido, dois resultados diferentes podem ser ao mesmo tempo certos, dependendo do lugar, da posição e ponto de vista daqueles que argumentam. (1996, p. 165)

O biólogo Humberto Maturana (1997) desenvolve essa ideia em detalhes. Para ele, os seres humanos são humanos na linguagem,

tanto como observadores como conhecedores, se não estamos na linguagem não há reflexão. “Explicar é sempre propor uma reformulação da experiência pelo explicar, o que resulta aceitável para o observador” (p. 45). Somente quando o ouvinte aceita nossa reformulação da experiência como explicação, essa reformulação torna-se explicação: “o ouvinte é o que constitui uma reformulação da experiência como uma *explicação* ao aceitá-la como tal” (p. 46). Se, no entanto, o ouvinte não aceita minha reformulação da experiência, é porque ela não expressa o que ele quer ouvir. Em outras palavras, “é o critério que se utiliza para aceitar ou rejeitar uma proposição explicativa que determina que essa proposição explicativa seja ou não uma explicação” (p. 46). Isso significa que uma explicação pode ser válida ou inválida de acordo com o ponto de vista do destinatário. Coexistem, então, várias explicações para o mesmo fenômeno.

Estes postulados filosóficos se originam na física quântica. Uma de suas conclusões é que a realidade não tem essência

> posto que, se há essência, ela nada mais é que a realidade em seu permanente processo de formação em um mundo constituído de partículas que não aparecem sem a presença do observador, que tampouco pode determiná-las objetivamente, e que só se produzem na medida em que se

relacionam entre elas e dentro delas cooperativamente. (Mires, 1996, p. 169)

Sem pretender detalhar os vários postulados derivados do rompimento dos pilares da ciência moderna, entre as ideias mais frequentemente mencionadas estão:

- a admissão plena da realidade como uma construção social,
- o questionamento da existência de uma verdade,
- a passagem de uma ciência das causas para uma ciência das consequências,
- o reconhecimento da subjetividade como parte do processo de produção do conhecimento,
- o questionamento da ciência como correspondência do que existe no mundo fora do observador,
- a superação de várias dicotomias, tais como sujeito/objeto, ciência/senso comum, essência/aparência, razão/desrazão, ciências humanas/ciências naturais, etc.

Algumas dessas questões estão intimamente ligadas à teoria das representações sociais que, finalmente, estamos nos

aproximando após essa longa, ainda que fugaz, passagem pela discussão epistemológica e paradigmática.

As Representações Sociais: uma teoria moderna ou pós-moderna?

Esta pergunta me leva diretamente a outras: existe uma teoria pós-moderna? Faz sentido uma teoria para alguns pós-modernos? A pós-modernidade é o fim do pensamento teórico e começo do dogmatismo metateórico? Até onde eu sei, pelo menos na psicologia social não existem *"teorias pós-modernas"*, embora alguns autores, entre eles Potter e Wetherell (1987), consideram a análise do discurso, mais que um método analítico, constitui um esquema teórico.

Entretanto, não vou enveredar por esse caminho sobre teoria/metodologia porque, de alguma forma, já incursionei anteriormente nessa linha (Banchs, 1994, 1996). Parece-me central refletir sobre algumas críticas metateóricas ao conceito de representações sociais. Como sabemos, a psicologia social surge na Europa, mas adquire identidade nos Estados Unidos. Lá, se desenvolve tardiamente em comparação com o período de "americanização", como chama Martín Baró (1993). As razões que explicam o longo período de silêncio, quase absoluto, da psicologia social europeia do século XIX até meados do século XX não têm sido

suficientemente explicitadas. Obviamente, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial têm muito a ver com essa ausência, porém faz falta escrutinar com mais detalhes esse meio século de anestesia. Para isso, contribuíram Moscovici e Marková (2006) em sua história oculta da criação desta disciplina. Nesse contexto europeu, creio que a obra publicada em 1972 por Israel e Tajfel é um marco com o qual se inicia o desenvolvimento de uma psicologia social crítica, assumida por uma parte da comunidade científica. Acredito também que, dos desenvolvimentos europeus entre os anos 60 e 70 do século XX, a teoria que mais adquiriu relevância e se tornou praticamente um paradigma é a das representações sociais. Ao fundamentar essa teoria, Moscovici (1961) o faz se opondo explicitamente à hegemonia behaviorista, ao dogmatismo do paradigma científico dominante, assim como ao seu individualismo, ao seu ahistoricismo, à sua visão dicotômica entre sujeito/objeto, ao estímulo/resposta, ao seu atomismo fragmentador da realidade social em micropartículas etc. Ou seja, já em 1961, Moscovici propõe uma teoria crítica, expressa na linguagem metafórica de uso proibido pela ciência rigorosa, uma teoria ou conjunto de ideias e conceitos que não poderiam, de forma alguma, ser localizados dentro do paradigma positivista, até então, dominante. Daí que ela adormeça por uma década para despertar quase como uma fénix surgindo das cinzas, porque uma teoria que não circula é como uma língua morta, ou seja, uma bela adormecida

que ficou paralisada no tempo. Mas quando acorda, recupera rapidamente o tempo que ficou adormecida e prolifera de tal forma e com tal rapidez, que vive em dez anos, o que teria vivido em vinte anos. De alguma forma, hegemoniza a psicossociologia europeia nas últimas três décadas do século XX. É nesse momento, quando as críticas ao dogmatismo positivista já tinham sido incorporadas, ou seja, introduzidas no corpo e na mente dos psicossociólogos mais heterodoxos, que emerge a discussão pós-moderna dentro da nossa disciplina, incidindo seus argumentos questionadores sobre as representações sociais. É desnecessário lembrar o número e a variedade de objeções levantadas contra a teoria. Para responder a essas críticas, Margot Campos Madeira organizou em Natal, 1998, reunião que convocou um grupo de estudiosos da teoria para realizar uma espécie de introspecção, atualização, reflexão coletiva como comunidade acadêmica, em torno dos princípios epistemológicos das representações sociais.

Ciência e Poder

Algo que chama a atenção como denominador comum das críticas pós-modernas às representações sociais é a virulência (a de Ian Parker, 1989, é ilustrativa nesse sentido). Perguntei-me mil vezes por que os escritos de Moscovici despertam tanta paixão. Pode ser que essa paixão se deva ao estilo direto, desmascarado e afirmativo

com que ele se expressa. No entanto, é difícil pensar que uma crítica tão apaixonada e devastadora possa se desvincular das relações de poder. Do ponto de vista clínico, podemos nos perguntar se ataca ao Pai ou ao Patriarca? Pessoalmente, como feminista insubmissa e antipatriarcal, não acho que possamos rastrear, no estilo metafórico e muitas vezes poético da retórica moscoviciana, a pegada do patriarca. Mas, tanto a teoria como o seu criador, gostemos ou não, estão investidos de poder. A produção intelectual de Moscovici tem dominado a cena psicossocial europeia desde que começou a publicar, não pela intenção de dominar senão pela paixão de investigar, de inventar.

Toco pela periferia este argumento do poder, porque está no centro da discussão pós-moderna. Munné (1989) se refere a ele distinguindo o objeto do objetivo da teoria. Quando uma teoria assume postura monista, anti-pluralista, se diz,

> o objeto está limitado, no entanto o objetivo pretende ser globalizante e monopolizar. A partir daí, o monismo tenta suprimir a contradição (entre o objeto e o objetivo), alterando o objeto para adequá-lo ao objetivo. Entretanto, o pluralismo procura sintetizá-lo. (p. 45)

Acredito que, pelo menos em seus primeiros escritos, em sua versão bruta, o socioconstrucionismo pós-moderno assume uma

postura monista. Esquece que a inabarcabilidade do nosso objeto de estudo conduz necessariamente ao pluralismo teórico, paradigmático e metaparadigmático.

Referindo-se, também, às relações entre ciência e poder, de Souza Santos (1989) nos propõe analisar as condições sociais, culturais e políticas da produção de conhecimentos e, em particular,

> as relações de poder dentro e fora da comunidade científica e esclarecer, assim, os mecanismos por meio dos quais dos quais se cria 'consenso científico' e se orienta o desenvolvimento da ciência matriz para favorecer (sistematicamente) certas áreas de investigação, em detrimento de outras. (p. 137)

Essas análises se voltam depois para as estruturas do poder científico e do poder *tout court* na sociedade. Como afirma Foucault (1969), o conhecimento é poder. A comunidade científica está eivada de relações de poder que estabelecem desde os cânones aceitos para publicação (como nos lembra Rouquette, 1998), até os financiamentos, difusão, tradução e distribuição de textos científicos. Basta uma análise das referências bibliográficas dos textos da disciplina para descobrir neles a presença de comunidades autoafirmativas. Chama a atenção, por exemplo, que a obra original de Moscovici (1961) tenha esperado quase cinquenta anos (até 2008)

para ser traduzida para o inglês e que a única edição em espanhol (1979) foi de 2.000 exemplares que circularam entre psicanalistas argentinos, sem ter tido reedição.

Em relação à questão do poder, no entanto, seria absurdo que nós, que trabalhamos a partir desta perspectiva teórica, assumíssemos a posição de oprimidos. Pelo contrário, não podemos deixar de nos perguntar: o que se tem feito a partir de uma posição de poder e o que se deixou de fazer? Quais as consequências do que foi dito e do que se deixou de dizer, já que os silêncios também constroem realidades? Durante o período de crise paradigmática, houve em diversas comunidades acadêmicas (Espanha, Inglaterra, Venezuela) uma forte polarização a favor do socioconstrucionismo como porta-bandeira da pós-modernidade, contra as representações sociais e uma luta pelo poder. Mas, além disso, creio que para nós o mais importante é interrogar sobre o uso ou o abuso do poder que a comunidade científica europeia conferiu aos estudiosos das representações sociais, quando se apropriou da teoria por considerar que com ela se poderia preencher de conteúdos o vácuo social da psicologia social *mainstream*.

Representações, linguagem, verdade e realidade

Um eixo polêmico interessante é o caráter ontológico da realidade social. Este tema também é um denominador comum da

reflexão pós-moderna. Ibáñez Gracia critica o uso do termo representação já que, em sua opinião,

> nada representa nada se não for por meio de uma convenção, nada toma o lugar de outra coisa se não é por meio de uma decisão. O que chamamos de 'representações' são construções mediatizadas socialmente, que não suportam qualquer vínculo 'natural' com aquilo que é 'representado'. Uma longa e velha tradição de pensamento, tem objetivado a representação como a reprodução, mais ou menos clara, do que se representa. (Räty, 1979, citado por Ibáñez Gracia, 1992, p. 24)

A ideia de uma realidade externa pronta, que se reproduz na mente das pessoas é questionada desde o início por Moscovici (1961). A representação, diz ele em sua primeira obra, não deve ser confundida com a imagem, porque a imagem é a impressão do objeto no sujeito, enquanto que a representação é uma reconstrução. Em sua longa resposta à crítica de Jahoda (1988), Moscovici (1988) retoma esse tema quando distingue a noção durkhemiana de representação coletiva como realidade constituída e existente fora do sujeito, que lhe é imposta e o constrange, da noção de representação social como realidade constituinte, construída na

interação face a face e essencialmente dinâmica. É claro que, para Moscovici, as representações sociais têm caráter processual:

> na realidade o que tínhamos em mente eram representações que estavam sempre se fazendo no contexto de inter-relações e ações, que estavam também se fazendo. /.../ Era a minha intenção entender a inovação mais que a tradição, uma vida social em construção, ao invés de uma vida preestabelecida (Moscovici, 1988, p. 219).

O caráter construcionista das representações é permanentemente sublinhado pelo criador dessa teoria. Não se trata apenas de construções cognitivas, são sociais porque se constroem na interação e constroem, por sua vez, o objeto do qual são uma representação. Além disso, Moscovici (1988) nega a dicotomia sujeito/objeto que subjaz à noção de realidade constituída. Distingue as representações contemporâneas dos mitos justamente pelo caráter constituinte daquelas frente ao caráter constituído destes. No entanto, de acordo com Ibáñez Gracia (1992), o construcionismo de Moscovici é um "construcionismo pela metade" já que a concepção representacionista do conhecimento é um obstáculo à medida que representa corretamente aquilo sobre o qual versa. O outro obstáculo atribuível à teoria é que se presume o *cérebro* como a sede e a fábrica do conhecimento. Esse princípio fundamental da

ciência moderna, que considera a mente como um espelho da realidade, é reiteradamente negado por Moscovici, na medida em que considera a reapresentação como uma reconstrução, por meio da linguagem em interação com outros, do que observamos como objetos em nosso entorno.

O próprio Gergen (1996), em um de seus artigos, centrado na relação entre linguagem-verdade-mundo, assume uma posição que aceita a linguagem como uma representação, quando afirma que sua preocupação inicial "será a relação entre o mundo e *a linguagem projetada para representá-lo*" (pp.140-141, grifo meu), aceitando com essa afirmação a noção de um mundo que pode ser representado linguisticamente. Nesse texto, após revisar a crítica ideológica, a crítica literário-retórica e a crítica social da ciência moderna, Gergen opta por esta última, abandonando, aparentemente, a sua antiga posição centrada no enfoque retórico-discursivo como construtor de realidades. “Não são os contornos do mundo, a ideologia subjacente ou a história textual que dão forma às nossas concepções de verdade e do bem. É, antes, o processo social” (p. 157). A língua é traduzida como uma forma de exploração social. Gergen diz que

> se concedemos à crítica social ‘espaço ontológico’, também, podemos recapturar o significado da crítica ideológica /.../, destacando as implicações pragmáticas do discurso em questão. /.../ *o foco se desloca para os modos em que o discurso opera nos modos de relações. Deixando de lado questões de motivo e verdade, quais são as repercussões sociais dos diversos modos do discurso?* (1996, p. 160, grifo meu)[1].

Independentemente da posição que autores, que se localizam dentro ou fora do paradigma pós-moderno, possam ter em relação ao caráter ontológico de nosso objeto de estudo, o importante é esclarecer como nos posicionamos em relação aos pontos relevantes que foram tornados visíveis através das críticas. Nesse sentido, pergunto-me: qual é, para cada um de nós, a natureza ontológica de nosso objeto de estudo? Pessoalmente, identifico-me com aquela versão que de Souza Santos (1989), assim, resume:

---

(1) Por sua vez, Ibáñez (1996) parece permanecer focado no discurso, quando diz: "Nós não podemos apreender qualquer objeto e comunicar sobre ele sem construí-lo através de categorias de linguagem, através das categorias que medeiam nossa forma de pensar sobre a realidade. As pessoas não vivem em um mundo de representações, mas em um mundo de produções discursivas e isto implica uma grande diferença "(p.137).

> [O fato de que exista uma diferença radical entre os objetos de conhecimento e seus referentes na realidade material], não significa que sua existência seja negada ou que o conhecimento que se obtém não tenha qualquer correspondência com ela. É certo que deixa de ter sentido a busca da verdade absoluta, de uma cópia inteiramente fiel da realidade. O conhecimento é sempre falível e a verdade é sempre aproximada e provisória. Contudo, nem todo conhecimento é igualmente falível e o fato de que o conhecimento e mundo material sejam realidades qualitativamente diferentes não significa que não existam relações entre elas. (p. 72)

Representações, processos e estrutura

O fato de que as representações sociais sejam construcionista e que até a própria noção de objeto, na teoria, seja considerada como uma construção (o sujeito e objeto se constituem reciprocamente), não implica que a teoria negue a existência de um conteúdo mental ou, tampouco, como se diz de forma absurda, que este se aloje *no cérebro*(2). Ao negar os conteúdos mentais, os socioconstrucionistas radicais retornam à caixa-preta de Skinner e negam, indiretamente, a memória social e o caráter intrinsecamente histórico dos fenômenos sociais que eles mesmos enfatizam (Ibáñez Gracia, 1989). O problema que a posição discursivista coloca é exatamente o lugar dos dis

(2) Parker, referindo-se às representações sociais assinala: "porque as representações são imaginadas para operar dentro da cabeça do indivíduo que elas são efetivamente 'individual'" (1989, p. 98).

cursos –se não estão na mente, onde estão eles? – e o lugar do simbólico –onde podemos localizá-lo? Na teoria das representações aceita-se a existência de uma estrutura cognitiva e de uma estrutura social. Na estrutura cognitiva, mantêm-se valores, ideias, normas, esquemas que constituem uma impressão histórica, uma memória social. Negar às representações sociais a dupla face processual dinâmica e portadora da marca cultural transgeracional, é negá-la como teoria. Ou seja, as representações são ao mesmo tempo forma e significado, estruturas e processos. São, simultaneamente, icônica e simbólica.

No entanto, os estudos estruturais das representações sociais parecem dar um lugar secundário ao social. Na verdade, o descuido do processual, do social, do papel da interação entendida como simbólica, ou seja, como espaço de construção de significados, é algo que convida a refletir. Por outro lado, não sei se tomamos consciência de que, na maioria das vezes, quando encontramos na literatura alusões aos processos, se está referindo justamente ao menos processual da representação, ou seja, a seu núcleo central. Confundimos, então, processos com mecanismos, o que poderia implicar, por analogia, uma confusão da face figurativa (estrutura ou núcleo central) com a face simbólica (processo social), a face constituída com a constituinte, afastando-nos perigosamente do caráter integrador da teoria (Banchs, 1998). Alerto, nesse sentido, e também na direção oposta: as abordagens processuais negligenciam o estudo da estrutura ou a face figurativa das representações sociais. Uma discussão que não podemos desvincular desses polos são os modos de abordagem metodológica: a abordagem estrutural inserida em um modelo experimental e quantitativo (análises estatísticas sofisticadas) e a abordagem processual (entendida como um processo de construção social) inserida em um modelo hermenêutico e qualitativo. A corrente estrutural se aproxima bastante do sociocognitivismo estadunidense, enquanto que o que estou chamando corrente processual se

aproxima do socioconstrucionismo do paradigma emergente. Como articular uma e outra forma de abordagem do nosso objeto de estudo (o conhecimento do senso comum) à luz de pressupostos teóricos? A resposta a essa interrogação é uma agenda de trabalho, já que não me refiro à possibilidade de recorrer à triangulação que nos convida Flick (1992), mas ao desenho de estratégias de abordagem que nos permitam captar tanto o processual como o estrutural, tanto o constituinte como o constituído.

Representações, objetividade e subjetividade

Não saberia dizer se a ideia de que existe uma validade científica, que não é um produto de consenso social entre os membros da comunidade acadêmica, mas produto da aplicação rigorosa de um modo de apreender a realidade, está presente ou não no primeiro texto de Moscovici sobre Representações Sociais. Por um lado, quando Moscovici argumenta as razões para definir a psicanálise como ciência, fica claro que sua posição se afasta da ciência oficial, da ciência positivista. Critica que se rejeite o título de ciência à psicanálise por não cumprir as exigências epistemológicas da ciência positivista: utilizar métodos experimentais, verificáveis, quantitativos. Explicitamente, ele afirma: “quando se declara isto como ciência e aquilo como não-ciencia, invoca-se critérios de demonstração e de rigor e não de descoberta e de fecundidade.

Seguindo os últimos, a psicanálise tem justificado amplamento o lugar que ela ocupa" (1961/76, p. 29).

Por outro lado, quando especifica as técnicas de coleta de dados que utiliza, encontramos presente a ideia de uma ciência que poderia se validar ou poderia aspirar a estabelecer leis universais. Isso se infere de algumas expressões e frases como: "Eu impus limites draconianos à generalidade dos resultados obtidos" (Moscovici, 1961/1976, pp. 29-30), ou "Estas técnicas são muito simples e flexíveis para dar resultados válidos sobre os pontos particulares que nos interessam" (p. 30), ou ainda

> O desejo de sondar todo o horizonte que se abriu me levou, às vezes, a me afastar do que se admite como *estrita doutrina empírica*, com a perspectiva de retomar um dia, com melhores meios, para consolidar as observações *insuficientemente sustentadas*" (p. 34, grifo meu).

O fato de justificar seu distanciamento dos critérios de rigor científico da época é que nos faz pensar que os acolhe. Talvez essa tenha sido uma estratégia retórica necessária, pois adiantava as insuficiências que a ciência vigente poderia encontrar em seu trabalho.

No entanto, o que vale a pena aqui, mais que nos determos na análise do texto original da teoria (Moscovici, 1961), é discutir o que foi e o que queremos que seja, a partir de agora, a postura

epistemológica das representações sociais. De que lado estamos? De que lado queremos estar? É possível nos situarmos na fronteira com um pé aqui e outro lá? Nesse sentido, acho que não se trata do uso de um método ou de outro, mas da hipótese da existência de uma validade cientifica conduzida por um método ou outro. Pessoalmente, não compartilho o ponto de vista que define a objetividade em termos de validade consolidada pelo uso adequado de procedimentos e métodos de coleta e análise dos dados. Esta é uma ideia claramente contraditória a respeito do caráter construcionista, sobre o qual se fundamenta a teoria, bem como a respeito do seu caráter dialético que nega a dicotomia sujeito/objeto. Parece importante discutirmos aqui a relação metateoria/teoria/metodologia, pois, como afirma de Souza Santos (1989)

> A teoria exerce um comando pacífico sobre todo o processo de criação do conhecimento científico. A teoria não é entendida aqui, à maneira empirista, como um mero sistema de organização e classificação de fatos pré-constituídos. É, antes, um modo específico de conceituar a realidade que transforma essa em objetos teóricos, com base nos quais é possível formular hipóteses e proceder a sua validação. Teoria é não somente o conhecimento que se produz (teoria substantiva), mas

> também o modo como se produz (teoria processual ou método). Há, portanto, uma diferença radical entre os objetos de conhecimento e seus referentes na realidade material (p. 72)

O que se considerava objetividade, em termos de rigor, controle, pureza e assepsia do cientista e de seu método, é algo, penso eu, cuja crítica é compartilhada por todos nós. Como sabemos, a objetividade é uma regra de consenso no seio da comunidade científica. Creio que devamos discutir como defini-la dentro de nossa comunidade, já que a objetividade deixa de ter um sentido unívoco, tendo adquirido caráter polissêmico. Alguns se centram em revelar sua própria subjetividade como estratégia para garantir a objetividade, outros na análise do contexto social dentro do qual se produz o conhecimento. Em Maturana (1997), conseguimos uma interessante observação que, seguindo seu conceito de explicação, leva-o a distinguir dois tipos de objetividade que refletem duas atitudes sobre a capacidade de conhecer do observador, e que são, ao mesmo tempo, 'dois caminhos de relações humanas'. A objetividade sem parênteses é o caminho explicativo que não questiona a origem das capacidades do observador. Por este caminho nos comportamos "como se tivéssemos a capacidade de fazer referência a entes independentes de nós, a verdades cuja

validade /.../ não depende do que fazemos" (p. 47). A objetividade entre parênteses segue o caminho do questionamento sobre a forma como podemos observar, afirmar, perceber, enganar-se etc. Quando indagamos seriamente esse assunto, chegamos à conclusão de que "os seres humanos, os seres vivos em geral, não podem distinguir, na experiência, entre o que chamamos ilusão e percepção como afirmações cognitivas da realidade" (p. 50).

Maturana (1997) ilustra esta segunda posição fazendo a distinção entre mentira e erro. Quando mentimos, sabemos que o que dizemos, naquele momento, não é válido. Ao contrário, quando cometemos um erro não sabemos, no momento, mas apenas posteriormente, por suas consequências. Damo-nos conta de ter cometido um erro quando se desvaloriza uma experiência em relação à outra experiência que se considera indubitavelmente válida. Isto implica que me apoio em juízos de valor para determinar o que é certo ou o que é errado, o que é válido ou inválido. Não quer dizer que os objetos não existam ou não possamos "especificar certo domínio de referência que sinto como existindo independentemente de mim" (p. 51). Colocar a objetividade entre parênteses significa, para Maturana, que não posso pretender ter a capacidade de fazer referência a uma realidade independente de mim, e que me encarrego disso na tentativa de entender o que se passa, "/.../ não fazendo referência alguma a uma realidade independente do observador para validar a minha explica-

ção" (p. 51). Penso que deveríamos discutir entre nós se epistemologicamente é coerente acolhermos um ou outro tipo de objetividade ou se ambas as posições podem ser mantidas sob o mesmo paradigma; em outras palavras, devemos discutir se para nós a objetividade é a propriedade de algo que corresponde à realidade ou é o consenso alcançado sobre algumas formas de explicação.

Teoria, verificação, descoberta ou inovação

Em diversas oportunidades, Moscovici (1963, p. 254) nos convidou a focarmos mais na descoberta que na verificação. A questão fundamental, diz ele, "não é o status científico de um determinado método, o problema é a função dos métodos: foram projetados mais para verificar do que para descobrir?". Retomando esse assunto, Räty e Snellman (1992) comparam a posição de Moscovici com a dos discursivistas e a dos positivistas:

> Em comparação com ambas, a teoria positivista tradicional e a moderna análise do discurso, o conceito de descoberta em Moscovici aparece, pelo menos, como algo indisciplinado, já que sua teoria não é forte no sentido de definir uma metodologia. Parece claro que a questão da descoberta versus a verificação requer uma discussão sobre os paradigmas de investigação.

Por outro lado, Moscovici reivindica o caráter criativo, inovador do sujeito epistêmico, ou seja, o produtor de conhecimento. Vale a pena, então, discutir o que devemos entender por demonstração, verificação, descoberta, inovação.

Demonstração e verificação

Apoiado em Vico, como um precursor do construtivismo, e em um crítico anônimo que, em 1711, analisou sua epistemologia, Glasersfeld (1996, p. 28) define o conceito de demonstração utilizado por este último em termos semelhantes aos contemporâneos "uma demonstração sólida de que o que se afirma é verdade sobre o mundo real". Essa postura, assinala Glasersfeld, mostrava a total incompreensão do crítico, pois, ao exigir uma demonstração da verdade, desconhecia a concepção diferente que Vico tinha sobre conhecimento e sua relação com o mundo real. Ainda que o construtivismo não seja o mesmo que o construcionismo social, pois reconhece as estruturas cognitivas que construímos, partilha a ideia de que não existem relações de correspondência ou semelhança entre conhecimento e realidade. A palavra demonstração poderia estar relacionada com a palavra verificação. A concepção hipotético-dedutiva, que conduz à verificação de hipóteses, concepção que se baseia no método experimental, merece ser esclarecida. O que significam as hipóteses nos experimentos sobre representações sociais? Que papel de-

sempenham os experimentos? Em que modelo de ciência estão inscritos?

Passo, a partir daqui, ao outro polo. Do experimento ao argumento.

Descobrimento: a metáfora do continente submerso

De acordo com Gergen (1989), entre os artifícios retóricos que utilizamos para construir linguisticamente uma garantia de objetividade, que presume a independência sujeito-objeto, encontramos a *metáfora do continente submerso.* Essa metáfora está em jogo quando descrevemos os fatos utilizando palavras que distanciam o sujeito cognoscente do objeto do conhecimento. Pressupõe que o pesquisador explorou o mundo e encontrou algo novo, um tesouro escondido. Nas palavras de Gergen:

> O continente oculto é, neste caso, a entidade fática e o cientista explorador se dedica, fundamentalmente, a localizar a posição exata do continente, proporcionar notícias sobre sua existência e preparar os outros para que possam visitá-lo. Em muitas ciências a terra descoberta pode receber o nome do explorador. Os astros, as zonas do cérebro, etc, /.../ muitas vezes, levam o nome de seus supostos descobridores. Assim, a pessoa é bombardeada com frases como "Smith DESCOBRIU o efeito...", "Jones ENCONTROU...", "Brown DETECTOU que..." etc (p. 176. grifos meus).

Sabendo, então, que a palavra descoberta é objeto de suspeita para alguns pós-modernos radicais, podemos nos perguntar: se, seguindo a proposta de Blumer (1937) e da corrente processual do Interacionismo Simbólico(3), mergulho no mundo empírico sob estudo para descobrir nele a sua natureza, estou caindo na dicotomia sujeito/objeto? Estou sendo empirista? E, se não posso mergulhar nesse mundo, onde vou descobrir o que busco? É válida a palavra descoberta?

Quando realizo entrevistas em profundidade ou recolho informações em grupos focais, onde estou procurando informação? Por acaso não estou conhecendo algo que antes desconhecia? Quando conheço algo que antes desconhecia, não o estou descobrindo?

Entendo que, ao utilizar a comparação verificação-descoberta, Moscovici nos convida a abandonar o enfoque de corroborar hipóteses e a adotar, preferencialmente, um enfoque criativo, inovador, que produza novos conhecimentos. Em suma, somos chamados a assumir uma busca ativa, um comportamento proativo, que está à frente dos acontecimentos e os prevê com antecedência.

---

(3) O Interacionismo Simbólico é um enfoque que compartilha semelhanças epistemológicas tanto com a teoria das representações sociais, como com a teoria de Berger y Luckman sobre a Construção Social da Realidade (1973) e a metateoria socioconstrucionista. A ideia de construção de significados na interação, a ideia do ser humano como agente, de seu caráter reflexivo, a crítica à metodologia positivista e empirista tradicional, à posição hermenêutica, a preferência por métodos qualitativos, são, entre outras, características mutuamente compartilhadas.

Da descoberta à inovação

Retomo o tema da construção. Esse foi o foco de minha reflexão. Em suas "Observações Preliminares" da *Psychanalyse, son Image et son Public,* Moscovici (1976), em termos muito claros, refere-se a como, quando produzimos conhecimento, contribuimos para a construção de um senso comum que se nutre da ciência e como esse senso comum é o produto dessa:

> As ciências inventam e propõem a maior parte dos objetos, dos conceitos, das analogias e das formas lógicas que usamos para resolver nossas tarefas econômicas, políticas ou intelectuais. O que se impõe como dado imediato aos nossos sentidos, de nosso entendimento, é, na verdade, um produto secundário, retrabalho de pesquisas científicas. Este estado de coisas é irreversível. Ele corresponde a um imperativo prático. Por quê? Porque não esperamos, mas nos apropriarmos da maior parte dos conhecimentos que nos concerne (p. 22).

No momento em que Moscovici (1976) afirma isso, não está pensando em sua própria teoria como produtora de conhecimento, mas na ciência em geral. Atualmente, se aceitarmos que os conhecimentos que produzimos são construtores de realidades, construtores de um senso comum, creio que necessariamente nós também devemos

aceitar que, há cerca de cinquenta anos, estamos produzindo realidades, produzindo o senso comum através da própria teoria das representações. Negar isso seria negar o próprio princípio da teoria.

Em seu primeiro texto sobre a teoria, Moscovici (1976) nos fala sobre estudar a gênese do senso comum:

> para a nossa sociedade, a questão dos meios pelos quais conseguimos formar uma concepção concreta de processos materiais, psíquicos, culturais, a fim de compreender, de comunicar ou de agir /.../ em outros termos, a gênese do novo senso comum, doravante associada à ciência, inscreve-se entre suas preocupações teóricas e práticas essenciais. (p. 22)

Até aqui estaríamos no campo da descoberta. O que, de alguma forma, sugerem alguns dos adeptos do novo paradigma é passar do estudo da gênese ao estudo das consequências. Isso seria, em minha opinião, passar da descoberta à inovação, ou seja, localizarmos no campo do impacto social o que podemos ou queremos alcançar quando fazemos o que fazemos com o nosso trabalho acadêmico.

Passo, então, a assumir pessoalmente e a propor algumas ideias, procedentes da discussão paradigmática emergente, para uma nova agenda teórica das representações sociais.

Proposta para uma nova agenda teórica das representações sociai

Apesar de que os escritores pós-modernos têm, com frequência, um sabor pessimista e até depressivo, quase todos concordam que a desdogmatização da ciência moderna deveria conduzir à plena assunção do nosso compromisso político e social. Apesar da proibição de falar do progresso e de negar uma visão de futuro e uma possível utopia, entendo que se trata de uma redefinição de alguns termos, cujo uso excessivo os tenha desgastado, os tenha deixado vazios de significado. Assim, nas propostas de mudança paradigmática, leio que a palavra utopia se traduziu na palavra paradigma. O paradigma é, agora, um termo que se tornou parte da linguagem cotidiana. A mudança de paradigma é a utopia. E do que se trata essa mudança de paradigma?

Retorno aqui à reflexão de Boaventura de Souza Santos, com qual comecei essa discussão. De Souza Santos (1989) propõe que se avance de uma primeira ruptura epistemológica, que ocorreu quando a ciência moderna rompeu com a filosofia e se afastou do senso comum, a uma segunda ruptura que faria o oposto, ou seja,

romper com a primeira ruptura epistemológica e passar a conceber um reencontro da ciência com o senso comum. Santos lembra que a crise final da ciência moderna “começou com a crise do paradigma que melhor dá conta dela: a epistemologia bachelardiana” (p. 36). Esse paradigma dos limites da ciência continua sendo um fator de ordem e suas aquisições não devem ser abandonadas, mas relativizadas. Trata-se de avançar rumo a uma nova relação entre ciência e senso comum. No entanto, a dupla ruptura epistemológica não significa que a segunda elimine a primeira e que se regresse à situação anterior a ela.

> A condição teórica mais importante é que o senso comum só poderá desenvolver plenamente a sua positividade dentro de uma *configuração cognitiva*, na qual tanto ele como a ciência moderna se superem para dar lugar à outra forma de conhecimento. /.../ Enquanto que a primeira ruptura é imprescindível para constitutir a ciência, mas deixa o senso comum como era antes dela, a segunda transforma o senso comum baseado na ciência (de Souza Santos, 1989, p. 41).

Na primeira ruptura, tratou-se de compreender como se faz ciência, com a segunda ruptura buscamos saber para que queremos ciência.

Esta segunda ruptura implica passar do estudo das causas ao estudo das consequências já que, “em um processo histórico de hegemonia científica, as conseqüências são as únicas causas da ciência”, o que torna necessário avaliar as consequências da ciência e do sentido de mundo moldado por ela. Esta mudança de abordagem significa que

> A reflexão epistemológica passa a incidir sobre os usuários (os destinatários, sujeitos ou vítimas das consequências) do discurso científico. /.../ O universo dos usuários está constituído tanto pelos cidadãos como pelos cientistas, e a reflexão epistemológica deve ser destinada a aumentar a competência linguística de ambos os grupos de usuários e, portanto, a comunicação entre eles, sem deixar de /.../ ignorar as diferenças estruturais /.../ que os separam (de Souza Santos, 1989, p. 29).

Assumir essa postura coloca o objetivo da ciência fora dela, objetivo que de Souza Santos (1989) define como a democratização e o aprofundamento da sabedoria prática. Trata-se de um processo de

humanização da ciência, em que a ética passa a ocupar o primeiro plano da cena, a converter-se no princípio orientador do desenvolvimento científico. Essa humanização significa abandonar a Deusa Razão para dar lugar à emoção, sem divinizá-la. Significa assumir a responsabilidade pelas consequências de nossos trabalhos.

Apesar de Mires (1996) não se referir a uma primeira e segunda ruptura, mas a uma primeira e segunda secularização, essa última seria, antes que secularização, uma espiritualização mas não uma sacralização, já que isso implicaria retornar ao *status quo* anterior. Nas reflexões pós-modernas, encontramos a busca por respostas frente ao asfixiante individualismo, à solidão, ao isolamento, aos progressivos processos de exclusão e de elitização, que surgem, entre outras coisas, da globalização e das novas tecnologias de informação. Neste mundo globalizado em que vivemos, estamos, ao mesmo tempo, mais unidos e mais separados, unidos por outros vínculos (tecnológicos) e separados dos mais próximos a quem os processos simbólicos, afetivos e sociais nos ligam.

Estes princípios já começaram a penetrar na construção de um novo senso comum na medida em que se difundem, cada vez mais, nos meios de comunicação de massa. Por exemplo, não é raro encontrar, já há alguns anos, temas científicos sobre os aspectos espirituais entre artigos de opinião em jornais nacionais. Como ilustração, cito um artigo de Alicia Torres (1998) sobre a oração: a escritora co-

meça dizendo: "A nova disposição de muitos cientistas independentes e de instituições para estudar os fenômenos que o antigo paradigma considerava que estava fora do âmbito da ciência séria permitiu que um 'fenômeno' como a oração tenha sido e esteja sendo objeto de vários experimentos". Em seguida, relata como em experimentos realizados até com bactérias têm sido observados efeitos benéficos da oração. Por sua vez, o chileno Humberto Maturana (1991/1996), citado com frequência por alguns autores "pós-modernos", ainda que afirme não acreditar em Deus, acredita que Jesus era um grande biólogo. Durante anos Maturana, na condição de biólogo, realizou observações sobre o sentido do humano e chegou a conclusões semelhantes às de Jesus de Nazaré, entre outras, "quando disse que para entrar no reino da Deus a pessoa tinha que ser como a criança, e viver sem a exigência da aparência, na inocência do presente, no estar ali em harmonia com as circunstâncias. Dizer tudo isso é compreender a biologia do ser espiritual (p. 24). Encontramos também essa espiritualidade quando de Souza Santos (1989), entre suas conclusões, afirma:

> a falsa transcendência do nosso tempo é, por excelência, a ciência moderna. Para dominá-la, é necessária uma nova ciência, uma nova prática científica. Para começar, é preciso que o aperfeiçoamento técnico seja, por antonomásia,

> aperfeiçoamento moral, que não exista entre eles o fosso cavado pelo positivismo (p. 87).

Não se trata de traduzir a ciência em religião, mas se trata de uma nova agenda que parece basear-se mais em princípios humanizantes que em príncipios biologizantes. O interessante é que esses princípios tenham surgido antes nas ciências naturais, como a física e a biologia. É importante notar, também, como –nesse processo de humanização, de abandono da Deusa Razão, da racionalidade patriarcal dominante –, os valores tradicionais se perturbam abrindo espaço para a emoção: humanizar a ciência, carregá-la de emoção, é também feminilizá-la, maneira que coincide com as concepções feministas.

Como feminista, creio que há razões para pensar que nesse processo de ruptura, que Boaventura Souza Santos (1989) aponta na constituição da *Phronesis*, de uma sabedoria da vida, os projetos feministas, em termos de ressignificação das relações de gênero, são chamados a ocupar um lugar central, a servir como fio condutor, em busca do que o autor denomina como "um novo sentido comum com mais sentido, embora menos comum" (p. 150).

É assim que conseguimos, sucessivamente, propostas para analisar os valores tradicionalmente atribuídos à característica própria de

um ou outro gênero, propostas que visam apagar as fronteiras que separam as mulheres dos homens e permitir que os homens se apropriem desse espaço privilegiado que acessam as mulheres e que têm estado vetado para eles: o espaço da afetividade, da partilha, da emoção, da sensibilidade, da expressão de sentimentos. Não acho que ligando o feminismo às novas metas para o trabalho científico se esteja propondo ou pretendendo dar ao feminismo mais importância da que poderia ter, ao menos nesse assunto de mudanças paradigmáticas finisseculares das ciências. A desdogmatização da ciência, a dessacralização da razão, que é uma razão masculina tingida de patriarcado, conduziu diversos pensadores modernos a se aproximar, para a surpresa deles mesmos, das teorias feministas de gênero. Lemos em Mires (1996, p. 99) afirmações como a seguinte: "A reconciliação entre homens e mulheres só pode ter lugar sobre o túmulo do patriarca. Então, unificados na condição humana, caminharemos juntos, mulheres e homens, para encontrarmos a nós mesmos". A obra deste autor, centrada na psicanálise, está eivada de uma perspectiva de gênero. Nela, convida os psicólogos a serem uma espécie de 'sociólogos da alma' e convoca os sociólogos a serem, em larga medida, 'psicologos sociais'" (Mires, 1998). Em Giddens (1998), encontramos, há pouco tempo, convite de tom semelhante. Ele sugere um *amor confluente* que incidiria no poder diferencial (nas relações de gênero) e levaria à estética. "A possibilidade de intimidade, diz ele,

implica uma promessa de democracia", quer dizer, de equidade. Derridá e MacDonald (1982, p. 76) por sua vez, se perguntam: "o que aconteceria se focássemos uma relação com o outro onde o código das marcas sexuais não fossem mais discriminantes?” E nos convida a construir um mundo que abriga uma multiplicidade de vozes demarcadas sexualmente, incluindo a heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade, e o acesso igual para todos os homens ou mulheres, hetero, homo ou bissexual. Já Moscovici, em um encontro com intelectuais venezuelanos em Caracas (1999), identificou-se como um dos homens que haviam apoiado o movimento feminista francês: em 1972, denunciou a opressão das mulheres, explicando-a em termos de escassez e da proibição do incesto como uma estratégia para reduzir a incerteza, que produzia nos homens ‘a escassez desse bem que são as mulheres’. Nessa ocasião, explica como a linguagem, ao penetrar no domínio do parentesco, pensamento e desejo, se convertem em masculinos. Textualmente, ele diz:

> São sempre os homens. A escassez que inclui a mulher no campo da mercadoria /.../ a exclui do círculo das relações coletivas essenciais. /.../ Convertidas em signos, as mulheres são os emblemas do status do homem, os sinais da sua virilidade frente aos outros homens. /.../ só obtém uma existência social diminuída. A valoração da sua beleza e de sua graça é um índice, figura retórica de linguagem pública, con-

> cebido pelos homens, para os homens (Moscovici, 1975, p. 220).

É assim que, em minha opinião, uma nova agenda para as representações sociais deve propor assumir a produção do conhecimento a partir de uma perspectiva de gênero, onde o senso comum que estudamos seja também revelador da discriminação e da opressão, e os resultados das investigações que publicamos também sirvam para abrir espaços de visibilidade, existência e ação para as mulheres ou os homens oprimidos. Isso significa abandonar uma visão "masculina" de fazer teoria e de pesquisar, que tem sido amplamente descrita por pesquisadoras feministas em todas as áreas do conhecimento. Representa assumir tanto a produção teórica como a pesquisa a partir de uma perspectiva ética e comprometida que, creio eu, também devería levar-nos a descognitivizar (leia-se desmasculinizar) a emoção, ou seja, incluir os processos emocionais e afetivos como os produtores desse senso comum. E já que os mecanismos cognitivos de ação foram tão amplamente investigados, uma proposta interessante seria o estudo dos processos socioafetivos, desse "emocionar" que atravessa as interações, que não consiste em palavras ou cognemas, mas em sentimentos vividos e que só pode ser observado "*in situ*" no processo da interação face a face, no qual construímos as representações do mundo em que vivemos. Este processo

de interação é, além de comunicional, emocional, usando as palavras de Maturana (1990/1997), é um linguajar emocional. Ao fazê-lo, penso eu, estaríamos contribuindo para construir um senso comum menos comum, mas com mais sentido.

Referências

Badinter, E. (1986). *Um é Outro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Banchs, M. A. (1994). Des construyendo una desconstrucción: Lectura de Ian Parker (1989) a la luz de los criterios de Parker y Shotter (1990). *Papers on Social Representations - Textes sur les Représentations Sociales,* Vol. 3 (1), 1-138.

Banchs, M.A. (1996). Construccionismo social y representaciones sociales. Algunos puntos de encuentro y desencuentro. *Revista Avepso, XIX* (2), 1-10.

Banchs, M. A. (1998). Aproximaciones procesuales y estructurales al estudio de las representaciones sociales. *In IV Conferencia Internacional sobre Representaciones Sociales,* Cidade do México, 25-28 de agosto de 1998.

Berger, P & Luckman, P. (1973). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.

Blumer, H. (1937). Social psychology. *In* E. P. Schmidt (ed.), *Man and Society* (pp. 144-198). New York: Prentice-Hall.

de Souza Santos, B. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós Moderna.* Rio de Janeiro: Graal.

Derrida, J. & MacDonald, C. (1982). Choreographies *in Diacritics, 12, 2, pp. 66*-76.

Flick, U. (1992). Combining Methods – Lack of Methodology: discussion of Sotirakopoulou & Breakwell. *Ongoing Productions on Social Representations. Threads of discussion, 1*(1), 43-48.

Foucault, M. (1969). *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.

Gergen, K. (1989). La psicología posmoderna y la retórica de la realidad. *In* T. Ibáñez Gracia (Coord.), *El conocimiento de la realidad social* (pp.157-185). Barcelona: Sendai.

Gergen, K. (1996). La construcción social: emergencia y potencial en Marcelo Pakman (Comp). *Construcciones de la experiencia humana* (Vol I). Barcelona: Gedisa

Giddens, A. (1998). *La Transformación de la Intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas.* Madrid: Ediciones Cátedra.

Glasersfeld, E. von (1996). Aspectos del constructivismo radical en Marcelo Pakman (Comp). *Construcciones de la experiencia humana* (Vol I). Barcelona: Gedisa.

Ibáñez Gracia, T. (1989). La psicología social como dispositivo socioconstruccionista. *In* T. Ibáñez Gracia. (Coord.), *El conocimiento de la realidad social.* Barcelona: Sendai.

Ibáñez Gracia, T. (1989). Some critical comments about the theory of Social Representations - Discussion of Räty & Snellman. *Ongoing productions on social representations, 1*(1), 21-26.

Ibáñez Gracia, T.(1992). La construcción del conocimiento desde una perspectiva socio-construccionista. Palestra apresentada no *I Congreso Iberoamericano de Psicología,* Madrid, 5-10 de julho de 1992.

Ibáñez Gracia, T. (1996). *Fluctuaciones conceptuales en torno a la postmodernidad y la psicología.* Caracas: EBUC

Israel, J. & Tajfel, H. (1972). *The context of Social Psychology. A critical Assesment*. London: Academic Press.

Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on 'social representations'. *European Journal of Social Psychology 18* (3), 195–209.

Martín Baró, I. (1993). *Acción e Ideología. Psicología Social desde Centroamérica.* San Salvador: UCA.

Maturana, H. (1990/1997). *Emociones y Lenguaje en Educación y Política* Santiago de Chile: Dolmen.

Maturana, H. (1991/1996). *El Sentido de lo Humano.* Santiago de Chile: Dolmen.

Mires, F. (1996). *La revolución que nadie soñó o la otra posmodernidad.* Caracas: Nueva Sociedad

Mires, F. (1998). *El malestar en la Barbarie. Erotismo y cultura en la formación de la sociedad política.* Caracas: Nueva Sociedad.

Moscovici, S. (1961/1976). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF

Moscovici, S. (1963). Attitudes and Opinions. *Annual Review of Psychology, 14,* 241-271.

Moscovici, S. (1975). *Sociedad contra Natura.* México: Siglo Veintiuno.

Moscovici, S.(1988). Notes towards a description of social representations en *European Journal of Social Psychology, 18,* 211-250.

Moscovici, S. (1999). *Lo Social en Tiempos de Transición. Un diálogo con Serge Moscovici.* Conferência realizada no evento da Asociación Venezolana de Psicología Social e do Instituto de Psicología de la UCV. Caracas, 4 de maio de 1999.

Moscovici, S. & Marková, I. (2006). *The Making of Modern Social Psychology. The hidden Story of How an International Social Science was created*. Cambridge: Polity Press.

Munné, F. (1989). *Entre el individuo y la sociedad. Marcos y teorías actuales sobre el comportamiento interpersonal.* Barcelona: PPU

Parker, I. (1989). *The crisis of Social Psychology and how to end it.* London: Routledge.

Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology.* London: Sage.

Räty, H. & Snellman, L.(1992). Making the nonfamiliar familiar. Some notes on the criticism of the theory of Social Representations, *Ongoing productions on social representations, 1* (1), 3-13.

Rouquette, M.-L. (1998). Quel modele de science pour l'étude des Répresentations Sociales, conferência apresentada na *IV Conferencia Internacional sobre representaciones sociales.* Cidade do México, 25-28 de agosto 1998.

Torres, A. (1998, 14 de novembro). Jornal *El Universal,* Caracas, Venezuela, pág. 3.

9 Abordagens Filosóficas e Teoria das Representações Sociais

Dorra Ben Alaya
Universidade de Tunis-El-Manar

Traduzido por José Geraldo de Oliveira Almeida, do original em francês

Em uma das definições de Moscovici da representação, esta é apresentada como transgredindo aquela que os filósofos fazem do sentido comum enquanto "a sensibilidade transfigurada em julgamento da verossimilhança" (1961, p. 261). Devido à generalidade de seu conteúdo, a noção de representação vai além de um simples modo de conhecimento a partir daquilo que é percebido.

Primeiramente, parece então inoportuno tratar a questão da relação com o mundo no quadro da teoria de representações sociais. Contudo, dizer que a representação vai além da concepção filosófica do senso comum, implica que ela o contenha. Mas não é somente este ponto lógico que nos levou a pensar os aspectos filosóficos da teoria, mas a recorrência de questões relacionadas ao trabalho fundador de Moscovici (1961/1976). De fato, nele transparece tal como um fio vermelho, uma reflexão que se aparenta às reflexões da filosofia do conhecimento. Estas preocupações não estão anunciadas de forma prioritária, mas reaparecem ao longo do

desenvolvimento da noção de representação e, às vezes, de forma muito explícita.

Na segunda edição de seu trabalho fundador, Moscovici (1976, p. 57) não cita Köhler (1937) para se perguntar quais são os fatos objetivos da natureza? O tema da relação com o mundo se exprime até o pósfácio da primeira edição de *La psychanalyse son image et son public* (1961, p. 639), quando Moscovici se remete ao leitor nos seguintes termos: “(...) através de todas estas incertezas (...) surgiu, ainda não resolvida, a questão que nós nos fazemos a cada instante: *como o homem constitui sua realidade?* Nós não poderíamos esperar responder a esta questão de imediato”. Aparentemente, conceber a noção de representação social implicava necessariamente que nós nos referíssemos à própria natureza do conhecimento, e a este “a cada instante” da reflexão (como menciona o próprio Moscovici). Nesta última interrogação do posfácio, referindo-se ao “Homem” ao invés do sujeito, Moscovici marca claramente a sua reflexão em uma perspectiva eminentemente filosófica, que passa por sua vez à teoria que ele formulou. Fazendo referência a Scheler (1924), Moscovici (1961, p. 5) convida a distinguir as teorias dos fatores reais e aquelas da relação da ideias ao real.

Parece-nos que a teoria das representações sociais conjuga as duas formas. Trata-se de uma teoria dos fatores reais, pois possui

um poder heurístico na compreensão dos processos sociocognitivos e das condutas sociais. Mas, igualmente, trata-se de uma teoria da relação das ideias ao real, de um modelo de conhecimento que põe em segundo plano o problema da natureza da realidade, do papel do sujeito cognoscitivo e de sua relação com objeto.

Conhecimento e verdade

Em *La psychanalyse son image et son public*, Moscovici (1961, p. 1) informa que uma das questões fundamentais de sua obra centra-se na "transformação dos processos de compreensão do real". Transparece, através desta indicação, a ideia fundamental de que a relação do ser humano com a realidade não é um dado, mas o resultado de processos. Adicione a isso a ideia de que esses processos podem ser eles próprios objetos de transformação. A relação com a realidade não é direta e os processos que a cria não são estáveis. A concordância entre os fatos reais e o conhecimento, portanto, parece comprometida. Moscovici afirma claramente, falando dos princípios de formação das representações sociais, que "não basta que eles (os conceitos) sejam verdadeiros para serem acreditados" (p. 299). Estas verdades podem até ser negadas, se elas não forem congruentes com as crenças, opiniões e representações coletivas às quais o sujeito adere. Moscovici dirá até

que algumas representações (parecendo se referir às ideologias dinâmicas, tais como o comunismo ou uma "parte da Igreja Católica"), mais precisamente em seu papel constitutivo da realidade e das relações sociais, podem corresponder a "distorções ou mistificações do real" (p. 310).

Em geral, para definir a noção de conhecimento em uma perspectiva filosófica clássica, de verdade (no sentido de adequação entre uma proposta e a realidade) desempenha um papel de condição necessária. Mas mesmo que esta seja necessária, é insuficiente. Mais especificamente, trata-se da articulação do conhecimento proposicional[1] a uma crença tida como verdade. Do ponto de vista da filosofia, a crença pode ao mesmo tempo corresponder à verdade e não ser um conhecimento, pois o que estabelece não é tanto sua verdade quanto a confiabilidade do processo de sua justificação. Platão (Platon, *circa* 369 aC/1995) afirma que o conhecimento é uma “crença verdadeira justificada” ou “provida de razão”. Para essa definição houve posteriormente novos aportes, particularmente através do que se convencionou chamar de “o problema de Gettier” (Gettier, 1963), que corresponde a casos figurados nas quais as crenças são verdadeiras e justificadas, sem ser conhecimento. Um dos exemplos por ele criado corresponde ao fato de alguém acreditar em uma coisa como uma consequência lógica de algo em que acredita de forma justificada. Só que, por um lado, mesmo que a justificativa seja baseada em boas razões, pode permanecer falível, pois pode ser desfeita por elementos desconhecidos da situação e, por outro lado, mesmo que a crença esteja coerente com os fatos reais, sua justificativa real

(1) Do ponto de vista filosófico, o conhecimento pode corresponder a um “conhecimento” (por exemplo, conhecer um lugar), know-how, ou uma proposta (por exemplo, admitir que 2 +2 = 4).

é outra, desconhecida. Assim, como para a filosofia clássica, do ponto de vista de alguns dos seus desenvolvimentos posteriores, o conhecimento só pode estar em adequação com uma realidade natural. Esta pode ser conhecida de forma empírica e realista como existente para si, mesmo fora do sujeito conhecedor. O conhecimento deste ponto de vista está subordinado a princípios lógicos para garantir adequação a uma realidade acessível ao espírito.

Na teoria das representações sociais, a definição de conhecimento não está condicionada pela verdade das coisas. Primeiramente, a teoria considera a relação de crença com o conhecimento, não pelo ponto de vista da teoria do conhecimento, mas posicionando-se a partir do ponto de vista do próprio sujeito. Deste ponto de vista, a questão da verdade é apenas uma das questões. Crença (verdadeira ou falsa) e conhecimento são equivalentes no sujeito. Como indica Moliner (1996), o sujeito está convencido de ser imparcial, mesmo que ele esteja ativo no tratamento da informação, omitindo alguns detalhes e acrescentando outros mais conformes às suas expectativas e seus interesses. Nesta concepção, não é nem a verdade da crença nem a

conexão da verdade com a realidade que é levada em conta. Segundo, encontramos em algumas reflexões sobre a teoria das representações sociais uma análise da relação entre representação e realidade (ou objeto), a partir de um ponto de vista próximo ao da teoria do conhecimento. De acordo com Moliner (1996, p. 25), “em termos de eficácia, não se pode ter grandes distorções em excesso entre o objeto e sua representação”. Esta ideia implica que o objeto pode ser definido objetivamente. A adequação relativa do conhecimento à realidade, na representação social, far-se-ia a partir da reinterpretação dos elementos reais, para deixá-los em conformidade com a representação, mas também modificando o sistema de representações para torná-los de acordo com as limitações impostas por alterações de elementos da realidade.

A relação epistêmica com a realidade

O que precede suscita a questão da relação epistêmica com a realidade que preocupou a filosofia do conhecimento, desde Platão e Aristóteles, em termos opostos. Para Platão, o conhecimento surge por dedução. A partir da essência das coisas, e ideal imanente, observamos os fatos. Em contrapartida, para Aristóteles, o conhecimento origina-se a partir da observação empírica, para chegar a uma lei transcendente por indução.

Nos tempos modernos, criticando Descartes (1633/2000), para quem a percepção do objeto é resultado da combinação de sensações elementares, Merleau-Ponty (1998) inverte a ordem dos acontecimentos, considerando que o que vem em primeiro lugar no processo é a percepção de uma totalidade, organizando os elementos do objeto. O objeto seria compreendido primeiramente como um todo, uma forma, na acepção da teoria da Gestalt. A sensação é apenas o resultado de uma decomposição (processo que não é natural) *a posteriori* da percepção. Os experimentos que evidenciam a existência de ilusões perceptivas confirmam esta posição. Nas ilusões perceptivas, elas persistem apesar da consciência de sua própria existência. Isto significa que seus elementos não são percebidos de forma isolada, mas de maneira interdependente.

Neste contexto, é interessante focar um pouco na concepção da Gestalt como um paradigma da percepção na origem da fenomenologia de Merleau-Ponty. A teoria da Gestalt, formulada por um filósofo (Ehrenfels, 1890), afirma que a percepção obedece à lei da totalidade (o objeto percebido não se reduz à soma dos estímulos percebidos) e também que existe um isomorfismo entre a realidade (o mundo), o processo perceptivo e os processos neurofisiológicos. Isto significa que os três níveis são similares devido à sua estrutura. Aliás, consideramos que a estrutura de uma totalidade (forma)

percebida não é aleatória, mas obedece a leis que regem naturalmente a percepção entre os indivíduos. A teoria da Gestalt, desta forma, combina duas perspectivas que podem parecer inconciliáveis, à primeira vista. Aquela que considera que o sujeito está ativo na construção do objeto (pela projeção de uma forma), e a que considera que as leis naturais regem a estrutura do mundo fora do sujeito, ao mesmo tempo em que se impõem a ele. Na teoria da Gestalt, as duas propostas estão reunidas no fato de que os princípios que regem o mundo, em si, são também aqueles que regem igualmente o processo através do qual o sujeito o compreende. Isto certamente lembrando a noção de homologia estrutural de Bourdieu (1979) que encontramos na abordagem da Escola de Genebra (Doise, 1990) das representações sociais.

A teoria das representações sociais integra a ideia da homologia estrutural, do fato de que concebemos uma correspondência entre a ação do sujeito conhecedor (que neste contexto é coletivo) e suas raízes na realidade social. Isto significa que existe uma homologia entre os processos cognitivos implementados nas representações sociais e na estrutura social. O que melhor representa essa visão é a teoria dos princípios de organização (Doise, 1990). Os princípios geradores que constituem as representações sociais estão relacionados à inserções específicas no conjunto das relações sociais. As relações simbólicas que intervêm nessas relações sociais

são, elas mesmas, determinadas por esses princípios de organização. Estes últimos são, portanto, assimiláveis a uma estrutura social internalizada.

Na realidade, a teoria das representações sociais baseia-se em um esquema radicalmente diferente daquele admitido nas teorias clássicas do conhecimento. Para entender o processo do conhecimento do seu ponto de vista, convém ir além da concepção binária da epistemologia clássica formulada pelo esquema sujeito-objeto. Os modos de conhecimento são concebidos de forma diferente daquela que propõe a relação entre sujeito conhecedor e objeto do conhecimento. O compartilhamento de esquemas culturais e de ações com outrem pertencente a um mesmo contexto cultural leva à elaboração comum de uma realidade, sob a forma de experiências semelhantes (Marková, 2007). O objeto do conhecimento não só é suscetível de ser uma elaboração do sujeito solipsista, mas também de um sujeito interagindo com seu meio social.

Portanto, e como Schutz (1970) o disse, as crenças são, em parte, baseadas em uma "reciprocidade de perspectivas", no sentido em que elas respondem às de outrem, e vice-versa. O Alter desempenha um papel fundamental na elaboração de experiências comuns e crenças, o que introduz um aspecto ternário (Moscovici, 1984), na reflexão sobre os modos de conhecimento.

Assim, como indicado por Marková (2007, p. 214), a teoria das representações sociais está subjacente à ideia de que o sujeito conhecedor não é um sujeito solipsista, como aparece nas teorias clássicas do conhecimento, mas integrando ao mesmo tempo o indivíduo e outrem. Para Bühler (1982). o conhecimento se constrói em colaboração entre Ego e Alter.

Ao descrever esta nova concepção do sujeito conhecedor, Marková (2007, p. 139) desenvolve a ideia de uma abordagem dialógica, que se define como "faculdade da mente para conceber, criar e comunicar sobre realidades sociais do ponto de vista do Alter Ego ...".

Neste contexto, para falar de conhecimento social em termos da teoria das representações sociais (onde o conhecedor é coletivo), devemos tomar como base a tríade Alter-Ego-Objeto, o que rompe radicalmente com uma concepção baseada no esquema clássico sujeito-objeto, ao propor a ideia de um conhecimento social. Mas a ruptura não para por aí.

A teoria do conhecimento social, resultante das relações dinâmicas entre os componentes da tríade Alter-Ego-Objeto, contrapõe-se ao que postulam as epistemologias clássicas, em que a relação que liga o sujeito conhecedor ao objeto é estável. O caráter dinâmico da tríade qualificada como dialógica (Marková, 2007, p.

221), é determinado no sistema de Alter-Ego-Objeto por uma tensão entre os três componentes. Esse caráter dinâmico explica como algumas representações são baseadas em crenças, onde a relação sujeito-outrem tem mais peso do que aquela que liga o sujeito ao objeto, a tal ponto que nem o raciocínio lógico, nem mesmo a experiência empírica poderiam colocá-los em questão. Enquanto que outras representações se baseiam mais na relação sujeito-objeto e são, sobretudo, baseadas em conhecimento. Neste caso, e conforme indicado por Marková (2007, p. 241), trata-se de conhecer o objeto "independente dos outros", mesmo que se trate de uma independência relativa. De fato, "o saber é sempre social e o Alter continua uma parte integrante da tríade dialógica" (p. 241). Essa perspectiva se junta à filosofia clássica, no sentido de que, se nos referirmos a Moscovici (Moscovici, 1998; Moscovici & Marková, 2000), consideramos que não são os conteúdos das propostas que estabelecem a diferença entre o conhecimento e a crença, mas, sobretudo, o modo de pensamento utilizado para pesquisar o que poderia constituir uma verdade.

A relação sujeito-objeto

A teoria das representações sociais não se caracteriza apenas por uma concepção ternária da relação com a realidade em geral,

mas também por uma redefinição da relação particular entre sujeito e objeto. Esclarecendo o papel da representação na constituição da realidade e das relações sociais, Moscovici (1961, p. 310) afirma que estes últimos termos "não são um lado 'concreto' e do outro 'representados' ".

Esta fórmula anuncia uma ideia fundamental da reflexão de Moscovici, encontrada na edição de 1976 da *La psychanalyse, son image et son public*, nestes termos: "... não existe corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), ... o sujeito e o objeto não são, por natureza, heterogêneos em seu campo comum" (p. 46). Haveria um "poder criativo de objetos, de eventos, de nossa atividade representativa" (p. 46), longe de dar lugar a um simples reflexo da realidade. Eis então, o *status* do objeto representado na sua relação com o sujeito: é o produto da criação.

Por outro lado, como preparo à ação, a representação "remodela e reconstitui os elementos do ambiente" (p. 47). O esquema behaviorista de estímulo-resposta, dando assim a este, em certa medida, um papel de determinação do primeiro, é aqui substituído por aquele em que "o estímulo e a resposta se formam juntos" (p. 46) e que poderíamos formular por estímulo=resposta. O esquema subjacente à teoria das representações sociais não contradiz somente a dos behavioristas, mas também aqueles que

dão à representação um *status* de processo mediador entre conceito e percepção.

De acordo com a teoria, as representações sociais têm propriedades tanto sensoriais como cognitivas. Há, então, propriedades mistas se nos referirmos à predominância sensorial das percepções e ao aspecto cognitivo dos conceitos. O aspecto perceptivo, "implica a presença do objeto; o outro, o espírito conceitual, a sua ausência" (p. 55). Isto significa que as representações seriam instâncias que permitem não só perceber o objeto, mas também tomar consciência (em outras palavras, de fazê-lo existir para si). Conceito e percepção são intercambiáveis, "que se originam reciprocamente" (p. 55).

Notemos que a existência ou a presença do objeto é, segundo Moscovici (p. 56), inútil para que a representação possa conceber. A representação pode atualizar, "re-apresentar" as coisas, mesmo aquelas inexistentes. Neste ponto da teoria, um conceitualismo filosófico, mas sem que isto se aplique a todas as representações e a todos os objetos de representação. Encontramos –de fato – um pensamento conceitual. No entanto, este conceitualismo vai em seguida voltar a uma reconstituição "tangível" do objeto (p. 56). O conceito reintroduz na área sensorial dados selecionados e reorganizados. Isso faz Moscovici supor que a percepção, a qual dá lugar à representação, é diferente da inicial que originou o conceito.

Em outras palavras, “a representação de um objeto é uma reapresentação diferente do objeto”, o que supõe uma eventual existência externa deste, ainda que incerta. Em outros termos, a existência ou não do objeto na realidade exterior ao sujeito não altera em nada o processo de representação, mas isso não exclui que o objeto possa existir em si mesmo.

A representação não é um simples reflexo ou uma reprodução da realidade, mas uma reconstrução por distorções, exclusões e adições. As representações não fazem apenas representar o real, eles lhe dão forma, até certo ponto. A informação recebida é transformada. Portanto, há um vaivém de informações, uma interação entre a representação e a realidade. Mas em sua reflexão, Moscovici não para em apenas um termo da relação sujeito-objeto. Ele indica que ao mesmo tempo em que o sujeito cria o objeto, ele próprio se constitui. Mais especificamente, ele “está no universo social e material” (p. 46), de acordo com a reconstrução que ele faz do real. As definições que o sujeito faz do objeto externo, mas também de si mesmo, são desta forma não apenas concomitantes, mas estão também em interação.

Estas considerações anunciam a epistemologia construtivista que encontramos em Piaget (1969). Qualquer tentativa de conhecer um objeto consiste em uma ação de transformação do mesmo. O conhecimento é construído através da interação prática entre o

sujeito conhecedor e o objeto do conhecimento, que formam uma única unidade. Como o indicou Ullmo (1969), não encontramos os objetos que pesquisamos, nós os elaboramos. No entanto, lembremos que esta última fórmula se aplica, na reflexão de Ullmo, aos objetos estudados pela ciência. Finalmente, a teoria das representações sociais é parecida com a perspectiva construtivista, permitindo a superação da contradição entre o idealismo e o empirismo, por um lado, e entre sujeito e objeto, por outro.

Do seu lado, a física quântica, fundada sobre novos postulados em relação ao que é conhecido na física clássica, teve, inevitavelmente, repercussões na filosofia. Estas repercussões foram deduzidas a partir de observações realizadas ao nível dos átomos. O que é colocado pelos físicos quânticos é a ideia de que o observador é, ele mesmo, uma parte integrante daquilo que observa, o que tem consequências no estado do que ele mede. O que é medido será influenciado pela medida não devido ao modo de observação, mas pelo fato de que no nível quântico, mesmo a ação de medir determina o estado daquilo que ela mede. Mais precisamente, as coisas permanecem indeterminadas até que não as tenhamos observado. Além da observação, existe, assim, uma justaposição de possibilidades do que poderia ser observado (Ortoli & Pharabod, 2004).

O *status* da realidade

Essa indiferenciação entre o sujeito conhecedor e o objeto de conhecimento, inevitavelmente, levanta a questão da existência da própria realidade. A concepção de mundo na filosofia baseia-se na oposição de dois conjuntos de posições, relativas ao *status* da realidade: o materialista, que acredita na existência das coisas em si, e o idealista, que acredita que realidade não tem existência material. O primeiro remete ao realismo, em que um dos representantes mais marcantes é Locke (1690/2001). Esta posição implica na existência de um mundo fora do espírito humano. Quanto ao segundo grupo, remete à ideia de imaterialidade do mundo. Entende-se que há dois subconjuntos de posições: em primeiro lugar, o do idealismo transcendental representado por Kant (1781; 1787/2006), que introduz uma perspectiva radicalmente diferente, postulando que nosso conhecimento não será resolvido em função dos objetos mas que o espírito do conhecimento projetaria no mundo uma ordem e uma estrutura. Segundo Kant, é o sujeito do conhecimento, e não a realidade, que constitui o lugar do conhecimento. O sujeito está aí ativo, pois aplica regras na sua busca de conhecimento. Isto implica que nosso conhecimento não pode incidir sobre objetos em si (númeno). Conhecemos do mundo apenas o que nos aparece enquanto fenômeno. O segundo é um idealismo subjetivo (ou empírico), o qual Berkeley (1713/1999) é o representante, em que os

indivíduos não podem conhecer o que lhes parece ser os objetos, senão que por meio das sensações. Retomando a questão da relação com a realidade, Marková (2007, p.81) lembra a ideia de Hegel (1805-1806/2004), segundo a qual a consciência é criadora da realidade. Uma mudança da forma que pode tomar consciência tem como corolário a transformação da própria realidade a que se refere esta nova forma. É a consciência que "cria e recria uma nova realidade" (Marková, 2007, p. 81).

Para Hegel (1801/1991), esta constatação tem implicações éticas, quando ele preconiza o ceticismo em direção ao seu próprio pensamento e sua representação das realidades, levando a uma "compreensão mais adequada." Berkeley (1713/1999), entretanto, muito antes de Hegel, propôs uma teoria original negando a existência de um substrato material à realidade. A ideia que temos é apenas o produto do espírito derivado dos sentidos. Assim, Berkeley chega a postular que nada existe além da percepção. Em última análise, existe apenas a representação que temos das coisas. Estas últimas são apenas um conjunto de qualidades sensíveis, que percebemos como constituindo objetos distintos. Neste contexto, apenas o sujeito pensador tem uma existência. O objeto é o resultado da ideia que ele tem. Em outras palavras, existe apenas a percepção. Esta teoria poderia parecer radical em comparação com a das representações sociais, no contexto em que a questão do

próprio *status* da realidade não tem lugar para existir. No entanto, ela o implica. Incitando uma reflexão, podemos questioná-la.

Se, do ponto de vista da teoria das representações sociais, a realidade é objeto de criação e recriação, isso significa que ela não é uma, mas várias em seus fenômenos (no sentido do que é percebido). Por meio de um processo de formação da representação, equivalente ao conceito de reificação para os filósofos, ou seja, a objetivação, as ideias não percebem o real, mas são elas próprias transformadas em objetos, investidas de "formas visíveis e palpáveis" (Moliner, 1996, p. 21). No entanto, isso não significa necessariamente que a realidade é imaterial, mas sim, que a representação pode não lhe corresponder. De acordo com Moliner, as representações dizem respeito a objetos que parecem ser complexos, tanto assim que é geralmente impossível ter uma visão global. Herzlich (1973, citado por Moliner, 1996, p. 24), parece igualmente trazer um elemento de resposta à questão. Para ela, a representação é uma forma de conhecimento que pode reproduzir aspectos do real. Esta proposta induz a ideia de que o real tem uma existência própria. Além disso, segundo Moliner, é mais apropriado falar de reconstituição (o que coloca mais ênfase na ideia de uma ação sobre o objeto em si) ao invés de reprodução. A representação, segundo ele, "se dá pelo reflexo do real" (p. 20), mas sem que sua reconstituição seja neutra.

Por outro lado, Flament e Rouquette (2003) parecem de início fazer referência a uma perspectiva, que em sua formulação lembra a de Berkeley, a qual um objeto é apenas um conjunto de características que percebemos como formando uma entidade distinta, ao designar a representação pela noção de "quase-conceito recortando a realidade social, juntado-a, agregando-a localmente" (Flament & Rouquette, 2003, p. 29). Assim, dois "quase-conceitos" da mesma realidade levariam na verdade a duas realidades diferentes. O quase-conceito tem por objeto "aquilo que ele comanda" (p. 30). No entanto, pode acontecer que a representação seja objeto de resistência por algo que ela não comanda, induzindo, assim, uma mudança. Desta forma, aparece finalmente a ideia de uma dinâmica interativa entre a realidade e o processo que visa conhecê-la, ideia central na concepção da dinâmica das representações sociais e no estudo dos processos de transformação e de relação com as práticas.

Descrevendo a relação entre as dimensões da realidade e das representações sociais, Moscovici (1961) considera que a maioria dos indivíduos não dispõe de dados suficientes para responder corretamente a uma pergunta relacionada às suas atividades. Trata-se de uma diferença qualificada que é a base para descrever os processos presentes na formação das representações sociais (p. 360). Nestes processos, observamos certas diferenças de

informação, mas também uma dispersão da mesma, assim como uma pressão para a inferência da parte do ambiente social, que dá lugar a uma orientação de condutas e a uma seleção das informações (pp. 361-362). Existe, também, um foco sobre certos aspectos do ambiente social em relação aos outros (p. 362). Sob essas condições, chegar a qualquer verdade em relação a uma realidade objetiva parece comprometida.

A elaboração do objeto pelo sujeito

A questão do *status* da realidade ecoa no papel do sujeito na elaboração desta. Ao abordar a questão dos processos de formação das representações sociais, Moscovici (1961) destaca o caráter ativo dos indivíduos na reconstrução do objeto. Deste ponto de vista, as representações não se referem a uma dada realidade, mas constituem "'teorias' das 'ciências coletivas' *sui generis*" (Moscovici, 1976, p. 48), em que elas próprias são criadoras de realidades.

Os conceitos gerados pelas representações sociais são objetivados para se tornar objetos concretos. Para ilustrar isso, Moscovici dá um exemplo que consiste em "tomar suas visões por realidades", vendo uma estrela que brilha como se fosse um satélite (p. 50), de tanto procurá-lo, ou situar o inconsciente no fundo do aparelho psíquico (p. 55). Em suma, "as representações individuais

ou sociais fazem com que o mundo seja o que acreditamos que ele é ou deveria ser" (Moscovici, p. 67). Esta formulação de Moscovici esclarece a de Hegel (citado por Moscovici, 1976, p. 47) em que "o que é racional é real". Aqui, o "real" seria tomado no sentido de produzir a reconstrução visando sua adequação no "racional". Quanto ao termo "racional" parece, neste contexto, tomar mais o sentido de um processo de racionalização. Nos termos de Moliner (1996, p. 24), os processos implementados no pensamento social, substituem o conhecido pelo percebido. A percepção não tem mais um papel primário no processo de conhecimento, mas em constituir o produto. Este desenvolvimento do conhecimento em direção ao percebido se faz através da objetivação, um dos processos de formação das representações sociais. É através da descrição feita por Moscovici (1961) que é explicitada a natureza da relação do sujeito e sua ação, no que diz respeito ao objeto representado. Além disso, Moscovici advertiu que examinar a origem e a história (que ele considera muito importante) do conceito de objetivação, ultrapassaria os limites de seu projeto, e ele tinha apenas descrito o fenômeno que acontece naturalmente (p. 336). Entendemos o porquê quando ele precisa sua polissemia, por um lado, e "sua gênese desde a sua filosofia alexandrina até o existencialismo moderno", por outro. A recomendação de Moscovici, de considerar o conceito de objetivação como "um tema autônomo de uma rica

dissertação" (p. 336), manifesta a importância que ele lhe atribui, a nosso ver, não somente para a teoria das representações sociais, mas também do ponto de vista filosófico.

Ao analisar o fenômeno da objetivação, tal como descrito por Moscovici, o percebemos facilmente. Através deste processo, que corresponde a um arranjo particular dos conhecimentos (p. 312), a informação concernente ao objeto é selecionada, seu conteúdo esquematizado e um modelo figurativo formado graças a uma concretização de seus elementos (por metáforas e imagens, p. 313). O que é abstrato torna-se, deste modo, uma tradução imediata da realidade (p. 314).

O conteúdo esquematizado do objeto, o núcleo figurativo, torna-se uma expressão da realidade, em outras palavras, percebido como natural. Trata-se da naturalização, processo que concede, de maneira geral, ao conceito abstrato uma realidade percebida (p. 315) e, particularmente, ao modelo figurativo, um *status* de evidência (p. 317). Ao final da objetivação, a representação torna-se um quadro cognitivo e um parâmetro para a percepção e o julgamento (p. 314), de forma que o conteúdo de seu núcleo figurativo dirija a conduta e dê sentido aos acontecimentos (p. 328).

Finalmente, este núcleo figurativo é um mediador entre o sujeito e a realidade. No entanto, este processo desempenha apenas o

papel de um quadro interpretativo dos dados da experiência. Estes são, no sentido oposto, igualmente transformados, uma vez que um significado lhes é conferido, em "organizações anexas" da representação social (p. 336). Devido ao seu poder de transformação da realidade e de seu papel na interpretação dele, a representação parece, assim, ter na formação do conhecimento a respeito do objeto, uma função tanto de dedução como de indução.

Heterogeneidade dos modos de conhecimento e da realidade

Finalmente, parece que o sujeito e o objeto estão em uma relação de interação. No entanto, a teoria das representações sociais propõe igualmente a ideia de que a relação com os objetos não é nem estável e nem unívoca. No quadro da teoria, o conhecimento que temos da realidade não se faz de modo homogêneo, não somente em função de uma polifasia cognitiva que caracteriza o pensamento social (Moscovici, 1961), mas também em função da heterogeneidade das diversas faces da própria realidade. Os objetos que a compõem são mais ou menos objetos de representação, de acordo com sua complexidade percebida, a implicação que eles induzem ou os desafios que criam. Diferentes modos de conhecimento coexistem, então, a respeito não somente de

realidades diferentes de um mesmo objeto, mas também de diferentes objetos de uma mesma realidade.

Em outras palavras, na teoria das representações sociais, conhecimentos e crenças coexistem. É até difícil encontrar um sistema de pensamento que só funciona em um único método científico ou irracional (Marková, 2007). A representação social implica dois modos de conhecimento, ao mesmo tempo e de forma indiferenciada. Só que há, dependendo do caso, uma predominância de um dos modos com relação ao outro.

Reencontramos esta ideia de heterogeneidade da realidade, mas também as premissas da ideia de uma polifasia dos modos de conhecimento, em uma abordagem iniciada por Galileu e Descartes (citados por Blackburn, 1999). Estes últimos introduziram uma distinção do que é designado como “qualidades primárias” do objeto (grandeza, número, extensão...), que existem em si e independente da experiência do sujeito, e “qualidades secundárias” (cor, sabor, odor...), dependentes do espírito daquele que observa e de sua experiência. Esta distinção tem por consequência uma outra, que consiste considerar, por um lado, um mundo percebido e, por outro, um mundo tal como ele é objetivamente. De acordo com Locke (1690/2001), é através das qualidades primárias que as secundárias produzem sensações. Nesta concepção, os dois níveis de realidade coexistem. Outros filósofos, como Berkeley (1713/1999), dirão que

somente as qualidades secundárias existem e as coisas que percebemos não têm existência real. Igualmente, Kant (1781; 1787/2006) afirma que duas realidades se sobrepõem: uma acessível pela experiência empírica, e outra externa ao sujeito, podendo ser objeto de deduções. Mas já na epistemologia de Ibn Rushd (Averróis, 1179/1999), há uma proposta de redefinir a verdade através da ideia da coexistência de duas ordens distintas, que podem ser tomadas: o conhecimento e a crença. Mas o que é original, nesta epistemologia, é a ideia de que essas duas ordens não são antinômicas.

Conclusão

A teoria das representações sociais, certamente, não permite adotar uma posição separada em relação às concepções empíricas ou conceitualistas do conhecimento, materialistas ou idealistas da realidade, mas traz novos elementos teóricos e conceituais da relação com a realidade e a da relação sujeito-objeto. Estas relações não são apenas concebidas sob um ponto de vista dinâmico, mas elas são igualmente introduzidas, por um lado, a partir da ideia de um sistema ternário incluindo o Alter, ativo no processo de constituição do conhecimento e, por outro, da ideia de que as duas formas de conhecimento da própria realidade são heterogêneas.

É, finalmente, da concepção da relação com o mundo que se questiona quando Moscovici redefine a relação entre o sujeito e o objeto. Ao estipular uma não-diferenciação do universo interior e exterior do indivíduo, ele não para em um único termo da relação sujeito-objeto. Isso indica que ao mesmo tempo em que o sujeito cria o objeto, ele se constitui. No entanto, Moscovici não deixa de precisar que

> os filósofos há muito tempo entenderam que qualquer representação é uma representação de alguém. Em outras palavras, ela é uma forma de conhecimento por meio do qual aquele que conhece se substitui naquilo que ele conhece.
>
> ...
>
> Neste ponto surge também, a tensão no coração de cada representação entre o pólo passivo da impressão do objeto – a figura – e o pólo ativo da escolha do sujeito – o significado que ele lhe dá e no qual ele investe". (Moscovici, 1976, p. 63)

As questões que aqui foram abordadas não constituem, de forma exaustiva, todas aquelas que a teoria das representações poderia suscitar. Esta breve apresentação, em vista do trabalho

imenso que poderia ser realizado, tem como ambição apenas atrair a atenção sobre o alcance filosófico da teoria das representações sociais. O trabalho fundador de Moscovici (1961, 1976) recebe uma série de questionamentos filosóficos, mas a sua riqueza reside principalmente na possibilidade de formular novos.

Referências

Averroès (1179/1999). *Discours décisif sur l'accord de la religion et de la philosophie,* (M. Geoffroy, Trad.). Paris: Flammarion. (obra original publicada em 1179)

Berkeley, G. (1713/1999). *Trois dialogues entre Hylas et Philonous* (G. Bryckman & R. Degrémont, trads.). Paris: Flammarion. (obra original publicada em 1713)

Blackburn, S. (1999). *Penser. Une irrésistible introduction à la philosophie*. Paris: Flammarion.

Bourdieu, P. (1979). *La distinction, critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.

Bühler, K.(1982). The axiomatization of the language sciences. *In* R.E. Innis & Karl Bühler (Eds.), *Semiotic Foundations of Language Theory* (pp.75-164). New York: Plenum Press.

Descartes, R. (1633/2000). *Discours de la méthode*. Paris: Flammarion. (obra original publicada em 1633).

Doise, W. (1990). Les représentations sociales. *In* R. Ghiglione, C. Bonnet & J.F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive*, T. 3 (pp. 111-174). Paris: Dunod.

Ehrenfels (von), C. (1890). *Über Gestaltqualitäten*. Leipzig: Reisland.

Flament, C. & Rouquette, M.L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires. Comment étudier les représentations sociales.* Paris: Armand Colin.

Gettier, E.L. (1963). Is Justified True Belief Knowledge ?. *Analysis*, 23, 121-123.

Hegel, G.W.F. (1801/1991). *Phénoménologie de l'esprit*, (J.P. Lefebvre, Trad.). Paris: Aubier. (obra original publicada em 1801).

Hegel, G.W.F. (1805-1806/2004). *Leçons sur l'histoire de la philosophie* (G. Marmasse, trad.). Paris: Vrin. (obra original publicada em 1805-1806).

Herzlich, C. (1973). La représentation sociale. *In* S. Moscovici (Eds.), *Introduction à la psychologie sociale* (pp. 303-325). Paris: Larousse.

Kant, E. (1781, 1787/2006). *Critique de la raison pure*, (A. Renaut, Trad.). Paris: Flammarion. (obra original publicada em 1781 e 1787)

Köhler, W. (1937). Psychological remarks on some questions of anthropology. *American Journal of Psychology*, *50*, 279.

Locke, J. (1690/2001). *Essai sur l'entendement humain* (J.M. Vienne, trad.). Paris: Vrin. (obra original publicada em 1690)

Marková, I. (2007). *Dialogicité et représentations sociales*. Paris: PUF.

Merleau-Ponty, M. (1998). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.

Moliner, P. (1996). *Images et représentations sociales. De la théorie des représentations à l'étude des images sociales*. Grenoble: PUG.

Moscovici, S. (1961, 1976). *La psychanalyse, son image et son public* (1976, 2ª ed., revista). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1984). Introduction: le domaine de la psychologie sociale. *In* S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 5-22). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Klick (Eds.), *The Psyhology of the social* (pp.209-247). Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. & Marková, I. (2000). Ideas and their development: A dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. *In* S. Moscovici (Ed.), *Social Representations*, (pp. 224-286). London: Polity Press.

Ortoli, S. & Pharabod, J.P. (2004). *Le Cantique des quantiques*. Paris: La Découverte.

Piaget, J. (1969). *Psychologie et Épistémologie*. Paris: Gonthiers & Denoël.

10 Sobre o pensamento social e sua gênese: algumas impressões

Celso Pereira de Sá
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Ao se completarem 50 anos da primeira publicação do livro *La psychanalyse, son image et son public*, a psicologia social tem certamente muito o que comemorar. Cada capítulo desta oportuna coletânea evocativa aborda um ou mais aspectos da contribuição maior de Serge Moscovici. O objetivo do presente capítulo é destacar o que ela representa para a configuração e consolidação do campo de estudo do pensamento ou conhecimento do senso comum na vida cotidiana, em especial da sua gênese e do seu uso nas interações sociais que se desenvolvem nos contextos urbanos contemporâneos.

Ultimamente, sempre que possível, ao invés de usar um estilo acadêmico impessoal nos meus escritos, tenho preferido relembrar as circunstâncias pessoais do contato com tais ou quais obras no âmbito da psicologia social, as impressões que formei sobre elas, o

que gostei ou não gostei nelas, os conhecimentos anteriores com que as associei, o impacto ou influência que tiveram nas minhas próprias reflexões, e assim por diante. Assim, o presente capítulo segue uma linha de rememoração de impressões pessoais formadas sobre o "livro de Moscovici" (como passo a chamar, por uma questão de economia verbal) e sobre certas outras obras e autores, bem como das reflexões que as acompanharam.

Meu primeiro contato com o "livro de Moscovici" se deu em 1978, através da tradução brasileira da primeira parte da segunda edição francesa. Gostei muito do texto e passei a indicá-lo aos meus estudantes. Mas só alguns anos mais tarde, ao ler alguns capítulos da coletânea *Psychologie Sociale* organizada por Moscovici, é que me dei conta de que se tratava de uma nova e instigante teoria em psicologia social. Ao longo dos demais anos da década de oitenta, estudei a edição francesa de 1976 e tudo o mais que pude "garimpar" acerca de "Moscovici e suas representações sociais". O que aprendi, então, busquei repassar aos estudantes e colegas mais novos em um capítulo do livro *O Conhecimento no Cotidiano,* de 1993, organizado por M-J. Spink (Sá, 1993). Finalmente, há poucos anos, tive contato com a edição de 1961 do "livro de Moscovici".

Como a aquisição e a sistematização de novos conhecimentos não se faz sobre uma “tábula rasa”, essa familiarização gradativa com a perspectiva moscoviciana do pensamento social teve como pano de fundo o que eu já conhecia em termos de psicologia social e as minhas preferências quanto ao tratamento das questões psicológicas e psicossociais. Nesse sentido, as impressões e reflexões sobre as “representações sociais de Moscovici” são confrontadas com impressões e reflexões sobre outras perspectivas acerca do pensamento social. Essas análises comparativas se encontram distribuídas em três seções principais, às quais se segue uma seção adicional, de natureza alternativa.

Primeiras impressões

Quando comecei a estudar a teoria das representações sociais, eu já estava familiarizado com as contribuições da chamada “psicologia social psicológica americana”, das quais, no que se refere ao estudo do pensamento social, cabe destacar o livro de Fritz Heider, *The psychology of interpersonal relations*, de 1958 (publicado no Brasil em 1970). Já conhecia também as contribuições dos psicólogos sociais de formação sociológica, das quais, sobre a mesma questão, destaca-se o livro de Peter Berger e Thomas

Luckmann, *The social construction of reality*, de 1966 (traduzido para o português em 1974).

Se a tais trabalhos somarmos o "livro de Moscovici", de 1961, não se pode deixar de ficar impressionado com essa quantidade de perspectivas teóricas, de origens distintas, mas surgidas quase ao mesmo tempo e acerca da mesma temática psicossocial: o conhecimento na vida social. Enquanto o livro de Heider, com sua análise da "psicologia ingênua" nas relações entre as pessoas, parecia configurar uma *psicologia do conhecimento*, o livro de Berger e Luckmann, ao tratar da "realidade da vida cotidiana", se definia como uma *sociologia do conhecimento*, e o livro de Moscovici, com o estudo do "senso comum" nas sociedades contemporâneas, propunha inaugurar uma *psicossociologia do conhecimento.*

Trata-se, de fato, de três notáveis marcos históricos que, embora de forma independente, balizaram em comum – e antes mesmo da "crise da psicologia social" dos anos setenta – uma guinada dos estudos psicossociais em direção à ocupação com a construção e o uso do conhecimento na vida real cotidiana. Além de prover demonstrações propriamente acadêmicas, aqueles autores justificaram as suas respectivas guinadas com argumentos de natureza impressionista, os quais não deixaram de ter um impacto na formação das minhas próprias impressões. Aí vão alguns deles.

Heider (1958/1970), na introdução do seu livro, especula que, se todo o conhecimento da humanidade em física e biologia desaparecesse, as nossas vidas cotidianas seriam completamente alteradas, mas que, se o conhecimento científico acumulado em psicologia desaparecesse, elas não mudariam em nada. Isto porque nós não utilizamos esse conhecimento nas nossas relações sociais do dia a dia, mas sim o que ele chamou de “psicologia ingênua”, que é ensinada em casa, pelos pais e avós, na escola, mais pelos colegas do que pelos professores, nos bares e *shoppings*, pelo grupo de amigos, e ainda através dos romances, das novelas de TV, dos filmes e, cada vez mais, das redes sociais na internet.

Berger e Luckmann (1966/1974), ao criticarem a ocupação exclusiva com a história das ideias por parte das versões da sociologia do conhecimento que precederam a sua própria, afirmam, de forma desafiadora, que “o pensamento teórico, as ideias (...) não são tão importantes assim na sociedade”, que “exagerar a importância do pensamento teórico na sociedade e na história é um natural engano dos teorizadores”, que “formulações teóricas da realidade, sejam científicas ou filosóficas, sejam até mitológicas, não esgotam o que é ‘real’ para os membros de uma sociedade”. E, então, propõem que “a sociologia do conhecimento se ocupe do que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana” (pp. 29-30).

Moscovici também usou brilhantes argumentos impressionistas, analogias e metáforas, para falar aos seus leitores. Já no livro original, segundo a crítica de Figueira (1980), ele teria apresentado a noção de representações sociais de doze diferentes maneiras, dentre as quais se destacam: “o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais”; “teorias do senso comum, em sua versão contemporânea”; “ciências coletivas *sui generis*”. Um dos argumentos que mais me impressionou, em um texto posterior de Moscovici, foi o de que nós não vivemos apenas num ambiente feito de objetos, naturais ou construídos pelo homem, mas também em um “ambiente de pensamento”, construído e reconstruído continuamente pela atividade cognitiva e comunicativa humana.

Não deixa de ser tentador fazer um exercício de comparação entre as perspectivas de Heider, de Berger e Luckmann e de Moscovici, em termos de sua abrangência conceitual no que se refere ao pensamento social. Mas, passado já cerca de meio século desde as suas formulações originais, parece-me mais oportuna uma apreciação comparativa dos destinos acadêmicos que elas tiveram ao longo desse tempo e das suas respectivas inserções no contexto da psicologia social contemporânea. É disto que trata o próximo conjunto de impressões e reflexões.

Segundas impressões

Os destinos dessas três perspectivas acerca do pensamento social foram bastante distintos. E não se poderia esperar outra coisa, visto que

elas se inseriam em diferentes tradições da psicologia social *stricto sensu*[1] e

(1) A expressão "psicologia social *stricto sensu*" é aqui utilizada para designar o conjunto de correntes teóricas desenvolvidas ao longo da história da psicologia social e reconhecidas nos manuais de psicologia social, a saber: a psicologia social psicológica americana; o interacionismo simbólico; a psicologia social sociológica europeia. Embora originadas em outras áreas do conhecimento, tais correntes se autonomizaram em relação a elas na constituição da psicologia social, à qual se encontram estritamente vinculadas.

consequentemente, vieram a ocupar nichos distintos no panorama contemporâneo da disciplina.

O projeto de Heider, de embasar a pesquisa científica das relações interpessoais em uma análise preliminar da psicologia ingênua acabou por se transformar em algo bem menos ambicioso, face à orientação predominante na "psicologia social psicológica americana", desde Lewin, da construção e testagem experimental de teorias. O próprio Heider avalizava tal orientação e a assumiu no desenvolvimento da sua teoria do equilíbrio, mais diretamente testável do que as proposições originais das quais ela derivara.

De qualquer forma, foi o trabalho de Heider que, de um modo geral, inspirou as sucessivas teorias da atribuição de causalidade, que constituem hoje um dos campos mais produtivos da psicologia social de lavra americana.

Embora as ideias originais de Heider – ao tomar como objetos básicos de análise as noções comumente usadas na psicologia ingênua, como "dever" e "poder" – pudessem se situar, segundo a classificação das explicações psicossociais proposta por W. Doise[2] (1986), nos níveis posicional e ideológico, as teorias menores por elas inspiradas acabaram por se fixar nos níveis intrapessoal e interpessoal, privilegiados pela vertente americana da psicologia social. A rigor,

(2) Doise, W. (1986). Levels of explanation in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press. Desse texto são extraídas as seguintes caracterizações: (1) no nível intrapessoal, a interação entre o indivíduo e o ambiente social não é tratada diretamente, e apenas os mecanismos pelos quais o indivíduo organiza a sua experiência são analisados; (2) no nível interpessoal, o objeto de estudo é a dinâmica das relações estabelecidas em determinado momento por determinados indivíduos em uma determinada situação; (3) no nível posicional, encontram-se as explicações que incluem as diferenças em posição social que existem previamente à interação entre diferentes categorias de sujeitos; (4) no nível ideológico, são introduzidas na pesquisa e na explicação as próprias ideologias, os sistemas de crenças e representações, os valores e as normas, que toda sociedade desenvolve para validar e manter a ordem social estabelecida.

dentre esses dois níveis, veio a prevalecer o nível intrapessoal, visto que o foco explicativo das teorias da atribuição tem recaído sistematicamente sobre os processos psicológicos individuais que supostamente regeriam as relações interpessoais.

Berger e Luckmann (1966/1974), por seu turno, embora não incluíssem explicitamente a sua teoria no âmbito da psicologia social, acreditavam que ela sugeria “uma interessante possibilidade para o que poderia ser chamado de psicologia sociológica, isto é, uma psicologia que deriva suas perspectivas fundamentais da compreensão sociológica da condição humana” (p. 243). Os autores baseiam tal sugestão no uso que fizeram do pensamento de George H. Mead no seu capítulo de caracterização da “sociedade como realidade subjetiva”, que pode ser visto como a contrapartida psicológica do capítulo sobre “a sociedade como realidade objetiva”, no qual são desenvolvidos argumentos sociológicos variados.

O destino da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann na psicologia social foi o mesmo das perspectivas que se vinculam de modo mais explícito ao “interacionismo simbólico” –do qual Mead foi precursor –, como a original analogia entre o papel no teatro e na vida cotidiana, proposta por E. Goffman. Por mais instigantes e convincentes que suas explicações teóricas sejam (como, de fato, são), elas têm se mostrado mais proveitosas na interpretação de situações sociais já bem conhecidas do que na condução de pesquisas empíricas sobre novos objetos efetivamente informadas pelos seus conceitos e proposições.

Em um exercício de apreciação dos níveis explicativos em que a “construção da realidade da vida cotidiana” opera, ela parece se situar nos quatro níveis propostos por Doise (1986), mas a minha impressão é que os níveis extremos –intrapessoal e ideológico – são alcançados de forma menos consistente do que os níveis interpessoal e posicional. Ou seja, o “processo de construção” é descrito detalhadamente, em termos da interação social cotidiana entre pessoas de iguais e de distintas posições, mas isso parece ocorrer em detrimento da ocupação com o conteúdo da “realidade” assim construída, como subjetiva e coletivamente “representada”.

O termo “representada”, com que o último parágrafo terminou, foi empregado como um “gancho”, para introduzir as impressões sobre a contribuição do “livro de Moscovici” ao estudo do

pensamento social. Dentre as três perspectivas teórico-conceituais cotejadas, o termo “representação” só mereceu uma exploração de natureza psicossocial por parte de Moscovici. E eu tenho a impressão de que disso pode ter advindo sua posição diferenciada, no que se refere aos dois critérios comparativos usados nas apreciações das perspectivas anteriores: os níveis de explicação psicossocial atendidos e os respectivos destinos como “paradigmas” para a pesquisa psicossocial contemporânea.

Embora eu não conhecesse os “níveis de explicação de Doise” quando formei as minhas primeiras impressões sobre o que as três distintas “psicologias sociais” tinham produzido em relação ao pensamento social, eles me foram muito úteis como critérios comparativos nas minhas reflexões posteriores. Nessas reflexões atuais, indo talvez além do autorizado por Doise, penso que uma abordagem teórica que proporcione – ou, pelo menos, busque proporcionar – explicações nos quatro níveis seja, em termos dos desafios enfrentados pela psicologia social, preferível àquelas que optam por – ou acabam por permanecer em – um ou dois de tais níveis de explicação científica.

Nesse sentido, as reflexões sucintas sobre a perspectiva de Heider (1958/1970) levaram à conclusão de que apenas os níveis intrapessoal e interpessoal foram de fato atendidos e que, dentre os dois, prevaleceu o nível explicativo intrapessoal. Das reflexões sobre

a contribuição de Berger e Luckmann (1966/1974) ficou a impressão de que os quatro níveis foram considerados, nos termos conceituais iniciais, mas as proposições teóricas finais terminaram por se concentrar nos níveis interpessoal e posicional. Já a teoria das representações sociais de Moscovici parece efetivamente perpassar os quatro níveis explicativos. Isso é evidente em relação ao nível ideológico, ou seja, à ocupação com o "ambiente de pensamento" em que a sociedade consistiria. Quanto ao nível posicional, a pesquisa original de Moscovici (1961/1976), ao comparar as representações da psicanálise construídas por profissionais liberais, por estudantes "de liceu", por alunos de escolas técnicas e por operários, preenche obviamente tal requisito. O nível interpessoal corresponde a nada menos do que ao "carro chefe" da teoria, isto é, à interação social, que é explorada desde a situação face a face até à comunicação midiática. Com relação ao nível intrapessoal, a minha impressão é que, embora possa ter sido menos privilegiado de início, o desenvolvimento da teoria o tem tornado cada vez mais presente, quando, por exemplo, se insiste na maior consideração dos aspectos emocionais e afetivos das representações, os quais podem ser desencadeados por relações interpessoais e mesmo ideológicas, mas têm necessariamente a sua "sede operacional" no psiquismo individual.

A capacidade para gerar pesquisas empíricas e para ensejar desdobramentos teóricos são critérios comumente usados na avaliação do vigor acadêmico das teorias, pelo menos no domínio

das ciências humanas e sociais. Por exemplo, a teoria da dissonância cognitiva, de L. Festinger, foi a campeã da psicologia social na segunda metade do século passado. Não obstante, o interesse por ela praticamente já se extinguiu, mesmo nos Estados Unidos, o que sugere que tal critério deva ser visto como apenas relativo. Pode ser talvez tomado como um denominador comum básico, à falta do qual, depois de alguns anos da sua publicação, a teoria "já era"(3). Nesse sentido, as três

(3) Gíria, um tanto antiga e talvez já esquecida, gramaticalmente incorreta, que sintetiza "algo que se pretendeu constituir ou que chegou a prevalecer durante um tempo, mas que, de repente, teve fim". Quando esse "algo" era trazido a uma conversa, podia-se ouvir que "isso já era"

teorias aqui avaliadas parecem ter passado no teste, mas ficando cada uma delas circunscrita ao seu próprio nicho acadêmico. No meu entender, há, entretanto, uma diferença a assinalar: enquanto, ao longo das últimas décadas, o nicho em que se situam as pesquisas derivadas do trabalho de Heider permaneceu muito extenso, tanto quanto já era, e o nicho de Berger e Luckmann manteve a mesma reduzida extensão que já possuía, o nicho inaugurado por Moscovici se expandiu bastante, na França e na Europa, depois na América Latina, em especial no Brasil, e atualmente na África e na Ásia.

Quanto ao outro critério de avaliação do vigor das teorias, ou seja, os desdobramentos que elas têm ensejado, minhas impressões são as que se seguem. A teoria de Berger e Lukmann foi proposta de

forma tão completa e definitiva que acabou por não gerar “filhotes”. Por outro lado, a perspectiva de Heider parece tê-los gerado em boa quantidade e diversidade, sob a forma de “microteorias”, como tem sido a tradição na psicologia social americana. Mas, ao tornarem suas proposições mais específicas e precisas, tais teorias derivadas parecem se autonomizar e, assim, confundir a identificação da sua “paternidade”. Ou seja, não há como afirmar com certeza quais delas têm efetivamente Heider como um precursor. Ao contrário, a “teoria geral” de Moscovici tem ensejado desdobramentos que buscam complementá-la de diferentes maneiras, mas mantendo-a explicitamente como uma matriz comum. Parece haver, assim, por parte dos seguidores da teoria das representações sociais, uma consciência de continuidade nos seus esforços de intervenção sobre o que Moscovici mesmo entendera como “uma teoria construção”.

De fato, ao considerar que a teoria das representações sociais, quando da sua divulgação inicial, se achava ainda em processo de construção, Moscovici encorajou a realização de pesquisas empíricas –como a que ele mesmo fizera –, com vistas à produção de uma extensa base factual capaz de sustentar o refinamento posterior das proposições teóricas. Além de ter levado à emergência de perspectivas complementares à teoria geral, tal orientação tem ensejado a condução, pelo mundo afora, de pesquisas tão

numerosas quanto diversificadas do ponto de vista dos grupos sociais e de seus objetos de representação.

Essa diversificação parece se fundamentar na postulação de que “as representações sociais têm sempre um sujeito e um objeto”, ou seja, “são sempre de alguém e sobre algo”. Isto as diferencia tanto do constructo antropológico de “imaginário social” quanto da perspectiva da “construção social da realidade” e do movimento pós-modernista do “construcionismo social”, aos quais falta a exigência dessa especificação. Não creio que seja “pouca coisa” essa vinculação entre um dado sujeito coletivo que pensa (ou representa) e um dado objeto do seu ambiente – físico, social ou ideal – que é pensado (ou representado). Isto porque, na ausência de tais definições específicas, ficaria difícil perguntar aos componentes de uma população –como, a meu ver, a psicologia social exige – o que eles pensam e sentem sobre alguma das “coisas” que os rodeiam? É ao fazer isso que a psicologia social pode descrever o conteúdo e a estrutura do pensamento social, sem ter que se restringir aos dados proporcionados por documentos, “informantes”, “especialistas” e a mídia. Estes dados são imprescindíveis para a identificação das fontes e das circunstâncias do desenvolvimento do pensamento social, mas não substituem o conhecimento das “representações sociais vivas” de uma dada população acerca daquilo que realmente lhes importa na sua vida cotidiana.

Terceiras impressões

Este terceiro conjunto de impressões e reflexões, menos extenso que o anterior, tem como foco as bases ou dimensões psicológicas privilegiadas em cada uma das três perspectivas acerca do pensamento social. Meu interesse pela questão deriva da convicção de que, ao mesmo tempo em que não se faz psicologia social apenas com a psicologia –como meu ex-aluno e colega R. Vieiralves gosta de dizer –, também não se pode fazê-la sem a psicologia, como eu aprendi com meu antigo professor e orientador E. Schneider.

Nenhuma das teorias aqui focalizadas foi construída sem uma base ou dimensão psicológica, como é comum encontrar em formulações mais recentes no âmbito de uma "psicologia social *lato sensu*[4]. Não obstante, o confronto entre as "psicologias" que informaram as "psicologias sociais" de Heider, de Berger e Luckmann e de Moscovici pode ser esclarecedor de algumas das diferenças entre seus respectivos tratamentos teóricos do pensamento social.

A base psicológica da perspectiva de Heider (1958/1970) foi extraída da psicologia cognitiva, na versão inatista da *Gestalt*, que predominava na psicologia social dos anos cinquenta. Na verdade, aqueles psicólogos sociais não pareciam estar comprometidos com a orientação inatista de tal psicologia; isso não devia lhes importar muito, desde que ela lhes proporcionasse os conceitos e

processos de ordem cognitiva que eles pudessem estender ao domínio social ou, pelo menos, adjetivar como "sociais". Já Berger e Luckmann (1966/1974) adotaram explicitamente como base psicológica para a sua teoria as proposições originais de G. H. Mead, cuja contribuição para a psicologia social é "antológica", situada historicamente entre a máxima de que "indivíduo e sociedade são duas faces da mesma moeda" (devida a C. H. Cooley, em 1902) e a formalização teórica do "interacionismo simbólico", do qual foi o principal precursor. Finalmente, Moscovici elegeu, desde o princípio, como base psicológica da sua teoria a perspectiva genética de J. Piaget mas, apesar disso, não tem

(4) A expressão "psicologia social *lato sensu*" é aqui utilizada para designar o conjunto de correntes teóricas originadas em outros campos disciplinares, dos quais se mantêm caudatárias e com os quais continuam a se identificar, e que, para fins de vinculação institucional, têm se abrigado sob o rótulo de psicologia social, mas sem atender aos requisitos básicos da disciplina, como o de se ocupar explicitamente da dimensão psicológica dos fenômenos estudados. É, pois, num sentido amplo (lato), que tais correntes são chamadas de psicossociais.

deixado de admitir outros aportes, como aqueles proporcionados por F. C. Bartlett e por L. S. Vygotsky.

A minha impressão é que tanto Heider quanto Berger e Luckmann tomaram como base, ou dimensão psicológica para a formulação de suas respectivas teorias sobre o pensamento social, aquilo que se encontrava mais disponível, ou que lhes parecia mais "natural". No caso de Heider, esse caráter natural provinha certamente de sua plena inserção no "*boom*" da psicologia social de orientação gestaltista que se observava à sua época. No caso de

Berger e Luckmann, a psicologia de Mead, desde sempre social e imbricada com a "compreensão sociológica" do homem, era igualmente o que estava mais próximo deles e o que lhes era mais conveniente. Provavelmente, é quase sempre assim que acontece, mas não por mero oportunismo e sim por conveniência científica legítima (digo isto afirmativamente, não como uma ironia). Não obstante –e há que se tomar isso como um diferencial –, não foi assim que aconteceu com a teoria das representações sociais. Moscovici encontrou a perspectiva psicológica de Piaget enquanto ainda buscava um conceito adequado para as suas primeiras intuições e, segundo ele mesmo, foi a familiarização com a obra de Piaget que o levou a travar contato com a fonte sociológica mais direta – ou seja, a "representação coletiva" de Durkheim" – para a construção sua própria noção de ordem psicossocial.

As três perspectivas sobre o pensamento social parecem, pois, nitidamente distintas no que se refere às suas respectivas dimensões psicológicas. Heider assume uma explicação de tipo cognitivo estrito, cuja natureza individualizada dificulta a consideração de fatores sociais na gênese e no funcionamento do pensamento social, os quais terminam por ser genericamente referidos como "variáveis situacionais", às quais falta maior substância histórica e cultural. Em um extremo oposto, Berger e Luckmann adotam uma referência sociointeracional, à qual falta uma consideração mais específica dos

mecanismos psicológicos envolvidos na gênese e no funcionamento do pensamento social, os quais passam a ser englobados em um processo genérico de “interiorização”, cujos estados “intrapessoais” dele decorrentes não chegam a ser satisfatoriamente caracterizados. Finalmente, Moscovici privilegia uma construção que se ocupa explicitamente da gênese das funções cognitivas, assegurando assim à sua teoria não apenas uma base psicológica consistente, mas também –desde que se minimize seu viés evolutivo-inatista – plenamente articulável com as dimensões sociais, culturais e históricas que igualmente a informam.

Levando em consideração o alerta de J. Maisonneuve (1977) para os riscos que podem rondar a psicologia social, devido à natureza que ele mesmo lhe atribui de “ciência charneira” entre a psicologia e a sociologia, pode-se –em uma análise impressionista, como já assumida neste capítulo – aventar que talvez a psicologia social do pensamento suscitada pelo trabalho de Heider tenha se constituído em uma “sociologia para psicólogos”, enquanto a perspectiva de Berger e Luckmann tenha se aproximado de uma “psicologia para sociólogos”. Ou seja, as formações acadêmicas básicas de um e outros desses autores, bem como os vieses disso derivados, os teriam levado a produzir “psicologias sociais” consistentes no que se refere a um dos seus polos, mas apenas “aproximativas” (à falta de melhor caracterização) em relação ao

outro polo. Moscovici não teria incorrido em tais riscos porque, ao invés de adotar aquela concepção híbrida da psicologia social, buscou caracterizá-la como uma ciência autônoma, em igualdade de condições com a sociologia, a antropologia e as demais ciências humanas. Por outro lado, como Moscovici já declarou em entrevistas, a teoria das representações sociais teria sido um produto da sua "idade da inocência". Isto me parece querer dizer que, não conhecendo então tudo o que já havia sido escrito em relação direta ou indireta com a questão do pensamento social, ele não tinha compromissos com nenhuma corrente teórico-conceitual disciplinar já existente e podia buscar, como fez, os melhores subsídios acadêmicos – de acordo com a sua própria avaliação crítica – onde quer que estivessem, sem qualquer consideração quanto a eventuais fronteiras disciplinares. Daí, acredito, ele ter conseguido erigir uma "psicologia social do pensamento" que, embora com débitos em relação à psicologia e à sociologia (e também a uma certa antropologia), terminou por se autonomizar em relação a tais disciplinas.

Há algo, entretanto, em comum nas perspectivas de Heider e de Moscovici, que é a rejeição explícita de possíveis bases psicológicas behavioristas para as suas perspectivas sobre o pensamento social. Isso é talvez menos presente na teoria de Berger e Luckmann, por sua vinculação ao pensamento de Mead, que lhes fazia restrições,

mas chegou a caracterizar o seu próprio sistema como um "behaviorismo social". De qualquer forma, se tais supostas ou possíveis bases não são invocadas pelas teorias aqui examinadas, isto quer dizer que elas não fazem falta às considerações desenvolvidas nas seções que ora se encerram. Por outro lado, elas estiveram envolvidas nas impressões e reflexões que eu fui desenvolvendo aos poucos a propósito de uma psicologia social do pensamento. Por isso, tomo a liberdade de rememorá-las na próxima seção, desde logo admitida como adicional ou alternativa.

Impressões adicionais

Em primeiro lugar, quando conheci os trabalhos de Heider, de Berger e Luckmann e de Moscocici, eu já estava familiarizado com as contribuições de Skinner ao estudo das relações entre indivíduo e sociedade, em *Science and Human Behavior*, de 1953 (publicado no Brasil em 1967), e em *Verbal Behavior*, de 1957 (publicado no Brasil em 1978). E, por paradoxal que isso possa parecer a alguns, foi devido à familiarização prévia com o trabalho de Skinner e com suas implicações psicossociais – já exploradas na minha dissertação de mestrado[5] – que eu passei a me interessar pelo tipo de psicologia social que Moscovici buscava instituir.

De fato, quando dos meus primeiros contatos com o conceito e a teoria das representações sociais, eu estava escrevendo uma tese de doutorado sobre o "behaviorismo radical de B. F. Skinner", defendida em 1985. Ele criticava vigorosamente todas as explicações ditas "mentalistas", não só da *Gestalt* e da Psicanálise, mas também aquelas do chamado "behaviorismo mediacional", pelo fato deste introduzir uma variável de natureza interna aos indivíduos entre o ambiente em que eles se inserem e os comportamentos que nele emitem. As perspectivas criticadas por Skinner eram, principalmente, aquelas que sustentavam o caráter inato ou autônomo dos processos psicológicos. Isto porque as construções cognitivas e afetivas propostas por tais perspectivas independiam do meio físico e social, ou minimizavam o seu papel como apenas acessório no desenvolvimento das habilidades e competências dos indivíduos.

Àquela época, o behaviorismo já se encontrava em declínio, não conseguindo resistir à chamada "revolução cognitiva", no âmbito da qual foi muito festejado o golpe desferido na abordagem skinneriana

---

(5) "Aspectos psicológicos do controle social", pela Fundação Getúlio Vargas, em 1978; publicada como o livro "Psicologia do controle social", pela Editora Achiamé, do Rio de Janeiro, em 1979.

por Noam Chomsky, um linguista de convicções inatistas, através de sua resenha crítica do livro *Verbal Behavior*[6] de Skinner. Naquela obra, Skinner dera um importante passo para a inclusão explícita do comportamento humano no seu sistema, a partir da definição do comportamento verbal como aquele que "somente é eficaz através da mediação de outrem", complementada por uma extensa descrição das formas pelas quais uma "comunidade verbal" modela

e mantém as respostas desse tipo nos repertórios dos seus membros individuais.

Com isso, ele atribuía à interação social um caráter básico na constituição da linguagem e afirmava que esta resulta de uma "construção social". Sua descrição da aquisição e do uso da linguagem em função de numerosas, cotidianas e diversificadas intervenções sociais foi ridicularizada por Chomsky, que substituía toda essa complexa construção social pela operação de um LAD ou "*language acquisition device*", um mecanismo inato (localizado não se sabe onde), o qual (nunca se disse exatamente como) seria responsável pela aquisição e uso da linguagem por qualquer indivíduo sadio, independentemente do meio social em que nascesse e da língua aí falada.

Assim como tais concepções inatistas e/ou autonomistas não tinham nada a dizer sobre a aquisição ou formação das linguagens, falas ou comportamentos verbais, também pouco tinham a dizer acerca da gênese social e cultural do pensamento, bem como do seu uso na vida cotidiana. Ao contrário, a perspectiva de Skinner le

---

(6) Dizia-se, então, que Chomsky havia arrasado o sistema de Skinner, o que me perturbou por algum tempo, até eu ler a tal resenha e não encontrar nada disso. O que encontrei e discuti está no artigo "O comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de 'O comportamento verbal' de Skinner", publicado em Forum Educacional, 6 (1), 1982, pp. 22-51.

va em conta o peso da cultura no estabelecimento dos repertórios de comportamentos sociais humanos, ao distinguir entre o comportamento diretamente dependente das contingências de reforço, que diz respeito tanto aos animais quanto aos homens, e o "comportamento governado por regras", que é, por definição, um

produto das sociedades humanas, da sua história e da sua cultura. No meu entender, são essas "regras" – sob a forma de preceitos, códigos, máximas, silogismos, ensinamentos, valores declarados, atitudes a assumir, convicções, orientações, espertezas, jeitinhos etc, etc, etc. – que constituem o "ambiente de pensamento" em que Moscovici entende estar imersa a vida cotidiana nas sociedades urbanas contemporâneas.

Para concluir, quando, após já ter estudado quase toda a obra de Skinner, passei a estudar a obra de Moscovici, fui, aos poucos, chegando à conclusão de que o behaviorismo radical(7) poderia constituir uma consistente base psicológica para a teoria das representações sociais. Apresentei essa ideia em duas ocasiões – em um artigo, em 1994, e em um simpósio, em 1998 –, nas quais argumentei

---

(7) Considerando que a "filosofia da ciência" então dominante no cenário intelectual era inadequada para dar conta do seu "sistema psicológico", Skinner formulou o "behaviorismo radical" como a filosofia da "análise experimental do comportamento". Foi tal "filosofia do comportamento" que, por me parecer mais abrangente e flexível que a "ciência do comportamento" skinneriana, eu propus como de possível e proveitosa articulação com as proposições moscovicianas acerca do pensamento social, as quais, de resto, já foram caracterizadas, por I. Markovà como constituindo uma "nova epistemologia" no domínio da psicologia social. A propósito, Piaget, que tanto influiu no pensamento de Moscovici, também criou uma filosofia própria para as suas investigações e teorias acerca do desenvolvimento cognitivo, a chamada "epistemologia genética".

que as proposições de Moscovici sobre a gênese social das representações sociais, com sua sutil e refinada descrição das circunstâncias em que ela se processa, ganhariam maior consistência em nível intrapessoal(8) se fossem articuladas às

proposições de Skinner acerca da gênese social do pensamento em geral, que traziam uma igualmente sutil e refinada descrição das contingências de reforço que presidiriam tal construção. Isto não chegou a ser levado em consideração como uma possível contribuição ao desenvolvimento do conceito e da teoria das representações sociais. Mas, quem sabe, talvez, ao longo dos próximos cinquenta anos ...

---

(8) A rigor, na perspectiva do behaviorismo radical, o “intrapessoal” consiste não em “estruturas cognitivas” internas inferidas, como em Piaget, mas em repertórios comportamentais estabelecidos em função dos “reforços” diretamente recebidos ou daqueles responsáveis pelo cumprimento das “regras” vigentes. Se tais efeitos “psicológicos” são “sintetizados” em termos de uma “internalização cognitiva das regras” ou são “analisados” como “comportamento prontamente emissíveis”, os resultados de uma ou de outra de tais “teorizações” parecem terminar por ser, em termos psicossociais, essencialmente os mesmos.
.

Referências

Berger, P. L. & Luckmann, T. (1974). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

Doise, W. (1986). *Levels of explanation in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Figueira, S. A. (1980). A "representação social" da psicanálise. *In* S. A. Figueira (Org.). *Psicanálise e ciências sociais* (pp. 281-343). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

Heider, F. (1970). *Psicologia das relações interpessoais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Maisonneuve, J. (1977). *Introdução à psicossociologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Moscovici, S. (Org.) (1984). *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.

Sá, C. P. (1978). *Aspectos psicológicos do controle social*. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

Sá, C. P. (1979). *Psicologia do controle socia*l. Rio de Janeiro: Achiamé.

Sá, C. P. (1982). “O comportamento verbal de Chomsky em sua resenha de ‘O comportamento verbal’ de Skinner”. *Forum Educacional*, *6* (1), 1982, 22-51.

Sá, C. P. (1985). O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante, Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

Sá, C. P. (1993). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In* M-J. Spink (Org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Sá, C. P. (1994). Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, *3*, (1), 40-46.

Sá, C. P. (1998). Symposium International: questions d’épistémologie autour des Représentations Sociales. Natal.

Skinner, B. F. (1967). *Ciência e comportamento humano*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Skinner, B. F. (1978). *O comportamento verbal*. São Paulo: Editora Cultrix.

11 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PSICOLOGIA SOCIAL

Augusto Palmonari
Universidade de Bolonha
Javier Cerrato
Universidade do País Basco

Traduzido por Juliana Harumi Chinatti, do original em espanhol

Crise da Psicologia Social

Durante os anos 1970, ocorreu, dentro da Psicologia Social, uma série de questionamentos radicais acerca dos fundamentos sobre os quais se assentava a prática científica da disciplina, levando a um período que tem sido chamado de “crise da Psicologia Social” (Collier, Minton & Reynolds, 1996). Seus antecedentes podem ser buscados no final dos anos 1950, nos debates sobre sua suposta "objetividade". Não se deve também esquecer a crítica sistemática do Interacionismo Simbólico às atitudes, que se iniciou com sua operacionalização experimental unida a um déficit na sua elaboração conceitual dentro da Psicologia Social (Blumer, 1954, 1969).

Nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, a Psicologia Social experimentou uma grande expansão. O aumento da quantidade e da variedade de pesquisas, o desenvolvimento de novas teorias e sua participação no esforço de guerra conduziram a no-

vas iniciativas para a aplicação da Psicologia Social. Todo esse clima de atividade produtiva refletiu-se nos cinco volumes da edição de 1968 do *Handbook of Social Psychology*, de Lindzey e Aronson. No entanto, durante os anos 1950, esse otimismo e confiança se alternavam com algumas críticas, como a de Asch (1952), que sustentava que os psicólogos iam rápido demais ao tentar imitar os métodos e procedimentos das ciências naturais e que, em vez de fazer uma descrição do comportamento humano, estavam fazendo uma caricatura; ou o próprio Gordon W. Allport (1954), que chegou a dizer que nenhum experimento se interpreta a si mesmo, mas, para isso, são necessárias teorias que transcendam os exemplos concretos, reconhecendo que a construção de teorias na Psicologia Social ainda estava na "infância".

As críticas não se limitavam ao problema da relevância social da disciplina, mas também aos seus fundamentos teóricos e metodológicos: começava a se questionar a forma como as teorias foram construídas, os vieses dos procedimentos experimentais e o abuso ético no tratamento dos sujeitos experimentais (Collier, Minton & Reynolds, 1996). Criticava-se a Psicologia Social por ser demasiado política (McGuire, 1965) ou não suficientemente política (Katz, 1978); por exagerar (Asch, 1952) ou ignorar o lado animal da natureza humana (Von Cranach, 1982), e por acentuar (Archibald, 1978) ou subestimar o grau de controle voluntário (Blumer, 1969).

Por tudo isso, no final dos anos 1960, a Psicologia Social passou por uma crise de confiança que, aliás, estendia-se a toda a Psicologia e demais ciências sociais com base em um ceticismo crescente no credo liberal, introduzido nas disciplinas sociais, segundo o qual se assumia que um melhor conhecimento empírico e sistemático sobre o funcionamento da sociedade e da política conduziria naturalmente à formulação inteligente de políticas para reduzir as desigualdades e as injustiças sociais e resolver os problemas da sociedade (Bernstein, 1976).

Considera-se que a crise surge a partir da publicação de um artigo de Kenneth Ring, em 1967, no *Journal of Experimental Social Psychology* (Collier, Minton & Reynolds, 1996). Nesta publicação, os psicólogos sociais eram acusados de ter caído em um mero "ritualismo metodológico", por se preocuparem mais em desenhar cautelosas situações experimentais, que lhes garantiam a publicação de seus resultados em periódicos científicos da disciplina, do que em resolver problemas socialmente significativos ou substantivos, considerando a relevância ou a própria pertinência social da Psicologia Social. Segundo Collier, Minton e Reynolds (1996), essa crise de confiança na Psicologia Social, durante os anos 1960 e 1970, foi produzida por três diferentes conjuntos de problemas. Cada um dos quais, por si só, causou uma crise: a crise dos instrumentos experimentais, a cri-

se ética do tratamento dos sujeitos experimentais e a ausência de relevância social (Miller, 1972; Pepitone, 1976; Rosnow, 1981).

Correntes alternativas

A reação dos psicólogos sociais europeus à crise da Psicologia Social, que naqueles anos (1964) formaram a *European Association of Experimental Social Psychology,* foi muito diferente da maioria, representada pela Psicologia Social acadêmica estadunidense. Essa crise da Psicologia Social coincidiu com o declínio do paradigma teórico-metodológico representado pelo behaviorismo e com o surgimento do paradigma cognitivo, baseado na busca de coerência como objetivo principal do comportamento humano.

Enquanto se estabelecia a corrente da Cognição Social em ambos os lados do Atlântico, na Europa tratou-se de revitalizar a disciplina seguindo um caminho diferente. O texto *The Context of Social Psychology*, editado por J. Israel e H. Tajfel (1972), constitui uma espécie de manifesto dessa nova orientação, relançando as contribuições culturais de Lewin, Asch e Sheriff para sustentar que a Psicologia Social não pode ser reduzida a um apêndice da Psicologia, mas deve ser considerada uma disciplina autônoma, uma ponte entre a Psicologia e outras disciplinas das ciências sociais como a Sociologia ou, sobretudo, a Antropologia, mas também com outras como a

Economia e Semiótica. É durante a interação com os Outros que surgem e se desenvolvem pensamentos, sentimentos e motivações humanas: a Psicologia Social, como tal, deve superar a oposição entre o nível de análise individual (tradicionalmente considerado como próprio da Psicologia) e o nível de análise centrado na sociedade (característica própria da Antropologia, Sociologia e Economia).

Para atingir esse objetivo, a Psicologia Social deveria ocupar-se, principalmente, em estudar a "produção" dos vínculos sociais. Lewin (1951) fez referência a isso quando assinalou que aquilo que define um grupo é *a interdependência entre os membro*s, entendida tanto em termos mentais como ideais ou materiais, e não simplesmente a *intersubjetividade mental*.

É nesse sentido que a Psicologia Social pode ser considerada uma ciência social, cujo objeto será o estudo das relações cotidianas que se produzem na realidade social, dos fenômenos relacionados à comunicação e à ideologia, ou seja, do conhecimento e das representações sociais. Não devemos confundir o senso comum ou a ideologia com a ciência, mas isso não implica, como a Cognição Social estadunidense trata de fazer, considerar o pensamento natural como algo carente de interesse na explicação e interpretação do comportamento social, pois esse se acha presente na maioria dos problemas e fatos socialmente relevantes em torno dos quais a Psicologia Social centra sua atividade. E se não for assim, então, a Psicologia Social

corre o risco de se tornar uma ciência que estuda o homem em laboratório, como se eles andassem em um vazio social ignorando a realidade que o rodeia. A partir desses pressupostos iniciais da Psicologia Social europeia, foi desenvolvida uma linha teórica original e de grande impacto no mundo acadêmico que é a Teoria das Representações Sociais (Palmonari, Cavazza & Rubinni, 2001; Palmonari & Doise, 1986; Moscovici, 1963 1967, 1981, 1984; Farr & Moscovici, 1984). O nascimento desta teoria vem oficializado com a publicação do livro "*La Psychanalyse, son image et son public*" (1961) e em 2011 festejamos o aniversário de seus 50 anos por meio do presente livro, "*Teoria das Representações sociais - 50 anos".* A TRS surge como orientação alternativa à corrente cognitivista "oficial" da Psicologia Social, com o propósito de oferecer outros caminhos para o estudo tradicional dos fenômenos sociais e psicossociais. No entanto, a TRS, assim como outras direções alternativas, compartilha alguns pressupostos comuns que, acima das nuances específicas de cada proposta, caracterizam todas elas. Entre outros pressupostos, temos os seguintes:

- Um radical *anti-positivismo,* em favor do reconhecimento do ser humano como "agente" parcialmente autodeterminado e da dimensão constitutivamente hermenêutica dos fenômenos sociais. Isso implica a impossibilidade lógica de elaborar modelos de previsão exatos do comportamento humano, já que o

contexto simbólico, no qual a ação social acontece, não é executado segundo fórmulas, nem está sujeito à determinação externa.

- Uma consideração do caráter histórico, "construído" das realidades psicossociais. Por conseguinte, as novas formas de Psicologia Social atribuem grande importância à linguagem e aos significados, enfatizam a racionalidade prática do comportamento e estão interessadas nos processos da vida cotidiana, bem como na reflexividade do conhecimento.
- A natureza social e histórica das ciências e, dentre elas, da própria Psicologia Social. A Psicologia Social e a Ciência em geral seriam, em si, práticas sociais como qualquer outra, exceto que seu objetivo e finalidade é estabelecer a *razão científica* em relação a um determinado fenômeno pertencente a certa dimensão da atividade humana, além de elaborar um discurso que nos permita compreender e explicar parcelas da vida social. As práticas científicas não trascendem o plano das produções humanas e, portanto, são igualmente históricas e contingentes.
- Na mesma direção, uma das características da nova Psicologia Social é a consideração da natureza histórica e simbólica da Psicologia Social, a importância atribuída à ação humana, à na-

tureza dialética da realidade social, à perspectiva construtivista, à natureza social do conhecimento científico.

Esse conjunto de pressupostos comuns indica que esta nova teoria transcende a problemática específica da Psicologia Social, e que a crise pela qual passou essa disciplina não foi um fenômeno conjuntural, mas tem a ver com uma questão muito mais ampla que afeta a concepção de racionalidade científica, em geral.

O surgimento da TRS

A Teoria das Representações Sociais, publicada pela primeira vez por Moscovici, em 1961, em francês, em seu famoso estudo sobre a difusão e transformação social da psicanálise na França, *La Psychanalyse: Son image et son public*, evidencia os processos pelos quais a teoria científica é descontextualizada do seu universo particular, por meio de sua propagação social e incorporação aos universos consensuais mediante a criação de representações sociais que nutrem os saberes do senso comum.

Em 1963, aparece no *Annual Review of Psychology*, pela primeira vez desde a sua fundação em 1946, e "coincidentemente" da mão de Moscovici, o primeiro artigo sobre atitudes, intitulado *Attitudes and Opinions* (Moscovici, 1963). A publicação talvez tenha se dado

como uma tentativa de responder à crise dentro da própria Psicologia Social instituída, revitalizando a área de estudo de atitudes, tema que, nas origens da Psicologia Social, foi considerado como o objeto de estudo emblemático da disciplina, tal como assinalaram Thomas e Znaniecki, em 1918, e G. W. Allport, em 1935. A publicação desse artigo é feita em detrimento da publicação correspondente à área de dinâmica de grupos, que vinha publicando periodicamente, quase todos os anos, desde a fundação da revista, em 1946, como expoente de uma parte importante da atividade dos psicólogos sociais.

Nesse artigo, é introduzido, pela primeira vez na história do *Annual Review of Psychology* e das publicações da Psicologia Social, o conceito de representações sociais.

Embora a maior parte do artigo seja dedicada à revisão de literatura sobre a pesquisa clássica das atitudes, na penúltima epígrafe Moscovici introduz brevemente um esboço da teoria: estabelece o objeto, realiza uma definição sucinta das representações sociais e delimita tanto suas condições de emergência como suas fontes de determinação (Moscovici, 1963).

Portanto, desde o início dos anos 1970 e na publicação representante do *estabilishment* da Psicologia Social dominante, aparece uma das alternativas europeias à crise da Psicologia Social (Palmonari, Cavazza & Rubinni, 2001). Com essa teoria, Moscovici recupera,

de alguma forma, o espírito do conceito de atitude de Thomas (Thomas, 1907; Thomas & Znaniecki, 1918, 1920), formalizado para explicar certas problemáticas sociais do seu tempo. Ou seja, um conceito cuja formalização na Sociologia se deu viculada a coordenadas sócio-históricas particulares, à sociedade estadunidense do novo século e às problemáticas da discriminação das mulheres, da imigração e do preconceito que existiam (e continuam existindo). De forma semelhante, Moscovici elaborou o conceito de representação social para explicar o comportamento social de um tipo particular de sociedade, a sociedade contemporânea, ligada aos processos de comunicação e informação social. A partir desse ponto de vista, tanto as atitudes de Thomas como as representações sociais de Moscovici se diferem das representações coletivas de Durkheim pelo seu caráter dinâmico, adequado para a análise do comportamento social nas sociedades cambiantes, como “a sociedade americana da virada do século nos Estados Unidos da América, em pleno progresso industrial e de urbanização” no caso das atitudes de Thomas, e no das representações sociais de Moscovici, “a sociedade dos meios de comunicação”. Essa noção de atitude se opõe ao caráter estático das representações coletivas, que implicam uma visão imutável da sociedade durkheimiana fundamentada sobre as instituições básicas como a religião ou o direito (Germani, 1967; Moscovici, 1981).

A Teoria das Representações Sociais aparece no campo da Psicologia Social europeia nesse período crítico, chamado de "crise da Psicologia Social", como uma contribuição para o debate dos pressupostos básicos da Psicologia Social, o distanciamento existente entre as explicações teóricas e as implicações práticas e sua concepção implícita do social (Allansdottir, Jovchelovitch & Sthathopoulou, 1993). Nesse período, também, teve lugar, a partir da Psicologia Social estabelecida, o surgimento da corrente denominada Cognição Social. Apesar de ter revitalizado a investigação psicossocial, ela não contribuiu, em larga medida, para resolver a crise, mas intensificou ainda mais o questionamento acerca do que é o social na Psicologia Social (Forgas, 1981). Nesse contexto, o surgimento da TRS teve um impacto sobre o estado da disciplina, já que contribuiu para a crise e para o questionamento da Psicologia Social, que vinha se desenvolvendo até aquele momento. O conceito de "representação social", como foi proposto por Moscovici inicialmente (1961) e, sucessivamente, aprofundado (Moscovici, 1981, 1982, 1984, 1988), criticava as dicotomias tradicionais de sujeito/objeto, teoria/método, individual/social, postulando que as características da sociedade constituem a base dos fenômenos psicossociais e lhes dá significado.

A excessiva "psicologização" do conceito de atitude foi utilizada por Moscovici (1963) como uma oportunidade para a formulação da TRS no início da crise, embora sua intenção tenha sido muito mais

ambiciosa ao questionar o paradigma que sustenta a Psicologia Social (Moscovici, 1981, 1984). O conceito psicossocial de atitude, inicialmente desenvolvido por Thomas (1907), no âmbito da Sociologia, foi individualizado por G.W. Allport (1935), ignorando toda referência aos valores e grupos sociais (Jasper & Fraser, 1984). Diante dessa "individualização" das atitudes, o caráter genuinamente psicossocial das representações sociais permite articular as atitudes e práticas com as posições sociais, com a comunicação e, em geral, com as interações simbólicas em que os membros de todas as sociedade estão imersos (Moscovici, 1961/1976, Doise, 1982, 1989).

Como antecedente à crise disciplinar, nos anos 1950, o panorama da Psicologia Social era o de uma amálgama de temas e ideias atomizadas e desconectadas entre si, de modo que a suposta unidade da Psicologia Social, como apresentada nos manuais, não era nada mais do que um exercício acadêmico. Embora a unidade dentro de um campo de investigação não seja um valor em si mesmo, também é verdade que a absoluta falta de unidade pode levar a um impasse. Para resolver esse problema, Moscovici *concentra-se no estudo do conhecimento social como objeto de pesquisa fundamental para a Psicologia Social*, porque engloba em si todos os processos psicológicos suscetíveis de serem estudados, tais como a memória, a percepção, o processamento de informação ou a dissonância etc, processos que atuam em conjunto com os aspectos da vida social,

tais como os valores, as normas, os símbolos e as tradições para gerar conhecimento em um contexto social. Todos são elementos adquiridos pelos indivíduos por meio de sua experiência em suas relações sociais, na família, no grupo de amigos, no trabalho ou em outras esferas dentro de uma cultura determinada (Moscovici, 2001). A esse respeito, podemos distinguir duas fontes de conhecimento social: a primeira delas é a experiência direta dos acontecimentos da vida cotidiana, acerca dos quais estamos implicitamente convencidos de que eles são "assim", sem qualquer dúvida, e que poderíamos dizer que é um conhecimento de "primeira mão"; a segunda se baseia no que os outros indivíduos, aos quais atribuímos credibilidade, nos dizem sobre as esferas da realidade que são inacessíveis diretamente por nós, como os cientistas ou os médicos e que, portanto, trata-se de um conhecimento compartilhado de "segunda mão", baseado na confiança em relação à fonte que proporciona a informação. Portanto, a *confiança* nos outros marca tanto a origem como a fronteira do conhecimento social, e não há nenhuma esfera da atividade intelectual, incluindo a ciência, em que isso não aconteça.

Moscovici considera que as representações sociais e os processos de comunicação, incluindo a influência social, são dois fenômenos significativamente relevantes para o estudo do conhecimento social e, portanto, a Psicologia Social deveria se basear no estudo de ambos os fenômenos.

A Teoria das Representações Sociais como uma teoria do conhecimento social

Por meio das representações sociais, Moscovici tenta resolver uma questão fundamental levantada pelo estudo do conhecimento social: saber quais são os processos pelos quais a forma e o conteúdo desse conhecimento mudam algumas vezes de forma divergente e outras de forma complementar (Moscovici, 2001). Quase todas as questões relativas à epistemologia estão relacionadas com a transformação do conhecimento do senso comum na ciência, com a transição da ciência *pré-paradigmática* à *ciência paradigmática*. A versão desse problema no campo da Psicologia Social implica um caminho contrário: como a ciência, mediante sua difusão na sociedade, torna-se conhecimento do senso comum. Sobre a base desse conhecimento (que nas várias esferas da existência humana poderíamos considerar como medicina popular, biologia popular, geografia popular, física popular, economia popular, psicologia popular etc.) as pessoas estão cientes de seus problemas, atuam na vida cotidiana e tomam decisões. Ao contrário do conhecimento científico, *a verdade* ou *o erro* não são as características que definem o conhecimento do senso comum. Cada um de nós adquire o senso comum durante o curso da vida, é um conhecimento "materno" que assimilamos, sem instrução formal específica, assim como a nossa língua materna.

Em grande parte, o senso comum precedeu o advento da ciência e da educação. A característica cultural mais marcante da sociedade ocidental é que aprender a ler e escrever é o que permite o progresso na educação, no conhecimento geral e na disseminação da ciência na sociedade. Isto é assim porque constitui uma crença, amplamente compartilhada, de que o pensamento científico deve substituir o pensamento popular, que a disseminação e a socialização da ciência permitirão substituir todas as formas de conhecimento vulgar e ingênuo. Essa crença é característica da *modernidade* e nela estão envolvidas ideologias tão díspares como o marxismo e o liberalismo, determinando as práticas educacionais próprias da nossa sociedade, consideradas como pré-requisito para a racionalidade moderna (Moscovici, 2001).

O conhecimento social está presente e pode ser identificado com mais ou menos evidência em toda a obra de Moscovici sobre as representações sociais. É o que orienta todas as abordagens para o estudo em suas diferentes perspectivas, desde a mais sociológica até a cognitiva, passando pela grupal e interpessoal (Jodelet, 1989).

A Teoria das Representações Sociais enfatiza a comunicação social como veículo do papel ativo dos indivíduos na construção social da realidade cotidiana, próprias dos universos consensuais (Moscovici, 1961/1976, 1981), pois com elas nos referimos à "elaboração de

um objeto social pela comunidade, a fim de se comportar e de se comunicar" (1963, p. 251).

Representações sociais como discurso sobre o comportamento

A Teoria das Representações Sociais recupera o espírito *anticartesiano* do conceito de "representação coletiva" de Durkheim (1898) na explicação do comportamento social, mas no contexto da sociedade contemporânea (Moscovici, 1998). A Psicologia Social, como toda a Psicologia, é uma ciência que foi construída, até a chegada da "crise", exclusivamente sobre a base da concepção cartesiana do ser humano, concepção que tem dominado o pensamento ocidental nos últimos séculos. Segundo essa concepção, o indivíduo é capaz de discernir a evidência dos fatos do mundo exterior, aplicando uma série de regras lógicas à informação disponível, a mais importante dessas regras é a da não-contradição. Se um raciocínio e uma conclusão, aos quais somos conduzidos, estão corretos, então podemos deduzir que a forma com que essas regras lógicas foram aplicadas são adequadas para a produção de conhecimentos e crenças, mas se o raciocínio ou a conclusão estão errados, então será necessário averiguar as causas da aplicação não eficiente das regras lógicas que levam os indivíduos a cometerem erros. Do ponto de vista da Psicologia tradicional, entre essas causas, encontram-se os pro-

blemas afetivos e, sobretudo, a influência social que submete o aparelho psíquico a uma série de pressões externas.

A noção de representação social é uma noção concebida para explicar o que une as pessoas a um grupo ou a uma sociedade, e os faz agir em conjunto. Com o objetivo de permanecerem unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de sua cultura. Nenhuma outra força ou interesse é tão estável e capaz de exercer, suficientemente, a constrição sobre os indivíduos para mantê-los unidos. Essa afirmação é válida se considerarmos que não há sociedade conhecida, por mais primitiva que seja, sem sistema de crenças ou elementos sagrados em que os membros dessa sociedade tenham depositado sua confiança e pelas quais eles estariam dispostos, até mesmo, a se sacrificarem (Moscovici, 2001).

Embora a associação entre os termos "representação" e "social" possa ser uma ação empírica, por exemplo, baseada na observação ou na existência de certas orientações ideológicas, será que essa é uma associação necessária? Ou, em outras palavras, é possível demonstrar que uma representação é, necessariamente, social, que só é produzida por grupos sociais, e não por indivíduos como tais? Se for assim, então podemos dizer que as representações sociais não são apenas um conceito *empírico*, mas também *teórico*, o que impli-

caria estabelecer a distinção entre representações individuais e representações sociais, e determinar as características dos dois tipos de representação (Moscovici, 2001). Para Moscovici, a demonstração teórica das representações sociais se baseia na necessidade existente em indivíduos e grupos sociais de se comunicarem, de que o conhecimento social circule e seja comunicado entre os seus membros para manter a homeostase ou equilíbrio. Para que as pessoas possam se comunicar, devem se ajustar umas às outras. Se não for assim, então, isso significa que estão lidando com diferentes representações e, portanto, não podem conhecer a mensagem nem saber como ela é codificada, sendo impossível se comunicar utilizando um código *solipsista,* meramente individual. Não há representação individual que tenha forma ou estabilidade e nenhuma conduz ao consenso. Somente a circulação das opiniões e pressões do grupo produz a difusão e a comunalidade necessárias para que as representações tomem forma e adquiram uma estrutura. Uma vez que isso acontece, a comunicação entre os indivíduos é possível e pode ocorrer regularmente, já que a proliferação de representações individuais é muito limitada, e sua ambiguidade é considerada pelo indivíduo como um desvio e, dessa maneira, os membros de um grupo sabem que estão falando a mesma coisa. De fato, sem representações sociais é muito difícil que existam representações individuais ou que perdurem por

um longo tempo (Moscovici & Galan, 1994). Além disso, a comunicação seria um processo completamente aleatório.

Muito mais próximo do tempo de Durkheim do que nós, Piaget consolida sua tese assinalando que

> Apenas com seus próprios recursos, o indivíduo só poderia desenvolver uma inteligência prática e certas imagens, enquanto o conjunto de conceitos, categorias intelectuais e normas de pensamento consistem em "representações coletivas" geradas pela vida social tal como vem ocorrendo desde a origem da humanidade... de tudo isso, Durkheim conclui que a razão tem uma origem social (Piaget, 1965, p. 145).

Retornando ao presente, será no contexto de uma Psicologia Social diferente da corrente dominante no qual teremos que estudar as formas do pensamento comum e das crenças como algo dotado de significado em si, e não como um produto distorcido dependente do pensamento e do comportamento individuais. A preeminência do social deve ser cada vez mais reconhecida, tanto na epistemologia e na linguagem como na Psicologia Social. Para isso, necessitamos recuperar uma perspectiva teórica que nos permita abordar o comportamento social como um produto *normal* da nossa cultura e vida social

com base na redefinição da polaridade indivíduo-sociedade, sendo essa a intenção de Moscovici quando propõe a Teoria Representações Sociais (Moscovici, 1998).

Essa nova perspectiva teórica deve deixar de considerar o pensamento social como um pensamento distorcido, e se focar no caráter social do conhecimento e das crenças dos indivíduos. Para isso, são necessárias três coisas (Moscovici, 1998):

- Abandonar a assunção de que os indivíduos são capazes de conhecer a informação sobre o mundo social e material unicamente por meio da atividade perceptiva dos sentidos, e de explicar mediante a utilização de conceitos individuais, como se fossem desprovidos de tradição e conceitos coletivos para dar sentido a suas experiências. Esse modelo de indivíduo não pode ser aplicado a sujeitos que vivem em uma sociedade e em uma cultura nas quais essas determinam tanto a forma como as coisas e as pessoas devem ser qualificadas, como a realização de juízos segundo certos valores ou como a consideração da informação como algo relevante para suas crenças.

- Quase todo o conhecimento que possuimos é aprendido dos outros por meio da aquisição de linguagem, da comunicação ou da utilização de objetos. Nossos conhecimentos e crenças se originam da interação mútua e não podem ser formados de outra maneira.
- As idéias e as crenças estão incorporadas em estruturas sociais específicas (igrejas, movimentos sociais, famílias, associações, partidos políticos, clãs, etc.) e são adotadas por indivíduos que fazem parte delas. Seu significado e as obrigações que implica pertencer a essas estruturas, constrange a todos os seus membros. Essa restrição obriga-nos a ignorar o papel determinante das formas coletivas de pensamento na orientação do nosso comportamento cotidiano, assim como nas nossas expectativas sobre os outros. (pp. 215-216)

Estes três aspectos - a importância das representações e das crenças, a origem social das percepções e das crenças, e o papel constritivo de tais representações e crenças - constituem, segundo Moscovici (1998), o *background* sobre o qual se edificou a Teoria das Representações Sociais.

Em consonância com isso, Moscovici (1982) propõe com sua teoria centrar a pesquisa psicossocial no plano coletivo, dar mais importância às relações sociais e às relações intersubjetivas que às relações sujeito/objeto, além de não considerar separadamente os processos e os conteúdos do pensamento social. Em relação a este último aspecto, Moscovici afirma que os princípios lógicos que regem o conteúdo do pensamento não são invariantes universais, mas estão sujeitos a variações dependentes do contexto cultural no qual se encontra o sujeito. Alinhada a isso, a investigação na área das representações sociais se interessa explicitamente pela cultura e pela ideologia, sendo sua população de referência os grupos sociais e culturais específicos, e não toda a espécie humana (Wagner, 1992).

A Teoria das Representações Sociais constitui um modelo conceitual integrativo, onde os *a priori* sociais e a atividade mental individual são mutuamente conectadas. Isso permite dar explicações sobre o comportamento humano conceitualmente livre dos limites individuais, de modo que os elementos sociais e culturais também são levados em consideração. Essa abordagem se fundamenta, simultaneamente, nas perspectivas construtivista e interacionista, centrando-se na descrição dos conteúdos representacionais, bem como no estudo dos processos que determinam a variação dos conteúdos de um grupo social para outro, visando explicar o comportamento social (de Rosa, 1993).

O conceito de "representação social", como foi proposto por Moscovici, supõe uma posição epistemológica que carrega implicitamente uma crítica às dicotomias tradicionais de sujeito/objeto, teoria/método, individual/social. Postula-se que as características da sociedade formam a base dos fenômenos sociais e lhes dá o seu significado (Allansdottir, Jovchelovitch & Stathopoulou, 1993).

Na “fase durkheimiana” da corrente das representações sociais, na qual a ênfase não é tanto cognitiva como *macroestrutural,* as relações microssociais recebem pouca atenção. Nessa fase, caberiam, por exemplo, os estudos de Herzlich (1969) sobre as representações sociais da saúde e da doença; os de Jodelet (1983), sobre as imagens do corpo; os de Mugny e Carugati (1985/1988), sobre a construção da inteligência; os de Chombart de Lauwe (1984), sobre a definição cultural da infância; os de Gilly (1980), sobre as representações da relação professor-aluno; os de Livingstone (1987), sobre as relações com a televisão; ou os de Kruse, Weimer e Wagner (1989), sobre as relações de gênero entre homens e mulheres. Essa linha de pesquisa *sociorepresentacional* é qualitativamente diferente daquela outra, que talvez poderia ser qualificada como "cognitivista" ou de formulações mais cognitivas da teoria das representações sociais (Moscovici, 1984; Abric, 1989; Flament, 1989) em que, aparentemente, são consideradas formas de constituição mental e as representações da comunidade são uma mera soma de ações individuais (Har-

ré, 1984, Jahoda, 1988; McKinlay & Potter, 1987; Parker, 1987). Apesar dessas críticas, é verdade que nós podemos fazer uma interpretação parcial da abordagem cognitivista do estudo das representações sociais, 4pois, para não desvirtuar o caráter distintivo da TRS, ela deve ser coordenada com outras abordagens e níveis de análise mais amplos de tipo de grupal, social e cultural, pois é essa multidisciplinaridade teórica e metodológica que constitui uma de suas características essenciais.

Como o próprio Moscovici reconhece:

> ... apesar da precisão que tentei dar ao assunto, com muita frequência, as representações sociais têm sido entendidas apenas como a representação de um objeto, esquecendo-se que, além disso, também são a representação de uma coletividade em um determinado momento histórico, que dessa forma cria seu próprio mundo... (Moscovici, 1998, p. 224).

Embora se possa interpretar que parte da pesquisa que tem sido realizada sob a rubrica de "representações sociais" implicitamente tenha considerado que elas não são mais que um conhecimento compartilhado por diferentes sujeitos acerca de um objeto que existe independentemente deles, Moscovici deixa muito claro, em vários

pontos de sua obra, sua visão construcionista das representações sociais, indicando que não são representações de um objeto, mas são *o próprio objeto*. Isto é, não existe realidade para além aquela representada pelo próprio sujeito, não há objeto separado do sujeito. As representações sociais são invariantes funcionais que determinam tanto o objeto, que o sujeito percebe, supostamente, como separado dele, como a resposta acerca do próprio objeto (Moscovici, 1984, 1976; Palmonari, 1989).

O objeto nas tríades dialógicas: representações sociais baseadas em crenças e representações sociais baseadas em conhecimentos

Nenhuma teoria do conhecimento pode ignorar o objeto de conhecimento. No entanto, o objeto pode ser entendido de maneiras diferentes, de acordo com a teoria em questão. Por exemplo, para os filósofos do século XVII, como Descartes ou Locke, os objetos são entidades com qualidades concretas perceptíveis de forma clara e distinta. Marková (2003) nos recorda que a reflexão sobre a forma como os objetos são representados não é apenas uma prerrogativa dos filósofos, mas a representação dos objetos é uma questão cultural e, portanto, penetra todas as esferas da vida. Há uma semelhança entre as representações dos objetos de forma clara e distinta em Descartes e Locke, e a representação artística dos objetos em seu

tempo. Isso ocorre porque cada forma de representar pertence a um momento histórico particular e a filosofia, a história e a arte podem desenvolver essa forma como um assunto escolar determinado. O mundo moderno e sua tecnologia concentram-se pouco nos objetos tal como eles aparecem aos nossos sentidos, mas os consideram como ponto de partida para a razão e a reflexão. O objeto é concebido como algo *transitório*. Isso não significa dizer que o mundo dos séculos XVI e XVII fosse o mundo dos objetos estáveis e sim que, mesmo que fosse um mundo de objetos transitórios como o nosso, as pessoas não experimentavam mudanças no objeto tão rapidamente como acontece no mundo do século XXI. Não há dúvida que Descartes e Locke poderiam ter focado a epistemologia dos objetos em transição, cambiantes, já que tais fenômenos também se davam ao seu redor, mas os objetos nos quais se concentraram foram os objetos do mundo físico, dada a maior relevância desses sobre os objetos sociais naquela época (Markova, 2003). Os objetos com poder simbólico, tais como dinheiro, ou com significado culturalmente arbitrário como o alimento, foram pouco estudados pelas teorias tradicionais do conhecimento. O mundo moderno e a sua tecnologia faz com que os objetos sejam cada vez mais fluidos e transitórios. Podemos pensar que essa fluidez do objeto é uma das razões pelas quais tanto proliferam-se as epistemologias relativistas nas ciências sociais, pois os significados dos objetos representados se formam e se

transformam de maneira dialógica. Essa natureza cambiante do objeto de conhecimento é a causa de muitas disputas e desentendimentos científicos e sociais, e gera diferentes tipos de tensões *Ego-Alter*.

Para Marková (2003), a relação entre os três componentes de uma tríade dialógica pode ter uma força variável. Por exemplo, pode existir uma relação de grande intensidade *Ego-Alter*, mas, no entanto, a relação *Ego-Objeto* pode ser de baixa intensidade ou, ao mesmo tempo, pode haver uma forte relação *Ego-Objeto*, mas uma fraca relação *Ego-Alter*. Essa força variável nas relações entre os componentes da tríade do conhecimento dialógico é o que diferencia, por um lado, a ciência das representações sociais e, por outro, as representações sociais baseadas em crenças das representações baseadas no conhecimento. O que distingue a ciência das representações sociais é a força da relação entre os elementos das tríades dialógica.

Se considerarmos a relação *Ego-Alter-Objeto* na ciência, a relação *Ego-Objeto* se encontra em primeiro plano: o cientista concentra-se, principalmente, no objeto de conhecimento, na evidência a respeito da natureza do objeto e em explicações científicas sobre o assunto.

Pelo contrário, nas representações sociais existem duas possibilidades a esse respeito (Moscovici, 2000):

• Algumas representações sociais estão *baseadas em crenças*, principalmente. Na Teoria das Representações Sociais, as crenças são consideradas elementos com alguma consistência e duração, fundadas na cultura, na tradição e na linguagem. São caracterizadas por sua resistência e rigidez, e por estarem impregnadas de afetividade. As crenças são de origem social e sua ligação com o objeto provém do *Alter* (grupo, sociedade ou cultura) mais do que do próprio Objeto. As crenças se apoiam na "reciprocidade de perspectivas" (Schutz, 1970): compartilhar padrões culturais e participar em ações conjuntas com outras pessoas produz experiências similares nos indivíduos que fazem parte de uma cultura. Os padrões culturais são *reciclados* e se tornam parte das rotinas que afetam os motivos, as interpretações e as questões da vida cotidiana. Os motivos, paradoxalmente, perdem o seu significado específico e tornam-se questões de gestão corrente (*topics in hands*) e, em tais casos, as interpretações também perdem a sua relevância, uma vez que são determinadas pelos motivos. A partir desse ponto de vista das representações sociais baseadas em crenças, as relações *Ego-Alter* estão em primeiro plano, enquanto que as relações *Ego-Objeto* são secundárias: as crenças culturalmente compartilhadas nos tornam insensí-

veis às diferenças e às inconsistências dos objetos na percepção e na experiência.

- Outros tipos de representações sociais são, principalmente, *baseadas no conhecimento*. O conhecimento do senso comum implica diferentes tipos de saber: pode basear-se no conhecimento científico transformado, na experiência, nos relacionamentos interpessoais, nas conversas, na vida cotidiana etc.. Nessas representações, a relação *Ego-Objeto* encontra-se em primeiro plano: examinamos a natureza dos objetos de forma "independente" dos demais, independente na medida em que é possível, porque é impossível ignorar a circulação do conhecimento no discurso público. O saber nas representações sociais é sempre social e o Alter sempre é parte mais ou menos importante da tríade dialógica. De qualquer modo, a relação entre sujeito e objeto não é fixa, mas é uma relação variável. Ao contrário do que acontece com as crenças, o sujeito pode testar, criticar ou discutir um conhecimento específico.

A diferença entre conhecimento e crença não tem nada a ver com o conteúdo das proposições que os expressam (Moscovici,

2000), mas com o *status*, que é dado pelo estilo de pensamento e o método de contraste em que se baseiam: se os indivíduos ou os grupos necessitam encontrar evidência a respeito de um objeto ou fenômeno determinado, então a representação social resultante se baseará no *conhecimento;* se, pelo contrário, as representações se formam e se constituem mediante o consenso com os demais, então, serão baseadas em *crenças* (Marková, 2003).

Na verdade, as representações sociais sempre envolvem tanto o conhecimento como as crenças, e é pouco provável encontrar um sistema de pensamento que possa basear-se, puramente, em conhecimentos ou simplesmente em crenças porque, nesse caso, estaríamos falando de ciência ou de religião, respectivamente. A questão é em que proporção uma representação social se baseia em um ou outro estilo de pensamento e raciocínio (Marková, 2003).

Considerações finais

A TRS foi formulada como alternativa à maneira dominante de conceber a Psicologia Social e o comportamento humano, propondo-se, deliberadamente por Moscovici, como uma nova abordagem para o comportamento humano no seio de uma sociedade ocidental que mudou e que está dominada pelo conhecimento, pela comunicação de massas, a globalização e a crescente complexidade. Na socie-

dade pós-moderna, o velho paradigma da Psicologia Social -que diferencia como algo separado a dicotomia *sujeito-objeto,* e se baseia no método experimental como método por excelência -, deixou de ser útil para explicar adequadamente o comportamento humano e responder às suas reais necessidades, que implicam a abordagem de problemas e temas inabordáveis de forma eficaz a partir desse paradigma. Isso requer a utilização indistinta ou combinada de metodologias quantitativas e qualitativas, sem a necessidade de restringir o problema, objeto de estudo, em função dos requisitos de uma metodologia particular.

Em nossa opinião, as afirmações de Baudrillad (1983), no domínio da cultura, sobre o êxtase da comunicação e da substituição, na sociedade pós-moderna, da dicotomia sujeito/objeto pelos conceitos de *tela* e *rede*, podem ter uma leitura psicossocial na Teoria das Representações Sociais de Moscovici. Esta é, basicamente, uma teoria sobre a forma como a comunicação afeta o funcionamento de um sistema e metassistema que operam de forma complementar no pensamento humano (Moscovici, 1976, Doise, 1993). Enquanto o sistema cognitivo opera em termos de associações, inclusões, discriminações etc, o metassistema controla, verifica, seleciona e corrige o resultado dessas operações com base em uma série de regras, que podem ser lógicas ou não. A partir da Teoria das Representações Sociais, o aludido metassistema é concebido como constituído por um

conjunto de regulações sociais, entendidas como regulações normativas que controlam, verificam e dirigem as operações cognitivas do sistema. Um mesmo indíviduo pode orientar seus pensamentos em função de diferentes metassistemas ou normas, de acordo com a situação em que ele se encontre. Os princípios organizadores do sistema variam segundo o contexto em questão: pode exigir a aplicação rigorosa dos princípios lógicos, como é o caso da ciência, ou estar direcionado, principalmente, para a manutenção da coesão social e é nesse contexto em que o "êxtase da comunicação" e o papel determinante da mídia de massa, na sociedade pós-moderna, afeta, controla, o funcionamento do metassistema cognitivo individual e, portanto, o sistema de representações e as práticas sociais cotidianas associadas a ele. Para alguns autores, a Psicologia Social deveria ser a ciência responsável, entre outros objetos, em estudar as relações existentes entre regulações sociais, ou metassistema social, o funcionamento cognitivo e o comportamento.

Referências

Abric, J-C. (1989). *L'étude expérimentale des représentations sociales*. *In* D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp.187-203). Paris: PUF.

Allansdottir, A., Jovchelovitch, S. & Stathopoulou, A. (1993). Social Representations: The Versatility of a Concept. *Papers on Social Representations, 2* (1), 3-10.

Allport, G. W. (1935). Attitudes. *In* C. Murchison (Ed.), *Handbook of social psychology* (pp. 798-844). Worscester, MA: Clark University Press.

Allport, G. W. (1954). The historical background of social psychology. *In* G. Lindzey & E. Aronson (Orgs.), *The handbook of social psychology* (vol 1, pp. 1-80). Reading Mass.: Addison-Wesley.

Archibald, W. P. (1978). *Social psychology as political economy*. Toronto: McGraw Hill.

Asch, S. (1952). *Social psychology*. New York: Prentice-Hall

Baudrillad, J. (1983). The ecstasy of communication. *In* H. Foster (Org.), *Postmodern culture*. New York: Bay Press.

Bernstein, R. J. (1976). *The restructuring of social and political theory*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism: perspective and method*. New Jersey: Prentice Hall.

Chombart de Lauwe, M. J. (1984). Changes in the representation of the child in the course of social transmission. *In* R.M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp.185-209). Cambridge: Cambridge University Press.

Collier, G., Minton, H. L. & Reynolds, G. (1996). *Escenarios y tendencias de la psicología social*. Madrid: Taurus.

de Rosa, A. S. (1993). Social representations and attitudes: problems and coherence between the theoretical definition and procedure of research. *Papers on social representations, 2*, 178-193.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Sociologies. Paris: Presses Universitaires de France.

Doise, W. (1989). Attitudes et représentations socials. *In* D. Jodelet (Org), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.

Doise, W. (1993). Debating social representation. *In* G. M. Breakwell & D. V. Canter, *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). Oxford: Oxford University Press.

Durkheim, E. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale,* 273-302.

Farr, R. & Moscovici, S. (Eds.) (1984). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. *In* D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 204-219). Paris: PUF.

Forgas, J.P. (1981). What is social about social cognition?. *In* J.P. Forgas (Ed.), Social cognition. London & New York: Academic Press.

Germani, G. (1967). *Estudios sobre sociología y psicología social*. Buenos Aires: Paidós.

Gilly, M. (1980). *Maîtres-élèves: rôle institutionnels et représentations*. Paris: PUF.

Harré, R. (1984). Some reflections on the concept of social representations. *Social Research, 51*, 927-938.

Herzlich, C. (1969). *Santé et Maladie. Analyse d'une représentation sociale*. Paris: Houton.

Israel, J. & *Tajfel*, H. (*1972*). *The Context of Social Psychology: A Critical Assessment*. London: Academic Press.

Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on 'social representations'. *European Journal of Social Psychology, 18* (3), 195-209.

Jasper, J. & Fraser, C. (1984). Attitudes and social representations. *In* R. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social Representations* (pp. 101-124). Cambridge, UK: Cambridge University Press [Paris: MSH].

Jodelet, D. (1983). La représentation du corps, sés enjeux privés et sociaux. *In* J. Hainard & R. Kaehr (Eds.), *Les corps en jeu*. Neuchâtel: Musée d´ethnographie.

Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. *In* D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.

Katz, D. (1978). Social psychology in relation to the social sciences: the second social psychology. *American Behavioral Scientist*, *21*, 925-937.

Kruse, L., Weimer, E. & Wagner, F. (1989). What man and woman said to be. Social representations and language. *In* C. F. Graumann & T. Herrmann (Eds.), *Speakers: the role of the listener*. Clevedon: Multilingual Matters.

Lewin, K. (1951). *Field theory in social science; selected theoretical papers.* D. Cartwright (Ed.), New York: Harper & Row.

Lindzey, G. & Aronson, E. (Orgs.) (1968). *The handbook of social psychology*. Menlo Park: Addison-Wesley,

Livingstone, M. (1987). The representations of personal relationship in television drama: realism, convention and morality. *In* R. Bur-

nett, P. Y. McGhee & D. Clarke (Eds.), *Accounting for relationship*. London: Methuen.

Marková, I. (2003). *Dialogicity and Social Representations: The Dynamics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

McGuire, W. J. (1965). Discussion of Willian N. Schoefeld´s paper. *In* O. Klineberg & R. Cristie (Eds.), *Perspective in social psychology*. New York: Holt, Rinehart, Winston.

McKinlay, D. & Potter, J. (1987). Social representations: a conceptual critique. *Journal for the theory and of social behaviour, 17*, 471-488.

Miller, A. G. (Ed.) (1972). The *social psychology of psychological research*. New York: Free Press.

Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image et son public* Paris: PUF. (1976, 2ª ed., revista).

Moscovici, S. (1963). Attitudes and opinions. *Annual Review of Psychology, 14*, 231-260.

Moscovici S. (1967). Communication processes and the properties of language. *In* L. Berkowitz (Ed.), *Advanced in experimental social psychology*, vol. 3. New York: Academic Press.

Moscovici, S. (1976). *Social influence and social change*. London: Academic Press.

Moscovici, S. (1981). On social representations. *In* J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: perspective on everyday understanding* (pp. 181-209). London: Academic Press.

Moscovici, S. (1982). The coming era of social representations. *In* J. P. Codol & J. P. Leyens (Eds.), *Cognitive analysis in social behavior*. The Hague: Nijhoff.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. *In* R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology, 18* (3), 211-250.

Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales. *In* Jodelet, D. (Org.), *Les représentations socials* (pp. 62-86). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1998). The history and the actuality of social representations. *In* U. Flick (Ed.), *The psychology of social*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. Cambridge: Polity Press.

Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representations?, *In* K. Deaux, G. Philogene (Eds.), *Representations of the Social: Bridging Theoretical Traditions*. (pp. 18-61). Oxford: Blackwell.

Moscovici, S. & Galan, G. (1994). Towards a theory of collective phenomena II: conformity and power. *European Journal of Social Psychology, 24,* 481-494.

Mugny, G. & Carugati, F. (1985/1988). *L'intelligence au pluriel*. Fribourg: Cousset - DelVal. [tradução para o italiano: (1988) *L'intelligenza al plurale.* Bologna: Cooperativa Libraria Universitaria Editrice Bolognese].

Palmonari, A. (1989). *Processi simbolici e dinamiche sociali*. Bologna: Il Mulino.

Palmonari, A. & Doise, W. (1986). Caractéristiques des représentations sociales. *In* W. Doise & A. Palmonari (Eds.), *L´étude des représentations sociales*. Neuchâtél: Delachaux et Niestlè.

Palmonari, A, Cavazza, N. & Rubinni, M. (2001). Psychologia sociale. Bologna: Il Mulino.

Parker, I. (1987). Social Representations: Social Psychology's (Mis)Use of Sociology. *Journal for the Theory of Social Behaviour 17* (4), 447–469.

Pepitone, A. (1976). Toward a normative and comparative bicultural social psychology. *Journal of Personality and Social Psychology, 34*, 641-653.

Piaget, J. (1965). *Études sociologiques*. Genebra: Droz.

Ring, K. (1967). Experimental social psychology: some sober questions about some frivolous values. *Journal of Experimental Social Psychology, 3,* 113-123.

Rosnow, R.L. (1981). *Paradigms in transmition: the methodology of social inquiry*. New York: Praeger.

Schutz, A. (1970). *On Phenomenology and Social Relations: Selected Writings*. Edited by Helmut R. Wagner. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Thomas, W. I. (1907). *Source book for social origins*. Boston: Badger.

Thomas, W. I. & Znaniecki, F. (1918-1920). The polish peasant in Europe and America (5 Vols.). Boston: Badger.

Von Cranach, M. (1982). The psychological study of goal-directed action: basics issues. *In* Von Cranach & R. Harré, *The analysis of actions. Recent theoretical and empirical advances.* Cambridge: Cambridge University Press.

Wagner, W. (1992). Social cognition and social representations – a comment in Duveen and de Rosa. *Papers on social representations, 1*, 109-115.

12

Representações Sociais: dinâmicas e redes

Angela Arruda
Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro

A proposta de uma psicossociologia do conhecimento contida em *La psychanalyse, son image, son public* carregava a perspectiva da transformação dos saberes especializados em saberes corriqueiros, ferramentas do dia a dia circulantes na sociedade. Propositalmente em aberto diante da complexidade da problemática, e assim confirmada insistentemente pelo autor (Moscovici, 1961, 1984, 1988), a proposta teve nesta característica um dos fatores do seu florescimento, não só em direção ao diálogo com outras áreas mas, também, no desdobramento da sua inquietude epistemológica e conceitual. Retraduzida na teoria do núcleo central (Abric, 1994; Flament, 1994) e numa perspectiva sociológica, ou societal (Doise, 1992, 2002), continua a desenvolver novas possibilidades, em diálogo com a linguística e com a filosofia (Wagner, Kronberger, Seifert 2002; Wagner, 2005; Marková, 2000, 2006; Jovchelovitch, 2008a), descortinando tendências em sintonia com a psicologia social contemporânea, discursivista e dialogicista.

A evolução do conceito por Moscovici foi bem analisada por Castro (2002), ressaltando o diálogo com outras teorizações dentro da própria psicologia social como alavanca para as mudanças que o conceito foi sofrendo, o que confirma a vocação interativa e a abertura da proposta. Embora sem me atrever neste percurso, mantenho-o como pano de fundo inspirador.

Dando continuidade ao que o projeto epistemológico da teoria pretendia, isto é, captar no pensamento social a transformação e seus processos, sobre o chão da comunicação, as novas vertentes se voltam para estes processos, cujas raízes encontram-se em *La Psychanalyse*, sob formas várias que não vou abordar. Para comemorar o lançamento da tradução inglesa do livro, o *Journal for the Theory of Social Behavior* dedicou um número especial a considerações sobre a obra, no qual vamos encontrar algumas reflexões inovadoras a respeito da construção da representação, da ancoragem (Bauer & Gaskell, 2008; Kalampalikis, 2008), posições críticas que reafirmam o interesse da teoria na renovação da área (Jodelet, 2008; Jovchelovitch, 2008; Marková, 2008) e outros desdobramentos, como as representações alternativas identificadas nas falas dos entrevistados da pesquisa de Moscovici (Gillespie, 2008). Uma parte destas possibilidades – e possivelmente outras –se desenvolveu ou está em brotação, comprovando a fecundidade da

obra e a amplidão de caminhos que ela ainda oferece, inclusive para rever lacunas, responder a críticas ou pensar criticamente a teoria.

Segundo Guimelli (1994), o estudo da dinâmica das representações sociais constitui uma corrente de investigação inaugurada por Claude Flament. A Escola de *Provence*, efetivamente, tem se debruçado sobre ela (Flament, 1989, 1994; Rouquette, 2002; Moliner, 2001), em função da perspectiva estrutural, preocupada em autenticar a transformação das representações, observando a dinâmica entre o núcleo central e o sistema periférico a partir de vários intervenientes, como as práticas sociais e outros. Doise (1993), por sua vez, tem mostrado com seu trabalho que o estudo das dinâmicas representacionais deve se voltar para o seu contexto, lá onde elas ocorrem: nas relações sociais. Para ele, as representações sociais, como sistemas de organizações cognitivas, são moduladas pela dinâmica de um metassistema de regulações sociais. A variação, fruto desta dinâmica, faz parte da essência da representação social.

Uma parte das contribuições mais recentes – de linhas emergentes, posteriores ao surgimento das três primeiras vertentes da teoria – também aponta para o caráter dinâmico das representações. Em todos os casos, como se viu até agora, a dinâmica de que se fala provém de movimentos, regulações, práticas sociais, que desenham a representação e fazem sua plasticidade.

O que vou trazer aqui são notas em torno de conceituações da própria teoria, que anunciam possibilidades facilitadoras ou portadoras da dinâmica da representação, em diálogo com uma pesquisa sobre o *funk* carioca. Não tomarei como foco o que provoca estas dinâmicas, o ponto de ignição ou a progressão que elas ocasionam. Estas notas se voltarão para os pontos que, na teoria, abrem passagem, favorecem ou expõem essas dinâmicas, possíveis elos da mobilidade a serem explorados.

De início, visitarei brevemente apoios epistemológicos e conceituais da teoria que são bons para pensar tais dinâmicas. Em seguida, identifico quatro conceituações ou dispositivos articuladores do dinamismo das representações sociais:

- a representação social entendida como rede de significados;
- a consideração do peso dos afetos;
- a problematização da definição e do papel dos grupos e dos consensos;
- a observação da coexistência de lógicas diferentes, isto é, a polifasia cognitiva.

Por razões de tempo e espaço, após a introdução dos apoios epistemológicos, para situar o quadro propositivo da transformação das representações sociais presente na teoria desde o começo, pontuarei os três últimos dispositivos. Passarei então a desenvolver mais amplamente o primeiro dispositivo – as redes de significado -

ao qual acrescentarei reflexões e achados da pesquisa a respeito do *funk* proibido de facção no Rio de Janeiro, que inspiram e ilustram esta discussão.

Começo, então, colocando um dos andaimes epistemológicos desta reflexão.

Andaimes epistemológicos

Chama atenção no livro de 1961 a posição socioconstrucionista pioneira que a teoria abraça. Moscovici termina aquela obra afirmando que, ao longo de todas as incertezas e propostas nela esboçadas, surgira uma questão: "como o homem constitui a sua realidade?" (Moscovici, 1961, p. 639). E embora conclua que "Não podíamos esperar respondê-la de imediato." (id.ibid.), é inegável que caminhou nesta direção.

Não esqueçamos: isto acontece alguns anos antes de Berger e Luckmann (1966) publicarem *A construção social da realidade,* sistematizando esta visão na sociologia do conhecimento (Jodelet, 2008). Como lembra Marková (2006), a construção como abordagem já podia ser detectada na psicologia desde Baldwin, Vigotsky, Piaget e Bühler, e sem dúvida, já se vislumbrava algo nesta direção em teorias como a de Mead sobre o gesto e o ato social, a construção do significado e o lugar da consciência, mas creio não exagerar com a hipótese de que a abordagem moscoviciana teria sido a primeira

teorização psicossocial da segunda metade do século XX a incorporá-la tão densamente, tirando dela tantas consequências: ela foi socioconstrucionista *avant la lettre* (antes da hora*)*.

Considero que este foi um andaime (e certamente não o único) para alcançar as possibilidades que a teoria ofereceu e oferece. Com efeito, vamos encontrá-lo em vários patamares da teorização de Moscovici. Para começar, ele serve de chão para a indiferenciação/interseção e/ou complementaridade/alternância entre polos até então vistos como opostos. É o próprio Moscovici quem afirma: “Partimos de uma crítica das dicotomias tradicionais indivíduo-sociedade, racional-afetivo para sustentar a infecundidade da oposição entre o pensamento social e o pensamento individual” (Moscovici, 1961, pp. 405-6). Assim, esta circulação livre, ou mesmo superposição, ou atravessamento dos dois está na base da dinâmica da representação. Recentemente, reafirma-se que a relação epistêmica de uma pessoa com um objeto é definida com e mediada pelos outros (Jovchelovitch, 2008a; Wagner & Hayes, 2005). Não existiria objeto social sem esta mediação, que inclui o discurso e o universo de representações já circulante no grupo. Da mesma maneira, o objeto ganha relevância social graças ao significado que se desenha para ele.

Esta posição reverbera em outras dicotomias, como sujeito/objeto, pensamento/ação, cognição/afeto, revelando-se um

dos pilares da epistemologia moscoviciana. Ela também vai facilitar o posterior desdobramento e transbordamento para outras polaridades, como pesquisador/pesquisado, imaginação/razão, entre outros. A porosidade da fronteira entre estes elementos assinala o seu coengendramento, borra a heterogeneidade atribuída aos dois polos de cada par, deixando fluir o trânsito entre eles. A fronteira vira membrana e instaura uma dinâmica, ou a possibilidade dela, para pensar o conhecer cotidiano. Este jogo de atravessamentos, portanto, situado na própria base da perspectiva construcionista, será um dos pontos fortes da teoria das representações sociais na medida em que semeia outros desarranjos, fluidifica outras passagens ou indica outras vias de circulação trafegáveis. Wagner e Hayes (2005) levam-no às últimas consequências quando asseveram que o objeto não se oferece ao sujeito social independente da sua forma representada, o que implica que este sujeito não interage com o objeto em si, mas com esta representação. Podemos entender esta situação como uma quase-fusão. Por isso, para eles, seria um equívoco falar da representação social de alguma coisa. Esta expressão seria apenas um atalho para a complexa relação que ela tenta transmitir.

Tomando os desdobramentos da teoria, vamos encontrar a perspectiva construcionista, com seu jogo de atravessamentos, na teoria do núcleo central, por exemplo. Abric (1994) reafirma que o

ponto de partida da teoria das representações sociais é o abandono da distinção entre sujeito e objeto, tão desenvolvida nas abordagens behavioristas. A teoria do núcleo central, com seus dois sistemas operantes na representação, registra no sistema periférico o lugar do contexto, da situação, da heterogeneidade. A periferia é o *locus* da transformação da representação, acusando a influência das circunstâncias, dos momentos históricos e das negociações individuais entre quem representa e o que é representado. Os elementos periféricos, assim, terminam sendo aqueles que dão a cara multifacética da representação, escapando à constância e homogeneidade do núcleo central por carregarem os aspectos mais individuais e mais contingentes, situacionais, da representação. É, aliás, segundo aquele autor, "... a consideração destes efeitos [de contexto] que deveria permitir a descoberta do princípio organizador da representação mascarada pela pregnância de um contexto particular" (Abric, 1994, p. 15). Suas pesquisas mostram que, ainda que o núcleo central se mantenha intocado, pode haver representações aparentemente diferentes e comportamentos decididamente diferentes, graças à presença ciliar dos elementos periféricos. Mais recentemente, nas discussões sobre o lugar do afeto na construção das representações sociais, teóricos vinculados a esta abordagem têm insistido sobre a possibilidade de que o sistema central e elementos afetivamente carregados componham

uma estrutura sociocognitivo-afetivo coerente (Campos & Rouquette, 2003), refletindo sobre a incidência da dimensão afetiva na estruturação do núcleo central, o que enriquece a teorização da vertente estruturalista. A preocupação em estabelecer os limites que definem e diferenciam de forma confiável as representações sociais, e que podem, portanto, atestar sua eventual transformação, produziu, assim, ao mesmo tempo, indicadores de movimento nas representações, por via da constatação *a posteriori,* ou seja, pela detecção da estrutura da representação.

Por sua vez, a proposta de *themata* (Moscovici & Vignaux, 1994) inclui um jogo de figura e fundo entre duas faces de uma ideia-fonte, fazendo despontar ora uma, ora outra, segundo circunstâncias do momento e do lugar, e o forte peso das comunicações. Essa mobilidade entre dois polos, sua alternância, assim como a problematização e *thematização* de conteúdos antinômicos comuns a dois grupos, podem revelar sentidos diferentes para um e outro, segundo as condições sociais e políticas específicas de cada um (Marková, 2006). Este desenvolvimento da teoria veio acrescentar-se a ela mais tardiamente, já nos anos 90, e pode se considerar como uma quarta abordagem. A thematização, diversamente da abordagem estrutural, parece ter suas raízes em um processo cuja gênese torna-se importante para sua compreensão. Mas mantém o

peso do contexto e das circunstâncias para a mudança de polo da representação.

Os exemplos acima, partindo das bases epistemológicas da teoria, ilustram a ideia da dinâmica embutida nas representações sociais tal como aparece na (con)sequência ao questionamento das dicotomias tradicionais. A própria diversidade de formas que esta dinâmica pode assumir confirma a plasticidade das representações sociais e da sua teoria. Os dois exemplos ajudam a introduzir estas notas, dando mostra de possibilidades que se desenvolveram no campo, atentas ao movimento da representação. Abarcam, ao mesmo tempo, a continuidade que existe entre a representação e seu(s) contexto(s), que podem mudar-lhe a feição.

Prosseguirei agora com uma rápida passagem pelos elementos já anunciados como dispositivos importantes na dinâmica das representações.

Passagens e painéis da dinâmica

Entre os aspectos da teoria que indicam por onde trafega a dinâmica e expõem o movimento presente na construção da representação, bem como na sua estabilização, alguns receberam mais atenção, outros menos, ao longo deste meio século de existência. Já me debrucei sobre a dimensão afetiva das representações anteriormente (Arruda, 2009), o que embora não

abarque tudo que necessitaria ser dito neste momento, me autoriza a não voltar a ela. Pontuo apenas que os afetos são um estopim do movimento, e que o próprio movimento constitutivo da representação, que chamei em outro momento de "fotossíntese cognitiva" (Arruda, 2004) porque "traga e traduz" a novidade, para devolvê-la sob outra forma, metabolizada, é atravessado por eles: se um objeto precisa ser relevante para um grupo para que ele o represente, é obrigatório que o encontro com este objeto seja disparador de afetos. Não se representa socialmente aquilo que é indiferente, aquilo que não provoca o desejo de comunicação, de falar a respeito, de compreender. Afetos são, portanto, ingredientes incontornáveis da dinâmica intrínseca às representações sociais. Identificá-los, acompanhá-los, é perseguir esta dinâmica, sem se restringir à investigação das atitudes.

Passo então aos outros elementos, reservando as redes para mais adiante.

A discussão sobre os grupos passíveis de produzirem representações sociais ganha espaço nos anos 80 com a crítica de Harré a respeito do estudo de representações em grupos taxonômicos ou estruturados (Castro, 2002). Em sua resposta, Moscovici (1984) contra-argumenta que na pesquisa sobre a psicanálise recorreu aos dois tipos de grupo – os estruturados, na análise da imprensa comunista, católica e liberal, e os taxonômicos,

entre a população entrevistada. A leitura da pesquisa evidencia os movimentos sinuosos com os quais a psicanálise ganha capilaridade no pensamento social, com matizes diversos segundo recortes de profissão, nível de escolaridade etc.

Mais tarde, Wagner (1998) e Wagner e Hayes (2005) defendem que a representação social só deve ser pesquisada nos grupos reflexivos, devido à sua identidade autoatribuída. Estas definições advogam a identidade de grupo como um dos pilares para que haja uma produção de representação. Com isto, tentam responder à pergunta: que grupos são capazes de produzir uma representação social?

A metáfora dos grupos vagos, ou fluidos, inspirada na teoria de Zadeh (1968), desponta no estudo dos grupos de modo geral (Jesuino, 2002) e a lógica *fuzzy* chega timidamente ao campo das representações sociais (Wagner & Hayes, 2005). Jesuino fala em evitar o embaraço da definição de grupo considerando, com esta nova perspectiva, que um agregado será tanto mais grupo quanto menor ele for; quanto maior for a interação entre os seus membros; quanto mais longa a sua história; quanto menos o seu futuro se reduzir ao horizonte da interação corrente. É uma caracterização que elimina o problema das fronteiras. Mais uma possível movimentação de conceitos que a psicologia social discute, e também emerge dentro da teoria, no sentido da sua abertura, e bem no estilo

polifásico do campo, agrega novidades ao seu convívio sem com isso excluir obrigatoriamente outras perspectivas.

Esta visão sintoniza com a de fronteiras porosas, vagas, que a passagem das antigas dicotomias ao *status* de polaridades estabeleceu como premissa da teoria, por trabalhar no terreno da incerteza, das divisórias móveis em função dos contextos e de mudanças. Afasta-se da categorização binária, situando os atributos de um objeto ou grupo ao longo de um gradiente. A lógica *fuzzy* traduzida para o terreno das ciências sociais, desta forma, carrega afinidades com formas de identificar um grupo como os grupos taxonômicos, e até reflexivos, ou trabalhar com categorizações de vários tipos(1). Estas questões, postas desde a publicação da *Psicanálise,* podem levar ainda mais longe a reflexão sobre o grupo com relação à dinâmica da representação, mas não posso tratá-la nesta ocasião. O fato é que estes grupos, além da identidade, contêm em si a heterogeneidade, que vai implicar variações de composição da representação, concorrendo assim para a sua dinâmica.

A problematização em torno da noção de grupo também se vincula à questão do consenso - ou da sua relatividade – que foi sugerida desde o início por Moscovici (1961), ao sublinhar os múltiplos recortes que atravessam os subgrupos pesquisados sobre a psicanálise, além das divisões calculadas na amostra. Estes recortes se cruzam, se sobrepõem, e ora aproximam, ora afastam os

componentes dos grupos; que se decompõem por gênero, por nível cultural, entre outros fatores que atuam de forma diversa em momentos diferentes. Nenhum subgrupo é homogêneo, o que repercute na representação social que é produzida. “A representação social só é unitária no limite. Neste sentido, ela traduz o estado da coletividade que a produziu” (Moscovici, op. cit. p. 310). Moscovici (pp. 171-2) vai ainda mais longe ao observar que a posição do indivíduo frente à psicanálise

_____

(1) Para maior aprofundamento sobre os conjuntos fuzzy, recomenda-se a leitura de Zadeh, 1968.

também é diferente segundo o mecanismo que ele achar que está em jogo (a pressão, a moda, a mídia, no caso da psicanálise, a influência americana, as mudanças culturais).

Desta forma, características e contingências do grupo incidem sobre a possibilidade ou não do consenso. Em seu estudo sobre dissenso e consenso, Moscovici e Doise (1992) observam, por exemplo, que os grupos heterogêneos mudam e polarizam mais que os grupos homogêneos, e mais ainda quando o conteúdo da decisão a tomar é novo e importante a ponto de virar matéria para discussão. Este seria o caso dos objetos de representação social, que são fonte de debate e até celeuma. A pesquisa sobre Direitos Humanos realizada por Doise (2003) em vários países evidencia as diferenças de opinião no seio do aparente consenso sobre alguns deles. Doise, com Clémence e Lorenzi-Cioldi (1994) já equacionara a questão com

o modelo das três fases, ao propor que estudar uma representação social devia começar pela identificação dos elementos de base comum sobre o objeto para os diferentes membros de uma população – o campo comum da representação. Em seguida, passar a investigar causas e formas de diferenciação entre os indivíduos – identificar os princípios organizadores destas variações. Por último, observar as modulações individuais como fruto de ancoragens em outras realidades simbólicas – identificar estas ancoragens. Assim, ao decolar do solo comum, o consenso, como supunha Moscovici (1961), seria sempre apenas relativo, parcial e contingente, e as diversas pertenças sociais provocam ancoragens diversificadas que encaminham para a multiplicidade de posições, tirante o campo de entendimento compartilhado.

A questão do consenso trouxe questionamentos à teoria e continuou a ser discutida. O então Grupo de Estudos de Representações Sociais da London School (Rose *et al.,*1995) refutou as críticas. Sua análise do consenso na teoria é próxima da de Doise, quando afirma a existência de dois níveis a considerar: um, o da base comum necessária para que as pessoas se entendam, que não tem a ver com convergência de pontos de vista. Outro, é o da interação social imediata, que envolve discordância e argumentação. Este Grupo acrescenta que o consenso é resultado de lutas de poder –questão nem sempre mencionada nos estudos de representações

sociais. Defende, em contraposição à noção de representações homogêneas e monolíticas, um campo representacional aberto à controvérsia, fragmentação e negociação, cheio de incoerência, tensão e ambivalência, ainda que permeadas por uma realidade consensual, que oferece um pano de fundo de significados historicamente compartilhados sobre o qual acontecem as discussões e negociações.

É plausível pensar, com estas contribuições, que também o debate e o dissenso são passagens da dinâmica das representações sociais, a dinâmica em que elas se constroem, apoiadas no território comum para se diversificarem. Na heterogeneidade dos grupos se situa a não-homogeneidade da representação, que tem no dissenso um possível elemento dinamizador. A heterogeneidade ativa o debate, a argumentação, o confronto de opiniões. O dissenso é um registro da plasticidade da representação.

A polifasia cognitiva, por sua vez, como dizem Kalampalikis e Haas (2008), está ligada à dinâmica do pensamento social e à sua entrada em espaços em movimento. Haas (2006) reforça: nenhum tipo de sociedade tem a prerrogativa de usar uma única forma de racionalidade, mentalidade, saber. Moscovici (1998, pp. 246-247) já situara a polifasia cognitiva como a capacidade de ter várias formas de pensar e representar, inerente à vida mental, como a polissemia à vida da linguagem. Ela teria grande importância prática para a

comunicação e a adaptação às necessidades sociais em mudança. O conjunto das nossas relações intersubjetivas com a realidade social depende desta capacidade.

O convívio de lógicas diversas no interior de uma mesma representação é um painel da sua dinâmica, mostrando como se acomodam recursos disparatados para fazer sentido, estabilizando-o (o sentido) na instabilidade. O apelo a esses recursos em princípio significa um intenso esforço criativo, como se vê na pesquisa de Wagner *et al*.(2000) sobre a representação da doença mental e do seu tratamento numa cidade da Índia que ingressa nos tratamentos psiquiátricos ocidentais, em que uma participante afirma ao mesmo tempo acreditar e desconfiar dos curandeiros da tradição local. Renedo e Jovchelovitch (2007), em pesquisa com profissionais que trabalham de forma voluntária com os sem-teto em Londres, mostram a polifasia cognitiva como um recurso para reunir discursos que atendem a demandas diferentes – dos financiadores privados e do *ethos* humanista do trabalho voluntário. Ela expressa ao mesmo tempo a dinâmica do trabalho deste profissional. Subjacente ao conceito de polifasia cognitiva, portanto, está a dinâmica das interações sociais e culturais. Jovchelovitch (2002) e Wagner *et al.*(2000) concordam que o mundo não é uno, mas vários, e a variedade dos contextos ou grupos convoca formas específicas de pensar, racionalidades diversas para fazer sentido. Wagner *et al.*

(1999) retomam Moscovici para lembrar que a característica dinâmica das representações sociais surge da forma como elas estão inseridas no contexto de relações sociais específicas. Isto sublinha, por um lado, a agência (*agency)* dos contextos sociais como demandantes de soluções para dar sentido. Quando o pensamento lógico, neste esforço, não consegue cumprir as funções que ele exclui, outras racionalidades comparecem, e a polifasia cognitiva resolve o impasse. O saber deve ser visto como uma forma dinâmica e continuamente emergente, capaz de mostrar tantas racionalidades quantas se fizerem necessárias na variedade de situações características da experiência humana.

Tratarei agora do ponto principal destas notas.

Redes de significado

A definição da representação social como rede de significados construída em torno do núcleo imagético, trazida por Moscovici em 1961[2] e de volta em 1976, apesar da sua potência dinamizante, permanece intermitente na produção do campo e parece perder destaque na continuidade. Ela é mencionada no clássico texto de Jodelet de 1984, e o próprio Moscovici a retoma em 1998, ao comentar a diferença entre representação social estática e dinâmica. O primeiro tipo, explica, corresponderia à representação vista como teoria ordenada em torno de um tema: “uma série de proposições

que permite classificar coisas ou pessoas, descrever seu caráter, explicar seus sentimentos e ações, e assim por diante" (Moscovici, 1998, p. 243). Quanto ao segundo, diz ele: "De fato, do ponto de vista dinâmico, as representações aparecem como uma 'rede' de idéias, metáforas e imagens, amarradas de forma mais ou menos frouxa, e portanto mais móveis e fluidas que teorias" (Moscovici, 1998, p. 244). E complementa afirmando que, para ele, as representações sociais em movimento são como o dinheiro: duram enquanto circulam e são úteis; tomam diferentes formas na memória, na percepção, na arte.

(2) Vale a pena lembrar que é em 1973 que Geertz traz à baila a idéia de Weber de que o homem está suspenso em redes de significado que ele mesmo teceu, no seu influente livro A Interpretação da Cultura. Moscovici trouxe as redes de significado para a psicologia social por meio da teoria das representações sociais em 1961; a repercussão não é grande, mas situa a teoria numa perspectiva interpretacionista.

Pode-se alegar que, preocupado com a difusão da ciência e sua transformação quando desembarca no espaço do cotidiano, Moscovici faz parecer que assemelhar a representação a uma teoria necessariamente impõe rigidez à representação social, quando o interesse era exatamente mostrar como a psicanálise se soltava das amarras científicas e vestia novas cores ao ganhar as ruas. Contudo, a ideia de teoria pode servir de referência no sentido de que se trata de um esforço de explicação amplo e articulado, como propõem Wagner e Hayes (2005, p. 121): "Uma representação forma um retrato estruturado, multidimensional, do assunto – ou seja, todo um conjunto de afirmações interrelacionadas como um construto semelhante a uma teoria"(3). Estes autores, inclusive, articulam as

duas perspectivas, ao longo de sua obra, considerando uma teoria como uma rede de significados.

Apesar da ambiguidade de escolha da definição, o que importa é que a fluidez e multidimensionalidade favorecem a mobilidade e ambas constituem um dos veios do pensamento moscoviciano, aparecendo em outros momentos da sua obra. Percorrer o volume de 1961, e também o de 1976, mais reduzido, chega a surpreender pela plasticidade e dinâmica com que a teoria faz evoluir a representação social aos olhos do leitor, no esforço contra generalizações apressadas e na policromia dos matizes de análise. Há um trabalho minucioso nas dobras dos resultados, para escapar da servidão às estatísti

(3) "*A representation forms a structured, multi-dimensional portrayal of the subject área – that is, a whole set of statements related to one another as a theory-like construct.*"

cas e à interpretação que tende a valorizar sobretudo o que é mais significante quantitativamente. A multidimensionalidade, como o dissenso, também está nas entrelinhas.

Estas características facilitaram o estudo do universo do *funk* proibido de facção[4] no Rio de Janeiro. Clandestino devido à proibição de se apresentar na mídia oficial, ele se manteve vivo graças aos bailes de comunidade – muitas vezes promovidos pelas facções - e às redes de comunicação.

O *funk*, de modo geral, tornou-se logo tema de debate na grande mídia, nas redes sociais, foi alvo de legislação específica e de ação repressiva dos órgãos de segurança nos últimos anos, vendo

seus participantes frequentemente transformados em elementos suspeitos (a versão contemporânea das “classes perigosas”), assemelhados a bandidos e traficantes, e suas práticas musicais vinculadas ora à bandidagem, ora ao exotismo e à adrenalina que atraem os jovens das classes privilegiadas. Este movimento, que foi mais um estopim para a sociedade pensar, criou novas representações, repaginando a figura do marginal, do pobre, assim como a música e as culturas urbanas cariocas**.** O *funk* constitui, hoje, uma das mais fortes expressões musicais das juventudes cariocas - de todas as classes sociais. Tentar compreender este sucesso entre sujeitos sociais tão distintos significou diversificar ferramentas conceituais e mergulhar neste universo.

(4) Este gênero de funk se caracteriza pela narrativa de fatos/feitos vividos em torno do mundo do narcotráfico, geralmente nas comunidades, onde as organizações que controlam o comércio varejista de drogas ilícitas impõem sua lei e podem chegar a incentivar esta produção musical. Identificado como apologia ao crime e estímulo ao consumo de drogas, é vetado nos meios de comunicação legais.

Estudos deste tipo, comuns no campo das representações, em particular na abordagem processual (Banchs, 2000), transbordam o foco de uma representação social bem recortada e precisam buscar o entendimento de uma cultura específica (Pais & Blass, 2004), no caso, uma cultura juvenil violenta, regida por um forte *ethos* viril (Zaluar, 2004; Cecchetto, 2004), com seu universo de representações na relação com a sociedade em geral. Assim como a evolução da rede de significados que se espraiou a partir da psicanálise foi vista por Moscovici (1961, p. 342) como estreita-mente vinculada à organização da sociedade francesa daquele momento, a

construção/reformulação de um conjunto de representações a partir do fenômeno *funk* também nos pareceu possuir esta característica. Ao iniciarmos esta aventura, não suspeitávamos que, pouco tempo depois, uma nova política de segurança pública iria alterar o cenário da pesquisa, pondo em movimento o universo de representações que aprendíamos a conhecer. Guardadas as devidas proporções, como o clássico estudo da loucura em meio rural na França, levado a cabo por Jodelet (2005), obrigou o mergulho nos seus espaços, na sua história e no mundo de vida dos seus personagens. O diálogo interdisciplinar, portanto, se impunha, confirmando a afiliação da psicologia social às ciências sociais.

No batidão do funk

O primeiro contato com este universo se deu por acaso, em 2003, num transporte coletivo. Uma melodia conhecida vinha do aparelho de som de um grupo de jovens de aparência popular, que voltava da praia. Estava em ritmo de *funk*, e logo tropecei na letra, que havia sido substituída por uma narrativa de feitos ocorridos em uma comunidade, sob o comando de uma das facções que controlava o tráfico de drogas ilícitas na cidade: "...Que vai rolar a guerra, vai rolar/ Comando Vermelho mandou avisar..."(5). À paródia, e às que se seguiram, extremamente violentas, não faltava criatividade, e a linguagem, o conteúdo e o vocabulário davam indícios de um pensamento peculiar em circulação, com uma riqueza inusitada. O entusiasmo do grupo, que cantava alto, contracenava com a indiferença ou o desconforto dos outros passageiros. De vez em quando, um jovem trabalhador entrava no veículo e logo começava a cantarolar aquelas letras, discretamente.

Nesta viagem iniciática fui apresentada ao *funk* proibido de facção. Entendi que ali estava um universo juvenil que me era totalmente estranho, mas parecia bem enraizado, e em 2005 comecei a pesquisar, logo acompanhada por outras colegas(6). A etapa seguinte foi a aquisição de CDs com estas músicas, e a dificuldade de apreender o sentido das letras, que soavam como um outro idioma. Foi preciso o encontro com jovens estudiosos do assunto para se abrirem as por

---

(5) A música original, sucesso da cantora Ivete Sangalo, é A Festa, de Anderson Cunha.

(6) Marilena Jamur e Lilian Ulup se associaram a esta aventura, que acabou por reunir um animado grupo de pesquisa e obter o financiamento da FAPERJ para o projeto que ela originou.

tas do entendimento, com informações sobre a história do *funk* e das organizações do tráfico varejista de drogas no Rio de Janeiro(7).

Estávamos diante de um outro mundo, cantado na voz crua e rouca dos morros, sem contemplação. Mergulhar nele significou um trabalho de aproximação, de trocas(8). Participamos de redes de articulação que discutiam estratégias de apoio aos jovens em comunidades e começamos a frequentar bailes de comunidade e comerciais, em que o *funk* era a principal atração. O contato com ONGs de uma comunidade avançou em direção a parcerias, e fomos chamadas a participar de trabalhos com crianças e jovens do local.

Recorrendo a diversos expedientes e contatos, conseguimos reunir cerca de 600 *funks* proibidos das três facções que dominam o tráfico varejista de drogas na cidade. Transcrevemos cerca de 200 para análise de conteúdo. Conversamos com especialistas em música, espaço urbano e favela, violência e juventude, e *funk* proibido de facção. Entrevistamos MCs e DJs a respeito da produção de *funks* e de bailes, bem como ONGs que têm projetos com jovens em comunidades. Por fim, entrevistamos cerca de 120 jovens – habitantes de regiões diferentes da cidade, dentro e fora de comunidades, com idades entre 12 e 25 anos, e recorremos ao programa ALCESTE antes de iniciar a análise deste material.

_____

(7) A contribuição de Thiago Vieira e André Saldanha foi inestimável, naquele e em outros momentos.

(8) Andréa Rodriguez Lannes, na época doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRJ e psicóloga participante do projeto de uma ONG que atendia meninos desejosos de abandonar o tráfico de drogas, abriu-nos as portas para algumas comunidades.

Esta descrição, com suas anedotas, sugere a dimensão do objeto, e a necessidade de tomá-lo em seus múltiplos contextos (Jesuino, 2001) para alcançar a teia de representações que ele carrega e provoca. Com efeito, o *funk* atravessou e foi atravessado pela cidade. Nos últimos anos, o aumento da classe média brasileira, com maior acesso a bens de consumo e espaços da cidade, parece reacender na "velha" classe média o desconforto com relação aos pobres e favelados, o que não é novo no Rio de Janeiro, mas veio reforçar um lado sombrio do mundo de uma parte dos nossos entrevistados, como veremos.

Com a construção do Túnel Rebouças, que passa a funcionar em 1976 ligando a Zona Norte ao litoral, a frequência às praias pelos "suburbanos" aumenta, trazendo à tona uma antiga questão, expressa na clara representação do espaço urbano demarcado em territórios. O documentário "Os pobres vão à praia" (1989) registra a *via crucis* anterior a 76 para chegar à praia quando se vinha da Zona Norte, bem como a reação dos moradores da Zona Sul, incomodados com a presença dos "farofeiros" que invadiam a praia "deles". Atualmente, este sentimento de rejeição do 'estrangeiro', cuja aproximação é vivida como apropriação do espaço que um grupo considera como seu, aparece em comentários do dia a dia, ironizados pelo habitual bom humor de Luiz Fernando Veríssimo no jornal O Globo, de 28 de abril de 2011:

- É nisso que deu, oito anos de governo Lula. Esse caos. Todo mundo com carro, e todos os carros na rua ao mesmo tempo. Não tem mais hora de pique, agora é pique o dia inteiro. Foram criar a tal nova classe média (...). E não é só o trânsito. As lojas estão cheias. Há filas para comprar em toda parte. E vá tentar viajar de avião. Até para o exterior – tudo lotado. Um inferno. Será que não previram isso? (...) Que botar dinheiro na mão das pessoas só criaria essa confusão? (...) a nova classe média não sabe consumir (...). Já vi gente apertando secador de cabelo e lepitopi como se fosse manga na feira. É constrangedor. (...)

– A Nova classe média nos descaracterizou?

– Exatamente. Nós não éramos assim (...) acabou o que tínhamos de mais nosso, que era a pirâmide social. Uma coisa antiga, sólida, estruturada... (p. 7)

O esforço de redução de desigualdades esbarra, portanto, em barreiras simbólicas bem fincadas; tetos de vidro planam sobre o solo da cidade.

A criminalização do *funk*, contudo, começa antes disso. O arrastão de 1992, nas praias do Arpoador e Ipanema, foi seu grande marco. Jovens de comunidades diferentes (galeras) decidiram se enfrentar nas areias da praia, escandalizando os frequentadores

habituais, que viram a passagem dos rapazes como uma invasão violenta e os identificaram a “pivetes”. O fato ganhou ampla repercussão na mídia, associando-os a “funkeiros” (Vianna, 2006; Herschmann, 2000 (b); Arruda, Barroso, Jamur & Melicio, 2010), e se incorporou aos medos coletivos alojados no imaginário da cidade. Autoridades asseveraram que o chamado “arrastão” não tivera como propósito violência nem roubo (Medeiros, 1996). Estas declarações, entretanto, caíram em ouvidos moucos. O incidente também servira a outro propósito. Aconteceu no auge da campanha eleitoral para prefeito do Rio, na qual se enfrentavam o candidato conservador, César Maia, e a candidata do PT, Benedita dos Santos, mulher, negra, moradora de favela. A notícia do arrastão e a sua associação ao futuro do Rio, caso ela fosse eleita, com nítida intenção de atemorizar as pessoas, foi bem explorada em benefício do outro candidato (Farias, 2003).

Os jovens pobres e favelados, que sempre foram assimilados a vagabundos e meliantes, agora incorporavam mais um qualificativo: “funkeiros”. Ou seja, o *funk*, por meio deste personagem, se ancorava (e os ancorava) a uma antiga representação hegemônica, expressa em ‘brincadeiras’ como a de que “um negro correndo só pode ser ladrão”, que conjuga pobreza e cor da pele no mesmo estigma. Com efeito, a gênese das favelas (Valladares, 2000), bem como a criação do que se tornou a polícia do Rio de Janeiro

(Bicalho, 2005), no século 19, sacramentaram a representação hegemônica dos pobres e pretos na cidade, ao definir como segurança pública a segurança dos senhores frente à massa de ex-escravos que circulava na cidade, “ameaçando” a paz urbana.

Os anos 90 viram o crescimento exponencial do tráfico varejista de drogas ilícitas, municiado com armamento pesado, comandado por facções organizadas e abrigado nas comunidades, pelas condições topológicas e sociais que elas oferecem. A velha vinculação da favela à miséria, desordem, falta de lei, voltou a se manifestar com toda força (Valladares, 2005; Silva & Barbosa, 2005). Desta forma, o *funk* cataliza e objetiva uma extensa rede de significados, que está na razão direta das características atribuídas ao universo em que ele se insere, às suas práticas sociais, econômicas e culturais, por um lado e, por outro, está em contraponto à forma como a chamada ‘sociedade carioca’ se vê: dona e única beneficiária de determinados espaços geoculturais e socioeconômicos, cuja exclusividade integra a sua identidade. Analogia e contraste.

Preservar essa identidade é preservar o próprio lugar na sociedade, dentro deste imaginário social, mantendo firme a barreira da desigualdade, como ironizou Veríssimo. Por sua vez, grupos menos aquinhoados pretendem usufruir do simples direito de ir e vir sem o perigo constante da interpelação, da suspeição e da

discriminação. Desejam alcançar o pleno direito à cidade e à diferença. O antológico “Rap da felicidade”, de Cidinho e Doca, expressa o desejo de resgatar uma identidade outra, ao declarar:

> Eu só quero é ser feliz, andar tranqüilamente na favela onde eu nasci, é!
> E poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar[9]. (Cidinho e Doca, 1992-3)

A cidade se torna, assim, palco da disputa entre esses contendores, um para preservar a representação de si herdeira da matriz colonial da posse da terra e da riqueza, outro para garantir uma representação de si não reduzida ao que hoje se mistura com preconceito de cor, de classe e de lugar. O *funk* surge como arma e veículo, nesta luta simbólica, mesmo quando não carrega uma mensagem proposital ou explícita. É o gênero musical que, na sua ambiguidade – ritmo irresistível e letras nem tanto, estilo agressivo e irônico – ecoa a voz do morro, incomodando e seduzindo com sua batida. Como uma “cultura de invasão”, à qual se associa o imaginário de “classes perigosas”, segundo Pais & Blass (2004, p.16), ao mesmo tempo é terreno de sociabilidade, onde se está à vontade na diferença, com os seus pares.

---

(9) O Rap da Felicidade vem a ser uma paródia criada por Cidinho e Doca, a partir do original dos MCs Júnior e Leonardo. O Rap da Felicidade se tornou um hit e é cantado até hoje, tanto como um protesto quanto como uma afirmação do orgulho de morar em uma comunidade. Ele foi gravado em 1995 pela gravadora Furacão 2000, embora tivesse sido composto alguns anos antes (1992).

No balanço da rede

O *funk*, em si, é uma representação social, uma representação sonora e corporal, além de meramente verbal. Como a pintura identificada como de determinada escola, em determinado período, ele ilustra uma paisagem social, um momento na vida de uma determinada sociedade, projeta a vida de um grupo. Vocaliza a sua fala, coreografa a sua corporalidade, retrata o seu cotidiano como um longo afresco que se renova, acrescentando a cada dia os acontecimentos que afetam os fatos da vida. Com suas melodias, suas letras e sua dança, ele tanto se constitui como uma rede de significados que se entrelaçam, projetando imagens e afetos, o que reverbera de formas diferentes segundo a audiência, quanto se coloca em rede com significados presentes na sociedade e em outros grupos que não o dos seus fãs – o *funk* ganhou o asfalto, como se diz no Rio de Janeiro. Sua representação produz uma rede de significados que se espraiou. Hoje existe moda e estilo *funk* de se vestir (Mizrahi, 2006) e expressões da linguagem das comunidades veiculadas pelo *funk* comparecem na fala dos jovens que vivem em outros espaços. Ele atrai jovens de latitudes sociais variadas, e faz a

crônica dos acontecimentos da cidade. Ele está, como a psicanálise na França (Moscovici, 1961, p. 342), estreitamente vinculado à organização da sociedade carioca.

Estamos falando, portanto, de múltiplas redes que se atravessam. Jesuino (2001) assinala que o domínio das representações ancoradas em um sujeito constitutivamente social não conhece limites, podendo multiplicar a cadeia de significações ao infinito. Sugiro, então, pensá-las em prismas diversificados, mas não divorciados, dos quais mencionarei apenas quatro:

1. um prisma sequencial: as representações do *funk* no Rio de Janeiro passaram por mudanças de tonalidade nos últimos 10 a 15 anos, de mais leves e positivas às mais pesadas e sombrias, o que foi detectado em estudo sobre a mudança do que surgia na mídia impressa (Herschmann, 2000b). Esta mudança aconteceu à medida que ele foi se convertendo em alvo de perseguição cada vez mais explícita, sob acusação de proximidade com drogas e bandidagem; a luta pelo reconhecimento do *funk* como manifestação cultural, por sua vez, se institucionalizou, com a criação a APA-Funk (Associação dos Amigos e Profissionais do Funk)[10] em 2007. Este novo elemento – o *funk* como manifestação artística, expressão cultural, com profissionais que vivem dele – também veio se incorporar ao panorama e trazer mais um componente a esta rede: uma representação

(10) A APA-Funk luta pelo reconhecimento do funk como patrimônio musical e cultural do Rio de Janeiro, pela regularização da situação dos profissionais do funk, do plágio, dos limites para a pornografia, segundo seu presidente, o MC Leonardo, http://apafunk.blogspot.com/. Recentemente, a lei conhecida como "Lei do funk", que estabelecia várias barreiras para a realização dos bailes, foi derrotada na Câmara municipal da cidade, como parte dos resultados desta luta, à qual se associaram políticos, artistas e acadêmicos

polêmica do *funk*, defendida por uma minoria ativa.

2. um prisma conjuntural: a instauração de uma novidade na política de segurança da cidade modifica a situação, com o recrudescimento desta perseguição mesmo nos seus espaços privilegiados. Sabemos que hoje, com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em várias favelas, outros significados estão em gestação, a partir do reordenamento do território da cidade e da regulamentação do cotidiano das favelas pelas UPPs, proibindo e perseguindo a escuta do *funk*. Ao longo da nossa pesquisa, se encontraram representações diferentes nos grupos sociais diferentes que entrevistamos, porém cada vez mais os jovens de todas as origens tenderam a marcar distância, negar apreciá-lo, embora os encontrássemos no baile depois da entrevista. A realidade não para, as representações também não (Howarth, 2006). Gostar de *funk*, ouvir *funk*, além de um marcador social, passou a ser perigoso e politicamente incorreto.

Estes dois prismas combinados reverberam a dimensão temporal, historicizante, da representação, o seu 'desen-movimento' no tempo – em sequência (não obrigatoriamente linear) e/ou num momento dado, que pode ser o presente, e mostra o ritmo do processo de mudança, não significando com isto sua irreversibilidade. Significa, sim, a imbricação entre a sequência – a historicidade – e a contingência, que também se coengendram em rede. Assim, a criminalização do *funk* atualiza a criminalização dos ritmos de origem africana, surgidos na periferia social da cultura no Rio de Janeiro desde o século XIX, com a proibição e perseguição do maxixe e o samba (Vianna, 2002), que logo estabeleceram nexos com outros espaços sociais da cidade, que iriam ser seduzidos por eles.

3. O prisma da concentração: o *funk* como rede de significados atinentes, mas concentrados neste objeto enquanto tal, que conecta e articula múltiplos elementos do campo representacional, fluxos de afetos, elementos da identidade dos que o representam e elementos do contexto diretamente relacionados com ele. É o prisma do campo da representação do objeto em si. Nele encontra-se uma tipologia de *funks*, subgêneros deste gênero, os personagens do funkeiro, do MC e do DJ, os bailes *funk*, seus frequentadores. O campo representacional não se

desliga das várias camadas de contexto que o abrigam (Jesuíno, 2001); carrega um conjunto de significados que formam a rede em torno do objeto, sob a forma de metáforas, imagens, de forma articulada. O encontro entre a novidade e o que lhe permite entrar nesta rede se dá por afinidade, analogia, às vezes por contraste.

4. O prisma da expansão: o *funk* como um componente da rede dos significados que fazem parte da comunicação no cotidiano, aparece na mídia, nas ações políticas, nas redes sociais, em espaços variados, participando da construção do pensamento social, permeando-o, e circula novos significados em suas veias. Este é o prisma da presença das suas representações na vida da sociedade. O processo de ancoragem, como exemplificado acima, reúne este prisma aos anteriores. O processo de objetivação também é indicativo desta articulação entre os prismas, entre as redes, ao apresentar o esquema da representação e também inserir-se no campo da representação.

Estes prismas – que podem ser mais, evidentemente – na verdade não se separam: são apenas angulações da tessitura, tal como foi ilustrado na relação entre sequência e contingência. Eles

reafirmam o caráter relacional da proposta das redes, uma vez que cada prisma incide sobre os demais e não existe uma rede separada da outra. A história importa para a conjuntura, que recolore a história, do mesmo jeito que o(s) contexto(s) percorre(m) e influencia(m) mas também é (são) percorrido(s) e influenciado(s) pelo *funk*. As redes estão conectadas.

A ancoragem aparece aqui como um elemento dinamizador, um indicador do dinamismo e historicidade da representação social. Segundo Villas Boas (2010, p. 65), em sua discussão recente sobre ela, "...pode-se considerar a ancoragem uma espécie de primeiro nível de historicidade das representações sociais". Com efeito, por ocasião de uma outra pesquisa, junto a grupos ecologistas cariocas, chamou minha atenção a densidade deste processo, que não se situava apenas na superfície de uma analogia imediata, mas pedia um mergulho nas águas fundas da gênese da representação: uma "arqueologia da ancoragem" (Arruda, 2004, p. 344). Seu estudo, além do cotidiano imediato daqueles grupos (cujas práticas foram acompanhadas por mais de três anos), tivera que percorrer ainda o desenvolvimento dos seus modos de pensar – ideário, repertórios de valores e saberes, vinculados à história dos movimentos ambientalistas da cidade – e o imaginário social, a instituição imaginária da sociedade brasileira em sua histórica relação (retórica) com a natureza, desde 1500. Viu-se, assim, a presença de

representações transversais – que perpassaram os tempos e os segmentos sociais – e os ajustes pelos quais elas foram passando, ao mesmo tempo que davam acolhida a novidades que se apresentavam. Visitar estas camadas diversas de ancoragens foi indispensável para compreender a mudança de tom, temas e práticas detectada no material de divulgação de um dos grupos, com a aproximação da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992). Doise (1992) adverte que

> Estudar a ancoragem das representações sociais é procurar um sentido para a combinação singular de noções que formam o seu conteúdo. Este sentido não pode ser definido apenas pela análise interna dos conteúdos semânticos de uma representação, ele se refere necessariamente a outras significações que regem as relações simbólicas entre os atores sociais. (p.189)

Ancorar, portanto, não é um mero processo cognitivo ou semiótico, uma atribuição de sentido que passa a fornecer uma nova categoria à grade de leitura do mundo. A ancoragem atualiza constantemente aspectos que certamente compõem o núcleo da representação, dando-lhes nova roupagem. Acontece igualmente como remodelagem de comportamentos coletivos, em função de múltiplos fatores, inclusive em analogia com outros comportamentos

anteriores, mesmo se apoiados nos mesmos valores. Assim, renovar o repertório de sentidos também reedita o repertório de ações, e ganha nova maquiagem ao mesmo tempo em que incorpora um novo "produto". Na medida em que pouco depois da sua chegada ao Rio o *funk* é associado à transgressão, à marginalidade, ele migra dos cadernos culturais dos jornais para as páginas policiais, e assim passa a ser tratado por uma parte da sociedade. Estava ancorado seu significado.

No trabalho de analogizar, aproximar do já existente, a ancoragem faz o enlace entre o novo e o prévio, tece os laços da rede de significados que é a representação social. Em uma perspectiva societal, como advoga Doise (1992) é preciso que este enlace tenha um alcance vário e amplo, retomando, de certa forma, a afirmativa de Moscovici (1961, pp. 335-6) de que a ancoragem é um processo proteiforme e, acrescento eu, tentacular. Ele estabelece a presença capilar do social na representação, penetrando-a em profundidade e possibilitando novas ancoragens. Este movimento é duplo, uma vez que também entrama a sociedade, por meio da comunicação e da ação, com estes novos significados recém-urdidos, que passam a circular/pertencer nesta rede maior.

A teorização a respeito do núcleo central assinala que reedições e maquiagens podem dar cara nova a velhas representações, atualizá-las ao gosto do dia, e ao mesmo tempo proteger o seu

cerne. Trata-se, então, muitas vezes, de ancorar novos objetos em velhas transversalidades, o que pode provocar mudanças de um lado e de outro, trazendo novos sentidos ao antigo e antigas disposições ao novo. Como o desejo de afastar-se do portador do vírus do HIV, que se apoiou no isolamento das vítimas da peste ou de epidemias na Europa (Joffe, 1994). É o que encontramos também na forma de ver os favelados, e por analogia, os funkeiros, como prolongamento – reedição revista e melhorada - da forma de ver os negros, os escravos, os pobres. Mais uma representação transversal (ou hegemônica) que acompanha a nossa história e se põe em dia ao objetivar na figura do funkeiro aquilo que se objetivava no malandro, no marginal, revitalizando uma velha representação com uma nova ancoragem. Se uma velha representação transversal se atualiza com a chegada de um novo objeto de representação, o novo objeto também se acomoda a velhos sentidos pré-existentes no repertório.

Aqui os processos de construção se encontram totalmente atravessados pela dimensão temporal da representação. Eles reafirmam o caráter dinâmico da representação social, cujo movimento pode ser observado durante a pesquisa – os prismas se iluminavam mutuamente, os contextos se modificavam e as representações se reacomodavam às modificações. Esta evolução – termo que emprego no mesmo sentido que se dá aos movimentos de dança dos passistas, do mestre-sala e da porta-bandeira nas

escolas de samba, que avançam entre passos e piruetas nem sempre saindo do lugar, nem sempre em uma única direção - se dá em relação estreita com a organização da sociedade, sem esquecer que uma representação social não exprime somente a situação da sociedade tal como ela é, mas como ela está se fazendo, como sublinha Moscovici (1961, p. 341).

Nota final

Para concluir estas breves notas, observo que entender uma representação como rede de significados é, na verdade, entender como funciona o pensamento social: em rede e em linha direta com a ação. A elaboração representacional se faz na teia do social, que a atravessa e será atravessado por ela. O papel da comunicação e da linguagem (verbal, gestual, corporal, musical) é crucial, uma vez que a comunicação é o suporte, o meio que possibilita o desenvolvimento da representação. Onde começa e onde acaba a representação social do *funk*, a da favela, a da cidade, os afetos que cada uma contém e provoca? Esta teia não separa os fenômenos uns dos outros nem do contexto, seja ele histórico, material, político ou cultural. Pelo contrário: as ramificações de todos os lados são o que compõe o quadro da representação. A representação social é um rizoma que cresce, urdida na tessitura da sociedade, uma rede sem fim, sempre em produção, sempre acolhendo novidades.

A dinâmica é de difícil apreensão dentro da proposta da teoria, que parece ir em busca do momento em que o novo se estabiliza como representação social. Os processos de construção costumam ser identificados *a posteriori*, não em progresso. Por isso tantas pesquisas tendem a mostrar a representação social como um resultado final que surge como um fato acabado, uma foto congelada no tempo, não como um fenômeno em movimento. As ferramentas conceituais que mencionei oferecem linhas de fuga à inércia, mas precisam ser desenvolvidas e trabalhadas nas pesquisas. Adotar uma definição de representação, mencionar a ancoragem como uma ponte entre duas coisas, uma que ancora na outra, não é suficiente para isto. É possível acompanhar o percurso do movimento, o andar da mobilidade? A historicidade, a contingência, a heterogeneidade, a controvérsia que existem dentro de um mesmo grupo, a rede de significados, assim como os outros elementos menos desenvolvidos aqui, podem ser observados como pontos de passagem ou de exibição de dinâmicas em curso, painéis em que é observável a intricada urdidura do social na e com a representação. Como diz a metáfora de Moscovici, “não é nada de surpreendente que se possa considerar a representação social como um tecido sem costuras, uma rede de crenças ou proposições... ” (Moscovici, 2001, p.18).

O desafio que estas notas deixam é de, nas pesquisas que desenvolvamos, abraçar/avançar em direção às dinâmicas que geram e movimentam as representações sociais aproveitando dispositivos já identificados da teoria, vislumbrando e criando outros. Tirar a representação da zona de conforto da estabilidade e abraçar a turbulência do movimento, flagrá-lo em marcha, não nos conformarmos em registrar o seu resultado, embora sem abandoná-lo.

Referências

Abric, J.-C. (org.) (1994). *Pratiques sociales et représentations.* Paris: Presses Universitaires de France.

Arruda, A. (2004). Uma abordagem processual das representações sociais sobre o meio ambiente. *In* A. Arruda & A.S.P. Moreira (orgs.). *Olhares sobre o contemporâneo: representações sociais de exclusão, gênero e meio ambiente* (pp. 335-349). João Pessoa: Editora Universitária UFPB.

Arruda, A. (2009). Meandros da teoria: a dimensão afetiva das representações sociais. *In* A.M.O. Almeida & D. Jodelet (orgs.), *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 83-102). Brasília: Thesaurus.

Arruda, A., Barroso, F., Jamur, M., Melicio, T. (2010). De pivete a funqueiro: genealogia de uma alteridade. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas* [online] *40* (140), 407-425.

Banchs, M.A. (2000). Aproximaciones procesuales y estructurales al estúdio de las representaciones sociales. *Papers on social representations 9*, 3.1-3.15. Acessado em http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2000/9_3Banch.pdf

Bauer, M.W. & Gaskell, G. (2008). Social representations theory: a progressive research programme for Social Psychology, *Journal for the Theory of Social Behaviour 38* (4), 335-354.

Berger, P. & Luckmann, T. (1966) -- *The Social Construction of Reality: a treatise on the sociology of knowledge*. London: Penguin University Books.

Bicalho, P.P.G. (2005). *Subjetividade e abordagem policial*: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos. Tese de Doutorado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Campos, P.H.F. & Rouquette, M.L. (2003). Abordagem estrutural e componente afetivo das representações sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, *16*(3), recuperado em 15 de janeiro de 2007 de http://www.scielo.php?sscript=sci_arttext8pid=SO102-79722003003000038lng=en&nrm=iso

Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais. *In* S. Moscovici, *Análise social 37* (164), 949-979.

Cecchetto, F.R. (2004). *Violência e estilos de masculinidade. Violência, cultura e poder.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Clémence, A., Doise, W. & Lorenzi-Cioldi, F. (1994). Prises de position et principes organisateurs des représentations sociales. *In* C. Guimelli (org.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 119-152). Lausanne: Delachaux & Niestlé.

Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie 45* (405), 189-195 recuperado em

http://elendil.univ-lyon2.fr/psycho2/IMG/pdf/doise-ancrage.pdf, em 15.05.2011.

Doise, W. (1993). Debating social representations. *In* G.M. Breakwell & D.V. Canter (Orgs.) *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). Oxford: Clarendon Press.

Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 18* (1), 27-35.

Doise, W. (2003). Direitos Humanos: Significado comum e diferenças na tomada de posição. *Psicologia: Teoria e Pesquisa 19* (3), *201-210.*

Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, L. (1994). Le charme discret des attitudes. *Papers on Social Representations, 3* (1), 1-138.

Farias, P.S. (2006). *Pegando uma cor na Praia*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. *In* D. Jodelet (Org.) *Les représentations sociales* (pp. 204-219). Paris: Presses Universitaires de France.

Flament, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. *In* J.C. Abric (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 37-57). Paris: Presses Universitaires de France.

Gillespie, A. (2008). Social Representations, Alternative Representations and Semantic Barriers. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 38* (4), 375-391.

Guimelli, C. (1994). Transformation des représentations sociales, pratiques nouvelles et shèmes cognitifs de base. *In* C. Guimelli (Org.). *Structure et transformation des représentations sociales* (pp.171-198). Lausanne: Delachaux et Niestlé.

Haas, V. (2006). *Les savoirs du quotidien. Transmissions, Appropriations, Représentations*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Herschmann, M. (2000a). *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Herschmann, M. (2000b). As imagens das galeras funk na imprensa. *In* C. A. Messeder Pereira, E. Rondelli, K. E. Schollhammer & M. Herschmann (Orgs.). *Linguagens da Violência* (pp. 163-193). Rio de Janeiro: Editora Rocco.

Howarth, C. (2006) A social representation is not a quiet thing: exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, *45* (1), 65-86.

Jesuino, J.C. (2001). Ancrages. *In* F. Bruschini & N. Kalampalikis (Eds.). *Penser la vie, le social, la nature* (pp. 277-291). Paris: Editions de la Maison de Sciences de l'Homme.

Jesuino, J.C. (2002). Estruturas e processos de grupo. *In* J. Vala & M.B. Monteiro (Coords.) *Psicologia Social* (pp. 293-331). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jodelet, D. (1984). Représentation sociale, phénomènes, concept et théorie. *In* S. Moscovici (Org.). *Psychologie sociale* (pp. 357-389). Paris: Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (2005). *Loucura e representações sociais.* Petrópolis: Vozes.

Jodelet, D. (2008). Social Representations: the beautiful invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour 38* (4), 411-430.

Joffe, H. (1994). "Eu não, o meu grupo não": representações sociais transculturais da AIDS. *In* S. Jovchelovitch & P. Guareschi (Orgs.). *Textos em representações sociais* (pp. 297-322). Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2002). Re-thinking the diversity of knowledge: cognitive polyphasia, belief and representations. *Psychologie &Société 5*, 121-138.

Jovchelovitch, S. (2008a). *Os Contextos do saber: comunidade e cultura.* Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2008b). The Rehabilitation of Common Sense: Social Representations, Science and Cognitive Polyphasia. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 38* (4), 431-448.

Kalampalikis, N. & Haas, V. (2008). More than a theory: a map of social thought. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 38* (4), 449–459.

Marková, I. (2000). Amédée or how to get rid of it: social representations from a dialogical perspective. *Culture & Society, 6* (4), 419-460.

Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.

Marková, I. (2008). The Epistemological Significance of the Theory of Social Representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 38* (4), 461-487.

Medeiros, J. (2006). *Funk carioca: Crime ou cultura? O som dá medo... e prazer*. São Paulo: Terceiro Nome.

Mizrahi, M. (2006). *Figurino funk: uma etnografia sobre roupa, corpo e dança em uma festa carioca*. Mestrado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, Rio de Janeiro.

Moliner, P. (2001). *La dynamique des représentations sociales.* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public. Étude sur la représentation sociale de la psychanalyse.* Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2ª ed., revista). Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1984). The myth of the lonely paradigm: a rejoinder. *Social Research 51* (4), 939-967.

Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. *In* U. Flick (ed.), *The Psychology of the Social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (2001). Pourquoi l'étude des représentations sociales en psychologie ? *Psychologie & Société 4*, 7-24.

Moscovici, S. & Doise, W. (1992). *Dissensions et consensus. Une théorie générale des décisions collectives.* Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. & Vignaux, G. (1994). Le concept de Thêmata. *In* C. Guimelli (Ed.). *Structures et transformations des représentations sociais* (pp. 25-72). Paris: Delachaux et Niestlé.

Pais, J.M. & Blass, L.M. (coord.) (2004). *Tribos urbanas. Produção artística e identidades.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Renedo, A. & Jovchelovitch, S. (2007). Expert knowledge, cognitive polyphasia and health: a study on social representations of homelessness among professionals working in the voluntary sector in London. *Journal of Health Psychology*, *12* (5), 779-90.

Rose, N., Efraim, D., Gervais, M.C., Joffe, H., Jovchelovitch, S. & Morant, N. (1995). Questioning consensus in social representations theory. *Papers on Social Representations 4* (2), 150-176, acessado em

http://www.psr.jku.at/PSR1995/4_1995Rose.pdf

Rouquette, M-L. (2002). Representaciones, historia y discurso. *Psic. Soc., Revista Internacional de Psicologia Social 1* (1), 79-82.

Silva, J.S & Barbosa, J.L. (2005). *Favela: Alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora SENAC

Valladares, L. (2000). Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *15* (44), 5-34.

Valladares, L. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Veríssimo, L.F. (*28/04/2011*). *Buuu*. *In jornal O Globo,* Opinião, p.7.

Vianna, H. (2002). *O mistério do samba* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Ed. – UFRJ.

Vianna, H. (2006). Criminalização do funk. *Revista Raiz*, 1. Disponível em: <http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=98&Itemid=112>. Acesso em 15 agosto 2008.

Villas Boas, L.P.S. (2010). *Brasil: idéia de diversidade e representações sociais.* São Paulo: Annablume.

Wagner, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. *In* A. S. P. Moreira & D. C. de Oliveira (Eds.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB.

Wagner, W., Duveen, G., Themel, M. & Verma, J. (1999). The modernization of tradition: thinking about madness in Patna, India. *Culture and Psychology 5*, 413-446.

Wagner, W., Duveen, G., Verma, J. & Themel, M. (2000). “I have some faith and at the same time I don’t believe it”- Cognitive polyphasia and culture change. *Journal of Community and Applied Social Psychology, 10* (4), 301-314.

Wagner, W., Kronberger, N. & Seifert, F. (2002). Colective symbolic coping with new technology: knowledge, images and public discourse. *British Journal of Social Psychology 41*, 323-343.

Wagner, W. & Hayes, N. (2005). *Everyday discourse and common sense. The theory of social representations.* New York: Palgrave Macmillan.

Zadeh, L.A. (1968). Fuzzy sets. *Information and control 8*, 338-353.

Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Vídeo

13 O Alcance das Representações Sociais: impacto e ramificações

Gina Philogene
Sarah Lawrence College

Traduzido por Marina Rego, do original em inglês

A Psicanálise, sua Imagem e seu Público (1961/1976), abreviado a seguir como *A Psicanálise*, trabalho seminal de Serge Moscovici, é considerada uma peça chave da história da psicologia social, ao fornecer um mapa claro para conceituar e investigar a sinergia existente entre os aspectos sociais e cognitivos das pessoas. Reforça, igualmente, o pluralismo epistemológico necessário para que se obtenha a plena descrição da dinâmica do mundo social. Ao reintroduzir o conceito de representação na psicologia, este livro alcança a meta de elevar a psicologia social ao patamar de uma disciplina maior, que poderia servir como ponto de convergência de todas as outras ciências sociais.

Como Duveen (2008) assinalou na sua introdução à edição inglesa de *A Psicanálise*, na medida em que lemos esse livro constatamos a necessidade de ampliar nosso arco de conhecimento para a análise das representações sociais, não somente no campo da psicologia social, mas também no da sociologia, antropologia,

filosofia, epistemologia, história e história da ciência. Mas quando se trata de compreender as formas pelas quais as pessoas percebem suas circunstâncias e experiências de vida as divisões entre as disciplinas acadêmicas aparecem, forçosamente, um tanto arbitrárias.

O livro (e a teoria que dele se originou) obteve uma divulgação fenomenal. Primeiramente, na América Latina. Num segundo momento, transformou-se no veículo que possibilitou um enfoque alternativo à corrente majoritária da psicologia social na Europa. Atualmente, caminha a passos largos na Ásia - especialmente no sudeste asiático- e na África. Falta, neste rol, a América do Norte, mais precisamente os Estados Unidos, pois a teoria das representações sociais logrou construir uma sólida presença tanto no México quanto no Canadá.

O alcance expressivo e quase global de *A Psicanálise* demonstra a vitalidade da perspectiva teórica que ela traz em seu bojo. A adoção entusiasmada da teoria das representações sociais, as perspectivas que esse livro abriu, não refletem tão somente o desencanto de muitos com as perspectivas da corrente tradicional. De modo mais importante e, certamente de maneira mais positiva, apresenta uma opção epistemológica que oferece a seus protagonistas uma nova compreensão das dimensões sociais de nossas vidas.

A teoria das representações sociais desafiou a ortodoxia dos enfoques tradicionais da psicologia social na medida em que permaneceu como presença consistente que oferecia uma alternativa. Esta teoria é parte de uma cisão maior com a "psicologia americana tradicional", que é invariavelmente acusada por seus críticos de ser muito individualista. Tais dissidências aparecem no final dos anos 50, quando um dos vários psicólogos sociais franceses da época, Serge Moscovici, propôs uma psicologia social que fosse mais sensível às dimensões culturais. Ele vislumbrava uma psicologia social que colocasse perguntas que fossem radicalmente diferentes e utilizasse outros métodos de pesquisa para enfrentar questões relevantes.

A discórdia europeia acabou se cristalizando ao longo da década de 1970, fortalecida pelas ondas de agitação social através do mundo (de que servem como exemplo o movimento de Direito Civis, o movimento dos trabalhadores, o movimento feminista e os movimentos estudantis), e influenciada pelo final da colonização dos primórdios dos anos 60. Embora seja frequentemente apresentada como uma resposta europeia aos modelos americanos dominantes, esta cisão, hoje em dia, não é mais considerada como um assunto de mera dicotomia entre a Europa e a América do Norte. Sempre existiram vozes dissonantes nos Estados Unidos, como o construtivismo social de Kenneth Gergen (1970) ou a psicologia

social crítica de Philip Wexler (1983). Por outro lado, um número crescente de psicólogos sociais europeus mostrou-se, ao longo do tempo, simpático às formas tradicionais, essencialmente psicológicas - tão difundidas nos Estados Unidos - da psicologia social.

No entanto, é necessário que se faça uma distinção entre a teoria das representações sociais e algumas das alternativas propostas com paliativo para uma psicologia social elaborada com feição cada vez mais individualista**.** Embora seja inegavelmente parte desta visão alternativa mais ampla para o estudo das pessoas na sociedade, a teoria das representações sociais surgiu mais cedo, já na década de 1950, na vanguarda do movimento pós-moderno.

De fato, a questão das representações sociais é uma questão antiga. Durante muito tempo foi uma questão central na filosofia da mente, na psicologia, na antropologia e em vários outros campos. De modo anedótico, Jodelet (2008) relata que foi na Biblioteca Nacional da França que Moscovici se deparou com o livro de filosofia da ciência, editado em 1943, de autoria do Abade Robert Lenoble, o qual teria impelido a pauta de sua pesquisa para além das representações coletivas até chegar ao conceito de representações sociais. Esta inovação era a ideia central que ele almejava estruturar para a sua psicologia social alternativa.

Embora reconhecendo nossa dívida intelectual com o Professor Moscovici, por nos haver apontado o caminho e fornecido o instrumental para o estudo da dinâmica social de nossas sociedades, procuramos, nesse capítulo, alcançar dois objetivos. Primeiramente, retratar a resistência dos psicólogos sociais americanos em reconhecer a teoria das representações sociais. Para explicar tal oposição, nosso foco estará centrado em uma epistemologia histórica. Ao enfatizar a importância do pensamento estruturado no senso comum, que outras abordagens psicológicas sociais, de um modo geral, consideram equivocado, a complexidade da teoria das representações sociais precisou se fazer acompanhar por metodologias inovadoras, que se concentraram na qualidade multidimensional do pensamento humano.

Efetivamente, quando Moscovici (2001) nos colocou a pergunta "é a representação social um conceito empírico ou um conceito teórico?" ele estava tentando articular uma distinção entre percepção social, cognição social e discurso social. Para ele, essas associações são, sobretudo, de ordem empírica, devido ao uso da observação como método de avaliação. No entanto, a representação social não é só um conceito empírico, ela também é um conceito teórico. E é neste ponto, precisamente, que reside a dissidência ideológica entre este modo dialeticamente complexo de se engajar em uma pesquisa e a prática de conduzir a pesquisa aqui nos

Estados Unidos.

A crise da Psicologia Social

A psicologia social é uma das poucas disciplinas existentes capaz de prover, de modo completo, a síntese entre o indivíduo e o social. Considerando que a interação entre os mecanismos internos e os do mundo em constante mutação social é realizada através da interconexão de indivíduos, a psicologia social deve, e de fato tem, a responsabilidade de estar primordialmente atenta à natureza social do pensamento e à maneira pela qual os indivíduos mudam a sociedade em que vivem. Uma das características marcantes das sociedades modernas é exatamente a natureza mutável da realidade, e a aceleração dessas mudanças no mundo de hoje. Os avanços na área da comunicação, tal como se registra no Twitter ou no Facebook, são multiplicadores das instâncias e das formas de interação existentes entre os agentes sociais. Esta perspectiva de vida social, ancorada em relações dinâmicas existentes entre indivíduos, é ímpar para a psicologia social e, na verdade, vai além do interesse da sociologia tradicional que tão frequentemente negou a participação criativa dos indivíduos. Ultrapassa, ainda, a dos enfoques cognitivos e neurocognitivos, uma vertente dominante na psicologia cuja tendência é focalizar, exclusivamente, os processos de informação ou como o cérebro se relaciona a processos mentais específicos.

Consequentemente, a psicologia social é imperativa para o completo entendimento de nossa realidade.

Não obstante esta qualidade epistemológica única é evidente que a psicologia social não conseguiu concretizar todo o potencial de sua missão. Desde os anos 1970, um bom número de psicólogos sociais influentes, muitos deles pertencentes aos quadros de universidades europeias (Tajfel, 1972; Moscovici, 1972, 1986; Parker, 1987, 1990) e alguns outros nos Estados Unidos (Gergen, 1973, 1985, 1989; Wexler, 1986; Greenwood, 2004a) vêm discutindo a crise com que se defronta a disciplina. De fato, inúmeros aspectos da psicologia social expuseram a profundidade da crise, que passa por nossa série de paradigmas solitários e de metodologias sem teorias à nossa busca desesperada pela universalidade e ao surgimento de explicações de caráter evolucionário ou neurológico. Nos seus cem anos iniciais, a psicologia social revelou-se incapaz de prover o que dela se esperava, especificamente o entendimento da tensão constante entre o social e o individual. A intersecção entre a existência cognitiva individual e o mundo social deveria ter sido a forma mais procurada da epistemologia, na medida em que lança luz sobre grande parte das dimensões da realidade humana. No entanto, permanecemos com uma psicologia social prisioneira de uma psicologia individualista e positivista. Na colocação sucinta de Greenwood (2004b), a crise neste campo sempre foi “o

desaparecimento do social". Esta limitação autoimposta apresentou um efeito duplo. Por um lado, a psicologia social falhou na abordagem de questões suscitadas pelo público em geral, os agentes sociais tão frequentemente utilizados como objetos e sujeitos de nossas pesquisas. Por outro, não conseguiu articular-se com as outras ciências sociais, principalmente com a sociologia e a antropologia, levando outras disciplinas a criarem sua versão particular de psicologia social (Moscovici, 1984). Assim, dupla é a nossa perda. As outras ciências não nos necessitam, pois criaram uma versão própria de psicologia social. E o público tampouco nos necessita, preferindo a popularização da ciência no processo de formação do pensamento de saberes comuns.

As raízes históricas do problema

De que modo a psicologia social se transformou em uma disciplina que permanece presa na cilada que representa seu foco no indivíduo descontextualizado, e vê-se prejudicada por suas próprias obsessões metodológicas?

Considera-se que o campo da psicologia social surgiu no final do século XIX com a duas publicações pioneiras, a primeira de autoria de Gabriel Tarde (1890) e a segunda de Norman Triplett (1898). Tarde, juntamente com outros proponentes da psicologia das massas (LeBon 1896), colaborou para articular o viés sociológico da

psicologia social ao enfocar, principalmente, os processos sociais da imitação. Por outro lado, o enfoque de Triplett seria bem diverso, na medida em que ele propunha uma agenda experimental para perceber a dualidade que se estabelece entre um foco de pesquisa de natureza mais social e uma orientação de caráter mais individual.

Em 1908, dois livros com ampla circulação, ambos significativos na medida em que utilizavam o termo “psicologia social” em seus respectivos títulos, reforçaram esta dualidade ao sublinharem o enfoque sociológico na psicologia social (Ross, 1908), em contraste explícito à interpretação psicológica da psicologia social (McDougall, 1908). Em célebre declaração, Floyd Allport (1924) proclamou que não haveria uma psicologia de grupos que não fosse essencial e integralmente uma psicologia do indivíduo. Com essa afirmativa, Allport obscureceu o caminho a ser trilhado a partir de então. Naquele momento, a popularidade das metodologias experimentais na psicologia levou à enfática opção dos pesquisadores no que se referia à adoção de medidas quantitativas no processo de desenvolvimento da psicologia social. De um modo geral, a história da psicologia social é testemunha do embate constante entre uma psicologia social sociológica e uma psicologia social psicológica.

Esta breve consideração sobre os primórdios da disciplina permite que seja retraçado o início da marginalização do aspecto social dentro da psicologia social. Os anos de 1930 e a ameaça de

guerra na Europa mudariam a fé depositada na psicologia, resultado do êxodo maciço de muitos psicólogos que fugiam da ameaça nazista. Esta sistemática migração de pensadores europeus para a América do Norte causou forte impacto na disciplina, muito especialmente no programa de pesquisa de Kurt Lewin que, embora de natureza prática, apresentava uma vertente social. Esta abertura, no entanto, pouco durou, cedendo lugar à Revolução Cognitiva dos anos 50, que enfatizava uma perspectiva centrada no indivíduo e insistia que a única forma de fazer psicologia social era através de experimentos em laboratórios.

Quando a psicologia da Gestalt e a perspectiva fenomenológica se consolidaram nos Estados Unidos, abriram o caminho para a era da psicologia cognitiva. No início uma reação aos postulados behavioristas, a revolução cognitiva alterou a posição hegemônica ocupada até então pelos defensores daquele enfoque, proponentes do enfoque watsoniano. Esta mudança paradigmática, cristalizada pela troca do modelo estímulo-resposta por modelo estímulo-organismo-resposta propiciaria, ironicamente, no campo da psicologia, solo fértil para o surgimento de perspectiva ainda mais individualista, com foco excepcional no indivíduo não contextualizado. Tal perspectiva, que ainda é a dominante na psicologia, foi incorporada na psicologia social com o surgimento da cognição social e da neurociência social cognitiva (Lieberman,

2007). Estávamos a um passo apenas de explicar os fenômenos sociais tendo como base argumentos genéticos, determinismo evolucionista e raciocínio neurológico. Que são, por sua vez, expressões modernas do darwinismo social, teoria que logrou aprofundar raízes nos Estados Unidos por ser a perfeita legitimação ideológica do individualismo (Bellah, 1996; Lasch, 1995; Degler, 1991).

Estas abordagens, ainda predominantes, prestam-se a uma representação exacerbada do indivíduo, o que acaba por anular a dimensão social de nossa existência como agentes interconectados. Este tipo de reducionismo colocou em questão o próprio conceito de social na psicologia, a ponto de permitir a inferência de Greenwood, acima mencionada, no sentido de que a vertente social havia desaparecido do pensamento corrente das psicologias sociais americanas. Ademais, o campo disciplinar foi dominado pela necessidade do recurso a métodos empíricos e quantitativos na elaboração de relações causais e correlacionais.

O impacto das representações sociais

Fazendo uma vez mais eco às palavras de Moscovici em 1961, gostaríamos de enfatizar ser mister que a psicologia social afirme ou, de modo mais explícito, reivindique o foco no indivíduo dentro de seu contexto social. Tal abordagem está claramente ancorada na

idéia de que os indivíduos não formam seus pensamentos sozinhos, mas sim como resultado de influências mutuamente exercidas. E é esta a ideia básica que o enfoque da representação social introduziu e ressaltou.

As representações sociais são construções de cunho societário-social, elaboradas socialmente e partilhadas coletivamente de modo a estruturar opiniões, crenças e conhecimento em/dos fenômenos sociais. Assim, elas ajudam a construir nossa realidade, bem como nosso pensamento e nossa fala sobre as questões sociais. Em outras palavras, derivam da interconexão dos indivíduos, resultante de processos de referências através dos quais concebemos o mundo que nos circunda.

A teoria das representações sociais se distingue de outras abordagens da psicologia social em dois pontos. Primeiro, quebrou as barreiras da tradição existente no âmbito da psicologia social na medida em que recorreu sistematicamente ao senso comum para entender a sociedade, oferecendo, assim, visão mais dinâmica da vida social, em constante fluxo e mudança. Segundo, por ser uma teoria aplicável a um largo espectro de situações concretas, viabilizou enfoques de aspectos-chaves da vida moderna, permitindo uma interação não só com antropólogos, mas também com estudiosos de outras ciências sociais.

Estas duas diferenças fundamentais do resto da psicologia

social permitiram à teoria abordar e esclarecer questões complexas. Neste sentido, os principais assuntos a que nos referimos aqui dizem respeito à tensão existente entre o universo reificado e o universo consensual, compreendendo a cultura moderna (ciência *versus* senso comum), a relação entre linguagem e pensamento, e a dinâmica interativa entre os indivíduos e seu impacto sobre o meio social. Tais pontos de confluência entre cognição e cultura, ou o indivíduo e o social, são o foco central da teoria das representações sociais.

Os defensores desta teoria traçaram novos rumos ao introduzir mudanças, abordando com competência os aspectos sempre mutantes e inovadores da natureza das sociedades modernas. A teoria engloba a dialética, as multi e dinâmicas dimensões do mundo social –aspectos que o enfoque tradicional da corrente majoritária da psicologia social norte-americana demonstra dificuldades em esclarecer.

Nos últimos 50 anos, começando com a publicação de *A Psicanálise,* a teoria das representações sociais conheceu um rápido crescimento e foi divulgada mundo afora. Sua disseminação foi auxiliada, também, por sua expressiva incorporação a outros campos, como antropologia e história. A análise metateórica de Rosa e D'Ambrosio (2008) ilustra, de modo convincente, sua curva de crescimento exponencial nas últimas cinco décadas. Se

contarmos sua presença somente no campo da psicologia social, verificamos que a menção à representação social subiu de 75 publicações – indexadas em revistas, livros e apresentações em conferências – nos anos 60, para ser registrada em 3.189 publicações durante a década de 90. Paralelamente à sua divulgação e vulgarização, a teoria de Moscovici também lançaria âncora em inúmeros programas acadêmicos e centros de pesquisa, como o "Doutorado Europeu em Representações Sociais e Comunicação", iniciado em 1992.

A resistência da corrente majoritária da Psicologia Social

Moscovici abriu novos caminhos para descobertas com seu livro *A Psicanálise,* oferecendo-nos um instrumento útil para teorizar, validar teorias e aplicá-las de modo pragmático a importantes questões de ordem *societal.* O próprio Moscovici qualificaria sua abordagem não como um modelo, tampouco como paradigma, muito menos como uma perspectiva, mas sim como um "olhar". Tal postura implica o potencial de haver formulado uma "grande teoria" que busca uma explicação abrangente da vida social, da história e da experiência humana

As assim chamadas "grandes teorias", que têm a dupla ambição de explorar de maneira extensiva as dinâmicas sociais e a base histórica da experiência humana, defrontam-se com a natureza positivista dos métodos tradicionais de pesquisa que exigem um indivíduo socialmente descontextualizado e definido tão somente para o objetivo do experimento, forjado, assim, fora de seu contexto temporal e espacial (Danziger,1990, 1994). Ao recorrer a enfoque mais estreito, mais mecânico, que ajude a manter qualquer das grandes teorias fora de seu domínio, os psicólogos sociais pertencentes à corrente majoritária imputam à teoria das representações sociais de Moscovici falta de clareza conceitual, o fato de ser ou "muito vaga" ou "muito extensa" (Eiser, 1986; McGuire, 1986; Potter and Wetherell, 1987; Jahoda, 1988; Valsiner,

1998).

Porém, a dissidência é mais profunda do que uma simples questão de escopo, pois a abordagem de Moscovici é intrinsecamente dialética, na medida em que utiliza como arma a interação mutuamente determinante entre indivíduos e seus respectivos meios sociais. A corrente majoritária de pensamento permanece, ao contrário, presa na armadilha da dicotomia cartesiana mente-corpo. Além disso, recorre à ênfase colocada por Auguste Comte no método científico do momento em que Gordon Allport reconheceu o filósofo francês como sendo o legítimo fundador da psicologia social (Farr, 1991).

Estas duas tendências inerentes à corrente majoritária anglo-saxônica acabaram por separar o indivíduo da sociedade, para que se preservasse a ilusão de cientificidade e do recurso às leis universais. Sua argumentação positivista e orientação empiricista não conseguiram entender ou aceitar termos concebidos dialeticamente e centrados socialmente das chamadas “grandes teorias”. Deste modo, a teoria das representações sociais de Moscovici foi marginalizada, tal qual aconteceu com outro grande teórico da sociedade, Kurt Lewin e sua “teoria de campo” (em que a palavra campo se refere ao conjunto de forças que agem sobre o indivíduo num momento determinado). Em 1968, Morton Deutsch, ex-aluno de Lewin, declarava que a teoria de campo e as outras

grandes teorias da psicologia social se encontravam “moribundas”.

Agravando o insucesso da teoria das representações sociais em criar raízes nos Estados Unidos, à exceção de alguns psicólogos sociais críticos (M. Fine, P. Wexler, seguidores da psicologia da libertação de Ignacio Martín Barro), registram-se outros fatores impeditivos, não só neste país, como também em outros, e de maneira cada vez mais forte.

A existência de balizadores ideológicos, como o Manual de Publicação (*Manual of Style*) da American Psycological Association - APA[1]- ou a propensão no sentido de especialização excessiva no campo da psicologia social americana faz com que seja difícil, quando não impossível, que defensores da teoria das representações sociais possam estar presentes, em termos proporcionais, nas revistas ou publicações especializadas. O Manual da APA, ao qual todos os psicólogos no exercício da atividade profissional precisam aderir, impõe um conjunto de regras rígidas e coercitivas para as publicações de artigos ou ensaios acadêmicos. Sua influência vai além da restrição da criatividade, na medida em que ele molda parâmetros que devem reger a publicação de artigos ou livros. Assim, não existe mais espaço para publicações com matriz criativa, o que destrói a plataforma expositiva e argumentativa do ensaio.

A tendência no sentido da superespecialização, encorajada pelas universidades norte-americanas, encontra sentido no próprio espírito funcionalista da psicologia social americana e vem sendo apoia

(1) N.T.: The American Psychological Association é a maior associação científica e profissional de psicólogos dos Estados Unidos, com cerca de 150 mil membros, entre cientistas, professores e consultores.

do por subvenções concedidas por fundações e validado através do licenciamento profissional. Esta superespecialização continuada, com abordagens setorizadas, é responsável por teorias desconectadas e cria ilhas de pesquisadores alheios uns à produção dos outros. Os objetivos limitados de tais exercícios de pesquisa provocam, com frequência, superposições de estudos, na medida em que os alunos pós-graduados se especializam nas mesmas áreas de pesquisa de seus orientadores, e muito raramente –ou mesmo nunca – ultrapassam seu campo de especialização. O resultado desse processo é a fragmentação teórica e metodológica.

Os psicólogos sociais em busca de carreira acadêmica estão, como todos os docentes em universidades americanas, sujeitos às chamadas *rules of tenure*, regras para obter estabilidade no cargo de professor - o que significa emprego a longo prazo ou demissão iminente. Esse “tudo ou nada” obriga os candidatos a ter uma produção expressiva de publicações durante seus primeiros sete anos de carreira acadêmica. O êxito em nosso campo de trabalho depende também da obtenção de bolsas, o que concede um considerável poder às fundações doadoras para decidir sobre que tipo de pesquisa a profissão deve priorizar, ou que temas de

interesse acabem por ser descartados por falta de apoio.

Estes mecanismos de filtragem na academia cristalizam com força particular em torno do conceito *Fator de Impacto*, que desempenha papel crucial na criação de tendências de pesquisa e funciona como medida variável da importância relativa de uma revista específica ou de uma contribuição ao campo da psicologia. O *Fator de Impacto* mede, anualmente, o número médio de citações em artigos publicados nas revistas científicas e de ciências sociais.

Frequentemente criticado por apresentar uma tendência à confirmação, este conceito acabou por moldar o campo ao ser considerado importante instrumental para que se avalie a expressão de nossa disciplina. Em virtude de sua natureza quantificável, foi entusiasticamente endossado por sua objetividade. Trata-se, na verdade, de um enfoque "*Whig*"[2] de natureza positivista, e que considera o número de citações como variável a ser considerada na aferição da importância de revistas acadêmicas ou como determinante do mérito de publicações e de pesquisadores individuais.

A crença coletiva na credibilidade do *Fator de Impacto* resultou em atmosfera coatora, que enfraquece a adoção de abordagens alternativas na psicologia social. Esta influência normativa força os acadêmicos a aderirem à tendência dominante, dificultando mais ainda a difusão da teoria das representações sociais.

Observações finais

A psicologia social, tal como a praticada na academia norte-americana, busca uma variante específica e fortemente

limitada da

---

(2) N.T.: o termo "*whig*" está originalmente ligado à história inglesa e deriva do nome do grupo político que advogava o poder do parlamento em oposição aos "tories", que apoiavam o poder real. Aplica-se o termo, contemporaneamente, para adjetivar de maneira crítica enfoque ou postura intelectual que priorizem aspectos teleológico ou trans-histórico.

disciplina, bem ancorada nos enfoques tradicionais da psicologia centrada no indivíduo e neurocognitiva. Essa psicologia dominante cria, assim, uma separação hierarquicamente estruturada entre o mundo reificado da ciência e mundo dos saberes (*common sense)* da sociedade. No afã de preservar a esfera científica descolada do resto do mundo, os psicólogos (sociais) tentam manter a ilusão de serem capazes de engendrar mudanças recorrendo às suas pautas de pesquisa e abordagens empíricas.

Pode-se argumentar, como fez Moscovici (1984), que tais preconceitos alienam do campo seus próprios componentes para produzir paradigmas isolados nos quais o público está pouco interessado. Esse propósito se baseia, muitas vezes, numa reivindicação de verdade exclusiva que não dá credibilidade a abordagens e paradigmas alternativos na psicologia social. Decorre daí o *Fator de Impacto* e outros mecanismos de filtragem que marginalizam como "não científicas" outras maneiras de olhar para os fenômenos psicossociais.

Um bom exemplo ocorreu em 2005, com a publicação do livro Blink, de Malcolm Gladwell. Conquistando a atenção do público,

esse livro tão comentado reuniu, de modo consistente, várias pesquisas sobre o papel de processos inconscientes na tomada de decisões. Como *best seller*, ajudou a destacar a relevância do conhecimento sociopsicológico e, no entanto, por parte dos psicólogos sociais da corrente majoritária teve uma fria acolhida. A popularização do conhecimento proposta por Glawell sofreu violenta objeção por parte da comunidade acadêmica como evidenciado pelo recente ataque de Steven Pinker (2009), em recente resenha de livros do *New York Times*, que o acusa de "mascarar o populismo anticientifico sob o véu da ciência"[3].

À luz dessa cisão dentro da nossa disciplina, talvez não seja tão surpreendente o fato de a teoria das representações sociais ter encontrado tanto antagonismo na psicologia social americana, enquanto a corrente majoritária é construída e divulgada de maneira mais agressiva do que em outros lugares.

De modo bastante similar à teoria de campo de Lewin, uma variante anterior da psicologia social que enfrentou marginalização nos Estados Unidos, a teoria das representações sociais de Moscovici comprova outra forma de abordagem irresistível para explorar a mudança e a interação dinâmica dos indivíduos dentro de seu contexto social. Quando surgiu, 50 anos atrás, com a publicação da obra seminal *A Psicanálise,* estava pronta para seu lançamento mundial, como mostra sua disseminação constante e notável na

Europa, América Latina, norte da África e partes da Ásia.

Com esta expansão, importante compreensão crítica da vida social foi propiciada pela multiplicidade de assuntos e de temas aborda

---

(3) N.T.: a expressão utilizada em inglês “puttting science lipstick on the pig of anti-science populism” encontraria em “dourar a pílula” um sentido relativamente equivalente em português

dos pela teoria da representação social. Não obstante a complexidade da teoria, o conhecimento conclusivo que ela aporta repercute na vida de um número considerável de pessoas. Do mesmo modo que a pesquisa de ação-participativa e outras psicologias sociais críticas, a teoria das representações sociais elucida questões que haviam sido negligenciadas no passado, em virtude do não reconhecimento pleno da atuação dos participantes em nossas pesquisas e estudos.

Ao nos proporcionar um contexto real e as histórias reais de vida, obtém resultado semelhante àquele alcançado por Lewin, ao mudar a vida das pessoas e deixar seu traço distintivo. Esta força deveria acentuar o impacto da teoria para a melhor compreensão da sociedade.

Referências Bibliográficas

Allport, F. H. (1924). *Social Psychology*. Boston: Houghton Mifflin Company.

Bellah, R. N. et al. (1996). *Habits of the heart.* Berkeley: University of California Press.

Danziger, K. (1990). *Constructing the subject: Historical origins of psychological research.* New York: Cambridge University Press.

Danziger, K. (1994). Does the history of psychology have a future? *Theory & Psychology, 4,* 467-484.

De Rosa, A. & D'Ambrosio, M. (2008). International Conferences as Interactive Scientific Media Channels: The History of Social Representations Theory through the Eight Editions of the ICSR from Ravello (1992) to Rome (2006). *Rassegna di Psichologia, 2,* 161–207.

Degler, C.N. (1991). *The search for human nature: The decline and revival of Darwinism in American Social thought*. NY/Oxford: Oxford University Press.

Duveen, G. (2008). Introduction. *In* S. Moscovici. *Psychoanalysis: Its Image and Its Public.* Cambridge, UK: Polity Press.

Eiser, J.R. (1986). *Social psychology: Attitudes, cognition and social behaviour*. Cambridge: Cambridge University Press.

Farr, R. M. (1991). The long past and the short history of social psychology. *European Journal of Social Psychology, 21*, 371–380.

Gergen, K.J. (1973). Social psychology as history, *Journal of Personality and Social Psychology. 26* (2), 309–320.

Gergen, K.J. (1985). "The social constructionist movement in modern psychology", *American Psychologist, 40* (3), 266–275.

Gergen, M. (1989). Induction and construction: Teetering between worlds. *European Journal of Social Psychology, 19* (5), 431- 437.

Gladwell, M. (2005). *Blink: The Power of Thinking without Thinking*. Boston: Little, Brown & Company.

Greenwood, J.D. (2004a). What happened to the “social” in social psychology? *Journal for the Theory of Social Behaviour, 34* (1), 19-34.

Greenwood, J.D.(2004b). *The Disappearance of the Social in American Social Psychology*. New York / Cambridge: Cambridge University Press.

Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on ‘social representations’. *European Journal of Social Psychology, 18* (3), 195-209.

Jodelet, D. (2008), Social Representations: The Beautiful Invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 38*, 411–430.

Lasch, C. (1995). *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy*. New York: W.W. Norton & Co.

Le Bon, G. (1896/2002). *The Crowd: A Study of the Popular Mind*. USA: Dover Publications.

Lieberman, M. D. (2000). Intuition: A social cognitive neuroscience approach. *Psychological Bulletin, 126,* 109-137.

McDougall, W. (1908/2001). *Introduction to Social Psychology* (14ª ed.). Kitchener, ON: Batoche Books.

McGuire, W.J. (1986). The vicissitudes of attitudes and similar representational constructs in twentieth century psychology. *European Journal of Social Psychology, 16,* 89-130.

Moscovici, S. (1972). Society and theory in social psychology. In J. Israel & H. Tajfel (Eds.), *The context of social psychology: a critical assessment* (pp.17-68). London: Academic Press.

Moscovici, S. (1984). The myth of the lonely paradigm: A rejoinder. *Social Research, 51,* 939-969.

Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representations? *In* K. Deaux & G. Philogene (Eds.). *Representations of the Social: Bridging Theoretical Traditions* (pp.18-61). Oxford: Blackwell.

Moscovici, S. (2008). *Psychoanalysis: Its Image and Its Public.* Cambridge, UK: Polity Press. (original em francês publicado em 1961 e 1976)

Parker, I. (1987). Social Representations: Social Psychology's (Mis)Use of Sociology. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 17* (4), 447–469.

Parker, I. (1990). Discourse: Definitions and Contradictions. *Philosophical Psychology, 3* (2 & 3), 187 – 204.

Pinker, S. (2009). Malcolm Gladwell, Eclectic Detective. *New York Times Book Review*, Nov. 15. (acesso em http://www.nytimes.com/2009/11/15/books/review/Pinker-t.html?ref=review)

Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour.* London: Sage.

Ross, E. (1908). *Social psychology: An outline and source book*. New York: Macmillan.

Skinner, Q. (1985). *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tajfel, H. (1972). Experiments in a vacuum. *In* J. Israel & H. Tajfel (Eds.): *The context of social psychology: A critical assessment* (pp. 69-119). London: Academic Press.

Tarde, G. (1890/1993). *Les lois de l'imitation*. Paris: Kimé Éditeur.

Triplett, N. (1898). The dynamogenic factors in pacemaking and competition. *American Journal of Psychology, 9*, 507-533.

Valsiner, J. (1998). *The guided mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Wexler, P. (1983). *Critical social psychology*. Boston: Routledge & Kegan Paul.

IV

Teoria das Representações Sociais e Seus Campos de Articulação e Aplicação

14

Representações sociais e memória coletiva: uma releitura

Martha de Alba

Universidad Autónoma Metropolitana

Iztapalapa - México

Traduzido por Juliana Harumi Chinatti,
do original em espanhol

Introdução

A comemoração dos 50 anos da publicação da obra fundadora da Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma excelente oportunidade para refletir a respeito da influência que ela teve sobre o estudo do pensamento social em diferentes disciplinas, principalmente no campo da psicologia social, de onde se origina. A importante produção acadêmica internacional gerada não apenas pela teoria, mas também impulsionada pelo seu autor, Serge Moscovici, por si só mostra o impacto que esta perspectiva teórica vem provocando ao longo de cinco décadas.

A Psicanálise, sua imagem e seu público não trata, paradoxalmente, da psicanálise em si, mas da forma como o homem comum constrói seu pensamento a partir do campo de conhecimento que tem acesso. A teoria freudiana é um bom

exemplo de como a ciência torna-se parte do senso comum sem, necessariamente, contrapor-se aos esquemas tradicionais de pensamento, tais como a religião ou a política. As formas tradicionais de pensamento ajudam a “ancorar” o novo conhecimento, como a psicanálise, em categorias socialmente construídas que o tornam compreensível. O processo de ancoragem, proposto pela primeira vez por Moscovici na TRS, em sua obra seminal, destaca o papel da memória social nas construções simbólicas que permitem ao homem contemporâneo compreender o mundo em que vive.

O objetivo deste capítulo é estabelecer as principais relações entre as representações sociais (RS) e a Memória Coletiva, assim como suas diferenças essenciais. Podemos dizer que a memória coletiva é a ancoragem das RS? A memória coletiva se materializa em um processo semelhante ao da objetivação das RS? Os métodos desenvolvidos para o estudo das RS podem ser usados para a análise da memória coletiva? Essas são algumas das questões que orientarão a construção do capítulo proposto, cuja intenção é construir pontes entre as duas perspectivas teóricas.

A relação entre memória coletiva e representações sociais foi amplamente trabalhada a partir de perspectivas distintas[1]. Minha intenção, aqui, é "revisitar" conceitos clássicos, como representação

---

(1) Ver os trabalhos compilados em Sá (2005); Número temático sobre Memória Coletiva e Representações Sociais na revista Connexions, 80, 2003; Laurens e Roussiau (2002); Rosa et al (2000); além de Haas e Jodelet (1999), Jodelet (1987, 1992, 1993), entre outros.

coletiva, memória coletiva, assim como a representação social, que ao longo de cinco décadas já se tornou uma referência clássica. A releitura dos textos originais em que Durkheim, Halbwachs e Moscovici definem esses conceitos tem como objetivo estudar as possíveis relações, para mostrar que eles podem enriquecer-se mutuamente, com vistas a uma possível atualização ou adaptação como referenciais teóricos que permitam compreender o mundo desigualmente pós-moderno em que vivemos.

Antes de abordar diretamente o tema central do capítulo, gostaria de situar a homenagem ao livro *A Psicanálise, sua imagem e seu público*, no contexto em que me é próprio e a partir do qual reflito sobre a obra. O trabalho de fundação da TRS tem sido fonte de inspiração para pesquisadores latino-americanos, para os quais o paradigma da psicologia social dominante é limitado. Em minha opinião, a teoria das Representações Sociais tem tido um grande impacto no continente nas últimas décadas por várias razões. A primeira e mais importante, é que constitui um referencial teórico que aborda os fenômenos psicossociais em seu contexto social e histórico. Isto permitiu, aos pesquisadores latino-americanos, estudar os processos sociais e psicológicos que afetam as nossas sociedades a partir de uma perspectiva mais afinada com a

complexa realidade em que elas são produzidas, em contraste com o referencial teórico proposto por uma psicologia social de viés individualista e descontextualizado.

A segunda refere-se ao fato de que a TRS representou uma alternativa à crise teórico-metodológica experimentada pela psicologia social desde os anos sessenta, momento em que se colocou em evidência a limitação imposta pelo estudo dos fenômenos psicossociais a partir de microteorias incorporadas no quadro da cognição social e do behaviorismo, bem como o uso de instrumentos metodológicos que, em seu afã de controle experimental, ignoravam a complexidade do fenômeno estudado.

A terceira razão tem a ver com o fato de que a TRS permitiu recuperar a noção de sujeito como ator social, na medida em que este é considerado um indivíduo ativo que constrói a sua realidade a partir do contexto sociocultural em que está inserido. Sua ação está intimamente relacionada ao sistema de representações que lhe é próprio, tanto de maneira individual como social.

Finalmente, o dinamismo das representações sociais permite integrar uma dimensão temporal na análise dos processos psicossociais, o que se mostra em consonância com as rápidas mudanças das sociedades contemporâneas e permite estudá-las tanto no presente, como no passado e no futuro. Por essas razões, e certamente haverá outras que me escapam[2], a teoria das RS tem tido uma boa acolhida nos meios acadêmicos latino-americanos.

Este capítulo focaliza a dimensão temporal do pensamento social abordada por duas teorias, RS e memória coletiva, que comparti-

(2) Jodelet (2000) desenvolve o tema da contribuição da TRS à investigação social na América Latina.

lham uma origem epistemológica comum: o conceito de representações coletivas desenvolvido por Durkheim. É por isso que, em primeiro lugar, abordarei a noção de representação coletiva tal como Durkheim a desenvolveu; em um segundo momento, farei distinção entre esta e o conceito de representações sociais. Finalmente, tratarei de analisar a relação entre a teoria da memória coletiva e da TRS.

O legado das Representações Coletivas

Em seu artigo "Representações individuais e representações coletivas", publicado na *Revue Métaphysique et de Morale*, em 1898, Durkheim estabelece a existência de certas entidades espirituais chamadas representações, que constituem tanto a vida mental dos indivíduos como a vida coletiva das sociedades. As representações individuais têm as funções fisiológicas do cérebro como substrato, ainda que não se reduzam a elas. São entidades autônomas, da mesma maneira que as representações coletivas são formadas pela

combinação e o concurso das consciências individuais, que em seu conjunto constituem algo diferente destas.

As representações coletivas são fenômenos sociais exteriores, independentes dos indivíduos e anteriores a eles. As manifestações mais importantes da vida coletiva, como as representações, as crenças, as práticas religiosas, as regras morais, as regulamentações legais, têm um caráter obrigatório, o que prova que estas formas de pensar e agir não são obras de um indivíduo, mas emanam de um "poder moral" que os ultrapassa.

A vida social, como a vida mental, é indivisível, está no todo e não em cada uma das partes que a constituem. Para Durkheim, as representações coletivas vão ganhando autonomia e complexidade ao se combinarem. Talvez o primeiro fundo de representações, provavelmente as mais arcaicas, encontre-se mais estreitamente vinculado aos indivíduos e ao sistema social em que foram criados. Mas uma vez formado este primeiro fundo, as representações foram interagindo de tal forma que se tornaram realidades parcialmente autônomas, com vida própria. As novas representações, assim formadas, dependem mais de outras representações precedentes que da estrutura social.

No interesse de assentar as bases para a criação da sociologia, Durkheim delimita os campos de estudo para as novas disciplinas

emergentes: a psicologia se ocupará do indivíduo e a sociologia dos fatos sociais como fenômenos autônomos e coercitivos, que se impõem a todo ser integrado a uma comunidade. Entre o indivíduo e a sociedade fica pendente um campo de estudo que abordaria a relação indivíduo-sociedade que, segundo Durkheim, teria que abordar uma "sociologia psicológica" (1937). Poderíamos dizer que tanto Moscovici como Halbwachs se colocam no plano dessa disciplina intermediária ao se perguntarem, em primeiro lugar, como se constroem as RS no âmbito de uma psicologia social do final dos anos cinquenta; e, em segundo lugar, como opera a memória coletiva no contexto de sua discussão com Bergson, em vias de ocupar a cadeira de Psicologia Coletiva no *Collège de France*, na primeira metade dos anos quarenta.

Em ambas as teorias, encontramos a relação entre o indivíduo e a sociedade como uma questão central: o quanto intervém o social na construção do pensamento? Como estudar processos intrapsíquicos, tais como as representações e a memória, em conexão com o contexto social? Ambos os autores recuperam o conceito de representações coletivas para responder a essas perguntas, mas modificando-o em função das preocupações teóricas e do campo de conhecimento existente para cada um.

A teoria das RS na *La Psychanalyse, son image et son public*

Moscovici vai além do projeto que Durkheim tinha atribuído à psicologia social, pois não só empreende o estudo das "leis da ideação coletiva", mas define com mais precisão o que são as representações sociais, como se constroem cognitiva e socialmente (a partir dos processos de objetivação e ancoragem). Ele apresenta um método para a sua análise, dando a elas maior flexibilidade e dinamismo, coloca-as no contexto das sociedades contemporâneas, associa-as com novas formas de pensamento que geram as sociedades atuais (saber científico, ideologias) e não apenas as limita ao saberes tradicionais, permite-se observá-las tanto no nível individual como coletivo; considera em sua construção os processos de comunicação (interindividual, grupal, de massa); em suma, faz delas a base de uma psicologia social do conhecimento.

Durkheim afirmava que as representações coletivas deviam ser estudadas como eventos sociais separados dos indivíduos, pois ao estudá-las em nível individual perderiam sua especificidade e complexidade, já que se encontram incompletas em cada um. A intenção de Moscovici é distinta, ele se propõe a desenvolver uma psicologia social do conhecimento (Moscovici & Marková, 1998). Focaliza sua atenção na construção do pensamento social, na maneira pela qual os indivíduos constroem teorias ingênuas da

realidade para interpretar o mundo à sua volta, a partir de noções socialmente compartilhadas, e que servem como guias de ação, comunicação e interação com os outros (Jodelet, 1989a). "As representações sociais são uma forma de conhecimento particular, cuja função é elaborar comportamentos e permitir a comunicação entre indivíduos" (Moscovici, 1961, p. 26). A distinção entre representações coletivas e representações sociais se encontra na gênese das representações e não em sua natureza. Esta distinção estabelecida por Moscovici (Moscovici & Marková, 1998) reitera o fato de que sua teoria não só está interessada no conteúdo das representações, mas também nos processos de construção da realidade elaborada por indivíduos e grupos, durante suas interações, em um contexto social determinado por valores, normas e noções compartilhadas. O caráter coletivo das representações está presente neste processo de construção social, mas o foco da análise é a maneira pela qual elas são geradas. Moscovici as aborda como produtos e como processos de construção social da realidade.

Para Moscovici (1961), as representações sociais são, assim como as representações coletivas de Durkheim, "entidades quase tangíveis", mas que não apenas se cristalizam nas grandes produções sociais, tais como mitos, crenças, lendas, religiões etc., mas também nos gestos da vida cotidiana de todos, na palavra, nas relações sociais, em nossa forma de ver o mundo, em nossas

comunicações. Menciona que, ainda que Durkheim estabeleça que a vida social seja a condição de todo pensamento organizado, sua noção de representação coletiva não explica os modos de organização do pensamento nem sua pluralidade.

O conceito de representações coletivas serviu para que Moscovici empreendesse sua tarefa de análise das teorias ingênuas da realidade. Elas são construídas pelos indivíduos para interpretar um contexto cada vez mais complexo, devido aos meios de comunicação de massa, aos sistemas urbanos e à vida moderna sofisticada pelos grandes avanços tecnológicos que penetram na vida cotidiana de todos, como os computadores. No entanto, o conceito de Durkheim, imbuído de um forte sociologismo, resulta insuficiente para explicar o sentido comum desenvolvido pelos sujeitos sociais de maneira individual.

Moscovici (1989) argumenta que, por meio da noção de representação coletiva, Durkheim revela o elemento simbólico da vida social como um meio pelo qual a sociedade se torna consciente de si mesma e que constitui elemento de união entre seus membros. No entanto, o sociólogo francês não deu conta das características destas formas de ideação coletiva nem da estrutura ou do funcionamento como processo cognitivo. Moscovici considera necessário reformular o conceito original em vários aspectos e para isso se baseia nas propostas teóricas de Lévy-Bruhl, Piaget e Freud

em relação às representações. O conceito de representação social compreende um processo sociocognitivo específico, e não apenas uma ampla classe de ideias ou uma categoria demasiado geral que visa abranger toda forma de pensamento social. Ao reconhecer que as representações são, ao mesmo tempo, geradas e adquiridas, elas tornam-se mais dinâmicas e perdem seu caráter estático, fixo e pré-estabelecido que tinha o conceito original. "Já não se trata de entender a tradição, mas a inovação, nem a vida social já feita, mas o curso da construção" (Moscovici, 1989, p. 82).

A teoria de Moscovici se apresenta como um marco conceitual mais flexível, na medida em que nos permite analisar as representações sociais em diversos níveis (Doise, 1982): em indivíduos, em seus grupos de pertença e nas grandes estruturas sociais ou institucionais.

Perguntar como os indivíduos constroem suas representações do mundo que os rodeia, leva-nos a perguntar sobre o sujeito e o objeto da representação: a representação de quem e do quê? Na TRS a tônica está em como os sujeitos constroem suas representações a partir de suas experiências, de suas afiliações a grupos diferentes, da posição que ocupam na estrutura social, de seus conhecimentos formais e informais. Trata-se, em certa medida, da recuperação do sujeito que, embora esteja socialmente determinado, possui uma margem de originalidade e criatividade ao

construir suas teorias sobre o mundo. Não somente molda as teorias a partir de sua vida pessoal, mas também tem a arte de combinar, à sua maneira, o corpo de conhecimentos e crenças que adquiriu ao longo da vida. É como se a sociedade estivesse presente em cada indivíduo e quando analisamos suas representações sociais por meio de seus discursos, suas práticas ou de suas criações individuais, vemos como se manifesta o que há em comum com os grupos a que pertence, ou com a sociedade em que cresceu. Nesse sentido, a teoria das representações estabelece um vínculo entre o individual e o coletivo. Trata-se de estudar como o social se manifesta nas representações que as pessoas elaboram em sua vida diária, e a compartilham com os outros.

Na primeira parte de seu estudo sobre representações sociais da psicanálise, Moscovici (1961) mostra o processo de construção da representação em indivíduos pertencentes a diversos grupos da sociedade francesa, fazendo, paralelamente, uma análise dos mecanismos de funcionamento do pensamento natural ou de senso comum. Na segunda parte, realiza uma análise de três tipos de atuação da imprensa (difusão, propagação e propaganda), onde as representações sociais são analisadas no plano ideológico, de acordo com as tendências políticas e religiosas das publicações. Nesse segundo estudo, as representações são concebidas de uma maneira mais próxima às representações coletivas como produto

das instituições, de certa forma independentes dos indivíduos particulares que as formam.

Para Durkheim, a sociedade penetra na consciência do indivíduo por meio da educação e o regula exercendo forte poder de coerção social. A existência do sujeito autônomo é praticamente uma ilusão, pois os membros da sociedade se encontram fortemente determinados por ela. São, por assim dizer, prisioneiros de sua própria cultura. Para Moscovici (seguindo a perspectiva piagetiana), a noção de coerção é menos forte. Embora seja verdade que os indivíduos estão profundamente marcados pela sociedade a que pertencem, eles têm o benefício do livre-arbítrio, de escolher certas leituras, certas emissões de televisão, gostos intelectuais ou artísticos. Constroem suas representações com certa flexibilidade, combinando diferentes conhecimentos a seu modo. As representações refletem também a expressão do sujeito, com toda sua experiência de vida, seu passado e sua criatividade. É precisamente por meio da apropriação de uma série de conhecimentos, eventos e discursos, aos quais o sujeito é confrontado, que se opera a transição do social para o individual e vice-versa, pois, quando o sujeito toma como sua essa bagagem "externa", devolve-a à esfera pública sob a forma de conversas, opiniões ou ações. Trata-se de formar um quadro de interpretação coerente do real que seja comunicável, que nos permita falar sobre o

que todo mundo fala: dos acontecimentos políticos, científicos, médicos, sociais, econômicos que estão ocorrendo em nosso mundo circundante. Nisto consiste, principalmente, o trabalho de representação para Moscovici.

A relação dialética entre o social e o individual, que estabelece a teoria das representações sociais, observa-se não só quando analisamos os conteúdos da representação, mas também nos processos que contribuem para sua construção: a objetivação e a ancoragem. Na objetivação, percebe-se como um indivíduo materializa uma ideia abstrata em função tanto de sua própria experiência e criatividade pessoal, como das normas e valores sociais. Também se pode observar um esquema figurativo de uma ideia desenvolvido por um grupo. Mediante o processo de ancoragem, todo o novo elemento vai ser interpretado pelo indivíduo de acordo com um quadro de referência anterior, que é, em grande parte, um contexto cultural ou social, dado pelos grupos ou instituições a que pertence. Tudo é interpretado à luz dos antigos paradigmas e, portanto, corrobora-se a permanência de crenças e sistemas de interpretação pré-existente. Este mecanismo reduz a incerteza sobre o desconhecido, pois o estranho nos obriga a construir uma explicação de sua existência, a fazer julgamentos com base nas convenções sociais. É apenas quando o estranho se afasta muito da norma que o rejeitamos intuitivamente, pois ameaça a

ordem estabelecida. Este processo envolve uma reestruturação do sistema de conceitos e preceitos que já estão relacionados, eles são separados para que o novo elemento seja integrado nas categorias já estabelecidas. Por exemplo, é por esse esforço em compreender o desconhecido, de acordo com os quadros de referência existentes, que uma teoria científica se torna um conhecimento útil e praticável para todos, que enriquece o nosso sistema de interpretação, assim como as nossas categorias de linguagem. No entanto, a apropriação de novos conhecimentos ou de um objeto não familiar implica uma transformação por meio da qual os novos elementos se adaptam ao sistema de valores, normas e princípios que regem a vida coletiva, mas, ao mesmo tempo, vão modificando esse sistema.

A recuperação do sujeito dentro do aparente sociologismo do conceito de ancoragem é vista no fato de que, ao inserir um novo elemento a um sistema de conhecimentos ou ideias pré-existentes, há alguma margem para intervenção do indivíduo, pois é ele que combina, cria e recria suas categorias precedentes para interpretar o estranho. Moscovici sugere que é esse o elemento criativo das representações sociais.

A obra *A Psicanálise, sua imagem e seu público* não só propõe um quadro conceitual importante para o estudo das nossas sociedades, tanto em suas formas de pensar como de agir, mas também fornece estratégias metodológicas para a investigação das

representações sociais. A entrevista e questionário permitem a Moscovici abordar as representações sociais da psicanálise, do nível individual ao grupal, observando como os grupos "ancoram" este corpo de conhecimento em formas anteriores de pensamento, e como o materializam ou "objetivam" em esquemas que o tornam compreensível. A análise da imprensa de difusão, propagação e propaganda o ajudará a compreender como grupos com certas características ideológicas usam a psicanálise para justificar suas posições políticas ou religiosas.

Após o aparecimento desta obra, a TRS vem tendo um importante desenvolvimento no contexto da psicologia social, em particular, e das ciências sociais, em geral. Pesquisas realizadas em outros contextos e com novos objetos de estudo têm ajudado a programar novos métodos e perspectivas neste campo.

A seguir discorrerei sobre a teoria da memória coletiva, de Maurice Halbwachs, para depois compará-la com a TRS de Moscovici. A comparação entre ambas lança luz sobre as suas possíveis aplicações para o estudo da realidade social contemporânea.

Maurice Halbwachs: a memória coletiva

Em maio de 1944, Maurice Halbwachs foi designado para ocupar a Cátedra de Psicologia Coletiva no *Collège de France*. Infelizmente, ele ocupou este honorável cargo durante pouco menos de um ano, pois foi deportado para o campo de concentração de Buchenwald, onde faleceu em março de 1945 (Bourdieu, 1987). Paradoxalmente, sua teoria da memória coletiva, ao longo do tempo, se tornaria um dos fundamentos mais importantes das pesquisas sobre a omissão e o esquecimento social de atos tão lamentáveis como sua própria morte.

Recentemente, tem havido um interesse renovado pela obra de Halbwachs, com a intenção de completar o conjunto de suas obras, conforme anunciado no trabalho *Halbwachs, sociólogo recuperado* (Jaisson & Bodelot, 2007). O objetivo do Centro Maurice Halbwachs, criado na Escola Normal Superior, em 2005, assim como dos autores de várias publicações (Deloye & Haroche, 2004), é o de reconstruir a sociologia que este autor deixou incompleta, por sua morte prematura, e considerada importante para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos.

O aparecimento de edições críticas de seus principais livros sobre a memória coletiva (1925/1994, 1950/1997, 1941/2008), a partir de meados dos anos noventa, confirma também o reiterado interesse por atualizar as ideias de Halbwachs sobre a memória social.

Este autor distingue duas memórias: uma individual, que é social porque o sujeito a cria a partir de noções sociais, como a língua e a cultura; outra coletiva, que é a memória compartilhada por um grupo, uma comunidade ou uma sociedade inteira. Halbwachs se posiciona como um psicossociólogo porque a unidade de análise empregada para demonstrar sua teoria é a relação indivíduo-sociedade, seja porque o indivíduo recorda em relação ao grupo, seja porque a memória coletiva se constrói e se manifesta nas memórias individuais.

É importante notar que, de acordo com Halbwachs (1925), os grupos não apenas contêm indivíduos, mas eles também constroem uma memória coletiva comum que, embora dependa das experiências individuais de seus membros, é uma memória distinta e única. Assim, cada grupo tem sua história, preserva costumes e tradições que dão identidade aos seus membros, uma continuidade no tempo. A memória do grupo não é rígida, mas é atualizada com o movimento e o crescimento do mesmo por meio da mobilidade dos seus membros e dos novos sistemas de pensamento criados pela sociedade. Os indivíduos mudam os grupos, bem como os grupos transformam os indivíduos.

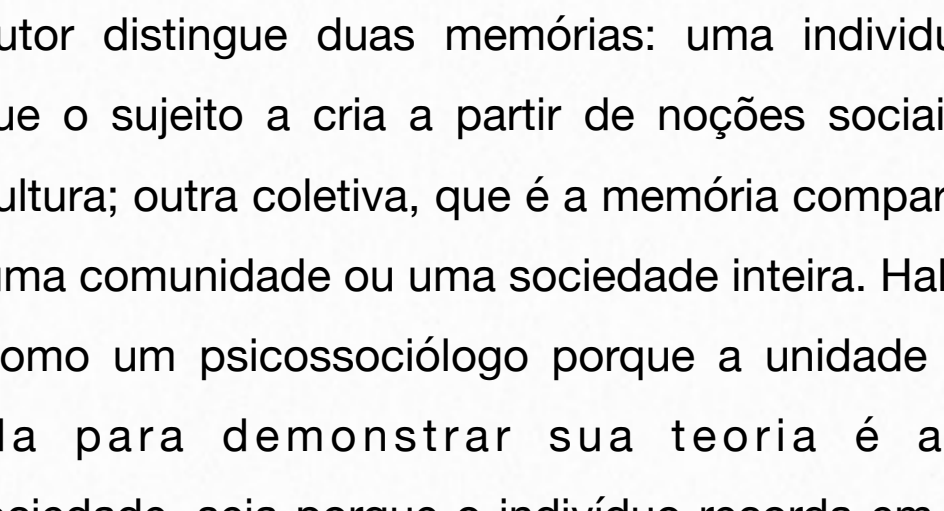


Figura 1. Marcos sociais da memória coletiva.

A figura acima tenta resumir o funcionamento da memória coletiva. O seu processo de desenvolvimento é realizado em um jogo de vai-e-vem entre o indivíduo e a sociedade em geral, no qual os grupos atuam como intermediários. Os grandes marcos sociais da memória são categorias gerais de tempo, espaço e linguagem, como noções de pensamento desenvolvidas dentro de cada cultura. Essas categorias chegam ao indivíduo por meio dos grupos nos quais ele está inserido e constituem marcos sociais mais localizados. Halbwachs faz referência explícita aos grupos que considera mais importantes na vida das pessoas: a família, os grupos profissionais, educacionais e religiosos. Claro que pode haver outros grupos, ou haver trocas de grupos ao longo da vida do sujeito. O sujeito localizado no centro do esquema constrói seu pensamento por meio destas grandes categorias sociais primárias e

das noções que fazem parte do sistema de representações dos grupos. Esses marcos sociais constituem as lentes por meio das quais se vê o mundo presente e passado. Para Halbwachs, cada um realiza seu próprio processo de elaboração de tais categorias sociais, de acordo com sua própria experiência, intimamente ligada ao processo de socialização no interior dos grupos, particularmente a família. A sociedade não influencia o indivíduo de forma rígida e com força coercitiva imutável, como Durkheim teria pensado.

O grau de integração que temos no grupo fará com que este constitua uma referência mais importante que a sociedade em seu conjunto. Da mesma forma, a família nuclear será uma referência mais importante que a família extensa, mas essa será uma referência mais importante do que a massa de desconhecidos que encontramos nas ruas de uma cidade. São os grupos aos quais estamos integrados que deixam marca, na medida em que tais relações sociais permanecem fisicamente ou simbolicamente, por meio do sistema de ideias que são compartilhadas. Tais grupos podem ser diversos e complexos, mas o indivíduo faz convergir suas diferentes correntes de pensamento em um trabalho de reflexão que lhes dá coerência.

Halbwachs realiza várias propostas ousadas em sua teoria. A primeira é supor que a memória não é armazenada em qualquer lugar, que não há um depósito de memórias, onde devem ser

mantidas intactas, mas que o indivíduo reconstitui o passado a partir de sua posição social, sua identidade e seu estado emocional, no presente. A segunda consiste em postular que a memória é um processo inteligente. A terceira é que a memória é realizada somente na interação (real ou simbólica) com os outros e dentro de contextos sociais.

A memória é baseada no presente porque, para Halbwachs, o sujeito é alguém que reflete, a todo o momento, sobre o que acontece. Este estado reflexivo e inteligente lhe permitirá construir memórias que tenham coerência e façam sentido em função de sua situação no momento presente. "Situação", neste caso, significa a posição e identidade social, localização em um tempo e espaço definidos socialmente e vividos a partir da própria experiência, por meio de determinados estados emocionais, em grande medida, vinculados ao contexto familiar. Este raciocínio lhe permite prestar mais atenção a determinados eventos, pessoas ou objetos em seu entorno. É por isso que o sujeito os recordará mais facilmente, e não só porque se produziram com frequência.

A operação da memória consiste em encontrar, por meio da reflexão, um conjunto sistemático de lembranças relacionadas, que surgem a partir de uma delas. A pessoa lembra-se em conjuntos e esquemas de forma gestáltica. Halbwachs utiliza a metáfora do mosaico: a partir do fragmento de um antigo mosaico poderíamos

reconstruir o conjunto do que forma a parte. Assim, uma lembrança pode constituir o fragmento de um todo, como um ponto de referência que, no presente, leva ao conjunto de lembranças:

> Partindo dos pontos de referência que temos disponíveis a cada o momento e que, ligados entre si como os termos de um raciocínio, representam um quadro esquemático do passado, podemos determinar com precisão, cada vez maior, o lugar que ocupava tal lembrança nesse quadro sem que seja necessário evocar todas as lembranças que se encontravam contíguas a ela, seguindo as linhas do quadro [como faríamos para reconstruir o mosaico] e não aleatoriamente (1925, p. 123).

Os eventos do passado não são lembrados, tal como aconteceram, porque não nos encontramos exatamente nas mesmas condições em que ocorreram. A lembrança de tal evento vai se deformando, em maior ou menor medida, ao longo das sucessivas evocações, mas nunca será uma reprodução exata do mesmo. Para lembrar um fato tal como ele aconteceu no passado teríamos que esquecer tudo o que aprendemos e que modificou nossa maneira de ver as coisas (conceitos científicos, categorias sociais). Em cada momento de nossa vida em que recordamos tais acontecimentos

intervêm sistemas de noções muito diferentes, adequados a cada um desses momentos. A recordação pode aproximar-se mais do que foi esse evento na medida em que dispomos de depoimentos escritos e orais.

Os marcos sociais são os instrumentos dos quais a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado e eles correspondem, em cada época, ao pensamento dominante da sociedade. Halbwachs define o quadro social da memória como um sistema de noções que determinam a forma de pensar do indivíduo

> entendemos como contexto da memória não apenas o conjunto de noções que podemos perceber, a todo o momento, porque se encontram mais ou menos no campo da nossa consciência, mas todas aquelas que advêm ao falar dessas noções, por meio de uma operação mental análoga ao raciocínio (Halbwachs, 1925, p. 129).

Halbwachs sugere que os contextos sociais da memória são flexíveis e dinâmicos, ao longo do tempo, porque os indivíduos e as sociedades mudam no curso de sua história:

> Toda vez que ressituamos uma de nossas impressões no contexto de nossas ideias atuais, o contexto transforma a impressão, mas a impressão, por sua vez, modifica o contexto. É um momento novo, um novo lugar, que se

> agrega ao nosso tempo, ao nosso espaço, é um novo aspecto do nosso grupo, que nos faz ver esta impressão sob outra luz. Portanto, há um trabalho de readaptação perpétua, que nos obriga, quando se produz cada evento, a voltar ao conjunto de noções desenvolvidas quando os eventos anteriores foram produzidos (Halbwachs, 1925, p. 135).

Sem cessar, passamos de um contexto a outro, do presente ao passado. Necessitamos representar os eventos, a todo o momento, para poder situar o que muda e o que permanece no sistema total, como um sistema de tempo, espaço e relações sociais. Halbwachs explica a forma como certos marcos sociais contribuem para a reconstrução do passado: o tempo, o espaço, a cultura (linguagem e história), a família, as instituições profissionais e religiosas. As três primeiras constituem marcos gerais do pensamento e da memória. Os grupos e as instituições desempenham função socializadora, como vimos no caso da família, na medida em que os indivíduos passam boa parte de sua vida nesses grupos e se envolvem com seus princípios e suas atividades.

A influência da cultura na construção da memória se observa por meio das tradições, dos costumes, dos valores e dos ideais

morais, mas, também, na linguagem e na história de cada povo ou nação. O sistema de representações do presente permite a reconstrução do passado, do mesmo modo que permite nomear aquilo que é recordado, descrever imagens antigas, por meio da linguagem:

> Não importa de que imagem se trate verbal, auditiva ou visual [...] o espírito se vê forçado, antes de vê-las, a compreendê-las e, para compreendê-las, sentir-se capaz de reproduzi-las, de descrevê-las ou de indicar as suas características essenciais por meio das palavras" (Halbwachs, 1925, p. 63).

Os instrumentos da memória são, para Halbwachs (1950), as ideias e as palavras, que o sujeito não inventou sozinho, mas que as tomou do meio social em que cresceu e as vai desenvolvendo no curso de sua interação com os outros.

O mesmo acontece com a memória dos acontecimentos históricos que afetam toda uma nação. Temos conhecimento deles, ainda que não os tenhamos vivido na carne, porque foram comunicados por outros, pessoal ou simbolicamente (relatos orais ou escritos). Levamos a bagagem de memórias históricas da nação ou de um grupo, que fizemos nossos, ao incorporá-los ao nosso

corpo de conhecimentos. No entanto, Halbwachs (1950) faz uma distinção entre história e memória: a memória é um fenômeno vivo que emana das experiências coletivas, tem continuidade, é heterogênea, é flexível e se renova. A história é artificial de alguma maneira, na medida em que os autores que a criam impõem datas, períodos, focam-se em determinados eventos ou personagens. Ela tenta ser objetiva e tem uma clara ruptura com o presente. Clémence (2002) faz alusão a esta distinção como uma oposição entre o pensamento representacional (memória viva) e o pensamento científico (história).

A memória biográfica se enriquece com a memória dos acontecimentos históricos. Apesar de não estarmos fisicamente presentes nos eventos importantes para a nação, os vivemos indiretamente pelos diversos meios em que eles se comunicam, por meio do ambiente geral que provocam, que vai além da nossa família ou da nossa vizinhança.

Em um nível mais pessoal, o contato com os idosos permite ao mais jovens ter uma memória viva de alguns acontecimentos. Assim, para a criança, seu avô pode representar em sua pessoa toda uma época, resume ou condensa todo um período histórico, acessível por meio de suas histórias, de seus costumes, de suas maneiras etc. (Halbwachs, 1950). É assim que os contextos sociais da memória

representam correntes de pensamento e de experiências nas quais encontramos o nosso passado, porque este foi atravessado por elas.

A memória dos acontecimentos, dos objetos e das pessoas muda na medida em que esses se transformam ao mesmo tempo em que nos transformamos. Halbwachs (1950) dá o exemplo da mudança de percepção do seu pai: menciona que a memória dele foi mudando porque ambos envelheceram. O contato com novos grupos, diferentes perspectivas de pensamento e uma maior compreensão do contexto em que seu pai viveu, fez com que a sua visão se modificasse ao longo do tempo.

O tempo coletivo, a que alude Halbwachs, não é o tempo definido pela ciência, mas aquele que pode ser exercido como contexto social da memória, que nos permite construir lembranças em função de um período socialmente definido (estágio de vida, época do ano, horário, estação) ou como um ponto de referência (isto aconteceu ao mesmo tempo em que aquilo, foi na época de...). A origem da divisão do tempo social pode ser distante, fazendo parte das tradições culturais relacionadas à religião ou à agricultura, do conhecimento dos astros nas sociedades antigas etc.. O tempo socialmente construído não é homogêneo: o ano escolar, o ano religioso, laico, militar etc.. Há tantos tempos como grupos ou instituições. É um tempo que nos regula: "a consciência individual é [...] o ponto de encontro dos tempos coletivos" (Halbwachs, 1950, p.

190). Normalmente existe uma relação entre o tempo social e o tempo da natureza. Por exemplo, a vida doméstica é regida pelo dia e pela noite.

Com a divisão do trabalho social, o tempo é estritamente regulado. Nossas atividades devem ser coordenadas de acordo com os diferentes grupos em que nos inserimos, para participarmos efetivamente deles. Realizar uma atividade no período em que está prevista é um imperativo para combinar o nosso tempo com os dos outros. Essa ideia, proposta na obra póstuma de Halbwachs, ganha ainda mais sentido no contexto das sociedades contemporâneas, onde o relógio se tornou um dos principais instrumentos que regem nossas vidas. A transição de uma atividade a outra, de um grupo a outro, é, na maioria das vezes, feita em uma corrida contra o cronômetro.

O tempo e o espaço são, para Halbwachs, marcos sociais que dão identidade e estabilidade ao grupo. Este imobiliza o tempo, mantendo a ilusão de que durante certo tempo existe uma calma e um equilíbrio que o faz permanecer igual no que é essencial. O espaço, por sua vez, oferece um sentimento de ordem e quietude enquanto os objetos com os quais estamos em contato diário não mudem ou o façam lentamente. A continuidade do grupo fica assim assegurada por um tempo e um espaço estáveis.

Halbwachs usa simultaneamente diferentes concepções de espaço: o espaço material, físico ou geográfico, cenário da vida do indivíduo e do grupo; e o espaço simbólico, que se assemelha à noção de "campo social" de Bourdieu (1984). O espaço simbólico dos economistas, juristas, ou de um determinado grupo religioso, é um conjunto de representações que tem seu correlato no território. O espaço geográfico é uma categoria primária: o sujeito sempre se situa em um lugar e um tempo. De um modo semelhante, Schutz (1962) concebe essas categorias como as coordenadas que constituem o ponto de partida para a experiência da vida cotidiana.

Uma concepção de espaço se confunde com outra, frequentemente, no trabalho de Halbwachs (1925, 1950), e é difícil encontrar as suas fronteiras. É porque a prática de vários grupos se realiza tanto no plano do espaço simbólico como no do espaço físico. A atividade econômica, que vai desde as especulações financeiras das bolsas internacionais até o pequeno comerciante de rua, cuja subsistência depende da permanência no território e da interação com seus clientes regulares. Tanto o cliente como o vendedor compartilham nesse momento uma representação econômica desse espaço. A memória religiosa se relaciona com lugares de elevado valor simbólico.

> O indivíduo e o grupo têm uma relação dialética com o espaço quando um grupo que está inserido em uma parte

> do espaço transforma a sua imagem, mas, ao mesmo tempo, se ajusta e se adapta às coisas materiais que resistem. Está contido no contexto que ele construiu. A imagem do ambiente exterior e as relações estáveis que mantêm com ele passam para o primeiro plano da ideia que faz de si mesmo (Halbwachs, 1950, p. 195).

As imagens espaciais desempenham um papel importante na memória coletiva porque o grupo deixa a sua marca no espaço, tanto quanto o espaço se imprime no grupo. Halbwachs propõe uma visão semiótica do espaço ao assimilá-lo a um texto que pode ser lido pelo grupo. Cada aspecto do lugar tem um sentido inteligível para os membros do grupo, porque correspondem a aspectos da estrutura e da vida de sua sociedade. Qualquer atividade pode ser expressa em termos espaciais.

Os graves acontecimentos implicam mudança na relação do grupo com o lugar. Mudança que pode modificar o grupo ou o lugar. No caso da família, pode ser um acontecimento de mudança em seus membros (nascimento, casamento, morte) ou em sua posição social (enriquecimento, empobrecimento, mudança de *status* profissional). A partir desse momento o grupo não é o mesmo, nem sua memória, nem o espaço que ocupa.

O espaço e o tempo são marcos sociais da memória tão importantes quanto os grupos. Halbwachs dá ênfase especial à família, aos grupos profissionais e aos religiosos, mas não deixa de assinalar que outros grupos podem se constituir como marcos sociais da memória, tais como a escola, na medida em que façam parte do entorno social da pessoa que se lembra.

Halbwachs outorga à família a função de socializar os seus membros, dando-lhes uma identidade ao lembrar a história e as características que definem o grupo social primário a que pertencem, aquele no qual aprenderam as "primeiras noções sobre as pessoas e as coisas de um mundo exterior que não conhecemos, mas por meio da repercussão que tiveram os eventos externos no círculo dos nossos pais" (Halbwachs, 1925, p. 154)".

As tradições e as crenças penetram na família por meio daqueles membros que têm mais contato com a vida coletiva do exterior. Elas podem ser admitidas ou transformadas em cada grupo familiar, isso dependerá do grau de coerção social que cada sociedade tem para regular a vida doméstica, assim como a força das tradições de cada família, que por sua vez se relacionam com as qualidades pessoais dos membros que as criam e as mantêm. Aqui, Halbwachs vai da influência que pode exercer a sociedade, em geral, na vida doméstica, até o toque pessoal que imprime cada membro à família, passando pelas tradições que ele gera como um grupo.

A família, como as outras instituições e a sociedade em geral, não é estática, mas mutável: os anciões da família recriam as lembranças mais antigas, às quais se incorporam novas ideias com o crescimento de seus membros ou o advento de outros. Cada família, de acordo com suas próprias características, será mais ou menos rígida ou dinâmica.

> É assim que a história não se limita apenas a reproduzir o relato feito por homens contemporâneos dos acontecimentos passados, mas, de tempos em tempos, retoca-se a história não só por meio de outros testemunhos, mas também para adaptar-se às formas de pensar, e de se representar o passado, dos homens de agora. (Halbwachs, 1925, p. 169)

Antes de encerrar a seção sobre memória coletiva, quero fazer alguns comentários sobre a atualidade de uma teoria, proposta em 1925, para o estudo da memória nas sociedades contemporâneas. Considero que o conceito de memória coletiva ainda é válido, porque é difícil negar a influência da sociedade e da cultura na construção da memória, mesmo que se trate de um processo individual neurobiológico, como mostrado por estudos recentes sobre a fisiologia da memória (Candau, 2005). A importância da memória

social ou coletiva é evidente ao considerarmos a rapidez do fluxo de informações, do acelerado desenvolvimento de novas tecnologias, do individualismo exacerbado e da celeridade da vida diária. O presente exige do homem contemporâneo uma vida rápida e eficaz, onde há pouco tempo para a pausa, para a lentidão e para a tradição (Augé, 199; Gross, 1990). A memória grupal, nacional, socializada, constitui uma ferramenta para não perder a nossa continuidade com o passado, com as identidades transtornadas pelo imediatismo do presente e da globalização. A luta contra o esquecimento que a vida contemporânea impõe se observa no fato de que o tema da memória invadiu o mundo em que vivemos (Candau, 2005).

A teoria da memória coletiva tem recebido objeções dignas de consideração: a imprecisão na definição do conceito, que suscita confusão tanto com relação a sua conceituação, como na maneira em que é apreendida (Candau, 2005; Le Paumier & Zavalloni, 2002), ou o fato de que a teoria enfatiza a reconstrução simbólica do passado, subestimando os rituais e hábitos de comportamento individual ou coletivo que a tornam visível (Connerton, 1989). Talvez a principal crítica à teoria da memória coletiva seja a negação de uma memória individual, determinada pelos processos neurológicos (Zink, 2004) e pela experiência subjetiva (Ricoeur, 2000).

Apesar das tais objeções, incluindo as que certamente nos escapam, o conceito de memória coletiva é ainda válido, porque

"não vemos como designar de outra maneira formas de consciência do passado [...] aparentemente compartilhadas por um conjunto de indivíduos" (Candau, 2005, p. 69). A existência de uma memória socialmente construída e compartilhada, que Halbwachs foi delineando durante a primeira metade do século XX, parece inegável.

Por outro lado, considero que a relação da teoria da memória coletiva com outra mais recente, como a TRS (que tem inspirado metodologias adaptadas aos tempos e contextos que se aplicam), permite atualizá-la.

A representação social como insumo para a memória coletiva

Vemos que Halbwachs utiliza o termo representação como um mecanismo psicológico que participa no processo de reconstrução da memória. A referência que o autor faz a termos como este, ou como o de noção, que retoma de Durkheim (Namer, 1997), ou a sistemas simbólicos, permite estabelecer uma relação direta com a TRS, e inclusive pensar que para a memória coletiva as representações são um insumo indispensável. A pergunta que se coloca aqui é sobre o sentido da noção de representação: o autor retoma a noção durkheimiana exata de representação coletiva, ou gera sua própria interpretação a partir da sua postura em relação às ideias de Bergson?

Sabe-se que Halbwachs não era um discípulo passivo de seus mestres Bergson e Durkheim, mas mantinha um diálogo crítico com eles (Namer, 1994). Sua teoria da memória se fundamenta em uma fenomenologia da memória na qual o social se faz presente nos processos psicológicos que o geram. Apesar dos determinantes sociais da memória, Halbwachs não propõe que esta seja um corpo de ideias independente dos indivíduos, mas tenta explicar as maneiras pelas quais a memória coletiva opera nas pessoas e nos grupos, levando o leitor pela mão em um exercício de rememoração e de raciocínio sobre o funcionamento de sua própria memória como um processo mental sempre vinculado ao grupo e a sociedade. É por isso que a sua teoria da memória se situa no campo da psicologia coletiva, como indica a cadeira que foi criada por ele no *Collège de France*, e também no campo de uma sociologia que olha para o indivíduo.

À luz da TRS, e fazendo uma leitura cuidadosa de *Marcos Sociais da Memória Social* (1925/1994), assim como da *Memória Colectiva* (1950/1997), considero que a noção de memória coletiva de Halbwachs se aproxima mais do conceito de representação social de Moscovici, que de Durkheim. Isso ocorre porque a memória é um processo inteligente, em que as representações sociais desempenham um papel primordial, tanto que dotam o sujeito de insumos para ter uma visão do passado que faça sentido para ele e para os grupos em que

participa. A memória não se conserva intacta, mas é reconstruída a partir do presente.

Para Moscovici, o sujeito que constrói representações não está isolado, mas se encontra inserido em uma cultura, uma sociedade e em certos grupos, que proporcionarão a bagagem de conhecimentos para elaborar o seu pensamento. Noção do homem e do seu entorno social que é semelhante à que resumimos anteriormente, a respeito da construção da memória coletiva. Halbwachs afirma que a sociedade e os grupos são aqueles que outorgam um significado às memórias (mesmo às mais íntimas). Coloca a sociedade no indivíduo, sem despojá-lo de sua individualidade e autonomia:

> Certamente, cada um, de acordo com seu temperamento particular e as circunstâncias de sua vida, tem uma memória que não é de mais ninguém. Esta não deixa de ser uma parte e um aspecto da memória do grupo, já que de toda impressão e de todo fato, mesmo que, aparentemente, diga respeito apenas ao indivíduo, só guardamos uma lembrança duradoura na medida em que refletimos sobre ela, isto é, quando ligamos a memória aos pensamentos que nos vêm do entorno social. De fato, não podemos refletir sobre os acontecimentos do nosso passado sem raciocinar sobre eles; mas, raciocinar é relacionar em um

> mesmo sistema de ideias nossas opiniões e aquelas dos que nos rodeiam; é ver naquilo que nos acontece uma aplicação particular de fatos dos quais o pensamento social nos lembra a todo o momento o sentido e o alcance que tem para eles. Assim, os marcos da memória coletiva encerram e ligam nossas memórias mais íntimas umas às outras (Halbwachs , 1925, p. 144-145).

Quando Halbwachs propõe que a lembrança está condicionada a nos localizar no ponto de vista do grupo, significa que não pode haver lembrança sem considerar o homem como um ser social. Na verdade, a própria capacidade de pensar e recordar depende da nossa natureza social. Este é um postulado epistemológico da teoria. O mesmo se aplica à TRS, o caráter social do sujeito está presente na construção da representação de algo: os processos de ancoragem e objetivação da sociedade fazem a sociedade intervir nas operações cognitivas. Tanto para Halbwachs como para Moscovici, a sociedade não representa um conjunto homogêneo, rígido e estático, mas os indivíduos e grupos imprimem nela heterogeneidade, flexibilidade e dinamismo.

Outro pressuposto básico que ambas as teorias compartilham é o fato de que as interações sociais desempenham um papel

importante na construção de representações sociais e da memória coletiva. De acordo com Moscovici, é no curso das conversas cotidianas que as representações são recriadas e se difundem. A memória coletiva é uma reconstrução do passado que se realiza em uma interação real ou simbólica com os outros. Vimos que para Halbwachs essas relações sociais são definidas em função dos grupos e da estrutura social, de sua hierarquia, de suas normas, de seus costumes, de suas tradições, dos papéis atribuídos a cada um dos seus membros. Isso construirá as representações e as memórias de acordo com o lugar que ocupam no tecido social.

A ordem das relações sociais define o indivíduo como sujeito social, pois pelo contato com seus pares toma consciência de qual é sua situação no grupo: "Assim quando estamos na presença de certos personagens não nos contentamos em aceitá-los, mas examinamos em que medida são ‘semelhantes’, a que categoria social pertencem e se suas palavras e ações estão em consonância com sua condição" (Halbwachs, 1925, p. 86). A partir desse mecanismo, que no contexto da psicologia social contemporânea chamaríamos de categorização social, poderíamos dizer que as representações sociais que formamos de nós mesmos e de nosso entorno outorgam identidade social (Giménez, 2005).

A dialética indivíduo-sociedade está presente de forma permanente na teoria da memória coletiva de Halbwachs: a memória

é, frequentemente, referida ao homem e ao meio social que o rodeia. Na memória dos grupos, os indivíduos, mais ou menos influentes, desempenham um papel importante. É por meio deles que a memória se renova e atualiza, são eles que decidem retomar as noções que a sociedade lhes propõe e que a tradição lhes impõe. A memória coletiva dos grupos não nega a importância dos papéis desempenhados por seus membros, vistos como sujeitos ativos que constroem seu pensamento e memória por meio da reflexão. Tal reflexão é descrita por Halbwachs como um raciocínio com traços particulares, semelhante ao modo como Moscovici caracterizou o pensamento natural ou o senso comum: com sua lógica própria, muitas vezes contraditória, maquiado por desejos, emoções, interesses, valores e preceitos morais.

> Há [...] uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a relacionar todas as noções (impressões) que chegam do mundo exterior: a lógica geográfica, topográfica, física, que nada mais é do que a ordem introduzida pelo nosso grupo como uma representação das coisas no espaço (é isso, é essa lógica social e as relações que esta determina). Toda vez que percebemos, conformamo-nos com esta lógica; ou seja, ligamos os objetos de acordo com as leis de causalidade

> que a sociedade nos ensina e nos impõe. (Halbwachs, 1950, p. 86)

Nessa lógica, o imaginário social se insere como uma dimensão das RS e a nostalgia na memória coletiva. É a imaginação sonhadora e a fantasia que deslizam no pensamento, na forma de utopias, de criação, de poesia. No caso da memória, é uma tendência à nostalgia, a reconstruir as memórias onde o passado se imagina mais belo. A nostalgia, segundo Halbwachs (1925), ajuda-nos a escapar da situação em que estamos no presente para nos situar em outra: naquela em que nos encontrávamos no meio social do passado. A reconstrução será tão linda e idealizada moralmente quanto a nossa imaginação permitir.

Ancoragem e os marcos sociais da memória

Como mencionei, no início deste trabalho, Moscovici (1961) sugere que o processo de ancoragem das RS permite inserir a novidade nas categorias pré-existentes, que provêm da sociedade e da cultura em geral, mas também das visões do mundo que proporcionam grupos específicos aos seus membros. A história de cada grupo, ou cultura, os costumes, as tradições, os valores e os sistemas simbólicos estão presentes nos indivíduos e grupos por

meio da ancoragem. As representações sociais criadas, a partir do presente, vão modificando a bagagem do passado no curso das dinâmicas sociais e do próprio desenvolvimento da sociedade em geral (modernidade, tecnologização da vida cotidiana, consumo etc.).

A bagagem de conhecimentos em que a representação social se "ancora" é a memória social: por meio do processo de ancoragem, o passado se faz presente. De forma parecida, para Halbwachs (1925) as lembranças ajudam a construir as representações do presente, como se existisse um jogo constante entre o agora e o passado recente e remoto: o contexto de nossas reflexões é flexível e cambiante, porque está no limite entre o presente vivido e as reflexões que nos remontam a um passado distante, em que começamos a reconstruir a memória. Essa ideia é reforçada pelo autor no texto sobre a *Memória Colectiva*: "Se o que vemos agora se insere no quadro das nossas lembranças anteriores, essas lembranças, inversamente, se adaptam ao conjunto das nossas percepções atuais" (Halbwachs, 1950, p. 51).

Ambos os autores reconhecem a intervenção da sociedade e da cultura na construção das representações e da memória, delineando o papel da linguagem, da cultura, dos grupos ou das instituições, fazendo dessas operações psicológicas fenômenos psicossociais. O tempo e o espaço são, para Halbwachs, noções essenciais de

"consciência coletiva", por meio das quais os indivíduos regulam suas percepções, suas memórias e seus movimentos. Na TRS, o tempo e o espaço não aparecem explicitamente como possíveis "ancoragens" do pensamento social; no entanto, aparecem, implicitamente, como o contexto geográfico e histórico em que estão situados tanto o sujeito como o objeto da representação.

A objetivação e a memória em esquemas

Halbwachs (1925) propõe que a memória não se conserva no corpo ou no inconsciente, como Bergson pensava, mas se reconstrói graças ao sistema de representações no presente. O nexo com o processo de objetivação consiste em não reproduzir a memória, como tal, mas fabricar ou desenhar um esquema que corresponderia a essa memória.

Poderíamos assimilar esse esquema da memória com o esquema "figurativo", proposto por Moscovici (1961), pois assim como no caso das RS, tal esquema será filtrado pelo atual sistema de representações, composto de valores sociais e morais que modelarão a reconstrução da memória, de acordo com o que o sujeito considera conveniente ou o que "pode" expressar. Por exemplo, não é que um caso vergonhoso do passado não faça parte da lembrança, mas haverá um imperativo moral, no presente, que

fará com que essa lembrança ou parte dela seja socialmente inconfessável. No entanto, como já se observou, não há se pode pensar que essa lembrança é preservada exatamente igual em algum lugar, como uma cena fixa, mas é sempre uma reconstrução a partir de um compromisso entre as representações do passado e do presente. É um resumo do que se experimentou, do que se sabe dos outros e dos objetos com os quais se conviveu.

O esquecimento se relaciona tanto ao processo de ancoragem como ao de objetivação. O que não é lembrado fica fora do esquema que articula a reconstrução do passado. Para Halbwachs, esta reconstrução é uma operação inteligente e racional, o que sugere que o esquecimento é intencional, o indivíduo ou o grupo reconstrói o passado de acordo com um filtro moral, recuperando aquilo que lhe dá uma identidade positiva e deixando de fora o que poderia gerar um conflito na concepção de si mesmo. A manipulação da memória e do esquecimento por parte dos grupos e dos Estados é tema de uma extensa literatura sobre a memória social no campo da política.

Quanto à ancoragem, podemos dizer que o esquecimento sucede quando os marcos sociais da lembrança desaparecem: quando a lembrança não tem lugar nos sistemas de representações, quando já não há palavras para nomear um fato passado, quando os indivíduos e os grupos já não se importam em rememorar

determinados acontecimentos, quando todo o dispositivo que permite evocar tais acontecimentos desapareceu (arquivos, símbolos, monumentos ou impressões no espaço).

O que permite a construção da lembrança é um sistema de noções (que também poderíamos considerar como representações sociais) que são marcos sociais. Se tal sistema desaparece, a memória desvanece. Assim, o esquecimento depende da manutenção desses sistemas de noções, ainda que sejam transformadas nos e pelos grupos. Se o tempo e o espaço do presente conservam traços dos momentos em que um evento se produziu, constituirão marcos sociais que ajudarão a construir sua lembrança. Se existem pares do grupo que experimentaram o mesmo evento, também se converterão em marco social para essa lembrança. Se existem palavras para poder rememorar o evento, a sua memória persiste.

A relação entre a TRS e a teoria da memória coletiva geralmente é estabelecida em um sentido: analisando o lugar que a memória ocupa nas RS, sob a forma de ancoragem e objetivação. No entanto, a fim de abonar os dois campos de estudo, seria conveniente aprofundar ainda mais o papel das RS na construção da memória coletiva. Um caminho poderia ser a aplicação das metodologias desenvolvidas no campo das RS ao estudo da memória coletiva. Poderíamos sugerir, por exemplo, definir um sujeito e um objeto de

memória, tal como proposto pela TRS: *quem se lembra do quê*? Como faríamos no caso das RS, consideraríamos o estudo da memória coletiva a partir da perspectiva dos atores ou sujeitos sociais definidos por suas pertenças grupais ou socioculturais, ao mesmo tempo em que esta estratégia nos ajudaria a delimitar aquilo que nos interessa trabalhar como memória social.

Quanto às técnicas que permitem analisar as RS, já existe um acervo metodológico compartilhado: a entrevista, o questionário e a análise de documentos (textos ou imagens). O acervo pode se ampliar com a implementação de outros métodos desenvolvidos no campo das RS, como a perspectiva plurimetodológica que usa Jodelet (1989b) para o estudo das RS da loucura, especialmente no caso da observação dos atos da vida cotidiana, tanto no espaço doméstico como no público, em que se observam as práticas de interação com o outro, que correspondem a uma memória coletiva construída pela comunidade. As técnicas da aproximação estrutural (Abric, 1995) também estão sendo utilizadas para o estudo da memória coletiva ou social (Sá *et al*, 2010).

Discussão final

Vemos que ambas as teorias se enriquecem potencialmente ao serem relacionadas. Por exemplo, o modo de funcionamento dos

marcos sociais de grupos, da cultura, da história e do espaço na construção da memória, como descrito por Halbwachs, enriquecem o processo de ancoragem da TRS. O processo de objetivação da TRS, por sua vez, traz clareza para o caráter gestáltico da lembrança que Halbwachs vê como esquema.

A teoria da memória coletiva abandona praticamente a relação entre memória e práticas sociais, enquanto que estas são, para Moscovici, projetadas ou modeladas pelas representações sociais. Halbwachs fundamenta a memória coletiva nos sistemas de noções (ideias ou sentimentos) presentes no momento de reconstrução da lembrança. Refuta a ideia de Bergson de que as lembranças podem ser evocadas por um sistema sensório-motor ou pela memória hábito.

Podemos substituir a noção de atitude física ou sistema sensório-motor por aquela de sistema de noções. O pensamento de Bergson, então, se tornará em: se certas lembranças não reaparecem, não é porque elas são antigas demais e se desvaneceram lentamente, mas porque estavam enquadradas por um sistema de noções que não existe mais agora (Halbwachs, 1925, p. 91).

Se o corpo evoca lembranças por meio de seus movimentos, não é pela memória-hábito, mas porque tais posturas se relacionam

com o sistema de representação em que o corpo e seus movimentos adquirem sentido.

Connerton (1989) considera que a memória social não só se expressa de forma simbólica, mas também se manifesta nos rituais da vida cotidiana ou nas celebrações sociais que, talvez, seriam formas complexas da memória-hábito. Assim, vemos que a relação entre práticas ou ações e memória, é um ponto fraco da teoria da memória coletiva, que poderia ser enriquecida com o que a TRS estabelece a este respeito. Poderíamos pensar, por exemplo, que a ação pode tornar-se o marco social da lembrança.

A teoria das representações sociais e a da memória coletiva são de tal interesse e profundidade para as possíveis relações entre elas, bem como suas diferenças, que poderiam preencher muitas páginas mais. No entanto, acredito que os pontos mencionados, até aqui, serão suficientes, por ora, para construir pontes e enriquecer a ambos os conceitos. Para concluir, desejo fazer um último comentário sobre a necessidade de continuar atualizando os dois referenciais teóricos, de forma similar como Moscovici e Halbwachs fizeram com o conceito de representação coletiva de Durkheim.

Moscovici cria uma nova teoria sobre as representações sociais no contexto da modernidade ocidental de meados do século XX: modernidade consumista (Taylor, 1999), que impôs a rapidez do

deslocamento e da informação graças aos avanços tecnológicos. Os bens de consumo cada vez mais acessíveis às maiorias, como o carro, a televisão e outros aparatos eletrodomésticos, modificaram a vida cotidiana dos homens. Confrontados com um corpo de conhecimentos científicos e um mundo tecnologizado, os indivíduos e os grupos, obviamente, não eram aqueles em que Durkheim tinha pensado quando desenvolveu o conceito das representações coletivas no final do século XIX.

Halbwachs, de sua parte, também viu a necessidade de modificar esse conceito para explicar as maneiras de pensar e de lembrar dos seus contemporâneos. O contexto intelectual, histórico, econômico e político no qual o autor desenvolve sua teoria da memória coletiva já tem sido documentado (Namer, 1987, 1994, 1997; Becker, 2003). O próprio Halbwachs se refere, constantemente, a uma sociedade moderna, que corresponderia à modernidade do desenvolvimento industrial do final do século XIX e do início do século XX. Um contexto em que os meios de produção e a vida urbana se impõem frente ao mundo rural, onde o indivíduo se libera, cada vez mais, da coerção social, em que sua autonomia é reconhecida e respeitada. Menos constrição social, mais modernidade face à tradição, grupos menos estáveis e mais flexíveis.

As sociedades do século XXI tampouco parecem se reconhecer nos contextos históricos em que a TRS se desenvolveu, e muito menos no da memória coletiva. O nosso mundo cotidiano tem sido transtornado pelas proezas tecnológicas que caracterizam a atual "era da informação", na qual o espaço virtual substitui cada vez mais o espaço real, não apenas como lugar de identidade e de interação social, mas como cenário da vida econômica e política (Castells, 1996).

Neste novo contexto, quais são os marcos sociais da lembrança e as ancoragens das representações sociais? Como cristalizar ou materializar representações do mundo construídas sobre a base de um excesso de informações e de imagens midiáticas, que mudam constantemente? Como definir o tempo social no mundo globalizado? Como o grupo imprimirá a sua marca em um território que ele ocupa cada vez menos? Que fronteiras conterão uma memória social onde os limites territoriais são apagados pelas trocas econômicas?

Estas são as questões com que nos deparamos, após fazer o balanço de dois referenciais teóricos clássicos para compreender os indivíduos em relação às suas sociedades, como são as RS e a memória coletiva.

É claro que não tinha nenhuma pretensão de esgotar aqui o tema. Resta explorar esta relação teórica à luz das teorias sobre a memória, tanto individual como social, desenvolvidas em outros campos disciplinares nas últimas décadas (Candau, 2005; Jodelet, 2010; Le Paumier & Zavalloni, 2002) e, também, o papel da memória coletiva em obras recentes, teóricas e empíricas, sobre RS.

Referências

Abric, J. -C. (1995). *Pratiques et représentations sociales*. Paris: PUF.

Auge, M. (1992). *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la sur-modernité*. Paris: Editions du Seuil.

Becker, A. (2003). *Maurice Halbwachs. Un intelectuel en guerres mondiales 1914-1945*. Paris: Agnes Viénoit Editions.

Bourdieu, P. (1984). *Questions de sociologie*. Paris: Les Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1987). L'assassinat de Maurice Halbwachs. *In La liberté de l'esprit, 16. Visages de la Résistance,* 164-170. Acesso em (http://www.college-de-france.fr/default/EN/all/ins_dis/maurice_halbwachs.htm)

Candau, J. (2005). *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Colin.

Castells, M. (1996). *La era de la informacion. Economía, sociedad y cultura. La sociedad Red* (vol. 1). Madrid: Alianza Editorial.

Clémence, A. (2002). Prises de position et dynamique de la pensée représentative: les apports de la mémoire collective. *In* S. Laurens & N. Roussiau (Eds.), *La mémoire sociale. Identités et représentations sociales*. Rennes: PUR.

Connerton, P. (1989). *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press.

Deloye, Y. & Haroche, C. (2004). *Maurice Halbwachs. Espaces, memoires et psychologie collective*. Paris: Publications de la Sorbonne.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.

Durkheim, E. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. Revue de Métaphysique et de Morale (t. VI.). *In Sociologie et philosophie*. Paris: PUF.

Durkheim, E. (1937). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF.

Gimenez, G. (2005). Teoría y análisis de la cultura (vol. 2). México: Conaculta-Icocult.

Gross, D. (1990). Critical synthesis on urban knowledge: remembering and forgetting in the modern city. *Social Epistemology*, *4* (1), 3-22.

Haas, V. & Jodelet, D. (1999). Pensée et mémoire sociale. *In* J. Pétard (Coord.), *Psychologie Sociale*. Paris: Bréal Etidtions.

Halbwachs, M. (1925/1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.

Halbwachs, M. (1941/2008). *La topographie légendaire des évangiles en Terre Sainte*. Paris: PUF.

Halbwachs, M. (1950/1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.

Jaisson, M. & Bodelot, C. (2007). *Maurice Halbwachs, sociologue retrouvé.* Paris: Editions ENS rue d'Ulm.

Jodelet, D. (1987). Pensée sociale et historicité. *Technologies, idéologies, Pratiques*, VIII (4).

Jodelet, D. (1989a). Représentations sociales: un domaine en expansion. *In* D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Jodelet, D. (1989b). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.

Jodelet, D. (1992). Mémoire de masse: le côté moral et affectif de l'histoire. *Bulletin de Psychologie*, *405* (XLV), Janvier-Février.

Jodelet, D. (1993). Mémoires évolutives. *In* F. Morgiensztern (Coord.), *Mémoire et intégration.*Paris: Syros.

Jodelet, D. (2000). Representaciones sociales: contribución a un saber sociocultural sin fronteras. *In* D. Jodelet y A. Guerrero, *Develando la cultura. Estudios en Representaciones Sociales.* México: UNAM.

Jodelet, D. (2010). La memoria de los lugares urbanos, *Alteridades*, *20* (39), 77-85.

Le Paumier, F. & Zavalloni, M. (2002). Mémoire collective et système identitaire: de Maurice Halbwachs à l'ego-écologie. *In* S. Laurens & N. Roussiau (Eds.), *La mémoire sociale. Identités et représentations sociales.* Rennes: PUR.

Laurens, S. & Roussiau, N. (2002). *La mémoire sociale. Identités et représentations sociales*. Rennes: PUR.

Memória Coletiva e Representações Sociais. (2003). Número temático na revista *Connexions*, *80.*

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales. *In* D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Moscovici, S. & Marková, I. (1998). Presenting Social Representations: a conversation. *Culture and Psychology*, *4* (3), 371-410.

Namer, G. (1987). *Mémoire et Société*. Paris: Méridiens Klincksieck.

Namer, G. (1994). Postface. *In* M. Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.

Namer, G. (1997). Postface. *In* M. Halbwachs, *La mémoire collective* (pp. 237-295) Paris: Albin Michel.

Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Editions du Seuil.

Rosa, A. *et al* (2000). *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Sá, C.P. (2005). Imaginário e Representações Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República.

Sá, C.P. *et al* (2010). *Mémoire et représentations sociales des années 50 au Brésil*, palestra apresentada no *10º CIRS*, Tunis.

Schutz, A. (1962). *El problema de la realidad social. Escritos I*. Buenos Aires: Amorrortu.

Taylor, P. (1999). *Modernities, a geohistorical interpretation*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Zink, M. (2004). Maurice Halbwachs 1877-1945, *La Lettre, 11*, Collège de France.

15 Teoria das Representações Sociais: uma concepção contextualizada de comunicação

Brigido Vizeu Camargo e
Andréa Barbará S. Bousfield
Laboratório de Psicoıogia Social da Comunicação e Cognição
Universidade Federal de Santa Catarina

A obra fundadora da teoria da representação social, *La psychanalise: son image e son public*, de Serge Moscovici, é referência, como um todo, para as pesquisas do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, da Universidade Federal de Santa Catarina (Laccos – UFSC). No entanto, neste capítulo focalizaremos um aspecto da sua contribuição, aquele relativo à segunda parte desta obra, a menos conhecida dos brasileiros, pois somente a primeira parte deste importante livro foi traduzida para o português.

Na segunda parte da obra de Moscovici, cronologicamente a parte relativa aos primeiros estudos para a sua tese de doutorado, focalizou a comunicação social. Quando o primeiro autor deste capítulo teve contato com esta obra, o Laccos nascia como um

grupo de pesquisas que se interessava pela comunicação social e a psicologia. As primeiras pesquisas deste laboratório partiam de uma discussão com uma perspectiva mais literária do fenômeno da comunicação social, envolvendo teorizações críticas da Escola de Frankfurt (Horkheimer & Adorno, 1974), a ideia de indústria cultural (Adorno, 1978), e a crítica de Edgard Morin ao que chamava de cultura de massas (1986 e 1987). Enfim, partia de uma visão onde a intensidade da crítica correspondia à dificuldade de verificação da mesma no plano empírico das primeiras pesquisas (Camargo, Souza, Delpizzo & Nunes, 1994). A oscilação entre crítica retórica ou de uma perspectiva literária (Adorno, 1978; Morin, 1986 e 1987) e o emprego de um procedimento empírico mecânico e comportamentalista nas primeiras pesquisas (Weaver, 1978; Maletzke, 1976) trouxe dissonância na compreensão das relações que se estabeleciam entre os tipos de mensagens veiculadas pela mídia (impressa, radio e TV) e as características dos públicos que utilizavam aquelas mensagens, resultando em uma compreensão superficial e descritiva destas relações, como bem ilustram as primeiras pesquisas do Laccos (Camargo, Souza, Delpizzo & Nunes, 1994).

A obra *La psychanalyse: son image et son public* contribuiu para a compreensão da comunicação social, principalmente nas pesquisas sobre o impacto de diferentes formas de divulgação do conhecimento científico sobre HIV/Aids nas representações sociais,

sobretudo na sua dimensão informativa, sobre a epidemia. Sob a direção de Denise Jodelet, o primeiro autor deste capítulo realizou uma série de estudos para compreender o processo de prevenção da aids, considerando tanto o polo do comunicador como o polo do destinatário (Camargo, 1997). E na década subsequente, a segunda autora do presente texto, sob direção do primeiro autor, contribuiu com a continuidade destes estudos, ressaltando a qualidade ativa da recepção das mensagens preventivas (Bousfield, 2007). Estas iniciativas, associadas a outras, geraram a principal das três linhas de pesquisa atuais do Laccos, aquela relativa aos estudos das representações sociais de doenças crônicas, sobretudo a aids. Os principais achados destas pesquisas foram reportados em um artigo atualmente no prelo (Camargo, Bousfield & Wachelke, 2011).

Para esclarecer o aspecto comunicacional da contribuição da obra *La psychanalyse: son image et son public* nas pesquisas do Laccos, inicialmente vamos examinar os modelos do fenômeno da comunicação disponíveis na ocasião, para depois pontuar as repercussões do modelo de sistemas de comunicação proposto por Moscovici na sua obra fundadora da Teoria das Representações Sociais.

Mídia e conhecimento

No domínio das ciências sociais havia uma grande variedade de modelos teóricos que guiavam os estudos sobre a relação entre a mídia e o seu público. Estes modelos constituem diferentes concepções gerais, ou paradigmas, do fenômeno da comunicação social que sustentam, por um lado, as principais pesquisas neste domínio de estudos e, por outro, as principais divergências quanto à interpretação do papel da mídia na sociedade contemporânea.

A comunicação midiática se caracterizava pela crescente industrialização dos saberes quotidianos, sobretudo em contextos fortemente urbanizados e industrializados. “As informações assimiladas por um sujeito vêm da exposição aleatória à mídia, às conversas e à toda outra forma de troca, exceção feita ao ensino sistemático/escolar” (Schiele & Jacobi, 1988, p. 21).

Nas grandes cidades, independentemente da região ou país onde elas se encontrem, observou-se um aumento da participação da mídia na circulação de informações, mesmo nas mais quotidianas. O homem urbano residente nas grandes cidades representava-se a si mesmo como mais “sábio” que o homem do interior. E “sábio” para ele significava estar informado ou mais “conectado” ao mundo, como se ele mesmo fosse um aparelho.

Uma das características notáveis da segunda metade do século XX foi a mediatização das relações sociais por produções

tecnológicas cada vez mais sofisticadas. Esse desenvolvimento tecnológico banalizou uma “formação social” fundamentalmente diferente, o público disperso ou a “massa invisível” (Maletzke, 1976), de formações sociais tradicionais (grupos, massas presentes e multidões).

> (...) a sucessão de meios de comunicação faz constantemente passar as multidões de um estado agregado para um estado disperso. Existe também a alternância remarcável entre movimentos de associação e dissociação, produzida por procedimentos técnicos, com desdobramentos tanto mentais quanto sociais. (...) Portanto uma comunicação real, de boca-a-boca, é alternada com uma comunicação ideal, correspondente a um agrupamento abstrato (Moscovici, 1981, pp. 255-256).

Portanto, enquanto os indivíduos leem um periódico, escutam o rádio ou assistem a televisão, eles participam destes públicos dispersos ou “multidões de segundo nível”, como as chamou Moscovici (1981, p. 256). No final do século passado, a reprodução à larga escala do contato entre os homens e as mensagens impressas, radiodifundidas ou teledifundidas parecia chegar a um ponto máximo (Charon & Sauvageau, 1991). Ao nível político, tanto a imprensa

escrita quanto a mídia audiovisual tinha um papel central para a circulação de informações e de formas de comunicação.

Os três paradigmas da comunicação mediática

Sfez, no seu livro “Crítica da Comunicação”, analisou os paradigmas da comunicação a partir do seu aspecto metafórico. Desta forma, na introdução desta obra ele fala de três grandes modos de considerar o fenômeno da comunicação como objeto científico: como uma “máquina”, como um “organismo” e como um “Frankenstein”(1) (1988, pp. 15-33).

Inicialmente sob a metáfora da “máquina de comunicar”, este fenômeno é abordado como um ambiente exterior ao homem que lhe permite agir sobre o mundo, sendo por isso uma verdadeira ferramenta. Este primeiro paradigma corresponde à versão clássica da representação (duplicação do real).

_____

(1) A referência a “Frankenstein” quer marcar o fato da criatura (a mídia, a técnica) se voltar contra o seu criador (o homem, os cientistas) e os substituir (Sfez, 1988, p. 16)

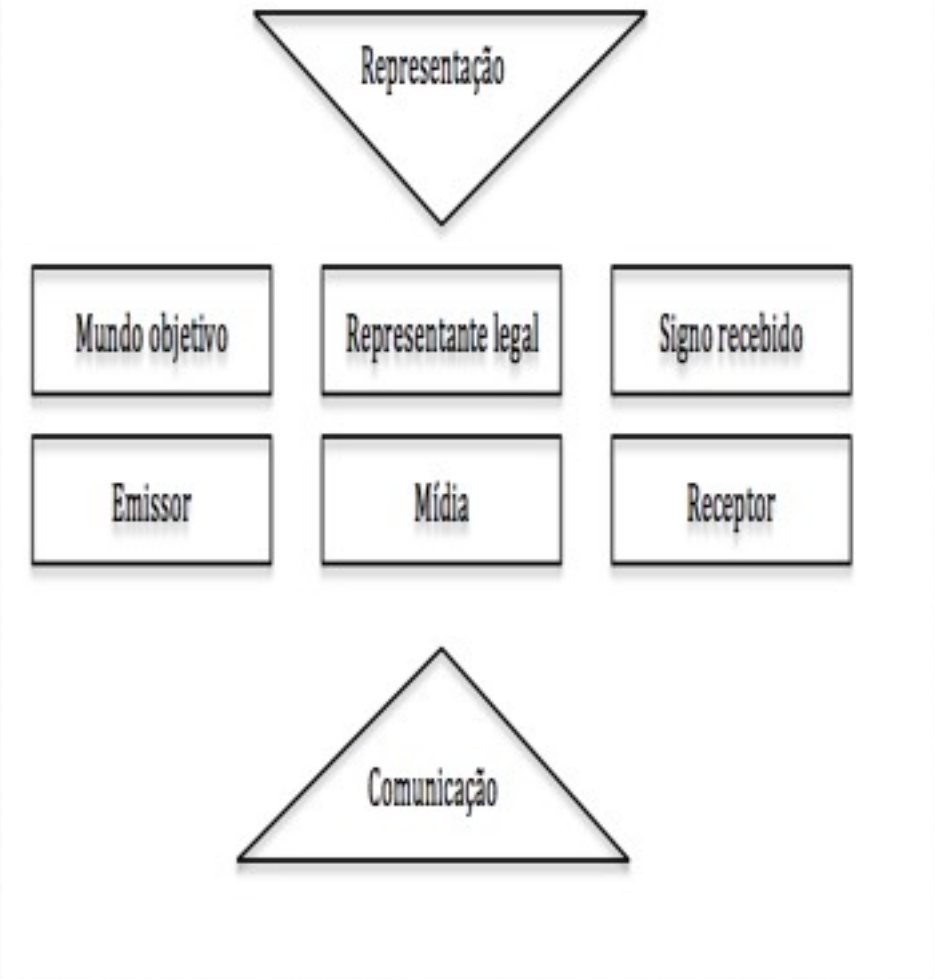


Figura 1 - Os esquemas clássicos de representação da comunicação (adaptado de Sfez, 1988, p. 29)

Esta metáfora confere à mídia uma qualidade de tradutora do mundo objetivo, de uma realidade passível de ser duplicada, em direção a um polo receptor ou passivo, o homem, que utiliza essa poderosa ferramenta disponibilizada pela tecnologia avançada.

Trata-se do paradigma mecanicista da comunicação. É a metáfora do “telégrafo”, expressão que Proulx (1990) emprestou de Katz e Liebes (1992), subjacente ao modelo de transmissão unidirecional das informações derivado de uma leitura linear da teoria matemática da comunicação de Weaver e Shannon (1975), bem como da contribuição de Jakobson (1973) no domínio da linguística. Segundo Proulx, neste modelo não se considera o suporte da transmissão (o meio, a técnica) e nem o contexto social da comunicação (1990).

O que realmente conta neste paradigma é a intenção do emissor e a eficácia da sua tarefa. Está-se, aqui, imerso em uma época em que a mudança de atitudes era o grande objetivo. O impacto da rádio durante a II Guerra Mundial e a novidade da televisão impressionava a todos.

Devido a este paradigma, os empiristas da comunicação mediática tomaram o esquema classificatório de Lasswell (1960) – Quem? Disse o quê? À quem? Por que canal (como)? Com quais efeitos? – concebido para classificar as pesquisas neste domínio, como um modelo de comunicação (Proulx, 1990, p. 288).

Considerando os modelos de comunicação mais frequentes do contexto da metáfora da máquina, ou mais especificamente aqueles

de Shannon e Weaver e de Lasswell, Moscovici (1961) notou sua dificuldade em captar esse fenômeno:

> Estes modelos respondem mais a uma preocupação com a economia formal, que às exigências de uma verdadeira compreensão do processo. Prova disso é a multiplicidade de relações que podem surgir quando decidimos que entre um codificador e um decodificador existem relações de dependência, ou se variamos o número de indivíduos, as vias de transmissão, etc. (…) falando de sistemas de comunicação, nos condenamos a uma certa 'onda'. (…) A psicologia social da comunicação não deve, do mesmo modo, estudar a comunicação em si, mas os sistemas de comunicação. (pp. 446-447)

Os modelos mecânicos separam os aspectos de conteúdo e formas de comunicação das suas condições de ocorrência. Como nota Moscovici, é fundamental considerar que a circulação de mensagens no âmbito social contém também as expressões de grupos e das sociedades, de seus interesses, de seu poder, de seus conflitos e das suas qualidades específicas.

Alguns estudos sobre a literatura consagrada à comunicação mediática tentaram encontrar novas alternativas à metáfora do

telégrafo. “Maletzke (…) propõe um modelo que considera, em primeiro lugar, as influências psicológicas e psicossociológicas, entretanto negligencia a dimensão socioeconômica” (Silbermann, 1981, pp. 31-32). Este modelo, ou mais precisamente, este esquema do campo da comunicação mediática considera, além do esquema mecânico/linear (emissor ? mensagem ? destinatário), a noção de imagem. Essa referência mais cognitiva adiciona às relações mecânicas entre os três termos da transmissão de informação a noção de ‘imagens’ de si, como personalidade (para o emissor e para o receptor), elemento de equipe ou do público (de acordo com cada polo), da instituição (para o emissor), das outras relações sociais e ‘imagens’ internalizadas do polo oposto (do receptor no emissor e do emissor no receptor).

Em nossa opinião, o esquema de Maletzke foi de grande utilidade enquanto uma classificação exaustiva dos problemas estudados durante os 50 anos em que o maior número destas pesquisas foi realizado. Ele (o esquema) está no centro do seu trabalho principal (1976, p. 58), que é uma das melhores revisões de estudos empíricos sobre a comunicação mediática. Mesmo assim, ele não saiu do espaço dicotomizado entre um emissor e um receptor e tende, em linhas gerais, a valorizar a classificação dos problemas encontrados na comunicação mediática.

A segunda metáfora é a de organismo. A comunicação aqui é compreendida enquanto ambiente (político, social, econômico, biológico e ideológico) para a ação humana. A mídia e os sujeitos são localizados ao mesmo nível, ambos estão no mundo e tomam papéis equivalentes na organização da comunicação.

> Visão fenomenológica onde sujeitos e objetos são ligados. (...) A comunicação orgânica é 'integrada'. O organismo é uma imagem-força que chama a nossa adesão (...) à unidade do mundo e ao significado de 'ser no mundo'. (...) Palavras-chave, imagens-força do organismo: meio, nível, vida, percepção, forma, organização, reciprocidade, totalidade, desenvolvimento, auto-organização (...) (Sfez, 1988, p. 30).

Esta metáfora resulta dos próprios limites do paradigma mecanicista face aos resultados inesperados das pesquisas empíricas quanto aos efeitos da mídia sobre o público. Um exemplo emblemático é o estudo de Klapper (1960) sobre os eventuais efeitos da violência da televisão sobre os jovens. Como sublinha Dumazedier (1969):

> Em 30 anos, a investigação empírica demonstrou que a representação do poder onipotente da propaganda

> continha muitos erros, especialmente com a elevação do nível de instrução das sociedades dominadas pelo capitalismo ou pelo socialismo. A atividade do público em resposta à mensagem é uma atividade seletiva, crítica (p. 103).

Nos anos 80, certos estudos em psicologia social cognitiva (Ghiglione, 1986, 1992; Ghiglione & Kekenbosch, 1993; Chabrol, Flouzar & Camus-Malavergne, 1993) ilustram o deslocamento da ênfase do paradigma "mecanicista" para um paradigma "organicista". Utilizando a noção de dialogicidade presente na teoria da enunciação (Jacques, 1985), estes autores analisam a recepção de conteúdos transmitidos pela mídia enquanto uma coconstrução simbólica que estabelece uma relação circular entre o emissor e o destinatário.

Na contribuição de Maletzke (1976), a ideia de organismo também estava presente, mas a dinâmica orgânica não pôde ser explicada. A dimensão política da comunicação social continua igualmente ausente desta sistematização.

Como o observaram Breton e Proulx (1989):

> Uma série de rupturas epistemológicas marcou o campo de pesquisas em comunicação a partir dos anos 60. De todas as partes, os limites teóricos das concepções behavioristas

> e psicossociológicas da comunicação de massa foram ressaltados (...) foi reconhecido o papel primordial e ativo dos receptores no trabalho de decodificação das mensagens que seriam por eles interpretadas a partir do seu contexto sociocultural específico (p.175).

Chegamos, finalmente, à terceira metáfora, a do "Frankenstein". A comunicação diz tudo sobre o homem. Ela age pelo homem, sobre o seu mundo e, especialmente sobre ele próprio, quase que o apagando. Este terceiro paradigma demonstra uma confusão entre o emissor e o receptor. “Palavras chave e imagens-força do modelo Frankenstein: criação, imaginação, novidade, metamorfose, vontade, visão, auto-referência, simulação (…)” (Sfez, 1988, p. 32).

Ele não duplica a realidade e não a coloca em questão. A representação da realidade por repetição dos conteúdos e por sua unilateralidade torna-se uma hiperrealidade[2]. Encontramos algum sentido neste paradigma, sobretudo quando a comunicação utiliza a tecnologia para permitir que a instância do emissor tenha acesso às reações dos destinatários enquanto transmite a mensagem. Nos anos 80, às pesquisas sobre a recepção das emissões de rádio ou de televisão adicionava-se um dispositivo de recepção, organização

e utilização das reações do público de modo simultâneo, por telefone, ou fax.

Na época, segundo Baudrillard (1985):

---

(2) A hiperrealidade é uma construção operacional que não visa mais a representação de uma dada realidade. É a produção de outra realidade. “O real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memórias, de modelos de comando – e ele pode ser reproduzido a partir daí um número infinito de vezes. Na verdade, não é mais o real, pois nenhum imaginário o circunda. É um hiperreal, produto da síntese irradiante de modelos combinatórios num hiperespaço sem atmosfera” (Baudrillard, 1985, p.11).

> As nossas relações sociais atuais ultrapassaram a persuasão (da era clássica da propaganda, da ideologia, da publicidade, etc.) e se constituem pela dissuasão: ‘vocês são a informação, o social, o evento, os interessados, têm a palavra, etc.’ Transformação pela qual se torna impossível localizar uma instância do modelo, do poder, do olhar, do meio mesmo, pois sempre já se está do outro lado (p. 51).

Onde Baudrillard via uma importante mudança na estratégia do poder em relação à transmissão de informações (de uma relação social persuasiva à outra de natureza mais dissuasiva), e ainda com consequências precisas como a impossibilidade do público localizar e diferenciar as instâncias do poder e a fonte de informação, ao menos até hoje, encontramos poucos indicadores de mudança da relação entre fonte e destinatário e pistas quanto às suas eventuais

decorrências. Trata-se, por exemplo, das transformações sofridas pelo debate social no espaço televisivo, mais precisamente a valorização, já nos anos 90, pela televisão francesa dos "*talk-shows"* norte americanos, onde as reações do público tornam-se a mensagem em si (Lochard & Soulages, 1994; Mehl, 1994a, 1994b). Ou ainda situações onde a tecnologia torna-se o centro do espetáculo, encontradas na teledifusão associada à informática, como a televisão interativa, ou as comunicações pela internet (Boyer, 1994).

Modelo da difusão da informação

Jensen e Rosengren (1992), em uma análise dos principais modelos teóricos empregados pelos estudos do público da mídia, assinalam uma importante divergência entre eles. Trata-se das suas consequências metodológicas em função da sua afiliação, de um lado à corrente teórica literária e, de outro, à das ciências sociais.

> do lado das ciências sociais, esforça-se para estabelecer categorias de análise explicitamente operatórias. Insiste-se na clara separação entre as diferentes etapas: teoria e formação de hipóteses, observação, análise, interpretação, apresentação de resultados. (...) A tradição literária pelo contrário, afirma que nenhuma distinção pode ser feita em

> princípio entre a coleta, a análise e a interpretação dos 'dados' (p. 292).

A ideia de que a mídia tem um grande poder de controle social e político, aceita tanto pelo senso comum quanto pelos cientistas, tem origem em análises do tipo literário aplicadas ao campo da comunicação coletiva. Esta observação é ainda mais justa na França, contrariamente aos Estados Unidos, já que na primeira houve maior ênfase nos estudos do fenômeno da comunicação a partir da "teoria crítica" da escola de Frankfurt (por ex.: Morin, 1961; Burgelin, 1981; Mattelart & Mattelart, 1986; Baudrillard 1985, 1986). Principalmente literária, a teoria crítica concebe o efeito da mídia como difusão dos modelos de comportamento de consumo dos bens industrializados, sejam eles objetos ou ideias.

Katz (1990) classificou os modelos teóricos sobre os efeitos da mídia em dois grupos: o dos efeitos indiretos e o dos efeitos diretos. Considera-se que os modelos elaborados em torno da ideia de efeitos indiretos da mídia são mais apropriados ao estudo dos seus efeitos. Entre os modelos de efeito indireto, o foco nos primeiros estudos para compreender o processo de prevenção da aids (Camargo, 1997) foi no da "difusão de informação", pois ele considerava o papel das redes de relações interpessoais ao nível da

recepção das mensagens, indicando que estas redes filtram a informação e tem uma função importante na sua interpretação e avaliação.

Conforme Wolf (1992), a partir do modelo da difusão de informação, a pesquisa em comunicação mediática chegou ao paradigma orgânico, no qual a circularidade dos processos confere à mídia a qualidade de vetor de distribuição de conhecimentos. Derivado deste modelo tem-se, por exemplo, o estudo da difusão social das inovações técnicas de Rogers (1962) e os estudos sobre a difusão de conhecimentos científicos iniciados por Moscovici (1961) e posteriormente continuados por Roqueplo (1974), Jurdant (1975), Jodelet e Scipion (1992) etc.

Proulx (1990), propondo uma síntese da "genealogia das representações do poder da mídia", indicou a importância do modelo de difusão de informação para as pesquisas contemporâneas que, por um caminho diferente e muitas vezes oposto à perspectiva crítica da comunicação mediática dos anos 50, vem ao seu encontro no que concerne à importância conferida às atividades dos destinatários.

De acordo com Proulx (1990), nos anos 50 duas abordagens ideológicas se opunham: os pesquisadores empíricos nos Estados Unidos trabalhavam sobre a ideia de eficácia e do progresso pela

tecnologia, enquanto as críticas da sociedade de massa se ocupavam do estudo da manipulação feita por essa mesma tecnologia. Em 1970 a primeira abordagem dividiu-se em duas direções, uma foi a problemática psicológica das necessidades do público (“satisfação dos usuários da mídia”) e a outra se interessou pelas funções da mídia na sociedade. O fenômeno da decodificação das mensagens e o da difusão da informação em dois níveis (o modelo "*two-step flow communication*" de Katz e Lazarsfeld, 1955), progrediu entre as pesquisas dos anos 80. Nesta mesma época, as pesquisas sobre a ação ideológica das comunicações começam a considerar o papel que tem o público na construção dos significados ideológicos.

Em direção a uma concepção contextualizada de comunicação social

A análise da circulação de informações pela televisão nos colocou dois problemas indissociáveis: de um lado, o dos efeitos desta mídia sobre o público e, de outro, o do trabalho ativo que este último realiza sobre as mensagens recebidas pelo meio da televisão. Foi, portanto, necessário que nosso estudo sobre as mensagens preventivas frente ao HIV que circularam na televisão (Camargo, 1997) considerasse o espaço de intersecção de dois referenciais teóricos: aquele utilizado pelos estudos sobre a circulação de mensagens, oriundo da comunicação mediática (Rogers, 1962; Katz, 1990; Proulx, 1990; etc.), e o da teoria das representações sociais (Moscovici, 1961, 1976; Herzlich, 1972; Jodelet, 1984, 1989a, 1989b).

> A noção de manipulação vem de um medo causal e simplista que relaciona mecanicamente as características e os conteúdos das mensagens difundidas à transformação das condições sociais e culturais. (...) Definir o processo de influência social da mídia estritamente como um mecanismo de manipulação parece insuficiente: se o discurso mediático age sobre a estrutura social, ele sofre, ao mesmo tempo, a ação dela. (Breton & Proulx, 1989, p. 154)

A palavra “transmissão”, ligada a esse modelo causal evidenciado por Breton e Proulx, foi substituída pela palavra “circulação” para ressaltar exatamente a qualidade de reciprocidade das mudanças relativas à relação público-mídia.

Como já se mencionou, adotou-se o modelo da difusão de informações descrito por Katz (1990), em função da justificada importância que ele acorda às redes de relações interpessoais e à inserção grupal dos receptores, como elementos de compreensão da ação exercida pela mensagem no público. Este modelo nasceu do paradigma “orgânico” da comunicação (Maletzke, 1976; Liebes & Katz, 1992; etc.), ou seja, trata-se de um modelo comunicacional que considera a importância do polo “receptor” face às funções que a mensagem transmitida é susceptível de assumir.

Associamos a este modelo a “teoria dos sistemas de comunicação”, de Moscovici (1961 e 1976). Aqui, precisamente, reside a decisiva contribuição do livro: “*La psychanalyse: son image et son public*”. De acordo com este autor, os diferentes sistemas são caracterizados a partir de quatro pontos: 1) o grau de estruturação da mensagem; 2) o modelo ou o conjunto de temas presentes nas mensagens; 3) as relações entre a fonte, o comunicador e o destinatário; e 4) os efeitos que o comunicador procura causar no

destinatário (1976). As implicações teóricas desta tipologia forneceram uma referência essencial para a compreensão do papel da comunicação mediática para o processo de circulação de explicações, e para a prescrição de estratégias de conduta a adotar diante da prevenção da aids (Camargo, 1997). Em suma, esta teoria contempla o aspecto motivacional da comunicação mediática.

A partir do estudo da representação social da psicanálise transmitida por órgãos de imprensa ligados a três formações sociais diferentes (uma política, outra religiosa e outra mais mediática), considerando os pontos de referência já mencionados, Moscovici pôde descrever três importantes sistemas de comunicação (1961): a propaganda (constatada na rejeição da psicanálise pela imprensa do Partido Comunista), a propagação (verificada no modo como a imprensa religiosa utilizava a psicanálise no seu sistema de crenças), e a difusão (representada pela grande imprensa veiculando este assunto a partir de uma perspectiva de criação de um saber comum).

A propaganda tem como objetivo intervir sobre condutas bastante específicas. A mensagem é bem estruturada em torno de oposições entre o “verdadeiro” e o “falso”. Os efeitos buscados pelo emissor são, aqui, a afirmação e, mais particularmente, a criação de estereótipos (Jodelet, 1989a). A relação entre emissor e receptor confere autoridade ao primeiro, pois a fonte da comunicação

exprime os interesses de grupos particulares e as mensagens se apóiam sobre um modelo ou um conjunto de temas centrais em relação a esse interesse (Rouquette, 1973; Doise, 1988).

A propagação procura controlar os comportamentos através da manipulação do seu contexto e da sua significação. Trata-se de um trabalho de adequação das mensagens a um sistema de crenças já estabelecido e que necessita ser reforçado, propagado (Doise, 1988). Aqueles que comunicam procuram aqui controlar as ameaças dos novos conhecimentos sobre os objetos que fazem parte do seu próprio sistema de crenças, interpretando-os à luz deste sistema, que deve ser preservado. A mensagem é estruturada, mas não sobre as oposições, como acontece com a propaganda. No sistema de propagação, os efeitos da comunicação incidem sobre as atitudes.

A difusão tem por objeto a transmissão de conteúdos de interesse para o público em geral. A mensagem é fracamente estruturada, pois se baseia em uma variedade de interesses presentes no seu público. O emissor, à procura de uma constante adaptação do seu "produto" ao público, distancia-se do primeiro (do objeto da mensagem) ao mesmo tempo em que se aproxima do segundo (do receptor). Os responsáveis pela circulação das mensagens no contexto da "grande imprensa", por exemplo, recebem eles próprios estas informações de setores especializados da sociedade. A sua tarefa é "garantir" o acesso a informações "mais

interessantes” ao grande público. No sistema da difusão, os efeitos da comunicação incidem sobre as opiniões dos participantes do processo. “As relações entre comunicação e conduta são, portanto, bastante diversificadas: necessárias e explícitas na propaganda; necessárias e implícitas na propagação e optativas, fragmentárias e locais na difusão.” (Moscovici, 1976, p. 496).

Nos anos 90, no que concerne a mensagens informativas, a difusão parecia ser o sistema mais utilizado não só pela imprensa francesa (mesmo pela imprensa especializada), mas também pelos canais convencionais da televisão (públicos ou privados). Utilizamos aqui o termo “convencional” para marcar a diferença analisada por Wolton (1990) entre a televisão fragmentada (especializada) e a televisão generalista (convencional). A atividade de vulgarização do conhecimento é também tomada como uma atividade de difusão, e não de propaganda. Mas como mostra Roqueplo (1974), considerando a maneira como os “agentes vulgarizadores” representam a sua própria atividade (“os missionários da ciência”) e o contexto mais amplo do desenvolvimento desta atividade que lhes confere uma “vocação de ajustar a imagem que os indivíduos têm do mundo”, a associação entre a vulgarização (de tipo científico) e um único sistema de comunicação (difusão) é problemática.

> Assim a associação entre a ‘difusão do saber’ e a ‘produção de atitudes’, mesmo que ela seja acidental no

> espírito dos vulgarizadores, é talvez no mínimo uma associação estrutural que qualifica neste ponto sua atividade de difusão sem evocar a sua função de propaganda (Roqueplo, 1974, pp. 154-155).

Isto se aplica igualmente às emissões informativas da televisão generalista francesa dos anos 90. Uma superposição mecânica da tipologia dos sistemas de comunicação de Moscovici (1961) – que foi elaborado para compreender a circulação social do conhecimento psicanalítico na França dos anos 50–, e da problemática da prevenção da Aids nos anos 90 (Camargo, 1997), poderia subutilizar a contribuição mais importante deste modelo para o estudo das comunicações: a consideração do motor de "ação comum"[3], isto é, das necessidades que motivam os protagonistas à troca de informação. No caso da prevenção da aids, encontrou-se uma composição entre o sistema de divulgação e o da propaganda, marcados por estratégias de comunicação de natureza prescritiva. Como observou Jodelet (1993), quando se fala de sistemas de comunicação, refere-se a uma proposição teórica que permita compreender os aspectos estruturais e dinâmicos da relação entre representação social (na sua função de orientação das condutas com fins sociais) e o papel da mídia na sociedade contemporânea. A incidência da comunicação mediática sobre a circulação de

informações preventivas contra a aids, e a sua repercussão sobre a conduta dos destinatários, relacionam-se a um

(3) O sentido etimológico da palavra "comunicação".

problema complexo e multideterminado (Camargo, 1997, Silva & Camargo, 2004).

O livro *La psychanalyse: son image et son public* (Moscovici, 1961/1976), ao oferecer na sua segunda parte o desenvolvimento conceitual sobre "sistemas de comunicação", associado à relevância do polo do destinatário da mensagem do paradigma da difusão de informação de Katz (1990), alterou significativamente as pesquisas realizadas pelo Laccos. A maior parte dos estudos no campo da comunicação social sublinha a importância da recepção da comunicação, mas efetivamente não a considera. A teorização de Moscovici (1961/1976) sobre os sistemas de comunicação, ao considerar a relação entre a emissão e a recepção de ideias, objetos e eventos, localizando-a na situação social e histórica onde essas trocas acontecem, permite a compreensão do conteúdo destas ideias e práticas sociais que circulam na sociedade. O que motiva as pessoas a se comunicarem não pode ser considerado um elemento secundário. O paradigma mecânico da comunicação social confere maior importância à forma da comunicação do que ao seu conteúdo. E o paradigma "pós-moderno" (por exemplo, aquele proposto por

Baudrillard), além de apresentar a mesma objeção apontada anteriormente, se revelou de difícil verificação empírica.

Embora a psicologia social mais tradicional apresente objeções em reconhecer a teoria das representações sociais, Jahoda (2007), em um dos livros mais recentes sobre a história desta área do conhecimento, considerou que Moscovici, com a noção de representações sociais, criou uma abordagem da psicologia social específica e de natureza mais sociológica. Entre nós, mais precisamente na América Latina, conforme já observou Jodelet (2008), tem havido um forte desenvolvimento da pesquisa das representações sociais. Isto demonstra a relevância do pensamento de Moscovici para abrir novos campos de pesquisa, ligados à demanda dos países em desenvolvimento, e sua pertinência para as áreas aplicadas da saúde, da comunidade e da educação, tanto no sentido da intervenção como na promoção de mudanças sociais.

Referências

Adorno, T. W. (1978). A indústria cultural. *In* G. Cohn (Ed.), *Comunicação e indústria cultural* (pp. 287-295). São Paulo: Nacional.

Baudrillard, J. (1985). *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée.

Baudrillard, J. (1986). Au-delà du vrai et du faux ou le malin génie de l'image. *Autrement*, *76*, 156-162.

Bousfield, A. B. S. (2007). *Divulgação do conhecimento científico sobre aids e representações sociais.* Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Boyer, F. (1994). Le point sur Internet. *Réseaux, 68*, 131-147.

Breton, P. & Proulx, S. (1989). *L'explosion de la communication. La naissance d'une nouvelle idéologie.* Paris–Montréal: Découverte–Boréal.

Burgelin, O. (1981). *A comunicação social.* Lisboa: Edições 70.

Camargo, B. V. (1997). *Communication et prévention du SIDA*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

Camargo, B. V., Bousfield, A. B. S. & Wachelke, J. R. (2011). Social representations and applied sciences: The case of HIV prevention. *Temas em Psicologia* (no prelo).

Camargo, B. V., Souza, L. B., Delpizzo, L. R. & Nunes, S. A. N. (1994). Relações entre características dos sujeitos e participação em diferentes públicos dispersos: Estudos exploratórios da recepção de telenovelas, programas matinais de rádio AM e revistas femininas. *Revista Brasileira de Comunicação, 17* (1), 94-109.

Chabrol, J.-F., Flouzar, D. & Camus-Malavergne, O. (1993). Chronologie pour mémoire. *Le Journal du Sida, 57*, 3-6.

Charon, J.-M. & Sauvageau, F. (1991). *L'état des médias*. Paris: La Découverte–Médiaspouvoirs/C.F.P.J.

Doise, W. (1988). Les représentations sociales: un label de qualité. *Connexions, 51*, 99 -113.

Dumazendier, J. (1969). *De la sociología de la comunicación colectiva a la sociología del desarrollo cultural.* Quito: CIESPAL.

Ghiglione, R. (1986). *L'homme communiquant*. Paris: Armand Colin.

Ghiglione, R. (1992). La réception des messages. Approches psychosociologiques. *Hermès. Cognition, communication, politique.* CNRS., *11-12*, 247-264.

Ghiglione, R. & Kekenbosch, C. (1993). La restitution des messages: le message, le récepteur et le média. *Psychologie Française, 382*, 177-194.

Herzlich, C. (1972). La représentation sociale. *In* S. Moscovici (Ed.). *Introduction à la psychologie sociale – 1* (pp. 303-325). Paris: Larousse.

Horkheimer, M. & Adorno, T.W. (1974). *La dialectique de la raison.* Paris: Gallimard.

Jacques, F. (1985). *L'espace logique de l'interlocution. Dialogiques II.* Paris: P.U.F.

Jahoda, G. (2007). *A history of social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jakobson, R.(1973). *Essais de linguistique générale.* Paris: Minuit.

Jensen, K.B. & Rosengren, K.E. (1992). Cinq traditions à la recherche du public. *Hermès. Cognition, communication, politique.* C.N.R.S., *11-12*, 281-310.

Jodelet, D. (1984). Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. *In* S. Moscovici (Ed.). *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: PUF.

Jodelet, D. (1989a). Représentations sociales: un domaine en expansion. *In* D. Jodelet (Ed.). *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.

Jodelet, D. (1989b). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.

Jodelet, D. (1993). Représentation sociale. *In Grand Dictionnaire de la Psychologie* (pp. 668-672). Paris: Larousse.

Jodelet, D. (2008). Social Representations: The beatiful invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *38* (4), 411-430.

Jodelet, D. & Scipion, C. (1992). Quand la science met l'inconnu dans le monde. *In* J. Theys & B. Kalaora (Eds.), *La terre outragée. Les experts formels!* (pp. 210-222). Paris: Autrement.

Jurdant, B. (1975). La vulgarisation scientifique. *La Recherche VI* (53), 141-155.

Katz, E. (1990). A propos des médias et leurs effets. *In* L. Sfez & G. Coutlée (Eds.), *Technologies et symboliques de la communication* (pp. 273-282). Colloque de Cerisy: PUG.

Katz, E. & Lazarsfeld, P. (1955). *Personal influence.* New York: Free Press.

Katz, E. & Liebes, T. (1992). Six interprétations de la série 'Dallas'. *Hermès. Cognition, communication, politique.* CNRS., *11-12*, 125-144.

Klapper, J. (1960). *The effects of mass communication.* New York: Free Press.

Lasswell, H. D. (1960). The structure and function of communication in society. *In* W. Shramm (Ed.). *Mass Communication* (pp. 117-130). Urbana: University of Illinois.

Liebes, T. & Katz, E. (1992). Six interprétations de la série 'Dallas'. *Hermès. Cognition, communication, politique.* CNRS., *11-12*, 125-144.

Lochard, G. & Soulages, J.-C. (1994). Les imaginaires de la parole télévisuelle: permanences, glissements et conflits. *Réseaux*, *63*, 13-38.

Maletzke, G. (1976). *Sociología de la communication social.* Quito: Epoca /CIESPAL.

Mattelart, A. & Mattelart, M. (1986). *Penser les médias*. Paris: La Découverte.

Mehl, D. (1994a). La télévision, le public et l'animateur. *Communication et Langages, 99*, 20-34.

Mehl, D. (1994b). La télévision compassionnelle. *Réseux*, *63*, 101-122.

Morin, E. (1961). L'industrie culturelle. *Communications, 1*, 38-59.

Morin, E. (1986). *Cultura de massa no século XX: O espírito do tempo II (Neurose).* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Morin, E. (1987). *Cultura de massa no século XX: O espírito do tempo I (Neurose).* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public.* Paris: PUF.

Moscovici, S. (1976 [1961]). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1981). *L'âge des foules*. Un traité historique de psychologie des masses. Paris: Fayard.

Proulx, S. (1990). De la métaphore télégraphique à celle de la conversation: représentations du pouvoir des médias et modèles de la communication. *In* L. Sfez & G. Coutlée (Eds.), *Technologies et symboliques de la communication* (pp. 283-297). Colloque de Cerisy: PUG.

Rogers, E. M. (1962). *Diffusion of innovations*. New York: Free Press.

Roqueplo, P. (1974). *Le partage du savoir. Science, culture, vulgarisation*. Paris: Seuil.

Rouquette, M.-L. (1973). Les communications de masse. *In* S. Moscovici, S. (Ed.). *Introduction à la psychologie sociale – 2* (pp. 214-243). Paris: Larousse.

Schiele, B. & Jacobi, D. (1988). La vulgarisation scientifique. Thèmes de recherche. *In* D. Jacobi & B. Schiele, *Vulgariser la science. Le*

16

Cibercultura: uma nova “era das representações sociais” ?

Alda Judith Alves Mazzotti
Pedro Humberto Faria Campos

Universidade Estácio de Sá

Introdução(1)

Em janeiro de 2011, o mundo acompanhou, entre incrédulo e atônito, o desenrolar de uma insurreição popular na Tunísia que, deflagrada pelo sacrifício do jovem tunisiano Mohamed Bouazizi(2), levou milhares de manifestantes às ruas, conseguindo o improvável: encerrar, em poucos dias, 23 anos da ditadura de Ben Ali. Em sequência, movidos pelo sucesso da revolução tunisiana, manifestações de rua, protestos e atos de desobediência civil ocorreram no Egito provocando a queda de Mubarack, que há 30 anos impunha o único regime que a vasta maioria dos jovens manifestantes havia vivenciado em seu país. Mais recentemente, manifestantes saíram às ruas na Líbia, ameaçando a ditadura de Kadafi, e também no Iêmen, Argélia, Jordânia, Bahrain e Omã. Mas, após tantos anos de aparente passividade e desamparo, o que favoreceu e sustentou essas mobilizações?

_____

(1) Na Tunísia, os *bloggers*, driblando os censores e os instrumentos controlados pelo Estado, exibiam fotos e vídeos feitos por celulares mostrando as mortes de manifestantes, o que deu inicio à revolta nacional.

(2) Mohamed Bouazizi, de 26 anos, vendedor ambulante de frutas e verduras que, impossibilitado de continuar pagando propinas aos fiscais, acabou tendo sua mercadoria e sua balança confiscadas. Desesperado por não ter como sustentar sua família, o rapaz ateou fogo ao próprio corpo.

Parece não haver dúvida de que as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) —em especial, as redes sociais— tiveram um papel fundamental nesses movimentos, razão pela qual eles passaram a ser chamados de revoluções cibernéticas, ou ainda, revoluções do *Facebook*, dos *Twitters*, do correio eletrônico ou dos *blogs*. É claro que todos aqueles países compartilhavam motivos para o início das manifestações, como o desemprego, os baixos salários, a violação de direitos humanos, a violência policial, a corrupção e a concentração de poderes nas mãos de governos totalitários, mas, sem sombra de dúvida, o que mobilizou e sustentou os protestos foram as interações mantidas pelas pessoas na internet.

Castells (2011), renomado cientista social e estudioso da "sociedade em rede", afirmou que as insurreições populares no mundo árabe constituíram a mais importante das muitas transformações que as TIC induziram e facilitaram em todos os âmbitos da vida, marcando um ponto de inflexão na história social e política da humanidade. Ele reconhece que a internet constituiu uma condição necessária, mas não suficiente, pois as raízes da revolta residem na exploração e na opressão. Entretanto, o fato de que ela eclodiu e se alastrou sem ser esmagada de imediato só foi possível graças à densidade e rapidez da mobilização proporcionada pelas

novas tecnologias. E isto é também o que as faz serem tão temidas pelos governos totalitários.

Segundo Castells, esse novo cenário de comunicação globalizada, em rede e que se nutre da colaboração de milhões de usuários, não é apenas uma ferramenta mais potente à nossa disposição. Ela transformou a comunicação interpessoal e mudou a nossa maneira de viver, pois ninguém que está inserido diariamente nas redes sociais (este é o caso de 700 mil dos 1, 2 milhões de usuários) continua sendo a mesma pessoa. Para Castells, a internet é o espaço social do nosso mundo, um lugar híbrido, construído na interface entre a experiência direta e a mediada pela comunicação e, sobretudo, pela comunicação na internet.

Diante da força da cultura digital, ou cibercultura, de seu impacto nas condutas de indivíduos e grupos, consideramos necessário refletir sobre o fenômeno das representações sociais (RS) neste novo cenário tão complexo e tão distinto daquele no qual a obra seminal de Moscovici foi gestada. E foi essa mesma obra que nos inspirou a propor estas reflexões. Lembremos que Moscovici inicia sua elaboração teórica retomando o conceito de representação coletiva, proposto por Durkheim, e mostrando que este se referia a uma classe muito genérica de fenômenos psíquicos e sociais, englobando os referentes à ciência, aos mitos e à ideologia. Entretanto, diz Moscovici, na medida em ele não explica “a

pluralidade de modos de organização do pensamento, mesmo que sejam todos sociais, a noção de representação perde sua nitidez" (Moscovici, 1976, p. 40). Além disso, para Moscovici, outra razão para o abandono da noção de representação coletiva foi o fato de que esta era muito estática, o que correspondia à força das regulações do comportamento presentes nas chamadas sociedades primitivas, mas tornava-a inadequada ao estudo da sociedade da época (final da década de 50 do século passado), dotada de "sistemas muito heterogêneos, políticos, filosóficos religiosos, artísticos" (p. 42), e de modos de controle menos rígidos. E finaliza: temos que encarar a representação social como uma formação "própria de nossa sociedade, de nossa cultura" (p. 43).

Assim, propomos centrar nossa reflexão em dois pontos:

1. A cibercultura é, de fato, uma cultura, que produz e compartilha informações, crenças, significados, valores, atitudes e modelos de comportamento?
2. As redes sociais online propiciam interações significativas, instituindo e partilhando significados e orientações para a ação que contribuem para a construção de RS?

Para responder a essas questões, dividimos o restante deste capítulo em cinco seções. Na primeira, apresentamos o que se

entende por cibercultura. Na segunda, analisamos o conceito de cultura que pode ser depreendido da obra pioneira de Moscovici. Na terceira, tomamos algumas definições das RS como fenômeno cultural, comparando-as com o que ocorre na cibercultura. Na quarta, focalizamos as redes sociais procurando mostrar características que favorecem diversos tipos de interação e mútuas influências. Finalmente, na quinta, dedicada às considerações finais, procuramos sintetizar argumentos que sustentem a alegação de que a cibercultura pode ser vista como uma nova estrutura cultural, e as redes sociais online como um equivalente funcional dos grupos no estudo das RS.

A cibercultura como formação tecnológica e cultural

É um equívoco recorrente identificar a ideia de cibercultura com o uso do computador e da internet. Na verdade, nas últimas décadas, convivemos com computadores pessoais, mas também com telefones celulares, câmeras digitais, aparelhos de DVD, cartões magnéticos, gerando novos padrões de comportamento que se distinguem nitidamente dos anteriores, superando muitos daqueles engendrados no contexto das tecnologias analógicas e dos meios de comunicação de massa. O uso da voz via computador, por exemplo, rompe com a exclusividade da linha telefônica; interfaces como o

Skype e *Messenger*, além de facilitarem as comunicações telefônicas, permitem a conversa simultânea de várias pessoas e uso da webcam, que nos deixa ver nossos interlocutores. Presentes principalmente nas cidades, mas também no campo, essas tecnologias tomaram o cotidiano de instituições de ensino, indústrias, estabelecimentos comerciais, bancos, escritórios, organizações diversas e lares, provocando transformações significativas que desenham uma nova cultura.

Qualquer que seja o nome que se dê ao espírito do nosso tempo —"sociedade informática" (Shaff, 1995), "era digital" (Santaella, 2001), "sociedade em rede" (Castells, 2000), ou "sociedade do conhecimento" (Drucker, 1994)—, o que está sendo apontado é o fato de que o homem contemporâneo está inexoravelmente inserido na cibercultura (Santos & Silva, 2009). Esse fenômeno corresponde ao impacto das tecnologias digitais de informação e comunicação nas sociedades contemporâneas, que oferecem ao sujeito novas formas de ocupar suas horas de lazer, de se relacionar, de trabalhar, de adquirir e comunicar conhecimentos, de manifestar sua individualidade e criatividade de diversas maneiras, reconfigurando significativamente a vida cotidiana.

As contínuas sofisticações técnicas dos meios de comunicação e a vulgarização dos computadores, aliadas à rápida e crescente difusão da internet, foram responsáveis pelo surgimento do

ciberespaço: o espaço das comunicações online. O ciberespaço é fruto não somente das redes de computadores, mas também das redes sociais que se apropriam dos computadores e de outras tecnologias em uma relação de interdependência. Nesse sentido, as TIC digitais não são apenas ferramentas para se obter informações e ampliar a comunicação; elas constituem mecanismos estruturantes de novas formas de pensar (Pretto, 2008), fazendo convergir linguagens e mídias que potencializam os processos comunicacionais e promovem redes de colaboração. Não se trata, portanto, de uma cultura restrita ao ciberespaço, estando tão presente nas atividades humanas que o termo cibercultura tem sido usado como sinônimo de cultura contemporânea ou pós-moderna (Felinto, 2008).

Para Lemos (2004), a cibercultura potencializa aquilo que é próprio de toda dinâmica cultural, a saber, o compartilhamento, a cooperação, a apropriação dos bens simbólicos, na medida em que põe em sinergia processos de modificação criativa de obras, dadas as características da tecnologia digital em rede. Esses processos são conhecidos como *copyleft*, em oposição à lógica proprietária, centralizadora e fechada do copyright, que domina a dinâmica sociocultural dos meios de comunicação de massa. Para Lemos, mais do que uma nova mídia, devemos pensar o ciberespaço como uma incubadora midiática, onde novas formas comunicativas –como

chats, ICQ, fóruns, *blogs*, *weblogs, fotologs*, mensagens SMS, jogos eletrônicos, além de redes sociais (o *Facebook*, o *Orkut* e o *Twitter*, entre outros) – surgem a cada dia. Nesse sentido, pode-se afirmar que o ciberespaço oferece o que há de mais rico na dinâmica identitária de qualquer cultura, uma vez que a identidade e a cultura de um povo são especificidades que emergem de mútuas influências.

Podemos, ainda que de modo provisório, adotar uma definição de cibercultura como uma ambiência produtora de conhecimentos (informações, crenças, significados, valores), condutas (práticas, atitudes) e tecnologias derivadas (como uma "incubadora"). Trata-se do espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de criação coletiva de conhecimento e arte característica do século XXI (Costa, 2005; Felinto, 2008; Matrix, 2006).

Assim, podemos destacar, entre suas principais características:

1. estreita convergência entre as formações culturais e o aparato tecnológico; este aparato formata a inserção dos indivíduos no ciberespaço e suas possibilidades interativas e criadoras;

2. "liberação da palavra" (Lemos, 2006; Lévy, 1999) pela livre expressão da opinião via *web* (redes sociais, emails, *blogs*, *podcasting*), retirando das mídias de massa o monopólio da formação da opinião pública e da circulação de informação;

3. caráter híbrido das práticas e das interações, pela reconfiguração de práticas e modalidades midiáticas sem substituição de seus respectivos antecedentes, ou seja, uma nova mídia não substitui as anteriores;

4. relativização dos limites do tempo e do espaço;

5. aceleração do processo de criação de novas ficções, narrativas que recriam a percepção do mundo e sustentam identidades subjetivas e coletivas e a visão de mundo (Coyne, 2001); ao mesmo tempo que todas estas novas formações culturais ou "novas ficções" são infiltradas por mitos arcaicos (Tofts, Johnson & Cavallaro, 2004);

6. dado o caráter de imersão do sujeito, produz-se uma dificuldade em separar o que é ficção (criada por ele, ou por outro usuário ou membro de rede) do que é a realidade, efeito já existente na televisão (Thompson, 1999; Lipovetsky & Serroy, 2011), mas que é potencializado no ciberespaço;

7. modificação radical do modelo clássico da comunicação baseado no esquema emissor-mensagem-receptor: o computador *online* é um sistema aberto que permite autoria e cocriação na construção do conhecimento e na troca de informações diversas, graças à passagem da lógica da transmissão, baseada no modelo

“um-todos”, para a lógica da interatividade, da comunicação “todos-todos” (Silva, 2010).

Vejamos, a seguir, porque consideramos que a cibercultura pode ser vista como uma nova estrutura cultural, compatível com as concepções de cultura que podem ser depreendidas do trabalho original de Moscovici.

O conceito de cultura na obra de Moscovici

O livro *La Psychanalyse, son image et son public* não é um tratado sobre o conceito de cultura e não se propõe a isto. Todavia, essa obra está repleta de referências à dinâmica social, às formas de interação social, à estrutura da sociedade e às formações culturais. Assim, mesmo não apresentando uma teoria da cultura, o livro inaugural de Moscovici revela uma concepção particular de cultura. Antes de examinarmos essa concepção, retomando alguns extratos que consideramos sugestivos, cabe esclarecer que tivemos o cuidado de não buscar uma rotulação da teoria das representações sociais (TRS), situando-a em um determinado marco sociológico da cultura, embora façamos algumas comparações com outros autores.

Em uma das primeiras vezes em que procura expor a noção de RS (e ele o faz de muitas maneiras ao longo do livro), Moscovici (1976) escreve:

> Nós sabemos que elas correspondem de uma parte, à substância simbólica que entra na [sua] elaboração, e de outra parte, à prática que produz esta mesma substância, assim como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica ou mítica. (p.39)

Aqui, de forma explícita, ele define as RS como formas simbólicas cujo funcionamento é similar ao de outras formas simbólicas (ele se refere especificamente à ideologia, à religião, aos mitos, à ciência e, algumas vezes à noção de visão de mundo). Como formas simbólicas, as RS não estão descoladas do universo exterior dos indivíduos e grupos, ou seja, elas não estão em ruptura com as estruturas sociais:

> Logo de início, nós consideramos que não há ruptura predeterminada entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), que sujeito e objeto não são forçosamente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito em um contexto ativo, em movimento, posto que ele é parcialmente concebido pela pessoa e a coletividade (Moscovici, 1976, p. 46).

Na concepção apresentada, as formas culturais participam do mundo do discurso, reforçando seu caráter de forma simbólica. A posição do autor quanto à dinâmica entre grupos e RS, entre coletividade e formas simbólicas, aponta para a concepção de cultura presente na obra como um operador conceitual (Moscovici, 1976, p. 50-51).

Em trabalho posterior (Moscovici, 2003), o autor destaca que as RS são expressivas: elas demarcam a identidade dos grupos, orientam a formação de estereótipos referentes a outros grupos e indicam a posição social de cada um deles por meio dos significados que carregam. Além disso, elas são prescritivas, permitem a leitura das situações, indicando aspectos relevantes e orientando o julgamento e a decisão sobre as ações desejáveis, ou seja, elas prescrevem as condutas adequadas, aceitas ou intoleráveis. São, portanto, formas culturais simbólicas, padrões organizados de significados historicamente produzidos, coletivamente partilhados, associados a processos sociocognitivos e em interação com as estruturas sociais.

O leitor desatento pode cair na armadilha de pensar que, dado o reconhecimento explícito da herança de Durkheim, a visão de cultura presente na TRS seria, também, tributária das posições durkheimianas. Para este autor, as formas simbólicas predominam sobre as estruturas, dado que elas formatam o funcionamento social, as instituições e as condutas; trata-se do princípio da "primazia do social" (Durkheim, 1967). Moscovici, ao contrário, nos aponta uma visão dinâmica, interativa, acerca da relação entre formas simbólicas (ideologia, mitos, conhecimento científico, RS, crenças religiosas e outras) e as estruturas sociais, destacando-se aí os grupos e as instituições. Para ele, o problema maior de Durkheim neste ponto

não foi o de estabelecer a vida social como condição para todo pensamento organizado existente nos fenômenos culturais, nem a posição recíproca, que foi o principal investimento daquele autor: a de demonstrar como as formas coletivas de pensamento moldavam o universo psicológico dos indivíduos. Para Moscovici, a principal lacuna no pensamento durkheimiano foi não abordar a pluralidade dos modos de organização do pensamento social, deixando escapar sua natureza dinâmica nas diferentes interações com as diversas estruturas do social. Ao desconsiderarmos as diversas formas de interação que ocorrem no ciberespaço não estaríamos também deixando escapar a natureza dinâmica e a pluralidade dos modos de organização do pensamento social?

A concepção de cultura de Moscovici parece se aproximar de Geertz (1973), que dá ênfase às formas simbólicas, instituindo o que ele chamou de concepção semiótica da cultura, que corresponde ao padrão de significados incorporados nas formas simbólicas. Este padrão inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, graças aos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham informações, experiências e crenças. A concepção de cultura presente em *La Psychanalyse, son image et son public* converge em outro ponto importante com a concepção semiótica: as formas simbólicas (no caso, as RS) expressam conjuntos de significados historicamente construídos e partilhados. Coloca-se,

então, a questão: como a parte não-simbólica da cultura (estruturas sociais) se relaciona com as formas veiculadas por signos?

Retomemos a concepção de Thompson (1999), que define os fenômenos culturais como formas simbólicas em contextos estruturados. Tal concepção inscreve as formas simbólicas nas estruturas sociais, que passam a ser vistas como condições de produção das próprias formas simbólicas, o que resulta em uma exigência essencial para o estudo dos fenômenos culturais: a necessidade de tomar o funcionamento das estruturas sociais (como os grupos e as instituições) como um dos elementos essenciais de sua interpretação.

A concepção de cultura presente na obra inaugural de Moscovici também se aproxima de Lévy-Strauss (1974), na qual a interpretação de qualquer signo ou manifestação cultural depende de um sistema de representações. Esse sistema de representações tem ligação estreita com as relações sociais que o sustentam, do mesmo modo que é “impossível conceber relações sociais fora de um meio comum que lhes sirva de sistema de referência” (p. 344).

Concluindo, o que se buscou evidenciar aqui é que, desde o início, a concepção de cultura que subsidia a TRS põe em relevo o fato que a relação entre estruturas sociais e representações, tomadas como formas simbólicas, é dinâmica. O que nos leva a

sugerir que mudanças significativas, operadas pela cibercultura nas instâncias do social (grupos, comunidades, organizações, instituições), podem estar gestando uma nova "era das representações sociais".

As representações sociais como fenômeno cultural

O conceito de RS é definido por Moscovici (1976) como uma forma simbólica, um fenômeno cultural que é próprio da sociedade de seu tempo. Não resta dúvida, portanto, que as RS são fenômenos culturais, porém, o que marca sua natureza distinta de outras formas simbólicas pertencentes ao que ele chama de *pensée sociale*, é sua gênese associada à difusão do conhecimento científico na vida social e ao fato de constituírem o equivalente do senso comum nas sociedades contemporâneas. Trata-se

> (...) da formação de outro tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios, em um contexto social preciso. (...) Ele participa então da homeostase sutil, da cadeia de operações pelas quais as descobertas científicas transformam seu meio e se transformam ao atravessá-lo, produzem as condições de sua própria realização e de sua renovação. Tendo por pano de fundo **a mudança histórica decisiva na gênese do nosso senso comum**, que não é o contágio das idéias, a

> difusão de átomos de ciência ou de informação que nós observamos, mas precisamente o movimento no curso do qual eles são socializados (Moscovici, 1976, p. 25, grifos nossos).

Esta apropriação e reconstrução do conhecimento científico na vida cotidiana só se torna possível na medida em que a ciência passa a ocupar o seu lugar atual na estruturação da sociedade e em sua formação cultural. Nesse sentido, as RS são um fenômeno "próprio da nossa sociedade, da nossa cultura" (...) "elas constituem uma organização psicológica, uma forma de conhecimento particular da nossa sociedade, irredutível a nenhuma outra" (Moscovici, 1976, p.43).

Se as RS são uma manifestação própria da cultura de uma sociedade, "irredutível a nenhuma outra", cabe, então, indagar: não seria necessário repensá-las quando essa cultura sofre transformações profundas nas relações sociais e na vida cotidiana das pessoas, como as que estão ocorrendo na cibercultura?

Ao justificar a necessidade do conceito de representações sociais em substituição ao de representações coletivas, Moscovici o faz inscrevendo esse fenômeno na sociedade de seu tempo, argumentando que esta diferia claramente daquela analisada por

Durkheim em dois aspectos essenciais: o número crescente de novas informações científicas e tecnológicas, e a rapidez com que elas são difundidas graças à evolução dos meios de comunicação de massa. Cabe lembrar que a mídia em questão é a do final dos anos 50, quando nem sequer a televisão estava popularizada! A distância entre as duas épocas comparadas por Moscovici nos parece muito semelhante à que separa o período de gestação e emergência da TRS das sociedades contemporâneas, imersas na cibercultura.

Se as RS surgem como um fenômeno importante, dada a aceleração dos processos de criação e difusão da informação na virada da década de 50, o que dizer da cibercultura, quando essa aceleração torna-se exponencial? Não estaríamos vivendo uma nova inflexão, uma “mudança histórica decisiva” na construção do nosso senso comum?

Não queremos com isto dizer que a TRS não seja mais adequada ao estudo do senso comum em nosso tempo. Ao contrário de Durkheim, Moscovici, ao propor sua teoria a dotou de um dinamismo que supõe a necessidade de adaptações em decorrência de mudanças sociais significativas. O que sugerimos aqui é uma ampliação de seu escopo, de modo a abarcar fenômenos que ocorrem na cibercultura.

Assim, retomamos, a seguir, algumas afirmações acerca das RS presentes na obra seminal de Moscovici, buscando refletir como essas premissas se aplicariam ao contexto da cibercultura.

As representações sociais como preparações para a ação.

Para sustentar que as representações são uma preparação para a ação, Moscovici argumenta que, ao orientar as condutas, elas já as justificam:

> (...) se uma representação social é uma 'preparação para a ação', ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. Ela consegue dar sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações às quais está ligado seu objeto (Moscovici, 1976, p. 47).

Também na cibercultura os conhecimentos e informações são apropriados e reconstruídos coletivamente, preparando e justificando a ação. Isto é válido tanto para a comunicação na rede quanto para efetivamente participar de ações, que podem variar desde a organização de uma festa beneficente às grandes manifestações, eventos de massa, como nas "revoluções cibernéticas" citadas no início deste texto. Lembremos que, como foi mencionado, que durante a mobilização, as redes exibiam fotos e vídeos feitos por celulares mostrando morte de manifestantes.

A reconstrução do conhecimento pelos sábios-amadores

Ao explicar como se formam as RS, Moscovici (1976) afirma que o “homem comum” junta, mais ou menos aleatoriamente, conversas ouvidos num café, artigos de jornal, o que leu num livro ou ouviu de um especialista. Diz ele:

> Nada nos impõe a prudência do especialista, nem nos impede de juntar os elementos mais díspares que nos são transmitidos (...) A finalidade não é fazer avançar o conhecimento, ‘é estar por dentro’, ‘não ser ignorante’, ficar fora do circuito coletivo (p. 53).

Esta poderia ser uma descrição do usuário típico da internet, que frequenta chats e discute temas em comunidades de interesse específico, zapeia por blogs e sites, e junta as informações sem muito critério.

Rheingold (1996) aborda a questão do excesso de informação que caracteriza a web, chamando a atenção para o aumento incessante da sinergia das interações online pelo crescimento incontrolável do “capital social”(3) dos indivíduos nos grupos ou redes. Mas esse autor já detectava na jovem web a existência de “contratos sociais informais (...) que nos permitem agir como agentes inteligentes uns

_____

(3) Bourdieu e Wacquant (1992, p. 14) definem capital social como “a soma de recursos, reais ou virtuais, acumulados por um indivíduo ou grupo em virtude de possuir uma rede durável de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de conhecimento e reconhecimento mútuo”.

para os outros” (p. 82), favorecendo a reapropriação e reconstrução dos conhecimentos.

Ainda descrevendo esse trabalho, “mil vezes começado e repetido”, de colagem e reconstrução de significados que dá origem às RS, Moscovici (1976), observa:

> O espírito que aí está em ação transforma os membros da sociedade numa espécie de ‘sábios amadores’. Como os ‘curiosos’ e os ‘virtuoses’ que, em séculos passados, povoaram academias, sociedades filosóficas e universidades populares, cada um procura manter contato com as idéias que pairam no ar e responder às interrogações que nos atormentam (...) O importante é poder integrá-los num quadro coerente do real ou adotar uma linguagem que permita falar daquilo de que todo mundo fala. Esse duplo movimento de familiarização com o real, pela extração de um sentido ou de uma ordem através do que é relatado e pela manipulação dos átomos de conhecimento dissociados de seu contexto lógico normal, desempenha um papel capital (p. 53).

O “espírito” aí citado é resultante da exposição cotidiana do sujeito a novas informações e à necessidade de integrar o objeto (“*maîtriser l´objet*”) no seu sistema cognitivo e nas condutas. A ciência bombardeia o cotidiano do sujeito que se empenha em transformar esses conhecimentos “estranhos” em algo familiar, integrado em seu sistema de teorias explicativas do real. Na cibercultura, a quantidade de “idéias que pairam no ar” sobre um dado tema é imensa, exigindo dos sujeitos um trabalho cognitivo mais complexo para “integrá-los num quadro coerente”. Por outro lado, ao ser socializado em uma rede social, a informação reconstruída retorna imediatamente à sua fonte original, transformando não somente seu conteúdo, mas também sua linguagem pelas possibilidades de coconstrução que essas redes oferecem. Nesse sentido, a cibercultura, está plena de sábios amadores, que “pesquisam”, discutem e formulam “teorias”.

Assim, podemos conceber a cibercultura como uma formação cultural propícia à produção não somente de informações, imagens, opiniões, atitudes e julgamentos sobre objetos, mas, também, de teorias. Tomemos o exemplo do *bullying*. No meio científico o termo designa atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo (ou grupo) incapaz de se defender. A partir do impacto de um massacre ocorrido

recentemente numa escola no Rio de Janeiro, rapidamente se criaram e circularam na internet diversas "teorias" sobre o *bullying*, "explicando" aquele e vários outros eventos similares. De modo espetacular, estas "teorias", que podemos chamar de representações sociais, foram veiculadas na forma de entrevistas de supostos especialistas e artigos de jornal, que não são fruto de pesquisa científica, mas de compilações de informações, a maioria delas recolhida na... internet!

Redes online podem ser consideradas grupos sociais?

Certamente as redes sociais são o aspecto "instituído" da cibercultura que mais interessa aos pesquisadores em RS. Segundo a Wikipédia,

> Uma rede social é uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. (...) Muito embora um dos princípios da rede seja sua abertura e porosidade, por ser uma ligação social, a conexão fundamental entre as pessoas se dá através da identidade. (...) Não é um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança e lealdade, o qual é

> permanentemente mantido e renegociado pela rede de comunicações.

Desde a virada do século, o número de pessoas conectadas às redes sociais online tem crescido exponencialmente. Um levantamento feito em dezembro de 2008 pelo *Pew Internet Project* constatou que 35% dos usuários adultos da internet e 65% dos usuários adolescentes, nos EUA, têm um perfil em uma rede social (Lenhart, 2009). Para participar de uma rede social, basta acessar o site, se apresentar por meio de um perfil e indicar amigos com os quais pretende interagir. Uma vez cadastrado, o sujeito pode inserir informações pessoais, fotos, vídeos, anexar novos amigos, ver os perfis dos amigos e dos amigos dos amigos, postar comentários nas páginas dos outros, indicar uma lista de comunidades às quais deseja filiar-se, ou criar uma nova comunidade. As comunidades de interação abordam um tema específico e os usuários interessados nesse tema podem filiar-se para discutir assuntos pertinentes e compartilhar experiências. Nessas comunidades, nas quais interagem pessoas conhecidas e desconhecidas, o grupo define as regras para filiação e os assuntos a serem discutidos, e avalia as contribuições postadas, definindo o que é relevante (Santos Junior & Mantovani, 2010).

Facebook, Twitter e Orkut são alguns exemplos de redes que contam com milhões de usuários. Pesquisadores, publicitários e ativistas políticos veem essas redes "como uma representação de interações sociais que podem ser usadas para estudar a propagação de idéias, a dinâmica de laços sociais, e o marketing viral, entre outros" (Huberman, Romero & Wu, 2009). Pesquisas acadêmicas sobre as redes têm focalizado questões relativas à identidade, autoestima, privacidade, confiança, bem como à acumulação de capital social. A noção de capital social, como já foi mencionado, se refere à habilidade dos indivíduos para interagir com pessoas, constituindo uma rede durável de relacionamentos que implicam conhecimento e reconhecimento mútuos. A noção de capital social, central no estudo das redes, é de especial interesse para o estudo das representações sociais, na medida em que permite uma estimativa do grau de compartilhamento de um determinado significado.

Dentre as redes sociais, o *Facebook* vem se destacando como uma rica fonte de estudo para pesquisadores interessados nas interações mantidas nas redes, graças aos seus padrões de uso e aos recursos tecnológicos que oferecem. Estudo realizado por Ellison, Steinfield e Lampe (2007) examinou a relação entre o uso do *Facebook* e a formação e conservação de capital social. Análises de regressão conduzidas com os resultados obtidos com estudantes de

graduação (N = 286) indicaram forte associação entre o uso do *Facebook* e a formação de capital social.

Tong, Heide, Langwell e Walther (2008) consideram que o *Facebook* é um espaço particularmente frutífero para pesquisadores interessados na comunicação entre os participantes, uma vez que esta rede se dedica especialmente a buscar e manter relações e a formar e gerenciar impressões entre os participantes. Todos os membros de um grupo podem interagir em um bate-papo do grupo, independentemente de serem amigos confirmados ou não. Os participantes podem também criar e compartilhar documentos com seu grupo. Estes podem ser visualizados e editados de forma colaborativa, uma vez que qualquer de seus membros pode, a qualquer momento, adicionar ou remover partes do documento. O usuário típico do *Facebook* passa cerca de 20 minutos por dia no site e dois terços dos usuários se conectam pelo menos uma vez por dia (Ellison et al, 2007).

Outra faceta que torna *Facebook* particularmente atraente para os pesquisadores é a existência de aplicativos que podem ser instalados para interações focadas em perguntas e respostas (Q&A sites). As perguntas podem ser dirigidas a um determinado tipo de pessoa ou para a rede inteira. O *Collabio* é um programa do *Facebook* criado para facilitar a identificação de pessoas com um determinado tipo de conhecimento ou área de especialidade, o que ajuda o usuário interessado em fazer perguntas dirigidas a um determinado tipo de pessoas. As perguntas podem ser conversacionais, isto é, feitas com a intenção de animar uma

discussão ou informacionais, quando solicitando dados específicos (Morris, Teevan & Panovich, 2011).

Com o surgimento da Web 2.0 ampliaram-se significativamente as possibilidades de interação nas redes sociais(4). A Web 1.0 é mais identificada com o "portal" e com o "site" por onde o internauta navega, baixa ou troca arquivos, cria conteúdo, encontra interlocutores. Na Web 2.0 ganham destaque os blogs e as redes sociais cocriados com a finalidade de permitir a liberação da palavra, o compartilha-

---

(4) A Wikipedia define a Web 2.0 como "a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva" http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0#. (Acesso em 20/04/2011).

mento e a colaboração, favorecendo o uso globalizado das mídias sociais(5) e das redes sociais. É possível, mesmo sem conhecimentos de programação, criar um blog para expor ideias, apresentar um conteúdo, integrar-se a uma rede social e interagir em uma comunidade. O fórum também é amplamente utilizado para discussão de temas de interesse comum. A participação no fórum facilita a expressão de ideias, pensamentos e sentimentos em mensagens compartilhadas com os demais usuários. Uma comunidade mantém-se coesa pelo conhecimento que constrói coletivamente, compartilhando crenças, experiências, e formas de solucionar problemas. Essa busca por identidade do participante com a comunidade, bem como reconhecimento por suas habilidades pelo grupo, o leva a tornar-se cada mais engajado, mais integrado à comunidade (Santos Junior & Mantovani, 2010).

O grupo como produtor de representações sociais

No livro *La Psychanalyse, son image et son public* duas estruturas são discutidas de maneira recorrente: o grupo e a instituição. Pode-se ainda notar que, de um lado, Moscovici vincula a produção das RS aos grupos e suas práticas; con-tudo, de outro lado, em sua pesquisa sobre as representações veiculadas pela imprensa, são as instituições que ocupam o primeiro plano. A leitura daquela obra nos permite dizer que, de algum modo, grupo e "instituições" aparecem

---

(5) "Mídias sociais podem ter diferentes formatos como blogs, compartilhamento de fotos, videologs, scrapbooks, e-mail, mensagens instantâneas, compartilhamento de músicas, crowdsourcing, VoIP, entre outros" http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADdias_sociais (Acesso em 17/05/2011).

como intercambiáveis em vários trechos, de onde podemos supor que o segundo termo é utilizado em referência a sua dimensão "informal", ou ainda que esteja implícita a noção de que as instituições são habitadas por indivíduos e grupos. Diz Moscovici (1976):

> Resta agora acrescentar um último elo à corrente. A saber, o elo do sujeito, daquele que se representa. Pois, em definitivo, o que está frequentemente ausente do objeto –e torna o objeto ausente –, o que determina sua estranheza – e torna o objeto estranho – é o indivíduo ou o grupo. (...) os

> filósofos já compreenderam há muito tempo que toda representação é representação de alguém. (p. 64-65)

E, mais adiante, acrescenta:

> Procuremos, pois, alhures, do lado do processo de produção das representações, um ponto de ataque mais bem definido. E, nessa perspectiva, qualificar uma representação de social equivale a optar pela hipótese de que ela é produzida, engendrada, coletivamente. (p. 76, grifos do autor)

A noção de grupo ganhou *status* de objeto científico na esteira das grandes transformações no mundo do trabalho, na passagem dos séculos XIX ao XX, como herança do esforço de aplicação dos princípios científicos à organização do trabalho. Em seguida às discussões sobre a estrutura informal dos grupos, Lewin conduz os primeiros experimentos sobre seu funcionamento e estabelece as bases para o conceito de grupo psicológico: interdependência de tarefas e interdependência de destinos. Quando Moscovici (1976) aponta o grupo como sujeito das RS, não é exatamente do grupo sociológico que se trata, mas do grupo psicossocial. A noção de grupo, em sua obra pioneira, é marcada por outro referente: os

grupos como a dimensão informal ou flexível das organizações e instituições (Lapassade, 1977).

No que se refere à noção de comunidade, ela aparece geralmente identificada com a vida comunal no medievo, amparada em três âncoras: referência a um local geográfico de nascimento e vida, a existência de laços de sangue e a obediência a uma autoridade local, geralmente o senhor feudal ou equivalente. Sob o impacto dos estudos sobre pós-modernidade, globalização e cibercultura, a noção foi retomada, recebendo várias definições, muitas das quais claramente conflitantes. Baumann (2004), por exemplo, analisa o que chama de “comunidades guarda-roupa”, às quais o sujeito adere para acalmar a necessidade de vínculo. São redes de curta duração e poucos compromissos para o ingresso, como identidades *prêt-à-porter*, cujo engajamento é muito fácil, porém a exclusão ou rejeição também o são. A noção de comunidade é caracterizada por compromissos de longo prazo, relações relativamente estáveis que dão suporte a identidades estabilizadas. Por isto o autor defende o retorno do interesse no estudo das comunidades, uma vez que, dentro ou fora da cibercultura, a “pós-modernidade” favoreceria a fragilização dos vínculos.

Wellman e Berkowitz (1988), ao comparar as comunidades contemporâneas com os supostos bons tempos afirmam que muitas

concepções de comunidade atuais sofrem de uma “síndrome pastoral”, sustentando que o tamanho, a densidade e heterogeneidade das cidades contemporâneas têm alimentado laços superficiais, transitórios, especializados e desconectados nas vizinhanças, características estas que são transferidas para as comunidades online. Esses autores propõem outro conceito de comunidade, que parte do princípio de que estamos associados em redes, mas por meio de comunidades pessoais. E acrescentam que muitos analistas se enganam porque, enquanto a maioria das pessoas sabe que elas próprias possuem laços comunitários significativos, “elas com freqüência acreditam que muitas outras não os têm” (p. 123).

De acordo com Costa (2005), as análises recentes de redes apontam para o fato de que o surgimento de novas formas de comunidade, com diferentes formas de associação, traz a necessidade de uma mudança nesse conceito. Para esse autor,

> se focarmos diretamente os laços sociais e sistemas informais de troca de recursos, ao invés de pensarmos em pessoas vivendo em vizinhanças e pequenas cidades, teremos uma imagem das relações interpessoais bem diferente daquela com a qual nos habituamos. Isso nos remete a uma transmutação do conceito de “comunidade” em “rede social”. (p. 239)

De fato, se voltarmos às definições de rede social aqui apresentadas, veremos que se trata de uma estrutura social composta por pessoas que partilham valores e objetivos, trocam informações, produzem coletivamente saberes e se mantêm conectadas em função de traços identitários comuns, aspectos essenciais à produção de RS. E, como afirma Costa (2005) referindo-se à necessidade de compreender as redes sociais

> (...) todo tipo de grupo, comunidade, sociedade é fruto de uma árdua e constante negociação entre preferências individuais. Exatamente por essa razão, o fato de estarmos conectados uns aos outros implica que tenhamos de nos confrontar, de algum modo, com nossas próprias preferências em sua relação com aquelas de outras pessoas. E não podemos esquecer que tal negociação não é nem evidente nem tampouco fácil. (p. 236)

Considerações finais

No início deste trabalho propusemos centrar nossa reflexão em dois pontos. Inicialmente, indagávamos se a cibercultura era de fato, uma cultura, que institui significados, produz e compartilha informações, crenças, valores, atitudes e modelos de

comportamento. Acreditamos ter oferecido argumentos suficientes para admitir que sim.

Em segundo lugar, perguntávamos se as redes sociais *online* propiciam interações significativas, instituindo e partilhando significados e orientações para a ação que contribuem para a construção de RS, podendo, portanto, ser tomadas como um equivalente funcional dos grupos.

Este é um ponto mais polêmico, uma vez que, embora a noção de rede social implique a existência de uma relação entre seus participantes, estudos têm sustentado que, nas comunidades *online*, as pessoas interagem com muito poucas daquelas declaradas como parte de sua rede. Em outras palavras, um *link* entre duas pessoas não garante que haja, necessariamente, interação entre elas (Recuero, 2005).

De fato, na internet podem ser encontradas inúmeras "comunidades" nas quais basta um clique para solicitar entrada e muitas das conexões encontradas nessas redes são fugazes e superficiais, não refletindo a constituição de laços sociais significativos. No entanto, algumas pesquisas têm mostrado que é possível identificar a rede social "que importa", aquela em que as pessoas se influenciam mutuamente, difundindo ideias, ou partilhando crenças (Huberman, Romero & Wu, 2008).

Assim, há estudos que apontam a existência de núcleos ou subconjuntos nas redes, constituídos de indivíduos que interagem frequentemente, como afirmam Wellman e Berkowitz (1988), sendo que, muitos deles, o fazem no mundo *offline*. A cibercultura, para essas pessoas, é uma extensão e dinamização da sociabilidade. Além disso, vários esforços têm sido feitos para estudar a influência, conceito chave da psicologia social, segundo Moscovici (1994). Cha *et al.* (2010), por exemplo, com base em uma grande quantidade de dados coletados no *Twitter*, mostraram que é possível medir a influência por meio da combinação de três indicadores: número de pessoas que seguem um usuário; número de vezes que outros reenviam um *tweet* do usuário; e o número de vezes que outros mencionam o nome do usuário. Em suma, há hoje diversas formas de se captar, ou mesmo mensurar a intensidade de interação e a reciprocidade das trocas em uma rede social. Lembremos, ainda, que grupos de amigos, de apoio, associações religiosas, de bairro, de trabalho, ou outras potencializam suas interações utilizando os diversos recursos existentes na cibercultura, dos *emails* e celulares até redes sociais *online* criadas justamente com a finalidade de abrigar esses grupos. Deste modo, o grupo recebe influências sobre suas representações e sobre seu próprio funcionamento, e tende a crescer rapidamente, o que evidencia que a cibercultura aumentou a

probabilidade de um pequeno grupo se tornar uma “comunidade” maior (Putnan, 1999).

Ainda com relação ao debate sobre se as comunidades *online* constituiriam, de fato, grupos, cabe lembrar que este mesmo questionamento foi feito por Harré (1989) com relação aos grupos *offline*. Para este autor, a afirmação de que a representação é social por ser partilhada por um grupo só se aplicaria a grupos reais, ou seja, aqueles em que seus membros se intercomunicam, desempenham papéis e têm entre si relações de compromisso, o que não era o caso de grande parte das pesquisas no campo das representações sociais. Estas trabalhariam com o que ele chamou de “grupos taxonômicos”, criados pelo pesquisador e constituídos por “um agregado de pessoas ligadas pela simples semelhança de suas crenças” (Harré, 1989, p.131).

Em resposta a esta questão, Codol (1988) pondera que cada indivíduo se apropria, atualiza e expressa as formas sociais das culturas e dos grupos em que está inserido, sendo, portanto, perfeitamente legítimo tentar captá-las nas falas e condutas individuais. Poderíamos acrescentar que, ao trabalhar com grupos taxonômicos, a identificação de regularidades intragrupo e diferenças intergrupo, com relação à representação do mesmo objeto, é uma evidência de que essas representações são partilhadas no âmbito de cada um daqueles grupos (Alves-Mazzotti,

1994). Pode-se, ainda, como em estudos sobre o imaginário social, partir da existência de um “quadro cultural que matricia a produção imaginativa do grupo” (Teves, 1992, p.17), veiculando significados simbólicos, valores e aspirações sociais sem que haja, necessariamente, interação entre seus membros, como pode ser o caso de muitas redes sociais.

Um último critério, porém não menos importante, para identificar reciprocidade, sinergia ou interação entre os membros de uma comunidade, no nosso caso particular, uma rede social, pode ser encontrado no próprio campo da TRS e se relaciona à noção de homogeneidade da população com relação ao objeto social representado. A abordagem estrutural e a abordagem posicional propõem critérios diferentes, porém não opostos, pois adotam diferentes concepções de consenso. A abordagem estrutural (Abric, 1994; Moliner, 2005) se funda na noção de práticas sociais comuns, coletivas, diretamente vinculadas ao objeto social representado. Para considerarmos a existência de uma RS para um grupo, deve haver consenso interno quanto às crenças acerca do objeto, as quais derivam da natureza da relação do grupo para com o objeto. O critério final para nos assegurarmos deste consenso está na ação do grupo para com o objeto, que denota a referida natureza. Para saber se um grupo é homogêneo, devemos observar suas práticas coletivas, comuns. A RS é concebida como um saber agido.

Já na abordagem posicional ou societal (Doise, 2002; Doise, Lorenzi, Cioldi & Clémence, 1992) o critério é a adesão a um conjunto organizado e historicamente determinado de crenças. Inspirada no princípio de homologia estrutural de Bourdieu, esta perspectiva considera as RS como princípios ideativos capazes de gerar diferentes tomadas de posição. Assim, o consenso não se refere ao pensamento homogêneo de um grupo, mas ao reconhecimento que certas ideias existem na sociedade, sem que cada grupo em particular faça uma adesão consensual a elas. Nesta abordagem, uma RS é uma marca da posição social do grupo na estrutura social.

Assim, não há porque desconsiderar a importância das redes *online* na instituição e/ou propagação de significados largamente partilhados que entram na construção das RS. Vários critérios podem ser usados para identificar as redes em que há interações significativas entre os membros, além de grande facilidade de acesso aos dados, o que tem estimulado psicólogos de outros campos a fazê-lo. Os questionamentos feitos pelos autores citados apontam a necessidade do estabelecimento de critérios na escolha dos grupos em estudo, bem como de obter informações detalhadas sobre os sujeitos envolvidos. Mas esses cuidados valem tanto para os grupos constituídos *online*, como os que aparecem na quase totalidade das pesquisas atuais do campo das representações

sociais, as quais trabalham com “grupos taxonômicos”.

Outro argumento importante para a consideração das redes *online* na pesquisa das RS está relacionado a uma observação feita por Potter e Litton (1985), embora eles estivessem se referindo a grupos “comuns”. Esses autores chamam a atenção para o fato de que, uma vez que os sujeitos pertencem a vários grupos, nada nos garante que eles se identificam com aquele grupo especificado pelo pesquisador, no qual foram incluídos. Considerando que no ciberespaço há “comunidades que importam” e, portanto, podem exercer influência na produção e circulação de RS, pesquisadores do campo das RS que estudam grupos *offline* deveriam, ao estabelecer o “perfil” de seus sujeitos, investigar a natureza e importância relações que eles mantêm na rede, pois não podemos mais supor automaticamente que um morador de uma comunidade local tenha como referência apenas as comunidades locais, uma vez que ele pode estar conectado ou ancorado (no sentido de adesão a crenças e a práticas comuns) a um grupo em qualquer lugar do globo. Pode-se chamar isto de princípio do “reescalonamento” das instâncias do social (Sassen, 2010) ou de conectividade global (Levy, 1999).

Finalmente, concordamos com Costa (2005), que não se pode definir uma relação de comunidade na cibercultura apenas em termos de laços íntimos e duradouros; é preciso ir além para pensar

as novas formas de associação que regulam a atividade humana em nossa época. Estamos conectados com um número cada vez maior de grupos e de instituições, com uma frequência que só faz crescer. Torna-se necessário, pois, compreender melhor a atividade desses coletivos, a forma como comportamentos e ideias se propagam de um ponto a outro do planeta. Somos hoje capazes de encontrar zonas de proximidade onde pareceria impossível: as pessoas compartilham ideias, conhecimentos e informações sobre seus problemas, dificuldades e necessidades que, em muitos casos, não fariam nem em suas relações mais íntimas, justamente pelo fato de que relações mantidas nas redes são, por definição, limitadas no tempo e no espaço.

Referências

Abric, J.-C. (Ed.) (1994). *Pratiques sociale set représentations*. Paris: PUF.

Alves-Mazzotti, A. J. (1994). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Em Aberto*, 14 (61), jan.-mar., 60-78.

Bourdieu, P. & Wacquan, L. (1992). *An invitation to reflexive sociology.* Chicago: University of Chicago Press.

Baumann, Z. (2004). *Identidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Castells, M. (2011). *www.outraspalavras.net*/2011/03/01/castells-sobre-internet-e-insurreicao-e-so-o-comeco. Acesso em 13/03/2011

Castells, M. (2000). *A sociedade em rede*. (tradução: Roneide Venancio Majer, 3ª ed. V.1). São Paulo: Paz e Terra.

Cha, M. et al. (2010). Measuring User Influence in Twitter: The Million Follower Fallacy, 2010 http://twitter.mpi-sws.org/ Acesso em 28/03/2011.

Codol, J. P. (1988). Vint ans de cognition sociale. *Bulletin de Psychologie*, XLII, 472-491.

Costa, R. (2005). Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Botucatu:*

Interface. Acessado em Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, 9 (17), 235-248, mar./ago. .

Coyne, R. (2001). *Technoromanticism: digital narrative, holism, and the romance of the real*. Cambridge: MIT Press.

Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Teoria e Pesquisa*, 18 (1), 27-35.

Doise, W. , Clemence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyse de données*. Grenoble: PUG.

Drucker, P. (1994). A ascensão da sociedade do conhecimento. *Diálogo*, 27 (3), 13-18.

Durkheim, E. (1967). *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris:PUF.

Ellison, N. B., Steinfield, C. & Lampe, C. (2007). The benefits of Facebook "friends:" social capital and college students' use of online social network sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12, 1143–1168.

Felinto, E. (2008). Think different: estilos de vida digitais e a cibercultura como expressão cultural. *Revista FAMECOS*, 37, 13-19.

Geertz, C. (1973). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Harré, R. (1989). Grammaire et lexiques, vecteurs des représentations sociales. In D. Jodelet (Ed), *Représentations sociales: Un domaine en expansion*. Paris: PUF.

Huberman, B.A., Romero, D. M. & Wu, F. (2009). Social networks that matter: Twitter under the microscope. *First Monday*, 14 (1), acesso em http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/2317

Lapassade, G. (1977). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Lemos, A. (2004). Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma "Cultura Copyleft"? *Contemporânea*, 2 (2), 9-22.

Lemos, A. (2006). Les trois lois de la cyberculture. Libération de l'émission, connexion en réseau et réconfiguration culturelle. Sociétés. *Revue des Sciences Humaines et Sociales*, 1, 37-48.

Lenhart A. (2009). Adults and social network websites. *Pew Internet and American Life Project,* January 2009.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.

Lévy-Strauss, C. (1974). A*ntroplogie structurale*. Paris: Librarie Plon.

Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2011). *A Cultura-mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Matrix, S. E. (2006). *Cyberpop: digital lifestyles and commodity culture*. New York: Routledge.

Moliner, P. (Ed.) (2001). *La dynamique des représentations sociales*. Grenoble: PUG.

Morris, R., Teevan, J. & Panovich, K. (2011). What do people ask their social networks, and why? A survey study of status message *Q&A behavior*. http://portal.acm.org/citation.cfm?id=1753587. Acesso em 17/04/2011

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image, son public* (2ª ed., revista). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1994). Influências conscientes e influências inconscientes. In Moscovici, S. (Ed.). *Psychologie social des relation à autrui*. Paris: Éditon Nathan.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Potter, J. & Litton, I. (1985). Some problems underlyng the theory of Social Representations. *Bristish Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.

Pretto, N.L. (2008). Construindo redes colaborativas para a educação. *Revista Fonte/ Prodemge*, 8, 83-87.

Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: america's declining social capital. *Journal of Democracy,* January 1995, 65-78.

Recuero, R. C. (2005). Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no ORKUT e nos Weblogs. *Revista FAMECOS*, 28, 88-106.

Rheingold, H. (1996). *Comunidade virtual.* Lisboa: Gradiva.

Santaella, L. (2001). *Matrizes da linguagem e pensamento*. São Paulo: Fapesp/ Iluminuras.

Santos Junior, D. L. & Mantovani, D. M. N. (2010). Comunicação nas redes sociais: um estudo com os usuários das comunidades do ORKUT. *Análise*, 21(1), 30-41.

Sassen, S. (2010). *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed.

Schaff, A. (1995). *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial* (4ª ed.). São Paulo: Edusp/ Brasiliense.

Silva, M. (2010). *Sala de aula interativa* (5ª ed.). São Paulo: Loyola.

Santos, E. & Silva, M. (2009). O desenho didático interativo na educação online. OEI - *Revista Iberoamericana de Educación*, 49, janeiro-abril. Acessada em http://www.rieoei.org/rie49a11.htm

17

50 anos depois: a “Psychanalyse, son image et son public” na era do Facebook

Annamaria Silvana de Rosa
Faculdade de Psicologia da Universidade de Roma La Sapienza, Itália.
Traduzido por Mariana Bonomo, do original em italiano

1961 – 2011: 50 anos de história de uma ideia “mais do que uma teoria”

50 anos de uma ideia de sucesso – que, sob a forma de uma teoria apresentada em uma obra prima (Moscovici, 1961/1976), gerou um campo transdisciplinar que hoje inclui milhares de publicações, em muitas línguas, disseminadas em todos os continentes – merecem bem mais espaço do que apenas um parágrafo. Na realidade, este será o objetivo do livro já anunciado na série “*Social Representations and Communication: Media and Society*” com o título “A biografia de uma teoria: uma pesquisa meta-analítica sobre o nascimento e a difusão da teoria das representações sociais”, no qual ilustraremos – com análises sustentadas por dados empíricos e científicos – as várias fases em que a ideia foi socializada, para além dos confins da mente de um jovem pesquisador repleto de intuições inovadoras e de seu estreito círculo de colaboradores, para se tornar um terreno

---

(1) Em outros trabalhos, apresentamos uma análise metateórica da primeira e da segunda edição de “La Psychanalyse, son image et son public”. Ver de Rosa, 2011a e 2011c

(2) Inspirada na teoria das Representações Sociais, a série – organizada por de Rosa para Edizioni Unicopli, em cooperação com um conselho editorial composto por Serge Moscovici, Denise Jodelet, Bruno Mazzara, Francesco Colucci (para mais detalhes, ver Anexo A)

de cultivo de uma teoria que, mesmo sendo constitutiva e refundadora da psicologia social, ultrapassou os limites deste campo hibridizando-se e fertilizando todas as ciências sociais.

Nesta seção tentaremos resumir, de maneira sintética, alguns marcos deste extraordinário percurso, que se tornou um fenômeno extremamente fascinante de difusão de uma teoria científica, sobretudo se considerarmos a volatilidade dos microparadigmas que em psicologia surgem e desaparecem em torno de uma década (se têm sucesso!).

Francesca Emiliani e Augusto Palmonari (2009) no capítulo dedicado a *La Psychanalyse, son image et son public,* texto que funda a teoria das representações sociais, reconhecem que

> O livro se propõe a um ambicioso propósito renovador da disciplina. Se depois de quarenta anos (*e já está chegando o seu quinquagésimo aniversário*!) estamos ainda discutindo e refletindo sobre o poder heurístico da teoria que foi delineada neste livro, devemos reconhecer que o autor perseguiu o objetivo de querer redefinir 'os problemas e os conceitos da psicologia social' a partir do fenômeno das representações sociais (p. 37, grifo dos autores)".

Entre outros autores, Ida Galli (2011), no Encontro Internacional por ela organizado em Nápoles, “Celebrações em honra de Serge Moscovici pelo cinquentenário de sua Teoria das Representações Sociais”, nos dias 15 e 16 de 2011, reforça, por sua vez, a sofisticação e a complexidade da Teoria.

Nikos Kalampalikis e Valérie Haas (2008) vão mais longe, afirmando

> Se a teoria das representações sociais encontrou semelhante desenvolvimento dentro e fora da disciplina, é porque foi além de suas fronteiras teóricas iniciais. Isto quer dizer que ela foi além de “uma simples” teoria ou uma “teoria” a mais. Na verdade, o meio século passado provou amplamente que ela *é mais do que uma teoria (...): é um novo mapa do pensamento social.*(p. 450, grifo dos autores)

Sobre este *novo mapa do pensamento social* –traçado a partir da teoria das representações sociais –, várias gerações de pesquisadores orientaram-se não apenas na pesquisa sobre os mais diversos objetos de investigação psicossocial, mas se empenharam também em assinalar novos percursos, elaborando paradigmas e abordagens específicas. Mesmo compartilhando a unidade da inspiração

originária e, portanto, reconhecendo-se na literatura das representações sociais, estas abordagens paradigmáticas – desenvolvidas em um terreno fértil também graças à aversão, de sempre e para sempre, manifestada por Moscovici em relação às formas canônicas ou de ortodoxia intelectual, promovendo inovação e autonomia, para além de suas próprias preferências pessoais – adquiriram uma caracterização e uma ressonância tal que podem ser identificadas de maneira distinta, testemunho da fecundidade e vitalidade da própria teoria.

Para um tratamento analítico, recomenda-se o livro organizado por Palmonari e Emiliani (2009), *Paradigmi delle rappresentazioni sociali.* Aqui, nos limitamos a propor um esquema - Fig. 1, na página seguinte - no qual sintetizamos uma série de abordagens paradigmáticas, cujo conjunto dos resultados emergiu a partir do estudo da literatura utilizada como fonte para a análise meta-teórica (3.694 referências entre livros, capítulos de livros, artigos, apresentações em congressos, teses de doutorados e *papers* apresentados em conferências internacionais sobre representações sociais: de Rosa, 2002a; 2008; 2012a, de Rosa & d'Ambrosio, 2003; 2008), que integram a visão do desenvolvimento da literatura mais convencional focalizada, exclusivamente, sobre duas abordagens paradigmáticas que adquiriram, pela sua notoriedade, uma estreita identificação de escola (em particular, a 'escola de *Aix-en-Provence'* e

a ‘escola de Genebra’), associada aos lugares das instituições de pertença dos pesquisadores que contribuíram à sua formação. As referências bibliográficas relativas às várias abordagens –apresentadas no Anexo B –, não são, obviamente, exaustivas, mas apenas um traço sinalizador de possíveis percursos de leitura(3). Portanto, lamentamos que na esquematização proposta (que tem como objetivo identificar as orientações paradigmáticas prevalecentes) não encontrem espaço autores, mais ou menos notáveis, de livros e pesquisas originais e estimulantes, cuja literatura tem sido fecunda em várias regiões do mundo.

A fecundidade da teoria das representações sociais pode ser identificada não apenas com o desenvolvimento de novos paradigmas, mas também com o nascimento de uma comunidade científica, que nesta teoria reconhece o núcleo constitutivo da sua própria identidade e a fundamental razão agregadora, que conduz os seus membros a viajarem de um continente para outro por ocasião de conferências científicas internacionais, encontros científicos de pesquisa em específicos âmbitos temáticos, iniciativas orientadas à formação de jovens pesquisadores, atividades editoriais, e assim por diante.

É por isso que, de acordo com Michael Billig (2008), avaliando como tempestivo e oportuno o retardo da edição inglesa de *La Psychanalyse* (mas, evidentemente, o mesmo pode-se dizer a

respeito da edição italiana, para além da aparente formulação paradoxal: "*the delay is timely*"), subscrevemos plenamente suas palavras, quando afirma

---

(3) Ver Anexo B

> A sua republicação é oportuna porque deveria nos encorajar a refletir sobre as origens da própria teoria das representações sociais. Se os psicólogos sociais querem ser autenticamente abertos à história, deveriam fazer alguma coisa a mais para examinar as origens históricas das ideias que estudam. Estes deveriam também examinar de maneira autorreflexiva as origens históricas de suas próprias ideias. (pp. 355-6)

Quando Moscovici escrevia *La Psychanalyse,* não existia uma *network* de pesquisadores que conscientemente promoviam o estudo das 'representações sociais'. Não existiam escolas de verão, conferências ou programas doutorais sobre as representações sociais. Hoje, os editores de *Papers on Social Representations* podem voltar-se à comunidade das representações sociais. A trajetória das 'representações sociais', de entidade nominal – que denota uma suposta entidade no mundo social –, à 'representação social' como adjetivo, que descreve uma particular comunidade, abordagem e teoria, ainda não foi concluída.

Abordagem Estrutural	Função geradora, organizadora e estabilizadora do "núcleo central" e funções de adaptação à realidade concreta, de diferenciação do conteúdo ds representações e de proteção do núcleo central pelo 'sistema periférico'. Relevância da relação entre representações sociais e práticas, e de condições específicas para a mudança das representações sociais (transformação radical, progressiva, sem mudança brusca). 'Zona muda' – Abordagem experimental. Escola de Aix-en-Provence: Flament, Abric, Guimelli, Rouquette, Moliner, Rateau, Tafani.
Abordagem Sociodinâmica	Representações Sociais como "princípios organizadores de tomada de posições". Modelo "trifásico" (análise do saber comum, análise das posições individuais, ancoragem múltipla em função dos grupos de pertencimento) – Análise das relações entre sistemas de crença, valores e normas de referência. Escola de Genebra –Lemanique: Doise, Clémence, Lorenzi-Cioldi, Staerklé, Spini
Abordagem Narrativa e Abordagem Dialógica	Diversas variações com foco em atividades narrativas, discursivas, textuais ou conversacionais com várias abordagens que tendem ora a valorizar as construções identitárias, ora a privilegiar as relações com a esfera pública e o contexto, ora com padrões de comportamentos coletivos: Lazlo, Joffe, Purkhardt, Jovchelovitch, Contarello, Volpato, Wagner, Hayes, Howart, Colucci. Interdependência dinâmica a Ego-Alter, assimetrias dialógicas e tensão de oposições; conhecimento social compartilhado implícito, heteroglossia no pensamento e linguagem: Marková.
Abordagem Antropológica, Abordagem Etnográfica	Articulação entre subjetividade, intersubjetividade, transubjetividade: Jodelet, Haas, Kalampalikis, de Alba. Articulação entre ontogênese, microgênese e sociogênese com estudos principalmente sobre a gênese e coevolução das representações sociais e das identidades sociais em contextos interativos e educativos: Duveen, Lloyd, Carugati, Emiliani, Molinari.
Abordagem Modelizante	Abordagem multiteórica e multimétodo, baseada na articulação-diferenciação de diversos construtos (atitudes, opiniões, imagens, identidade multidimensional, memória social, emoções, mitos…) justificados sob a base da sua compatibilidade epistêmica e modelizados por meio de vários métodos (verbais, gráfico-figurativos, projetivos/ estruturais), e também segundo hipóteses concernentes à interação entre resultados esperados, técnicas (em função dos diversos canais comunicativos) e estratégias de análise. Doutorado europeu em Representações Sociais e Comunicação. Laboratório Multimídia do Centro de Pesquisa em Comunicações e Representações Sociais: de Rosa, Bocci, d'Ambrósio, e um grande número de doutores e estudantes de doutorado trabalhando no Laboratório em Roma e na rede europeia de doutores. A abordagem multimétodo (de Rosa, 1987, 1990, 2002) é amplamente difundida, seja entre aqueles que estão convencidos da oportunidade de superar a obsoleta dicotomia entre métodos quantitativos e qualitativos, ou adotam desenhos de pesquisas complexos baseados na triangulação de métodos, seja entre os que estão interessados no estudo integrado das representações sociais na mídia e nos sujeitos sociais: Bauer & Gaskell, Wagner.

Fig. 1 – Paradigmas das Representações Sociais: uma teoria, diversas abordagens e métodos

Os argumentos de Moscovici acerca da difusão das ideias científicas reflexivamente se impõem ao seu próprio livro, como um recurso para examinar o nascimento de uma ideia que se tornou bem mais do que uma ideia: a identidade de uma comunidade de estudiosos.

Muito sinteticamente, o percurso fecundo que de uma pesquisa original e audaz – sustentada pela gestação de um complexo de ideias inovadoras – desencadeou uma cadeia progressiva de desenvolvimentos científicos que podemos sintetizar nos seguintes pontos:

- no ato oficial de nascimento da teoria das Representações Sociais, com o livro publicado em 1961;
- na sua reformulação, com a segunda edição profundamente renovada de 1976;
- na sua difusão progressiva na França (de finais dos anos 60 ao início dos anos 70) e da França para os outros países europeus (de finais dos anos 70 ao início dos anos 80 em diante);
- na proliferação de uma literatura vastíssima por escolhas temáticas, pertencimento geográfico, orientação metodológica e paradigmática, e no debate crítico que tem provocado na comunidade científica mais ampla, suscitando uma forte

dinâmica de controvérsias, respostas e refutações, seja a partir da perspectiva do *mainstream*, seja da perspectiva mais radical da análise do discurso;

- no nascimento de uma comunidade científica internacional, que fez desta teoria o elemento constitutivo da própria identidade cultural, e que conta atualmente com milhares de estudiosos em todos os continentes;

- nos eventos científicos e outras formas institucionais de comunicação e troca científica, como as Conferências Internacionais bianuais sobre as Representações Sociais ICRS, organizadas a partir de 1992, e as JIRS (Jornada Internacional sobre Representações Sociais) ou as CBRS (Conferência Brasileira sobre Representações Sociais);

- no nascimento de uma revista especializada, em 1992, *Papers on Social Representations (http://www.Psych.Lse.Ac.Uk/Psr)* , e no número e variedade de revistas de diferentes âmbitos disciplinares que publicam artigos sobre as representações sociais;

- na renomeação de cursos universitários – tradicionalmente voltados ao estudo *Atitudes e das Opiniões* – em *Atitudes e das Representações Sociais*, com uma redefinição dos programas de ensino acadêmico visando a compatibilização

paradigmática (é o caso, por exemplo, do ensino ativo desde 1992 junto à Faculdade de Psicologia da Universidade La Sapienza de Roma, atualmente agrupada em Faculdade de Medicina e Psicologia);

- na criação institucional de um doutorado internacional dedicado especificamente à formação em pesquisa no âmbito das Representações Sociais e da Comunicação (*European PhD on Social Representations and Communication*), aprovado pela Comissão Europeia desde 1993, implantado e plenamente operativo desde 1996. Este doutorado internacional expede um título conjunto, por meio de convênio, entre seis universidades em quatro países europeus (La Sapienza Roma, Italia; Universidade de Provence, Universidade Paul-Valéry Montpellier III e Universidade Lumière Lyon 2, França; Universidade Masaryk, Brno, República Tcheca; Universidade A.I. Cuza, Iasi, Romênia) em cooperação com uma ampla rede institucional de universidades. O convênio é atualmente constituído por uma *network* "institucional" de 22 universidades em 15 países, nos vários continentes: 17 universidades em nove países europeus (AT, CZ, FR, IT, PT, RO, ES, CH, UK), e cinco universidades de outros continentes, na América do Norte (Canadá), América do Sul (Argentina e Brasil) e na Ásia (China). Recentemente, abriu-se a *network* à

colaboração com empresas e centros de pesquisas no âmbito extra-acadêmico (http://www.europhd.eu). Ele é coordenado pela Universidade *La Sapienza* de Roma, e dispõe de uma adequada infraestrutura: European PhD on Social Representations and Communication Research Centre and Multimedia Lab;

- na constituição de uma Rede Temática de Excelência sobre Representações Sociais e Comunicação (SoReCom THEmatic NETwork), aprovada pela Comissão Europeia em 2004, que conta com mais de mil pesquisadores e centenas de instituições parceiras acadêmicas e extra-acadêmicas em todos os países europeus e afiliações de centros de pesquisa especializados em todo o mundo, (http://www.europhd.eu/SoReComTHEmaticNETwork). Esta rede persegue, de forma sistemática e integrada, objetivos destinados a:

a) obter toda a *documentação científica* produzida neste campo (com a implementação e contínuo desenvolvimento de um inventário bibliográfico, formado atualmente por mais de sete mil referências bibliográficas, e de uma biblioteca virtual com mais de mil publicações, além do desenvolvimento de um programa de pesquisa progressivo destinado à meta-análise de toda a literatura sobre as Representações Sociais, atualmente realizada a partir de três mil fontes bibliográficas);

b) promover a *formação em pesquisa* (por meio de seu núcleo institucional representado pelo *European PhD on Social Representations and Communication*, que deu origem a uma ampla rede temática);

c) facilitar a *networking* entre os membros da comunidade científica internacional (registrados no "*SoReComTHEmaticNETwork Scientific Community online data base*": http://www.europhd.eu/html/_onda03/04/01.00.00.00.shtml), cujas novidades são comunicadas mensalmente por meio do SoReCom. THENET@-NEWS (http://www.europhd.eu/SoReComTHENET_@-NEWS);

d) a comunidade científica, nos últimos anos, tem promovido iniciativas destinadas, de um lado, à criação de *subnetworks* de caráter temático[4] e, por outro, à regionalização dos centros de pesquisa, sobretudo nos países latino-americanos, mas também no Canadá, Europa e Ásia[5];

Enfim, no recente nascimento da *série editorial dedicada*, como a Routledge Series "*Cultural Dynamics of Social Representations*", dirigida por Ian Valsiner, e a série multilíngue (inglês-italiano-francês) *Social Representations and Communication: Media and Society*, dirigida por Annamaria Silvana de Rosa, por meio da Edizioni Unicopli, inaugurada pela edição italiana[6] de "A psicanálise, sua imagem e seu público", de Moscovici.

_____

(4) Em 2010 foi lançado o RPRES: Réseau International de Recherche sur les Représentations Sociales en Santé com parceiros em Portugal, Brasil, França, Argentina, Áustria, Itália, México e Escócia.

(5) Foram criados na Argentina, o Ciereps - Centre International d'étude en représentations et pratiques sociales – junto à Universidade de Quilmes; no Brasil: 1) o Ciers-ed - Centre International d'études en représentation sociales, subjectivité et education – (http://www.fcc.org.br/pesquisa/ciers_eng.html); 2) o Laccos - Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição junto à Universidade Federal de Santa Catarina - (http://www.laccos.org); 3) o Centro Moscovici - Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social Serge Moscovici, junto à Universidade de Brasilia

(http://www.centromoscovici.com.br/); no México, o Renirs (Red Nacional de investigadores en Representaciones Sociales) - Cemers (Centro Mexicano para el Estudio de las Representaciones Sociales); no Canadá, o Geirso - Groupe d'étude sur l'interdisciplinarité et les représentations sociales (http://www.geirso.uqam.ca), na Europa (Itália), o CeMeRS - Centro Maditerraneo per lo Studio delle Rappresentazioni Sociali e na Ásia (Jakarta), o Yayasan Pusat Kajian Representasi Sosial (Fundação de Estudos sobre Representação Social).
(6) Concomitantemente, uma edição em português de *La Psychanalyse* é produzida no Brasil.

2011: um aniversário e, junto, um batismo!

A edição italiana de "*La Psychanalyse, son image et son public*" é publicada em 2011, quando em todo o mundo se multiplicam eventos científicos (simpósios e workshops internacionais, livros *ad hoc*, números de revistas monotemáticas(7), que têm como escopo celebrar o quinquagésimo aniversário deste livro que representa o ato de nascimento oficial da teoria, e render homenagem ao seu autor, que em sessenta anos de intenso trabalho científico e intelectual produziu pelo menos três teorias que marcaram a história e o destino das ciências sociais: a teoria das representações sociais, a teoria da inovação, comumente denominada de minorias ativas, e a teoria das decisões coletivas e do consenso social, todas transversalmente unidas e sutilmente interconectadas por uma destacada paixão pelos

(7) Entre os vários simpósios e workshops internacionais organizados para festejar os 50 anos do nascimento da teoria das Representações Sociais, registramos: o Congresso internacional "Celebrazioni in onore di Serge Moscovici per il cinquantenario della sua Teoria delle Rappresentazioni Sociali" (Napoli, 15-16 de abril de 2011), a sessão especial organizada no âmbito da VII JIRS e V CBRS, "Teoria das Representações Sociais 50 anos: Memórias, desafios contemporâneos e perspectivas" (Vitória, Brasil 24 -27 de julho de 2011), Conference at London School of Economics anunciada para o período de 22-23 de março de 2012 com a apresentação do número especial da Papers on Social Representations sobre os 50 anos da teoria e a celebração dos 20 anos da revista.

Entre os livros *ad hoc*, a presente obra, organizada por Almeida, Santos e Trindade (Eds.) (2011); Galli, I. (Ed.), (2011).
Para revistas monotemáticas, temos um número especial da Papers on Social Representations foi anunciado em 2011: "A half century of social representations: discussion on some recommended papers" organizador por C. Howarth, N. Kalampalikis e P. Castro. Também a revista brasileira Temas em Psicologia dedica uma edição especial, neste ano, ao aniversário dos 50 anos da teoria das representações sociais (vol. 19, n. 1). Já em 2008 a publicação em língua inglesa de Psychanalysis, its image and its public (Polity Press, 2008) foi uma ocasião para dedicar reflexões sobre a obra, em um número especial do Journal for the Theory of Social Behaviour (vol. 38).

processos de inovação que caracterizou a história das ciências[8].

Na realidade, reunir em uma *Opera Omnia* toda a produção científica de Serge Moscovici permanece um projeto ainda em aberto para a comunidade científica (e para um corajoso editor) que queria encarregar-se da organização de uma apresentação sistemática e temporalmente organizada, destino merecido pelos grandes do pensamento como Freud, Piaget, apenas para nos limitar a dois nomes significativos não apenas para a psicologia, mas para a história das ideias em geral.

Festejamos em 2011 o *aniversário* da teoria das representações sociais, não somente com a reflexão voltada ao passado, com o escopo de percorrer a dinâmica geradora daquela extraordinária aventura intelectual, mas também com o olhar direcionado ao futuro e à potencialidade criadora de novas pesquisas – que aquela obra que veio à luz 50 anos atrás ainda tem o poder de inspirar – e de novas iniciativas editoriais, que valorizem a sua disseminação. Não existe modo melhor de testemunhar a vitalidade de uma ideia, que se tornou ao mesmo tempo uma teoria e um campo científico em

larguíssimas proporções, do que festejar um aniversário com um novo nascimento!

Justamente, em virtude deste poder criador de novas ideias e pesquisas, Denise Jodelet qualifica a Teoria das Representações Sociais como "*Uma bela invenção*", baseada em Tarde:

---

(8) Para uma reflexão em torno da obra de Serge Moscovici e de uma reconstrução de suas publicações de 1953 a 2001, consultar a obra editada por Buschini, F. e Kalampalikis, N. (2001), Penser la vie, le social, la nature. Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici. Paris: Editions de la Maison des sciences de l'homme.

Devemos reservar o termo belo a uma ideia que nos torna capazes de descobrir novas ideias e a uma invenção que julgamos fecunda para futuras invenções (Tarde, 1893, p. 537). *A psicanálise, sua imagem e seu público* é uma ilustração paradigmática desta afirmação. A obra de Moscovici nunca foi um projeto de pura repetição imitativa ou réplica, como frequentemente ocorre em psicologia.

O seu trabalho se propõe como impulso para abrir novos percursos de descobertas. É neste sentido que *Psychanalysis, son image et son public* deve ser considerada uma obra seminal: ela tem dado vida a novas invenções" (Jodelet, 2008, p. 411).

Os nascimentos que festejamos em 2011 – junto ao aniversário dos 50 anos da teoria, confirmando sua fertilidade e vitalidade – se articulam sobre uma dupla vertente: uma *editorial*, e outra de *pesquisa*.

Os novos nascimentos sob a vertente editorial

Sobre a vertente editorial, estamos orgulhosos de inaugurar a série multilíngue dedicada à área de pesquisa teórico-empírica *"Representações Sociais: Mídia e sociedade"*, com a edição italiana da *Opera prima* de Serge Moscovici, fundamental a este campo científico, um "*clássico moderno*", que como aquela em inglês que a precedeu em 2008, e também a versão em português publicada em 1978 (limitada à primeira parte, mas anunciada a versão integral para 2011), baseia-se na tradução da edição de 1976 (reimpressa em 2004).

O destino comum de muitas obras "monumentais" é o de serem citadas por muitos e nem sempre lidas por todos. Esperamos que a publicação em italiano desta *opus magnum* (assim como a tradução em inglês, relativamente ao mundo anglo-saxônico) contribua para aproximar os leitores (e entre estes, os nossos estudantes) à leitura integral da obra original, ao invés de utilizarem atalhos por meio de citações de segunda mão. Isto poderia poupar a teoria das representações sociais do mesmo destino verificado empiricamente por Moscovici para a psicanálise, de ser transformada (e não somente entre as pessoas comuns) de teoria a *vulgata* com seus *jargões*. Atraído pela potência criativa e pela elegância narrativa da

obra originária, o leitor/pesquisador poderá, assim, aventurar-se a compreender esta teoria com mais profundidade e desenvolvê-la com um empenho respeitoso em relação à sua "*mission*" intelectual e à sua "*vision*" da psicologia social. De acordo com Colucci (2011), "sua leitura que, às vezes, pode ser difícil, mas nunca tediosa, é necessária para conhecer e criticar este conceito, frequentemente citado. Rapidamente, será possível falar e escrever sobre as representações sociais de maneira consciente e apropriada". De qualquer forma, como observa Charles Smith (2008, pp. 325-326) – introduzindo o número especial dedicado da revista *Journal for the Theory of Social Behaviour* à publicação da edição inglesa de "*Psychoanalysis: Its Image and Its Public*" –, o leitor, seja ele iniciante ou especialista ("filósofos, sociólogos, linguistas, antropólogos, ou de quaisquer outras disciplinas acadêmicas, realistas, construtivistas, cognitivistas, fenomenológicas, interacionistas simbólicos ou também de algumas combinações ou negações destas 'escolas'"), empreenderá "una viagem intelectual altamente informativa e agradável".

O livro *A psicanálise, sua imagem e seu público* é um texto indispensável a estudantes e estudiosos das ciências sociais interessados em compreender – por meio da teoria das representações sociais – os processos e os *modus operandi* da elaboração do conhecimento "no" e "do" social e da relação entre

conhecimento especializado, senso comum e sistemas de comunicação, como aparatos de mediação de significados em relação ao posicionamento ideológico de indivíduos, grupos e instituições e às suas construções identitárias e simbólicas.

Portanto, o livro é destinado a um público bem mais amplo do que os leitores (mais ou menos especialistas) interessados na psicanálise, escolhida como objeto de exemplificação da investigação nesta pesquisa exemplar, que fundou um campo de estudo em contínua expansão.

Visto que a história que conduz a uma teoria e aos seus desenvolvimentos (sejam científicos ou institucionais) é ela mesma parte desta teoria, seguirá a publicação de um livro que narra e documenta a história de outra ideia pioneira, transformada em realidade institucional, que a partir do interesse científico pela teoria das Representações Sociais tomou um impulso vital: o *European Ph.D. on Social Representations and Communication*, o primeiro doutorado internacional conjunto formalmente reconhecido, uma forte contribuição ao desenvolvimento e formação à pesquisa neste setor e, ao mesmo tempo, um modelo que inspirou outros doutorados internacionais em vários setores disciplinares (de Rosa, 2009b, 2009c).

Além disso, a série prevê a publicação de livros inéditos, baseados em recentes programas de pesquisa ou originados de eventos científicos internacionais, inspirados por esta teoria em um diálogo crítico e construtivo com outros paradigmas das ciências sociais.

A série multilíngue (italiano, inglês, francês) é destinada à difusão em contexto acadêmico e não acadêmico:

- no *mundo acadêmico* os textos podem, oportunamente, ser inseridos nos programas de vários cursos universitários das Faculdades de Psicologia (entre os quais, de Psicologia Social, Atitudes e Representações Sociais, Psicologia da Comunicação) e em outros cursos das Ciências Sociais, nos vários âmbitos disciplinares nos quais o interesse por pesquisas inspiradas na teoria das representações sociais é amplamente difundido: da psicologia social à sociologia, das ciências da comunicação à antropologia, da história da ciência à linguística, etc.). Eles também são destinados a doutorandos, pesquisadores e estudiosos interessados em setores específicos de investigação nas diversas áreas temáticas concernentes aos mais variados objetos de pesquisa, nos âmbitos das ciências da saúde e da medicina, da educação e da comunicação, dos estudos ambientais e de marketing etc.

- no *mundo profissional* alguns textos, em função da sua especificidade temática, podem ser destinados também a um público-alvo de leitores especialistas em vários âmbitos aplicativos, cuja compreensão dos processos simbólicos de construção do conhecimento social seja relevante para o exercício da profissão (da comunicação política à assistência sanitária, da arquitetura à urbanística, do turismo à economia etc.).

Evidentemente, os textos em italiano serão destinados à sua difusão no contexto prevalente da Itália, enquanto que os textos em inglês e/ou francês terão uma disseminação em escala internacional.

Os novos nascimentos sob a vertente da pesquisa

Sob a vertente da *pesquisa*, estamos muito felizes em anunciar o início de um novo programa de pesquisa – entre os tantos ativos em vários âmbitos temáticos – que reveste de um significado especial o contexto ritualístico e simbólico deste aniversário-batismo: o *follow-up* da pesquisa sobre as representações sociais da psicanálise 50 anos depois, como uma ocasião especial de estudo sobre a estabilidade e eventuais transformações das representações sociais, em face das mudanças ocorridas não somente nos três vértices do triângulo epistêmico Sujeito-Outro-Objeto, mas também no seu transformado contexto sócio-histórico e comunicativo.

Em relação aos três vértices do triângulo epistêmico, basta pensar nas mudanças ocorridas:

- no desenvolvimento do objeto de conhecimento-experiência (a/s psicanálise/s) em si, seja pelo efeito de evolução interna ao próprio campo específico (história do pensamento psicanalítico atualizado aos dias de hoje) e àquele mais vasto das psicoterapias de diversas orientações, seja em relação às mudanças que têm interessado a psiquiatria, de um lado pelas solicitações de revisão radical dos paradigmas nosográficos e

custodialísticos vindos do movimento da psiquiatria comunitária e do impacto da antipsiquiatria no social e em suas instituições e, por outro, pelo grande desenvolvimento das neurociências. Ademais, no âmbito da interseção das representações, seja da psicanálise ou da psiquiatria, é constituído pelo objeto comum doença/saúde mental, cujas representações sociais foram amplamente investigadas a partir da literatura em estudos clássicos e paradigmáticos (Herzlich, 1969; Jodelet, 1985, 1986, 1989b; de Rosa, 1987b, 1991, 1995, 1997; de Rosa & Schurmans, 1990a, 1990b, 1994);

- nos atores sociais (Sujeito-Objeto) que – na qualidade de indivíduos, grupos ou instituições sociais – não podem, necessariamente, ser mais os sujeitos da França dos anos 50, sendo alterados o contexto sociocultural, os seus estilos de vida, as suas práticas relativas à saúde, à doença, à terapia, a sua exposição ao conhecimentos científicos, as culturas organizativas das instituições e dos ambientes escolares e laborais nos quais estes operam etc. Psicanalistas, psiquiatras, terapeutas em formação, pacientes, mas também pessoas relativamente distantes pelo conhecimento e experiência em relação ao objeto de representação psicanálise, não são mais os mesmos dos

anos posteriores à Segunda Guerra Mundial e os seus universos representacionais – assim como as suas relações sociais – não estão mais impregnados (ao menos, não do mesmo modo) das *Weltanschauung* que animavam e contrapunham grupos, instituições, partidos políticos e aparatos religiosos daquele tempo.

No que se refere às mudanças no contexto sócio-histórico e comunicativo, basta pensar:

- de um lado, nas profundas mudanças das visões ideológicas em relação aos anos imediatos do pós-guerra, nos quais Moscovici havia desenvolvido a sua investigação (correspondente à segunda onda de difusão da psicanálise na França), e até mesmo em relação aos quinze anos sucessivos que acrescentaram um novo capítulo à segunda edição para explicar como a propaganda comunista estava se transformando em propagação;
- por outro lado, a radical evolução dos sistemas de comunicação e de utilização-construção das representações sociais, de uma época na qual a imprensa, o cinema, o rádio eram as principais mídias complementares à socialização escolástica dos

conhecimentos, a uma época em que, à inovação midiática da televisão, adicionou-se a capacidade revolucionária da era digital: um universo em contínua expansão, que tem redefinido radicalmente a relação unidirecional remetente da mensagem – destinatário (*um-muitos*) na abertura de canais comunicativos interativos *muitos-muitos*, por sua vez, em uma contínua redefinição das fronteiras graças ao advento da era das redes sociais (nos quais a comunicação interpessoal *um a um* deu lugar a trocas interativas de rede com efeitos multiplicadores *um-muitos* ou *muitos-muitos,* sustentados por tecnologias que permitem conexões ubíquas).

O desenvolvimento surpreendente do ambiente Internet e o aumento exponencial das capacidades e da difusão dos computadores estão delineando um cenário de construção e de troca de informações por meio de potencialidades ainda largamente inexploradas. Com crescente evidência, se está percebendo, todavia, que o impacto das novas tecnologias não pode ser considerado limitado ao, embora importante, papel da internet, nem apenas ao computador como instrumento de acesso à Rede; famílias inteiras de novas mídias eletrônicas estão estruturando ambientes comunicativos originais, em constante tensão entre

tendências à convergência e à integração e tendências à especialização de conteúdos e funções, provocando, por outro lado, efeitos de profunda remodulação de todo o sistema midiático (Marinelli, 2004). O discurso da mídia resulta, assim, sempre mais caracterizado pelas especificidades das novas modalidades comunicativas (Mazzara, 2008, p. 37-38).

A dinâmica destas mudanças e de seus eventuais reflexos sobre a transformação nas representações sociais não deve ser compreendida como determinista, em todo caso, em uma perspectiva superada de lógica binária ambiente-indivíduo, mas sim como eventual coevolução de sistemas simbólicos e de relações sociais.

Justamente pela atenção heurística dedicada à suposta coevolução das representações sociais, e dos dois fundamentais eixos de mudança de contexto sócio-histórico e comunicativo, acima mencionados, o *follow-up* da pesquisa ilustrada por Moscovici na sua *opera prima* não poderia ser reduzido a uma pura clonagem da pesquisa-mãe, mas deveria, necessariamente, contemplar a compatibilidade entre a "replicabilidade" da pesquisa originária, com extensões e introdução de elementos inovadores, que permitissem colher outras dimensões consideradas interessantes.

Portanto, nos mobilizamos para projetar o novo desenho da investigação, nos interrogando sobre o problema teórico-metodológico de como obter empiricamente a natureza dinâmica e transformativa das representações sociais (Purkhardt, C., 1993), com todas as consequências operacionais que derivam do assim chamado “modelo toblerone” (Bauer, M. & Gaskell, G., 1999), que projeta em uma dimensão temporal diacrônica o famoso triângulo Sujeito-Objeto-Outro (S-O-O), identificando a mínima unidade de análise em um Sujeito 1 e Sujeito 2 em relação seja a um determinado objeto O ou a um projeto P, ao longo de uma determinada dimensão temporal: S-O-P-S, com um movimento de antecipação do futuro. Entre as sete implicações identificadas pela pesquisa sobre as representações sociais, as estruturas temporais e os dados longitudinais (5) mostram-se, portanto, não menos essenciais do estudo (1) dos conteúdos e processos; (2) da segmentação por ambientes sociais, ao invés de por taxonomias; (3) do desenvolvimento dos estudos no interior dos *social milieus*; (4) da abordagem multimétodo (já por nós teorizada, cf. de Rosa, 1987a, 1990b); (6) do cruzamento de projetos culturais e trajetórias; (7) da atitude em relação à pesquisa desinteressada.

Além disso, o próprio Moscovici (cf. p. 315-316, ed. it., 2011) indicou a necessidade de uma pesquisa longitudinal, que sugeriu ao abordar o problema de como validar a hipótese sobre a natureza da

condição que poderia dar origem à aparição da propaganda na imprensa comunista, evidenciando a existência de um conflito intragrupo, no qual o objeto do conflito poderia ameaçar a identidade do grupo e a unidade de sua representação (historicamente circunstanciado em eventos temporalmente datados).

Além dos elementos de continuidade do nosso *follow-up* com a pesquisa-mãe, representados pela estrutura generativa do desenho da pesquisa em comum, e revelada por meio de uma reconstrução exegética de todas as perguntas formuladas na entrevista-questionário no estudo original, os principais elementos de inovação no nosso estudo são representados por:

- *extensão do foco da pesquisa*, incluindo como objeto de representação não apenas a *psicanálise* e o *psicanalista*, mas também a *psiquiatria* e o *psiquiatra*, e o terreno comum a ambos da *doença/saúde mental,* adotando uma visão centrada nos *sistemas de representações interrelacionados,* ao invés de nos objetos isolados, e tendo em consideração os acima mencionados fatores de mudanças investidos nestes objetos de representação. A ampliação a estes sistemas de representações interrelacionados se configura particularmente interessante também por oferecer percursos de leitura sinérgicos sobre os elementos de estabilidade e mudança das

representações sociais da doença mental em relação aos resultados das pesquisas por nós conduzidas nos anos 80 (de Rosa, 1987a, 1987b, 1988, 1991, 1995, 1997, 2009a; de Rosa & Schurmans, 1990a, 1990b, 1994) e em um *follow-up* conduzido há 30 anos da lei italiana nº 180, conhecida como Basaglia, sobre a desinstitucionalização dos manicômios (de Rosa & Bocci, 2012);

- *extensão da instrumentação metodológica,* em conformidade com a abordagem *modelizante* que caracteriza, sistematicamente, os nossos desenhos de pesquisa multimétodo. Portanto, para poder efetuar corretamente o *follow-up*, tendo um consistente núcleo de elementos de similaridade, primeiramente extraímos (também com um pontual trabalho de comparação entre as edições de 1961 e de 1976) todo o desenho metodológico da pesquisa-mãe: ou seja, as perguntas que Moscovici havia utilizado como roteiro para a entrevista-questionário, as características da população, os critérios de seleção da imprensa, as modalidades de análise da mesma, as estratégias de análise dos dados etc. Todos os critérios adotados por Moscovici foram retomados mas, seja em virtude da ampliação do foco da nossa pesquisa, evidenciado nos pontos já elencados nesta seção, seja em

função dos acima mencionados elementos de transformação supostos como significativos, ou em virtude da nossa peculiar abordagem multimétodo, previmos a introdução de outros elementos ou modalidades específicas de respostas em relação à prevista na pesquisa-mãe e de outras técnicas junto à clássica, de entrevista-questionário, tais como:

a. a "*rede associativa*" (de Rosa, 2002b, 2003, 2005), com o objetivo de revelar conteúdos, estrutura e índice de polaridade do campo representacional em relação às palavras-estímulo: *'psicanálise', mas* também *'psiquiatria', 'doença', 'doença mental', 'normalidade'* e *'desviância'*;

b. a "*rede de identificação EU-Objetos simbólicos*" (*self-identification conceptual network*, idealizada por de Rosa, já foi usada em vários outros programas de pesquisa (de Rosa, 2004, 2006b; de Rosa & Holman, 2011), inserindo como objeto de identificação[9] com o sujeito: *psicanálise, doença mental, normalidade, psicofármacos, neurose, alívio, complexo, doença, psiquiatria, desviância, saúde mental, psicoterapia, psicose, cura, autoanálise, sofrimento*;

c. a "*rede conceitual Psicanálise-objetos simbólicos*" e a "*rede conceitual Psiquiatria-objetos simbólicos*", adaptando a tradicional técnica do *conceptual network*, introduzida por Verges (2001), mediante a inserção de uma palavra-chave central: no nosso estudo, seja

‘psicanálise’ ou ‘psiquiatria’ (obviamente em redes conceituais distintas), utilizando como objetos simbólicos de ligação

_____

(9) A técnica permite revelar: a) a ligação entre o Eu, colocado no centro da folha, com os objetos de identificação, sinalizados em janelas dispostas em círculo ao redor do Eu, e selecionados pelo sujeito, ao qual é solicitado a traçar tantas linhas quanto forem as ligações de identificação, seja positiva ou negativa, entre o Eu e os objetos para ele/ela significativos, esclarecendo que a ausência de linhas indica ausência de ligação significativa; b) a polaridade positiva, negativa ou neutra de cada uma destas ligações; c) a intensidade da ligação, a partir de uma escala de 1 a 5, mediante a indicação do sujeito de um número entre 1 (intensidade mínima) e 5 (intensidade máxima) sobre cada uma das linhas traçadas.

potencialmente significativo(10), todos os termos extraídos da pesquisa-mãe (*psicoterapia, sugestão, hipnotismo, narco-análise, confissão, conversação, ocultismo*), com acréscimo de termos novos: *teoria do inconsciente, neurociências, psicofarmacologia, psiquiatria* (no caso do estímulo central ‘psicanálise’) e psicanálise (no caso do estímulo central ‘psiquiatra’), e também deixando quatro quadros livres para eventuais novos termos significativos adicionados pelos próprios sujeitos;

d. a “*rede conceitual Psicanalista-objetos simbólicos*” e a “*rede conceitual Psiquiatra-objetos simbólicos*”, utilizando como objetos simbólicos de ligação potencialmente significativo todos os termos extraídos da pesquisa-mãe (*estudioso, genitores, padre, médico, psicólogo, amigo, curandeiro, observador),* com acréscimo de termos

novos: *neurocientista e psiquiatra* (no caso do estímulo central 'psicanalista') e *neurocientista* e *psicanalista* (no caso do estímulo central 'psiquiatra'), e também deixando quatro quadros livres para eventuais novos termos significativos adicionados pelo próprio sujeito;

---

(10) Também neste caso, se obtém tanto a polaridade da ligação em positivo ou em negativo (neutro = ausência de ligação), quanto a intensidade sob uma escala de 1 a 5.

e. *identificação do vocabulário* pertinente à *linguagem seja psicanalítica*, ou, no nosso caso, também *psiquiátrica*, por meio da livre hierarquização de dez termos, solicitando também a sua conotação positiva ou negativa para o próprio sujeito;

f. *reconhecimento dos termos concernentes à linguagem psicanalítica e*, no nosso caso, também *psiquiátrica,* por meio de uma tabela que apresenta todos os termos presentes no estudo de Moscovici (*complexo, recalque, inconsciente, libido*), com o acréscimo de toda uma série de termos que não foram relevantes na pesquisa-mãe e que nos parecia importante inserir: *pulsão, eros, lapsos, pré-consciente, Id, atos falhos, transferência, instinto, psicose, neurose, fobia, distúrbios antissociais, consciente, thanatos, símbolo, borderline,*

sublimação, associações livres, Ego (Eu), sonho, conflito psíquico, identificação, esquizofrenia, projeção, problemas sexuais, psicofármacos, Super-Ego (Super-Eu), sublimação, contratransferência, condensação, paranoia, Édipo, negação, investimento, demência, castração;

g. sobre a *representação da psicanálise* (e, no nosso estudo, também da *psiquiatria*), além das alternativas possíveis da pesquisa-mãe (*uma doutrina filosófica, um campo teórico consolidado, uma técnica terapêutica, uma ciência em curso de elaboração*), a nossa entrevista-questionário prevê ainda outras duas alternativas (*uma mistificação sem nenhuma validade, uma disciplina superada pelos progressos das neurociências*), e a possibilidade de respostas livres por parte dos sujeitos;

h. *conhecimento da psicanálise e da psiquiatria,* por meio de toda uma série de perguntas abertas acerca dos *propósitos das duas disciplinas*, eventuais diferenças entre as mesmas (pergunta que evidentemente não estava prevista na pesquisa-mãe focalizada, exclusivamente, sobre a psicanálise), *datação histórica do nascimento das duas disciplinas*,

os nomes de seus *fundadores* (com uma questão adicional em relação aos *nomes dos psicanalistas e psiquiatras famosos*);

i. *avaliação da difusão das duas disciplinas em vários âmbitos (família, círculo de amigos e conhecidos, sociedade) temporalmente contextualizada* não somente em relação há dez anos (como na pesquisa-mãe, mas também em relação há 50 anos e em relação à *projeção do futuro*: daqui a dez anos e daqui a 50 anos), disposição para recorrer ao recurso (pessoalmente e/ou para os próprios filhos), *campos de aplicações* (no campo judiciário para condutas delinquentes, reabilitação, na orientação profissional, e em outros âmbitos específicos), transformando em escala de 0 a 5 as respostas da pesquisa-mãe e deixando sempre a possibilidade de adicionar novas respostas nos campos livres; identificação das *causas da difusão da psicanálise* (e da *psiquiatria*), retomando neste caso as clássicas respostas emergidas do estudo originário (*necessidades individuais, necessidades sociais, influência da cultura americana, moda e publicidade, valor científico e*

eficácia), mas deixando, como nos outros casos, também espaço para ulteriores respostas livres;

j. *atitude em relação às duas disciplinas,* obtida mediante declaração de ser favorável/desfavorável, com suas respectivas justificativas;

k. *representações do psicanalista* e, no nosso caso, também do psiquiatra, em relação à influência eventualmente exercida pela sua idade, pelo seu gênero, pelo seu perfil imaginário;

l. *representações do tratamento psicanalítico* (e, no nosso caso, também do *psiquiátrico*) em relação aos *fatores que induziriam a segui-lo pessoalmente*; à representação da sua *duração*, inserindo outras alternativas às já indicadas na pesquisa-mãe (*poucos meses, 1-2 anos, mais de 2 anos), ligeiramente reformuladas no intervalo temporal (até 1 ano; de 2 a 3anos de 2 a 5 anos*); à *frequência* das sessões (questão não prevista no estudo originário); os possíveis *destinatários*;

m. as eventuais *relações da psicanálise (e também da psiquiatria) com a sexualidade*; com a religião, com a orientação política/ideológica;

n. as *situações que sugerem a oportunidade de submeter-se a um tratamento psicanalítico (e psiquiátrico*), acrescentando outros fatores aos emergidos da pesquisa-mãe (*traumas infantis, fracasso social, fracasso familiar, desajuste)* também fatores de tipo físico-orgânico (*déficit cognitivo ou retardos mentais, doenças ou disfunções cerebrais, doenças ou distúrbios físicos)*, sobretudo considerando, de um lado, a exigência de identificar eventuais diferenciações com a psiquiatria e, de outro, a eventual reorientação biologística pelo grande impulso das neurociências nas últimas décadas; a *idade* recomendada para um tratamento psicanalítico (e psiquiátrico), inserindo algumas *classes de idade* para todo o ciclo de vida, desde a primeira infância até a velhice (enquanto que as alternativas de respostas da pesquisa-mãe se limitavam às categorias: infância, adolescência, entre 20 e 30 anos e maturidade); o *tipo de personalidade* (forte, frágil, sem importância) idônea para recorrer a um tratamento psicanalítico (e psiquiátrico); o tipo de influência que poderia exercer a psicanálise (e a

psiquiatria) sobre os pacientes (ajuda, risco, outros) com a solicitação das respectivas justificativas;

o. a *representação do tipo de comunicação entre o paciente e o psicanalista (e também o psiquiatra)*, inserindo, além das categorias de respostas identificadas na pesquisa-mãe (*contar os próprios sonhos, responder às perguntas do psicanalista/psiquiatra, dizer aquilo que passa pela cabeça*) também opções, tais como: *contar recordações da infância, falar dos próprios sintomas físicos, expor os próprios delírios, comunicar distúrbios da memória*, outros); e daquilo que o psicanalista (e psiquiatra) deveria comunicar ao paciente: *representação do seu tipo de relação*, adicionando às categorias de resposta consideradas da pesquisa-mãe (*afetiva, intelectiva, neutra*) também as opções: *espiritual, sexual; avaliação do envolvimento* no tratamento pela parte do psicanalista (e do psiquiatra) e do paciente (seja em referência aos dois sujeitos da díade terapêutica, seja em relação à medida de tal envolvimento avaliado sob uma escala de 10 pontos); *avaliação do percentual presumido* (ao invés de uma simples

resposta alternativa como na pesquisa-mãe) *de pessoas que aderem ao tratamento psicanalítico e ao psiquiátrico, em relação ao seu gênero sexual, à sua faixa etária, às categorias sociais* (retomando as opções clássicas da pesquisa-mãe: gente rica, artistas, intelectuais, gente de classe média)*;*

p. informações sobre as *fontes de conhecimento seja da psicanálise ou da psiquiatria*, ampliando notavelmente a gama prevista por Moscovici na pesquisa-mãe, que era limitada a: *literatura, espetáculos, rádio, imprensa, parentes, amigos, conhecidos*, inserindo outras referências *(romances, revistas especializadas, TV, cinema),* mas também os novos ambientes digitais: *Facebook, Wikipedia, YouTube, Twitter, Yahoo Answer, Siti web, forum* (também pedindo os links precisos e os títulos, no caso da mídia impressa*),* e outras categorias sociais*: médicos, psicólogos psicoterapeutas, psicanalistas, psiquiatras.*

q. *extensão da população* aos 'profissionais em formação' (em psicanálise, psiquiatria, psicologia, psicoterapia) e aos 'profissionais' (psicanalistas, mas também psicólogos, psicoterapeutas com diferentes orientações, e psiquiatras), preenchendo uma lacuna da qual, seja Lagache[11] no Prefácio da *Opera Prima,* seja Moscovici, em nota às suas *Observações Preliminares*, lamentaram esta carência no estudo original, cumprimentando-nos por não ter

que sofrer o mesmo desapontamento do jovem Moscovici diante da indisponibilidade dos próprios psicanalistas colaborar com a pesquisa. Esta extensão não se limita apenas ao acréscimo de novos segmentos da população (além daqueles selecionados de acordo com as categorias previstas no estudo originário), mas também de uma série de perguntas destinadas a identificar – também as representações dos psicanalistas, psicoterapeutas e psiquiatras em relação à psicanálise e à psiquiatria – as *metarepresentações* sobre os próprios objetos, evocadas colocando-os na pele de seus pacientes;

---

(11) "Entre os grupos de participantes da pesquisa, não teve, infelizmente, qualquer grupo composto por psicanalistas, os quais poderiam fornecer esclarecimentos sobre como seus pacientes, no transcorrer da cura, representam a psicanálise e sobre suas expectativas. Alguns psicanalistas foram convidados, mas poucos responderam para que se pudesse tirar conclusões coerentes." (Lagache, 1961/1976, cf. p. 91, edição italiana 2011). "Queria que a minha pesquisa tivesse tido uma investigação sobre um grupo de psicanalistas. A escassa colaboração que encontrei tornou inútil cada esforço neste sentido. Ainda que não se considerem capazes de explicar a expansão de seu saber ou de suas práticas, os psicanalistas não se reconhecem como tendo deveres ou responsabilidades em relação ao desenvolvimento de sua ciência em meio à coletividade." (Moscovici, 1976, cf. p. 110, ed. italiana 2011).

r. *extensão a dois contextos culturais*: Itália[12] e França[13], contextos recentemente atravessados por ondas de acesos debates sobre a validade científica da psicanálise que, em certa medida e de formas diversas, ultrapassaram o círculo restrito dos especialistas por interessar ao grande público: basta pensar no reflexo, na Itália, de livros como '*Il caso Marilyn M. e altri disastri della psicoanalisi*', de um acadêmico como Mecacci (2000) e, na França, no caso do anti-acadêmico Onfray (2010, divulgado

também na Itália em abril de 2011) pela ressonância midiática de seu livro '*Le crépuscole d'une idole. L'affabulation freudienne'*, que reacendeu as polêmicas já desencadeadas pela publicação de '*Le livre noir de la psychanalyse',* organizado por Catherin Meyer (2005), reeditado em 2010 em versão ampliada com o subtítulo '*Vivre, penser et aller mieux sans Freud'*. Estes livros provocaram o

(12) Veja Anexo C

(13) A pesquisa conta (no que se refere ao contexto italiano) com a colaboração do Dr. Emanuele Fino, European PhD on Social Representations and Communication research trainee, assistido por numerosos graduandos das Cattedre di Atteggiamenti e Rappresentazioni Sociali e di Psicologia della Comunicazione e Nuovi Media da Faculdade de Medicina e de Psicologia da Universidade Sapienza de Roma.

3- Em relação ao contexto francês, o programa de pesquisa tem sido conduzido com a colaboração da Dra. Charline Leblanc-Barriac, doutora de pesquisa em Information and Communication Science junto à Universidade de Nice-Sophia Antipolis, de 2010-2011 inscrita no European PhD on Social Representations and Communication coordenado pela Universidade Sapienza de Roma, assistido por numerosos graduandos das Cattedre di Atteggiamenti e Rappresentazioni Sociali e di Psicologia della Comunicazione e Nuovi Media da Faculdade de Medicina e de Psicolo4- gia da Universidade Sapienza de Roma, selecionados como bolsistas Erasmus durante o biênio 2011-2012 para estágio de mobilidade junto a várias universidades francesas.

contrataque dos psicanalistas, em obras como "*Un livre blanc pour la psychanalyse",* de Pascal Hachet (2006), que reúne uma série de trabalhos psicanalíticos publicados entre 1990 e 2005, organizados segundo o critério alfabético por tema e por autores, ou como "*Mais pourquoi tant de haine?"*, apresentado na capa do livro como resposta ao "*affabulation d'Onfray"* pela psicanalista acadêmica Elisabeth Roudinesco (2010) – autora,

entre outros, da respeitável e renovada edição da "*Histoire de la psychanalyse en France - Jacques Lacan"* (2009);

s. *extensão do sistema das mídias*, pela análise exclusiva da imprensa (como mídia tradicional, que também foi incluída no nosso desenho de pesquisa) aos vários ambientes das *new media* consideradas de extremo interesse psicossocial no cenário atual de uma sociedade baseada em "networks" (Boyd & Ellison, 2007; Castells, 1996, 2000, 2001, *et al*., 2007; Garton, Haythornthwaite & Wellman, 1999; Jankowski, 2002; Keen 2007; Knox, Savage & Harvey, 2006; Lévy, 1996, 1997, 2000, 2002; Lievrouw & Livingstone (Eds.), 2002; Tapscott & Williams, 2006; Van DiJk, 1999). Em particular, a pesquisa leva em consideração alguns dos ambientes mais populares das redes sociais[14]*: Facebook, Twitter*, *Yahoo! Answers,* que têm características agregadoras e comunicativas, diferenciadas por modalidades de afiliação e segmentação dos membros, por restrições no comprimento da mensagem, por contexto semântico e por expressivi-

(14) Ver Anexo D

dade emotiva, orientados pelo tipo de afiliação e pela natureza social da rede[15] específica. Portanto, o escopo é também o de investigar eventuais diferenças nas representações sociais coconstruídas e/ou veiculadas a estas redes sociais em função de diferenças entre as plataformas. As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa, mediante o mecanismo de busca que orienta a seleção, são as mesmas utilizadas

no instrumento multimétodo preparado para a coleta dos dados sobre os vários grupos de populações: psicanálise, psiquiatria, psicanalista, psiquiatra, doença mental e saúde mental. Um posterior desenvolvimento da investigação, já previsto, levará em consideração, também, os vídeos multimídias lançados no *YouTube* (o segundo mecanismo de busca mais difundido no mundo, depois do Google). Estes constituem uma importante fonte de atualização, tendo em vista a relevância por eles adquirida no cenário atual das novas tecnologias digitais em relação a uma linha de estudo que – embora não estritamente referente à teoria das representações sociais – investigou a imagem da psicanálise e/ou da psiquiatria no cinema (Gabbard & Gabbard, 1999; Metz, 1977; Orchowski, Spickard & McNamara, 2006; Schneider, 1999).

(15) A exploração destes ambientes em uma pesquisa de psicologia social do turismo, destinada a comparar as representações dos visitantes anteriores com potenciais primeiros visitantes de capitais históricas europeias entre os membros de duas redes sociais, nos conduziu a observações preliminares acerca da diferença entre as duas plataformas (Facebook e Yahoo Answers): no caso do Facebook, mostrando a prevalência dos aspectos emocionais relativos às viagens e aos lugares entre os visitantes anteriores pertencentes ao Facebook e compartilhando com os potenciais primeiros visitantes as suas experiências mais afetivas sobre os lugares. Diferentemente, nas conversações dos membros conectados por meio do Yahoo Answers, prevalece o caráter informativo e a tendência a fornecer informações detalhadas e práticas acerca da cidade-destino turística, como um modo de compartilhar com os potenciais futuros visitantes os seus mapas representacionais das cidades visitadas (de Rosa, no prelo b).

Sobre mais detalhes deste novo programa de pesquisa – finalizado no que se refere aos aspectos projetuais e de modelagem metodológica, está atualmente em plena operatividade executiva – indicamos alguns trabalhos ainda no prelo (de Rosa, 2011a, 2011b) e futuras publicações para ilustrar alguns resultados obtidos. Aqui nos limitamos a destacar alguns elementos de particular interesse para o

estabelecimento de novas linhas de investigação, como perspectiva para os pesquisadores que pretendem desenvolver a teoria das representações sociais, tendo em vista as profundas transformações ocorridas no sistema das mídias e das comunicações e, portanto, das relações sociais.

Como discutido anteriormente (de Rosa, 2010; 2011b, 2012b), em pesquisas sobre as representações sociais baseadas nas conversações entre membros de redes sociais, são altamente informativas pela perspectiva ecológica e não intrusiva da pesquisa em contextos naturais (embora neste caso se trate de ambientes virtuais *on-line*). Uma abordagem psicossocial e interessada também nos aspectos semânticos (e não somente na estrutura formal das relações) das redes sociais, para capturar e analisar os fragmentos significativos de conversações coproduzidas durante as interações *on-line* dos seus membros, permite ir além do atual estado da arte, desenvolvido sob a influência da sociologia, da matemática e das ciências computacionais no campo da análise de redes sociais (sigla em inglês, SNA), para estudar a estrutura social (Corbisiero, 2007; Furth, 2010). A pesquisa destinada a identificar as representações sociais nas trocas interpessoais ocorridas nas redes sociais é ainda mais interessante, se considera-se que a comunicação interpessoal e, sobretudo, o *boca a boca* (*word of mouth*), em muitos estudos na linha da *communcation research,* tornou-se a fonte mais influente entre os vários recursos de conhecimento à disposição das

pessoas[16] (livros escolares, literatura, filmes, canções, internet, imprensa, documentários, etc.).

Em relação à relevância social das redes sociais por nós selecionadas, basta considerar estes dados (suscetíveis de atualizações diárias) suficientes para expressar o interesse de se começar uma pesquisa sobre as representações sociais nestes ambientes, que acompanham e, em grande parte, substituíram os lugares de encontro tradicionais como os *cafés,* considerados por Moscovici verdadeiros laboratórios sociais de elaboração e trocas da *thinking society*.

A transformação estrutural observada nos últimos vinte anos nas redes sociais consiste na passagem do modo tradicional de telecomunicação, usado para conectar pessoas fisicamente separadas umas das outras, ao novo modelo da 'presença conectada' ('*connected presence')* e, portanto, de mútua acessibilidade quase permanente e instantânea (Castells, Fernandez-Ardevol, Qiu & Sey, 2007). "Neste novo modo, as pessoas são acessíveis telefonicamente, 'SMSed', vistas, contatadas por *e-mail* de maneiras alternativas e pequenos gestos ou sinais de atenção são tão importantes quanto o conteúdo da própria mensagem" (Licoppe & Smoreda, 2005, p. 317).

_____

(16) Por exemplo, em pesquisas que analisavam, entre outros, a influência de diversas fontes relativas à escolha por parte dos turistas primeiro-visitantes das cidades de destino de suas viagens (cf. de Rosa, 2012b).

Alguns dados essenciais – extraídos de várias fontes[17] - atestam a velocidade de difusão e o crescimento exponencial das redes sociais[18], que já tem ultrapassado a pornografia como primeira atividade na web, com 96% dos *baby boomers* que em 2010 aderiram a uma rede social:

a) *Facebook* [19](ativado em fevereiro de 2004) registrou 100 milhões de usuários em menos de nove meses, com um grande percentual de crescimento de 8% registrado nos primeiros três meses de 2011, dado ainda mais impressionante se o confrontamos com o tempo necessário para a difusão entre 50 milhões de usuários de outras mídias (38 anos para a rádio, 13 anos para a televisão, três anos para o Ipod). Facebook atualmente (março de 2011) conta com mais de 500 milhões de usuários ativos em todo o mundo, com um crescimento de 40% em seis meses em 2010; existe em cerca de 100 versões linguísticas; 200 milhões de usuários o acessam através de dis-positivos móveis; 83% das companhias utilizam o Facebook. Se o Facebook fosse um país, seria o quarto país mais populoso do mundo. Apenas nos primeiros três primeiros meses de 2011, os membros do Facebook gastaram 32.055.000 minutos

---

(17) Entre os numerosos vídeos disponíveis no YouTube sobre o tema, destacamos: a) "Welcome to the social media revolution" http://www.youtube.com/watch?v=98iZlrtXfOk&feature=related (criado em 19 de fevereiro de 2010, acessado em 28 de março de 2011); b) "Social Media Statistic & Facts 2010", criado em 3 de maio de 2010 por Box Hill Instituto de Melbourne na Austrália, disponível por meio do link: http://www.youtube.com/watch?v=gQ0wFqNfu7A&feature=related; c) "Social media revolution 2010" criado em 4 de maio de 2010, disponível pelo link http://www.youtube.com/watch?v=NB_P-_NUdLw&NR=1.

(18) Entre os numerosos vídeos disponíveis no YouTube sobre o tema, destacamos: a) "Welcome to the social media revolution" http://www.youtube.com/watch?v=98iZlrtXfOk&feature=related (criado em 19 de fevereiro de 2010, acessado em 28 de março de 2011); b) "Social Media Statistic & Facts 2010", criado em 3 de maio de 2010 por Box Hill Instituto de Melbourne na Austrália, disponível por meio do link: http://www.youtube.com/watch?v=gQ0wFqNfu7A&feature=related; c) "Social media revolution 2010" criado em 4 de maio de 2010, disponível pelo link http://www.youtube.com/watch?v=NB_P-_NUdLw&NR=1.

(19) Fontes oficiais Facebook © 2011, disponível pelo link https://www.facebook.com/press/info.php?statistics. Cf. Também as infographics do serviço de Web Analytics Alexa Internet, disponível pelo link http://www.alexa.com/siteinfo/facebook.com

de conexão nesta rede social. De acordo com estimativas apresentadas pelo Box Hill Institute de Melbourne, em 2010 um usuário médio do Facebook gastava 55 minutos por dia neste

sítio, 6,5 horas por semana e 1,20 dias ao mês. As estimativas, atualmente disponíveis, relativas à proporção de usuários na Itália e na França, confirmam um montante de, aproximadamente, 18 milhões em cada um dos dois países (7,2% do tráfego total do sítio), assumindo, em ambos os casos, o segundo lugar no Ranking *Facebook.com's Regional Traffic* de Alexa Internet;

b) *Twitter* [20](ativado em 15 de julho de 2006) registrou um crescimento do número de usuários de 50 mil, em 2007, para 175 milhões, em 2010, e, de acordo com análises mais recentes, até o final de 2011 estima-se que este número chegue a 200 milhões. Cerca de duas a três contas de *twitter* são ativadas a cada segundo; 65 milhões de *tweets* por dia; 41% de empresários consideram *Twitter* um bom negócio para as suas empresas. Um em cada cinco norte-americanos usa Twitter ou similares para falar dos lugares onde gosta de comer, dos produtos que comprou, das noticias etc. 80% dos usuários se conectam por meio de telefone celular. As estimativas, atualmente disponíveis, relativas à proporção de usuários na Itália e na França, informam o número de cerca de um milhão e meio de contas em cada um dos dois países (4% do tráfego total do sítio), ocupando, respectivamente, o décimo quinto e décimo sexto lugar no Ranking *Twitter.com's Regional Traffic* de Alexa Internet;

---

(20) Fontes oficiais Twitter © 2011, disponíveis pelo link https://twitter.com/about. Ver também Costolo, D. (2010). A Conversation with Dick Costolo, CEO, Twitter. Apresentado no Conversational Media Summit, New York, 8 de junho de 2010, disponível pelo http://cmsummit.com/Gallery e as infographics do serviço de Web Analytics Alexa Internet, disponíveis pelo link http://www.alexa.com/siteinfo/twitter.com.

c) *Yahoo! Answers*[21] é um serviço lançado pelo Yahoo! em julho de 2005, que conta atualmente com cerca de 250 milhões

de usuários em todo o mundo e um número de *thread* estimado acima dos 500 milhões. As estimativas relativas à proporção de usuários na Itália e na França confirmam um acúmulo, respectivamente, de cerca de 17 e 7,5 milhões usuários (9,8% do tráfego total do sítio).

A relevância das redes sociais, contudo, não se refere apenas ao *efeito "bola de neve"* da sua difusão incremental entre os usuários, mas também ao tipo de relações sociais que se estruturam no seu interior e, sobretudo, o efeito de 'familiaridade' que se cria entre seus membros e o tipo de 'confiança' que esta tende a gerar no círculo do "*small world phenomenon*" (e do mundo que se torna pequeno graças à cadeia social de conhecidos: os amigos dos amigos dos amigos…). Segundo Ivana Marcová (2009, p. 239), na comunicação cotidiana a dimensão da confiança/desconfiança – além de ser ela mesma um objeto de representação social e, portanto, um conceito multifacetado e historicamente mutável – "pode ser considerada como um *thema,* ou uma categoria relacional e opositiva fundamental", uma espécie de pré-requisito para a troca e a produção das representações sociais. Neste sentido, a confiança refere-se a todas as

_____

(21) Fontes oficiais © Yahoo, disponíveis pelo link http://yanswersblog.com/index.php/archives/tag/yahoo-answers/. Ver Adamic, A. Zhang, J. Bakshy, E. & Ackerman, M. S. Knowledge Sharing and Yahoo Answers: Everyone Knows Something. Proceeding of the 17th international conference on World Wide Web, 2008, pp. 665-674, disponível pelo link http://delivery.acm.org/10.1145/1370000/1367587/p665-damic.pdf?key1=1367587&key2=6202941031&coll=DL&dl=ACM&ip=151.100.126.9&CFID=14273330&CFTOKEN=64976466. Cf. também o Site profile for Yahoo! Answers, Doubleclick AD Planner by Google, disponível pelo link https://www.google.com/adplanner/site_profile#siteDetails?identifier=answers.yahoo.com

relações sociais (e não somente às afetivas primárias mãe-criança), sejam elas assimétricas e definidas por papeis profissionais (ex.: médico-paciente) ou comerciais (vendedor-cliente), que simétricas (ex.: relações de amizade), incluindo as relações destinadas à troca de conhecimentos.

A passagem fundamental, em relação aos temas tratados por Moscovici na pesquisa fundadora da teoria das representações sociais, e que nós nos propomos a reatualizar à luz das profundas mudanças ocorridas nos três ápices do triângulo epistêmico e nos sistemas de comunicação que in-*formam* (no sentido de dar 'dar forma a') as suas relações recíprocas, é entender em que medida o advento da sociedade em rede esteja redefinindo as tradicionais relações, seja *nas* e *entre* as comunidades científicas, seja *nas* e *entre* as mais amplas comunidades epistêmicas, que se encontram, além de nos tradicionais cafés, nas redes sociais.

Os sociólogos da ciência lançaram luz sobre a evolução do modo de comunicar a ciência e o advento de uma *ciência 2.0* em uma *sociedade 2.0* (tomando emprestada a analogia da evolução da Internet da Web 1.0 a Web 2.0). A configuração da ciência contemporânea parece afastar-se da 'grande ciência' acadêmica, cujo modelo, por excelência, é o da física e dos grandes laboratórios que conduzem experimentos sobre partículas elementares, que demandavam enormes aceleradores e, portanto, grandes investimentos financeiros, vastos acordos de colaborações

internacionais, e uma sólida relação de confiança entre poder político e um restrito círculo de especialistas.

> Se a ciência 1.0 se institucionalizou e se desenvolveu justamente graças à crescente especialização setorial, um elemento que qualifica, em diferentes níveis, a ciência 2.0 ou pós-acadêmica é a sua tendência de colocar em discussão os limites: em primeiro lugar os tradicionais limites entre a pesquisa de base, pesquisa aplicada e a sua implementação tecnológica (…).
>
> (…) a ciência pós-acadêmica interpreta, de modo ainda mais peculiar, esta vocação. Por um lado, de fato, o desenvolvimento das tecnologias da comunicação incidiu profundamente sobre as práticas da pesquisa, enfraquecendo ainda mais os vínculos espaciais na colaboração entre grupos de pesquisa e favorecendo a subdivisão de atividades diferentemente complexas ou o monitoramento contínuo de longos experimentos. O laboratório, que sustentava e encarnava a ciência acadêmica também do ponto de vista arquitetônico – ao ponto que a construção de um laboratório, historicamente, marcava a institucionalização de um território intelectual e a sua independência disciplinar (Home, 1993) –, em muitos setores desmaterializou-se parcialmente em favor de redes

> e conexões que não requerem necessariamente a presença física dos pesquisadores em um mesmo lugar. Este enfraquecimento dos vínculos espaciais reflete-se em dinâmicas que reproduzem, em escala menor, os mais amplos processos socioeconômicos da globalização. (Bucchi, 2010, pp. 177-8; 180).

Mas se a análise dos processos de transformação das modalidades de elaboração, produção e troca científica conduz Bucchi a se interrogar se "é possível ainda falar de comunidade científica?", por volta de dez anos antes Nowotny, Scott e Gibbons revelavam que "ciência e sociedade tornaram-se arenas que se confundem uma com a outra" (Nowotny, Scott & Gibbons, 2001, p.4), produzindo uma espécie de "distribuição social de *expertise*" e de "sistema integrado ciência-sociedade",

> onde os aspectos de autoridade cognoscitiva não podem mais ser dados como certos, mas devem ser continuamente demonstrados e onde a formulação dos problemas e a negociação das soluções se deslocam dos contextos institucionais do passado – o governo, a indústria e as universidades – "em um espaço público" que os autores denominam "ágora", no qual a ciência encontra o

> público e o público fala à ciência (Nowotny, Scott & Gibbons, 2001, p. 247 citado por Bucchi, 2010, p. 186).

Existem obviamente pontos de vista controversos entre os estudiosos em relação aos processos de democratização da ciência, também por efeito das novas tecnologias. Manuel Castells (1996, 2000 2ª ed.) lançou luz, por exemplo, sobre como o *fluxo do poder* tinha sido redefinido pelo *poder dos fluxos,* e como o controle e a acessibilidade aos fluxos informativos seja distribuído e concentrado de maneira completamente heterogênea nas várias áreas do mundo, configurando novos equilíbrios geopolíticos sobre a base dos novos mapas geoinformáticos da *galáxia internet*. Todavia, é certo que a relação entre a ciência e a sociedade, e de ambas com as mídias tenha mudado profundamente.

> A ciência acadêmica 1.0 esnobava as mídias: as considerava um péssimo embaixador das verdadeiras ideias junto ao grande público, um "espelho sujo" responsável por refletir uma imagem opaca e distorcida da pesquisa. Liquidava a comunicação aos não especialistas com o epíteto significativamente depreciativo de "divulgação" (...) A ciência 2.0, pelo contrário, identifica nas mídias um interlocutor sempre mais central. Quer por uma

confiança equivocada na eficácia da comunicação para sanar o déficit do *public understanding of science*, quer por uma osmose de modelos organizativos devido às crescentes interações com o mundo empresarial, quer por uma constatação de que gozar de uma boa visibilidade midiática constitui um elemento ao qual os agentes políticos e mesmo os investidores financeiros são sempre mais sensíveis, fato que não há universidade ou instituto de pesquisa que não disponham de serviços e equipes encarregados das relações públicas, e que não organizem conferências de imprensa para apresentar as próprias atividades mais significativas (Bucchi, 2010, pp. 173-174).

E ainda:

> A tradicional sequência linear "pesquisa --- discussão informal entre os colegas — publicação especialista oficial — comunicação aos *policy makers* — absorção e estabilização no corpus disciplinar por meio da manualística --- divulgação ao grande público", que havia caracterizado a comunicação da ciência até todo o período da *big science*, é continuamente fragmentada e recomposta.
>
> Semelhantes transformações são acentuadas pela difusão dos novos meios de comunicação eletrônicos. A *web*, tipicamente, infringe aquela ordem sequencial e a obtida de

uma série de “filtros”, que no passado contradistinguiam o percurso dos resultados científicos dos pesquisadores ao grande público, por meio de uma série de fóruns especialistas. Uma pesquisa no Google sobre “aplicações das nanotecnologias” fornece, simultaneamente, desde a primeira página, artigos especializados, publicidade comercial, documentos de *policy*, opiniões entusiastas sobre o futuro das nanotecnologias e preocupações por algumas de suas implicações (Trench, 2008). Inscrevendo-se em grupos de discussões ou *mailing list*, é possível a qualquer um encontrar-se em meio às controvérsias entre especialistas, há um tempo cuidadosamente vetadas aos não-especialistas, ou ter acesso, sobre determinado tema (por exemplo, os OGM), tanto às posições dos cientistas mais ‘ortodoxos’ quando àquelas dos mais céticos. As motivações acima descritas em relação ao *open access* às publicações especializadas contribuem para colocar à disposição dos não-especialistas – pacientes, empresas – materiais há um tempo acessíveis apenas por meio de bibliotecas de determinadas instituições. Mesmo a capacidade do *peer review* de atuar como filtro comunicativo entra em discussão, no momento em que o contexto altamente competitivo da ciência pós-acadêmica se une a mídias que possibilitam uma proliferação e uma rápida difusão de conteúdos comunicativos multidirecionais e transversais

> em relação aos fóruns tradicionais (Bucchi, 2010, pp. 175-176).

Wikipédia não é a Treccani e nunca o será, pelo menos, não até que seja verificado que o controle social da credibilidade das informações, entre a minoria dos contribuidores ativos em relação à grande maioria dos leitores, tenha equilibrado a relação entre qualidade e quantidade das informações inseridas na rede. De fato, esta enorme enciclopédia universal *on-line*, acessível a todos gratuitamente, responde à lógica de "tornar simples corrigir os erros, mais do que tornar difícil cometê-los": isto é, a filosofia oposta àquela que inspira as grandes Enciclopédias (como a Treccani, na Itália), escritas por poucos (uma restritíssima minoria de especialistas), mas também lidas por um número relativamente restrito de leitores. Em 2010 *Wikipédia* contava com mais de 14 milhões de artigos escritos por 75.000 contribuidores em 260 línguas, visualizados por 684 milhões de usuários. Se poderia argumentar que também a Treccani e a sua utilização não sejam mais as mesmas na era da Wikipédia[22].

---

(22) Desde 14 de março de 2011, de fato, La Treccani anunciou o novo Portal Treccani: http://www.treccani.it/, com Community. Por meio deste endereço http://www.tuttogratis.it/studenti/enciclopedia_treccani_online/ é possível acessar uma enciclopédia online completamente gratuita, organizada em torno de sete áreas temáticas. Cada palavra no interior dos textos está vinculada ao vocabulário e às enciclopédias presentes online: basta clicar duas vezes sobre o termo para encontrar sua descrição correspondente e conhecer o seu significado. Para os usuários está disponível uma barra de ferramentas para poder efetuar pesquisas por meio de palavras-chaves diretamente do browser do computador e, também através deste recurso, é possível fazer parte de uma rede social cultural que permite o melhor compartilhamento das informações obtidas. Além disso, tem uma web tv que possibilita visualizar conteúdos realmente interessantes. A confirmação da dinamicidade das trocas entre os vários universos do conhecimento e de seus porta-vozes é tão significativa que a revista norte-americana Observer, periódico oficial da Association

for Psychological Science, dedicou um artigo (the Presidential column, assinado pelo Presidente da A.P.S., prof. Mahazarin Banaji, Harvard University), apresentando na capa o título: “Harnessing Wikipedia for scientific psychology: a call to action” [Observer, 24, (2), pp. 5-26], em fevereiro de 2011, e dedicando também um site à iniciativa do APS para a utilização do poder comunicativo da Wikipédia para promover um ensino de qualidade da psicologia científica: http://www.psychologicalscience.org/APSWI.

Tendo em vista a nossa proposta de investigação, para atualizar a pesquisa de Moscovici sobre as representações sociais da psicanálise, devemos nos perguntar: quantas destas pessoas que falam de psicanálise leram a *Opera Omnia*, ou, pelo menos, algum escrito original de Freud, e quantas já esbarraram com a página da *Wikipédia*, por curiosidade, por acaso, intencionalmente ou graças ao *input* de um membro de uma rede social? E o que significa isto em relação às representações sociais desta ciência-não ciência, terapia-bruxaria, que é tão debatida de formas diversas, em tempos diversos, em contextos diversos e entre gente diversa? Como estas pessoas diversas falam sobre isso nas suas conversações com os outros membros das redes sociais? Será possível reconstruir um levantamento das relações simbólicas entre grupos sociais, sistemas de comunicação e representações sociais a partir destes novos ambientes de troca entre pessoas?

Conscientes da temeridade desta nova aventura intelectual (como pode ser definida cada nova pesquisa que se assume, envolvendo pessoas, recursos, seg-mentos significativos da própria vida, etc.) no auspício de lançar um novo foco de luz sobre uma pesquisa-mãe tão fascinante e famosa que se torna quase intocável, esperamos nesta nossa tentativa audaciosa ter, ao menos, acolhido o desejo de continuidade com o qual Moscovici comenta o seu próprio trabalho no posfácio “o trabalho da ciência nunca está completo e a sua virtude reside no seu recomeçar”.

A nossa pesquisa tem como intenção homenagear a fecundidade inspiradora da *opera prima,* que justamente Gerard Duveen (2008, p. XVI) assim a avaliava:

> É um texto clássico, mas não do tipo para se colocar nas prateleiras de uma biblioteca para consulta por parte dos interessados na história da disciplina, ainda se estes estudiosos encontrarão, certamente, neste livro uma rica fonte para a sua pesquisa. Pelo contrário, trata-se de um texto que deveria suscitar o interesse dos psicólogos sociais contemporâneos e atrair a sua atenção

E também Jesuino (2011):

> Podemos dizer, sem hesitação, que se trata de um clássico, no sentido que a sua leitura e releitura nos oferece sempre algumas surpresas, algumas ideias, cuja pertinência tinha fugido nas vezes precedentes. Eis por que é preciso traduzi-lo e também retraduzi-lo, porque uma tradução é também uma representação, uma forma de assimilação, de ancoragem de um pensamento em outro pensamento. (p. 2)

Em conformidade com o que acabamos de mencionar, no que nos diz respeito, conduziremos esta nova pesquisa com a humildade de um regente de uma notável sinfonia, que não pretende recriá-la, mas apenas renovar o gosto de reescutá-la, atualizando o seu tema com pequenas variações.

Anexo A

Inspirada na teoria das Representações Sociais, a série – organizada por de Rosa para Edizioni Unicopli, em cooperação com um conselho editorial composto por Serge Moscovici, Denise Jodelet, Bruno Mazzara, Francesco Colucci e uma comissão internacional de *blind reviewers* – refere-se a uma área científica interdisciplinar na qual concorrem a psicologia social (e setores a ela relacionados, como a psicologia do meio ambiente, da saúde, da educação, das organizações, da política), a sociologia, os estudos sobre a comunicação, a antropologia cultural, a história das mentalidades e dos saberes científicos etc.

A série constitui um foro para discutir as interconexões entre conhecimento científico e senso comum, representações e práticas sociais, comunicação e sistema polifônico da mídia, especialmente considerando o fato de que as representações sociais se diferenciam das puras cognições, muito frequentemente estudadas como formas do pensamento culturalmente e socialmente descontextualizadas.

À luz do debate científico sobre os novos cenários da comunicação e da construção social do conhecimento, esta série internacional multilíngue (prioritariamente italiano-inglês-francês) tem como objetivo responder à necessidade de investigar as representações sociais não simplesmente como sistemas de

referência ou “discursos”, mas também como construções sociais dinâmicas que se geram, se transformam e se difundem em interação com os vários sistemas midiáticos e formas de comunicação entre indivíduos, grupos, instituições e organizações. Os fenômenos estudados, em relação às novas formas de socialização do conhecimento e às suas estratégias comunicativas nos mais diversos âmbitos (da política à saúde, do ambiente à economia, etc.) são de extrema atualidade e altamente relevantes para as políticas sociais no mundo contemporâneo.

Anexo B

Para a *abordagem estrutural,* a chamada *Escola de Aix-en-Provence*: Flament (1981, 1986, 1987, 1989, 1994a, 1994b), Abric (1976, 1993, 1994, 2003a, 2003b), Abric and Tafani (2009); Deschamps e Guimelli (2004); Guimelli (1988, 1993, 1994); Guimelli e Deschamps (2000); Guimelli e Rouquette (1992); Moliner (1989, 1994a, 1994b, 1995a, 1995b, 2001); Rateau (1995, 2002); Tafani, Audin e Apostolidis (2002); Tafani, Bellon e Apostolidis (2002).

Para a *abordagem sociodinâmica*, a chamada *Escola de Genebra*: Doise (1986, 1988, 1992, 1993, 2002, 2005); Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992); Staerklé e Clémence (2004); Spini (2005). Uma recente revisão da *Escola de Genebra-Lausanne* foi apresentada em Emiliani e Palmonari (2009).

Para a *abordagem antropológica*: Jodelet (1984, 1989a, 2003); Haas (2002, 2006); Haas e Jodelet (2007); Kalampalikis (2007), e para a *abordagem etnográfica*: Duveen e Lloyd 1990; algumas vezes, integradas por estudos sobre representações sociais do desenvolvimento e das práticas educativas em vários contextos de aprendizagem e socialização: Mugny e Carugati (1985); Carugati e Selleri (2004); Emiliani e Molinari (1995).

Para a *abordagem narrativa,* nas suas diversas variações com foco em atividades narrativas, discursivas, textuais ou

conversacionais com várias abordagens, que tendem ora a valorizar as construções identitárias, ora a privilegiar as relações com a esfera pública e o contexto, ora com padrões de comportamentos coletivos: Laszlo (2002); Joffe (1995); Contarello e Volpato (2002); Jovchelovitch (2002, 2006); Purkhardt (2002); Wagner e Hayes (2005); Howarth (2006b, 2007); Colucci e Montali (2004); Montali, Colucci, Pieri (2005); também inspirada na *abordagem dialógica* (Marcová, 2003, 2009) ou na '*psicologia sociocultural'*, incluindo a *abordagem semiótica mediacional* (ver Valsiner & Rosa, 2007). Em alguns momentos, a abordagem narrativa articula-se também com a *abordagem retórica* (Billig, 1993) ou *discursiva/conversacional* (Potter & Litton, 1985; Parker & Burnan, 1993), muitas vezes sem levar em consideração os distintos princípios epistemológicos que inspiram os dois paradigmas: a análise radical do discurso e a teoria das representações sociais (ver de Rosa 1994a e 2006c sobre este debate);

Abordagem multiteórica e multimétodo modelizante desenvolvida por de Rosa (1987a, 1987b, 1988, 1990a, 1990b, 1991, 1992, 1993, 1994a, 1994b, 1995, 1996, 1997, 2000a, 2001b, 2002a, 2004, 2006a, 2006b, 2006c, 2008, 2009a, 2012b; de Rosa & Farr, 2001; de Rosa & Mormino, 2000, 2002; de Rosa, d'Ambrosio & Cohen, 2005; de Rosa & Bocci, 2012; de Rosa & Holman, 2011). Esta abordagem orienta consistentemente a atividade de pesquisa

desenvolvida junto ao *European PhD on Social Representations and Communication Research Centre and Multimedia Lab* (http://www.europhd.eu) (de Rosa 2000b, 2001a, 2009b). A abordagem multimétodo para o estudo das representações sociais, teorizada por de Rosa (1987a; 1990b), está amplamente difundida na literatura, seja entre aqueles que estão convencidos da oportunidade de superar a obsoleta dicotomia entre métodos quantitativos e qualitativos, ou adotam desenhos de pesquisa complexos baseados na triangulação dos métodos, seja entre os que estão interessados no estudo integrado das representações na mídia e nos sujeitos sociais: Bauer e Gaskell, Wagner, Mazzara, Camargo Vizeu, Colucci e Montali (entre outros).

Anexo C

É oportuno ressaltar que em uma pesquisa sobre representações sociais, quando se introduz em seus desenhos de investigação variáveis como sujeitos pertencentes a diversas nações ou contextos sociogeográficos distintos, leva-se em consideração a sensibilidade diferenciada das orientações da *psicologia cultural* em relação às abordagens clássicas da *psicologia cross-cultural,* como tão bem evidenciou Mazzara (2007, p. 45): "(...) a abordagem *cross-cultural* aparece, todavia, caracterizada por uma série de dificuldades de caráter epistemológico, além de metodológico, que tornaram problemática a relação com os desenvolvimentos mais recentes da psicologia cultural.

A abordagem aparece, de fato, caracterizada por uma contradição de fundo: por um lado ela exprime uma profunda atenção ao papel da cultura, e, justamente por isto, esteve desde sempre fortemente crítica em relação às tentativas de absolutizar os resultados da pesquisa psicológica conduzidas nos países ocidentais avançados; por outro lado, porém, a comparação *cross-cultural* é conduzida para 'depurar' os processos psicológicos das influências culturais, a fim de chegar a reconhecer como realmente psicológico tudo o que permanece apesar da variabilidade cultural. É como dizer que é considerado verdadeiramente

psicológico somente aquilo que se demonstra não ser cultural; e é isto, de fato, o verdadeiro cerne da diferença entre as duas abordagens: para a psicologia *cross-cultural* cultura e processos psicológicos são entidades distintas, tanto que uma começa onde os outros terminam; enquanto para a psicologia cultural são entidades estritamente interconectadas, reciprocamente constitutivas".

Sobre as várias orientações da psicologia cultural, ver Valsiner & de Rosa (Eds.) (2007). Em particular, sobre a relação entre representações sociais e cultura, ver, entre outros, Jodelet (2002, 2012) e Duveen (2007).

Anexo D

A mesma definição de rede social é objeto de esclarecimentos progressivos na literatura. De acordo com Boyd & Ellison (2007, p. 2): "Definimos como sítios de redes sociais serviços baseados na web que permitem aos indivíduos: (1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema definido, (2) articular uma lista de outros usuários com os quais compartilham conexões, e (3) ver e cruzar as suas listas de conexões e aquelas criadas pelos outros usuários dentro do sistema (...) A natureza e nomenclatura destas conexões podem variar de sítios para sítios (...) Nós propomos não usar o termo *networking* por duas razões: ênfase e escopo. "*Networking*" enfatiza o estabelecimento de uma relação, frequentemente, entre estranhos. Embora a atividade de *networking* seja possível nestes sítios, não é a prática principal em muitos deles, nem os diversifica de outras formas de computer - mediated – communication (CMC)."

Segundo Beer (2008), na tentativa de esclarecer a definição de redes sociais, Boyd e Ellison separam '*social networking sites'* de '*social network sites'*, mantendo o termo *networking* como equivocado se não aplicado àqueles sítios que possuem como razão primeira e elementar formar uma rede social. Como alternativa, Beer (2008, p. 519) propõe: "no lugar de uma visão muito genérica destes sítios, por que não usar um termo como Web 2.0 para descrever a mu-

dança geral e depois estabelecer internamente categorias específicas, como *wiki's, folksonomies, mashups* e sítios de redes sociais".

Facebook é um serviço de rede social voltado ao compartilhamento de conteúdos. Os usuários podem criar os perfis adicionando fotos, listas de interesses pessoais, informações sobre si próprios e também sobre seus contatos. É possível comunicar-se com os próprios contatos ou com outros usuários por meio de mensagens de tipo pública ou privada, um mural pessoal onde colocar conteúdos textuais ou multimídias, e um adequado serviço de *Instant Messaging*. É possível, também, criar grupos de interesse ou "páginas", algumas delas, muitas vezes, mantidas por organizações, entidades ou instituições comerciais e não comerciais. Os recursos do Facebook são múltiplos:

- a inscrição no sítio é completamente gratuita (Facebook, na verdade, obtém seu retorno financeiro da publicidade, inclusive dos *banners*);
- os inscritos no Facebook podem escolher integrar-se a uma ou mais redes, organizadas por cidades, local de trabalho, escola e religião;
- os usuários podem criar um perfil que, geralmente, contém foto e lista de interesses pessoais, trocam mensagens privadas ou públicas e fazem parte de gru-

pos de amigos (a visualização dos dados detalhados do perfil é restrita aos usuários da mesma rede ou de amigos confirmados);

◦ é consentido aos usuários inserir anúncios, que são visíveis apenas aos usuários presentes na mesma rede;

◦ inclui alguns serviços que estão disponíveis em dispositivos móveis, como a possibilidade de baixar conteúdos, de receber e responder mensagens, de mandar e receber *poke* e escrever no mural dos usuários usando SMS, bem como a possibilidade de navegar na network;

◦ "*mini-feed*", que mostra as próprias ações e as dos amigos, em uma linha de tempo pública;

◦ disponibilidade (a partir do outono de 2008) de um sistema de API que serve para integrar os sítios externos com a rede social. Usando *Connect* é possível conectar a própria conta no Facebook com o meio utilizado para inserir comentários ou artigos em um sítio externo, como, por exemplo, um *blog*. Na prática, é possível exportar a própria identidade Facebook, utilizando-a nos sítios que aceitam Facebook *Connect*.

Twitter é um serviço gratuito de rede social e *microblogging,* que fornece aos seus usuários uma página pessoal possível de ser atualizada por meio de mensagens de texto com tamanho máximo de 140 caracteres. As mensagens breves postadas no Twitter podem ser mais ou menos etiquetadas, mediante o uso de uma ou mais *hashtags*: palavra ou frase precedida pelo símbolo # com mais palavras relacionadas, (ex.: #heineken é o meu tipo preferido de #cerveja). Desta forma, os usuários podem procurar o *tag* #heineken ou #cerveja para obter alguns resultados referentes às suas pesquisas. As *hashtag* podem ser utilizadas para seguir uma discussão entre mais usuários, encorajando ainda mais a conversação e a troca.

Twitter (correspondente sonoro da palavra *tweeter*, deriva do verbo em inglês *to tweet* que significa "tagarelar") é um das redes sociais mais difundidas, graças à sua característica principal: simplicidade e rapidez de utilização. Foi criado em março de 2006 pela Obvious Corporation, de San Francisco, Califórnia (USA). Como a maior parte das redes sociais voltadas ao entretenimento, o Twitter oferece aos seus usuários uma página pessoal atualizável por meio de mensagens de texto efetuadas, ou por meio do próprio sítio, ou via SMS, com programas de mensagens instantâneas, *e-mail*, ou também através de várias aplicações baseadas na API de Twitter. As atualizações ocorrem de modo instantâneo e deste mesmo modo são comunicadas a quem está registrado para recebê-las. O sítio ofe-

rece a possibilidade de compartilhar as atualizações com qualquer um, ou de destiná-las somente a algumas pessoas.

Yahoo! Answers, sítio de Q&A – *community-driven question-and-answer* - é um serviço lançado pela Yahoo! em julho de 2005. Embora seja indicado e promovido como um sítio de busca, a sua natureza é frequentemente debatida entre os especialistas: a ausência de um sistema efetivo de filtro de conteúdo e as características intrínsecas às trocas conversacionais e às interações entre os usuários o fazem incluí-lo, sobretudo, como um serviço de rede social, e tal dado explicaria a grande difusão do sítio nos últimos anos, em nível global. É destinado à difusão e ao compartilhamento de conhecimentos. Permite aos usuários enviar perguntas e receber respostas sobre, praticamente, qualquer assunto. O autor da pergunta pode escolher a melhor resposta ou deixar à comunidade de usuários mediante votação. Por meio da aplicação de “estrelinhas” é possível, também, evidenciar o interesse dos usuários em relação à pergunta e contribuir para torná-la mais facilmente acessível aos outros usuários. As respostas podem ser selecionadas tendo como referência seu valor, mediante a indicação do “polegar” para cima ou para baixo.

Referências

Abric, J.-C. (1976). *Jeux, conflits et représentations sociales*. Tese de doutorado, Université de Provence, Aix-en-Provence.

Abric, J.-C. (1993). Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of Social Representations, *Papers on Social Representations*, *2* (2), 75–8.

Abric, J.-C. (2003a). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. *In* J.-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'Études des Représentations Sociales* (pp. 119–43). Saint Agne: Eres.

Abric, J.-C. (2003b). L'analyse structurale des représentations sociales. *In* S. Moscovici & F. Buschini (Eds.). *Les Méthodes des Sciences Humaines* (pp. 375–92). Paris: Presses Universitaires de France.

Abric, J.-C. (ed.) (1994). *Pratiques Sociales et Représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.

Abric, J.-C. & Tafani, E. (2009). Gli sviluppi strutturali della teoria. *In* A. Palmonari & F. Emiliani (Eds.), *Paradigmi delle Rappresentazioni Sociali* (pp. 147–76). Bologna: Il Mulino.

Almeida, A., Santos, M. F. & Trindade, Z. (Eds.) (2011). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik/Centro Moscovici/UnB. (no prelo).

Banaji, M. (2011). “Harnessing Wikipedia for scientific psychology: a call to action”, *Observer*, *24* (2), 5-26.

Bauer, M. & Gaskell, G. (1999). Towards a paradigm for research on social representations, *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *29* (2), 163-186.

Beer, D. (2008). *Social network(ing) sites... revisiting the story so far: A response to Danah Boyd & Nicole Ellison*. *Journal of Computer-Mediated Communication*, *13* (2), 516-529.

Billig, M. (1993). Studying the thinking society: Social representations, rhetoric and attitudes. *In* G.M. Breakwell & D.M. Canter (Eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, (pp. 39-62). Oxford: Clarendon.

Billig, M. (2008) Social Representations and Repression: examining the first formulation of Freud and Moscovici, *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *38* (4), 355-368.

Boyd, D. M. & Ellison N.B. (2007). Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer- Mediated Communication*, *13* (1), 11. Acesso em

http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html (obtido em 31-3-2011).

Bucchi, M. (2010). *Scienza e società. Introduzione alla sociologia della scienza*. Milano: Cortina.

Buschini, F. & Kalampalikis, N. (2001). *Penser la vie, le social, la nature. Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici.* Paris: Editions de la Maison des sciences de l'homme.

Carugati, F. & Selleri, P. (2004). Intelligence, educational practices and school reform: Organisations change, representations persist. *In* A. Antonietti (Ed.), *What Students and Teachers Think about Learning: Contextual Aspects*, "European Journal of School Psychology" [Special Issue], pp. 149-167.

Castells, M. (1996). *The Rise of Network Society*. Oxford: Blackwell.

Castells, M. (2000). *The Rise of Network Society* (2ªed.). Oxford: Blackwell.

Castells, M. (2001). *Galassia Internet.* Milano: Feltrinelli.

Castells, M., Fernandez-Ardevol, M., Qiu, J. L. & Sey, A. (2007). *Mobile communication and society: A global perspective*. Cambridge, MA: The MIT Press.

Colucci, F.P. & Montali, L. (2004). Il caso Di Bella come emblematico del conflitto tra consensuale e reificato: la sua rappresentazione nella stampa. *Giornale Italiano di Psicologia*, *31*(1), 141-174.

Colucci, F.P. (2011). Commentário à Edição Italiana dei S. Moscovici (1976, 2ª ed.). *In* A.S. de Rosa (Ed.), *La psicoanalisi: la sua immagine, il suo pubblico* (p. 2). Milano: Edizioni Unicopli.

Contarello, A. & Volpato, C. (2002). Social representations, narrative and literary texts. *In* J. Laszlo & W. Stainton Rogers (Eds.), *Narrative Approaches in Social Psychology* (pp. 74–87). Budapest: New Mandate.

Corbisiero F. (2007). *Social Network Analysis. Tendenze, metodi e tecniche dell'analisi relazionale.* Milano: Franco Angeli Edizioni.

de Rosa, A.S. (1987a). Différents niveaux d'analyse du concept de représentation sociale en relation aux méthodes utilisées. *In* G. Bellelli (ed.), *La Représentation Sociale de la Maladie Mentale* (pp. 47–63). Napoles: Liguori.

de Rosa, A.S. (1987b). The social representations of mental illness in children and adults. *In* W. Doise & S. Moscovici (Eds.), *Current Issues in European Social Psychology* (vol. 2, pp. 47–138). Cambridge: Cambridge University Press.

de Rosa, A.S. (1988). Sur l'usage des associations libres dans l'étude des représentations sociales de la maladie mentale, *Connexions, 51*, 27–50.

de Rosa, A.S. (1990a). Comparison critique entre les representations sociales et la cognition sociale: sur la signification d'une approche développementale dans l'étude des représentations sociales. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale, 5*, 69–109.

de Rosa, A.S. (1990b) Per un approccio multi-metodo allo studio delle rappresentazioni sociali, *Rassegna di Psicologia, 7* (3), 101–52.

de Rosa, A.S. (1991). Idéologie médicale et non-médicale et son rapport avec les répresentations sociales de la maladie mentale. *In* V. Aebischer, J.P. Dechonchy & R. Lipiansky (Eds.), *Idéologies et Représentations Sociales* (pp. 235–72). Fribourg: DelVal.

de Rosa, A. S. (1992). Thematic perspectives and epistemic principles in developmental Social Cognition and Social Representation. The meaning of a developmental approach to the investigation of. S.R. *In* M. von Cranach, W. Doise & G. Mugny (Eds.), *Social representations and the social bases of knowledge* (pp. 120-143). Lewiston, N.Y.: Hogrofe & Huber Publishers.

de Rosa, A. S. (1993). Social representations and attitudes: problems of coherence between the theoretical definition and procedure of research. *Papers on Social Representations*, *2* (3), 178–92.

de Rosa, A. S. (1994a). From theory to meta-theory in social representations: the lines of argument of a theoretical–methodological debate. *Social Science Information*, *33* (2), 273–304.

de Rosa, A.S. (1994b). The end justifies the means, but the means might modify the end, trabalho convidado, apresentado na mesa redonda "Perspectivas Metodológicas das Representações Sociais", *2ª Conferência Internacional em Representações Sociais,* Rio de Janeiro, 29 ago–1º set. 1994.

de Rosa (1996). Reality changes faster than research. National and supranational identity in social representations of European Community in the context of changes in International relations. *In* G. Breakwell, & E. Lyons (Eds.), *Changing European Identities. Advances in social psychology* (pp. 381–402). Oxford: Buttherworth Heinemann.

de Rosa, A.S. (1997). Soziales Gedächtnis und die symbolischen Dimensionen der sozialen Repräsentationen von Wahnisnn und Geisteskrankheit. *In* M.C. Angermeyer & M. Zaumseil (Eds.), *Verrückte Entwürfe: Kulturelle und individuelle Verarbeitung psychischen Krankseins* (pp. 299–336). Bonn: Edition Das Narrenschiff im Psychiatrie-Verlag.

de Rosa, A. S. (2000a). North-South-East-West: The four points of the compass in the European Skies. A comparison of views from

different latitudes in the Social Representations of young people in ten European Countries. *In* M. Chaib & B. Orfali (Eds.), *Social Representations and Communicative Processes* (pp. 51-91). Jönköping: Jönköping University Press.

de Rosa, A. S. (2000b). Distance Training of European doctoral training students in meta-theoretical analysis of fullyresearched bibliographic corpus. Proceedings of The Wanderstudent 2000. *The Wanderstudent of 1425 revived in virtual reality in 2000? Towards a European Virtual University* (pp. 95-98). (Leuven, 20-21 October 2000), Leuven: Leuven University Press.

de Rosa, A.S. (2001a). Sistema di co-operazione e formazione a distanza implementato sul sito web dell'European doctoral programme on Social Representations and Communication: verso l'attivazione di una "intelligent virtual library". *In* M. Olivetti Belardinelli (Ed.), *Orientamenti della Ricerca in Italia sullo Sviluppo e l'Adattamento Psicosociale. Valentini day 12 Gennaio 2001* (pp. 99–109). Roma: Edizioni Kappa.

de Rosa, A.S. (2001b). The king is naked. Critical advertisement and fashion: the Benetton phenomenon. *In* K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the Social* (pp. 48–82). Oxford: Blackwell.

de Rosa, A.S. (2002a). Le besoin d'une "théorie de la méthode. *In* C. Garnier (Ed.), *Les Formes de la Pensée Sociale* (pp.151–87). Paris: Presses Universitaires de France.

de Rosa, A. S. (2002b). The "associative network": a technique for detecting structure, contents, polarity and stereotyping indexes of the semantic fields. *European Review of Applied Psychology*, *52* (3/4), 181-200.

de Rosa, A. S. (2003). Le "réseau d'associations": une technique pour détecter la structure, les contenus, les indices de polarité, de neutralité et de stéréotypie du champ sémantique liés aux Représentations Sociales. *In* J.-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 81-117). Paris: Editions Erès.

de Rosa, A. S. (2004). The role of emotions in the dynamics of remembering/forgetting the collective traumatic event 9/11 2001 from September 11 to the Iraq war. *Revista de Psichologia Sociala*, *13*, 19-43. Romania: Editura Polirom, Iasi.

de Rosa, A. S. (2005). A "Rede Associativa": uma técnica para captar a estrutura, os conteúdos, e os ìndices de polaridade, neutralidade e estereotipia dos campos semânticos relacionados com a Representações Sociais. *In* A. S. Paredes Moreira (Ed.), *Perspectivas Teorico-metodológicas em Representações Sociais* (pp. 61-127). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.

de Rosa, A.S. (2006a). ¿Por qué es importante? Notas inspiradas en una mirada reflexiva a la teoria de las representaciones sociales. *In* S. Valencia Abundiz (Ed.), *Representaciones Sociales. Alteridad, epistemologia y movimientos sociales,* (pp. 79–173). México: Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias de la Salud.

de Rosa, A.S. (2006b). From September 11 to the Iraqi war. Shocking images and the polarization of individual and socially negotiated emotions in the construction of mass flashbulb memory. *In* S. Gertz, J.-P Breaux & J. Valsiner (Eds.), *Semiotic Rotations: Modes of meaning in cultural worlds* (pp.137–68). Greenwich, Ct.: Information Age Press.

de Rosa, A.S. (2006c). The boomerang effect of radicalism in discursive psychology: A critical overview of the controversy with the social representations theory. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *36* (2), 161–201.

de Rosa, A.S. (2009a). Mito, ciência e representações sociais. *In* E.C. Paredes & D. Jodelet (Eds.), *Pensamento Mítico e Representações Sociais* (pp. 123–75). Cuiabá: EdUFMT/Fapemat/edIUNI.

de Rosa, A.S. (2009b). Promoting joint European/International doctorates in a global scenario: Opening the European PhD on social

representations and communication to the world. *In* M. Gaebel, L. Purser, B. Wächter & L. Wilson (Eds.), *Internationalisation of European Higher Education. An EUA/ACA Handbook* (pp. 1–35). Stuttgart: RAABE.

de Rosa, A.S. (2009c). The So.Re.Com. EuroPhD World: Combining Partnerships with Innovation. *In* A. Klucznik-Tòrò, A. Csépe & D. Kwiatkowska-Ciotucha, (Eds.), *Higher Education Partnership, Innovation* (pp. 203-212). Budapest.: IHEPI, Publikon Publisher/ IDResearch Ltd.

de Rosa, A.S. (2010). Mythe, science et représentations sociales. *In* E.C. Paredes & D. Jodelet (Eds.), *Pensée Mythique et Représentations Sociales* (pp. 85–124). Paris: L'Harmattan.

de Rosa, A.S. (2011a). 1961, 1976, 2011: *un compleanno e un battesimo!* Introduzione all' Edizione Italiana di S. Moscovici (1976, 2ª ed.) *La psicoanalisi: la sua immagine, il suo pubblico* (pp. 9-82). Edizioni Unicopli: Milano. [da série "*Rappresentazioni Sociali e Comunicazione: Media e Società*"].

de Rosa, A. S. (2011b). *La psicoanalisi, la sua immagine, il suo pubblico*: 1961-2011. Compiere 50 anni nell'era dei social networks. *In* I. Galli (Ed.), *Cinquant'anni di Rappresentazioni sociali. Bilanci e prospettive di una Teoria in continuo divenire.* Milano: Edizioni Unicopli (no prelo).

de Rosa, A.S. (2012a). Research fields in Social Representations: Snapshot views from a meta-theoretical analysis. *In* A.S. de Rosa (Ed.), *Social Representations in the 'Social Arena': The theory in contexts faced with 'social demand.* New York – London: Routledge (no prelo).

de Rosa, A.S. (2012b). Place-identity and Social Representations of historical capital cities: Rome through the eyes of first-visitors from six nationalities. *In* A. S. de Rosa (Ed.), *Social Representations in the "social arena": the theory in contexts faced with "social demand"* Routledge, New York – London. (no prelo).

de Rosa, A. S. (ed.) (1995). *Se per la strada incontri un matto ... Sviluppo dei sistemi di credenze e risposta sociale alla devianza in bambini e adolescenti.* Roma: Melusina Editrice.

de Rosa, A.S. (ed.) (2008). Looking at the history of social psychology and social representations: Snapshot views from two sides of the Atlantic. *Rassegna di Psicologia* [Special Issue], 2.

de Rosa, A.S. & Bocci, E. (2012). If on the street you meet a "mad person" 30 years after the deinstitutionalization of the asylums: Resisting polyphasia in the social representations of madness. *In* A.S. de Rosa (Ed.), *Social Representations in the 'Social Arena': The theory in contexts faced with 'social demand'*. New York – London: Routledge (no prelo).

de Rosa, A.S. & d'Ambrosio, M. (2003). An empirical example of the comparison between multiple correspondence analysis and space analysis: The diffusion of the social representations theory through the institutional context of scientific communication. *In* S. Levy & D. Elizur (Eds.), *Facet Theory. Towards cumulative social science* (pp. 73–86). Ljubljana, Slovenia: Faculty of Arts, Center for Educational Development.

de Rosa, A.S. & d'Ambrosio, M. (2008). International conferences as interactive scientific media channels: The history of the social representations theory through the eight editions of ICSR from Ravello-1992 to Rome-2006. *In* A.S. de Rosa (Ed.), *Looking at the history of social psychology and social representations: Snapshot views from two sides of the Atlantic*, *Rassegna di Psicologia* [Special Issue], 2, 161–207.

de Rosa, A. S. & Farr, R. (2001). Icon and symbol: Two sides of the coin in the Investigation of Social Representations. *In* F. Buschini & N. Kalampalikis (Eds.), *Penser la vie, le social, la nature. Mélanges en hommage à Serge Moscovici,* (pp. 237-256). Paris: Les Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

de Rosa, A.S. & Holman, A. (2011). Beauty and Aesthetic Surgery: a cross-cultural analysis of social representations. *Temas em Psicologia [Edição Especial sobre a Teoria das*

Representações Sociais]. (no prelo).

de Rosa, A.S. & Mormino, C. (2000). Memoria social, identidad nacional y representaciones sociales: son constructos convergentes? Un estudio sobre la Union Europea y sus Estados miembros con una mirada hacia el pasado. *In* A. Rosa Rivero, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds.), *Memoria Colectiva e Identidad Nacional* (pp. 451–75). Madrid: Biblioteca Nueva.

de Rosa, A.S. & Mormino, C. (2002). Au confluent de la mémoire sociale: étude sur l'identité nationale et européenne. *In* S. Laurens & N. Roussiau (Eds.), *La Mémoire Sociale. Identités et représentations sociales* (pp. 119–37). Rennes, France: Presses Universitaires de Rennes.

de Rosa, A. S. & Schurmans, M. N. (1990a). Madness imagery across two countries. *Rassegna di Psicologia*, *3*, 177-193.

de Rosa, A. S. & Schurmans, M. N. (1990b). Immaginario e follia nelle rappresentazioni sociali di bambini e adolescenti di due Paesi europei. *Rivista di Psicologia Clinica*, *3*, 297-341.

de Rosa, A. S. & Schurmans, M. N. (1994). Dessiner la folie: apports de l'analyse d'un matériel figuratif à l'étude des représentations sociales de la maladie mentale. *Education et recherche, 94* (2), 225 -246.

de Rosa, A.S., d'Ambrosio, M. & Cohen, E. (2005). Modeling social representations of European nations and European Union: A facet theory approach. *In* W. Bilsky & D. Elizur (Eds.), *Facet Theory: Design, Analysis and Applications* (pp. 49–56). Praga: Agentura Action M.

Deschamps, J.C. & Guimelli, C. (2004). L'organisation interne des représentations sociales de la sécurité/insécurité et hypothèse de la "zone muette"'. *In* J.L. Beauvois, R.V. Joule & J.M. Montreil (Eds.), *Perspectives Cognitives et Conduites Sociales* (pp. 300–23). Rennes, France: Presses Universitaires de Rennes.

Doise, W. (1986). Les représentations sociales. Définition d'un concept. *In* W. Doise & A. Palmonari (Eds.), *L'Étude des Représentations Sociales* (pp. 81–94). Paris: Delachaux et Niestlé.

Doise, W. (1988). Les représentations sociales: un label de qualité. *Connexions, 51*, 99–113.

Doise, W. (1992). L'ancrage dans l'étude sur les representations sociales. *Bulletin de Psychologie*, *45* (405), 189–95.

Doise, W. (1993). Debating social representations. *In* G.M. Breakwell & D.V. Canter (Eds.), *Empirical Approaches to Social Representations* (pp. 157–70). Oxford: Oxford University Press.

Doise, W. (2002). *Human Rights as Social Representations*. London: Routledge.

Doise, W. (2005). Les représentations sociales. *In* N. Dubois (Ed.), *Psychologie Sociale de la Cognition* (pp. 153–207). Paris: Dunod.

Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations Sociales et Analyses de Données.* Grenoble: Presse Universitaires de Grenoble; [edição inglesa, (1993), *The Quantitative Analysis of Social Representations.* London: Harvester Wheatsheaf; e edição italiana (1995), *Rappresentazioni Sociali e Analisi dei Dati*. Bologna: Il Mulino.

Duveen, G. (2007). Culture and Social Representations. *In* J. Valsiner & A. Rosa (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 543–59). Cambridge: Cambridge University Press.

Duveen, G. (2008). Introduction. *In* G. Duveen (Ed.), Psychoanalysis: Its image and its public (pp. XI-XVII). Cambridge: Polity Press.

Duveen, G. & Lloyd, B. (1990). *Social Representations of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

Emiliani, F. & Molinari, L. (1995). *Rappresentazioni e affetti*. Milano: Cortina.

Emiliani, F. & Palmonari, A. (2009). *La Psychanalyse, son image et son public*: il volume che fonda la teoria delle rappresentazioni sociali. *In* A. Palmonari & F. Emiliani (Eds.), *Paradigmi delle Rappresentazioni Sociali* (pp. 37-82). Bologna: Il Mulino.

Flament, C. (1981). L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les représentations sociales. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, *1*, 375–85.

Flament, C. (1986). L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les Représentations Sociales. *In* W. Doise & A. Palmonari (Eds.), *L'étude des Représentations Sociales*. Paris: Delachaux and Niestlé.

Flament, C. (1987). Pratiques et représentations sociales. *In* J.L. Beauvois, R.V. Joulé & J.M. Monteil (Eds.), *Perspectives cognitives et conduites sociales*. Cousset: DelVal.

Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. *In* D. Jodelet (Ed.), *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

Flament, C. (1994a). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. *In* J.-C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 37–58). Saint-Agne: Erès.

Flament, C. (1994b). La représentation sociale comme système normatif. *Psychologie et Societé*, *1*, 29–54.

Furht, B. (Ed.) (2010). *Handbook of social network technologies and applications.* New York: Springer.

Gabbard G. O. & Gabbard K. (1999). *Psychiatry and the Cinema*. Washington–London: American Psychiatric Press [tr. it. (2000), *Cinema e Psichatria*. Milano: Cortina].

Galli, I. Ed. (2011). *Cinquant'anni di Rappresentazioni sociali. Bilanci e prospettive di una teoria in continuo divenir.* Milano: Edizioni Unicopli.

Garton, L., Haythornthwaite, C. & Wellman, B. (1999). *Studying On-Line Social Networks*. *In* S. Jones (Ed.), *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, (pp. 75-105). Thousand Oaks: Sage.

Guimelli, C. (1988). *Agression idéologique, pratiques nouvelles et transformation progressive d'une représentation sociale*. Tese de Doutorado (não publicada), Université de Provence, Aix-Marseille I, Aix-en-Provence, França.

Guimelli, C. (1993). Locating the central core of social representations: towards a method. *European Journal of Social Psychology*, *23* (5), 555–9.

Guimelli, C. (ed.) (1994). *Structures et Transformations des Représentations Sociales.* Lausanne: Delachaux et Niestlé.

Guimelli, C. & Deschamps, J.C. (2000). Effet des contextes sur la production d'associations verbales. Le cas des représentations socia-

les des Gitanes. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, *47*, 44–54.

Guimelli, C. & Rouquette, M.L. (1992). Contribution du modèle associatif des schèmes cognitifs de base à l'analyse structurale des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, *XLV* (405), 196–201.

Haas, V. (2002). La face cachée d'une ville. *In* T. Ferencz (Ed.), *Devoir de mémoire, droit à l'oubli ?* (pp. 59–71). Paris: Éditions Complexe.

Haas, V. (ed.) (2006). *Les savoirs du quotidien. Transmissions, appropriations, représentations*. Rennes, France: Presses Universitaires de Rennes.

Haas, V. & Jodelet, D. (2007). Pensée et mémoire sociales. *In* J.-P. Pétard (Ed.), *Manuel de Psychologie Sociale* (pp. 111–60). Paris: Bréal.

Hachet, P. (2006). *Un livre blanc pour la psychanalyse. Chroniques 1990-2005.* Paris:

L'Harmattan.Herzlich, C. (1969). *Santé et Maladie. Analyse d'une représentation sociale*. Paris : Houton.

Howarth, C. (2006b). A social representation is not a quiet thing. Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, *45*, 65-86.

Howarth, C. (2007). Racialisation, Re-presentation and Resistance. Within applied representation: Identity as content, process and power. *In* G. Moloney & I. Walker (Eds.), *Social representations and social identity.* London: Palgrave Macmillan.

Howarth C., Kalampalikis N. & Castro P. (Eds.) (2011). A half century of social representations: discussion on some recommended papers*, Papers on Social Representations* (no prelo).

Jankowski, N. W. (2002). Creating Community with media: history, theories and scientific investigations. *In* L. Lievrouw & S. Livingstone (Eds.), *The Handbook of New Media* (pp. 34-49). London: Sage.

Jesuino, J. (2011). *Lettre* à *Serge*. *Célébrations en l'honneur de Serge Moscovici pour le cinquentième anniversaire de sa Théorie des Représentations Sociales* (Napoles, Instituto Italiano per gli studi filosofici, 15-16 avril 2011).

Jodelet, D. (1984). Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. *In* S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 357–78). Paris: Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (1985). *Civils et bredins. Rapport à la folie et représentations sociales de la maladie mentale*. Paris: Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (1986). Fou et folie dans un milieu rural français. *In* W.Doise & A.Palmonari (Eds.), *L'étude des représentaions sociales* (pp.171-192). Paris: Delachaux et Niestlé.

Jodelet, D. (1989b). *Folie et Représentation Sociales.* Paris: Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (2002). Les représentations sociales dans le champ de la culture. *Information sur les Sciences Sociales, 41* (1), 111-133.

Jodelet, D. (2003). Aperçu sur les méthodes qualitatives. *In* S. Moscovici & F. Buschini (Eds.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 139–62). Paris: Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (2008). Social representation theory: the beautiful invention, *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *38* (4), 411–30.

Jodelet, D. (2012). Interconnections between social representations and intervention. *In* A.S. de Rosa, (Ed.), *Social Representations in the 'Social Arena': The theory in contexts faced with 'social demand'*. New York – London: Routledge. (no prelo).

Jodelet, D. (Ed.) (1989a). *Les Représentations Sociales.* Paris: Presses Universitaires de France.

Joffe, H. (1995). Social Representations of AIDS: towards encompassing issues of power. *Papers on Social Representations*, *4*, 29-40.

Jovchelovitch, S. (2002). Social representations and narrative: stories of public life in Brazil. *In* J. Laszlo & W. Stainton Rogers (Eds), *Narrative Approaches in Social Psychology*. Budapest: New Mandate.

Jovchelovich, S. (2006). *Knowledge in Context: Representations, Community and Culture*. London: Routledge.

Kalampalikis, N. (2007). *Les Grecs et le Mythe d'Alexandre. Étude psychosociale d'un conflit symbolique à propos de la Macédoine*. Paris: L'Harmattan.

Kalampalikis, N. & Haas, V. (2008). More than a theory: a new map of social thought. *Journal for the Theory of Social Behaviour,* 38 (4), 449–59.

Keen, A. (2007). The Cult of the Amateur: How Today's Internet Is Killing Our Culture and Assaulting Our Economy. London: Nicholas Brealey Publishing.

Knox, H., Savage, M. & Harvey, P. (2006). Social networks and the study of relations: networks as method, metaphor and form. *Economy and Society*, *35*(1), 113–140.

Lagache, D. (1961). *Préface. In* S. Moscovici, *La psychanalyse, son image et son public* (pp. VII-XI). Paris: Presses Universitaires de France.

Laszlo, J. (2002). Narrative organisation of social representations. *In* J. Laszlo & W. Stainton Rogers (Eds.), *Narrative Approaches in Social Psychology*. Budapest: New Mandate.

Lévy P. (1996). *L'intelligenza collettiva. Per una antropologia del cyberspazio.* Milano: Feltrinelli.

Lévy P. (1997). *Il Virtuale.* Milano: Raffaello Cortina Editore.

Lévy P. (2000). *WorldPhilosophie.* Paris: Éditions Odile Jacob.

Lévy P. (2002). *Cyberdémocratie*. Paris: Éditions Odile Jacob.

Licoppe, C. & Smoreda, Z. (2005). Are social networks technologically embedded? How networks are changing today with changes in communication technology. *Social Networks, 27* (4), 317-335.

Lievrouw, L. & Livingstone, S. (Eds.) (2002). *The Handbook of New Media*. London: Sage.

Marcová, I. (2003). *Dialogicity and Social Representations: The Dynamics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

Marcová, I. (2009). Dialogicità e conoscenza. *In* A. Palmonari & F. Emiliani (Eds.), *Paradigmi delle Rappresentazioni Sociali* (pp. 211–52). Bologna: Il Mulino.

Mazzara, B. M. (2007). La natura socio-culturale della mente. Alle radici della psicologia sociale. *In* B. M. Mazzara (Ed.), *Prospettive di psicologia culturale* (pp. 19-45). Roma: Carocci.

Mazzara, B. M. (2008). Il discorso dei media come oggetto di indagine della psicologia sociale. *In* B. M. Mazzara (Ed.), *I discorsi dei media e la psicologia* sociale (pp. 21-56). Roma: Carocci.

Mecacci L. (2000). *Il caso Marilyn M. e altri disastri della psicoanalisi*. Roma-Bari: Laterza.

Metz, C. (1977). Le signifiant imaginaire. Psychanalyse et cinéma. Paris: Union Générale d'Éditions. [trad. it. *Cinema e psicoanalisi. Il significante immaginario*. Venezia: Marsilio, 1989].

Meyer, C. (ed.) (2005). *Le Livre noir de la psychanalyse*. *Vivre, penser et aller mieux sans Freud*. Paris: Les Arènes (2ª ed., ampliada, 2010).

Moliner, P. (1989). Validation expérimentale de l'hypothèse du noyau central des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, *41* (387), 759–62.

Moliner, P. (1994a). Les deux dimensions des représentations sociales. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, *7* (2), 73–86.

Moliner, P. (1994b). Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. *In* C. Guimelli (Ed.), *Structu-*

res et transformations des Représentations Sociales. Lausanne: Delachaux et Niestlé.

Moliner, P. (1995a). *Images et Représentations Sociales*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Moliner, P. (1995b). Noyau central, principes organisateurs et modèle bi-dimensionnel des représentations sociales. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, *40*, 62–70.

Moliner, P. (2001). *La dynamique des Représentations Sociales*. Grenoble: Presse Universitaires de Grenoble.

Montali, L., Colucci, F.P. & Pieri M (2005). Il conflitto tra consensuale e reificato: il caso Di Bella a 'Porta a Porta'. *Ricerche di Psicologia*, *4*, 109-138.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (segunda edição, revista). Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise* (tradução somente da 1ª parte: A. Cabral). Rio de Janeiro, Zahar.

Moscovici, S. (2008). *Psychoanalysis. Its image and its public* (edição inglesa e introdução de G. Duveen). Cambridge: Polity Press.

Moscovici, S. (2011). *A Psicanálise: sua imagem e seu público* (tradução integral de Sonia Maria da Silva Fuhrmann). Petrópolis: Editora Vozes.

Moscovici, S. (2011). *La Psicoanalisi, la sua immagine e il suo pubblico* (edição italiana e introdução de A.S. de Rosa). Milano: Edizioni Unicopli.

Mugny, G. & Carugati, F. (1985). *L'intelligence au pluriel*. Cousset (Fribourg, Suisse): DelVal. [tradução para o Italiano: (1988) *L'intelligenza al plurale*. Bologna: Cooperativa Libraria Universitaria Editrice Bolognese].

Nowotny, H. Scott, P. Gibbons, M. (2001) *Re.thinking science. Knowledge and the public in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press.

Onfray M. (2010). *Le crépuscule d'une idole. L'affabulation freudienne*. Paris: Grasset [tr. it. (2011) *Crepuscolo di un idolo. Smantellare le favole.* Milano: Ponte alle Grazie.

Orchowski L. M., Spickard B. A. & McNamara, J. R. (2006). Cinema and the Valuing of Psychotherapy: Implications for Clinical Practice. *Professional Psychology: Research and Practice*, *37* (5), 506–514.

Palmonari, A. & Emiliani, F. (Eds) (2009). *Paradigmi delle Rappresentazioni Sociali.* Bologna: Il Mulino.

Parker, I. & and Burman, E. (1993). Against discoursive imperialism, empiricism and constructivism: thirty-two problems with discourse analysis. *In* E. Burman & I. Parker (Eds.), *Discourse Analytic Research* (pp.155–72). London: Routledge.

Potter, J. & Litton, J. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology, 24*, 81–90.

Purkhardt, S.C. (1993). *Transforming Social Representations: A Social Psychology of Common Sense and Science*. London-New York: Routledge.

Purkhardt, S.C. (2002). Stories that change the world: the role of narrative in transforming social representations. *In* J. Laszlo & W. Stainton Rogers (Eds.), *Narrative Approaches in Social Psychology* (pp. 59–73). Budapest: New Mandate.

Rateau, P. (1995). Le noyau central des représentations sociales comme système hiérarchisé. Une étude sur la représentation du group. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale, 26*, 29–52.

Rateau, P. (2002). Procédure de substitution et nature des éléments des représentations sociales. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale, 54* (2), 62–70.

Roudinesco, E. (Ed.) (2010). *Mais pourquoi tant de haine?.* Paris: Seuil.

Schneider, I. (1999). Foreword. *In* G. O. Gabbard & K. Gabbard, *Psychiatry and the Cinema*. Washington–London: American Psychiatric Press. [tr. it. (2000). Premessa. *In* G. O. Gabbard & K. Gabbard, *Cinema e Psichiatria*. Milano: Cortina.]

Smith, C. (2008). Editor's Note Special Issue on "Psychoanalysis: its image and its public". *Journal for the Theory of Social Behaviour, 38* (4), 325-6.

Spini, D. (2005). Universal rights and duties as normative social representations. *In* N.J. Finkel & F.M. Moghaddam (Eds.), *The Psychology of Rights and Duties* (pp. 21–48). Washinghton, D.C.: American Psychological Association.

Staerklé, C. & Clémence, A. (2004). Why people are committed to human rights and still tolerate their violation: A contextual analysis of the principle–application gap. *Social Justice Research*, *17*, 389–406.

Tafani, E., Audin, S. & Apostolidis, T. (2002). Asymétries positionnelles, identité sociale et dynamique représentationnelle: une étude expérimentale sur la représentation sociale des droits de l'Homme. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, *54*, 47–61.

Tafani, E., Bellon, S. & Apostolidis, T. (2002). Théorie des champs sociaux et dynamique représentationnelle. *Revue Internationale de*

18

O pensamento social e a produção do conhecimento local:

anotações sobre uma Jornada na Teoria das Representações Sociais na Indonésia

Risa Permanadeli

Centro de Estudos de Representação Social, Djacarta, Indonésia
Estudos de Pós-Graduação em Estudos Regionais Europeus,
Universitas Indonésia

Traduzido por Marina Rego, do original em inglês

O Cenário

Há cerca de 22 anos, em abril de 1989, para ser mais precisa, eu era pesquisadora junior de uma instituição denominada Fundação de Recursos Humanos da Indonésia, que se dedicava ao estudo das condições laborais do país. Naquela ocasião, pesquisava as condições de trabalho nas empresas que operavam dentro de padrão de organização moderna e a indústria de confecção de Java e Bali. Acreditávamos que as centenas de marcas à venda nas melhores lojas das grandes cidades fossem produzidas em fábricas modernas, operadas dentro de padrão de trabalho organizado. Muito pelo contrário, isso estava longe da realidade, pois o tipo de organização que produzia tais indumentárias utilizava um sistema domiciliar de produção por encomendas, conhecido como *putting out system*, e que co-

nectava praticamente a totalidade das mulheres das aldeias de Java e Bali com os grandes detentores de capital tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos. Esses, posteriormente, colocavam no mercado internacional milhares de peças elegantes - que valiam milhares de dólares por unidade - através de boutiques sofisticadas e *outlets*.

Como meu estudo foi efetuado por solicitação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o foco de interesse era o sistema de salários, a proteção do trabalhador e o controle de qualidade, além da questão das mulheres trabalhadoras: em poucas palavras, assuntos que diziam respeito à proteção das trabalhadoras vulneráveis nos países do Terceiro Mundo. No sistema de produção aqui focalizado, as encomendas são passadas para coordenadores espalhados por todo o país, que, por sua vez, encontram trabalhadoras para a realização do serviço. No entanto, o contato entre as pessoas ou instituições que originalmente recebem as diretrizes e o trabalhador perpassa vários círculos. Consequentemente, quanto mais longe o trabalhador se encontra de quem o contrata, menor é o seu salário. De certa maneira, não existe o contexto de um sistema de produção moderno, compreendendo a relação empregador-trabalhador, a garantia de segurança de trabalho e outros quesitos que caracterizam as relações industriais atuais. Por essa razão, esse tipo de organização de trabalho é chamado *putting out system*.

De um modo geral, trabalhadoras do sexo feminino, provenientes de pequenas empresas rurais de confecção de roupas, dominavam o sistema, sendo Java Oriental e Bali os centros mais importantes. A trabalhadora selecionada deve possuir habilidade e conhecimento para realizar sua tarefa, que consiste tão somente em finalizar uma etapa específica, qual seja riscar uma padronagem, cortar mangas, bordar, pregar botões ou lantejoulas. Teoricamente, tais trabalhadoras não possuem o poder de barganha necessário para assegurar uma renda adequada ou proporcional à tarefa que desempenham. Trata-se de trabalhadoras tradicionais, cujas habilidades não provêm de treinamento formal, e sequer imaginam a identidade de quem as contratou ou da instituição que inicialmente encomendou o serviço. Muito menos ainda são capazes de avaliar o preço alcançado pelos produtos quando esses chegam aos consumidores. A maior parte delas vive em aldeias afastadas, não receberam educação formal e possuem, quando muito, diploma do curso elementar.

Apesar de muitas possuírem máquina de costura ou algum outro meio de produção, e de se contentarem com uma renda extra para suas famílias, a atividade principal é ser mera dona de casa em alguma aldeia. A possibilidade de suas atividades não-agrícolas permitirem gerar renda oriunda de setor não-agrícola é praticamente nula. Elas recebem as encomendas de trabalho através de intermediários ligados àqueles que, na cidade, aceitam o pedido inicial. Todas as

transações e contatos são levados a cabo verbalmente. Assim, nenhum vínculo legal ou obrigação existe entre trabalhadoras e fornecedores de serviços que, na maior parte das vezes, é um amigo, vizinho ou membro da família.

Os instrumentos de pesquisa para esse estudo foram fornecidos pela OIT – prática comum às instituições internacionais que, hoje em dia, pesquisam nos países do Terceiro Mundo. Isso significa que todas as perguntas eram previamente preparadas e padronizadas, não oferecendo brecha ao pesquisador para alterar, acrescentar ou eliminar qualquer item dos questionários.

O primeiro problema com que me defrontei foi o fato da formulação das perguntas sobre temas relacionados aos assuntos trabalhistas que eu abordava – pagamento razoável, disponibilidade de meios de produção, proteção do trabalhador – não ser absolutamente entendida por parte dos que deveriam respondê-las.

No que dizia respeito à relação existente entre as trabalhadoras e quem as pagava, por exemplo, selecionar uma resposta era impossível na medida em que todas as ordens eram dadas na base da confiança (tendo a confiança [*trust*] como parâmetro). Dentro desse processo de trabalho, família, amigos e vizinhos constituem a maneira mais simples para construir esse tipo de relação. No entanto, isso não significa que o nepotismo seja a norma, no sentido em que tal

conceito é entendido na prática organizacional moderna. Como decorrência, a qualidade do trabalho não poderia ser determinada com base nos padrões modernos. O pagador - aquele que entra em contato direto com a trabalhadora - decide se o emprego dela continua, ou não, com base na sua avaliação da qualidade do serviço.

Contudo, para a trabalhadora, o padrão de qualidade não está relacionado nem com o grau de sua competência, nem com o seu pagamento. As pesquisadas respondiam que executavam seu trabalho do melhor modo possível para não passarem vergonha, uma vez que o responsável pelo pagamento (empregador) tinha confiança nelas. Por tal razão, o salário está vinculado à qualidade da relação existente entre trabalhadoras e empregadores. Esses, por sua vez, relatam que se sentiam mal pagando tão pouco às trabalhadoras, pois eram elas que ajudavam a entregar os produtos dentro do padrão requerido por seus clientes.

O sentimento de vergonha e embaraço constitui, pois, o outro lado da moeda confiança que coloca em funcionamento o processo de produção. Esse sistema de produção tendo a vergonha como base é, em sua natureza, orgânico, e aplicado integralmente ao sistema social. Do mesmo modo, o sistema de proteção ao trabalhador, em tais condições, é orgânico tanto em sua natureza, quanto nas relações pessoais. Os pagadores estavam sempre dispostos a emprestar dinheiro ou socorrer quem ficava doente ou precisava realizar ri-

tuais, o que representa um tipo de interação social em Bali. No entanto, tais empréstimos ou ajuda não eram fornecidos no contexto de relação laboral, que é caracterizada por um padrão empregador-empregado, mas eram moldados por uma relação social orgânica, pré-existente na região muito antes desse sistema de encomendas ser popularizado.

Em outras palavras, como o pagador dispunha de mais dinheiro, era natural esperar que ele ou ela oferecessem ajuda quando fosse necessário. Nem os pagadores consideravam que ao proceder assim estivessem, de algum modo, estabelecendo qualquer tipo de subordinação, e tampouco as trabalhadoras consideravam que isso pudesse ser feito por conta das relações de trabalho.

O mesmo estudo foi realizado nas Filipinas, Tailândia, e em alguns países da América do Sul. Para facilitar as comparações e análises, o questionário elaborado foi do tipo fechado, com duas únicas respostas possíveis: sim e não. Por essa razão, devido a este caráter fechado, a integralidade do contexto das condições inerentes à realidade social não se refletiu nas respostas dadas. Muitas perguntas confundiram os entrevistados. Eu me encontrava em uma encruzilhada entre duas hipóteses: a da teoria da relocação industrial desequilibrada do *putting out system*, utilizada pela OIT, e a da realidade do local de pesquisa dentro de um espaço social com um sistema de

pensamento, que não possuía relação com os pressupostos da teoria anterior.

No caso, uma resposta **sim** não se opõe a uma resposta **não**, o que levava a crer que **sim** e **não** coexistiam numa zona cinzenta cuja validade, como base para comparação com outros países poderia, a qualquer momento, ser posta em dúvida. Algumas palavras constantes do questionário, como proporcional, justo ou injusto, proteção e segurança no trabalho, invariavelmente se opunham às palavras dos entrevistados, como confiança, vergonha, boas relações, ajuda mútua, correto. Ou seja, o vocabulário utilizado dentro de um marco de pensamento científico, nessa pesquisa não encontrava correspondência no pensamento social vivo no campo empírico, que brotava do sistema local orgânico de vida social.

Exemplos de perguntas colocadas

Perguntas	SIM	NÃO
Você acha que seu pagamento é proporcional ao trabalho que você realiza?		
Seu empregador fornece o equipamento que você usa no seu trabalho?		
Você acha que é tratado **injustamente** por seu empregador?		
O seu empregador fornece proteção **adequada** para o seu trabalho?		

Segundo Vigotsky “o pensamento não pode ser ajustado às palavras como se fossem roupas *prêt-à-porter*” (1985), diferentemente da realidade social acima descrita, que reforça sua individualidade – moldando conceitos e emprestando sentido próprio às palavras e ao pensamento social - tal qual estilistas ao criarem suas coleções de alta costura. No entanto, estudos realizados para instituições internacionais, como o aqui relatado, sempre ignoram a realidade quando se referem ao pensamento social. Colisões continuam a ocorrer até o presente momento entre a forma de pensamento do tipo *prêt-à-porter,* como a que foi aplicada pela OIT nesse estudo, e a do grupo que elabora um pensamento social do tipo “alta costura”.

Infelizmente, a pesquisa do primeiro tipo constitui a tendência para ilustrar e avaliar as condições de vida das sociedades do Terceiro Mundo. Isso pode ser explicado na medida em que a operacionalização de modelos matemáticos é menos custosa para ser empregada, uma vez que os dados coletados são simplesmente convertidos em dígitos usados em representações estatísticas e facilitam testes científicos de validação. Essa é a primeira armadilha que revela o pensamento social ao ser confrontado com o modelo introduzido nas pesquisas, muito especialmente aquelas conduzidas por agências internacionais. Para ilustrar a complexidade do pensamento social, prossigo em minha jornada em busca de obter maior entendimento

dos usos e costumes locais, bem como das políticas que colaboram para a estruturação de um pensamento social.

Bali é uma ilha onde a maior parte da população segue a fé Hindu balinesa, com um rígido sistema de castas que determina o *status* social de cada indivíduo. No topo do estrato social estão os *Brahmana*, guardiães da fé e dos ritos. Quem nasce nesta casta é identificado pela designação *Ida Bagus* – sendo homem- ou *Ida Ayu* – sendo mulher, que precede o nome que lhes é dado pela família. A aristocracia, ou *Ksatria*, representa a segunda casta mais alta, e é identificada pelas alcunhas *Cokorda, Dewa Agung* ou *Anak Agung*, que precede o nome. Comerciantes e empresários ocupam a terceira posição social e as pessoas comuns, conhecidas como *Sudras*, ocupam a última posição. Destarte, os nomes determinam o comportamento das pessoas em relação a eles mesmos, em relação aos outros, assim como em relação à sociedade como um todo.

Para levar a cabo esse projeto da OIT precisei visitar muitas aldeias longínquas, onde eram falados dialetos locais e não a língua indonésia padrão(1). Assim, me vi obrigada a recrutar alguém que ajudasse nas entrevistas para coletar os dados de que precisava. Pedi ajuda a um colega que ensinava na Universidade de Udayana, em Denpasar, Bali, e ele me mandou um de seus estudantes interessado em pesquisa social. Alit, meu estudante-assistente, traduzia os questionários na língua ou dialeto falado nos locais e depois os transcre

---

(1) A Indonésia reconheceu aproximadamente 960 línguas (não dialetos) no país. Apesar da língua indonésia ser a oficial e adotada nas escolas, as pessoas, no seu cotidiano ainda usam, com muita frequência, e até os nossos dias, suas línguas maternas

via na língua indonésia padrão. No entanto, e na medida em que viajávamos entre as aldeias remotas, recorrendo ao transporte disponível, qualquer que fosse, e algumas vezes a pé, alguns problemas começaram a aparecer.

A maior parte dos entrevistados pertencia às castas *Sudra* ou *Waisya* – as mais baixas do estrato social- e eles simplesmente recusavam sentar-se em cadeiras que estivessem no nível das nossas. Éramos normalmente recebidos num salão, abertos dos lados, meu assistente e eu convidados a nos sentar em um banco de bambu enquanto os entrevistados sentavam-se diante de nós, no chão, de pernas cruzadas.

No início, parti do princípio que esse era o modo tradicional dos habitantes rurais da Indonésia, não só de Bali, mostrarem respeito a seus convidados de honra. Só comecei a entender que algo diferente estava acontecendo quando um dos entrevistados, que já estava sentado em uma cadeira à nossa frente, levantou-se de repente e sentou-se no chão. Quando tentei persuadi-lo a voltar para sua cadeira, negou-se firmemente. Resolvi seguir sua conduta e sentei-me no chão à sua frente. Alit seguiu meu exemplo, porém, após breve conversa com um dos presentes, voltou para sua cadeira. Pedi que ele lesse as perguntas, mas ele se recusou a fazê-lo enquanto eu não voltasse a me sentar. Enquanto discutíamos a questão do lugar para sentar, uma conversa em balinês (da qual eu nada entendia) se pro-

longava entre Alit e um dos entrevistados. Finalmente Alit explicou-me que era impossível que ele se sentasse no chão, ainda que a metodologia de pesquisa oriente os pesquisadores a se posicionarem no mesmo nível dos entrevistados. No caso de Alit, os entrevistados recusavam-se a responder por que, de acordo com os costumes e a ordem espacial de Bali, a posição em que alguém se coloca implica quer em manter, quer em alterar a ordem cósmica, o que pode trazer boa ou má sorte. No caso em questão, se Alit permanecesse no mesmo nível dos demais, isso não só implicava o desprezo da ordem cósmica de Bali, mas engendraria todas as consequências cósmicas de tal desafio. O espaço real com que nos defrontávamos nos colocava, Alit, eu e os entrevistados, num contexto cultural e diante de um modo de pensar visceralmente balinês.

Como eu procedia de Djacarta, cidade que era a capital da nação e um modelo para as outras províncias, parti do pressuposto que seria colocada na casta dos *Ksatria*, enquanto meu assistente, Alit, permanecia um *Brahmana*, detentor da mais elevada autoridade espiritual. Os entrevistados eram *Waisya* ou *Sudra*, membros de castas mais baixas que deviam submissão aos membros das classes mais elevadas. Esta ordem cósmica espacial possuía uma episteme própria, que, por sua vez, tem regras e padrões determinantes das relações de todos que dentro dela vivem. Minha pesquisa deveria submeter-se a essas regras, ficando fora do meu controle. O proces-

so de domesticação sociocultural prosseguiu em contraponto ao raciocínio científico, que estipulava que tanto investigadores quanto entrevistados devessem ser definidos em uma relação igualitária, no caso, sem que houvesse espaço de manobra de minha parte para negociar um retorno ao andamento normal da correta pesquisa acadêmica.

Assim, todas as entrevistas conduzidas em Bali se processaram da mesma maneira. Eu não era mais a entrevistadora cientificamente erudita, *Ida Bagus.* Alit tampouco era um mero assistente de pesquisa, os entrevistados não eram mais informantes e fornecedores de dados. Eu era balinesa, começara a chamar Alit pelo seu nome balinês completo – *Ida Bagus* Alit, seu nome na qualidade de membro da casta *Brahmana*. Mas, sobretudo, esse cenário não era meramente uma operação de pesquisa de *Lost in Translation*(2), mas sim uma completa desorientação da minha jornada em busca da descoberta da Indonésia.

A Representação social e a produção do conhecimento nas sociedades do Terceiro Mundo

A história e a produção de conhecimento das sociedades do Terceiro Mundo, como a Indonésia, sempre estiveram profundamente ligadas à sua experiência colonial. Os holandeses, que colonizaram a Indonésia por aproximadamente 350 anos, consideraram sistematica

---

(2) (N.T.) Filme de Sofia Coppola, de 2003, que no Brasil recebeu o nome de Encontros e Desencontros .

mente as diversas sociedades do país como sociedades subjugadas[3] e, a partir daí, o conhecimento local também passou a ser fonte de ideias subversivas que deveriam ser suprimidas, controladas ou até mesmo repudiadas [4].

A dicotomia que se estabeleceu entre leste e oeste, ou entre o tradicional e o moderno foi herança desse passado político, e não da natureza de um pensamento social diferente daquele produzido pelas sociedades locais. Com a divulgação, durante o período pós-independência, da modernização e da abordagem funcionalista no tratamento das questões, o pensamento social local tornou-se, por assim dizer, uma subcorrente, como de fato já era, que permaneceu presente, ainda que não claramente formulada nem tampouco sistematizada, de modo a compor um corpo de conhecimento que pudesse servir como plataforma de mudança social e definir o tipo de progresso que se desejava.

A idealização ocidental de uma produção de conhecimento capaz de engendrar sociedades modernas - ideia que pairava longínqua no horizonte - era um sonho há muito acalentado e que muitos tentaram realizar. Confrontada a esse tipo de idealização, a sociedade indonésia viu-se encurralada entre dois tipos de pensamento: o

---

(3) Para mais informações, veja o Anexo A.

(4) Alguns estudiosos holandeses elaboraram mudança na leitura da história indonésia: do enfoque pró-holandês passaram para um enfoque baseado nas necessidades indonésias. Ler Schrieke (1929), e Gouda (2005) em seu abrangente estudo histórico sobre como o pensamento local foi oprimido e substituído pelo sistema moderno holandês. Ler igualmente Kleden (1987) e sua crítica sobre os efeitos dessa história com enfoque holandês sobre o ambiente acadêmico universitário indonésio, e Haneman (2010) sobre a veneração do conhecimento ocidental nas Ciências Sociais.

primeiro, fruto da sua história política e da modernização do ponto de vista ocidental; o segundo, a noção que tanto o conhecimento e o pensamento, quanto a modernidade ocidental eram, em sua natureza, universais, o que conduziu à desintegração de tudo que tivesse raízes locais(5).

Durante a era do desenvolvimento, esse sistema de dicotomia ficou conhecido como oposição leste-oeste, ou ainda tradicional versus moderno. Nos meios acadêmicos, ao longo do período pós-independência, ser indonésio e não-ocidental ilustrava a prisão intelectual que limitava as opções de abertura de um espaço alternativo de pensamento que permitisse identificar a riqueza dos padrões do pensamento social nacional.

No que diz respeito à teoria de Representação Social, e levando em consideração os conceitos acima expostos como pano de fundo, há um ponto que, como acadêmica e indonésia, gostaria de enfatizar de maneira veemente: nas sociedades modernas, o pensamento social é visto como vertente subversiva que se opõe à supremacia do pensamento científico –orientação esta que controla tantos aspectos da nossa vida social(6).

Esse conflito tornou-se predominante, o que me obrigou a observar e tentar compreender a sociedade moderna e, ao mesmo tempo, compreender a posição da minha própria sociedade em contexto mais amplo, frente à modernidade. Originária de um país do Terceiro Mundo em que a produção científica de conhecimento e tecnologia é, de um modo geral, reduzida, o sistema epistemológico no qual me

---

(5) Para mais informações, veja o Anexo B.

(6) Moscovici representou a escola da oposição entre o intelectual e o "homem da rua", para ilustrar essa ideia (l'homme cultivé versus l'homme non-cultivé), em Moscovici S. (1976); essa imagem de oposição também se faz presente em Flick (1998) e Wagner e Hayes (2005).

encontro encontra-se em fase de mudança, o que empresta novo significado à relação leste-oeste, à dicotomia tradição versus modernidade e, ainda, às relações contínuas que venho desenvolvendo no que diz respeito à teoria de Representação Social.

De modo empírico, nesse país, o pensamento social ou natural continua sendo dominante, embora frequentemente considerado como *underground*(7) porque a estrutura e a organização da vida cotidiana continuam a se basear nesse modelo específico, enquanto o pensamento científico tem lugar tão somente nas salas de aula (especialmente nas universidades) e não se encontra, de modo algum, relacionado com a vida real das pessoas.

No curso de Psicologia estudamos Freud e sua interpretação dos sonhos, porém, ao interpretar os nossos, continuamos a nos referir ao pensamento social transmitido por nossos ancestrais, sem elaborar análises sistemáticas válidas cientificamente. Estudamos a saúde mas se adoecemos preferimos tratar nosso corpo não como um objeto biomédico, como é pensado pela ciência médica, tendendo a buscar cura na medicina local à base de ervas ou tratamentos tradicionais, embora saibamos que eles nunca foram aceitos, reconhecidos ou aprovados pelo Ministério da Educação ou pelo Ministério da Saúde. Até mesmo a nação e o Estado, parte da grande moldura produzida pela ciência moderna, existe em em nicho exclusivo e quase

---

(7) NT: O termo *underground* é utilizado no jargão acadêmico norte-americano como o oposto a mainstream, e que em português significaria, então, alternativo.

irreal na medida em que o poder político e as práticas de poder permanecem ancorados no pensamento natural, que nada mais é do que o fluir, o transbordar orgânico do já mencionado *pensamento underground*(8).

Em poucas palavras, ainda vivemos em universo governado pelo pensamento social e não pelo pensamento científico! E é esse conflito entre o científico e o social, a partir da perspectiva das Representações Sociais, que delimita a estrutura básica do meu trabalho acadêmico e de pesquisa sobre a sociedade indonésia.

O exemplo dado em nosso cenário inicial transformou-se em pensamento corrente na sociedade indonésia (e possivelmente em outros países do Terceiro Mundo), onde o pensamento social é sempre ignorado e, como consequência, deve ser interpretado e substituído pelo pensamento científico ocidental, na presunção da sua universalidade. As regras e o aparato legal que se aplicam àquele cenário são representativos da estrutura da moderna sociedade organizacional no que se refere ao trabalho, ao ignorar a realidade social existente. Do mesmo modo, não leva em consideração como essa realidade estrutura a organização do trabalho, tal como ela aparece no saber social, no que se refere à produção, dinheiro e distribuição de riqueza, relação trabalhador-empregado, proteção social, tempo, produtividade e eficiência etc.

Observemos o que Moscovici diz sobre esse tema:

---

(8) Permanadeli apresentou seu estudo sobre o poder na Indonésia, fruto de pesquisa apoiada pela Maison des Sciences de l'Homme, no contexto de projeto do Laboratoire European de la Psychologie Sociale sobre o estudo do poder (2001-2006). Várias comunicações se seguiram, em inúmeras conferências internacionais, a partir de seu texto original: Permanadeli R. (2008a); Permanadeli, R. (2008b); Permanadeli, R. (2010).

> ... a multiplicidade e a desigualdade qualitativa das fontes, em relação ao número de campos que um indivíduo deve apreender para se comunicar e se comportar, tornam precários os laços entre julgamentos. À luz desta diversidade, a diferença entre o homem não-culto e o homem culto, esse último utilizando modos de raciocínio mais científicos, perde seu valor.... (1976, p. 249).

Recorro à minha própria experiência, quando da pesquisa realizada em cenário detalhado anteriormente, confrontada com o sistema de pensamento social do meu próprio grupo (vale notar que sou javanesa, pesquisando em Bali, com parâmetros teóricos fornecidos por organização internacional, OIT, o que implicava superar três diferentes barreiras de sistema de pensamento), e com uma carreira intelectual obrigando-me a reexaminar continuamente as implicações científicas das realidades com que me deparo.

No exemplo já citado, quem estava na posição de ser "*culta*"? À luz do pensamento social da sociedade balinesa seria eu a "*não-culta*" a cada momento que as respostas às perguntas formuladas pareciam irrelevantes?

As respostas e os atos dos entrevistados faziam crer, repetidamente, na desqualificação das normas e do marco científico nos quais eu me apoiava, e deixavam em aberto e sem respostas largos

espaços. Este tipo de experiência repetiu-se durante a pesquisa no interior da Indonésia e me levou a concluir que a minha sociedade, a sociedade indonésia, é do tipo tradicional, com baixo nível de educação e, consequentemente, atrasada – um julgamento baseado no fato de eu ter tido o privilégio de receber uma educação ocidental(9). Seria, então, apropriado falar de uma patologia que consiste em ser oriental e de não ser moderno, ao analisar este conceito como uma apropriação do pensamento científico ocidental, ao invés de me identificar no campo do meu próprio pensamento social? Sob que ponto de vista tal crítica esclareceria a condição atual do meu julgamento? No entanto, ao reconhecermos que este julgamento é concebido a partir de uma postura de pensamento inteiramente diversa, torna-se duvidosa a pertinência da pergunta.

O mesmo é válido para o que ocorreu no segundo cenário, no qual o procedimento de praxe exige que tanto o pesquisador quanto os entrevistados ou os informantes estejam em igual posição. Contudo, o saber social que prevalece na sociedade balinesa impõe o princípio da classificação e da segregação – uma situação que poderia possivelmente explicar o que Moscovici descreve como "*la pensée classificatoire par excellence*".

_____

(9) Dos anos 70 até os anos 90, os acadêmicos indonésios assumiam essa postura e emitiam em relação à sua própria sociedade conceitos que tendiam a ser negativos. Na antropologia, na sociologia e nos estudos de psicologia, por exemplo, esta atitude - a mentalidade patológica de ser oriental- estava ligada, de um modo geral, à impossibilidade de adotar valores modernos. Koentjaraningrat (1995) e Alisyahbana (1974) podem ser incluídos entre os críticos mais acirrados do pensamento social do povo indonésio.

Tal classificação e segregação afetam não só as respostas fornecidas pelos entrevistados ou por informantes, mas também a ação ou as reações verbais que acompanham as respostas. O processo de domesticação do pensamento científico pelo pensamento social ocorre em muitos desses últimos aspectos. A posição de cada pessoa no contexto da entrevista é redefinida de acordo com o "*classificatoire*" do pensamento social dominante.

Cada indivíduo ocupa seu lugar no sistema existente dessas classificações sociais, ao mesmo tempo em que reformula o princípio de uma rede de relacionamento entre os elementos (pessoas, objetos, imagens etc.) que se encontram presentes na entrevista e finalizando com trejeitos, escolha de palavras e de linguagem –verbal e não verbal – que a esses elementos são atribuídos.

Vale notar que a língua balinesa (e outras línguas na Indonésia, tais como a javanesa, buginesa, sudanesa etc.) contém vários níveis de sofisticação que são considerados apropriados quando se fala com outrem[10]. Todos os presentes devem saber a quem se dirigem, uma vez que a escolha das palavras e o nível de sofisticação da linguagem que utilizarão servem como indicadores do lugar que eles ocupam no espaço social.

---

(10) No que se refere às dificuldades para o entendimento da correlação existente entre linguagem prática e o pensamento social, Geertz (1976), em seu trabalho seminal sobre a sociedade javanesa, analisa o padrão linguístico que representa regra complexa e normas que exigem atenção cuidadosa e meticulosa para a realização de pesquisa social na Indonésia. Essa mesma recomendação é partilhada por outros estudiosos ocidentais, como Mulder (1995), Siegel (1986) and Berman (1998).

O pensamento social sobre o sistema de castas em Bali, para exemplificar, deriva de tal prática de linguagem. Erros cometidos podem acarretar consequências fatais, do mesmo modo que erros na linguagem física. Nas sociedades não-modernas, como a indonésia, língua e corpo representam os instrumentos cognitivos mais reveladores para possibilitar às pessoas adentrarem o espaço onde aprenderão seu pertencimento social.

Destarte, o corpo é entendido holisticamente, em conjunto com o pensamento e o cérebro, em oposição ao que se registra no pensamento social moderno. O corpo representa um espaço social orgânico onde a noção do sujeito nunca é absoluta, e o corpo não é separado do pensamento. Nas pesquisas levadas a cabo em comunidades não-modernas do meu país, o corpo, e a linguagem corporal, estabelecem vínculos entre o pensamento social e a causalidade - não só no contexto científico do termo, mas igualmente no seu sentido cósmico[11].

Na sociedade balinesa, mais especificamente, em virtude de seus diferentes aspectos de crenças e costumes, a causalidade assume um caráter cármico. As palavras, o corpo, a linguagem, a prática verbal, a indumentária, os nomes e os lugares representam elementos constitutivos do pensamento social e exigem que a pesquisa seja do tipo "*haute couture*", para ser entendida. Consequentemente, diante deste complexo cenário social, a teoria das Representações Sociais oferece um paradigma para que se compreenda a integração entre

---

(11) Para uma elaboração da complexidade do mundo asiático em relação com o poder cósmico, ver Permanadeli, R. (2010a).

as dimensões sociais, individuais e culturais, ao enfatizar o discernimento e o entendimento do conhecimento contextualizado socialmente. Desta maneira, traduzido em instrumental de comunicação social, permite que se apreenda o fenômeno social onde quer que ele ocorra (Jodelet, 1991).

Por essa mesma razão, no tocante às dicotomias leste-oeste e tradicional-moderno nas sociedades não-modernas, os princípios de classificação, classificado e classificar no pensamento social oferecem igualmente a possibilidade não só de descrever espaços sociais diferentes e fundamentos epistemológicos, mas também uma plataforma ontológica e uma formulação metafísica diversa daquelas das sociedades ocidentais.

Assim, a teoria das Representações Sociais favorece o conhecimento básico para que se entenda como as pessoas comuns lidam com diferentes situações a partir de um o "pensamento leigo", que é aquele que surge a partir de uma perspectiva popular. O conhecimento científico nas sociedades modernas ignorou itens como história, cultura, hábitos, práticas linguísticas e emoção, que para a teoria das Representações Sociais são elementos fundamentais na construção da estrutura do pensamento popular, tanto quanto na construção do pensamento social.

A questão das identidades e das diferenças, que constitui a natureza fundamental do pensamento social na teoria das Representação

Sociais pode, deste modo, se transformar em duas plataformas que possibilitam oferecer, inequivocamente, o entendimento de Bali, Java, Indonésia ou de qualquer outra sociedade não-ocidental, escapando assim da armadilha montada em termos da dicotomia leste-oeste ou do moderno-tradicional.

O conceito de âmbito local, durante tanto tempo ignorado por ter sido vítima da armadilha da história política e da produção do conhecimento, por um lado, e do absolutismo da universalidade do pensamento, por outro lado, encontrará seu espaço para contar sobre as sociedades do Terceiro Mundo em seus próprios termos. Nesse sentido, o enfoque proporcionado pela teoria das Representações Sociais pode ser considerado como fonte importante para o estudo do conhecimento local e das formulações lógicas relacionadas à escolha do que é mais adequado para cada contexto cultural, em toda a sua complexidade.

Anexo A

Além da Indonésia, a Holanda também possuía colônias no sul da África. O sistema de colonização que praticava estava baseado no princípio *Divide et Impera*, que, na África do Sul tornou-se conhecido como a política do *Apartheid*.

Na Indonésia, todavia, que possuía uma sólida estrutura social bem antes da chegada dos europeus, a segregação social foi praticada somente através de um sistema político-legal caracterizado pela discriminação étnica e racial. Sob sua égide, os holandeses e demais ocidentais ocupavam a hierarquia mais alta e sujeitavam-se ao sistema legal europeu.

Os chineses e demais “orientais exóticos” ocupavam o segundo lugar no estrato social e funcionavam como mediadores econômicos entre os detentores do poder holandês e a população. Assim, utilizados pelos holandeses, também estavam sujeitos às mesmas leis europeias.

A população nativa da Indonésia, em virtude de sua grande diversidade, foi colocada sob a lei tradicional, um código de conduta consuetudinário – o *Adat* – baseado na lei islâmica.

Por esse motivo, o Islã e suas múltiplas faces (educação, rituais, cotidiano) se transformaram em símbolo de resistência contra os co-

lonizadores holandeses nos primórdios do movimento de independência.

Esse período inicial da história política da Indonésia imprimiu como marca a balbúrdia que caracteriza a produção do conhecimento neste país.

Anexo B

Nas últimas duas décadas surge na Ásia a necessidade de desenvolver o conhecimento local sob a denominação de conhecimento nativo, através de muitas e diversas correntes.

A primeira representa o discurso que analisa o legado do colonialismo, e é conhecida como estudos pós-coloniais. Língua, literatura e estudos culturais sobre identidade, mulheres e até mesmo religião e teologia constituem a plataforma desse discurso. Encontramos nomes como Gayatri Spivak e Arjun Appadurai, além de Homi Baba, Franz Fanon ou Edward Said como os precursores dessa corrente.

A segunda desenvolve o discurso já elaborado e propõe uma visão mais “agressiva” e crítica de modo a buscar alternativas de pensar. Essa corrente propõe a ideia de multidiversidade, que reitera o enfoque político e redescobre a dimensão política da intervenção intelectual e social. Ashis Nandy, Haji Muhhammad Idris e Ali Alatas, são seus nomes mais representativos.

Ambas são especialmente inspiradas por uma abordagem marxista dos movimentos sociais e, por essa razão, muito críticas na interpretação da condição pós-colonial.

Conhecida como psicologia nativa, a terceira corrente abriga vozes moderadas que desafiam a Ásia a identificar e desenvolver seu próprio pensamento, com agenda específica de propor pensamento alternativo que confronte a onda da globalização. Essa corrente é conduzida por psicólogos asiáticos, a maior parte procedente de Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e Japão. Desenvolvendo pesquisas dentro dessa linha cabe ressaltar os nomes de Uichol Kim e Kwang Kuo-Huang (2006), Toshio Sugiman, Susumu Yamaguchi, Chen Kuan-Sing (2010), Lili Huang, Mogaddam and Durganand Sinha.

Referências

Flick, U. (1998). Everyday Knowledge in Social Psychology. In U. Flick (Ed.), *The Psychology of the Social*. Cambridge: Cambridge University Press.

Geertz, C. (1976). *The Religion of Java*. Chicago-London: The University of Chicago Press.

Gouda, F. (2005). *Dutch Culture Overseas. Praktik Kolonial di Hindia Belanda, 1900-1942*. Jakarta: Penerbit PT Serambi.

Hanneman, S. (2010). *Genealogi Kekuasaan Ilmu Sosial Indonesia* (*The Genealogy of Power of Social Sciences in Indonesia*). Jakarta: Kepik Ungu.

Jodelet, D. (1991). Representations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet, (Ed), *Les Representations Sociales*. Paris: PUF.

Kim, U., Yang, K. & Huang, K. (2006). *Indigenous and Cultural Psychology. Understanding People in Context*. New York: Springer Science+Business Media Inc.

Kleden, I. (1987). *Sikap Ilmiah dan Kritik Kebudayaan* (*Scientific Attitudes and Cultural Critics*). Jakarta: LP3ES.

Koentjaraningrat. (1995). Aneka warna manusia dan kebudayaan Indonesia dalam pembangunan (multicolor of Indonesia people and its mentality in development process). In Koentjaraningrat (Ed.),

Manusia dan Kebudayaan Indonesia (*Indonesian People and its Culture*). Jakarta: Djambatan.

Kuan-Sing, C. (2010). *Asia as Method. Toward Deimperialization*. Durham-London: Duke University Press.

Moscovici, S. (1976). La *psychoanalise, son image et son public*. Paris: PUF.

Permanadeli, R. (2008a). Il Potere. Un'alternativa metodolica ed analitica alla studia della aus representazione sociale nelle societa non-acci. In I. Galli (Ed.), *Del Potere e Di Altri Demoni*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane.

Permanadeli, R (2008b). *Kekuasaan, Pola Bahasa, dan Tradisi Lisan* (*Power, linguistic pattern, and Oral Tradition*). (unpublished paper) presented at the International Conference of the Associasi Tradisi Lisan (Association of Oral Traditions VI).

Permanadeli, R. (2010a). Psycho-spiritual Harmony. In D.J. Christie (Ed.), *Encyclopedia of Peace Psychology*. Hoboken, New Jersey: Wiley & Blackwell.

Permanadeli, R. (2010b). *Language and Power* (unpublished paper). Apresentado no the National Seminar of PELBBA (Center of Linguistic and Cultural Studies) – Jakarta, Indonesia.

Schrieke, B. (1929). *The Effect of Western Influence on Native Civilisations in the Malay Archipelago*. Batavia-Java: Koninklijk Bataviaasch Genootschap Van Kunsten en Wetenschappen.

Siegel, J.T. (1986). *Solo in the New Order. Language and Hierarchy in an Indonesian City*. Princeton: Princeton University Press.

Vigotsky, L. S., (1985). La pensee et le mot. In B. Schneuwly et J-P. Brockart (Ed.), *Vigotsky Aujourd'hui*. Neuchatel e Paris: Delachaux & Niestle.

Wagner, W. & Hayes, N. (2005). *Everyday Discourse and Common Sense: The Theory of Social Representations*. New York: Palgrave Macmillan.

19 A Teoria de Representações Sociais como grade de leitura da saúde e da doença: a constituição de um campo interdisciplinar

Denize Cristina de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Tomado como campo de produção intelectual, conforme proposto por Bourdieu (1989), o campo de saber da saúde, particularmente naquelas áreas historicamente orientadas por um saber interdisciplinar, como a enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, saúde coletiva, dentre outras, vem se estruturando em função de uma reflexão permanente sobre as suas práticas e sobre a construção dos seus objetos de interesse. Nesse sentido, concebidas como práticas sociais, essas áreas têm procurado definir a especificidade dos seus objetos de investigação e dos seus processos de trabalho, em consonância com os outros processos de trabalho do campo da saúde, de forma a explicitar a sua faceta social e psicossocial na construção de um saber interdisciplinar.

Essa construção interdisciplinar pressupõe uma abordagem complexa, na qual o entendimento dos valores e percepções da pes-

soa sobre sua saúde é imprescindível. Trata-se de incorporar não só aspectos e categorias da ciência, como também os diversos tipos de pensamento, sejam eles míticos, empíricos, racionais, lógicos, numa rede relacional que faz emergir o sujeito no diálogo constante com o objeto do conhecimento. Considerar a comunicação entre as diversas áreas do saber e compreender a ordem, desordem e organização como fases importantes e necessárias de um processo é, também, um pressuposto da abordagem complexa (Morin, 1991; 1999).

Neste texto pretende-se discutir os desafios e superações conceituais colocados quando uma teoria social passa a ser incorporada por um campo de conhecimento aplicado, como se estabelece nas relações entre a teoria de representações sociais (TRS) e o campo da saúde, com os seus desdobramentos para as áreas que compõem esse campo, como a enfermagem, medicina, nutrição, fisioterapia e outras.

Para essa aproximação discute-se a necessidade de estabelecer novas bases para o processo de cuidar em saúde, a partir da compreensão das "necessidades representadas", negociadas entre sujeitos individuais e coletivos e os profissionais nas instituições de saúde, e acessadas através das representações sociais.

Considera-se, ainda, que a integralidade e a equidade da atenção à saúde constituem conceitos com forte pertinência ao ideário

do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, que se efetivam, primariamente, a partir do que os sujeitos e os grupos sociais consideram ser o atendimento de suas necessidades de saúde (Cordeiro, 1997).

A proposição básica desenvolvida pela autora em trabalho anterior (Oliveira, 2001, 2005) é a de que um dos principais elementos participantes desse reposicionamento profissional vem sendo o questionamento dos conceitos de necessidades humanas e de saúde, que se encontram subjacentes à definição do cuidado em saúde, da mesma forma que permanece subjacente às práticas de saúde em geral. Considerando que os processos de intervenção em saúde implicam na avaliação das necessidades saúde, propõe-se que essas necessidades sejam acessadas através da exploração das dimensões objetiva e subjetiva do processo saúde-doença, tal como representados pelos sujeitos e subjacentes às suas demandas por ações e serviços de saúde.

Essa articulação conceitual exige, portanto, vislumbrar como os contextos societário e psicossocial se entrelaçam, ou seja, como o indivíduo se situa na sociedade e como os valores socialmente compartilhados passam a fazer parte do repertório do sujeito individual. Por outro lado, essa recursividade tem derivações para repensar aspectos importantes da organização do processo de trabalho, da gestão, do planejamento e da construção de novos saberes e práticas em saúde.

Acredita-se, desta forma, que problematizar o saber em saúde implica em percorrer os movimentos que vêm se dando nesse campo de conhecimentos, com vistas à superação de uma dimensão clínico-biológica e normativa e à construção de uma dimensão interdisciplinar. O conceito de representações sociais e sua teoria de base, adotados neste trabalho, é aquele proposto por S. Moscovici, cuja definição mais aceita é “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais, que funciona como uma espécie de ‘teoria do senso comum’” (Moscovici, 1978, p.181).

Para o desenvolvimento da proposição deste texto pretende-se demonstrar as contribuições da TRS, na sua definição epistemológica moscoviciana, para a objetivação não apenas do contexto social da saúde, como classicamente vem sendo apresentado pela saúde coletiva, mas também para a reconfiguração dos objetos de pesquisa, de intervenção e também de práticas, fazendo do social mais do que contexto, mas parte integrante do próprio objeto pesquisado.

Essa articulação é contextualizada nas transformações impostas por uma nova lógica vivencial e subjetiva imperante na pós-modernidade, resgatada a partir de Santos (1994), ao afirmar que, por um lado, o mundo moderno tem como uma de suas características a transformação rápida das coisas e das necessidades, como forma de implementar o consumo. Por outro lado, na constatação da falên-

cia dos paradigmas que deram suporte aos diversos campos que compõem a saúde, historicamente, e de que essas transformações têm como um dos seus subprodutos a mudança da concepção do que seja necessário ou essencial à vida, isto é, implica um processo de construção de representações acerca do que os grupos identificam como “necessidades humanas” e “necessidades de saúde” e, sobretudo, das formas de ressignificação dessas necessidades.

No que se refere a essa questão, as necessidades vêm sendo concebidas como importantes indicadores de avaliação da qualidade das tecnologias de trabalho de saúde. Isto vem configurando uma nova equação, que anula a diferenciação entre necessidades e demandas, tão apregoada no conhecimento clássico da saúde, como sinônimo de verdade (a primeira) e de ficção (a segunda). Desta forma, a efetividade dessas tecnologias passa a ter como um dos seus elementos de avaliação o atendimento das necessidades, entendido este como a satisfação dos clientes com a atenção profissional prestada, a partir de um conjunto de representações.

A satisfação dos clientes, portanto, é tomada como medida de avaliação da atenção à saúde, com referência a conceitos como o de aceitabilidade, que significa a adaptação do cuidado aos desejos, expectativas e valores dos pacientes e de suas famílias. Em grande parte, a aceitabilidade depende das valorizações subjetivas dos clientes com relação ao desempenho dos profissionais e dos serviços. A ri-

gor, não apenas o indivíduo passa a ser considerado nessa equação, mas também a comunidade, visto que a sua legitimidade é conferida pela aceitabilidade do cuidado para a comunidade ou a sociedade em geral. Dessa forma, a equação da equidade assume contornos mais complexos, pelos quais o que os indivíduos elegem como satisfatório deve ser levado em consideração juntamente com o que a sociedade julga satisfatório.

Nessa proposição, a medida de satisfação das necessidades é dada pela atitude do sujeito para com o sistema de atenção à saúde com o qual tenha tido contato. A qualidade do cuidado é julgada pela sua conformidade com um grupo de expectativas ou padrões que derivam de três fontes: (1) a ciência do cuidado em saúde; (2) os valores e expectativas individuais; (3) os valores e expectativas dos grupos sociais - suas representações da saúde e da doença. Em consequência, a satisfação e qualidade do cuidado em saúde recebido não podem ser julgadas apenas em termos técnicos por profissionais de saúde; as preferências de pacientes e da sociedade também devem ser levadas em conta.

Uma aproximação à utilização da teoria de representações sociais pelo campo da saúde

Desde a década de 80, quando a teoria de Representações Sociais (TRS) foi introduzida no Brasil, sua apropriação vem se dando de forma destacada no campo da saúde, especialmente em estudos nos quais importe ter acesso ao conhecimento social que orienta as práticas de um dado grupo social quanto a problemas de saúde, ou seja, o conhecimento que o grupo utiliza para interpretar tais problemas e justificar suas práticas sociais, da mesma forma que para a análise das práticas profissionais de atenção à saúde.

Nos dizeres de Jodelet

> A evolução observada desde as últimas décadas confirma o desenvolvimento do uso do paradigma das representações sociais em áreas vizinhas à psicologia social. Essas áreas de interface se encontram em Educação, Saúde, Trabalho, Práticas Profissionais, e apresentam uma certa estabilidade através do tempo. (2005, p. 17).

No entanto, apenas recentemente a TRS passou a ser apropriada pelos pesquisadores do campo da saúde para a análise de objetos específicos do cotidiano profissional, uma vez que esse campo se manteve durante bastante tempo distanciado da esfera do social

e da esfera do simbólico, em decorrência da sua própria trajetória histórica.

A reconfiguração de um campo de conhecimentos

A obra inaugural de Moscovici é centrada sobre o estudo da psicanálise como representação social, dando origem a proposição da TRS. Moscovici (1976, p. 19) afirma que “a psicanálise, ciência, terapêutica, visão de homem, ocupou um lugar considerável na nossa cultura. Seu caráter científico, o valor da sua terapêutica, sua interpretação dos fenômenos psicológicos são contestados por razões extremamente diversas”. Lagache, no Prefácio da primeira edição da obra de Moscovici, atribui à psicanálise o caráter de “especialidade médico-psicológica, ‘ação-pesquisa’, ciência do homem aberta sobre as outras ciências do homem...” (Lagache, 1961, p.vii), reafirmando uma preocupação de Moscovici com um objeto particular, caracterizando desde então uma aproximação ao âmbito da saúde nos estudos de representações sociais.

Essa quase hereditariedade ou tendência de nascimento teve a sua confirmação histórica quanto a utilização para a análise do processo saúde-doença nos trabalhos clássicos de Claudine Herzlich (1969) - *Santé et maladie: analyse d’une représentation sociale* - a respeito da representação social da saúde e da doença; de Chombart

de Lauwe (1979) – *Um monde autre: l'enfance* – tratando da constituição das representações da infância; de Denise Jodelet (1989) – *Folies et représentations sociales* – sobre a representação social da loucura; de Uwe Flick (1992) – *La perception quotidienne de la sante et de la maladie* - sobre as percepções da saúde e doença; confirmando a tendência apontada pela inspiração inicial de Moscovici para a proposição da TRS.

Os primeiros trabalhos acadêmicos orientados pela TRS, no campo da saúde no Brasil, datam da década de 80, e confirmam a nossa proposição de uma quase filiação da TRS ao campo da saúde, coincidindo com dois movimentos conjunturais particulares: um da própria teoria, que iniciava a sua difusão no Brasil; e o segundo, de alguns campos da saúde, como a Enfermagem, que se voltavam para novos paradigmas teóricos e metodológicos orientadores das suas pesquisas.

Recorrendo, mais uma vez a Jodelet (2005), falando sobre o seu primeiro contato com o Brasil em 1982, através da Universidade Federal de Campina Grande, a autora afirma

> Angela e eu convencemos seus colegas de que a TRS era uma chave para compreender, juntamente, a servidão e a libertação... Pediram-me para assessorar um projeto em

> Saúde Pública, que impulsionou o interesse pelo uso da TRS no campo da Saúde no Nordeste. (p.17)

Essa aproximação, no entanto, não se traduziu, de imediato, em produções científicas, que só vieram a ser veiculadas a partir da década de 90, como evidenciaram diversos autores.

As particularidades do desenvolvimento do conhecimento no campo da saúde, na década de 80, abriram caminho para o profícuo desenvolvimento da TRS, destacando-se, especialmente, a sua contribuição para o novo dimensionamento epistemológico de alguns campos participantes da saúde, o que continua a ser observado até os dias atuais.

Até 1984, as pesquisas em saúde no Brasil, acompanhando os paradigmas científicos da época, eram orientadas pelo positivismo, o qual privilegia a mensuração e a comparação dos fenômenos, a objetividade das observações e a ausência ou limitação nas análises explicativas, ou seja, o predomínio da abordagem quantitativa com ênfase na descrição dos fatos e na padronização dos procedimentos e variáveis.

Na primeira metade da década de 80 foi observado o interesse pelo desenvolvimento de pesquisas empregando outras orientações filosóficas e paradigmáticas, como o materialismo histórico-dialético

e a fenomenologia. Essa tendência teve o seu desenvolvimento nas décadas de 80 e 90, com a busca e incorporação de diferentes paradigmas, como a teoria de representações sociais, a qual encontrou espaço fecundo nas áreas da saúde coletiva, enfermagem, e mais tardiamente na nutrição, fisioterapia, medicina, dentre outras.

Isto permitiu evidenciar que as questões relacionadas ao processo saúde-doença envolviam aspectos históricos e sociais, dando início a uma trajetória de distanciamento dos paradigmas da área clínico-biomédica e de aproximação àqueles da área das humanidades. O campo de estudos da saúde passou a experimentar abordagens teórico-metodológicas inovadoras para o momento histórico, que se ajustavam a um objeto tão vasto e diversificado quanto o cuidar no processo saúde-doença.

O início da difusão da teoria no Brasil, bem como o interesse despertado nas diferentes áreas do conhecimento, é atribuído por Sá e Arruda (2000, p. 16) à possibilidade de "(...) recuperarmos, juntamente com o interesse teórico-metodológico de um instrumento de saber, o lugar dos sentimentos e das relações humanas na construção do conhecimento". Nesse trabalho, que objetivou a caracterização da produção nacional sobre representações sociais no Brasil entre os anos de 1988 e 1997, observou-se um crescimento contínuo de pesquisas na área da saúde, em especial no âmbito da enfermagem e da saúde coletiva.

Afirmam os autores que “(...) constata-se, talvez especialmente no caso do Brasil, uma ampla penetração da teoria em campos disciplinares orientados para a intervenção nos problemas humanos e sociais que, com freqüência, reclamam da escassez de abordagens teóricas realmente úteis aos seus propósitos.” (Sá &Arruda, 2000, p. 25).

No que e refere aos objetos de representação, Moscovici (2003) afirma que as representações:

> convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as põem como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura... (p. 34)

Desta forma, e em função de questões próprias ao campo da saúde, a teoria ganhou corpo e espaço privilegiado, especialmente nas áreas da saúde coletiva e da enfermagem, conforme pode ser observado nos resultados do estudo de Sá e Arruda (2000). Estes revelam que a participação da grande área da saúde na distribuição da produção, por áreas de interface com a psicologia social, foi de 31,7%, representando a segunda maior área na qual a teoria foi adotada. A enfermagem contribuiu, no âmbito do inteiro conjunto de áreas de interface, com 11,6% dos trabalhos. Dentro especificamente do campo da saúde, as áreas observadas foram: enfermagem, com a maior contribuição de 48,1% dos trabalhos; saúde coletiva, com 43,2% dos estudos realizados; medicina, com uma participação de 6,2%; o que demonstra a importância das duas primeiras áreas na apropriação desse referencial teórico.

Em atualização desse estudo, abarcando o período de 1980 a 2006, Formozo et al (2009) demonstraram que a participação da grande área da saúde nos estudos utilizando a TRS foi de 45,6%, representando a primeira maior área na qual a teoria foi adotada. Dentro desse inteiro conjunto, a enfermagem apresentou a maior contribuição, de 58,1% dos trabalhos; a saúde coletiva contribuiu com 35,5% dos estudos realizados; e a medicina com 6,3%, o que demonstra a continuidade da tendência de apropriação e retradução desse referencial teórico pelo campo da saúde.

No que se refere à análise dos campos temáticos privilegiados pelas pesquisas na saúde, Sá e Arruda (2000) observam que esses foram agrupados em representação social sobre doenças e doentes, sobre processos, sobre técnicas e tecnologias de trabalho, e sobre áreas profissionais e profissões. Dentro desses campos temáticos foram destacados o processo de trabalho em saúde, as práticas profissionais e o processo saúde-doença.

Na análise dos campos temáticos privilegiados pelas pesquisas no campo da enfermagem, Marques, Tyrrel e Oliveira (2006) constatam: representação social da doença (29%); prática profissional (20,5%); cuidar em enfermagem (16,9%); processo saúde-doença (13,2%); identidade profissional (8,0%). Nos anos 2000 observou-se o aparecimento de temáticas pouco destacadas até então, associadas à importância assumida pelo HIV/AIDS no cenário da saúde, como as práticas de prevenção, de autoproteção profissional e as práticas de promoção da saúde associadas a convivência com doenças, conforme observa Formozo et al (2009).

Sá e Arruda (2000, p. 28) destacam, a esse propósito, que "parece legítimo inferir-se uma grande tendência por parte dos pesquisadores a localizar o 'saber prático' que constitui as representações sociais nas searas mais institucionalizadas do 'fazer social'".

Evidenciou-se, ainda, nesses estudos, que o interesse e a utilização da TRS na abordagem dos objetos de saúde não está restrito aos pesquisadores da própria área, mas também se expande para outros campos do conhecimento, como a psicologia social, a sociologia, a antropologia e até mesmo a educação, que também se interessam pela interface estabelecida entre saúde e representações.

Ao longo dos anos 90 e 2000 presenciamos o gradativo distanciamento de algumas áreas da saúde do paradigma biomédico, voltando-se algumas para os paradigmas social e outras para o paradigma das humanidades, particularmente nas áreas da saúde não médicas. Observa-se o predomínio atual, nessas áreas, de pesquisas claramente orientadas por referenciais teóricos das áreas humanas e sociais, tais como a psicologia social e a sociologia, o que reforça a hipótese de uma mudança do paradigma orientador desses campos. Essa tendência ampara a constatação de que a TRS encontrou espaço fecundo no campo da saúde, devido à adesão por estas áreas a uma perspectiva humana e social dos processos de saúde e doença, e em parte devido aos desafios colocados pelo início da pós-modernidade no campo da saúde, conforme discutido na introdução deste trabalho.

Ao longo dos últimos quase trinta anos vem se constituindo, nos dizeres de Celso Sá e Denise Jodelet, uma “escola brasileira de representações sociais”, marcada pela especificidade do interesse dos

pesquisadores brasileiros pela relação entre teoria e metodologia na apropriação desse paradigma. Para Jodelet, “Essa fisionomia reflete uma tendência geral da psicologia social de se voltar a áreas de aplicação, perdendo sua própria identidade” (2005, p. 19).

Condições de apropriação da teoria de representações sociais pelo campo da saúde

No momento atual, a análise da utilização da teoria geral das representações sociais no campo da saúde, consideradas as especificidades anteriormente discutidas, reveste-se de exigências particulares. Essas exigências podem ser assim sintetizadas:

(1) articulação da TRS com os paradigmas orientadores da área da saúde na atualidade, especialmente com os conceitos de cuidado, necessidades de saúde e demandas, equidade, integralidade;

(2) pesquisa voltada tanto a análise da constituição de um conhecimento do senso comum sobre a saúde e a doença, quanto da constituição de um saber técnico-profissional que orienta as práticas institucionais e profissionais, estabelecendo um diverso campo de formação de representações;

(3) admissão de que as formas de apropriação dessa perspectiva e dos seus métodos concedem igual ênfase ao conceito

em si de representação social, como também as exigências teóricas específicas.

A comparação das exigências acima, apontadas em dois diferentes períodos históricos, permite afirmar um processo de mudança na incorporação da TRS pelo campo da saúde. Essa constatação se apoia na comparação desses atributos àqueles apontados por Oliveira (2000) na análise desse processo nas décadas de 80 e 90. A autora apontava que na década de 90, época da elaboração do texto referido, observava-se:

(1) a articulação da teoria das representações sociais com os paradigmas da promoção da saúde;

(2) recorte pelo qual a pesquisa das formas de difusão e de circulação das ideias e das suas implicações para as práticas, se dava como elemento de transformação social;

(3) as formas de apropriação dessa teoria e dos seus métodos concediam maior ênfase ao conceito em si de representação social, e não à sua base de sustentação teórica.

As mudanças apontadas parecem permitir afirmar o fortalecimento de uma mudança paradigmática nos campos não-médicos da saúde, fortalecendo a adoção de princípios humanistas e o afasta-

mento de uma perspectiva clínico-biomédica ou sociológica, além de uma maior visibilidade da apropriação da psicologia social nesse processo.

Um aprofundamento dessas exigências particulares de utilização da teoria geral das representações sociais, e de suas teorias complementares, no campo da saúde pode contribuir para a melhor compreensão desse processo, bem como sinalizar para o futuro de uma construção interdisciplinar na saúde, tão apregoada pelos pensadores desse campo nos dias atuais.

A articulação da TRS com os paradigmas da saúde

A necessidade de articulação da TRS com os paradigmas da saúde encontra eco nas proposições de Moscovici (1988) ao atribuir a dimensão da informação um papel fundamental na formação e também na transformação das representações. Essa articulação é justificada pelo caráter interdisciplinar dos objetos eleitos para análise nos estudos de saúde. Esse esforço de construção interdisciplinar vem sendo feito nos dias atuais, especialmente com os paradigmas de cuidado em saúde, necessidades de saúde, equidade, integralidade, pelo caráter central que ocupam na construção do conhecimento em saúde, na atualidade, nas áreas não médicas.

Essa proposição encontra amparo nas colocações de Morin (1991, 1999), ao afirmar que para superar a fragmentação disciplinar e situar-se na complexidade, é preciso avançar para além da somatória de campos, propondo modalidades de ação conjunta. Cada disciplina tem acesso a uma faceta do objeto de estudo e, por isso, é necessário produzir agentes capazes de circular simultaneamente entre dois ou mais campos disciplinares. A inter e transdisciplinaridade implicariam a intersecção de diferentes disciplinas, provocando atravessamentos entre campos capazes de possibilitar múltiplas visões simultâneas do objeto em estudo. Os campos disciplinares constituem estruturas; interagindo entre si produzem relações.

Para a compreensão do processo de cuidar em saúde é necessário reconhecer a maneira como os agentes definem os contornos e a dimensão das demandas por cuidado, na mediação sociedade e saúde, despertando no profissional a consciência de sua responsabilidade dentro dessa totalidade. Reconhece-se, dessa forma, que é necessário investir em novos princípios de racionalidade, possibilitando o acesso ao espaço das representações, dos significados, de novas possibilidades de interação interpessoais e de reconhecimento do mundo. Essa nova racionalidade exige que a aptidão profissional no campo da saúde passe a abranger a capacidade de observar e de ouvir, reelaborando conceitos, descrições e taxonomias, a partir dos discursos e dos gestos.

Para a aproximação da noção de cuidado em saúde, o conceito de tecnologia de trabalho é fundamental. Para Gonçalves

> ... a tecnologia dos processos de trabalho é algo que se constitui dentro dos mesmos, apontando ao mesmo tempo para suas dimensões técnicas e sociais. O seu estudo implica no saber e seus desdobramentos em técnicas materiais e não materiais que, ao darem um sentido técnico ao processo, também lhe atribuem um sentido social articulado (...)". (1986, p. 66)

As tecnologias de trabalho, dentre elas as tecnologias de cuidado em saúde, vistas a partir das representações sociais, possibilitam um novo olhar, que não mais as considera como esfera normativa, estritamente técnica e cientificamente determinada, mas enquanto expressão das subjetividades, que se constituem em um dado espaço social. Isto implica em conceber o duplo caráter assumido pelo cuidado em saúde: o primeiro, enquanto ação legitimada pelo – e legitimadora do – conhecimento científico; e o segundo, enquanto construção da realidade e, nessa medida, como função da experiência pessoal, da ação criativa e do conhecimento de base empírica.

Nessa perspectiva, o cuidado em saúde, e as demais práticas profissionais de saúde, ganham sentido e contexto como ações inten-

cionais, institucionalmente localizadas e socialmente determinadas. Enquanto forma particular de agir no mundo, a tecnologia do cuidado em saúde é constituída por um saber e por seus desdobramentos materiais e não materiais, inseridos na produção de serviços de saúde.

Assim, os sujeitos envolvidos no processo de cuidado, quais sejam, profissionais de saúde e clientes, são vistos como atores que constroem e negociam continuamente arranjos sociais, através de sua vivência e das representações que criam nas relações cotidianas. Como parte dessa negociação, encontram-se as necessidades de saúde diferentemente concebidas e representadas por uns e por outros.

Em pesquisa desenvolvida por Oliveira (2001) sobre a tradução das necessidades de saúde entre usuários, foi observado que

> ...as necessidades apontadas pelos usuários dos serviços revestem-se de uma característica mais instrumental, qual seja, a de dar respostas a demandas que se colocam no dia a dia dos sujeitos, mas sem se divorciar de princípios que essa população vai agregando às suas representações de saúde e de doença. (p.195)

Por outro lado, os profissionais de saúde definem tais necessidades tanto a partir das possibilidades colocadas pelo conhecimento reificado ao qual têm acesso, quanto pelo processo de trabalho em saúde vivenciado, muito mais do que a partir das demandas dos usuários dos serviços de saúde, sujeitos das suas ações. Nesse particular, no estudo da mesma autora, o que se observou foi

> uma compatibilização sócio-conceitual entre as 'demandas vivas' do cliente e as necessidades tradicionalmente reconhecidas pelo saber de enfermagem. O momento vivido e seus significados foram expressos pelas representações sociais do processo saúde-doença dos entrevistados, expressando as suas próprias necessidades e expectativas". (Oliveira, 2001, p. 197)

Consequentemente, ao focalizar o processo de trabalho e as tecnologias de cuidado é possível perceber as dimensões formais e informais presentes nessa determinação de necessidades, e verificar como e sob quais facetas essas concepções se manifestam, sejam elas mais técnicas, políticas, sociais, representacionais ou culturais.

As bases para uma concepção de cuidado em saúde estão apoiadas no agente, no ator, no sujeito ético, no caso o profissional de saúde, que convive com uma determinada racionalidade que de-

termina o seu grau de liberdade de ação. É nesse ambiente que o profissional age, sendo capaz ou não de transformar o processo de trabalho e suas tecnologias, dentre elas a do cuidado em saúde, e as finalidades e necessidades que o determinam. Para alcançar essa mobilidade de ação é preciso buscar vias que possibilitem o trânsito de uma dimensão técnico-teórica das necessidades para outra dimensão de valores e significados, que considere as demandas da população como expressão das suas necessidades, e estas inscritas nas suas representações do processo saúde-doença. (Gonçalves, 1992; Oliveira, 2001, 2005).

A existência de uma dimensão ética é imposta pela natureza mesma do cuidado de saúde, uma vez que a geração e o consumo do produto desse cuidado se dão simultaneamente na interação que se estabelece entre o profissional e o cliente/usuário. Daí decorre outra problemática imbricada com a formação de representações, a efetividade das tecnologias depende da pactuação, por clientes e profissionais, de uma interação produtiva. Essa modalidade de interação implica na aceitação de uma negociação de saberes sobre as necessidades e os cuidados possíveis para o seu atendimento, porque, em última instância, é essa negociação que deverá definir quais ações profissionais são reconhecidas como cuidado e o grau de satisfação dos sujeitos com os mesmos, bem como o sucesso das ações de cuidado como ações terapêuticas.

No estudo de Oliveira (2001), ao discutir as categorias definidoras do processo saúde-doença, a autora observou que

> ... as representações de saúde e doença não são constituídas essencialmente na polaridade do corpo são e do corpo doente, mas avançam na sua compreensão como parte do sistema produtivo da sociedade, indicada na categoria 'atividade'; revela ainda a valorização da qualidade de vida, na categoria 'estado sócio-cultural'; e lhe atribui um sentido de força interior, objetiva e subjetiva, apontada nas categorias 'estado espiritual' e 'atitude no cotidiano'.(p. 198)

Nesse sentido, coloca-se a necessidade de pensar o cuidado em saúde como uma tecnologia de trabalho com identidade específica que, na relação e interação com os saberes dos outros campos científicos e profissionais, e também com os saberes construídos pelos usuários, vai se transformando, moldando-se e se reconstruindo, tendo por base as representações sociais constituídas nos diferentes grupos em interação.

As necessidades de saúde como realidades representadas

A construção das representações sociais tem como um dos seus determinantes a incorporação do pensamento social pelo sujei-

to, com vistas à construção de um conhecimento comum, assim como a reinterpretação pelo grupo das vivências individuais (Jodelet, 1989). Da mesma forma, essa releitura realizada pelo grupo social de pertença terá sempre um traço cultural de gênero, de idade, de pertença a determinado país, grupo étnico etc.

As percepções de saúde e doença são reveladoras e determinantes das concepções de necessidades constituídas pelos grupos sociais, conforme já discutido. As concepções de doença, incorporadas por parcelas da sociedade, são aquelas localizadas no corpo, associadas à disfunção, com forte viés biomédico. A saúde, nesse entendimento, equivale à ausência de "ruídos" corporais, ao "silêncio" biológico, à plenitude e bom funcionamento de todos os órgãos. Assim, a perspectiva biomédica reduz a saúde e a doença ao contorno biológico individual, separando o sujeito do seu entorno social e contexto pleno de vida.

No entanto, essa forma de representar a saúde e a doença é apenas uma das possibilidades presentes na sociedade atual, que se distingue de outro perfil representacional que associa a doença à inatividade, à impossibilidade do corpo de realizar o trabalho, e, por vezes, a um castigo divino. A saúde, por sua vez, é associada ao desejo de vida, à atividade física e mental, e ao bem estar interior. Observa-se, portanto, nessa última concepção, a integralidade do proces-

so saúde-doença expresso em representações, que por sua vez determinam necessidades e demandas (Oliveira, 2001, 2005).

Ao considerar que as representações sociais não se formam como conceitos isolados, mas articulados em rede e interdependentes, pode-se inferir que as representações de saúde e doença interagem para determinar concepções específicas de necessidades humanas e de saúde. Essas necessidades são expressas em demandas específicas, direcionadas diferentemente pelos sujeitos segundo a sua percepção da capacidade resolutiva de cada lócus de atenção à saúde. Ou seja, para alguns sujeitos e grupos sociais não existe contradição entre ir ao médico e procurar uma benzedeira ou "pai de santo", já que cada um desses "agentes de saúde" responde a diferentes necessidades identificadas pelos sujeitos individuais e coletivos.

Observa-se, portanto, que quanto mais complexas as representações de saúde e doença, tanto mais complexas serão as demandas por saúde, uma vez que as necessidades, enquanto representações, são determinadas, dentre outros aspectos, pelas concepções de saúde e doença socialmente construídas.

Tomar as necessidades humanas e de saúde na sua dimensão de autonomia, conforme proposto Doyal e Gough (1991), significa compreender que elas só podem ser definidas na relação com os sujeitos e grupos que as geram. Não obstante, é imprescindível conce-

ber um limiar humano, portanto social, para as necessidades consideradas no seu pólo coletivo. Isto, na medida em que uma resposta social, geradora de preocupação ativa e genuína em relação aos problemas de saúde, só pode se constituir a partir da negociação de interesses e vontades profissionais e dos clientes.

A relação estabelecida entre ações de cuidado de saúde e a satisfação de necessidades exige a crítica concreta ao modo como estas são traduzidas, apresentadas e incorporadas no trabalho em saúde. Importa superar a sua definição a partir de critérios técnicos e ahistóricos, segundo os quais as demandas são tidas como distintas das necessidades, concebidas as primeiras como falsas e as segundas como verdadeiras.

O alvo da intervenção em saúde precisa ser deslocado do corpo em desequilíbrio, conforme, concebido pelo conhecimento biomédico, para os sujeitos em suas expressões coletivas e individuais, a partir das suas condições concretas – objetivas e subjetivas – de existência. Para isso, é necessário avançar de uma valorização da dimensão biológica humana para uma valorização da dimensão psicossocial. Isto, sem alienar o indivíduo/sujeito do seu contexto de vida, pois, se tomadas essas dimensões como fatores isolados no indivíduo, com a finalidade de ordenar a ação cuidadora, mantém-se uma situação de primazia do conhecimento técnico sobre o conhecimento do sen-

so comum, assim como a relação de desigualdade ora existente entre eles.

As necessidades em saúde, de expressão coletiva, não podem ser isoladas e individualizadas, já que elas apenas assumem sentido no corpo social onde são geradas. As tecnologias de cuidado de saúde se destinam a abranger o espaço individualizado e o coletivo, a partir das determinações do processo saúde-doença, mas não apenas delas. Está implicada nesse processo, também, a subjetividade coletiva constituída, considerando que as necessidades de saúde extrapolam categorias identificáveis em nível individual. Isto não significa negar a importância da manifestação/satisfação de necessidades individuais, particulares, ou mesmo das ações individualizadas de cuidado. Ao contrário, significa valorizar a ação cuidadora a partir de uma perspectiva onde esses elementos se integrem ao fazer junto a sujeitos sociais concretos.

De fato, uma visão da totalidade e da historicidade humana requer o questionamento do modo como se identificam as necessidades, do modo como elas são explicadas e das intervenções assumidas na sua satisfação. A identificação e a análise das diferentes necessidades dos sujeitos ou segmentos sociais, nos espaços coletivos e individualizados, devem orientar as decisões acerca de quais ações e processos devem ser encaminhados para o seu enfrentamento, bem como para a definição das tecnologias de trabalho mais

adequadas a esse objetivo. Dessa forma, os instrumentos de trabalho devem permitir a identificação social e psicossocial das necessidades de saúde.

Ao assumir a premissa de que as necessidades humanas podem ser vistas como objetivas e universais, conforme proposto Doyal e Gough (1991), e que essa assunção, no caso da saúde, pode se constituir em ferramenta teórica útil e profícua para o cuidar em saúde, não se está negando o componente de subjetividade implicado no reconhecimento e na satisfação dessas necessidades. Ao contrário, ao assumir essa premissa, o que se pretende é afirmar que, a partir de um conjunto de valores que são universais e objetivos - expressos em forma de representações hegemônicas - os grupos sociais e as coletividades elaboram formas de interpretação particulares dessas necessidades, e que essas concepções podem ser identificadas nas representações do que os sujeitos consideram como necessário e fundamental à vida e à saúde.

A articulação de uma abordagem psicossocial das necessidades humanas e de saúde, tomadas na dimensão acima proposta, pode possibilitar o reconhecimento de algumas categorias fundamentais para a constituição de um conhecimento interdisciplinar no campo da saúde. Propõem-se as seguintes categorias para análise: “o caráter coletivo e psicossocial” da saúde, das necessidades, das representações e do processo de cuidar em saúde; a “autonomia” dos

sujeitos e dos grupos sociais na construção das representações e no atendimento das suas necessidades; a "objetividade" das necessidades, expressas na construção e formalização de representações, e no imperativo da construção de indicadores que orientem a prática profissional em saúde; e, finalmente, a "universalidade das necessidades humanas", concebidas como direitos universais e afirmação de cidadania, expressas na possibilidade de recontextualização das representações caracterizadas e das práticas de saúde que se pretende implementar (Oliveira, 2001, 2005).

As implicações do abandono da distinção entre sujeito e objeto para a saúde

O resgate da obra de Moscovici (1969; 1976), para a compreensão dos objetos de saúde, vem dando sustentação ao questionamento da relação clássica estabelecida entre sujeito e objeto, especialmente quando este autor afirma que esse é um aspecto importante da teoria.

Partindo dessa perspectiva, Moscovici (1969) propõe que a problemática da representação inscreve-se na linha de trabalhos para a qual a representação está atrelada à dialética do indivíduo e do objeto, na qual a separação entre o universo interno e externo não pode ser concebida.

Nesse sentido, destacando o aspecto funcional dessa distinção, Moscovici (1969, p. 9) afirma que “não existe divisão entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo ou do grupo. (...) o indivíduo e o objeto [portanto] não são essencialmente distintos”. Para o autor, o objeto não existe por si próprio, mas sim para um indivíduo ou um grupo e em relação a eles.

A representação pode ser vista, ainda, como uma expressão concreta do universo social, sendo, portanto,

> a relação estabelecida entre indivíduo e objeto que determina o objeto em si. Uma representação é sempre representação de alguma coisa para alguém, e essa ligação com o objeto é uma parte intrínseca da ligação social e deve ser interpretada neste contexto (Moscovici, 1986, p. 51).

A hipótese de abandono da separação indivíduo-objeto leva a atribuir um novo significado ao que se convencionou chamar de realidade objetiva e, portanto, de realidade de saúde, definida pelos componentes plausíveis da situação e do objeto, tanto para o sujeito quanto para o grupo social que vivencia as condições de saúde e doença no cotidiano. Parte-se, nessa perspectiva, da tese de que não existe, a priori, uma realidade objetiva, mas que toda realidade é representada, ou seja, apropriada pelo indivíduo e pelo grupo, recons-

truída no seu sistema cognitivo, integrada ao seu sistema de valores, dependente da sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido. E é essa a realidade apropriada e reestruturada que constitui o dado real para o indivíduo e para o grupo (Abric, 1994).

Destacando a autonomia do sujeito na construção de imagens, Moscovici (1989) afirma que as imagens são sensações mentais, impressões que os objetos e as pessoas deixam no cérebro. O que caracteriza a imagem é, antes de tudo, o reflexo, a seleção da informação e a interdependência. Se a imagem parte do objeto, a percepção se concentra no indivíduo, conduzindo-o a um papel ativo, seja exprimindo sua experiência vivida, seja como projeção do indivíduo no objeto. Essa afirmativa permite inferir que o processo saúde-doença se expressa, ao mesmo tempo, como singular e geral, particular e social, na medida em que passa por um processo de retradução do objeto saúde e doença, a partir da experiência vivida por sujeitos enquanto expressões de grupos concretos.

O conceito de representações e as exigências da TRS

Na admissão de que as formas de apropriação da TRS concedem igual ênfase ao conceito, em si, de representação social e às exigências teóricas específicas, os processos de constituição e transformação das RS adquirem importância.

De acordo com a proposição de Moscovici, a estrutura de cada representação tem duas faces, tão pouco dissociáveis quanto a frente e o verso de uma folha de papel: a sua face figurativa e a sua face simbólica, fazendo compreender em todo sentido uma figura, e em toda figura um sentido. A partir deste entendimento, pode-se extrair uma primeira caracterização de seus processos de formação:

> [...] a duplicação de um sentido por uma figura, pela qual se dá a materialidade a um objeto abstrato, é cumprida pelo processo de objetivação. A duplicação de uma figura por um sentido, pela qual se fornece um contexto inteligível ao objeto, é cumprida pelo processo de ancoragem. (Sá, 2002, p. 46)

Nessa perspectiva, os processos de constituição das representações sociais são um dos focos de interesse nos estudos de saúde, ora colocando em destaque os processos de ancoragem, ora aqueles de objetivação de dado objeto relativo a uma doença específica, como a Aids nos tempos atuais; ou a uma tecnologia de cuidado de saúde, como a vacinação; ou ainda, relativo a uma política pública, como o Sistema Único de Saúde.

As três fases que envolvem a constituição das representações sociais são importantes para o desenvolvimento da pesquisa empíri-

ca em saúde, nos termos de Moscovici (1961; 1978): a formação de um "núcleo figurativo"; a implantação de um "instrumento de categorização"; e a "atividade do modelo" que serve para dirigir a conduta e para dar um sentido aos acontecimentos. Essas etapas decorrem de dois processos centrais que explicam a formação das representações, e que também vem sendo objeto dos estudos de saúde: os processos de objetivação e de ancoragem.

Para Moscovici (1978), a objetivação torna concreto o que é abstrato, opera a transformação de um conceito em algo concreto, quase físico, transforma a relatividade do saber científico em "imagem de uma coisa", reduz a distância entre os conceitos científicos e a expressão do real.

O segundo processo, a ancoragem, consiste na incorporação de novos elementos de saber a um conjunto de categorias mais familiares, ou seja, em trazer para categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado e nomeado, é o pré-julgamento do fato. Ou, conforme afirma Moscovici (1978, p. 193), "tudo o que permanece não classificado e não rotulado parece não existente, estranho e, assim, ameaçador,..., [porisso] representação é basicamente um processo de classificação e nomeação, um método de estabelecer relações entre categorias e rótulos". Para que a ancoragem ocorra lança-se mão de um mecanismo de escolha de um dentre vários elementos de memória existentes, a partir do qual será estabelecida

uma relação entre o positivo e o negativo, gerando uma classificação imagética de um fato, um fenômeno ou uma ação.

As duas dinâmicas, da objetivação e da ancoragem, são aparentemente opostas: uma visa criar verdades evidentes para todos e independentes de todo determinismo social e psicológico; a outra desenha, ao contrário, a intervenção de tais determinismos na sua gênese e transformação.

A representação social e sua função de orientadora das práticas e dos processos de intervenção em saúde

No campo da saúde, a apropriação da TRS é caudatária de uma orientação própria, que condiciona a pesquisa à sua utilidade para a intervenção institucional, para as práticas profissionais e do senso comum, e está mais voltada para a extração seletiva de orientações teóricas relevantes como orientadoras das práticas, do que para uma "testagem acadêmica da teoria", conforme observado na psicologia social.

Para a análise desta particularidade da utilização da TRS na saúde, três campos de relações se destacam: as relações entre representações e práticas de saúde nos grupos sociais; as relações entre o senso comum e o saber técnico-profissional no cotidiano dos serviços de saúde; e os diferentes níveis de percepção da realidade do

processo saúde-doença pelo senso comum e pelo saber técnico-profissional.

No que se refere às relações entre representações e práticas de saúde nos grupos sociais, merecem destaque as ações derivadas de representações que Moscovici (1989) denomina de “ações representacionais”, ou seja, um conjunto de condutas regulares, sem contradição com as normas, realizadas com o consentimento do grupo e que correspondem às crenças comuns, mas não verbalizadas, e que justificam os comportamentos de proteção. Essas práticas não são determinadas por causas objetivas, mas não são menos intencionais em função disso, mesmo que a intencionalidade não esteja explícita. O autor analisa que as pessoas se comportam como se algumas ideias ou crenças sobre a saúde fossem verdadeiras, e reconhecidas por consenso. “As ações representacionais, cujo protótipo são os ritos, são definidas por aquilo que elas representam e representam somente o que se considera real” (Moscovici, 1989, p. 25).

Quando se procura explicar as características da situação nas quais emergem essas ações representacionais, dois pontos revelados por Moscovici (1989) parecem determinantes: a presença de uma carga afetiva muito forte; a utilização e a referência a uma visão arcaica da doença e do contágio diretamente retirada da memória coletiva do grupo. Observam-se inúmeros exemplos das ações representacionais, conforme definida por Moscovici, no campo da saúde,

uma vez que a noção de contágio é fundante da própria noção de doença e assim permanece até os dias atuais. Da mesma forma, a permanência de visões arcaicas em um conjunto de doenças, como a epilepsia, o câncer, a aids, a doença mental, nas quais os ritos e as crenças se mantém na memória dos grupos e solapam o próprio conhecimento científico, garantindo a sua continuidade e determinando práticas.

A respeito das relações entre práticas e representações, Jodelet e Moscovici (1990) afirmam que

> considera-se, geralmente, que as representações sociais são associadas a comportamentos atomizados, não contextualizados socialmente, mais frequentemente sob a forma de legitimações dando sentido a atos que são anteriores ou independentes delas. Negligencia-se o fato de que as práticas são sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação a papéis. (p. 287)

No que se refere às relações entre o senso comum e o saber técnico-profissional no cotidiano dos serviços de saúde, considera-se que trabalhar com representações sociais significa, nos termos adequados ao empreendimento da saúde, reconhecer a existência de uma forma específica de saber, denominada conhecimento do senso

comum, e suas ligações com a constituição de um saber técnico-profissional específico. Esse saber técnico-profissional está voltado aos objetos oriundos da prática profissional cotidiana, ao próprio processo de trabalho e ao desenvolvimento de novas tecnologias de cuidar em saúde e em enfermagem, colocando-se como ponto de partida para os processos de intervenção nas questões de saúde, ou mais particularmente para o processo de cuidar em saúde.

O princípio básico dessa premissa é o de que, constituindo as representações sociais conhecimentos compartilhados no âmbito de uma população, torna-se possível relativizar a dicotomia clássica entre “agentes que sabem” e “pacientes que não sabem”, ensejando uma adequada potencialização do conhecimento e da responsabilidade grupais na determinação das ações de cuidado e de promoção da saúde.

Nos termos adotados por Moscovici (1969), as representações permitem, aos atores sociais, adquirirem conhecimentos e integrá-los num contexto assimilável e compreensível, em coerência com seu funcionamento cognitivo e com os valores aos quais eles aderem. Por outro lado, elas facilitam e são a condição necessária à comunicação social. Elas definem o contexto de referência comum que permite a troca social, a transmissão e a difusão desse saber *naif* , ou primariamente construído.

Pode-se fazer uma aproximação da discussão da subordinação das diferentes formas de conhecimento às assertivas de Moscovici (1982) discutindo as minorias ativas, mostrando como os processos de mudança social são influenciados não apenas por grupos majoritários, mas também por grupos minoritários. Moscovici propôs a existência de processos de mudança social discretamente autônomos do sistema social e mais dependentes das ações de indivíduos e grupos (mesmo minoritários) e de suas "situações sociais".

No que se refere aos diferentes níveis de percepção do processo saúde-doença, considera-se que os processos de intervenção e de cuidado em saúde, portanto, derivados que são, dentre outros elementos, das representações sociais, exigem a consideração dos três níveis nos quais a realidade é operada pelos sujeitos e grupos sociais, a saber: o plano real, o plano simbólico e o idealizado. A análise desses três níveis da realidade possibilita a construção de outro plano denominado de "universo possível", plano esse no qual a transformação das práticas – e das representações – pode ser operada.

Pode-se, assim, especificar esses níveis de expressão da realidade: (1) o universo real refere-se às condições concretas vivenciadas pelos sujeitos e grupos e a partir das quais eles constroem suas representações, por exemplo, a existência de uma doença crônico-degenerativa e seus impactos no cotidiano dos sujeitos; (2) o universo simbólico ou representacional refere-se a retradução das condições con-

cretas, que se expressa em forma de práticas vivenciadas, por exemplo, nos diferentes graus de valorização dos sintomas, de adesão às ações de tratamento e de promoção da saúde; (3) a realidade idealizada, por sua vez, refere-se a um plano de julgamento qualitativo ideal efetuado pelos sujeitos sobre o seu cotidiano e que, por vezes, orienta as práticas relativas à saúde, por exemplo, nos diferentes graus de adesão aos medicamentos que mantêm a vida.

Finalmente, o universo possível refere-se a uma realidade reconstruída e negociada, tendo por base os três planos de apropriação da realidade, a partir do reconhecimento das representações sobre determinado objeto e de suas consequências para as perspectivas futuras de vida e de bem estar dos sujeitos.

A constituição de representações técnico-profissional na saúde

A constatação de que a pesquisa no campo da saúde, referenciada na TRS, tem como um dos seus traços distintivos voltar-se tanto à análise da constituição de um conhecimento do senso comum sobre a saúde e a doença, quanto da constituição de um saber técnico-profissional que orienta as práticas institucionais e profissionais, apoia-se na própria produção científica da área da saúde, conforme demonstrado.

Várias pesquisas têm sido realizadas colocando a seguinte questão: podemos dizer que os estudiosos ou profissionais de um determinado ramo do conhecimento científico constroem representações sociais de sua ciência ou disciplina?, conforme o faz Sá (2002, p. 58). No entanto, não se trata nesta proposição da representação social do grupo pelo próprio grupo, onde o sujeito e o objeto da representação são coincidentes, mas do reconhecimento de um novo grupo construtor de representações.

Os trabalhos desenvolvidos na área da saúde ultrapassam os limites dos três campos distinguidos por Wagner (1998) na pesquisa das representações sociais:

> Primeiro, há a abordagem original das representações sociais como conhecimento popular das ideias científicas socializadas.
>
> Segundo, há o vasto campo de objetos culturalmente construídos ao longo da história e de seus equivalentes modernos. E
>
> Terceiro, há o campo de condições e eventos sociais e políticos, onde prevalecem representações que têm um significado a mais curto prazo para a vida social. (p. 4)

A funcionalidade do conceito de representação social está na sua caracterização como fenômeno que possibilita a difusão e a cir-

culação das ideias e dos conceitos pertinentes a dois universos – o reificado e o consensual –, ao mesmo tempo em que a sua utilização na pesquisa permite delimitar as implicações dessas ideias para as práticas científicas e populares.

Portanto, a clássica divisão proposta por Moscovici, de existência de dois universos de pensamento – o reificado e o consensual –, duas formas de conhecimento, portanto, parece não permitir o esclarecimento da teia de relações simbólicas e comunicativas que se desenvolve no campo da saúde, no âmbito dos saberes profissionais. Para Moscovici (2003), o universo consensual se constitui na conversação informal, na vida cotidiana, mais frequentemente na esfera consensual. O universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna, em uma sociedade de especialistas ordenada por uma divisão de áreas de competência.

Dessa teia de relações simbólicas e comunicativas no campo da saúde participam tanto o saber reificado, quanto o saber do senso comum. A proposição de existência de um diverso campo de constituição de representações, não mais oposto ao conhecimento científico, mas que o incorpora e transforma, a partir de um processo de ancoragem no senso comum, constituído na história de vida dos profissionais, parece aí encontrar espaço fecundo. Esse saber prático, construído pelos profissionais de saúde, é de tipo híbrido, apoiado,

ao mesmo tempo, nas representações comuns por eles constituídas ao longo da sua história de vida e, ao mesmo tempo, em um conhecimento reificado fragmentado, em conteúdos que podem ser utilizados na resolução de problemas cotidianos, de tipo menos rígido do que o conhecimento reificado e com maior capacidade de adaptação às exigências do cotidiano profissional.

Para essa discussão deve-se resgatar uma das definições de representação social de Moscovici, na qual uma representação social é também

> [...] um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. [...] são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (Moscovici, 1978, p. 181)

O autor sublinha a função de conhecimento construído das representações sociais, e sua aproximação ao senso comum e às experiências vivenciais, na sua base de constituição, como uma primeira aproximação do mundo e dos seus objetos.

Esse conhecimento do senso comum se apropria também das explicações e descobertas científicas veiculadas pelos meios de comunicação de massa, mas apenas deles, adaptando-as às exigências

mais prementes do convívio social cotidiano. No entanto, também o conhecimento técnico-profissional exerce a mesma função de vulgarização da ciência, no que se refere ao senso comum; mas também se vale dessas representações para a constituição do seu arsenal de proposições teóricas e também vivenciais, que entram em jogo no desenrolar das práticas profissionais cotidianas.

A proposição de Moscovici da existência dos dois universos trouxe a baila, concomitantemente, uma problemática específica e outra de caráter mais geral ou universal. Revelou sua dimensão específica ao tratar da questão concernente à difusão e apropriação do conhecimento científico pelo homem dito comum; e, uma faceta mais geral, ao propor a análise dos processos por meio dos quais os sujeitos, em interação social, constroem teorias acerca dos objetos sociais, tornando possível a comunicação e a organização dos comportamentos (Moscovici, 2003; Vala, 2002). Nesse enquadramento de interesses não se coloca pertinente pensar uma terceira forma de construção do conhecimento.

No entanto, ao considerar a representação social como um "*corpus*" organizado de conhecimentos e uma atividade psíquica, graças à qual os homens tornam inteligível a realidade física e social e se inserem num grupo ou em ligações cotidianas de trocas, Moscovici (1978) permite pensar que outras formas de constituição de conhecimentos pressupõem a existência de representações, uma vez que os

objetos do mundo são primariamente representados, para num segundo momento terem essas representações transformadas em novas representações, ou retraduções das representações primárias.

Essa apropriação do discurso de Moscovici também é referendada pela assertiva do autor segundo a qual as representações são caracterizadas por uma perspectiva construtivista e dinâmica, na medida em que a apreensão de um objeto social pela representação é inseparável da formação de um discurso específico que opera esta apreensão. Mais genericamente, as representações determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das ideias presentes nas visões compartilhadas por grupos, e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas (Moscovici, 1978).

A respeito do saber técnico-profissional pode-se apenas inferir a posição de Moscovici, quando ressalta, a respeito da profissão de psicólogo, que os atributos profissionais podem ser destacados como, além de um médico um tanto especial, de um filósofo, humanista, e identifica-se ainda a exigência de vocação, abnegação e pureza de intenção que deve existir na relação com o cliente, uma vez que ele “detém um poder inquietante, pois pode influir sobre o destino dos indivíduos e a sociedade não tem nenhum meio de controlar sua ação” (Moscovici, 1976, p. 163).

Concluindo...

Ao buscar identificar os liames entre o pensamento de Moscovici e a constituição da TRS com o campo da saúde pudemos observar mais do que dois campos de conhecimento em relação, mas um conjunto de processos que se colocam num contexto de falência de antigos paradigmas de conhecimento e de emergência de novos. No marco da pós-modernidade, deve-se reconhecer que o conhecimento passa por uma crise de paradigmas, que se expressa em todas as suas áreas, particularmente naquelas que têm no humano o seu objeto de reflexão.

No campo da saúde, essa crise tem se expressado no questionamento das categorias de conhecimento tradicionalmente fundamentais do campo, exigindo uma redefinição de paradigmas, que se anuncia de forma mais evidente em algumas áreas da saúde não-médica e menos em outras. Poderíamos pensar que o clássico campo da saúde, enquanto campo unívoco, está deixando de existir, podendo-se observar claramente na produção científica um conjunto de áreas afeitas à saúde relacional e outro à saúde clínico-biomédica. Esta nova configuração aponta para uma mudança paradigmática em curso, na qual a TRS vem ocupando espaço destacado.

Reforçando essa ideia, Santos (1994) afirma a necessidade de constituição de uma subjetividade e de um conhecimento que dêem

suporte à ciência pós-moderna: "...deve-se considerar que todo conhecimento é autoconhecimento, [daí resultando que] o conflito epistemológico desdobra-se num conflito psicológico entre a subjetividade moderna e a subjetividade pós-moderna" (p. 282).

Na constituição das diferentes expressões da subjetividade, diversos são os elementos de distinção. Para a subjetividade pós-moderna não há uma única forma de conhecimento válida, mas muitas formas, amparadas nas práticas sociais que as geram e as sustentam, caracterizando-as como conhecimento prático e social. Assim, o referido autor propõe uma "concorrência epistemológica leal entre conhecimentos como processo de reinventar as alternativas de prática social de que carecemos ou que, afinal, apenas ignoramos ou não ousamos desejar" (Santos, 1994, p. 284).

Para que essa nova subjetividade se construa, é preciso, além de criar condições para que a concorrência epistemológica citada se instale, reabilitar os sentimentos e as paixões, tomados como forças mobilizadoras da transformação social, já que é necessário criar uma subjetividade que se coadune com a luta necessária para que essa transformação ocorra.

Uma segunda forma de expressão dessa conflitualidade refere-se ao questionamento do conceito de cuidado em saúde, que acaba por levar à discussão da importância do que se concebe como ne-

cessidades, sejam elas formalizadas como “demandas”, “necessidades de cuidado”, “necessidades de serviços”, “direitos”, ou outras. De fato, apesar de não explicitadas, diferentes representações subjacentes de necessidades se fazem presentes, tanto nas diferentes teorias específicas que dão sustentação às áreas de conhecimento da saúde, quanto nos diferentes modelos teóricos de cuidado propostos por esse mesmo campo, o que possibilita uma compreensão da importância desse conceito para o saber/fazer em saúde e para a construção de representações sociais.

Nesse contexto, o conceito de “necessidades humanas e de saúde” apresenta-se como elemento de diferenciação entre os dois paradigmas antes delineados. Para Santos (1994), na perspectiva do paradigma eco-socialista,

> ... as necessidades humanas fundamentais não variam muito no sistema mundial, o que varia são os meios para as satisfazer (os satisfatores). Daí que se deva partir de uma inteligibilidade intercultural das necessidades para, através dela, se atingir a inteligibilidade intercultural dos satisfatores. (p. 290)

Devem-se destacar três modalidades de representações sociais constituídas pelos profissionais de saúde sobre as necessidades de saúde, consideradas como determinantes ou coadjuvantes das

ações de saúde: como “demanda espontânea”, traduzindo as necessidades expressas pelos usuários em demandas imediatas aos serviços; como “necessidades não sentidas”, ou seja, necessidades identificadas pelos profissionais, mas ainda não reconhecidas pelos sujeitos e pelas comunidades; e como “necessidades fundamentais”, referindo-se àquelas necessidades que ainda não foram reconhecidas por nenhum dos dois grupos em interação – profissionais e população usuária dos serviços de saúde – mas que aflorarão como fundamentais se um espaço para a sua emergência for criado.

Consideradas como modalidades de representação, os três olhares acima implicam em um processo simbólico que resignifica o real, no entanto é na terceira dimensão das “necessidades fundamentais” que se colocam as principais dificuldades de determinação das necessidades, e na qual as representações sociais são fundamentais para a sua compreensão. Nessa perspectiva, a criação de espaços de emergência de necessidades na organização dos serviços de saúde coloca-se como um desafio importante para as práticas e o conhecimento em saúde. Trata-se do deslocamento de carências pertencentes à vida cotidiana que, por meio da crítica à ciência tradicional e às suas técnicas, podem ser relacionados ao adoecer humano e ao seu sofrimento, mas que ainda não são considerados deste modo pela ciência tradicional. (Schraiber, Mendes-Gonçalves & Nemes, 1996).

Essa proposição implica em buscar alternativas que privilegiem o resgate de valores negativados ao longo da história, que determinaram as formas dominantes de construção da vida social, trabalhando no sentido da instauração de novos sistemas de valores. Isto leva a reconhecer a diferença existente entre complexidade científica dos eventos e a complexidade tecnológica do trabalho em saúde.

Essa posição é também assumida por Morin (1991), ao afirmar que uma das crises atuais presentes no universo da saúde refere-se ao contexto identitário, ou seja, ao não reconhecimento recíproco dos pacientes e dos profissionais de saúde e, portanto, das suas necessidades. Essa visão das necessidades implica em reconhecer que a atual concepção das práticas em saúde se funda na hipótese da existência de um consenso necessário e admitido de expectativas quanto aos papéis desempenhados por profissionais e por usuários dos serviços de saúde. Essa hipótese não somente é discutível, como se revela irreal ao se observar o distanciamento dos universos de pensamento de profissionais e de pessoas com necessidades de assistência à saúde.

Para a compreensão do processo de cuidar em saúde é necessário reconhecer a maneira como os agentes definem os contornos e a dimensão das demandas por cuidar, na mediação sociedade e saúde, despertando no profissional a consciência de sua responsabilidade dentro dessa totalidade. Reconhece-se, desta forma, que é neces-

sário investir em novos princípios de racionalidade, conforme afirmado por Santos (1994), possibilitando o acesso ao espaço das representações, dos significados, de novas possibilidades de interação interpessoais e de reconhecimento do mundo. Essa nova racionalidade exige que a aptidão profissional da enfermeira passe a abranger a capacidade de observar e de ouvir, reelaborando conceitos, descrições e taxonomias a partir dos discursos e dos gestos.

Concluindo, o que defendemos no presente trabalho são o reconhecimento e a valorização da subjetividade de um ser político e ativo que, por isso, é ao mesmo tempo individual e coletivo. Ele expressa as necessidades do seu grupo social, na medida em que participa da construção de representações coletivamente determinadas. Essas representações traduzem o desejo e a reflexão crítica dos sujeitos sobre o que julgam ser suas necessidades e, como tais, devem ser consideradas na definição das necessidades de atenção à saúde, em confronto com aquelas eleitas pelos profissionais, administradores e outros legitimadores de necessidades de saúde tecnicamente definidas.

Referências

Abric, J.-C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand.

Cordeiro, H.A. (1977). O conceito de necessidades de saúde e as políticas sanitárias. In A. Amâncio Filho & M.C.G.B. Moreira (orgs), *Saúde, trabalho e formação profissional* (pp. 17-41). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Doyal, L & Gough, I. (1991). *A theory of human need.* London: MacMillan.

Flick, U. (1992). *La perception quotidienne de la sante et de la maladie*. Paris: L`Harmattan.

Formozo, G.A., Oliveira, D.C., Gomes, A.M.T., Acioli, S., Marques, S.C., Costa, T.L. & Heringer, A. (2009). A produção de conhecimento sobre HIV/AIDS no campo da teoria de representações sociais em 25 anos da epidemia. *Eletrônica Enfermagem*, 9 (3), 1-16.

Gonçalves, R.B.M. (1986). *Tecnologia e organização das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo*. Tese de Douto-

ramento apresentada na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Gonçalves, R.B.M. (1992). *Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades*. São Paulo: Cefor.

Herzlich, C. (1969). *Santé et maladie: analyse d'une représentation sociale*. Paris: Mouton.

Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.

Jodelet, D. (2005). Vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In D.C. Oliveira & P.H.F. Campos, *Representações Sociais, Uma Teoria Sem Fronteiras* (pp. 11-21). Rio de Janeiro: Editora Museu da República.

Jodelet, D. & Moscovici, S. (1990). Les représentations sociales dans le champ social. *Rev. Int. Psychol. Soc*., 3, pp. 285-88.

Lagache, D. (1961) Preface. In S. Moscovici. *La psychanalyse, son image et son public* (p. vii-xi). Paris: PUF.

Lauwe, M.J.C. (1979). *Um monde autre: l'enfance*. Paris: Payot.

Marques, S.C., Tyrrel, M.A.R. & Oliveira, D.C. (2006). As produções científicas da enfermagem na perspectiva das representações sociais. Brasil, 1975 – 2001. *Lat-americana Enfermagem*, 14 (5), 762-769.

Morin, E. (1991). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Morin, E. (1999). *Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamenta*l. Natal: EDUFRN.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1969). Préface. In C. Herzlich, *Santé et maladie: analyse d'une représentation sociale* (pp. 7–15). Paris: Mouton.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2ª ed., revista). Paris: PUF.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Moscovici, S. (1982). *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1986). L'ère des représentations sociales. In W. Doise & G. Palmonari (Eds.), *L'étude des représentations sociales* (pp. 32-58). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

Moscovici, S. (1988) Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psichology*, 18, 211-250.

Moscovici, S. (1989). Préface. In D. Jodelet, *Folies et représentations sociales* (pp. 9-30). Paris: PUF.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Oliveira, D.C. (2000). Representações sociais e saúde pública: a subjetividade como partícipe do cotidiano em saúde. *Revista de Ciências Humanas*, Ed. Especial Temática, abr. 2000, p. 47-65.

Oliveira, D.C. (2001). *A enfermagem e as necessidades humanas básicas: o saber/fazer a partir das representações sociais*. Tese em concurso para Professor Titular apresentada na Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Oliveira, D.C. (2005). O conceito de necessidades humanas e de saúde e sua articulação ao campo das representações sociais. In D.C. Oliveira & P.H.F Campos, *Representações Sociais, Uma Teoria Sem Fronteiras* (pp. 119-140). Rio de Janeiro: Editora Museu da República.

Sá, C.P. (2002). *Núcleo Central das Representações Sociais* (2a edição). Petrópolis: Vozes.

Sá, C.P.& Arruda, A. (2000). O estudo das representações sociais no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Ed. Especial Temática, abril 2000, pp. 11-31.

Santos, B.S. (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

Schraiber, L.B, Mendes-Gonçalves, R.B & Nemes, M.I.B (1996). *Saúde do Adulto: programas e ações na unidade básica*. São Paulo: Hucitec.

Wagner, W. (1998). Sócio-Gênese e Características das Representações Sociais. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs.), *Estudos Interdisciplinares de Representação Social* (pp. 01-26). Goiânia: AB Editora.

Vala, J. (2002). Representações sociais e psicologia social do conhecimento do quotidiano. In J. Vala & M. Monterio (Eds.), *Psicologia Social* (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

20 Contribuições dos estudos de representações sociais para compreensão do trabalho docente

Clarilza Prado de Sousa
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Lúcia Pintor Santiso Villas Bôas
Universidade Metodista de São Paulo
Adelina de Oliveira Novaes
Fundação Carlos Chagas

As autoras fazem parte da Coordenação do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade-Educação Ciers-ed

Introdução

O presente texto tem como objetivo apresentar um panorama de pesquisas atuais que recorreram ao referencial das representações sociais, proposto por Moscovici, para a compreensão da complexidade que envolve o trabalho do professor. O estudo do trabalho do professor tem sido a prioridade, nos últimos anos, das políticas públicas na área de educação.

As possibilidades da educação de se contrapor a alguns mecanismos de exclusão, discriminação e desigualdade social, bem como as relações que ela mantém com indicadores de desenvolvimento na-

cional, consistem na esperança que suporta a ação da escola e que tem orientado as políticas na área. No entanto, tais políticas também têm definido a ação docente como agente, quase isolado, na obtenção de um ensino que contemple equidade e qualidade, sem considerar a articulação que exige a ação do professor com as condições de contexto e sem observar a subjetividade do professor que exerce a docência.

As pesquisas aqui apresentadas foram realizadas no contexto do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (Ciers-ed) e contribuíram para a compreensão dos conhecimentos interiorizados pelo grupo de professores, bem como a dinâmica da subjetividade coletivamente construída, ao analisarem o peso do contexto tanto na formação quanto no desempenho docente. Seus resultados evidenciam que, enquanto instrumento teórico e metodológico, a teoria das representações sociais tem possibilitado o estudo psicossocial da educação, permitindo o entendimento dos processos de construção da subjetividade do professor e, sobretudo, das condições de transformação do ensino.

As políticas desconsideram, portanto, a importância dos condicionantes socioculturais no desempenho docente, assim como não levam em conta as dinâmicas da subjetividade do professor na ação educativa.

A formação do professor, como assinala Tardif (2002), é uma atividade complexa que envolve a articulação de um conjunto de saberes, sendo que a intervenção sobre cada um deles não modifica isoladamente a relação professor-aluno, caso não se considere o contexto em que essa ação se dá e as subjetividades dos atores envolvidos na relação. O autor relata, ainda, que a atividade docente envolve a integração de saberes da experiência, saberes pedagógicos e ideológicos, saberes curriculares e saberes disciplinares, mas compreende que é o amalgama entre esses saberes realizados por sujeitos concretos, em um espaço e contexto definido, que definirá uma prática efetiva.

Além disso, as perspectivas descontextualizadas que têm sido empregadas para avaliar o desempenho docente, e que não analisam a própria subjetividade do professor e fornecem uma avaliação parcial de suas ações criando altas expectativas de sua atuação, produzem o fenômeno da culpabilização e a frustração dos professores, o que não conduz ao compromisso com a docência responsável. Nesse sentido, a atenção deve ser dirigida em outra direção, uma vez que a possibilidade de compreender a atuação do professor exige rejeitar uma visão estática que separa o sujeito de sua prática e que o concebe isolado de seu contexto.

Essa possibilidade, de a educação se contrapor a alguns mecanismos de desigualdade social, encontra respaldo teórico na pers-

pectiva psicossocial, uma vez que ela se define na interseção de noções de origem socioantropológicas, históricas e psicológicas. Como analisa Saujat (2004), disciplinas, como a psicologia, a sociologia e a linguística, isoladamente, seriam insuficientes para a compreensão de como as dimensões do trabalho docente são mobilizadas, e da forma como o professor recorre a elas em cada uma das situações práticas que vivencia em sala de aula. Isso significa afirmar que, quando se toma o professor como ponto de partida e chegada da análise, a base teórico-metodológica utilizada deverá permitir a compreensão dos saberes, valores e aptidões que constituem a especificidade do seu trabalho, bem como os processos envolvidos na construção social de si mesmo e da sua profissão, em um dado contexto. Esses conhecimentos construídos pelo professor, e que darão sentido e orientação à sua prática, podem ser definidos como “saberes da docência”, estando ligados

> (...) organicamente à pessoa do trabalhador e ao seu trabalho, àquilo que ele é e faz, mas também ao que foi e fez, a fim de evitar desvios em direção a concepções que não levem em conta sua incorporação num processo de trabalho, dando ênfase à socialização na profissão docente e ao domínio contextualizado da atividade de ensinar. (Tardif, 2002, p. 17)

Na busca de um aporte teórico-metodológico que favorecesse a interpretação da complexidade do trabalho docente, e considerando a perspectiva do próprio professor, de sua forma de pensar, pesquisadores têm se aproximado dos fundamentos da psicologia social tal como delineada na vertente europeia iniciada por Serge Moscovici (1961), que a define como "a ciência do conflito entre o indivíduo e a sociedade" (Moscovici, 1996, p. 6), mas também "(...) dos fenômenos da ideologia (cognições e representações sociais) e dos fenômenos da comunicação" (Moscovici, 1996, p. 6).

Tal vertente, afirma Vala (1997),

> (...) tem vindo a ser construída a partir do questionamento das teorias que ignoram o que os indivíduos pensam, ou que ignoram o peso do pensamento dos indivíduos na constituição da sociedade; e, simultaneamente, a partir do questionamento das teorias que ignoram o contexto social no qual os indivíduos pensam e o peso desse contexto na construção do pensamento. (p. 457)

Mais ainda, tal perspectiva psicossocial tem aproximado os pesquisadores da educação do referencial das representações sociais proposto por Moscovici (1961) que, quando utilizado pela educação, permite identificar e compreender os conhecimentos interiorizados

pelo grupo de professores, sua visão de mundo, suas crenças e valores acerca de determinados assuntos, compreender a dinâmica da subjetividade coletivamente construída em determinada situação, analisando assim o peso do contexto seja na formação quanto no desempenho docente.

Com base nos estudos de Moscovici (1961, 1978) e de Jodelet (1989, 1998), a análise das representações sociais dos professores sobre o trabalho docente tem permitido desvelar como esse grupo compreende e explica o sentido de seu trabalho, os fatores que os conduzem a um bom desempenho, os vínculos que mantém com sua profissão, como definem sua identidade social e quais as expectativas que tem em relação ao seu futuro profissional. Por se constituírem em um conhecimento complexo, tais representações sociais orientaram a escolha dos professores para a formação em educação e compõem os saberes que o constituem como docente.

Enquanto instrumento teórico e metodológico, a teoria das representações sociais tem possibilitado o estudo psicossocial da educação, permitindo o entendimento dos processos de construção da subjetividade do professor e, sobretudo, das condições de transformação do ensino, principal meta da educação, como afirma Novaes (2010)

> (...) o estudo das representações sociais proporciona a compreensão das conjunturas educacionais e oferece os elementos para a promoção da mudança, propagação e construção de novos saberes. A identificação das representações construídas pelos sujeitos sobre os objetos permite a exposição das mesmas à análise constante, em especial porque as representações são construídas na vida cotidiana. (p. 157)

Nesses termos, a teoria tem assumido também uma perspectiva política, na medida em que compreende que medidas isoladas de melhoria da educação não podem se centrar apenas nas exigências da atuação docente, em programas de formação e até de bônus por sua atuação, sem considerar as condições em que a docência se realiza. Da mesma forma, políticas de avaliação da ação docente que não consideram as condições oferecidas, as oportunidades criadas pelo sistema de ensino, a valorização do sujeito-professor e suas possibilidades, não produzem condições de modificação da ação educativa e, principalmente, apresentam uma avaliação enviesada e incompleta da atuação docente.

A perspectiva psicossocial da formação do professor, baseada na teoria das representações sociais, ao trazer à área da educação a

compreensão do sujeito de forma menos fragmentada, se contrapõe à perspectiva de analisar a formação considerando somente os saberes disciplinares, como se para ser professor bastasse dominar isoladamente conteúdos específicos e justapor a eles saberes pedagógicos do como ensinar.

Além disso, a formação do professor que se quer psicossocial, a partir dos suportes teórico-metodológicos das representações sociais, permite evidenciar como a orientação que o professor dá ao seu futuro trabalho, à sua futura prática docente, podem significar, modificar e modular seu desempenho. Essa visão é ainda mais relevante quando se observa que a tarefa de educar tem como base o projetar-se para o futuro, tecer expectativa no presente com os alunos sobre o porvir desses e da sociedade. Nesse sentido, a análise das representações sociais dos futuros docentes permite reorientar a formação em educação, uma vez que possibilita a compreensão do direcionamento que os estudantes de pedagogia e licenciaturas dão ao seu futuro profissional e ao futuro de seus alunos.

Resumidamente, o entendimento das representações sociais do professor sobre seu trabalho tem desvelado como os docentes compreendem e explicam o sentido da profissão, os fatores que os conduzem a um bom desempenho, os vínculos que mantêm com seu trabalho e definem sua identidade social, as expectativas que têm em relação ao seu futuro profissional e que orientam sua escolha de for-

mação, bem como os saberes que os constituem enquanto professor.

Desvelar esse processo tem, portanto, possibilitado construir possibilidades de atuar na formação inicial e continuada de professores de forma a conscientizá-los e, sobretudo, transformar sua formação e posterior atuação. A possibilidade de acessar esse processo, com o suporte das representações sociais, tem renovado esperanças de educar o futuro professor, considerando como ponto de partida os conceitos, conhecimentos e imagens que os docentes trazem consigo e com os quais constroem a fusão de saberes de que nos falam André, Hobold e Passos sobre como se assenta sua ação:

> A incorporação dos saberes pelos sujeitos ocorre num duplo movimento: de disposição para e de reelaboração. É a fusão entre o saber existente e a nova informação que resulta em um outro saber – saber diferenciado ou saber reelaborado. (no prelo, s/p.)(1)

As investigações na área tem revelado ainda que as representações sociais orientam as ações docentes enquanto fruto das interrelações de saberes, sobretudo com saberes do cotidiano, saberes do senso comum. Trata-se de saberes orientadores da ação, mas que

---

(1) O presente texto fará referência a vários trabalhos no prelo. Tais trabalhos compõem três livros que encontram-se em fase de editoração pela Editora Champagnat/PUCRS e reúnem grande número de pesquisas realizadas na área de educação, sob a coordenação do Ciers-ed.

não devem ser vistos como frutos de um "conhecimento ingênuo, intuitivo, profano que faria do homem comum uma espécie de Adão no dia de sua criação desprovido de preconceitos" (Moscovici & Hewstone, 1983, p. 687). O conhecimento do professor, que discute-se aqui, se revela em sua atuação em classe e é construído em consenso de grupos, elaborado, modificado e transformado historicamente (Rouquette & Guimelli, 1994) a partir do acesso que se tem ao conhecimento científico da área da educação e do contexto social em que se vive e em que se constroem os saberes (Jovchelovitch, 2008).

O conhecimento acerca das representações desses professores, da interrelação que fazem dos saberes em seus grupos, como orientam a sua vida cotidiana na escola e a sua ação em classe, proporciona o desenvolvimento de ações que os levarão a aperfeiçoar seu trabalho. Dito de outra forma, a articulação entre a experiência (o vivido) (Jodelet, 2005) e o conhecimento adquirido e produzido durante sua formação e docência, permitem o desvelamento das representações sociais dos professores sobre sua relação com o trabalho educativo e, portanto, a identificação dos processos de articulação que estão sendo construídos e que se constituirão em orientações de ação no cotidiano escolar.

Essa perspectiva, ao se centrar no cotidiano escolar, possibilitará, como afirmam Lopes, Macedo e Tura (no prelo), resgatar o caráter instituinte do sujeito como formulador do currículo escolar:

> Em sentido contrário, inúmeras leituras pós-estruturais deram centralidade à linguagem, apagando o sujeito e a subjetividade e, talvez, a própria noção de político. No mesmo cenário, os estudos sobre política curricular foram impactados pelas discussões sobre identidades produzidas essencialmente nos movimentos sociais. Em resumo, parece haver uma dificuldade das pesquisas sobre política curricular em lidar com as relações entre os sujeitos e a estrutura social, o que torna relevante a sua análise sob uma óptica psicossocial. (s/n)

A abordagem psicossocial das representações sociais tem possibilitado, portanto, finalmente desvendar as intrincadas redes de significados tramadas no cotidiano escolar e que orientam a ação educativa. Assim, as representações sociais consideradas durante a formação do professor têm ajudado a compreensão dos processos pelos quais o conhecimento científico da área educacional, conhecimento esse que fala do dever ser e do como educar, se relaciona com o conhecimento de senso comum construído em determinada cultura.

> No novo cenário das políticas educativas que propõem a qualidade da educação pondo ênfase na "profissionalização" docente, os aportes da investigação em representações sociais permitem desvelar que a construção social da identidade docente excede o plano das orientações político-acadêmicas e encontra sua complexidade no próprio cotidiano do mundo escolar, que inclui tanto as práticas

> dos docentes em ação, como as práticas no marco da formação docente. (Seidmann, Thomé, Di Iorio & Azzollini, 2009, p.170, tradução das autoras)[2]

A área de educação compreendeu rapidamente essas férteis possibilidades da teoria das representações sociais na versão dinâmica e processual proposta por Serge Moscovici e aperfeiçoada por Denise Jodelet e, nessa perspectiva, inúmeros são os trabalhos de pesquisa, dissertações e teses que vêm sendo realizados justamente com a intenção de desvelar como o professor articula no cotidiano seus diferentes saberes, como ele constrói representações que orientam e justificam sua prática e fortalecem sua identidade profissional.

Os pesquisadores da área de educação viram na teoria psicossocial das representações sociais o suporte necessário à compreensão do processo de construção e reconstrução de saberes, que o professor realiza em sua formação e no contexto escolar. Afirmam, nesse sentido, André, Hobold e Passos (no prelo):

---

(2) No original: “En el nuevo escenario de las políticas educativas que propugnan la calidad de la educación poniendo énfasis en la “profisionalizaión” docente, los aportes de la investigación en representaciones sociales permiten develar que la construcción social de la identidad del trabajo docente excede el plano de las orientaciones políticos-académicas, y encuentra su complejidad dentro de la propia cotidianeidad del mundo escolar, que incluye tanto a las prácticas de los docentes en actividad, como las prácticas en el marco de la formación docente.”

> Assim, pode-se dizer que o professor reelabora o seu saber em um constante processo de construção/reconstrução, tendo como referência as várias situações do contexto pedagógico. Tanto a história do professor quanto a constituição de sua profissionalidade são tecidas na instituição em que atua, em contato com seus pares, com os alunos, pais, gestores, mas também são marcadas pelas experiências da formação inicial e da escolarização, do convívio com a família, das relações sociais, do meio em que vive. (s/n)

A constituição do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (CIERS-ed), proposto por Serge Moscovici, com o apoio da Fondation Maison des Sciences de l'Homme (França) junto à Fundação Carlos Chagas, veio dar corpo, condições e estímulo a todas essas preocupações da área de educação. O Centro, criado em 2006, tem como objetivos promover o aperfeiçoamento e atualização de pesquisadores na área das representações sociais; compreender a articulação de estudos da teoria da representações sociais e outras teorias; possibilitar o intercâmbio de pesquisas e pesquisadores de diferentes países com pesquisadores brasileiros; realizar investigações científicas na área de educação, nas linhas de pesquisa de representações sociais e estudos de subjetividade.

A estratégia criada para realizar e desenvolver a construção de todos esses objetivos foi a elaboração de um projeto em rede envolvendo 31 grupos[3] de pesquisa e mais de 100 pesquisadores participantes, todos voltados para compreensão do trabalho docente e orientados pela seguinte questão norteadora do trabalho: quais as representações sociais de estudantes de graduação da área de educação (Pedagogia e cursos de Licenciatura) sobre o trabalho do professor.

A questão básica foi entendida como o Núcleo Comum (NC) do estudo que orientaria as atividades de pesquisa de todos os participantes e envolveria a mesma metodologia, os mesmos procedimentos, o mesmo tipo de clientela (alunos da pedagogia e licenciatura em educação) e os mesmos instrumentos de coleta e análise de dados. O núcleo comum foi ainda desenvolvido de forma longitudinal, o que permitiu o acompanhamento dos estudantes de educação durante três ou quatro anos (dependendo da duração de cada curso).

No entanto, além do Núcleo Comum, cada grupo de pesquisa poderia aprofundar – e todos terminaram por fazê-lo – um aspecto, uma variável, que considerasse relevante: esses configurariam os Projetos Especiais (PE).

Tendo definido o Núcleo Comum do projeto maior, e tendo agre

(3) Para ver os representantes de cada grupo, vá ao Anexo A.

gado todos os grupos em torno da mesma questão investigativa, cada grupo passou a aprofundar os seguintes tópicos de análise, relacionando-os com as representações sociais: gênero, raça, escolaridade dos pais, razões da escolha da profissão, políticas de formação, identidade construída no curso de formação, o outro (aluno) e os diferentes outros na formação do professor, o currículo de formação, a profissionalidade etc.

Na estruturação da pesquisa, os Projetos Especiais, quando integrados ao Núcleo Comum, se organizaram como pétalas em uma flor, mostrando que o Projeto de Pesquisa somente tinha razão de ser quando em conjunto com todos os Projetos Especiais, motivo pelo qual a pesquisa passou a ser chamada de Projeto Pétalas. Com essa configuração, o seu desenvolvimento permitiu análises significativas e contribuições relevantes acerca do conteúdo e da dinâmica das representações sociais de estudantes de educação sobre o trabalho docente, publicada em livros e periódicos da área.

O Projeto Pétalas, que atualmente foi contemplado com a Cátedra UNESCO sobre Profissionalização Docente, envolveu, em seu início, cerca de 3.000 estudantes de educação, sendo que 300 são de Portugal e da Argentina. O perfil dos estudantes de educação entrevistados se caracterizou como essencialmente feminino (91% na Argentina, 80% no Brasil, 76% em Portugal), sendo 50% com idade acima de 20 anos e a maioria frequentando curso noturno das univer-

sidades. Observou–se, ainda, que a escolaridade dos pais desses alunos é baixa, indicando, na maior parte dos casos, que os sujeitos da pesquisa encontravam-se entre os primeiros a alcançar o nível superior em suas famílias. A análise das representações sociais em relação à profissão docente permitiu identificar a visão que os estudantes têm do ensino, os motivos da escolha da profissão, as características afetivas que atribuem para a dimensão profissional, o impacto do gênero na atuação e, principalmente, a visão que têm de seu futuro e do futuro de seus alunos.

As representações sociais dos estudantes de educação indicam que os estudantes que estão sendo formados compartilham da mesma a visão que os sistemas de ensino vêm apresentando em suas políticas de formação. Assim, os futuros professores, ao sentirem e se atribuírem o peso desta responsabilização pelo sistema de ensino, passam, ou melhor, repassam aos pais as justificativas pelo mau desempenho dos alunos ou mesmo aos próprios alunos. Interligada a essa representação, também está a visão da profissão como vocação, uma vocação feminina resgatada historicamente, contemplando por um lado o primeiro espaço de trabalho autorizado socialmente pela mulher e, por outro, a relação que o processo educacional sempre teve com a vocação sacerdotal dos primeiros educadores.

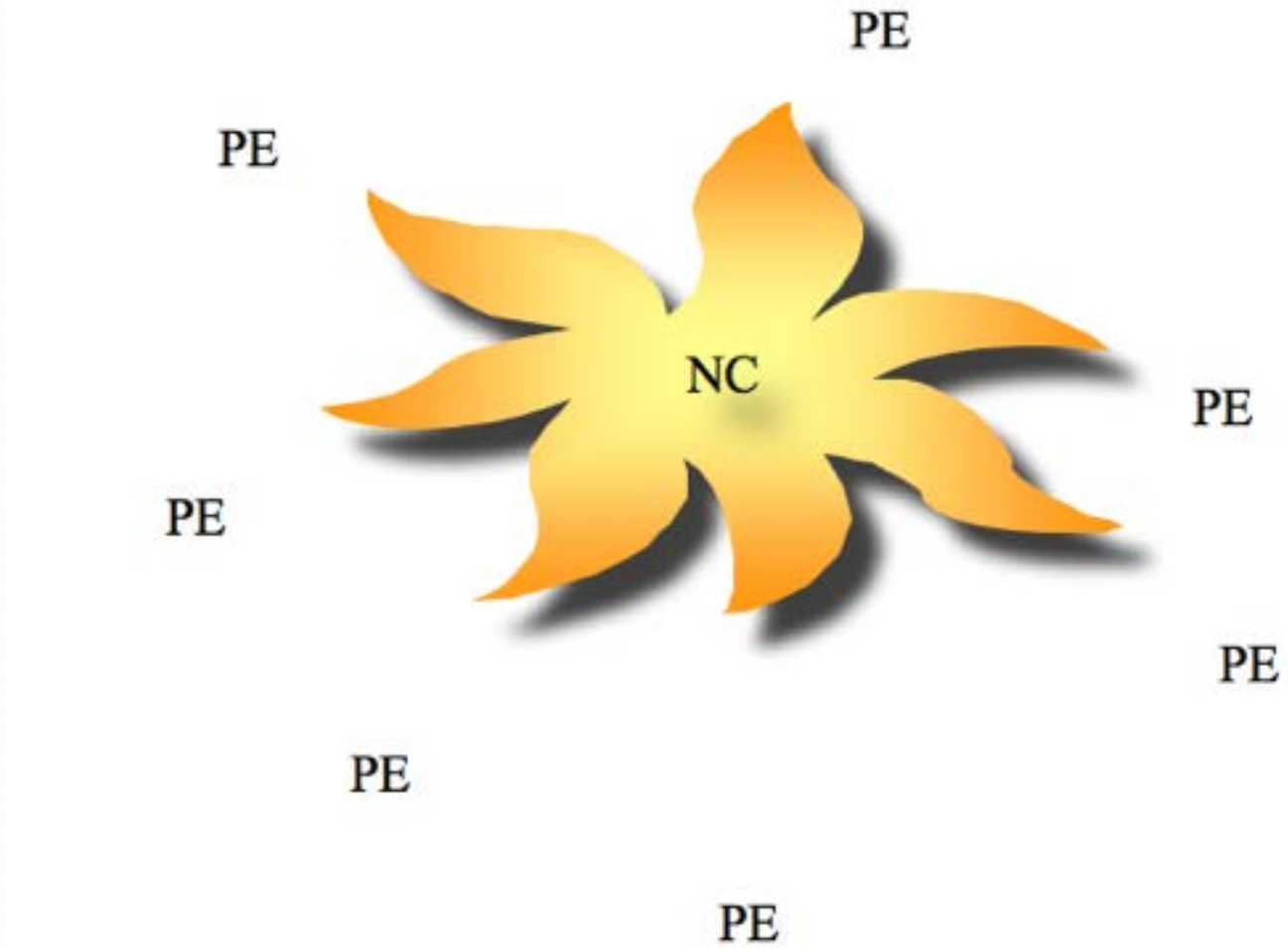


Figura 1: Imagem do Projeto Pétalas (NC= Núcleo Central; PE= Projeto Especial)

Nas análises realizadas dos diferentes aspectos que foram abordados no Projeto Pétalas observou-se também um esforço dos pesquisadores em interligar e articular as contribuições de autores da área da educação, da sociologia e da filosofia, com os fundamentos propostos por Moscovici e Jodelet favorecendo, assim, a possibilidade da abrangência da teoria das representações sociais e o aprofundamento dos estudos desenvolvidos.

O rápido panorama que segue, diz respeito aos Projetos Especiais do Projeto Pétalas e apresenta as representações reveladas e as articulações teóricas realizadas. Os trabalhos descritos, como poderá ser observado, permitiram a identificação da abrangência que a pesquisa vem obtendo e evidenciam as possibilidades e limites de se recorrer ao estudo das representações sociais na área da educação.

Projetos Especiais: resultados

O Projeto Especial desenvolvido por Sugahara e Sousa (2010) encontra apoio nos estudos de H. Walloon para a compreensão da afetividade. As autoras indicaram que a afetividade nas representações dos estudantes, presente nas descrições que os alunos fazem do trabalho docente, agrupam-se em duas dimensões: “uma dimensão subjetiva do universo da docência que traduz os sentimentos e emoções do ser professor, e uma dimensão estratégica que a descreve como condição básica para o desenvolvimento do ensino” (2010, p.77).

As autoras analisam que na dimensão afetiva das representações sociais sobre o trabalho docente, a emoção, tal como a define Wallon, “afeta diretamente o professor e o leva a condução de sua ação. São emoções que mobilizam sua ação, que os levam a descre-

ver sua escolha como o **gostar de ensinar, gostar de criança**" (grifos no original) (2010, p. 80).

Assim, a compreensão do conteúdo afetivo das representações sociais dos estudantes de pedagogia e licenciatura seria permitida por essa perspectiva, uma vez que o conteúdo afetivo responde

> (...) ao meio físico e social primeiro pela emoção, expressada nas sensações de bem-estar ou mal-estar, e revelada na disposição para se relacionar com o outro e estar contaminado pelo objeto da ação. Esta dimensão da afetividade compreenderia também a vocação enquanto disponibilidade para o outro, para tentar desenvolver esta sua possibilidade subjetiva. (Sugahara e Sousa, 2010, p. 82)

Sugahara e Sousa (2010) afirmam, ainda, que a compreensão da afetividade é interpretada pelos professores como condição para que o aluno aprenda, e trata-se de uma estratégia didática, uma atitude frente ao ensino, uma expectativa positiva de que o aluno pode ser educado. O desvelar dessa dimensão, permitido pela consideração da contribuição das condições de ensino para a constituição da dimensão afetiva das representações sociais dos alunos de pedagogia e licenciatura, adquire uma função relevante na área educacional. Tal dimensão, além de não ser trabalhada em cursos de formação de

professores, sempre foi vista como um conhecimento menor nos processos de formação. Formar o professor para trabalhar com a afetividade em sala de aula, evita ações pueris indicativas de uma ação mal planejada. Permite, além disso, desenvolver a afetividade como uma estratégia de ação para o desenvolvimento da ação educativa.

Também na busca do estudo da questão do afeto, Ornellas e Magalhães (no prelo), com o apoio nos estudos da psicanálise, identificaram que o

> (...) desenho do objeto se configura nas representações sociais que tem o aluno sobre o afeto na sua aprendizagem, o qual se encontra na estampa que objetiva: apreender as representação sociais do aluno sobre o afeto na busca de identificar os elementos constitutivos que objetivam e ancoram o estilo que engendra o processo de ensinar e aprender. (s/n)

Os estudos realizados Placco e Souza (no prelo) têm mostrado as interrelações entre os conceitos das teoria das representações sociais (Moscovici, 1961) e os da constituição identitária, desenvolvidas por Claude Dubar (1997). Compreendem as autoras que os atos de atribuição (o que o outro diz ao sujeito que ele é ou deve ser) e os atos e sentimentos de pertença (as identificações ou não identifica-

ções com as atribuições do outro) poderiam ter uma compreensão enriquecida se analisados de forma articulada com os conceitos da teoria das representações sociais.

Braúna, Silva, Barletto e Saraiva (no prelo) também buscam compreender a constituição das identidades profissionais, dedicando-se ao estudo das identidades sociais de graduandas do curso de Pedagogia. As autoras, que focaram seus estudos na dimensão da experiência, reforçam a compreensão do cotidiano como lugar privilegiado na construção da formação e, consequentemente, da identidade profissional.

Em outra investida por articulação teórico-metodológica, Penin e Roberti (no prelo) procuraram interfaces entre a obra de Henri Lefebvre e de Serge Moscovici, principalmente analisando os processos de ancoragem e objetivação. Martins, Abdalla e Rodrigues (no prelo), por sua vez, dedicam-se à articulação da teoria psicossocial aos estudos Bordieu, assinalando que

> (...) da mesma forma que, embora os macro-condicionantes influenciem sobremaneira a ação humana, esta é movida por uma conduta à qual o indivíduo associa significados, tornando-se social apenas na medida em que o sentido dessa ação (individual) é relacionado à ação de diferentes atores, gerando situações interativas (Weber, 1979) e expres-

> sando opiniões que ganham autonomia nos espaços públicos e acabam por configurar as representações sociais. (s/n)

Lopes, Macedo e Tura (no prelo), tomando a temática das políticas curriculares, procuram em pesquisas do cotidiano da escola articular como os "constrangimentos impostos por uma certa estrutura com a ação do sujeito aparecem em uma óptica psicossocial". Para tanto, as autoras operam com a teoria do discurso na formulação de E. Laclau e C. Mouffe (Laclau e Mouffe, 2004; Laclau, 2005), buscando o diálogo com a noção de representação social, ao tomarem a ideia de que essas são construídas na intersecção entre o subjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo (Jodelet, 2009). De acordo com Lopes, Macedo e Tura (no prelo),

> No campo das políticas curriculares (de formação de professores) algumas representações da esfera transubjetiva marcam fortemente os documentos curriculares, assim como a fala de alunos e professores. Por um lado, elas criam um chão de reconhecimento dos sujeitos e de construção intersubjetiva de sentidos. Por outro, no entanto, dificultam, mas não impedem, a tematização do novo e o surgimento de criações subjetivas e intersubjetivas. No sentido de lidar

> com essa característica das políticas curriculares, a tarefa dos estudos curriculares é, a nosso ver, ampliar as condições de desconstrução da esfera transubjetiva das representações, não para que elas deixem de existir, o que seria impossível e improdutivo, mas para que se explicite mais claramente o caráter subjetivo e intersubjetivo das representações que operam nos currículos. (s/n)

No mesmo sentido, a temática da definição de políticas públicas que levem em consideração as subjetividades tem orientado os Projetos Especiais. Cincillini, Novais e Baraúna (no prelo) buscaram "entrecruzar representações de discentes de pedagogia e disposição para inclusão escolar" (s/n), ao estudar as políticas nacionais de Educação para Todos[4], e verificaram que as representações dos estudantes têm contribuído para fortalecer expectativas positivas quanto à aprendizagem escolar de seus futuros alunos, bem como o papel da intervenção pedagógica do pedagogo nesse processo.

Na procura por uma articulação mais próxima entre os condicionantes sociais e as representações sociais, dois trabalhos evidenciam a tentativa de pensar políticas de mudança a partir da perspectiva psicossocial. Ens, Gisi e Eyng (no prelo) dedicaram-se ao estudo

---

(4) Educação para Todos (EPT) consiste em uma política global, sob a coordenação da UNESCO. Mais informações podem ser obtidas em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-for-all/ (ultimo acesso em 09 jun. 2011).

das políticas de formação de professores, ao investigarem as representações sociais de estudantes de licenciaturas com o intuito de oferecer subsídios à mudança. Alvez-Mazzotti e Maia, por outro lado, atestam, por meio dos resultados de suas pesquisas, a importância da abordagem das representações sociais para compreensão dos aspectos históricos e psicossociais que orientam as práticas. As autoras mostram, também, a importância de associar uma técnica discursiva à abordagem estrutural para aprofundamento dos sentidos atribuídos às palavras evocadas.

Outro Projeto Especial, dedicado à questão da constituição das representações e a temporalidade, contribui ao teorizar sobre o caráter de historicidade que possuem as representações sociais. Sobre isso, Sousa e Villas Bôas (no prelo, s/p.) alertam que:

> (...) a afirmação de que toda representação social tem uma história não se refere somente à história do conteúdo que a constitui, ou mesmo do grupo que a comunica e partilha. A representação social tem uma história justamente porque ela reapropria, dinamicamente, elementos presentes em outros períodos de tempo, mas que são "remodelados" de acordo com uma problemática contemporânea que demanda que o sujeito social transforme o estranho em familiar. (s/n)

Sem desconsiderar a historicidade, Menezes (no prelo, s/p.) estuda as relações raciais no Brasil e na Bahia e seus desdobramentos sobre o acesso e a permanência na escola na Bahia, tomando como ponto de partida o conceito de representações sociais como campo de encontro multidisciplinar. Nesse sentido, seus resultados permitiram avançar na compreensão da representação que têm os estudantes da sua futura profissão.

No que diz respeito ao trabalho na escola, Vieira e Resende (no prelo) dedicam-se ao campo complexo da avaliação, buscando caminhos de inovação, pois, para as autoras "os procedimentos e as práticas avaliativas podem ter um caráter mais humano de respeito às condições e necessidades do grupo que está sendo avaliado". Também dedicado aos estudos em avaliação, dois grupos de pesquisadores – da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Católica de Santos se aproximaram, no intuito de pensarem, com base no estudo das representações sociais, o espaço de avaliação como espaço de formação, ensino e aprendizagem e orientador de tomadas decisões (Carlini, Silva, Marcondes, Abdalla, Acosta & Silva, no prelo).

Buscando uma articulação ainda mais ampla, ao recorrer a diferentes contextos, um estudo comparativo entre Argentina, Brasil e Portugal foi realizado por pesquisadores dos diferentes países (Menin et. al., no prelo) e evidenciou que os processos formativos dos

professores podem oferecer aos alunos, futuros docentes, um sentido claro do significado do trabalho docente – e uma re-valorização do mesmo – diante da complexa realidade da escola. De acordo com os autores, são questões que deveriam ser assumidas pelas políticas públicas de formação de professores como verdadeiramente essenciais e prioritárias e enfrentadas, como desafios, pelas instituições formadoras de professores.

O Projeto Pétalas permitiu também buscar novas metodologias do estudo das representações sociais. Tarso B. Mazzotti (no prelo) propõe que a análise de representações sociais "tenha por instrumentos as técnicas retóricas que instituem o real e as que partem do que se diz ser o real". Sustenta o autor que o "uso das técnicas retóricas como meios para analisar discursos permite maior grau de controle das inferências dos pesquisadores". De acordo com Mazzotti (no prelo),

> A concepção defendida considera que as formas argumentativas são condicionadas pela situação social, por isso as espécies de silogismos, que são esquemas em que se estruturam as teorias em geral, devem ser tratadas no âmbito em que são utilizadas. Em cada um deles há objetivos distintos: na demonstração, ensina-se; na dialética, busca-se estabelecer o plausível; na retórica, persuadir para agir. Por essa via, é possível afirmar que a análise retórica é compatí-

> vel com o proposto para estudar o fenômeno “influência”. E, mais ainda, que nas pesquisas acerca de representações sociais tal análise produz um esclarecimento relevante do que se tem denominado “elementos das representações.

Ampliando as possibilidades metodológicas dos estudos em representações sociais, Duran e Bahia (no prelo), discutem possibilidades e limites das chamadas ‘biografias educativas’, também compreendidas por ‘biografias formativas’, em pesquisas de representações sociais na área de educação. As autoras apresentam as possibilidades e contribuições das biografias formativas e emancipadoras, como estudos de casos únicos, para uma análise de representações sociais de professores em processos formativos, iniciais ou em continuidade, sobre o trabalho docente.

Trazendo as propostas de Wagner (1998) e Vygotsky (1934) para melhor compreender e analisar os estudos realizados, Braz, Carvalho, Lima, Sicca e David (no prelo, s/p.) enfocam o pressuposto sociogenético da indivisibilidade entre discurso, práticas, instituições e representações sociais e o suporte das tarefas de classificação utilizadas por Vygotsky (1934). Em um esforço paralelo, ainda evidenciando a diversidade metodológica da pesquisa, Carvalho e Braz (no pre-

lo, s/p.) empregam em suas análises o aporte metodológico dos "PCM" - Procedimentos de Classificações Múltiplas.

Concluindo

Os vários estudos realizados no contexto do Projeto Pétalas, as metodologias empregadas e as articulações teóricas que foram possíveis desenvolver, evidenciaram que os trabalhos em representações sociais na área de educação exigem investigações aprofundadas, que recuperem o histórico da área e que, principalmente, não se restrinjam a identificar apenas processos e mecanismos de estruturação das representações sociais. A pesquisa em educação, ao se distinguir dos estudos realizados no âmbito de outras áreas, exige análises que permitam a identificação de processos de modificação, de transformação das representações, e possíveis caminhos de como fazê-lo.

É preciso, no entanto, reforçar que essa perspectiva teórica já trouxe para educação um impacto importante, tanto do ponto de vista das pesquisas quanto do ponto de vista das políticas. A explicação de um fenômeno educacional no confronto entre o subjetivo e o social – a perspectiva psicossocial – ultrapassa as visões sociologizantes ou psicologizantes da educação e cria uma alternativa significativa, que oferece à educação, enquanto área interdisciplinar, uma

nova dimensão de análise que realmente possa somar com as contribuições da psicologia, da sociologia, da economia, da antropologia, da história e da linguística, sem reducionismo de uma a outra.

Anexo A

A constituição do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (Ciers-ed), proposto por Serge Moscovici, com o apoio da Fondation Maison des Sciences de l'Homme (França) junto à Fundação Carlos Chagas, resultou em um projeto em rede envolvendo 31 grupos de pesquisa e mais de 100 pesquisadores participantes.

São representantes dos grupos:

- Adelaide Alves Dias - Universidade Federal da Paraíba – UFPB;
- Alda Judith Alves Mazzotti - Universidade Estácio de Sá – UNESA;
- Anna Rachel Machado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP;
- Ariane Franco Silva – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP;
- Clélia Maria Nascimento-Schulze -Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
- Daniela Barros da Silva Freire Andrade - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT;
- Elizabeth Macedo - Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ;
- Graça Aparecida Cicillini - Universidade Federal de Uberlândia – UFU;

- Ivany Pinto - Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Jaci Menezes - Universidade Estadual da Bahia – UNEB;
- Lenira Haddad - Universidade Federal de Alagoas – UFAL;
- Lourdes Helena Silva -Universidade Federal de Viçosa – UFV;
- Luís António Pardal -Universidade de Aveiro – UA;
- Margot Madeira - Centro Universitário Serra dos Órgãos – UNIFESO;
- Angela Maria Martins - Fundação Carlos Chagas - FCC e Universidade Católica de Santos – UNISANTOS;
- Maria de Lourdes Ornellas -Universidade Estadual da Bahia – UNEB;
- Maria do Rosário Carvalho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
- Maria Geka -Université de Macédoine de L´Ouest – Grèce;
- Maria Helena B. Vilares Cordeiro - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI;
- Maria Núbia Barbosa Bonfim -Universidade Federal do Maranhão – UFMA;
- Maria Suzana S. Menin - Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente – UNESP;
- Marília Claret G. Duran - Universidade Metodista de São Paulo – UMESP;
- Marli Eliza Dalmazo Afonso de André – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP;

- Rita de Cássia Pereira Lima - Universidade Estácio de Sá – UNESA e Centro Universitário Moura Lacerda - CUML –
- Romilda Teodora Ens - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR;
- Sandra Lúcia Ferreira Acosta - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP;
- Sheila Roberti Pereira da Silva - Universidade Paulista – Unip, Campus - São José dos Campos;
- Sonia Teresinha de Sousa Penin – Universidade de São Paulo – USP;
- Susana Seidmann - Universidad de Belgrano – UB;
- Tarso B. Mazzotti - Universidade Estácio de Sá – UNESA;
- Vania Maria de Oliveira Vieira - Universidade de Uberaba – UNIUBE;
- Vera Maria Nigro de Souza Placco - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

Referências

Alves-Mazzotti, A. J. & Maia, H. (no prelo). Professores de curso normal médio e suas representações sociais sobre a formação para o magistério e trabalho docente. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

André, M., Hobold, M. S. & Passos, L. F. (no prelo). Os Saberes do Trabalho Docente nas Representações de Estudantes de Licenciatura. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Braúna, R. C. A., Silva, L. H., Barletto, M. & Saraiva, A.C. L. C. (no prelo). Identidade profissional e representações sociais do trabalho docente: o lugar da experiência na formação da pedagoga. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat.

Braz, M. C. D. L., Carvalho, M. R., Lima, R. C. P., Sicca, N. A. L. & David, A. (no prelo). O procedimento de classificações múltiplas (PCM) e sua pertinência ao estudo das representações sociais. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações*

sociais e diálogos teóricos em educação (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Carlini, A. L., Silva, A. F. L., Marcondes, A. P., Abdalla, M. F. B., Acosta, S. F. & Silva, S. A. I. (no prelo). Determinantes psicossociais: componentes de desempenho de estudantes de pedagogia. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Carvalho, M. R. & Braz, M. C. D. L. (no prelo). Sóciogênese das Representações Sociais: Contribuições Desta Micro-Teoria à Abordagem Processual de Pesquisa. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Dubar, C. (1997). *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora (Coleção Ciências da Educação).

Duran, M. C. G. & Bahia, N. (no prelo). Biografias educativas – contribuições teórico-metodológicas ao estudo das representações sociais. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat.

Ens, R. T., Gisi, M. L.& Eyng, A. M. (no prelo). Políticas de formação de professores e representações sociais de estudantes de licenciaturas: aproximações e implicações para políticas de mudança. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24, (3), 679-712.

Jodelet, D. (2005). Experiência e representações sociais. In M. S. S. Menin & A. M. Shimizu, *Experiência e Representação Social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como processo e produto psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes.

Jodelet, D. (1989). *Folie et représentations sociales*. Paris: PUF.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.

Laclau, E. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.

Laclau, E. & Mouffe, C. (2004). *Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Lopes, A. C., Macedo, E. & Tura, M. L. As Representações sociais e os estudos de política de currículo para formação docente. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Martins, A. M., Abdala, M. F. B & Rodrigues, M. A. (no prelo). Representações sociais sobre o trabalho docente: trajetórias de formação de estudantes de licenciaturas e a construção da identidade profissional. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat.

Mazzotti, B. T. (no prelo).Análise retórica, por que e como fazer? In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Menezes. J. M. F. (no prelo). Representações Sociais, Preconceitos e Discriminações: os Estudos da Psicologia Social e da Sociologia no Brasil da Década de 1950. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em*

educação (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Menin, M. S. S.; Guimarães, C. M..; Gomes, A. A.; Zechi, J. A. M.; Quintanilha, E. C.; Leite, Y. U. F; ... & Cruz, F. (no prelo). Representações de futuros professores sobre a aprendizagem de seus alunos: uma perspectiva comparativa entre Argentina, Brasil e Portugal. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (1996). *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago.

Moscovici, S. & Hewstone, M. (1983). Social representations and social explanations: from the 'naïve' to the 'amateur' scientist. In M. Hewstone (Ed.), *Attribution Theory: Social and Functional Extensions*. Oxford: Blackwell.

Novaes, A. O. (2010). *Por uma análise psicossocial do curso de direito*. Tese de Doutorado em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Ornellas, M. L. S. & Magalhães, P. M. M. S. (no prelo). Representações sociais sobre o afeto do aluno: um estilo no ensinar e aprender. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Penin, S. T. S. & Roberti, S. (no prelo). Abordagem lefebvreana no estudo da formação docente: interface entre "representação" e "representação social. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat.

Placco, V. M. N. S. & Souza, V. L. T.(no prelo). Movimentos identitários de professores e representações do trabalho docente. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat.

Rouquette, M.-L. & Guimelli, C. (1994). Sur la cognition sociale, l'histoire et le temps. In M.-L. Rouquette, & C. C Guimelli (Org.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 255-266). Lausanne: Delachaux et Niestlé.

Saujat, F. (2004). O trabalho do professor nas pesquisas em educação: um panorama. In Machado, A. R. (Org), *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel.

Seidmann, S., Thomé, S., Azzollini, S .& Di Iorio, J. (no prelo). Construção identitária e prática docente: reflexões a partir da teoria das representações sociais. In C. Sousa, & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), *Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Sousa, C. & Villas Bôas, L. P. S. (no prelo). Apontamentos sobre a questão da historicidade no estudo das representações sociais. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.), T*eoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação* (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Sugahara Y. L. & Sousa, C. P. (2010). Análise dos Significados de afetividade como condição do trabalho docente. In *Revista Educação & Cultura Contemporânea*, 7, (15), 75-91.

Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Vala, J. (1997). Representações sociais e psicologia do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vieira, V. M. O. & Resende, M. R. (no prelo). Representações sociais sobre avaliação da aprendizagem dos alunos de pedagogia na modalidade a distância. In C. Sousa & L. P. S. Villas Bôas (Eds.),

Teoria das representações sociais e diálogos teóricos em educação (título provisório). Curitiba: Editora Champagnat. (no prelo).

Vygotsky, L. S. (1984). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

Wagner, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P.Moreira, & D. C. OLIVEIRA (orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 03-25). Goiânia: AB Editora.

21 Sobre as Autoras e Autores

Adelina de Oliveira Novaes

Doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi responsável pela área de Avaliação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas e Coordenadora do Módulo de Planejamento de Pesquisa do Programa de Especialização GVlaw. Atualmente é pesquisadora do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade - Educação (Fundação Carlos Chagas). Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: representação social, identidade social e avaliação.

http://lattes.cnpq.br/9753854726358178

Alain Clémence, Eva Green e Nelly Courvoisier

Trabalham na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lausanne. Os três conduzem pesquisas em comum sobre as transformações das representações sociais. Nelly Courvoisier (assistente) está concluindo uma tese de doutorado sobre a ciência na vida cotidiana, que articula pesquisas experimentais e aplicadas, particularmente freqüentando exposições científicas. Eva Green (professora e pesquisadora) também realiza pesquisas sobre o racismo simbólico e as representações da diversidade cultural e étnica. Alain Clémence (professor) também está conduzindo pesquisas sobre a violência e o exercício da autoridade. Para publicações visitar o sítio: https://applicationspub.unil.ch/interpub/noauth/php/Un/UnIndex.php

Alda Judith Alves-Mazzotti

Tem doutorado em Psicologia Educacional pela New York University. Foi professora titular de Psicologia Educacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (aposentada) e, desde 2000, é professora titular da Universidade Estácio de Sá. É Pesquisadora Associada do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade - CIERS-Ed, vinculado à Fundação Carlos Chagas e coordena o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e ultimamente tem desenvolvido trabalhos sobre seguintes temas: saberes docentes, formação e trabalho docente, identidade docente, representações sociais e práticas educativas, fracasso escolar, aluno da escola pública, trabalho infanto-juvenil.

http://lattes.cnpq.br/2213084622235480

Annamaria Silvana de Rosa

Doutora em Psicologia, Professora Titular da Faculdade de Psicologia da Universidade de Roma La Sapienza, Itália. Criou e é coordenadora científica do doutorado internacional que funciona desde 1992, aprovado pela Comissão Europeia (DG Educação e Cultura e Direcção-Geral - Investigação), bem como pelos Ministérios de Investigação Científica e Ensino Superior da Itália, França, República Checa e Romênia - o Doutoramento Europeu sobre Representações Sociais e Comunicação.Tem contribuído cientifica e institucionalmente para a internacionalização deste Programa e tem ampla participação nos debates em fóruns europeus e internacionais, onde é considerada uma especialista na reforma de programas de doutoramento europeus e nas questões da formação em pesquisa. Os temas de investigação de seu interesse são: estudo das atitudes, opiniões, estereótipos e preconceito como componentes das representações sociais.

http://www.europhd.psi.uniroma1.it/html/_onda02/07/PDF/13th_lab_keylecture/derosa_lecture.pdf

Andréa Barbará S. Bousfield

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (2000), mestrado (2004) e doutorado (2007) em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: aids, risco, representações sociais, conhecimento, difusão científica e adolescência.

http://lattes.cnpq.br/1216101213124241

Angela M. O. Almeida

Tem doutorado em Psicologia pela Université Catholique de Louvain. Atualmente é Professora Associada da Universidade de Brasília, Coordenadora do Laboratório de Psicologia Social do Desenvolvimento e Diretora do Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social Serge Moscovici. É membro da Comissão de Avaliação da área de Psicologia da CAPES, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social do Desenvolvimento Humano, atuando principalmente nos seguintes temas: representações sociais, violência e exclusão social, adolescentes e direitos humanos.

http://lattes.cnpq.br/6727324136981722

Angela Maria Silva Arruda

Tem doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Psicologia Social pelo ISCTE, Lisboa. É professora adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde faz parte da Pós-Graduação em Psicologia na área de Processos Psicossociais e Coletivos. Sua linha de pesquisa é sobre Representações Sociais, atuando principalmente em pesquisa nos seguintes temas: culturas brasileiras, pensamento brasileiro, funk proibido, imaginário social, movimentos sociais, saúde.

http://lattes.cnpq.br/9599847497929702

Augusto Palmonari

Professor Titular de Psicologia Social da Universidade de Bolonha. Várias vezes Directeur d'Etudes associado à École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris). A partir de 1975, membro da E.A.E.S.P. Presidente do Programa de Doutoramento em Psicologia Social e do Desenvolvimento (Universidade de Bolonha e Turim). Professor visitante por curtos períodos nas Universidades de Genebra, Bruxellas (ULB), Linz, Maryland e na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris). Membro do comitê editorial de várias revistas científicas. Doutor *Honoris Causa* da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Genebra.

http://www.unibo.it/docenti/augusto.palmonari

Brigido Vizeu Camargo

Doutor em Psicologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina, supervisor do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e da Cognição; diretor de pesquisa associado da Maison des Sciences de l'Homme - Paris; professor visitante da Università Degli Studi di Padova - Itália; membro do Doutorado Europeu sobre Representações Sociais e Comunicação - Universitá Degli Studi di Roma La Sapienza; membro do Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias da Saúde da Universidade de Évora; conselheiro nato da Sociedade Brasileira de Psicologia; Presidente da Federação Ibero-americana de Associações de Psicologia (FIAP). É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e tem experiência na área de Psicologia Social, estudando principalmente nos seguintes temas: representação social, atitudes, aids, corpo, envelhecimento, saúde e beleza.

http://lattes.cnpq.br/6569681899148914

Celso Pereira de Sá

Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas, com pós-doutorado na Université de Provence. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi Diretor do Instituto de Psicologia, Diretor do Centro de Educação e Humanidades e Vice-Reitor. Desde 1995, é Professor Titular de Psicologia Social na UERJ, onde atua no Curso de Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS), do qual foi o primeiro Coordenador (1991-1994). Sua experiência e produção acadêmica se concentram nos campos da análise do comportamento social, das representações sociais e da memória social, tendo conduzido e orientado pesquisas nos seguintes temas: controle e contracontrole sociais, socialização do conhecimento científico, religiões afro-brasileiras, representações sociais de políticas públicas e da exclusão social, memórias do descobrimento do Brasil e de regimes políticos brasileiros recentes (a Era Vargas, os Anos Dourados e o Regime Militar). É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

http://lattes.cnpq.br/1455543858431600

Clarilza Prado de Sousa

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e coordenadora do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade da Fundação Carlos Chagas, criado com o apoio da Maison des Sciences de L´Homme de Paris/França. Realizou estágios de pós-doutorado na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, no campo das representações sociais, e na Faculty of Education/Harvard University, na área de avaliação educacional, com ênfase em Avaliação Institucional. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e atua principalmente nas áreas de avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais e avaliação de desempenho docente. Tem utilizado em seus estudos o referencial teórico da área de educação, principalmente com o enfoque psicossocial e especialmente com o apoio da Teoria de Representações Sociais.

http://lattes.cnpq.br/4090219754109759

Denise Jodelet

Doutora em Psicologia Social. Foi Diretora de Tese e Diretora do Laboratoire de Psychologie Sociale, na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), em Paris/França. Em 1989 publicou a obra “Folies et représentations sociales”, oriundo de sua tese de doutorado em psicologia social, realizada sob a orientação de Serge Moscovici e defendida em 1985. Difusora maior da Teoria das Representações Sociais, ocupa lugar de destaque na América Latina, tendo recebido o título de Doutora *Honoris Causa* no México, no Brasil, e na Argentina.

http://actualites.ehess.fr/categorie365.html

Denize Cristina de Oliveira

Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1996); Pós-doutorado na Universidade de Paris VIII e na École des Hautes Études en Sciences Sociales-França (1999 e 2004). Atualmente é Professora Titular da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social/UERJ. No campo da pesquisa, vem atuando principalmente nos seguintes temas: representação social e saúde; adolescência e promoção da saúde; trabalho da criança e do adolescente; imagens sociais da aids; práticas profissionais em saúde; sistemas de saúde. É bolsista de produtividade do CNPq.

http://lattes.cnpq.br/0539303957929668

Dorra Ben Alaya

Doutora em Psicologia Social da Universidade de Aix-Marseille I. Professora pesquisadora da Universidade de Tunis El Manar. Professor visitante na University of Western Brittany, na Université de Cergy-Pontoise e membro do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África. Atualmente é Diretora do Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Tunis e Secretária Geral da Sociedade de Psicologia da Tunísia. Foi a organizadora da 10ª Conferencia Internacional sobre Representacões Sociais, em 2009.

http://www.utm.rnu.tn/ensite/index.php?pg=44&id_etab=10

Gina Philogene

Doutora pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris/França, sob orientação de Serge Moscovici. Áreas de interesse: psicologia social e cultural, história raça e identidade social, representações sociais. From Black to African American: A New Representation; The Representations of the Social: Bridging Theoretical Traditions (with Kay Deaux); Racial Identity in Context: The Legacy of Kenneth B. Clark; e (no prelo) How the Right Made It Wrong: Names in the Shadow of the Political Correctness. Beneficiária de várias bolsas, incluindo uma da National Science Foundation, assim como da American Psychological Association. Publicou diversos artigos em revistas profissionais e atualmente é editora associado da revista *Journal of Community and Applied Social Psychology*. É docente do Sarah Lawrence College desde 1998.

http://pages.slc.edu/~gphiloge/

Javier Cerrato Allende

Doutor em Psicologia Social e Professor Titular de Psicologia Social do Departamento de Psicologia Social da Universidade do País Basco/Espanha, desde 1996. Cerrato tem colaborado como pesquisador em vários projetos, entre os quais destacam-se: “Culturas, Representaciones y Imágenes del Trabajo en la Sociedad Contemporanea: Aplicación a la Sociedad Vasca”, “Procesos de insitucionalización de la identidad colectiva y dinámica generacional. El caso del País Vasco.” para o Conselho de Educação, Universidades e Investigações do Governo Basco e “Estrategias empresariales para la participación de los trabajadores.”

http://www.ehu.es/p200-home/es/

Jorge Correia Jesuino

Doutorado e Agregado em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa. Atualmente Professor Emérito do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Paraíba em 2008. Publicações na área da Psicologia Social e das Organizações, com especial incidência na Teoria das Representações Sociais.

http://comorga.mestrados.ulusofona.pt/images/cvcorreiajesuino.pdf

Lucia Pintor Santiso Villas Bôas

Doutora em Educação pelo Programa de Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Atualmente é pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC), coordenadora adjunta do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade-Educação (CIERS-ed) da FCC e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo. É também consultora da TV Escola/ Ministério da Educação na área de História. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representação social, formação e profissionalização.

http://lattes.cnpq.br/6280326753473844

María Auxiliadora Banchs Rodriguez

Concluíu com louvor o doutorado em Psicologia Social na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris (1979), sob a supervisão de Serge Moscovici. É professora de Psicologia Social e pesquisadora da Faculdade de Psicologia da Universidade Central da Venezuela desde 1980. Durante sua carreira, atuou em três grandes linhas: metaparadigmas e paradigmas na psicologia social contemporânea, Teoria das Representações Sociais, Mulher e Gênero. Tem mais de 70 publicações, incluindo artigos em revistas científicas, capítulos livros e um livro sobre estes temas. Foi condecorada pela Ordem Argélia Laya, concedido pela Fundação para o Avanço das Mulheres do Conselho Nacional das Mulheres, em 1999, com a Ordem Josefa Camejo e Centro de Estudos da Mulher Universidad Central de Venezuela, em 2000, com a Ordem do Mérito acadêmico José Maria Vargas e, em 2005, com o prêmio Augusto de Venanzi, pela melhor trajetória de pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Educação da Universidade Central da Venezuela.

http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/maria_banchs/curriculum.pdf

Maria de Fátima de Souza Santos

Doutora em Psicologia pela Université de Toulouse le Mirail. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi membro da Comissão de Avaliação da área de Psicologia da CAPES, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, e tem experiência na área de Psicologia Social, com ênfase na Teoria das Representações Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, velhice e práticas sociais.

http://lattes.cnpq.br/8991172780503312

Martha de Alba González

É professora pesquisadora do Departamento de Sociologia, Psicologia Social na Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, no México. Também é membro do Sistema Nacional de Pesquisa de CONACYT. Obteve seu doutorado em Psicologia Social no Laboratório de Psicologia Social da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, na França e o Diplome d'Etudes Supérieures Specialisées em Psicologia Ambiental na Universidade René Descartes, Paris V. Seus interesses de pesquisa giram em torno de relações indivíduo-ambiente, representações sociais do território e memória urbana. Possui publicações nacionais e internacionais sobre estes temas. Atualmente está conduzindo uma pesquisa financiada pela CONACYT sobre "As experiências, representações e memória social da metrópole, pelos idosos da área metropolitana da Cidade do México".

http://www.izt.uam.mx/

Pedro Humberto Faria Campos

Doutor em Psicologia Social pela Université de Provence (1998). Atualmente é professor titular da Universidade Católica de Goiás. Atual Coordenador do GT de Representações Sociais da ANPEPP e Secretário Geral da SBP. Tem experiência em projetos e programas de intervenção nas áreas de saúde mental e adolescência em situação de risco e conflito com a lei. Sua linha de pesquisa principal é o estudo das estruturas e dinâmicas das Representações Sociais, com especial enfoque no estudo das relações entre práticas sociais e representações, incluindo o estudo da mediação semiótica e dos processos de transformação das representações sociais. Temas atuais de estudo: exclusão social, insegurança, violência urbana, trânsito, HIV e globalização. É bolsista de produtividade do CNPq.

http://lattes.cnpq.br/4165413685802953

Rafael Moura Coelho Pecly Wolter

Possui graduação em psicologia pela Universidade de Paris V (René Descartes) (2004) e *Master Recherche* em Psicologia Social pela Universidade de Paris V (René Descartes) (2005) e doutorado pela Universidade de Paris V (René Descartes). Foi professor nas universidades de Versailles Saint-Quentin e Amiens. Realizou estágio pós-doutoral na UERJ junto ao prof. Celso Pereira de Sá e atualmente é Professor Visitante no departamento de Psicologia Social e Institucional desta instituição. É membro da diretoria da Abrapso-RJ e Diretor Associado da Revista *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento social e formas de raciocínio, representações sociais, relações interpessoais.

http://lattes.cnpq.br/9193777929003611

Ricardo Vieiralves de Castro

Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1983), graduação em Licenciatura em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1983), graduação em Bacharelato em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1982), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1987) e doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador do Laboratório de Estudos Contemporâneos da UERJ - Labore. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Processos Grupais e de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: representações sociais, memória social, psicologia social, religião e política Atualmente é o Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

http://lattes.cnpq.br/4573204809502881

Risa Permanadeli

Atualmente é professora do programa de Pós-Graduação da Universidade da Indonésia, no departamento de Estudos Europeus Regional. É também Diretora do Centro de Estudos em Representações Sociais em Jacarta, na Indonésia, instituição na qual introduz a Teoria das Representações Sociais para cobrir uma vasta gama de pesquisas sobre questões sociais contemporâneas, tais como estudos urbanos, estudos de mulher, conhecimento local, produção de conhecimentos.

http://staff.ui.ac.id/profil/detail_dosen.php?id=070603191

Saadi Lahlou

É professor de Psicologia Social e Diretor do Instituto de Psicologia Social na London School of Economics and Social Sciences - UK. É também membro associado do Centro de Edgar Morin (Institut d'Anthropologie de Paris-CRNS École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris) e diretor de pesquisa do programa de Tecnologias Cognitivas da Maison des Sciences de l'Homme, Paris. França). Lahlou já escreveu mais de uma centena de artigos e capítulos, além de três livros, destacando entre estes últimos a obra *Penser manger*. Alimentation et représentations sociales, desenvolvida durante seu doutorado sob a orientação de Serge Moscovici.

http://www.psych.lse.ac.uk/socialPsychology/faculty/saadi_lahlou/saadi_lahlou_biography.htm

Sandra Jovchelovitch

Professora pesquisadora do Instituto de Psicologia Social da London School of Economics and Social Sciences–UK. Seus interesses de pesquisa são psicologia social e cultural da comunidade e da esfera pública, conhecimento e sistemas de crenças nas sociedades contemporâneas, a psicologia social de participação e desenvolvimento da comunidade. Seus projetos atuais são: estudo da regeneração social, diálogo cultural, o uso da arte em favelas do Rio; investigação internacional sobre como as crianças representam o mundo público. No Brasil, seus interesses recaem sobre a psicologia social da participação. esfera pública brasileira, desenvolvimento comunitário.

http://www2.lse.ac.uk/researchAndExpertise/Experts/s.jovchelovitch

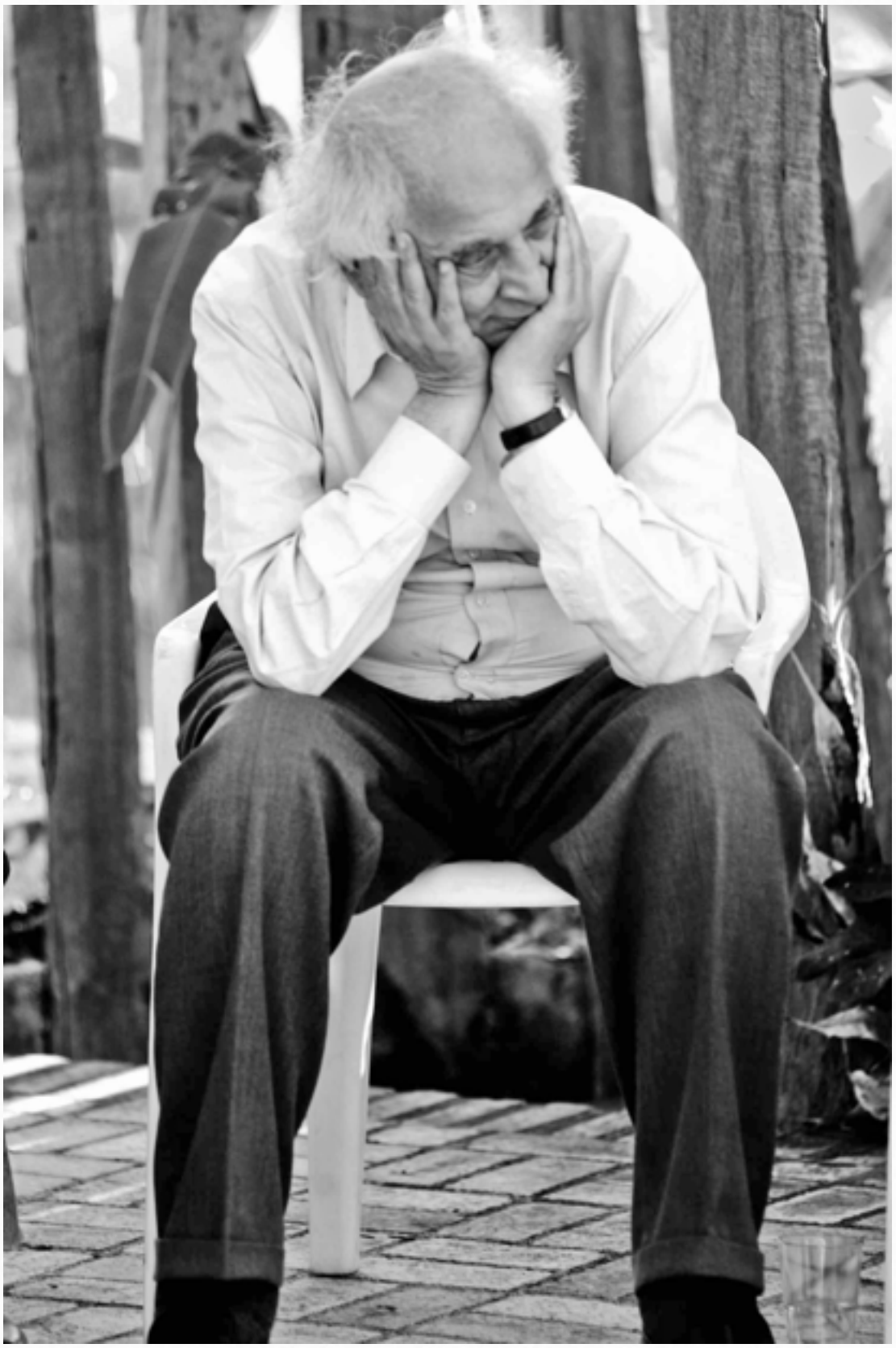
@lse.ac.uk

Willem Doise

Doctorat d'Etat ès Lettres et Sciences Humaines, Sorbonne - Paris, 1980. Foi professor de Psicologia Social Experimental da Universidade de Genebra desde 1970 e atualmente é professor Honorário da Universidade de Genebra, na Suíça. Foi investigador do Centre Nationale de Recherche Scientifique (França). Diretor de Tese e fundador do Laboratório de Psicologia Social da Universidade de Genebra. Foi Presidente da Association Européenne de Psychologie Sociale Expérimentale (EAESP). Dedicou-se ao estudo do desenvolvimento sociocognitivo e das representações sociais, áreas em que publicou trabalhos importantes como L'Explication en psychologie sociale (1982), Représentations sociales et analyses de données (1992), Dissensions et consensus, com Serge Moscovici (1992), Logiques sociales dans le raisonnement (1993), La construction sociale de la personne, com Gabriel Mugny (1997), Psicologia Social e Desenvolvimento Cognitivo (Divisão Editorial do Instituto Piaget, 2002), Psychologie sociale des relations à autrui, com Serge Moscovici, Michael Argyle, Jean-Léon Beauvois (2005). Nos últimos anos tem dedicado especial atenção aos direitos humanos, tema sobre o qual publicou Droits de l'homme et force des idées (2001) e Discriminations sociales et droits universels: Itinéraires en psychologie sociale (2009) e diversos artigos.

http://www.humanrights.unisi.it/hr/professori/doise.html

Zeidi Araújo Trindade

Doutorado e pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculada ao Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp) em duas gestões e membro da Comissão de Avaliação da área de Psicologia da CAPES. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, coordenadora da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePso) e tem experiência na área de Psicologia Social, desenvolvendo pesquisas fundamentadas principalmente na Teoria das Representações Sociais. Tem como temas de interesse: práticas sociais, gênero, juventude, paternidade/maternidade e saúde reprodutiva.

http://lattes.cnpq.br/7057133930657550